UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

PRISCILA DE LIMA SOUZA

**“Sem que lhes obste a diferença de cor”: a habilitação dos pardos
livres na América portuguesa e no Caribe espanhol (c. 1750-1808)**

(Versão Corrigida)

São Paulo

2017

PRISCILA DE LIMA SOUZA

**“Sem que lhes obste a diferença de cor”: a habilitação dos pardos
livres na América portuguesa e no Caribe espanhol (c. 1750-1808)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Rafael de Bivar Marquese

(Versão Corrigida)

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S719" Souza, Priscila de Lima
"Sem que lhes obste a diferença de cor": a
habilitação dos pardos livres na América portuguesa e
no Caribe espanhol (c. 1750-1808) / Priscila de Lima
Souza ; orientador Rafael de Bivar Marquese. - São
Paulo, 2017.
399 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. Pardos livres. 2. Status Jurídico. 3.
Politização. 4. Habilitação. I. Marquese, Rafael de
Bivar, orient. II. Título.

Agradecimentos

Gostaria de expressar a minha gratidão ao professor Rafael de Bivar Marquese, por ter acolhido a minha proposta de pesquisa e me incentivado a enfrentar o desafio de levar adiante um projeto de história comparada. Ao longo do doutorado, além da orientação propriamente dita, aprendi muito convivendo com um pesquisador e professor admirável por seu entusiasmo e comprometimento.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela concessão da bolsa de doutorado (processo 2013/06438-8) e pela Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior (processo 2014/24434-2). Ambas foram fundamentais para o êxito desta pesquisa, pois permitiram que eu me dedicasse exclusivamente ao doutorado e tivesse condições de pesquisar em arquivos da Espanha e do Brasil.

Agradeço sinceramente aos professores Andréa Slemian, João Paulo Garrido Pimenta, Luiz Geraldo Silva e Marco Antonio Silveira por terem aceitado participar da Banca de Defesa e pelas sugestões e críticas minuciosas feitas ao trabalho.

Sou grata ao professor José Antonio Piqueras Arenas por sua supervisão ao Estágio de Pesquisa na Universitat Jaume I.

Ao professor Luiz Geraldo Silva por ter me incentivado a fazer o doutorado na Universidade de São Paulo e pelo diálogo constante.

Aos integrantes do Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial (LabMundi), pela leitura e comentários a versões preliminares do trabalho.

Ao Breno Aparecido Servidone Moreno pelo apoio fornecido à minha estadia em São Paulo.

Aos amigos e historiadores Francielly Giachini Barbosa, Daniele Santos e Leandro Francisco de Paula, pela interlocução permanente.

Agradeço aos meus familiares – meus pais, Luiza e Ivo; minha avó Maria; meus sogros, Aurélia e Haroldo; meus cunhados, Ana Paula, Débora, Angelita, Bruno, Emerson, Luiz; e ao meu sobrinho Nicolas – pelos bons momentos de descontração, tão importantes para amenizar os períodos de isolamento do doutorado.

Agradeço à tia Diula e ao tio Írio pela ajuda com a mudança para São Paulo e em tantas outras situações.

Por fim, quero registrar a minha gratidão ao Fernando Prestes, meu companheiro de vida e de profissão, por sempre me desafiar a melhorar, pela imensa ajuda nas pesquisas de campo e pela leitura crítica ao trabalho.

Resumo

Esta tese versa sobre o processo de transformação do *status* social dos pardos livres da América ibérica ocorrido ao longo do período compreendido entre a segunda metade do século XVIII e o ano de 1808. Trata-se de uma abordagem comparada que analisa a América portuguesa e o Caribe espanhol – considerando-se, no interior deste, especificamente o Vice-Reino de Nova Granada, a Capitania Geral da Venezuela e a Capitania Geral de Cuba – como unidades históricas conectadas por processos comuns, cujos desdobramentos variaram de acordo com condicionamentos específicos de cada espaço. Em decorrência do passado escravo, os pardos livres eram estigmatizados e considerados juridicamente inabilitados ao exercício de funções sociais específicas nos âmbitos político, civil, eclesiástico e militar. A tese analisa, por um lado, os fundamentos dos estigmas associados aos pardos e, por outro lado, as pressões exercidas pelos próprios pardos com o objetivo de superar as restrições legais. A documentação que sustenta a análise é constituída principalmente de petições e requerimentos enviados por eles visando à obtenção de privilégios e honras que garantiam prestígio social. Por meio deles, percebe-se a articulação de um discurso comum baseado em representações positivadas acerca do grupo que originou e alimentou um movimento de posituação da identidade parda no mundo ibero-americano. Examinam-se igualmente os posicionamentos de autoridades metropolitanas, coloniais e das elites locais frente às pretensões dos pardos, o que permite evidenciar a existência de um campo de tensões envolvendo diretamente o problema da inserção social e política desse segmento social. As reformas promovidas pelas monarquias ibéricas após o fim da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) aprofundaram significativamente essas tensões, pois ampliaram o papel exercido pelos pardos na manutenção dos espaços coloniais, garantindo-lhes maiores parcelas de poder. Destaca-se particularmente o impacto das reformas militares, entendendo-se que elas transformaram as milícias em nichos de politização decisivos para a atuação dos pardos como um *grupo de pressão*, pois suas demandas por honras e privilégios passaram a ser dotadas de legitimidade institucional. Defende-se que em fins do século XVIII, sobretudo ao longo da década de 1790, houve uma ampliação das expectativas manifestadas pelos pardos, que passaram a vislumbrar a superação dos entraves legais e a consolidação de um novo *status* sociojurídico sintetizado pela ideia de habilitação plena. Em 1808, ano decisivo para a definição do futuro político das possessões americanas, as tensões que envolviam a elevação do *status* social dos pardos seguiam como um traço importante da crise que atingia as monarquias ibéricas.

Palavras-chave: pardos livres; *status* social; politização; habilitação.

Abstract

This study approaches in the transformation process of the Free Pardo people *status* which occurred in Iberian America during the period between the second half of the eighteenth century and the year 1808. This is a comparative approach that analyzes Portuguese America and the Spanish Caribbean – specifically the Viceroyalty of New Granada, the General Captaincy of Venezuela and the General Captaincy of Cuba – as historical units connected by common processes, whose developments varied according to specific conditions of each space. As a result of the slave past, Free Pardo were stigmatized and considered legally unfit for the exercise of social functions as well the political, civil, ecclesiastical and military instances. This study analyzes, on the one hand, the foundations of the stigmas associated with the Pardo and, on the other hand, the pressures exerted by the Pardo themselves in order to overcome legal restrictions. The documentation that supports the analysis consists mainly of petitions and requests sent by them seeking to obtain privileges and honors that guaranteed social prestige. Through them, the articulation of a common discourse based on positive representations about the group that originated and fed a movement of affirmations of Free Pardo identity, in the Ibero-American, can be perceived. The positions of metropolitan, colonial and local elites are also examined according to Free Pardo people pretensions, which allows us to show the existence of a field of tensions directly involving the social problem and political insertion in this social segment. The reforms promoted by the Iberian monarchies, after the end of the Seven Years War (1756-1763), significantly deepened these tensions, as they increased the role played by the Pardo in maintaining colonial spaces, granting them greater spheres of power. The impact of military reforms is particularly noteworthy, since they have transformed the militias into niches of politicization. This process was decisive for the Pardo as a *pressure group*, since their demands for honors and privileges have been endowed with institutional legitimacy. This study also support that at the end of the 18th century, especially during the 1790s, there was an increase in the expectations expressed by the Pardo, who began to see the overcoming of legal obstacles and the consolidation of a new socio-juridical *status* synthesized by the idea of full habilitation. In 1808, the decisive year for the definition of the political future of the American possessions, the tensions that involved the elevation of the Pardo social *status* followed as an important trace of the crisis that reached the Iberian monarchies.

Keywords: free Pardo; social *status*; politicization; habilitation.

Lista de Abreviaturas

ADCA – Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

APM – Arquivo Público Mineiro

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

AGI – Archivo General de Indias

AGS – Archivo General de Simancas

AGN-CO – Archivo General de la Nación de Colombia

Lista de Tabelas

TABELA 1.1 – Tráfico de escravos para áreas da América espanhola	17
TABELA 1.2 – Tráfico de escravos para áreas da América portuguesa	19
TABELA 1.3 – População por cor e por capitâneas/provÍncias (1789-1840)	27

SUMÁRIO

Introdução	1
-------------------------	----------

Capítulo 1

Os pardos da América ibérica	15
1.1. Os pardos no espaço urbano ibero-americano: considerações demográficas	16
1.2. A mestiçagem na estrutura social ibero-americana: castas e pardos	35
1.3. O estatuto jurídico dos pardos: a inabilitação geracional	52
1.4. Os fundamentos da inabilitação parda: ilegitimidade, pureza de sangue e escravidão	63
1.5. Os debates sobre a cor: as ideias sobre <i>defeito</i> e <i>acidente</i>	74
1.6. Espaços de sociabilidade, representação identitária e formação de grupos de pressão	101
1.6.1. Espaços de sociabilidade de Antigo Regime	101
1.6.2. Irmandades, festas e representações públicas	104
1.6.3. Os corpos militares e a politização das sociabilidades	111

Capítulo 2

Reformas militares e os caminhos da politização parda na Ibero-América	123
2.1. Introdução: o reformismo ilustrado das monarquias ibéricas	124
2.2. A institucionalização das milícias reformadas	131
2.3. Demandas militares e conflitos: o caso da América espanhola	151
2.4. Demandas militares e conflitos: o caso da América portuguesa	174
2.5. As reformas militares da década de 1790 e a politização deflagrada	212

2.5.1.	Reformas militares na América espanhola e as milícias de pardos	213
2.5.2.	A regulamentação das milícias na América portuguesa: o alvará de 1802	245

Capítulo 3

Reformas sociais e o <i>status</i> sociopolítico dos pardos	267
3.1. Identidades políticas no Antigo Regime: cidadãos, vecinos e vassalos	268
3.2. O papel da educação para a inserção social e política dos pardos	276
3.3. As “dispensas da cor”: uma alternativa aos pardos livres	293
3.4. O direito à habilitação nas sociedades ibero-americanas (c.1770-1808)	305
3.4.1. O direito à habilitação: o caso espanhol	306
3.4.2. Das dispensas individuais à habilitação total dos pardos: o impacto das gracias al sacar	315
3.4.3. A habilitação na América portuguesa	341
 Considerações finais	 367
 Fontes	 373
 Bibliografia	 380

Introdução

Nas sociedades ibéricas do Antigo Regime, ser habilitado significava dispor da capacidade legal de ocupar cargos públicos, eclesiásticos e militares, assim como de receber honras específicas. Por serem sociedades de tipo corporativo, concebia-se a desigualdade entre as pessoas e grupos como um dado naturalizado e, desse modo, muitos segmentos sociais eram considerados inabilitados. Na Pensínsula ibérica, este era o caso das pessoas dedicadas aos ofícios mecânicos, dos cristãos-novos, dos ciganos e dos hereges. Com a colonização da América, porém, novos grupos sociais foram paulatinamente incorporados ao rol dos inabilitados, que passou a contar com indígenas e, principalmente, com os libertos de origem africana e seus descendentes livres. Dentre estes últimos, estavam os chamados pardos ou mulatos, indivíduos miscigenados, mas que, de modo geral, tinham algum grau de ligação com a escravidão. Além das limitações legais, eles eram submetidos a uma série de estigmas sociais, os quais se destinavam, em última instância, a mantê-los afastados das posições de maior prestígio e poder.

Esta tese versa sobre a emergência de um campo de embates acerca da condição jurídica dos pardos ao longo da segunda metade do século XVIII, argumentando-se que tal fenômeno foi comum aos espaços ibero-americanos. Atenta-se particularmente para o fato de que o período em questão configurou uma época de transição, na qual alguns dos princípios que sustentavam a organização social de tipo corporativo passaram a ser remodelados em decorrência da adoção dos ideais da Ilustração pelas monarquias ibéricas. O foco da análise são as pressões exercidas pelos próprios pardos visando à conquista de *status* social mais elevado, precisamente o de habilitados. Trata-se de uma abordagem comparada que analisa a América portuguesa e o Caribe espanhol – considerando-se, no interior deste, especificamente o Vice-Reino de Nova Granada, a Capitania Geral da Venezuela e a Capitania Geral de Cuba – como unidades históricas conectadas por processos compartilhados, cujos desdobramentos variaram de acordo com condicionamentos específicos de cada espaço.

Ao inventariar a historiografia que buscou entender o papel social desempenhado por pardos e mulatos nas sociedades ibero-americanas, percebe-se a perenidade de uma interpretação: a de que eles não dispunham de um lugar social plenamente definido. Vale a pena retomar aqui algumas dessas leituras. No que diz respeito à historiografia sobre o Brasil colonial e imperial, essa tese pode ser encontrada já em obras das décadas de 1930 e 40. Na sociologia histórica freyreana, os mulatos aparecem como indivíduos “mal ajustados” à

sociedade patriarcal e escravocrata, pois não se identificavam com os negros, mas se viam impossibilitados de pertencer ao mundo dos brancos. Referindo-se ao intrigante caso do pardo Pedro da Silva Pedroso ¹, Freyre assim discorria sobre os mulatos: “Pedroso foi a expressão daquela insatisfação social e talvez psicológica do mulato ainda mal ajustado aos brancos. Do mulato quase separado do negro [...] querendo o seu reajustamento quase exclusivamente individual”.² Essa tese dos mulatos como sujeitos sem “consciência de espécie”, que buscavam por todos os meios possíveis ascender socialmente e embranquecer, já havia sido trabalhada de forma mais detida em *Sobrados e Mucambos*. Nos dois capítulos em que discorre sobre os mulatos, fica evidente que o mal ajustamento refletiria uma situação de indefinição social.³

Ao tratar da estrutura da sociedade colonial brasileira, Caio Prado Jr. igualmente empregou a noção de indefinição para caracterizar as populações livres de cor. Concebendo o Brasil estritamente como um espaço de exploração econômica agrária, para ele a estrutura social era composta pelos pares opostos senhores e escravos, que seriam as únicas categorias “nitidamente definidas”. Nessa organização, os homens livres pobres, a maior parte deles mestiços, seriam indivíduos “desclassificados, inúteis e inadaptados”, figurando como uma “subcategoria da população colonial”, que vivia “mais ou menos a margem da estrutura social”.⁴ Essa situação de indefinição dos homens livres pobres decorria da ausência de funcionalidade no sistema econômico colonial. Apesar de não se referir aos mulatos em especial, a referência que faz aos mestiços, e a todo o segmento populacional compreendido

¹ Participou da Revolução de 1817; foi governador das armas no período da Junta dos Matutos em Pernambuco; líder de um motim ocorrido em 1823 contra a Junta e composto por soldados e civis pardos e pretos, que ficou conhecido na historiografia como Pedrosada; depois de preso, reaparece no cenário político e militar de Pernambuco como aliado da Corte na repressão à Confederação do Equador, em 1824. Sobre Pedroso, ver: SILVA, Luiz Geraldo. Negros patriotas. Raça e identidade social na formação do Estado-nação (Pernambuco, 1770-1830). In: JANCÓS, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo/Injuí: Hucitec/Unijuí, 2003, pp. 497-520; BERNARDES, Denis. A gente ínfima do povo e outras gentes na Confederação do Equador. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revolutas, Motins, Revoluções: Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

² FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1989 (1ª Ed. de 1937). p. 124. As revoltas compostas por homens de cor seriam, nessa perspectiva, a expressão nítida da insatisfação sentida por mulatos como Pedroso, que, vendo-se desprestigiados e mal ajustados ao mundo dos brancos, recorreriam ao seus pares de cor, até então ignorados.

³ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 15ª ed., 2004 (1ª ed. 1936). Ver os capítulos: “Ascensão do bacharel e do mulato” e “Em torno de uma sistemática da miscigenação no Brasil patriarcal e semipatriarcal”.

⁴ PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 6ª ed., 1961 (1ª ed. de 1942). pp. 280-283. Uma das consequências políticas desse modelo interpretativo acerca dos homens livres pobres é a visão conforme a qual suas aspirações no período pré e pós-independência foram “confusas” ou tinham um caráter “vago e abstrato”. Assim, esses setores não constituíam atores políticos ativos. Ver: PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972 (1ª ed. de 1933). p. 59.

entre escravos e senhores, permite que essa interpretação seja estendida também para esse grupo.

Já para o sociólogo Florestan Fernandes, a sociedade escravocrata do Brasil colonial poderia ser pensada a partir da existência de “dois extremos”, de um lado, a “raça branca”, dominante, e, de outro, os escravos índios, negros e mestiços. Entre eles, “situava-se uma população livre de posição ambígua, predominantemente mestiça de brancos e indígenas”. Tratava-se de um “setor oscilante”.⁵

Avançando no tempo, tem-se a obra do britânico A. J. R. Russell-Wood, *Escravos e libertos no Brasil colonial*, publicada em 1982, que destaca-se como um livro paradigmático no campo de estudos sobre a sociedade do Brasil colonial até os dias atuais. Procurando superar os modelos de análise – principalmente os de inspiração marxista – que se limitavam ao exame da estrutura econômica da escravidão e do relacionamento senhor escravo, elegeu como tema a integração social dos libertos e seus descendentes. Para esse autor, o grupo em questão ocupava uma posição social “ambígua”: “os libertos de ascendência africana não eram uma coisa nem outra e permaneciam pouco à vontade entre os escravos e os senhores, entre os predominantemente negros e os predominantemente brancos”. Nesse modelo interpretativo, os mulatos ocupariam um lugar mais desfavorecido ainda, pois “ser ao mesmo tempo liberto e mulato era ver-se numa terra de ninguém social e racial”.⁶ Ao enfatizar os mulatos como sujeitos “ambíguos”, pois não eram escravos ou senhores, nem identificáveis com os negros ou com os brancos, Russell-Wood acabou operando a partir do paradigma escravos/senhores, brancos/pretos que ele mesmo propunha superar.

Tendo em vista a discussão sobre as interações entre raça e classe e seu papel na conformação das categorias sociais, o historiador Hendrik Kraay igualmente abordou os mulatos a partir do designativo da ambiguidade. A partir da análise da posição econômica dos oficiais milicianos da cidade de Salvador em fins do século XVIII e início do XIX, constatou que os pardos não poderiam ser identificados a um nicho econômico específico, pois reproduziam características profissionais encontradas entre os brancos e os pretos. Logo, apresentavam uma indistinção quanto à identidade de classe. Diante desse quadro, sugeriu que os mulatos, “permaneciam em uma posição intermediária entre os brancos e os negros, o seu

⁵ FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: HUCITEC, 1976, pp. 30-33.

⁶ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 287-288.

lugar na sociedade era ambíguo, não confluindo para a formação de um grupo social distinto”.⁷

Na historiografia sobre os espaços hispano-americanos, as noções de “indistinação social” e de “ambiguidade” tendencialmente são empregadas para compreender a experiência social dos grupos não identificados aos índios ou negros, por um lado, e aos espanhóis ou brancos, por outro. Em um balanço da historiografia sobre o tema da mestiçagem na América ibérica do início dos anos 1960, o historiador sueco Magnus Mörner observou que a posição social ocupada pelos mestiços caracterizava-se pela falta de identificação plena com as raízes paternas ou maternas. Remetendo-se à tese defendida por outro historiador, afirmava que o mestiço na Nova Espanha “casi siempre se encontró sin plaza, tanto en el plano económico como en el social, porque no siendo indio ni negro, aspiraba a ser blanco sin poder serlo”.⁸ Já Franklin Knight, ao discorrer sobre a população liberta e livre da ilha de Cuba na passagem do século XVIII para o XIX, defendeu que ela ocupava “uma posição intermediária ambígua” entre os “completamente” livres e os escravos. Essa posição “ambivalente” seria resultado da miscigenação e de circunstâncias históricas específicas.⁹ Interpretação semelhante foi defendida por Murdo Mcleod, para quem “los libertos, en la América española, se añadieron a los grandes grupos de castas amorfas, que no eran ni esclavos ni exactamente libres”.¹⁰

Em trabalhos elaborados ao longo dos anos 2000, noções como as de “indefinição racial” ou “identidade racial ambígua” continuam sendo referências importantes para compreender do lugar social dos mulatos e da população de cor livre em geral. Em estudo sobre a experiência social de negros e mulatos em Cartagena de Indias no início do século XVII, Antonino Vidal Ortega avaliou que os últimos seriam portadores de uma “identidad ambigua, de incertidumbre”. Para ele, a possibilidade de melhoramento social por meio do

⁷ KRAAY, Hendrik. *Race, State, and Armed Forces in Independence-Era Brazil: Bahia, 1790-1840*. California: Stanford University Press, 2001. pp. 88-105. Ao discorrer sobre o movimento conhecido como Sabinada, ocorrido entre fins de 1837 e início de 1838, F. O. W. Morton também destacava a falta de identidade dos mulatos: Sabino seria o “clássico mulato culto, inseguro de sua identidade e buscando defini-la através das ações e das ideias”. Citado por SOUZA, Paulo Cesar. *A Sabinada. A Revolta separatista da Bahia, 1837*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 128. Tradução livre.

⁸ ZAVALA, Silvio, et al. El mestizaje en la Historia de Ibero-América. *Revista de Historia de América*, no. 53/54, pp. 127-218, 1962, p. 152.

⁹ KNIGHT, Franklin W. Cuba. In: COHEN, David; GREENE, Jack P. *Neither Slave Nor Free. The Freedmen of African descent in the Slave Societies of the New World*. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1972, pp. 278-308, p. 281. Tradução livre.

¹⁰ McLEOD, Murdo J. Aspectos de la economía interna de la América española colonial: fuerza de trabajo, sistema tributário, distribución e intercambios. In: BETHELL, Leslie (Ed.). *História de América Latina*. (Vol. 3 - América Latina colonial: economía). Barcelona: Editorial Crítica, 1990, pp. 148-188, pp. 160; 163.

branqueamento fazia com que o mulato não fosse “más que un producto en transformación”.¹¹ Já Aline Helg defendeu que a mestiçagem impossibilitava a definição de categorias raciais fixas e bem delineadas, o que gerava uma situação de “desordem racial” ou de “categorias raciais indefinidas”. Somavam-se a isso as diferenciações socioeconômicas, culturais e de cor entre os afrodescendentes, o que impediria a gestação de identidades comuns.¹² Em trabalho sobre a rebelião de Aponte, ocorrida em Cuba no ano de 1812, Matt Childs afirmou que a participação de negros e mulatos nas milícias dava lugar a uma “identidade racial ambígua”. Essa ambiguidade decorria das contradições entre os serviços executados nas milícias, que contribuíam para a manutenção da ordem escravista, e as relações familiares vivenciadas por muitos milicianos negros, os quais eram casados com escravas ou eles próprios ex-escravos.¹³

Esse breve inventário evidencia uma tendência de caracterização dos pardos ou mulatos quase que exclusivamente a partir da contraposição com outros grupos sociais, subordinando a sua constituição como grupo à polaridade acentuada existente entre brancos e pretos, senhores e escravos, proprietários e proletários. Nesta tese, buscou-se compreender os pardos, ao mesmo tempo, a partir de suas especificidades e das relações de interdependência estabelecidas com os demais grupos sociais. Nesse sentido, um dos objetivos do trabalho foi analisar a atuação dos pardos buscando identificar a sua representatividade como coletividade. Em função disso, categorias como as de “ambiguidade”, “desajustamento” ou “identidade racial ambígua” foram consideradas analiticamente inadequadas, pois elas negam a plausibilidade da emergência de identidade grupal relativamente aos pardos ou mulatos.

Não obstante a perenidade da tese da “ambiguidade” atribuída aos pardos e mulatos, novas abordagens têm sido empregadas para problematizar a experiência social desses grupos. Tem-se procurado, por exemplo, entender os significados da cor da pele para os mecanismos de alocação social dos indivíduos ligados geracionalmente à escravidão. Essas pesquisas demonstram que a cor não era um dado fixo, biologicamente determinado, sendo, antes, um fenômeno social, configurando o que era denominado “qualidade”.¹⁴ Evidência disso é o fenômeno da mudança de cor dos indivíduos ao longo da vida, o que poderia ocorrer em

¹¹ VIDAL ORTEGA, Antonino. Entre la necesidad y el temor: negros y mulatos en Cartagena de Indias a comienzos del siglo XVII. In: ARES QUEIJA, Berta; STELLA, Alessandro (Coords.). *Negros, mulatos, zambaigos*. Derroteros africanos en los mundos ibéricos. Sevilla: EEHA, 2000, pp. 89-104, pp. 98-99.

¹² HELG, Aline. *Liberty and Equality in Caribbean Colombia, 1770-1835*. The University of North Carolina Press, 2004, pp. 253-254.

¹³ CHILDS, Matt. *The 1812 Aponte rebellion in Cuba and the struggle against Atlantic slavery*. Chapel Hill: The University of Carolina Press, 2006, pp. 87-89.

¹⁴ Um trabalho que sintetiza tais tendências pode ser consultados em: PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

decorrência de múltiplos fatores, tais como, por exemplo, os casamentos.¹⁵ No interior desse campo de discussões, tem-se conferido destaque aos significados das categorias “pardo” e “mulato”. Atualmente, sabe-se que o designativo “pardo” poderia compreender indivíduos cuja mestiçagem tinha origem em ascendentes indígenas e não exclusivamente em negros; por outro lado, a mestiçagem atrelada aos indivíduos classificados como pardos não se restringia ao sentido biológico, havendo, por exemplo, referências a filhos de africanos nascidos no Brasil denominados como pardos, ou seja, culturalmente mestiços. Tem-se sugerido, ademais, que a qualidade “parda” indicava um afastamento relativo da condição escrava. Já o designativo “mulato”, que se referia a sujeitos mestiços nascidos de pais negros e brancos, era comumente empregado como uma expressão dotada de sentido pejorativo, motivo pelo qual as pessoas de cor evitavam se autodenominar dessa maneira, optando, antes, pela categoria “pardo”.¹⁶

Tais considerações foram fundamentais para o desenvolvimento da presente pesquisa. Contudo, não se trata de perceber o fenômeno da mudança de cor vivenciada por indivíduos e famílias, como tem sido uma tendência da historiografia atual.¹⁷ As dezenas de indivíduos que aparecerão ao longo deste trabalho eram reconhecidamente pardos – tanto por eles próprios, por seus pares, pela administração colonial e pelos demais grupos aos quais estavam interligados. Investiga-se aqui a emergência de um movimento de contestação dos estigmas associados à cor parda, o qual foi articulado por pardos de diferentes regiões ibero-americanas ao longo da segunda metade do século XVIII e nos primeiros anos do século XIX. Ademais, atenta-se particularmente para o processo de transformação da cor em identidade, ou seja, quando ela é adotada como autoidentificação e passa a ser fundamental para a consecução de interesses coletivos.¹⁸

¹⁵ Um trabalho de referência sobre a questão é o de Sheila de Castro Faria, *A colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

¹⁶ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp. 29-31; LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 135-147; PESSOA, Raimundo Agnelo Soares. *Gente sem sorte: Os mulatos no Brasil colonial*. Tese – Doutorado em História. Franca: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2007; NAZZARI, Muriel. Vanishing Indians: the social construction of race in colonial São Paulo. *The Americas*, v. 57, n. 4, pp. 497-524, abr. 2001; GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: Trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008; SANTOS, Jocélio Teles. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. *Afro-Ásia*, 32 (2005), 115-137.

¹⁷ GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo...*, p. 93-108.

¹⁸ Tal perspectiva foi empregada por Stuart Schwartz em estudo sobre as classificações sociais desenvolvidas no Caribe hispânico ao longo dos séculos XVI e XVII. SCHWARTZ, Stuart. Spaniards ‘pardos’, and the missing mestizos: identities and racial categories in the early Hispanic Caribbean. *New West Indian Guide* 71, n. 1 and 2, pp. 5-19, 1997, p. 6.

A problematização acerca da identidade parda tem sido menos frequente na historiografia se comparada aos estudos que privilegiam a formação de identidades étnicas entre africanos e crioulos, sobretudo em irmandades religiosas e nos *cabildos de nación* hispano-americanos.¹⁹ Alguns historiadores, no entanto, têm se dedicado à questão. Ao estudar as irmandades exclusivas a pardos na América portuguesa, Larissa Viana sugeriu que, nas últimas décadas do século XVIII, a cor parda foi apropriada como uma identidade positivada. Ela demonstra que, embora sujeitos que não eram mestiços pudessem integrar essas corporações, havia uma identificação com os pardos, revelando o caráter aglutinador da categoria. No caso específico das irmandades, a positivação era representada tendo-se em vista a diferenciação em relação aos segmentos sociais designados como pretos, os quais eram acusados pelos pardos de não viverem de acordo com o ideal de conduta cristã.²⁰ Em pesquisa sobre o sistema de classificação sociorracial do Caribe neogranadino, o historiador Sergio Solano propôs que a categoria “pardo” ganhou significados políticos ao longo do século XVIII, passando a ser empregada em contraposição ao designativo “mulato”, este dotado de um sentido pejorativo. Para ele, a mudança estava diretamente relacionada à emergência das milícias reformadas a partir da década de 1770. A vinculação dos pardos ao Estado por meio de tais instituições é o que conferiria o caráter político associado à categoria “pardo”.²¹

Esta tese insere-se a seu modo no conjunto dessas novas perspectivas. Nela, argumenta-se que a positivação da identidade parda consistiu em fenômeno comum às regiões ibero-americanas onde a população livre oriunda da escravidão tinha peso significativo, notadamente nas capitanias da América portuguesa e em áreas pertencentes ao Vice-Reino de Nova Granada, à Capitania Geral da Venezuela e à Capitania Geral de Cuba. Procura-se demonstrar que a defesa da cor parda como uma característica positiva conformava apenas um dos aspectos de um processo mais amplo, qual seja, o da politização vivenciada pelos pardos ao longo desse período. A ideia de politização refere-se à atuação dos pardos como um grupo capaz de pressionar a monarquia visando à transformação do *status* jurídico atribuído a eles. O quanto esse processo se acentuou dependeu da configuração das condições sociais específicas de cada lugar.

¹⁹ Os *cabildos de nación* eram corporações que agrupavam africanos e crioulos de uma mesma procedência cultural e geográfica. Essas instituições foram muito populares em Cuba durante todo o período de vigência da escravidão. CHILDS, Matt. *The 1812 Aponte rebellion in Cuba...*, pp. 95-111.

²⁰ VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

²¹ SOLANO D., Sergio Paolo. Repensando la configuración socio-racial del Nuevo Reino de Granada, siglo XVIII: pardos, mulatos, cuarterones y quinterones. *Aguaita*, Cartagena de Indias, n. 25, pp. 39-59, dez. 2013. pp. 44-45.

Optou-se por apreender os pardos como um grupo social a partir de seu enquadramento jurídico e da formação de identidades coletivas. De modo que se analisam, por um lado, os fundamentos das restrições legais e dos estigmas atribuídos ao grupo, e, por outro, a emergência de redes de sociabilidade entre eles por meio da integração em corporações religiosas e militares.²² Essas instituições propiciavam a circulação de notícias, opiniões e expectativas, sendo, por isso, entendidas aqui como espaços privilegiados de politização.

O recorte temporal contemplado nesta pesquisa compreende a segunda metade do século XVIII até o ano de 1808. Esse período configura um marco na história dos impérios ibéricos, uma vez que nele ocorreram transformações políticas, marcadas, em um extremo, pelo processo de centralização das monarquias ibéricas e pela emergência das reformas ilustradas e, em outro, pela deflagração da crise que levaria ao fim do vínculo entre a maior parte das colônias americanas e suas respectivas metrópoles. Trata-se de uma investigação que analisa a atuação dos pardos nas diversas capitanias da América portuguesa e no Caribe espanhol, particularmente no Vice-Reino de Nova Granada, na Capitania Geral da Venezuela e na Capitania Geral de Cuba. Nessas regiões, a escravidão africana teve peso significativo e a prática da alforria ao longo do tempo deu lugar a uma expressiva camada de homens livres, mas que em decorrência dos vínculos com o cativo ocupavam um lugar social subordinado.

A definição das balizas temporais foi delineada tendo em vista que a época inscrita de meados do século XVIII a meados do XIX foi uma conjuntura de profundas transformações, a qual confluiu para a desestabilização da organização política, institucional e social característica do Antigo Regime, dando lugar à emergência das sociedades democrático-representativas.²³ As tensões sociais presentes ao mundo colonial que passam a manifestar-se de modo mais pronunciado a partir das últimas décadas do século XVIII foram fenômeno constitutivo desse amplo processo de transformações. Uma das expressões mais eloquentes desse quadro diz respeito ao reformismo ilustrado promovido pelas monarquias ibéricas, o

²² Sobre o papel central desempenhado por essas corporações no fomento às sociabilidades ver: SILVA, Luiz Geraldo. Da festa à sedição: sociabilidades, etnia e controle social na América portuguesa (1776-1814). *História: Questões e Debates*, n. 30, pp. 83-110, 1999; SILVA, Luiz Geraldo. Aspirações barrocas e radicalismo ilustrado. Raça e nação em Pernambuco no tempo da independência (1817-1823). In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, pp. 915-934; SILVEIRA, Marco Antonio. Acumulando forças: lutas pela alforria e demandas políticas na Capitania de Minas Gerais (1750-1808). *Revista de História*, São Paulo, v. 158, pp. 131-156, 2008.

²³ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994 (especialmente v. 2); HOBBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções: 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2010; KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 2009; PALMER, Robert R. *The age of the democratic revolution. A political history of Europe and America, 1760-1800*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2014.

qual, em linhas gerais, voltou-se aos propósitos da centralização monárquica, da implantação da racionalidade administrativa, do fomento à economia e da execução de reformas militares e sociais. Na documentação consultada, há indícios de que nesse momento os pardos passavam a questionar o estatuto jurídico ao qual estavam submetidos e, conseqüentemente, a vislumbrar a transformação do *status* social atribuído ao grupo.

Buscou-se compreender o entrelaçamento entre essas múltiplas dimensões de mudança e a trajetória histórica do grupo dos pardos a partir da proposição teórica de Norbert Elias conforme a qual as “mudanças na estrutura das sociedades podem induzir um grupo a contestar o poder de coerção de outro grupo, o seu potencial de retenção” de poder.²⁴ Nesse sentido, procurou-se analisar especificamente o impacto das reformas militares e sociais executadas pelas monarquias ibéricas a partir da década de 1750 sobre o processo de inserção social e política dos pardos. Sustenta-se que as reformas alteraram alguns dos princípios que sustentavam o modelo de incorporação societário tradicionalmente seguido pelas monarquias ibéricas e, com isso, tornou-se possível aos pardos vislumbrar a alteração de seu próprio *status* social. Nesse momento, os pardos vivenciaram o que foi denominado por Reinhart Koselleck de mudança no “horizonte de expectativas”, conferido precisamente pela possibilidade da ruptura com a experiência passada de incorporação social e a formulação de novos modelos.²⁵

Ao longo deste trabalho, demonstrarei que as pressões exercidas pelos pardos contestavam, direta ou indiretamente, os monopólios exercidos pelas elites locais brancas. Por isso, suas aspirações provocaram reações imediatas nos grupos de poder, que, para garantir a manutenção de suas posições privilegiadas, passaram a estigmatizar de modo cada vez mais intenso os pardos. Um dos objetivos deste trabalho foi precisamente compreender o desenvolvimento e a constituição desse campo de estigmas. Ao mesmo tempo, buscou-se elucidar as possibilidades de ação dos pardos no sentido de contestarem os estigmas atribuídos a eles. Essas disputas e conflitos foram lidas como um tipo de manifestação de relações estabelecidos-*outsiders*, as quais pressupõem que as disputas entre grupos são caracterizadas por desequilíbrios de poder entre as partes constitutivas.²⁶ Defende-se que essas lutas e disputas não impactaram apenas nas configurações locais onde ocorriam, mas

²⁴ ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008, pp. 85-86.

²⁵ KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: KOSELLECK, R. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma P. Maas, Carlos A. Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p. 305-327.

²⁶ ELIAS Norbert. Introdução. Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-*outsiders*. In: ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 19-50.

que elas provocaram um campo de tensão que influenciou, a seu modo, as transformações mais gerais em andamento no interior dos impérios ibéricos.

As diversas capitânias da América portuguesa e as regiões pertencentes ao Caribe espanhol – Vice-Reino de Nova Granada, Capitania Geral da Venezuela e Capitania Geral de Cuba – foram analisadas considerando-as como partes do mundo ibérico. Este é pensado como uma configuração social abrangente constituída por relações de interdependência e pelo estabelecimento de equilíbrios de poder em vários níveis.²⁷ Considera-se que o mundo ibérico foi estruturado a partir de dinâmicas sociais compartilhadas, marcadas, por um lado, pelo desenvolvimento de um quadro societário comum baseado no trabalho compulsório de indígenas e escravos africanos, e, por outro, pela adoção de um modelo de incorporação social muito semelhante. O mundo ibérico, nesse sentido, conformaria um equilíbrio de poder específico, que garantia aos brancos com *status* de nobreza um domínio social incontestável ao passo que reservava aos grupos ligados geracionalmente à escravidão uma posição social subordinada.

O olhar para as diferentes dimensões do mundo ibérico permitiu pensar os atores sociais envolvidos de algum modo com o problema da inserção social e política dos pardos levando-se em consideração as posições de poder de cada um deles e suas relações de interdependência. Assim, ao se considerar as ações dos pardos, das elites locais e da administração colonial (governadores, órgãos consultivos sediados na Europa e o rei) tinha-se claro que cada uma delas teria efeitos positivos e negativos sobre os demais.

Ademais, considerou-se o mundo ibérico como uma unidade histórica conectada por processos sociais e políticos compartilhados, cujos desdobramentos variaram de acordo com condicionamentos específicos a cada espaço, seja entre as macrorregiões dos impérios português e espanhol, seja no interior de cada uma dessas unidades.²⁸ Atenta-se particularmente para a emergência de processos de crise, notadamente os deflagrados pela posição desigual ocupada pelos impérios espanhol e português nas disputas com as demais potências coloniais e pela crise do domínio colonial desencadeada após 1789.

O corpo documental que sustenta empiricamente esta tese pode ser pensado como uma teia imbricada de informações que possibilitaram encontrar vestígios de parte da experiência de vida dos pardos. Como indicado, trata-se de um enfoque que privilegia sobretudo o relacionamento que esses homens mantiveram com o Estado e vice-versa. Por isso, entre os

²⁷ A definição dos conceitos eliasianos referidos se encontra em ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia...*, 77-112, 140-145.

²⁸ Nesse ponto segue-se particularmente as teses de HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos, 1750-1850*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

tipos de documentos consultados, cabe destacar, em primeiro lugar, os requerimentos, representações (demandas coletivas), petições e cartas enviadas por esses indivíduos a distintas instâncias da administração colonial. A possibilidade de sujeitos comuns – que não integravam a elite política com funções na governança – comunicarem-se com os reis de certa forma impressiona os pesquisadores da atualidade.²⁹ Comigo não foi diferente. Encontrar relatos em “primeira pessoa”³⁰ de homens – às vezes também mulheres – pertencentes aos estratos sociais mais baixos consiste em uma ambição para o investigador interessado nas experiências de vida dos homens comuns.

O diálogo entre os pardos e o Estado era possível graças à própria cultura política que informava as monarquias ibéricas. Na sociedade de matriz corporativa –hierarquizada e desigual – o papel dos reis era delineado a partir de suas funções como árbitro da justiça devida a cada súdito, atuando como um mediador de conflitos.³¹ Nesse ordenamento, todos os súditos tinham o direito de recorrer ao rei para demandar justiça, tendo esta um duplo significado. Poderia ser entendida como a busca de recompensa aos merecimentos de cada indivíduo, concedidos de acordo com o lugar social ocupado, ou a denúncia de situações consideradas arbitrárias. Essa comunicação consistia em um dos meios de sustentação dos vínculos políticos que uniam o rei e os súditos dos territórios ultramarinos.

Não é possível quantificar de modo preciso o número de requerimentos analisados ao longo da tese. A dificuldade explica-se pela própria natureza dessa documentação. Um requerimento nunca era uma peça isolada. Muitos eram elaborados a partir da junção de outros documentos, como os testemunhos anexados com o fim de comprovar o que se estava alegando; outros se remetiam a requerimentos anteriores. Cada requerimento, normalmente, gerava uma série de novos documentos. Dentre eles, destacam-se as chamadas Consultas dos órgãos responsáveis pela administração dos territórios ultramarinos, nomeadamente o Conselho de Índias espanhol e o Conselho Ultramarino português. O Conselho espanhol foi instituído em 1524 e o português entre 1642 e 1643, este espelhado diretamente no modelo

²⁹ Bons exemplos são os livros de Carlo Ginzburg, *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. (1.^a ed. 1976). Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, e de Natalie Zemon Davis, *Histórias de Perdão e seus narradores na França do século XVI*. Trad. Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

³⁰ A expressão é empregada em SILVEIRA, Marco Antonio. Narrativas de contestação. Os Capítulos do crioulo José Inácio Marçal Coutinho (Minas Gerais, 1755-1765). *História social*, n. 17, p. 285-307, 2009.

³¹ HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviatã: Instituições e poder político, Portugal – século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994; HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. O Antigo Regime (1620-1807). v. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 121-155.

daquele.³² Também os pareceres dos governadores integravam a teia de documentação atrelada a um requerimento matriz. Suas apreciações sobre as demandas dos pardos eram centrais para o delineamento da resposta que seria conferida, em última instância, pelo rei.³³

Os requerimentos analisados são de dois tipos principais: demandas ligadas ao âmbito das milícias e ao mundo civil. Essa divisão, no entanto, não significa que as demandas constituíssem esferas totalmente separadas; era comum, ao contrário, que houvesse um entrelaçamento entre elas. Os requerimentos enviados por milicianos pardos revelaram-se extremamente promissores, pois frequentemente continham reflexões que ultrapassavam os limites dos interesses ligados aos corpos militares. Neles foi possível encontrar opiniões tecidas pelos pardos em relação ao papel que desempenhavam na manutenção dos espaços coloniais, aos vínculos com o Estado, pressões em prol do melhoramento do *status* social do grupo, etc. Os requerimentos ligados à esfera civil são aqueles por meio dos quais os pardos buscavam obter privilégios como a habilitação aos empregos públicos.

Além dos requerimentos, outras fontes foram analisadas, notadamente a legislação, dicionários, relatos de viajantes, sermões religiosos, documentação produzida pela burocracia imperial, e daí por diante. Esse material foi importante principalmente como instrumento para a identificação das opiniões dos demais grupos sobre os pardos, o que se mostrou fundamental, por exemplo, para a compreensão dos estigmas aos quais os pardos estavam submetidos.

A documentação consultada pertence aos acervos de instituições de Portugal, Brasil, Espanha e Colômbia. Para o caso da América portuguesa, destacam-se o Arquivo Histórico Ultramarino, o Arquivo Público Mineiro e o Arquivo Público do Estado da Bahia. Os dois primeiros têm parte de seus acervos digitalizados, o que otimizou o trabalho de levantamento das fontes. Para os espaços espanhóis, a maior parte da documentação foi consultada no Archivo General de Indias e no Archivo General de Simancas, ambos localizados na Espanha. Obras de compilação documental também foram de suma importância para desenvolvimento da presente tese, particularmente a *Colección de Documentos para la Historia de la*

³² Sobre o Conselho Ultramarino, ver: CAETANO, Marcelo. *O Conselho Ultramarino*. Esboço da sua história. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1967; para o caso espanhol, BURKHOLDER, Mark A. The Council of the Indies in the late eighteenth century: a new perspective. *The Hispanic American Historical Review*, v. 56, n. 3, pp. 404-423, 1976.

³³ Fernanda Olival já destacou o papel central desempenhado pelos governadores na dinâmica dos pedidos de mercês régias. Eles atuavam como “filtros” entre os requerentes e o poder central, identificando a veracidade das informações prestadas e informando sobre o merecimento do requerente. OLIVAL, Fernanda. Mercês, serviços e circuitos documentais no império português. In: LOBATO, Manuel; SANTOS, Maria. E. Madeira (Coord.). *O domínio da distância: Comunicação e cartografia*. Lisboa: História e Cartografia: Instituto de Investigação Científica e Tropical, 2006. p. 68.

Formación Social de Hispanoamérica, 1493-1810, organizada por Richard Konetzke; *El régimen de “las Gracias al Sacar” en Venezuela durante el periodo hispánico*, organizada por Santos Rodulfo Cortes. Por fim, o inventário de fontes sobre as *gracias al sacar* elaborado por Ann Twinam a partir do cruzamento dos dados presentes nas duas obras anteriores e de sua própria pesquisa no Archivo de Indias auxiliou substancialmente a pesquisa.

A tese foi estruturada tendo em vista duas questões de base. Em um primeiro momento, busca-se definir o lugar dos pardos na estrutura social ibero-americana do século XVIII e, em um segundo, o objetivo é compreender as relações entre as reformas promovidas pelas monarquias ibéricas ao longo da segunda metade do século XVIII e o aprofundamento das discussões sobre o *status* social e político dos pardos livres.

As discussões que integram o primeiro capítulo, intitulado “Os pardos da América ibérica”, procuram definir o lugar ocupado pelos pardos naquela estrutura social a partir dos seguintes eixos: seu peso demográfico em relação ao conjunto da população nas principais regiões analisadas; exame das classificações sociais correntes na América ibérica, atentando particularmente para os significados da existência da categoria jurídica das *castas* nos espaços espanhóis e sua ausência nos domínios portugueses; a gênese e estruturação do campo de estigmas relativo aos pardos; procura-se demonstrar que tal campo de estigmas foi objeto de disputas e conflitos que envolveram diretamente os próprios pardos; por fim, discute-se a formação de identidades coletivas entre os pardos, problematizando-se particularmente o papel das irmandades e dos corpos militares nesse processo, sobretudo por meio do fomento às sociabilidades.

O capítulo 2 trata das reformas militares promovidas pelas monarquias ibéricas após o fim da Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Nele, busca-se demonstrar que as milícias constituíram os principais nichos de politização disponíveis aos pardos. Foi estruturado a partir das seguintes discussões: análise das demandas dos milicianos por privilégios; exame ao modo como as suas aspirações deram origem a um campo de disputas e conflitos com os milicianos brancos; investigação à segunda voga de reformas, propostas ao longo da década de 1790, e que tinham como objetivo extinguir ou cercear os privilégios conquistados pelos milicianos anteriormente.

No último capítulo da tese, discorre-se sobre o aumento das tensões relativas ao *status* social dos pardos. Problematicam-se os efeitos das reformas sociais promovidas pelas monarquias ibéricas sobre a configuração do campo de expectativas manifestado pelos pardos, atentando-se particularmente para as possibilidades de transformação da condição

jurídica do grupo. É neste capítulo que a articulação dos pardos livres em um movimento comum de questionamento dos monopólios exercidos pelas elites brancas torna-se mais evidente. Tal ação manifestava-se, na maior parte dos casos, de modo indireto, por meio do combate aos estigmas atribuídos a eles. Em um primeiro momento examina-se como a mudança no ideário acerca da vassalagem contribuiu para ampliar as possibilidades de inserção social e política dos pardos. Posteriormente, discute-se o papel da educação como um dos principais elementos propiciadores de ascensão social aos pardos. Na seção seguinte, investiga-se a prática das “dispensas da cor”, buscando entender como esse mecanismo jurídico permitiu que pardos de distintas regiões da América ibérica pudessem ter acesso a funções de prestígio. Por fim, aborda-se a emergência de propostas e demandas que visavam à abolição das diferenças jurídicas entre pardos e brancos e a sua consequente elevação ao grupo dos habilitados.

Capítulo 1

Os pardos da América ibérica

1.1. Os pardos no espaço urbano ibero-americano: considerações demográficas

O elevado contingente de libertos e de seus descendentes livres constituía um dos traços que distinguia as sociedades ibero-americanas de fins do século XVIII em relação às demais configurações sociais do continente.¹ No conjunto dessa população, destacavam-se quantitativamente indivíduos mestiços, os quais, ao longo da segunda metade daquela centúria, tenderam a ser designados como pardos ou *castas*, este último termo de uso exclusivo nos espaços hispano-americanos. As origens sociais dessa população eram diversas, destacando-se, nas primeiras gerações da colonização, os enlances entre peninsulares, populações nativas da América e africanos e, posteriormente, as relações endogâmicas entre indivíduos miscigenados e entre estes e brancos de origem pobre e indígenas. Nesta tese, atenta-se particularmente para a vinculação de tal segmento populacional com a escravidão africana, pois foi ela que, ao longo do século XVIII, serviu de justificativa para as restrições legais impostas aos pardos. Por isso, para compreender o processo de desenvolvimento dessa camada social na América portuguesa e no Caribe espanhol, faz-se imprescindível atentar para as dinâmicas e temporalidades do tráfico de escravos para esses espaços.

Graças às várias décadas de trabalho na coleta e na sistematização de dados, atualmente as pesquisas sobre o tráfico de africanos para as Américas contam com estimativas relativamente mais seguras. Nesse sentido, vale destacar a importância de projetos como o “The Trans-Atlantic Slave Trade Database Voyages”, banco de dados que reúne informações com base em mais de 35 mil viagens do tráfico transatlântico de escravos.² Aventa-se que, durante todo o período de vigência do tráfico, mais de 10 milhões de escravos tenham desembarcado nos portos americanos; destes, aproximadamente 6 milhões foram encaminhados às áreas pertencentes a atual América Latina. Os dados contidos nas tabelas 1.1 e 1.2 demonstram a distribuição da mão de obra escrava entre as principais regiões de desembarque da América ibérica, em um período que vai do início do século XVI até meados do século XIX, quando este comércio foi legalmente proibido no Império do Brasil, na época o maior importador de escravos.

¹ O historiador Herbert Klein sugeriu que por volta de 94% do total da população de libertos e livres de cor da América concentrava-se nos territórios sob o domínio ibérico. Do autor, ver: Las características demográficas del comercio atlántico de esclavos hacia Latinoamérica. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”*, Tercera Serie, pp. 7-27, n. 8, 1993, p. 25.

² As estimativas referem-se ao tráfico praticado legalmente e que, por isso, gerava registros comerciais nos portos de embarque e de desembarque.

Ao longo do século XVI, embora o tráfico fosse dominado por comerciantes portugueses, a maior parte dos escravos africanos seguia em direção à América espanhola, cujos colonizadores detinham maior poder de compra devido à prata e ao ouro americanos. Os principais portos de desembarque estavam localizados nas cidades de Veracruz e Cartagena de Índias, os quais constituíam portas de entrada, respectivamente, às regiões pertencentes ao Vice-Reino da Nova Espanha e ao Vice-Reino do Peru.³

TABELA 1.1 – Tráfico de escravos para áreas da América espanhola

Desembarque	Cartagena	Cuba	Hispaniola (outros)	Porto Rico	Rio da Prata	Total
1501-1550	1.904	-	42.554	-	-	44.458
1550-1600	48.290	-	77.942	-	-	126.232
1600-1650	164.031	-	20.465	-	699	185.195
1650-1700	34.653	336	6.787	305	5.681	47.762
1700-1750	24.641	3.408	1.393	383	27.900	57.725
1750-1800	2.681	64.625	5.358	10.233	7.642	90.539
1800-1850	638	550.751	412	15.960	25.387	593.148
Total	274.934	619.120	112.357	26.881	67.309	1.100.601

Fonte: www.slavevoyages.org

Como consta na tabela 1.1, durante a segunda metade do século XVI, o contingente de escravos comprados legalmente aumentou significativamente, atingindo o auge na primeira metade do século XVII. A acentuada queda demográfica das populações indígenas, aliada à promulgação de leis que proibiam a escravização dessas populações (1548), foram fatores que influenciaram diretamente o fenômeno, o qual se relacionava ao processo de substituição de parte dessa mão de obra pela dos escravos trazidos da África.⁴ A inexistência de entrepostos controlados pela Coroa espanhola na costa africana fez com que os súditos de Castela

³ BOWSER, Frederick P. Africans in Spanish American colonial society. In: BETHELL, Leslie (Ed.). *The Cambridge History of Latin America*. v. 2: Colonial Latin America. Cambridge University Press, 1984, p. 361; BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2003, p. 179.

⁴ BOWSER, Frederick P. Africans in Spanish American colonial society...; BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo...*, pp. 166-169.

dependessem de traficantes estrangeiros para ter acesso aos escravos. Esse comércio era realizado por meio de licenças concedidas pela Coroa a traficantes que compravam o direito de vender escravos para a América espanhola, as quais, a partir de 1595, foram denominadas de *asientos*. Durante a vigência da União Ibérica (1580-1640), os traficantes portugueses praticamente monopolizaram os contratos e, portanto, foram responsáveis pelo deslanche do tráfico para a América espanhola. Como observou Luis Felipe de Alencastro, o início da estruturação do tráfico de escravos comandado pelos portugueses foi financiado diretamente pela prata espanhola.⁵

De forma geral, durante o século XVI e primeiras décadas do XVII, a maior parte do contingente de escravos que ingressaram na América espanhola era conduzida às grandes cidades pertencentes aos vice-reinos da Nova Espanha e do Peru, tais como a cidade do México e de Lima. Nas cidades, a mão de obra escrava era destinada a trabalhos domésticos, ao artesanato, à agricultura e demais atividades ligadas à prestação de serviços no meio urbano. A historiografia tem indicado que, embora a importação de escravos africanos estivesse conectada à queda demográfica das populações indígenas, essa mão de obra não chegou a consolidar-se como uma alternativa viável para a exploração das minas de prata. Sugere-se que em tais regiões a mortalidade dos escravos era acentuada devido aos rigores do clima – em decorrência das elevadas altitudes – e do tipo de trabalho executado. Por isso, a mão de obra escrava tornava-se economicamente inviável. A situação nas minas auríferas situadas em Nova Granada era completamente distinta. Em regiões como Antioquia e Popayán, os escravos africanos constituíram uma força de trabalho importante, não somente durante os séculos XVI e XVII, mas ao longo de todo o período colonial.⁶

Durante o século XVI e parte do XVII, as demais regiões hispano-americanas recebiam provimentos de escravos mais modestos em relação às zonas coloniais economicamente mais dinâmicas e prósperas. Esses eram os casos das Antilhas e dos espaços caribenhos pertencentes à Nova Granada e à Venezuela. Destituído de metais preciosos em quantidades expressivas, o Caribe espanhol ocupava um lugar economicamente marginal entre as colônias americanas. Os territórios em questão estavam voltados para a agricultura, mas, em decorrência das dificuldades de acesso à mão de obra escrava, não se tornaram produtores de gêneros para a exportação em larga escala nesse período mais recuado.

⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes. Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp.99-112; BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo...*, pp. 178-179.

⁶ BAKE-WELL, Peter. La minería en la Hispanoamérica colonial. In: BETHELL, Leslie (Ed.). *História de América Latina*. (Vol. 3 - América Latina colonial: economía). Barcelona: Editorial Crítica, 1990, pp. 49-91, pp. 70-71; BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo...*, pp. 180-183.

Conforme Javier Laviña e Michael Zeuske, Nova Granada e a Venezuela continham regiões de microescravidão, ou seja, enclaves que empregavam a mão de obra escrava sem constituí-la o fundamento do seu sistema produtivo. Na Venezuela, esses eram os casos das cidades de Caracas – e os seus vales contíguos – e Coro; em Nova Granada, das cidades de Cartagena, Santa Marta, Panamá e das zonas auríferas pertencentes à província interiorana da Antioquia.⁷

Mesmo recebendo um contingente menor de escravos comparativamente às zonas continentais, a presença africana foi um traço marcante das regiões caribenhas, pois nelas as taxas de mortalidade indígena foram mais acentuadas.⁸ Em lugares como Hispaniola e Cuba, por exemplo, a população autóctone foi praticamente dizimada, decorrendo daí a importância dos escravos africanos no conjunto da população.⁹ Estima-se que das 20 mil pessoas residentes em Cuba na primeira década do século XVII, metade fossem escravas.¹⁰ Assim, evidencia-se que por essa época a escravidão africana constituía um traço formativo importante das áreas caribenhas, distinguindo-as, em linhas gerais, das áreas continentais.

TABELA 1.2 – Tráfico de escravos para áreas da América portuguesa

Desembarque	Pernambuco	Bahia	Outros portos	Rio de Janeiro	Amazônia	Total
1550-1600	18.571	5.647	287	4.770	-	29.275
1600-1650	123.301	116.073	2.139	81.101	-	322.614
1650-1700	124.933	201.609	143	142.928	1.096	470.709
1700-1750	190.933	423.797	5.987	286.887	4.281	911.885
1750-1800	149.243	413.687	9.493	476.800	67.657	1.116.880
1800-1850	261.587	423.499	36.701	1.287.319	71.021	2.080.127
Total	868.568	1.584.312	54.750	2.279.805	144.055	4.931.490

Fonte: www.slavevoyages.org

⁷ LAVIÑA, Javier; ZEUSKE, Michael. Failures of atlantization: first slaveries in Venezuela and Nueva Granada. *Review: a Journal of the Fernand Braudel Center* (The Second Slavery: Mass Slavery, World-Economy, and Comparative Microhistories, part. II), v. 31, n. 3, pp. 297-342, 2008.

⁸ Sabe-se que nas áreas centrais da América espanhola a mortalidade indígena também foi catastrófica, mas, ao contrário do que ocorreu nas ilhas e regiões costeiras do Caribe, o contingente indígena ainda manteve-se significativo. Sobre essa discussão, ver: SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás. La población de la América colonial española. In: BETHELL, Leslie (Org.). *América Latina colonial: población, sociedad y cultura*. v. 4. Barcelona: Editorial Crítica, 1990, pp. 15-22; LOCKHART, James; SCHWARTZ, Stuart. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 143.

⁹ SCHWARTZ, Stuart. Spaniards ‘pardos’, and the missing mestizos: identities and racial categories in the early Hispanic Caribbean. *New West Indian Guide* 71, n. 1 and 2, pp. 5-19, 1997; BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo...*, pp.166-177.

¹⁰ BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo...*, p. 178.

A situação no Estado do Brasil durante o primeiro século de colonização foi distinta em comparação com as tendências presentes nas colônias hispano-americanas. Como fartamente demonstrado pela historiografia, nesse período o Brasil ocupou um lugar secundário no conjunto das possessões ultramarinas de Portugal, e notadamente em relação aos entrepostos e feitorias do Oriente que sustentavam o trato das especiarias.¹¹ Sem os atrativos e ganhos propiciados pelos metais preciosos, a colonização foi estruturada tendo como fundamento a exploração agrícola, inicialmente de viés extrativista de recursos como o pau-brasil, e, a partir da década de 1530, baseada na monocultura do açúcar. Nesse contexto, as capitanias do nordeste, especialmente Pernambuco e Bahia, eram as regiões mais promissoras economicamente e, por isso, constituíam o centro da colonização portuguesa na América.¹²

A mão de obra indígena foi a principal força de trabalho durante a montagem da rede de engenhos de açúcar. A escassez de dados relativamente à importação de escravos africanos durante a primeira metade do século XVI indica que, durante esse período, a escravidão africana não figurava como uma alternativa atrativa e necessária aos colonos. Conforme Stuart Schwartz, durante as décadas de 1550 e 1560, “praticamente não havia escravos africanos nos engenhos do nordeste”, predominando essencialmente a mão de obra indígena.¹³ Esse panorama começou a mudar ao longo da segunda metade daquele século, quando, conforme as estimativas presentes na tabela 1.2, pouco mais de 29 mil escravos foram importados. O número, porém, é muito inferior ao contingente de escravos que aportou nas regiões hispano-americanas durante a mesma época, o que demonstra as distinções entre os espaços ibero-americanos considerando o fluxo e o volume do tráfico no primeiro século de colonização.

A mão de obra africana se efetivaria como a principal força de trabalho dos engenhos luso-americanos durante as primeiras décadas do século XVII, como resultado da combinação de diversas causas. Internamente, destaca-se a instabilidade da mão de obra indígena

¹¹ Para análises sobre as fases e características da expansão portuguesa no Oriente, ver: SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O Império Asiático Português, 1500-1700: uma história política e econômica*. Lisboa: Difel, 1993; Luis Filipe F. R. Thomaz. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

¹² Sobre o desenvolvimento da indústria açucareira no nordeste do Brasil, ver o estudo referencial de SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

¹³ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: Engenhos e escravos...*, p. 68.

decorrente da elevada mortalidade e da resistência ao apresamento.¹⁴ No plano externo, verifica-se a crescente importância econômica do Brasil em face das dificuldades enfrentadas pelos portugueses para manter o monopólio das especiarias no Oriente devido à concorrência exercida por outros agentes comerciais, como, por exemplo, a Companhia das Índias Orientais dos Países Baixos. Por sua vez, o fim da União Ibérica (1580-1640) atingiu diretamente os traficantes portugueses, quebrando o quase monopólio exercido por eles na arrematação dos *asientos* de escravos para a América espanhola. Não foi fortuito, portanto, que, a partir de meados do século XVII, o eixo do tráfico de escravos articulado pelos portugueses tenha passado a concentrar-se no mercado do Brasil, dando início à formação do complexo escravista do Atlântico Sul.¹⁵

O impacto dessas transformações pode ser averiguado nos dados sobre o tráfico para a América ibérica durante o século XVII. Se o fluxo de escravos para a América espanhola atingiu o ápice durante a vigência da União Ibérica, consistindo na migração forçada de mais de 185 mil pessoas, essa importação sofreu uma queda brusca após 1650 e, até o fim do século, o número de escravos registrados legalmente não passou de 50 mil. O contraste com os dados para a América portuguesa é evidente, como pode ser observado nas tabelas 1.1 e 1.2. De 1600 a 1650, mais de 300 mil escravos entraram legalmente, volume que continuou crescendo até o final do século XVII, com a imigração de quase 500 mil pessoas de 1650 a 1700. Essa guinada do tráfico de escravos para a América portuguesa transformou a paisagem demográfica das regiões de maior importância econômica, notadamente as capitanias de Pernambuco e da Bahia, no nordeste, e, mais ao sul, a capitania do Rio de Janeiro. Embora a população indígena permanecesse como um segmento social importante, os escravos africanos e seus descendentes libertos assumiriam cada vez mais o protagonismo no conjunto da mão de obra empregada tanto na empresa açucareira como nas atividades urbanas.

A descoberta do ouro na região das Minas Gerais na passagem do século XVII para o XVIII fez com que a já considerável taxa de importação de escravos mais do que dobrasse durante a primeira metade do século XVIII. Nesse contexto, a cidade do Rio de Janeiro passou a figurar como a principal porta de entrada dos escravos destinados à exploração das minas, transformando-a no segundo maior porto negreiro da América portuguesa. O volume e a temporalidade do tráfico imprimiriam traços peculiares à capitania de Minas Gerais, que se converteu em uma das regiões mais populosas das Américas, onde os escravos e seus

¹⁴ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: Engenhos e escravos...*, pp. 68-73.

¹⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes...*, p. 112.

descendentes livres predominavam numericamente em relação aos brancos.¹⁶ Paralelamente ao fluxo de escravos em direção ao interior da América portuguesa, regiões tradicionais como a Bahia e, secundariamente, Pernambuco, continuaram a receber contingentes elevadíssimos de escravos ao longo da primeira metade do século XVIII.

Durante o Setecentos, a entrada legal de escravos na América espanhola manteve-se modesta. Os quase 58 mil escravos registrados nos seus portos até 1750 equivaliam a somente 6,3% do total de escravos desembarcados nos portos da América portuguesa durante a mesma época. No meio século seguinte, nem mesmo o aumento do tráfico alavancado por Cuba foi capaz de alterar significativamente essa proporção. Os 90.539 escravos introduzidos na América espanhola equivaliam a apenas 8% do total de escravos que entraram na América portuguesa, cifra que ultrapassava um milhão de pessoas. Isso indica que a escravidão não constituía o fundamento da estrutura laboral das regiões hispano-americanas, embora continuasse a ser importante em localidades específicas.¹⁷

Ao longo do século XVIII, o eixo do tráfico de escravos para a América espanhola deslocou-se das zonas centrais para áreas até então economicamente marginais, especialmente para o Caribe neogranadino e alguns lugares no interior do Vice-Reino de Nova Granada, para a Província da Venezuela e, de modo mais pronunciado, em direção à Capitania Geral de Cuba.¹⁸ Na porção caribenha de Nova Granada – composta pelas províncias de Cartagena, Santa Marta e Rioacha – o cultivo do açúcar, do cacau e a criação de gado eram as principais atividades que absorviam a mão de obra escrava; já nas cidades, destacavam-se nesse sentido o comércio interprovincial e os serviços domésticos. No interior, a exploração aurífera fez com que as províncias de Chocó e Popayán contivessem um elevado percentual de escravos, distinguindo-as, em função disso, das demais províncias andinas, onde prevalecia a população indígena.¹⁹ A Província da Venezuela – elevada à categoria de capitania geral em 1777 – constituiu outro importante centro consumidor de mão de obra escrava ao longo do século XVIII.²⁰ Embora escravos africanos estivessem presentes na Venezuela desde a primeira

¹⁶ A literatura sobre a formação história do território das Minas Gerais é vasta. Indicam-se aqui apenas algumas obras de referência. BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969; RUSSELL-WOOD, A. J. R. *El Brasil colonial: el ciclo del oro, c. 1690-1750*. In: BETHELL, Leslie (Org.). *América Latina colonial: economía*. v. 3. Barcelona: Editorial Crítica, 1990, pp. 260-305.

¹⁷ BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo...*, p. 187.

¹⁸ BOWSER, Frederick P. *Africans in Spanish American colonial society...*, pp. 362-367.

¹⁹ MÚNERA, Alfonso. *El fracaso de la nación. Región, clase y raza en el Caribe colombiano (1717-1821)*. Bogotá: El Áncora Editores/Banco de la República, 1998, pp. 36-37; HELG, Aline. *Liberty and Equality in Caribbean Colombia, 1770-1835*. The University of North Carolina Press, 2004, p. 50.

²⁰ A Capitania Geral da Venezuela era formada pelas províncias de Caracas, Maracaibo, Cumaná, Guayana, Margarita e Trinidad. Anteriormente, estas províncias estavam sob a jurisdição do vice-reino de Nova Granada,

metade do século XVI, foi somente a partir desse momento que a aquisição dessa mão de obra passou a figurar como uma alternativa mais factível. Restrições crescentes ao trabalho indígena coercitivo (1691) e o crescimento econômico impulsionado pela exportação do cacau explicam o fenômeno.²¹ O historiador Federico Brito Figueroa estimou que cerca de 121 mil escravos tenham entrado na Venezuela ao longo de todo o período colonial, dado que tem sido revisado à luz de novas investigações. Atualmente sugere-se que o número de escravos comercializados legalmente seria de 101 mil pessoas.²² Todos os autores, no entanto, concordam que o aumento na importação de escravos ocorreu no século XVIII, cujo período concentrou mais da metade do total de escravos importados para a Venezuela.²³ Ancoradas na produção de cacau, as zonas costeiras da Província da Venezuela, cuja capital era Caracas, tenderam a absorver a maior parte dessa população. No início do século XIX, dos 60 mil escravos existentes em toda a capitania geral, 45 mil residiam nessa região.²⁴

Entre as colônias do Caribe hispânico, porém, nenhuma se destacou como a Capitania Geral de Cuba no que diz respeito ao crescimento das taxas de importação de escravos. Se durante a primeira metade do século XVIII a ilha recebeu cerca de 3.408 escravos, no meio século seguinte esse número subiu para 64.625 pessoas. O salto no tráfico relaciona-se diretamente às transformações econômicas vivenciadas pela ilha em decorrência da montagem da indústria açucareira. Ainda que a produção do açúcar remontasse a períodos mais recuados, a articulação de um sistema voltado para a exportação do produto em larga escala começaria a delinear-se apenas nas últimas décadas do século XVIII.²⁵ Para as elites *criollas* diretamente envolvidas com o projeto de expansão agrícola, era clara a interdependência entre o açúcar e a mão de obra escrava, pois sem esta a produção nunca

criado em 1739. O processo de unificação jurídica, política, militar e administrativa da nova capitania só teve fim em 1786, com a criação da Audiência de Caracas. CASTELLANOS RUEDA, Rocío; CABALLERO ESCORCIA, Boris. *La lucha por la igualdad. Los pardos en la independencia de Venezuela 1808-1812*. Caracas: Archivo General de la Nación, Centro Nacional de Historia, 2010, p. 16.

²¹ FERRY, Robert. Encomienda, African slavery, and the agriculture in seventeenth-century Caracas. *The Hispanic American Historical Review*, v. 61, n. 4, pp. 609-635, 1981; BORUCKI, Alex. Trans-imperial history in the making of the slave trade to Venezuela, 1526-1811. *Itinerario*, v. 36, n. 2, pp. 29-54, 2012.

²² BORUCKI, Alex. Trans-imperial history..., p. 30.

²³ Para Brito Figueroa, de 1700 a 1810, entraram legalmente na Venezuela 75.000 escravos, o que representava 62% do total de escravos importados ao longo de todo o período colonial. Conforme Alex Borucki, de 1715 a 1811, entraram 54.705 escravos, perfazendo 53% do total de escravos importados desde o século XVI. BORUCKI, Alex. Trans-imperial history..., p. 30.

²⁴ LANGUE, Frédérique. La pardocracia o la trayectoria de una “clase peligrosa” en la Venezuela de los siglos XVIII y XIX. *El Taller de la Historia*, v. 5, n. 5, pp. 105-123, 2013, pp. 110-111.

²⁵ FRAGINALS, Manuel Moreno. *O engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano*, v. 1. São Paulo: Editora HUCITEC, 1988, pp. 3-46; KNIGHT, Franklin. Origins of wealth and the sugar revolution in Cuba, 1750-1850. *Hispanic American Historical Review*, v. 57, n. 2, pp. 231-253, 1977; BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2010, pp. 60-62.

chegaria ao patamar desejado. Para tanto, pressionavam a Coroa espanhola pela ampliação da oferta de escravos para a ilha, demanda que começou a ser atendida em 1789 com a instauração do livre comércio de escravos. Com a promulgação da Real Cédula de 28 de fevereiro, traficantes espanhóis e estrangeiros poderiam vender escravos livremente nos portos caribenhos – Havana, Santo Domingo, San Juan e Caracas – o que quebrava a prática centenária do monopólio dos contratos assentistas.²⁶ Não obstante, as elites criollas não estavam plenamente satisfeitas com os avanços promovidos pela Coroa e consideravam que o contingente de escravos deveria ser cada vez maior. Essa perspectiva foi sistematizada no *Discurso sobre la Agricultura de la Habana y Medios de Fomentarla* (1792), de autoria do ilustrado cubano Francisco de Arango y Parreño.²⁷ Conquanto em fins do século XVIII a articulação das elites cubanas estivesse apenas começando, seus efeitos práticos já podiam ser observados por meio do crescimento do tráfico de escravos em relação ao período de 1700-1750.

Na mesma época em que as elites hispano-americanas esforçavam-se para ampliar a participação no comércio negreiro, a América portuguesa já havia assumido a dianteira como a maior região escravista das Américas. Ao longo do século XVIII, mais de dois milhões de escravos foram registrados legalmente em seus principais portos e encaminhados para praticamente todas as capitanias. O maior fluxo desse contingente populacional era destinado às regiões economicamente mais dinâmicas, notadamente Minas Gerais e a Bahia, seguidas pelas capitanias do Rio de Janeiro e de Pernambuco; regiões de exploração recente, como Goiás, colonizada em decorrência da exploração aurífera e elevada à capitania apenas em 1748, foram rapidamente transformadas em sociedades escravistas; economias mais periféricas, como as capitanias do Maranhão²⁸ e de São Paulo, passaram a receber parcelas mais significativas de cativos africanos a partir das últimas décadas do século XVIII, sofrendo alterações em seus quadros demográficos, até então predominantemente associadas à população indígena e mameluca.

Os historiadores tendem a concordar que a constância e volume do tráfico deram contornos particulares ao sistema escravista brasileiro. Este seria caracterizado, por um lado, pela disseminação da mão de obra cativa pelo tecido social e, por outro, pela existência de uma ampla camada de libertos e de seus descendentes livres. Sustenta-se que a entrada

²⁶ FRAGINALS, Manuel Moreno. *O engenho...*, p. 52; BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política...*, p. 96.

²⁷ Reproduzido em *Francisco de Arango y Parreño. Obras*, v. 1. *Biblioteca de Clássicos Cubanos*.

²⁸ O Maranhão integrava o chamado Estado do Grão-Pará e Maranhão, unidade territorial separada administrativamente do Estado do Brasil, este com sede em Salvador e, após 1763, no Rio de Janeiro. Por isso, o Maranhão era diretamente subordinado a Lisboa.

contínua de escravos viabilizou maior acesso a esta mão de obra – o que é evidenciado pelo fato de que a maior parte dos proprietários possuía de um a cinco escravos – e, como consequência, fomentou a concessão frequente de alforrias. Não por acaso, o aumento das emancipações coincidiu com o crescimento das taxas de importação de escravos a partir da virada do século XVII para o XVIII.²⁹ Sob o risco de simplificar demasiadamente a questão, pode-se, contudo, dizer que a lógica era a seguinte: quanto maior a oferta de mão de obra escrava, mais acessível ela seria para um número maior de pessoas. A conclusão dessa equação, porém, dependia em grande medida da capacidade dos escravos de comprar a própria liberdade ou a de seus familiares, o que era possível graças ao dinamismo econômico nas cidades e nas áreas mineradoras. Escravos dedicados à prestação de serviços ligados ao artesanato ou à venda de alimentos e bebidas podiam reter parte dos ganhos e, ao longo do tempo, acumular pecúlio suficiente para a compra da carta de liberdade; nas áreas de mineração, o desvio de ouro e diamantes potencializava as oportunidades de libertação por propiciar o acesso rápido a recursos financeiros.³⁰ Sob essas condições, o investimento em escravos tornava-se uma operação segura e, por conseguinte, fazia da alforria algo plenamente realizável.

De forma geral, os grupos mais favorecidos pelas alforrias eram mulheres, crianças e mulatos, o que, ao longo do tempo, deu origem a um amplo segmento social livre, mas diretamente associado à escravidão africana.³¹ Grande parte dessa população era formada por indivíduos mestiços, denominados em fontes da burocracia colonial como mulatos ou pardos. Como sustentou Rafael de Bivar Marquese, à medida que tinha acesso a escravos e a signos de distinção social, essa população contribuiu para a própria estabilidade do sistema escravista, dando-lhe contornos particulares em relação às demais regiões da América.³²

Considerando-se que o ápice da importação de africanos para os territórios espanhóis ocorreu nas primeiras décadas do século XVII e que após esse período há uma evidente queda nas cifras, é presumível que a reprodução da população livre de ascendência escrava não dependesse sobremaneira da entrada constante de africanos. Neste caso, o que prevaleceu foi

²⁹ MARQUESE, Rafael de Bivar. A Dinâmica da Escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos*. São Paulo, n. 74, 2006, p. 116.

³⁰ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 53-81.

³¹ SCHWARTZ, Stuart B. The manumission of slaves in colonial Brazil: Bahia, 1684-1745. *The Hispanic American Historical Review*, v. 54, n. 4, pp. 603-635, 1974; RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 53-81; MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil..., pp. 114-117; DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 314.

³² MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil...

o crescimento vegetativo a partir de um intenso processo de mestiçagem biológica e cultural que envolveu, nas primeiras gerações, nativos americanos, negros africanos e espanhóis, posteriormente tendo lugar, por um lado, a endogamia entre os miscigenados e, por outro lado, as relações entre mestiços e espanhóis plebeus ou indígenas.³³ Por isso a associação direta entre a população mestiça e a escravidão africana variou de região para região na América espanhola.

De forma geral, nas regiões onde a queda demográfica indígena foi mais acentuada e a escravidão africana assumiu papel importante como mão de obra, essa população tendia a ser mais estritamente associada à escravidão. Esses eram os casos das ilhas caribenhas de Cuba, Porto Rico e Hispaniola. Nelas, os indivíduos mestiços eram preponderantemente denominados mulatos, em uma clara referência à vinculação coeva ou ancestral com a escravidão.³⁴ Na Província da Venezuela, as populações livres de pronunciada ascendência escrava tenderam a concentrar-se nas regiões litorâneas, onde, desde meados do século XVII, o tráfico de escravos foi mais substantivo. Esses eram os casos de lugares como Caracas e os vales de Valencia e Aragua. No Vice-Reino de Nova Granada, como sublinhado, as “microrregiões” de escravidão tendiam a localizar-se nas zonas litorâneas, em cidades como Cartagena, Portobelo, Panamá e Guayaquil, contando ainda com alguns bolsões de escravidão no interior andino. Nos Vice-Reinos da Nova Espanha e do Peru, o declínio mais acentuado do tráfico de escravos desde fins do século XVII e o peso da população indígena dificultaram que se pudesse estabelecer uma associação direta entre a população mestiça e a escravidão africana ao longo do século XVIII, embora ela ocorresse em lugares portuários como Veracruz e Lima.³⁵

Evidencia-se, portanto, que as dinâmicas diferenciadas em relação ao volume e temporalidade do tráfico de escravos para a América espanhola e para a América portuguesa, somadas às dinâmicas da mestiçagem e das alforrias, influenciaram diretamente a configuração de seus quadros populacionais em relação ao peso dos indivíduos livres de ascendência escrava. Herbert Klein, em estudo pioneiro sobre os homens de cor livres³⁶ do Brasil escravista, observou que esse grupo cresceu continuamente a partir do século XVIII,

³³ LOCKHART, James. Organización y cambio social en la América española colonial. In: BETHELL, Leslie (Org.). *América Latina colonial: población, sociedad y cultura*. v. 4..., p. 91.

³⁴ SCHWARTZ, Stuart. Spaniards ‘pardos’, and the missing mestizos..., pp. 5; 13.

³⁵ Sobre a dificuldade em estabelecer uma relação direta entre a população de cor e a escravidão africana na Nova Espanha em fins do século XVIII, ver: AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. *La población negra de México: estudio etnohistórico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989, pp. 287-291.

³⁶ Para o historiador, os “homens de cor livres” eram indivíduos libertos ou livres, cujos antepassados foram escravos e que ainda conservam “traços fenotípicos claramente definidos relacionados com a cor”. Do autor, consultar: *Las características demográficas del comercio atlántico de esclavos hacia Latinoamérica...*, p. 24.

chegando a representar de 40 a 60% do total da população de cor em meados do século XIX.³⁷ Devido à fragmentação dos dados demográficos concernentes a essa ampla camada social, o quadro populacional possível de ser construído pauta-se em referências não homogêneas tanto temporalmente como para a totalidade da América portuguesa.³⁸ Em determinados casos tratam-se de dados relativos a capitanias e províncias, em outros, trabalha-se com um olhar mais circunscrito ao âmbito das cidades.

Tabela 1.3 – População por cor e por capitanias/províncias (1789-1840)

Capitania ou Província	Ano	População total	Livres de cor	Escravos	Brancos	LC na PL	LC na PC
Goiás	1824	61.895	37.985	13.375	10.535	78,2%	73,9%
Maranhão	1789	74.766	13.606	36.887	24.273	35%	26%
Mato Grosso	1797	26.836	9.669	11.910	5.257	64,7%	44,8%
Minas Gerais	1814	377.240	143.080	150.489	83.671	63,1%	48,7%
Paraíba	1798	37.077	8.897	15.852	12.328	41%	35,9%
Pernambuco	1839	283.864	126.813	68.458	88.593	58,8%	64,9%
Rio de Janeiro*	1840	401.577	64.592	224.012	112.973	36,3%	28,2%
São Paulo	1800	169.895	32.086	42.209	95.349	25,1%	43,1%

LC = Livres de cor

PL = População livre

PC = População de cor

* Exclui a cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: KLEIN, Herbert. Os homens livres..., pp. 6-9.

As capitanias mais populosas da América portuguesa nas três últimas décadas do século XVIII foram Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. Nelas, estima-se que a proporção de negros e mulatos escravos era superior à camada dos libertos e livres de cor. Pernambuco era exceção nesse ordenamento, pois a população liberta e livre constituía 42% da população, enquanto os escravos somavam 26,2% e os brancos 28,5%.³⁹ Acerca da

³⁷ KLEIN, Herbert S. Os homens livres de cor na sociedade escravista brasileira. *Dados*, Rio de Janeiro, n. 17, pp. 3-27, 1978 (1969), p. 9.

³⁸ Cabe aqui ressaltar o fato de que até o censo geral de 1872, as informações demográficas disponíveis são de caráter regional e demasiadamente fragmentadas. Na maioria dos casos não é possível, por exemplo, acompanhar evoluções demográficas no interior de um mesmo espaço ou propor comparações fundamentadas entre regiões diversas. KLEIN, Herbert S. Os homens livres de cor..., p. 4.

³⁹ ALDEN, Dauril. The population of Brazil in the late eighteenth century: A preliminary study. *The Hispanic American Historical Review*, v. 43, n. 2, pp. 173-205, 1963, pp. 196-197; LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos*

proporção dos homens de cor livres em relação à totalidade da população de cor, Herbert Klein sugeriu que em regiões periféricas, como era o caso da capitania do Mato Grosso, as pessoas de cor livres chegavam a 50%, ao passo que em áreas de exploração agrícola, com uso de mão de obra escrava em larga escala, os homens de cor livres constituíam de 20 a 30% do total da população de cor. Estes eram os casos Maranhão, Bahia, e Rio de Janeiro. Embora Minas Gerais correspondesse a esse padrão, na primeira década do século XIX o contingente de livres de cor já tendia a ultrapassar o de escravos.⁴⁰

Deslocando o olhar para algumas cidades, a presença da população de cor livre torna-se ainda mais evidente e é possível identificar seu peso demográfico relativamente aos demais grupos sociais. Na cidade portuária de Salvador, capital da capitania da Bahia, cenário no qual emergirão importantes atores sociais analisados nessa pesquisa, os dados relativos ao ano de 1775 indicam que em uma população total de 35.253 habitantes, 4.207 eram mulatos livres, 3.630 negros livres, 14.696 escravos e 12.720 brancos. Ou seja, os mulatos conformavam 20% do total de pessoas livres e 18% do total de pessoas de cor. Somando-se todos os habitantes de cor, entre livres e escravos, estes chegavam a 64% do total da população. No início do século XIX, precisamente em 1807, a população ascendeu para 51 mil pessoas, das quais 72% eram pessoas de cor, sendo 20% mulatos e 52% negros, e 28% brancos.⁴¹ Na também portuária cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1799, a população total era de 43.286, sendo 8.812 livres de cor, 14.896 escravos e 19.578 brancos. Assim, as pessoas de cor perfaziam 31% do total dos habitantes livres e 37% do total da população de cor – incluindo-se nesta, portanto, os escravos.⁴² Note-se que as cidades de Salvador e do Rio de Janeiro continham a maior concentração de população branca, traço compartilhado também com São Paulo. Na capitania de Goiás, importante área mineradora na segunda metade do século

Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 127-131. Um quadro geral sobre a população do Brasil colonial também pode ser averiguado em: MARCÍLIO, Maria Luiza. La población del Brasil colonial. In: BETHELL, Leslie (Org.). *América Latina colonial: población, sociedad y cultura*. v. 4. Barcelona: Editorial Crítica, p. 39-62.

⁴⁰ KLEIN, Herbert S. Os homens livres..., p. 5; ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia: 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (Org.). *América Latina Colonial: Economia*. v. 3. São Paulo: Edusp: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998-2001. pp. 534-536.

⁴¹ CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. Cartagena de Índias e Salvador: uma análise comparada da história colonial americana (1780-1850). *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, n. 7, pp. 90-121, 2013, p. 104; KLEIN, Herbert S. Os homens livres..., p. 7. Conforme o censo de 1807, que não distinguia livres e escravos dentre a população de cor, indicou 25.502 negros, 11.350 mulatos e 14.260 brancos. Dados em LARA, Sílvia H. *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 127.

⁴² KLEIN, Herbert S. Os homens livres..., p. 8. Em 1779, a cidade do Rio de Janeiro teria um total de 43.376 habitantes. Destes, 4.227 eram pardos livres, 4.585 eram pretos livres, 14.986 escravos e 19.578 eram brancos. A semelhança entre os números arrolados para os anos de 1779 e 1799 provavelmente deve-se às disparidades nos métodos de contagem que eram empregados em cada contagem, mas, em todo caso, ambos indicam o importante peso da população de cor na cidade. Dados em LARA, Sílvia H. *Fragmentos...*, p. 127.

XVIII, a cidade de Vila Boa e seu termo possuía uma população estimada em 12.909 pessoas em 1781. Nela, predominavam os escravos, que correspondiam a 9.101 pessoas (70,5% do total), enquanto os livres e libertos, independentemente da cor, somavam 3.808 pessoas (ou 29,5% de toda a população local). Desafortunadamente, as fontes primárias não especificam qual a participação de pardos e de pretos no interior dos livres e dos escravos. Contudo, sabe-se que 60,6% das pessoas livres de Vila Boa eram brancas, dividindo-se, assim, as 39,4% restantes entre uma maioria de pardos e uma minoria de pretos livres e libertos.⁴³

De forma geral, independentemente da distribuição e do peso da população livre de cor no conjunto dos habitantes das diversas capitanias, esses indivíduos dedicavam-se aos ofícios ligados ao artesanato e à prestação de serviços nas cidades. Eram pintores, escultores, carpinteiros, “barbeiros”, alfaiates, músicos, pedreiros, parteiras, vendedoras, dentre tantas outras atividades.⁴⁴

Por essa mesma época, ou seja, ao longo da segunda metade do século XVIII, os homens livres de cor conformavam parcela significativa da população do Vice-Reino de Nova Granada. Sua distribuição espacial, entretanto, não era homogênea. Em informe elaborado em 1789, Francisco Silvestre, então secretário do vice-rei de Nova Granada, destacava o contraste entre a região andina de Santa Fé e seus arredores e as províncias caribenhas de Cartagena e Santa Marta, pois nestas últimas predominavam os negros e mulatos, enquanto naquelas observava-se o crescimento da população branca ou mestiça.⁴⁵ A mesma percepção foi destacada por Alfonso Múnera ao problematizar as diferenças econômicas, sociais e culturais entre as regiões que integravam a porção colombiana do Vice-Reino de Nova Granada. Para ele, seria possível pensar o território a partir de “geografias culturais”, tendo, de um lado, as regiões caribenhas e, de outro lado, as andinas. Nas primeiras, havia o predomínio das mesclas de negros e seus descendentes livres, nas segundas, de indígenas e brancos.⁴⁶

De acordo com o único censo geral da região, produzido entre os anos de 1777 e 1780, as três províncias de Cartagena, Santa Marta e Rioacha comportavam uma população total de 170.404 habitantes. Destes, cerca de 80% residiam em áreas rurais e o restante em cidades, cujas principais eram as três que davam nome às províncias em questão e a interiorana Mompox. Dos 135.353 habitantes residentes fora das principais cidades, por volta de 87.788

⁴³ Cf.: Ofício do governador Luís da Cunha Menezes remetendo mapa da população de Goiás. Vila Boa, 9 de agosto de 1781. AHU-Goiás, cx. 32, doc. 2024.

⁴⁴ KLEIN, Herbert S. Os homens livres de cor..., pp. 18-23; RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos...*, pp. 83-104.

⁴⁵ Cf.: Apontamentos de Francisco Silvestre, secretário do vice-rei, ano de 1789. *Apud* HELG, Aline. *Liberty and Equality in Caribbean Colombia, 1770-1835*. The University of North Carolina Press, 2004, p. 42.

⁴⁶ MÚNERA, Alfonso. *El fracaso de la nación...* pp. 38-41.

foram identificados como *libres de todos los colores*. Já nas principais cidades, os livres de cor totalizavam 21.483 pessoas. De acordo com os dados do censo de 1777-1780, os livres de cor de ambas as regiões constituíam 64% do total de habitantes das três províncias. Especificamente em relação à proporção de pardos, os dados disponíveis referem-se somente à Província de Rioacha, onde eles compunham o maior contingente dentre os livres de cor, perfazendo 67% desse grupo, sendo seguidos pelos zambos (26%), negros (5%) e mestiços (com menos de 1%).⁴⁷

Cartagena era a cidade caribenha mais povoada, com uma população de 13.396 habitantes conforme o censo de 1777-1780. Capital da província homônima, se destacava pela centralidade em termos de circulação comercial devido ao papel fundamental de seu porto, porta de entrada para produtos que abasteciam tanto a região caribenha como o interior andino, a exemplo de Quito. Além disso, como se observou, constituía o principal porto de abastecimento de escravos para o Vice-Reino de Nova Granada e Vice-Reino do Peru. Durante a década de 1770, os conflitos bélicos envolvendo a Coroa espanhola e seus rivais, ora britânicos ora franceses, exigiram que a cidade fosse fortificada. O papel defensivo estratégico que desempenhava na costa caribenha, a transformou em um verdadeiro canteiro de obras, tarefa que empregou centenas de artesãos e escravos, contribuindo, desse modo, para a concentração populacional.⁴⁸

A despeito de ser a cidade com maior proporção de habitantes brancos, com cerca de 27%, os denominados *libres de todos los colores* representavam mais da metade de seus moradores, atingindo 56,8%, ao passo que os 15,7% restantes eram escravos. A maior parte da produção agrícola e dos bens de consumo artesanais era proveniente do trabalho dos homens de cor livres e escravos, que residiam principalmente no bairro de Santo Toribio e no bairro de Getsemaní, localizado fora da muralha principal e ligado à cidade por meio de uma ponte.⁴⁹ Getsemaní destacava-se pela concentração de artesãos e milicianos de cor, aspecto que vem chamando a atenção dos pesquisadores.⁵⁰ A segunda maior cidade era Mompox, com

⁴⁷ HELG, Aline. *Liberty and Equality*..., pp. 42-43; 272-273.

⁴⁸ HELG, Aline. *Liberty and Equality*..., pp. 81-82.

⁴⁹ HELG, Aline. *Liberty and Equality*..., p. 81.

⁵⁰ A maior parte dos trabalhos, no entanto, concentra-se no papel central dos artesãos-milicianos de Getsemaní na conjuntura da independência, contexto no qual importantes lideranças de cor ganharam destaque, como Pedro Romero. Sobre o assunto, ver MÚNERA, Alfonso. *El fracaso de la nación*..., pp. 173-215; HELG, Aline. The limits of equality: free people of color and slaves during the first Independence of Cartagena, Colombia, 1810-1815. *Slavery and Abolition*, 20: 2, pp. 1-30, 1999; HERRERA AGUDELO, Gina Alexandra. *Participación, presencia y prácticas de los artesanos afrocoloniales en Cartagena de Indias (1770-1810)*. Monografía – Graduação em História. Bogotá: Departamento de Historia, Pontificia Universidad Javeriana, 2009; SOLANO D., Sergio Paolo. “Artilleros pardos y morenos artistas”: artesanos, raza, milicias y reconocimiento social en el Nuevo Reino de Granada, 1770-1812. *Historia Crítica*, Bogotá, n. 48, pp. 11-37, 2012; CONDE CALDERÓN,

7.197 habitantes, entre os quais prevaleciam os homens livres de cor, com 74,3% do total de habitantes. Já a pequena Santa Marta, cabeça da província de mesmo nome, compunha-se de 3.598 habitantes, sendo 69,2% descritos como *libres de todos colores*, 15,9% escravos e 14,3% brancos.⁵¹

A Província do Panamá destacava-se por desempenhar um papel defensivo estratégico no Vice-Reino de Nova Granada.⁵² Lá, os *libres de todos colores* constituíam o principal contingente populacional. De acordo com dados de fins da década de 1770, a província contava com 35.911 habitantes, dos quais 19.702 eram descritos como *libres de todos colores*, 7.951 como brancos, 5.465 como índios e 2.793 como escravos.⁵³ Em 1790, a cidade do Panamá, capital daquela província, era habitada por 7.713 pessoas, sendo 66,3% *libres de todos colores*, 21,7% escravos, 11,1% brancos e, por fim, 0,8% índios.⁵⁴ Por sua vez, a importante presença dos homens de cor livres também se fazia sentir na pequena Portobelo, marcada por dificuldades econômicas e carestia de víveres. Em 1735, Don Jorge Juan e Don Antonio de Ulloa assim descreviam a cidade: “el vecindario de Portobello tanto por su extensión, cuanto por lo penoso de su clima, es muy reducido, y la mayor parte lo componen familias de negros y mulatos”.⁵⁵ Entre 1778-1780, continha apenas 1.763 moradores e, destes, 1.411 eram *libres de todos colores*, 165 escravos, 142 brancos e 45 índios.⁵⁶

Ainda no Vice-Reino de Nova Granada, mas nos territórios sob a jurisdição da Audiência de Quito, as Províncias de Popayán e de Guayaquil combinavam características populacionais das áreas caribenhas e do interior andino por contarem com um amplo segmento de *libres de todos colores* e de índios; Popayán ainda contava com uma camada expressiva de escravos. Entre os anos de 1778-1780, a população total desta última, localizada ao sul da atual Colômbia, somava 64.283 pessoas, das quais 22.799 eram livres de cor, 15.692 índios, 13.351 brancos e 12.441 escravos. Na mesma época, dos 30.437 habitantes de Guayaquil, pertencente ao atual Equador, 15.161 eram classificados como *libres de color*,

Jorge. Los xefes de los pardos: la consolidación de un sector social intermedio durante la independencia de Cartagena de Indias. *Historia y Sociedad*, Medellín, n. 23, pp. 147-173, 2012.

⁵¹ HELG, Aline. *Liberty and Equality...*, pp. 84-85. Nessa fonte, a soma dos percentuais não fecha em 100, mas fica em 99,4.

⁵² KUETHE, Allan J. *The military reform in the viceroyalty of New Granada, 1773-1796*. PHD – Dissertation, University of Florida, 1967, pp. 10-76.

⁵³ JAVIER CASTRO, Oscar. *Reconfiguração de entidades político-territoriais e constitucionalismo moderno no Novo Reino de Granada, 1808-1816*. Dissertação – Mestrado em História. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2013, p. 43.

⁵⁴ CASTILLERO CALVO, Alfredo. Afromestizaje y movilidad social en el Panamá colonial. In: GÓMEZ, Rina Cáceres (Ed.). *Del olvido a la memoria: africanos y afromestizos en la historia colonial de Centroamérica*. San José: Oficina Regional de la UNESCO para Centroamérica y Panamá, 2008, pp. 78-104, p. 82.

⁵⁵ Cf.: *Relación histórica del viaje a la América meridional*. Impresa en Madrid, por Antonio Marin, 1748. T. I, Lib. II, Cap. V, § 226, p. 132.

⁵⁶ JAVIER CASTRO, Oscar. *Reconfiguração de entidades político-territoriais...*, p. 43.

9.422 como índios, 3.755 como brancos e 2.099 eram escravos.⁵⁷ Ainda que com caráter especulativo, pode-se supor que nessas regiões o peso do contingente indígena tenha dotado a camada dos livres de cor de características menos recorrentes nas áreas caribenhas como, por exemplo, a preponderância de mestiços de brancos e índios e de negros e índios.

Nos territórios que a partir de 1777 passaram a integrar a Capitania Geral da Venezuela, o crescimento da população escrava e de seus descendentes livres ocasionou uma profunda transformação na paisagem demográfica da região. Se até meados do século XVII os indígenas ainda conformavam o principal grupo, o retrato que se tem no início do século XIX demonstra como ator principal os pardos livres, que então representavam cerca de 45% do total de uma população de 997 mil habitantes. Como já foi observado, a Província de Caracas concentrava grande parte da população da Capitania Geral, ultrapassando os 400 mil habitantes e, por consequência, os pardos destacavam-se como um dos grupos sociais mais importantes para a vida econômica da província.⁵⁸ A cidade de Caracas, capital e importante centro político-administrativo, contava, em 1804, com uma população de 30.708 habitantes. Dentre estes, o contingente de pardos livres era o mais avultado, com 11.594 pessoas, ou seja, 37,76% da população total, seguido dos brancos (35,49%), escravos (20,77%), negros livres (4,5%,) e índios (1,58%).⁵⁹ Somando-se todos os homens de cor, chega-se a significativa porcentagem de 63%, o que fazia de Caracas uma cidade muito semelhante a outras encontradas no próprio Caribe e em determinadas regiões da América portuguesa. No espaço urbano de Caracas, da mesma forma que ocorria nas demais cidades ibero-americanas onde o contingente de pessoas livres ligadas à escravidão era significativo, a maioria dos artesãos era proveniente do grupo dos pardos.⁶⁰

No que toca ao quadro populacional da ilha de Cuba durante a segunda metade do século XVIII, uma primeira observação a ser feita diz respeito ao peso da população branca, traço que a distinguia das regiões caribenhas do Vice-Reino de Nova Granada e da Província e depois Capitania Geral da Venezuela. Essa característica pode ser observada nos dados

⁵⁷ JAVIER CASTRO, Oscar. *Reconfiguração de entidades político-territoriais...*, p. 43.

⁵⁸ Como acontece com a maioria dos dados demográficos referentes ao período colonial tardio, as cifras para a Capitania Geral da Venezuela não são exatas; no entanto, elas servem como um bom termômetro para indicar o peso dos pardos no conjunto da população. CASTELLANOS RUEDA, Rocío; CABALLERO ESCORCIA, Boris. *La lucha por la igualdad...*, pp. 23-24.

⁵⁹ MAGO DE CHÓPITE, Lila. La población de Caracas (1754-1820). Estructura y características. *Anuario de Estudios Americanos*, T. LIV, 2, pp. 511-541, 1997, p. 532. Análise da estrutura populacional de Caracas a partir dos dados contidos nas matrículas paroquiais de suas quatro paróquias: Catedral, San Pablo, Candelaria e Altigracia. Nessa fonte, a soma dos percentuais atinge a cifra de 100,1.

⁶⁰ FARFÁN, Hilda. La artesanía en la provincia de Caracas y su importancia económica social (1750-1850). *Revista Faces* – Universidad de Carabobo, 1996; ESCORCIA, Boris Caballero; RUEDA, Rocío Castellanos. *La lucha por la igualdad...*, pp. 53-56.

populacionais referentes à cidade de Havana, que comportava 44% dos 171.620 habitantes da ilha em 1774. No censo desse ano, a população livre era composta por 43.392 brancos, 6.379 mulatos e 4.502 negros, números que representavam respectivamente 79,9%, 11,7% e 8,2%. Dos 21.281 escravos, aqueles descritos como mulatos constituíam apenas 1.054 pessoas, ao passo que 20.227 eram negros.⁶¹ A baixa representatividade dos mulatos entre os escravos, além de ser uma característica compartilhada com a América portuguesa, indicava que entre os escravos levados para Cuba os homens preponderavam; ademais, o elevado percentual de população branca tornava menos disseminado o relacionamento entre proprietários e escravos. Nos anos seguintes, devido ao incremento da produção açucareira e à expansão dos territórios empregados para o cultivo, a população de Havana decaiu em relação ao total de habitantes da ilha, mas ainda mantinha-se como uma das cidades mais povoadas das Américas. Em 1792, 33.337 pessoas eram livres, sendo 23.537 brancos, 5.392 mulatos, 4.408 negros, estabelecendo-se respectivamente percentuais de 70,6%, 16,2% e 13,2%. Nesse ano, a população escrava decaiu em relação à contagem da década de 1770, contabilizando 17.970 escravos, mas mantendo a desproporção entre mulatos e negros.⁶²

Na jurisdição de Santiago de Cuba, região de residência de alguns pardos que serão conhecidos ao longo desta tese, havia 10.482 pessoas livres no ano de 1778. Destas, 5.026 eram brancas, 3.805 mulatas e 1.651 negras, sucessivamente 48%, 36,3% e 15,7%. Em 1792, a população livre ascendeu para 14.729 pessoas, sendo 55,8% brancos, 29,1% mulatos e 15,1% negros. Quanto à população escrava, esta totalizava 5.078 pessoas em 1778 e 6.007 em 1792 e o desequilíbrio entre mulatos e negros seguia o padrão presente em Havana.⁶³ José Belmonte Postigo sugere que o aumento da população branca observado no intervalo de quatorze anos pudesse ser fruto do crescimento natural e do início da imigração de famílias brancas vindas de Santo Domingo em decorrência do começo da Revolução de *Saint Domingue*.⁶⁴ Outra possibilidade que permite explicar essa variação é a correspondência entre a taxa de crescimento da população branca e a taxa de decréscimo da população mulata, exatamente de 7%. Isso pode indicar que entre o grupo classificado como mulato em 1778 constassem muitas famílias já em processo avançado de mestiçagem, afastadas

⁶¹ SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Irmãs do Atlântico...*, p. 56.

⁶² SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Irmãs do Atlântico...*, p. 154.

⁶³ BELMONTE POSTIGO, José. El color de los fusiles. Las milicias de pardos en Santiago de Cuba en los albores de la Revolución Haitiana. In: CHUST, Manuel; MARCHENA, Juan (Eds.) *Las armas de la nación. Independencia y ciudadanía en Hispanoamérica, 1750-1820*. Madrid-Castellón: Iberoamericana Vervuert, 2007, pp. 44-45.

⁶⁴ BELMONTE POSTIGO, José. El color de los fusiles..., p. 45.

geracionalmente dos ascendentes escravos. Sob essas condições, é plausível que o processo de branqueamento tenha deslocado parte do contingente de mulatos para o grupo dos brancos.

Em que pese o recorte temporal desta tese, circunscrito ao limite do ano de 1808, vale a pena atentar para os dados demográficos de Cuba nas primeiras décadas do século XIX para que se possa evidenciar o impacto das mudanças processadas a partir de então. De acordo com o censo de 1817, a ilha continha uma população de 553.028 pessoas e, destas, 15% residiam em Havana. Em pouco mais de quarenta anos a população cubana triplicou, resultado do desenvolvimento da indústria açucareira que propiciou tanto o aumento do contingente de escravos como o da população branca. Nesse ano, a população livre de Havana era formada por 59.734 pessoas, sendo 38.362 brancos, 9.011 mulatos e 12.361 negros, respectivamente 64,2%, 15,1% e 20,7%.⁶⁵ Em relação aos dados anteriores, percebe-se um crescimento significativo dos negros entre os homens de cor livres, fenômeno provavelmente relacionado ao movimento mais amplo do incremento do tráfico de escravos africanos. No que diz respeito aos mulatos, fica evidente que sua expressão demográfica mantivera-se relativamente estável e abaixo do contingente de negros livres, indicando que o processo de mestiçagem não era tão generalizado como nas regiões caribenhas do Vice-Reino de Nova Granada e na Capitania Geral da Venezuela. Por outro lado, a estrutura populacional de Havana assemelhava-se aos padrões presentes em algumas regiões da América portuguesa, como eram os casos de Salvador e Rio de Janeiro, áreas onde os escravos eram predominantes no conjunto da população de cor e os brancos tendiam a ultrapassar significativamente o contingente de pessoas de cor livres.

Discorreu-se até aqui sobre o impacto do tráfico de escravos na configuração do quadro populacional das regiões ibero-americanas selecionadas, buscando destacar o peso dos pardos tanto em relação ao total da população livre como dentre o contingente formado por escravos e seus descendentes livres. O interesse nesses padrões populacionais não é restrito ao objetivo de demonstrar seus traços comuns ou semelhantes, uma vez que se trata de um quadro fundamental para a compreensão dos processos de integração social e política da população livre, miscigenada e ligada à escravidão. Como veremos em seguida, o crescimento dessa camada social foi um fenômeno que não passou despercebido aos contemporâneos, ao contrário, ele tornou-se um problema de ordem política para a administração colonial.

⁶⁵ SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Irmãos do Atlântico...*, p. 211.

1.2. A mestiçagem na estrutura social ibero-americana: castas e pardos

Nos informes de autoridades coloniais ibero-americanas, é possível perceber que as populações mestiças passaram paulatinamente a ser consideradas como uma importante matéria de governo, tendência cujo ápice localiza-se nas décadas finais do século XVIII e início do XIX. Nas primeiras décadas do século XVIII, o vice-rei da Nova Espanha, duque de Linares, assim discorria sobre as populações americanas:

La ínfima plebe se compone de diferentes castas que han procreado los enlaces del español, indio y negro; pero confundiendo de tal suerte su primer origen, que ya no hay voces para explicar y distinguir estas clases de gentes que hacen el mayor número de habitantes del reino [...] pudieran bien compararse las castas infestas de la Nueva España, a la de los verdaderos o supuestos gitanos de la antigua [...] las demás generaciones de hombres que con distintas denominaciones componen el indefinido número de las castas infestas de la Nueva España, peores sin disputa que la de los gitanos [...] Pero los de la Nueva España forman un monstruo de tantas especies cuanto son las castas inferiores.⁶⁶

De acordo com as opiniões expressadas pelo vice-rei, já no início do século XVIII os grupos mestiços, oriundos das uniões entre espanhóis, índios e negros, eram percebidos como a maioria da população daquele vice-reino. Tendo como parâmetro a estrutura social vigente na Espanha, as comparações da plebe americana com a plebe peninsular figuram no discurso como uma estratégia retórica cujo fim era demonstrar a inferioridade de *status* dos primeiros. Sendo igualmente concebida como “castas infestas”, a “ínfima plebe” da Nova Espanha, no entanto, ocupava um lugar social inferior relativamente aos ciganos. Proveniente da Europa, onde as hierarquias sociais estavam relativamente bem definidas, o que alarmava o vice-rei em relação ao Novo Mundo era o “monstro de tantas espécies”, referindo-se explicitamente às variações humanas geradas pela mestiçagem e a consequente dificuldade em estabelecer lugares sociais definidos e sujeitos ao controle monárquico.

A crescente importância das populações mestiças aparece também notificada na vasta literatura de viagem produzida sobre os territórios americanos. Na conhecida *Relación Histórica del viaje a la America Meridional*, originada das observações de Don Jorge Juan e

⁶⁶ Cf.: Apud Carlos López Béltran. Sangre y temperamento: pureza y mestizajes en las sociedades de castas americanas. In: GORBACH, F.; BELTRÁN, C. L. (Eds.). *Saberes locales: ensayos sobre historia de la ciencia en América Latina*: Zamora, Michoacán: El Colegio de Michoacán, 2008, pp. 289-342, p. 327. O Duque de Linares teria sido um dos primeiros administradores coloniais a propor uma identificação dos tipos mestiços da Nova Espanha e o fez por meio dos famosos quadros de castas. Esteve à frente do Vice-Reino da Nava Espanha entre 1710 e 1716.

de Don Antonio de Ulloa, encontram-se paralelos com as percepções expressadas pelo vice-rei da Nova Espanha.⁶⁷ Tratando da população da cidade de Cartagena – que era semelhante a de outras cidades do Vice-Reino de Nova Granada – observavam que havia uma multiplicidade de combinações étnicas, “que provienen de la unión de unos con otros, y son de tantas especies, y en tan grande abundancia, que ni ellos saben discernirlas, ni se ve otra gente en todas las calles de la ciudad [...]”.⁶⁸

Nos domínios portugueses, por sua vez, as considerações sobre a população mestiça estavam diretamente ligadas às reflexões sobre os efeitos das alforrias para a estrutura social, visto que muitos mestiços eram recém-saídos da escravidão ou descendiam de escravos. Sem dúvida, essa diferença de abordagem deve-se ao peso da escravidão na América portuguesa, instituição basilar daquela formação social. Assim, a população mestiça, frequentemente designada como mulata ou parda, era alvo de contendas e preocupações constantes. No conturbado contexto das Minas Gerais, por exemplo, as tensões geradas pelo crescimento da população egressa do cativeiro ficam evidentes em vários informes e representações de governadores e camaristas, nos quais pretos e mulatos libertos eram acusados de serem responsáveis por crimes e violências. As alforrias irrestritas seriam a raiz do problema e, por isso, pedia-se insistentemente que as concessões fossem reguladas por lei e que o controle social imposto aos libertos se tornasse mais efetivo.⁶⁹ Também na perspectiva do vice-rei do Estado do Brasil, conde de Resende, a precariedade no exercício do controle social sobre as populações mulatas e pretas, forras e livres, seria uma das causas do crescente número de desocupados, ou “vadios”, na cidade do Rio de Janeiro “por não deverem sujeição a quem vigie sobre a sua conduta”.⁷⁰ No início do século XIX, Caetano Pinto de Miranda

⁶⁷ Cf.: Don Jorge Juan e Don Antonio de Ulloa. *Relación histórica del viaje a la América meridional*. Impresa en Madrid, por Antonio Marin, 1748. Esta obra foi encomendada pelo rei D. Felipe V e tinha como objetivo fazer o levantamento exato da extensão dos domínios americanos meridionais. Nela encontram-se informações cartográficas, botânicas e sobre a população de províncias como as de Cartagena, Panamá e Quito.

⁶⁸ Cf.: T. I, lib. I, cap. IV, § 66, p. 42.

⁶⁹ Cf.: Carta do conde das Galveias, governador das Minas, para D. João V, dando o seu parecer sobre os inconvenientes de haver negros forros naquela capitania e sobre a frequência da concessão da alforria. 7 de outubro de 1732. AHU-Minas Gerais, cx. 22, doc. 41; Representação dos oficiais da Câmara da cidade de Mariana, pedindo providências ao Rei no sentido de evitar os contínuos insultos e vexames de que são vítimas os moradores da referida cidade por parte dos negros, negras e mulatos forros. Mariana, 5 de maio de 1755. AHU-Minas Gerais, cx. 67, doc. 61. Marco Antonio Silveira analisou parte dessa documentação para pensar o problema político causado pelas alforrias em Minas Gerais ao longo da primeira metade do século XVIII. Do autor, ver: Soberania e luta social: negros e mestiços libertos na Capitania de Minas Gerais (1709-1763). In: CHAVES, Cláudia M. das Graças; SILVEIRA, Marco Antonio (Orgs.). *Território, Conflito e Identidade*. Belo Horizonte: Argumentum, 2007. pp. 25-47.

⁷⁰ Cf.: Ofício do conde de Resende a D. Rodrigo de Souza Coutinho. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1798. AHU-Rio de Janeiro (Avulsos), cx. 168, doc. 12526. Em 1779, o Marquês do Lavradio, também vice-rei do Estado do Brasil, falava acerca da população do Rio de Janeiro: “compondo-se a maior parte dos mesmos povos de gentes da pior educação, de um caráter o mais libertino como são negros, mulatos, cabras, mestiços, e outras gentes semelhantes”. Cf.: Relatório do Marquês do Lavradio, entregando o governo a Luiz de Vasconcelos e

Montenegro, então governador da capitania de Pernambuco, chamava a atenção para as tendências populacionais daquela região, visto que

Esta capitania é povoada por quatro espécies de habitantes: Brancos, Índios, Pretos, e Mestiços. Não sei a proporção em que estão umas para as outras, pode, contudo, dizer-se em geral que os Mestiços excedem já, ou hão de vir a exceder a cada uma das outras espécies, porque todas as primitivas concorrem para o seu aumento, além de sua própria multiplicação. E ajuntando-se os Pardos aos Pretos, virão a fazer o duplo, triplo, ou o quádruplo dos Brancos.⁷¹

A reflexão não se restringia ao fator demográfico. Ela expressava preocupação, sobretudo, com a manutenção do *status* distintivo dos brancos, que eram os “possuidores das terras, e das riquezas”. Conforme as previsões alarmantes do governador, os mestiços, ou seja, os pardos, se levantariam contra os brancos em futuro próximo, expressando as seguintes aspirações: “ide-vos embora, também queremos possuir; já basta de obedecer, também queremos mandar”. Diante desse quadro, cabia ao Estado manter a “força moral e de opinião a favor dos brancos”, o que se obteria mediante a imposição de limites aos espaços de distinção social destinados aos homens de cor, especialmente os corpos militares.⁷²

Opiniões semelhantes às de Montenegro faziam-se presentes em outras regiões da América ibérica, o que permite identificar um campo discursivo comum às duas realidades no que diz respeito aos mestiços e, entre estes, especialmente aos mulatos e pardos. No já referenciado informe do vice-rei da Nova Espanha, lê-se que os mestiços olhavam “con entrañable aborrecimiento la casta noble del español”.⁷³ Reagindo a uma representação enviada ao rei por milicianos pardos de Caracas no ano de 1788, na qual demandavam o acesso às ordens eclesiásticas e a permissão para casarem-se com pessoas brancas do estado comum, o cabildo ⁷⁴ daquela cidade chamava a atenção para os perigos inerentes às

Souza. RIHGB, t. 4, n. 16, pp. 409-486, p. 424. A documentação elaborada pelo conde de Resende foi analisada por Silvia Hunold Lara buscando compreender os efeitos políticos da escravidão na América portuguesa ao longo da segunda metade do século XVIII. Sobre essa análise, ver: LARA, Silvia H. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁷¹ Cf.: Ofício de Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia. Recife, 24 de março de 1806. AHU-Pernambuco, cx. 259, doc. 17405.

⁷² Cf.: Ofício de Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia. Recife, 24 de março de 1806. AHU-Pernambuco, cx. 259, doc. 17405.

⁷³ Cf.: *Apud* Carlos López Béltran. *Sangre y temperamento...* p. 327.

⁷⁴ Também denominado *ayuntamiento*, o cabildo espanhol equivalia à câmara municipal portuguesa e ambos tinham funções ligadas ao governo e à administração das cidades. Sobre a composição dos cabildos e suas funções, ver: GÓNORA, Mario. *Estudios sobre la historia colonial de Hispanoamerica*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1998, pp. 108-110.

aspirações por privilégios cultivadas por aqueles setores sociais. Dado o elevado percentual de pardos na província, clamavam ao rei para que “los mantenga siempre en cierta dependencia y subordinación a los blancos como hasta aquí: de otra suerte serán insufribles por su altanería y a poco tiempo querrán dominar a los que en su principio han sido sus señores”.⁷⁵

Para a administração colonial e as elites locais, portanto, o problema gerado pelos grupos mestiços não se restringia meramente ao fator demográfico; estava em causa a estrutura tradicional da correlação de forças entre os grupos sociais. Parafraseando Lockhart e Schwartz, o processo que emerge ao longo do século XVIII era o do “transbordamento em todas as direções” do grupo social formado pelos mestiços, “pressionando, de um lado, o grupo espanhol com aspirações a postos mais elevados e, de outro, assumindo funções que tradicionalmente eram domínio dos índios”.⁷⁶ Diante desse quadro, as propostas de recrudescimento dos mecanismos de controle social exercidos sobre os grupos não brancos ganharam expressão institucional. Na América espanhola, uma das principais medidas nesse sentido foi classificar as populações mestiças, as quais passaram a ser denominadas sob o designativo de castas.⁷⁷

As famosas pinturas de castas da Nova Espanha e do Peru foram manifestações concretas dos esforços para ordenar a complexidade étnica que caracterizava o mundo hispano-americano. Por meio delas almejava-se identificar os diversos tipos de mestiços, inserindo-os em um sistema de classificação fixo e institucionalizado. O já mencionado vice-rei da Nova Espanha, Duque de Linares, para quem a plebe constituía um “monstro de tantas especies”, seria o ideólogo da série de pinturas produzidas ainda na segunda década do século XVIII para serem remetidas ao rei. Na década de 1770, Amat, vice-rei do Peru, enviou a Madri uma coleção com pinturas de mesmo teor. Esses quadros tinham como tema

⁷⁵ Cf.: Apud RODRIGUEZ, Manuel Alfredo. Los pardos libres en la colonia y la independencia. In: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*, n. 299. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 1992, pp. 8-9.

⁷⁶ LOCKHART, James; SCHWARTZ, Stuart. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 371.

⁷⁷ LOCKHART, James; SCHWARTZ, Stuart. *A América Latina na época colonial...*, pp. 367-371; FRADERA BARCELÓ, Josep Maria. A cultura de “castas” e a formação do cidadão moderno (um ensaio sobre a particularidade do império espanhol). In: BERBEL, Márcia; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Orgs.). *A experiência constitucional de Cádis: Espanha, Portugal e Brasil*. São Paulo: Alameda, 2012, pp. 77-108, p. 88. Devido à quantidade de referências aos termos de época ao longo da tese, como, por exemplo, o de castas, optou-se por não destacar suas grafias.

os casamentos e também as relações ilegítimas perante a Igreja entre pais provenientes de distintas categorias sociais e seus respectivos filhos.⁷⁸

Existente no léxico espanhol e português, o termo *casta* significava linhagem e geração e também remetia a espécie e gênero.⁷⁹ Para a discussão que interessa aqui, vale destacar uma das definições presentes no *Diccionario de Autoridades*, de 1729: “Metafóricamente se llaman todas las cosas que descenden, o proceden de algún principio”. Percebe-se claramente que o seu sentido mais amplo remetia à ascendência dos seres, aplicável tanto para o mundo natural como ao humano. Era, pois, uma categoria empregada para demarcar as qualidades que diferenciavam os seres vivos. Tendo em vista os significados do termo, quais seriam, então, os fundamentos de seu emprego no universo hispano-americano?

Antes, porém, faz-se necessário identificar quais sujeitos conformavam as castas coloniais. No já mencionado relato de viagem de Don Jorge Juan e de Don Antonio de Ulloa, o critério para a inclusão nas castas é definido de forma clara: “Otras familias hay también de gente blanca, aunque pobre, que o están enlazadas con las de Castas, o tienen su origen en ellas; y así participan de *mezcla en la sangre*”. Em outra passagem, ainda referindo-se à população de Cartagena: “El nombre de Español tiene allí distinta significación que la de Chapetón, o Europeo; porque propiamente da a entender persona que descende de Españoles, y no tiene alguna *mezcla de Sangre*”.⁸⁰ De acordo com as observações contidas na *Relación Histórica*, fica evidente que as castas eram conformadas pelos mestiços, ou seja, por aqueles que descendiam da mistura de sangues de diferentes linhagens. Logo, o termo constituía uma categoria de classificação social imaginada e sistematizada com o fim de demarcar o lugar daqueles sujeitos que não poderiam ser incluídos na República dos espanhóis ou na dos índios, os dois grupos que conformavam a estrutura social tradicional da América espanhola.⁸¹ Porém, não se tratava apenas de nomenclatura classificatória, pois ela determinava um estatuto jurídico específico.

⁷⁸ CASTRO MORALES, Efraín. Los cuadros de castas de la Nueva España. *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft, und Gesellschaft Lateinamerikas*, n. 20, pp. 671-690, 1983, tradução do *Institute of Latin America Studies*, University of London.

⁷⁹ Cf.: Verbete “casta” em: BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1728, v. 2, p. 183; SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da língua portugueza*, 1789, v. 1, p. 358; *Diccionario de Autoridades*, T. 2, 1729.

⁸⁰ Cf.: Don Jorge Juan e Don Antonio de Ulloa. *Relación histórica del viaje a la América meridional...*, T. I, lib. V, cap. V, §647, pp. 363-364; T. I, lib. I, cap. IV, § 63, p. 41. Grifo meu.

⁸¹ Sobre a estrutura de base da sociedade hispano-americana pautada na ideia das duas repúblicas, ver: LOCKHART, James. *Orzanización y cambio social en la América española colonial*. In: BETHELL, Leslie (Org.). *América Latina colonial: población, sociedad y cultura*. v. 4. Barcelona: Editorial Crítica, p. 76.

Sob essa categoria englobante delineava-se um sistema complexo de diferenciações hierárquicas, aspecto de suma importância para que se possa compreender o lugar dos pardos no interior da estrutura social hispano-americana. Interessa particularmente a situação daqueles que descendiam de negros e brancos. Para que se possa visualizar esse sistema de classificação, deve-se recorrer, mais uma vez, à *Relación Histórica*:

Continuando en las otras especies de gente las que se originan de la mezcla de blancos, y negros, podemos contar la primera la de los Mulatos tan conocida de todos, que no necesita mayor explicación; después la de Tercerones, que proviene de Mulato, y Blanco, y empieza a acercarse a este último, aunque el color no disimula todavía su origen y calidad. Los Cuarterones entran después de los antecedentes, y como se deja inferir, provienen de Blanco, y Tercerón; y luego los Quinterones de Blanco, y Cuarterón. Esta es la última que participa de las Castas de Negro; y cuando llegan a este grado, no es perceptible la diferencia entre los Blancos, y ellos por el color, ni facciones. La generación de Blanco, y Quinterón se llama ya de Español, y se considera como fuera de toda raza de Negro, aunque sus abuelos, se suelen vivir, se distinguen muy poco de los Mulatos.⁸²

A hierarquia descrita na *Relación Historica* não era exclusividade do Vice-Reino de Nova Granada, sendo referencial também em outras regiões hispano-americanas.⁸³ De acordo com esse sistema de classificação, os mulatos eram provenientes de enlaces entre negros e brancos e, por isso, conformavam o grupo mais próximo do ascendente negro. Em termos ideais, as sucessivas uniões com indivíduos brancos transformariam a cor da pele e outros traços fenotípicos, originando descendentes cada vez mais associados aos brancos. Conforme essa lógica, aos mulatos sucederiam os *tercerones*, *cuarterones* e *quinterones*, estes constituindo o último estágio pertencente às “castas de negro”. A referência ao processo de branqueamento geracional é clara, mas, no entanto, a função elementar desse sistema de classificação estava ligada à necessidade de definir até que ponto a ancestralidade negra seria levada em conta para a demarcação do lugar social dos indivíduos. Na prática, todos aqueles pertencentes às “castas de negro” seriam considerados juridicamente inabilitados ao recebimento de honras e privilégios.

⁸² Cf.: Don Jorge Juan e Don Antonio de Ulloa. *Relación historica del viaje a la América meridional...*, T. I, libro I, capítulo IV, § 64, p. 41.

⁸³ As mesmas categorias foram referenciadas por Fr. Joaquín de Finestrada no *El vasallo instruido en el estado del Nuevo Reino de Granada y en sus respectivas obligaciones* (1789). Comentado por Margarita González. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2001, p. 135. No relato de Alexander Humboldt sobre a população da Nova Espanha do início do século XIX, encontram-se descritas, com algumas variações locais, as mesmas categorias presentes no relato da *Relación Histórica*. Ver HUMBOLDT, Alexander. *Ensayo Político sobre el reino de la Nueva España*. Trad. Don. Vicente Gonzalez Arnao. Paris: Casa de Rosa, 1822. *Ensayo*.

No esquema acima, consideram-se somente as uniões entre indivíduos das castas e brancos. Porém, como observaram os autores da *Relación Historica*, esse caminho não era linear e exclusivo, uma vez que havia outras combinações biológicas que não resultavam no branqueamento:

Antes de llegar al grado, o jerarquía de Quinterones, se ofrecen muchas intercadencias, que les embarazan el llegar a ellas, porque entre el Mulato, y el Negro hay otra Casta, que llaman Zambo, originada de la mezcla de alguno de estos dos con Indio [...] y así en adelante son los hijos Tente en el Aire, porque ni avanzan a salir, ni retroceden. Los hijos de Cuarterones, o Quinterones, por la junta con Mulatos, o Tercerones, y lo mismo los de estos, y Negros tienen el nombre de Salto Atrás, porque en lugar de adelantarse, a ser Blancos, han retrocedido, y se han acercado a la Casta de Negros.⁸⁴

As implicações práticas dessa hierarquia podem ser observadas em um caso ocorrido em 1774 que envolveu os oficiais do batalhão de pardos de Caracas, de um lado, e Juan Bautista Arias, de outro, a quem seus companheiros desejavam expulsar da corporação sob a alegação de que ele não era “legítimamente pardo”, mas sim um zambo. Conforme os oficiais, os pardos legítimos eram provenientes de “distintas espécies de negros mezclados con otros”; “resultan de blanco y negro, o a lo menos de tercerón con cuarterón o quinterón, porque estos se van acercando cada vez más a los blancos, mientras más se fueren alejando de los negros”.⁸⁵ Trata-se, em linhas gerais, do mesmo esquema descrito na *Relación Historica*, com a exceção de que o designativo mulato foi substituído por pardo. A opção merece ser problematizada tendo em vista que tradicionalmente os filhos de negros e brancos eram denominados mulatos, aspecto presente tanto nos relatos de viagem como nas pinturas de castas. Quais seriam, então, os significados do termo pardo no interior do sistema de castas hispano-americano?

Durante o primeiro século de colonização, era corrente o emprego do designativo mulato para referir-se aos filhos de escravos negros e índias. Alguns historiadores têm sugerido que essas uniões deram origem às primeiras gerações livres de descendentes de escravos africanos, já que os filhos seguiam a condição jurídica das mães. Conforme Ann Twinam, embora muitos historiadores defendam que a população livre ligada à

⁸⁴ Cf.: Don Jorge Juan e Don Antonio de Ulloa. *Relación histórica del viaje a la América meridional...*, T. I, libro I, capítulo IV, § 64, p. 42.

⁸⁵ Cf.: “Los diputados del Batallón de Pardos pidiendo se excluya de él a Juan Bautista Arias, 1774”. In: RODULFO CORTES, Santos. *El régimen de “las Gracias al Sacar” en Venezuela durante el periodo hispánico*. (Tomo 2). Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia, 1978, doc. 2.

escravidão africana fosse resultado de alforrias concedidas por pais brancos, há indícios suficientes na documentação que indicam a importância da união com índias como mecanismo de liberdade.⁸⁶ Porém, à medida que o século XVII avançava, o termo foi ganhando novo significado. Em obra publicada em 1647, o jurista espanhol Juan de Solórzano Pereira chamava a atenção para a especificidade do vocábulo mulato no interior do grupo dos mestiços, ou seja, dos que eram provenientes da “mixtura de Sangre y Naciones”. Seriam precisamente “hijos de negras, y hombre blanco, o al revés, por tenerle esta mezcla por más fea, y extraordinaria, y dar a entender con tal nombre, que le comparan a la naturaleza del mulo”.⁸⁷ As transformações ocorridas nas sociedades hispano-americanas na passagem do século XVI para o XVII explicam o fenômeno.

Com o aumento do tráfico de escravos para a América espanhola durante a primeira metade do Seiscentos, as populações antes predominantemente mestiças de índios e brancos, e que, conforme Stuart Schwartz, tendiam a ser absorvidas no grupo dos espanhóis, passaram a ser identificadas aos negros e denominadas genericamente como mulatas. De acordo com o mesmo historiador, o processo foi mais acentuado nas áreas caribenhas, sobretudo nas ilhas, onde a alta mortalidade indígena favoreceu o predomínio de mestiços de negros e brancos. Mesmo que, na prática, essa população contasse com ascendentes indígenas, o designativo remetia especificamente à origem negra e escrava, o que rebaixava ainda mais o *status* social dessa camada populacional.⁸⁸ Assim, já em meados do século XVII, a ascendência indígena ou negra era concebida como critério que cindia os mestiços em duas categorias principais, fenômeno delineado de modo mais claro ao longo do século XVIII. A promulgação de leis que atestavam a limpeza de sangue dos índios certamente teve papel fundamental na construção dessa diferença.⁸⁹ Com isso, sobretudo durante a segunda metade do século XVIII, o vocábulo mestiço tendia a remeter-se aos indivíduos oriundos de pais índios e brancos.

O que se observa, portanto, é que o designativo mulato era dotado de um sentido pejorativo. No Vice-Reino de Nova Granada, por exemplo, a atribuição da qualidade mulata

⁸⁶ TWINAM, Ann. *Purchasing whiteness: pardos, mulatos and the quest for social mobility in the Spanish Indies*. Stanford: Stanford University Press, 2015, pp. 90-96.

⁸⁷ Cf.: PEREIRA, Juan de Solórzano. *Politica Indiana* (1646). Madrid, 3ª impresión, 1736, § 19, p. 217.

⁸⁸ SCHWARTZ, Stuart. Spaniards ‘pardos’, and the missing mestizos: identities and racial categories in the early Hispanic Caribbean. *New West Indian Guide* 71, n. 1 and 2, pp. 5-19, 1997.

⁸⁹ Se na legislação promulgada durante o século XVI e a maior parte do XVII não havia uma clareza quanto ao estatuto de limpeza dos índios e de seus descendentes mestiços, na centúria seguinte essa percepção passa por mudanças importantes. Juan Olachea indica que, em 1692, uma real cédula equiparou legalmente os índios com a classe comum limpa de sangue de Castela. El negro en la sociedad hispanoindiana. *Revista de Estudios Políticos de Madrid*, n. 61, pp. 219-247, 1968, p. 224.

a alguém era considerada uma acusação grave e poderia dar lugar a pleitos judiciais para provar a falsidade ou veracidade da acusação.⁹⁰ É importante ter em vista que, caso as suspeições quanto à origem familiar fossem confirmadas, o *status* social, tanto individual como familiar, decairia.⁹¹

Ainda são poucas as pesquisas que problematizam as distinções entre os dois termos, sendo mais frequente que eles sejam concebidos como equivalentes. Sergio Solano argumenta que, embora mulato e pardo pudessem ser referenciados como sinônimos, em muitos casos havia uma distinção entre eles, pois os designativos classificatórios estavam sujeitos à influência de fatores sociais, tais como o branqueamento, os padrões de comportamento, de riqueza, etc. Por isso indivíduos e famílias que buscavam um melhor posicionamento social recorriam a formas classificatórias específicas com o fim de demarcar o *status* mais elevado em relação a seus pares. Era nessas situações que mulato dava lugar ao pardo, *cuarterón* ou *quinterón*.⁹² Em estudo sobre notários de cor no Panamá colonial, Silvia Spelt-Bombín igualmente sugere que fatores sociais, tais como o modo de vida, a educação, a riqueza, as redes sociais e a moralidade, constituíam elementos importantes para o estabelecimento do lugar social dos indivíduos na América espanhola. Assim, todos os notários de cor eram pessoas livres e classificadas como *cuarterones*, *quinterones* e pardos, nunca como negros e poucas vezes como mulatos. Quanto aos significados desses designativos, a autora observa que pardo poderia ser empregado como sinônimo de *cuarterón* e *quinterón*, sem que isso implicasse necessariamente uma equivalência de sentido. A historiadora, no entanto, não sugere explicações para as particularidades de cada termo.⁹³

Os estudos sobre as classificações sociais vigentes no mundo colonial hispano-americano evidenciam que as nomenclaturas classificatórias não eram homogêneas e mudavam de acordo com uma multiplicidade de fatores e ao longo do tempo, o que se aplica também para o caso da América portuguesa. Como indicado, havia uma tensão entre os

⁹⁰ Jorge Jaramillo Uribe demonstra que, no Vice-Reino de Nova Granada, as querelas judiciais e extrajudiciais relativas à honra e aos interesses ligados ao pertencimento familiar eram comuns desde o século XVII. O fenômeno, porém, ganhou dimensões mais avultadas ao longo do século XVIII. Do autor, ver: JARAMILLO URIBE, Jaime. *Mestizaje y diferenciación social en el Nuevo Reino de Granada en la segunda mitad del siglo XVIII. Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, v. 2, n. 3, pp. 21-48, 1965.

⁹¹ Para um bom estudo sobre a relação entre pertencimento étnico-social e a honra e os pleitos envolvendo a questão, ver: PELLICER, Luis Felipe. *Entre el honor y la pasión: familia, matrimonio y sistemas de valores en Venezuela durante la crisis del orden hispánico, 1778-1820*. Caracas: Fondo Editorial de la Facultad de Humanidades y Educación, Universidade Central de Venezuela, 2005.

⁹² SOLANO D., Sergio Paolo. Repensando la configuración socio-racial del Nuevo Reino de Granada, siglo XVIII: pardos, mulatos, *cuarterones* y *quinterones*. *Aguita*, Cartagena de Indias, n. 25, pp. 39-59, dez. 2013.

⁹³ ESPELT-BOMBÍN, Silvia. Notaries of color in colonial Panama: *Limpieza de sangre*, legislation, and imperial practices in the administration of the Spanish Empire. *The Americas*, v. 71, n. 1, pp. 37-69, 2014.

sentidos atribuídos aos termos mulato e pardo, pois a equivalência entre eles não era absoluta. O já referenciado Juan de Solórzano Pereira notava que uma parcela da população livre com ascendência negra e escrava não era denominada como mulata ou negra: “Los hijos de negros, y negras libres se llaman morenos, o pardos, y estos suelen vivir arregladamente, y en algunas partes hay compañías milicianas de estos, que sirven muy bien en las costas, y deben ser atendidos”.⁹⁴ Note-se que, neste caso, a conduta comportamental é o aspecto de referência para a classificação dos indivíduos. Nem todos os filhos de negros e negras livres seriam denominados morenos e pardos, somente aqueles cujas condutas estivessem de acordo com os padrões de moralidade considerados ideais.

Os significados atribuídos ao vocábulo moreno ajudam a entender a peculiaridade dos dois termos. Conforme descrito no *Diccionario de Autoridades*, moreno “se aplica al color oscuro, que tira a negro [...] son gente más morena que mulatos”. Conjuntamente à sua funcionalidade como adjetivo de cor, o termo era dotado de um sentido eufemístico, pois empregado para denominar “al hombre negro atezado, por suavizar la voz negro, que es la que le corresponde”.⁹⁵ Por associação, pode-se afirmar que pardo seria um eufemismo empregado como alternativa ao termo mulato, este reconhecidamente pejorativo. Isso explica o motivo pelo qual os milicianos de Caracas optaram pelo designativo pardo ao reproduzirem o sistema de castas.

A diferenciação valorativa entre negro e moreno, por um lado, e mulato e pardo, por outro lado, foi produto de transformações experimentadas ao longo do tempo por parcela específica da população livre egressa da escravidão. Note-se que, de acordo com Solórzano, os morenos e os pardos seriam apenas os que viviam “arregladamente”, ou seja, de acordo com a ordem estabelecida e exercendo atividades úteis aos interesses régios. Nesse sentido, o serviço militar aparecia como um dos principais fatores geradores de merecimento e distinção social. A historiografia vem destacando a relação estreita entre as milícias e a afirmação de pardo e moreno como categorias mais positivas. Conforme Armando Martínez Garnica, os privilégios recebidos em função do serviço militar teriam transformado a categoria pardo em indicadora de um *status* especial no interior das castas. Interpretação semelhante é proposta por Sergio Solano, para quem as milícias propiciaram a consolidação do sentido positivo atribuído à palavra pardo.⁹⁶

⁹⁴ Cf.: PEREIRA, Juan de Solórzano. *Politica Indiana*, § 19, p. 219.

⁹⁵ Cf.: verbete “moreno” (1734). Consulta em: <http://web.frl.es/DA.html>

⁹⁶ MARTÍNEZ GARNICA, Armando. Arrabal, prejuicio moral e demanda de instrucción: elementos para comprender el status de los caballeros pardos en la transición a la sociedad republicana. *Revista Historia Caribe*, v. 6, n. 19, pp. 13-41, 2011; SOLANO D., Sergio Paolo. Repensando la configuración socio-racial...

Convém observar que o papel das instituições no estabelecimento de nomenclaturas relacionadas ao *status* social dos grupos coloniais era interdependente em relação à atuação dos próprios indivíduos e grupos. Por um lado, as milícias – ou outras corporações, como as irmandades religiosas – formalizavam determinadas categorias e, através delas e também por meio da concessão de privilégios, diferenciavam socialmente os seus integrantes relativamente ao conjunto mais amplo das pessoas livres que descendiam de escravos. Por outro lado, indivíduos e grupos se apropriavam das categorias de classificação atribuídas pelas instituições do Estado transformando-as em identidades, ou seja, em “categorias de autoidentificação que servem aos interesses coletivos”.⁹⁷ Em requerimento do início da década de 1760, Antonio Flores, comandante do batalhão de pardos de Havana, buscava convencer o rei Carlos III de que sua progênie pertencia ao grupo dos pardos e não ao dos mulatos. Tomando como referência a *Política Indiana* de Juan de Solórzano, argumentava que os mulatos eram exclusivamente os filhos de brancos e negras; já os pardos seriam as próximas gerações, sendo que “los hijos de mestizos de pardos son reputados por españoles”.⁹⁸ Para Antonio Flores, o *status* social mais elevado dos pardos era um dado evidente e a reivindicação dessa qualidade servia a interesses específicos como, no caso, o de assegurar que um de seus filhos pudesse cursar filosofia e teologia. Poucos anos após a querela envolvendo a expulsão do miliciano zambo, os oficiais do batalhão de pardos de Caracas envolveram-se em novo pleito. Encaminharam ao governador da Venezuela uma denúncia contra o fiscal da Audiência de Santo Domingo por este tê-los denominado de mulatos nos autos de um processo, o que foi interpretado como um sério agravo. Pedia-se a imediata retratação por parte do fiscal, o apagamento da “ofensiva y calumniosa” palavra e, por fim, que uma ordem régia fosse expedida para que os pardos não pudessem ser classificados como mulatos ou qualquer outro nome indecoroso. Após a questão ser avaliada no Conselho de Guerra, expediu-se real cédula em benefício dos requerentes.⁹⁹

Em fins do século XVIII, portanto, a categoria pardo tendeu a rivalizar com as demais nomenclaturas das castas não somente por ser empregada pela monarquia para diferenciar os súditos que prestavam importantes serviços militares, mas também por ser um

⁹⁷ Essa definição de identidade encontra-se em: SCHWARTZ, Stuart. Spaniards ‘pardos’, and the missing mestizos..., p. 6.

⁹⁸ Cf.: AGI, Santo Domingo, leg. 1455. 28 de fevereiro de 1760. In: KONETZKE, Richard. *Colección de Documentos para la Historia de la Formación Social de Hispanoamérica, 1493-1810*. Vol. III (1691-1779). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1962. Doc. 177.

⁹⁹ Cf.: Real Orden de 19 de septiembre de 1777. Academia Nacional de la Historia – Archivo II. Sección: Civiles, doc. 14310, fls. 13v-16. Caracas, 1800. Cédula reproduzida por Zully Chacón M. In: *Reseñas de documentos que se hallan en la Academia Nacional de la Historia*. Caracas. Publicado em 21 de fevereiro de 2013.

designativo reivindicado pelos próprios pardos que buscavam consolidar um novo *status* social, eximido dos estigmas atribuídos aos mulatos.

Na América portuguesa, não havia um sistema de classificação formalizado baseado no estágio ou grau de branqueamento dos indivíduos e grupos tal como ocorria na América espanhola, embora o tom mais claro ou mais escuro da pele fosse considerado um dado diferenciador importante. Na *Informação Geral da Capitania de Pernambuco*, escrita em 1749, indicava-se que no sertão os mulatos ou mamelucos (filhos de índios e brancos) que se casavam com negros eram denominados *salta atrás*, expressão equivalente a *salto atrás* pertencente às castas hispano-americanas, a qual, como notado, indicava uma aproximação ao grupo dos negros.¹⁰⁰ O exemplo, no entanto, constitui exceção. Ao comentar as classificações sociais presentes na documentação paroquial da capitania de Minas Gerais, Douglas Cole Libby ressaltou a ausência de termos como *quarterão* ou *oitavão* e a consequente “flexibilidade do termo pardo” no contexto da América portuguesa. Conforme o historiador, no período que vai de 1750 a 1850, havia a propensão de os miscigenados de pele mais clara serem denominados como pardos ou notados como brancos.¹⁰¹

A preponderância do designativo pardo como uma categoria aglutinadora de diversas gradações de mestiçagem pode ser atestada, por exemplo, em expressões como “pardo disfarçado”. Em 1781, o padre Manuel da Costa de Carvalho, residente na vila da Cachoeira, capitania da Bahia, queixava-se à rainha D. Maria I dos procedimentos dos juízes de fora, os quais também ocupavam o cargo de presidente da câmara. Conforme a denúncia, esses funcionários régios permitiam que pessoas “defeituosas” – precisamente homens que não eram brancos – assumissem cargos importantes na vila: “ao depois de virem juízes de fora já se viram ser vereadores *pardos disfarçados*, pobres e faltos de experiência”.¹⁰² A função do adjetivo era precisamente a de demarcar o lugar social de indivíduos cujos traços fenotípicos poderiam fazer-lhes passar por brancos mesmo sem o serem. Ao analisar as classificações de origem atribuídas às crianças expostas¹⁰³ na Santa Casa de Misericórdia de Salvador entre 1763 e 1871, Jocélio Teles dos Santos verificou a existência de uma multiplicidade de

¹⁰⁰ Cf.: *Informação Geral da Capitania de Pernambuco. Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 28, p. 118-496, 1908, p. 483.

¹⁰¹ LIBBY, Douglas C. A empiria das cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: IVO, Isnara P.; MARTINS, Ilton C.; PAIVA, Eduardo F. (Orgs.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010, pp. 41-62, p. 50.

¹⁰² Cf.: AHU-Bahia (Castro e Almeida), cx.56, doc. 10823. Vila da Cachoeira, 27 de maio de 1781. Grifo meu.

¹⁰³ Crianças que eram enjeitadas pelos pais e criadas por instituições religiosas. Para uma referência sobre o assunto, ver: VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papirus, 1999.

nomenclaturas, mas branco, pardo e negro constituíam as principais referências durante todo o período. A partir dessas matrizes delineavam-se outras classificações, tais como “pardo disfarçado”, “pardo claro”, “pardo escuro”, “branco moreno”, “branco alvo”, etc. Na amostra analisada pelo autor, designativos de uso frequente em décadas mais recuadas do período colonial, a exemplo de cabra, crioulo, caboclo, não foram referenciados com frequência.¹⁰⁴

Antes do século XVIII, o vocábulo pardo já era empregado para descrever a cor de certos grupos humanos. Ao referir-se aos cativos mouros levados para o Algarve em meados do século XV, Gomes Eanes de Azurara indicava que entre os brancos e os negros havia um terceiro grupo, que “queriam semelhar pardos”; no conhecido relato de Caminha sobre a chegada ao litoral do que viria a ser o Estado do Brasil, também os nativos americanos foram descritos como pardos.¹⁰⁵ Em obra escrita nas primeiras décadas do Setecentos, o padre Rafael Bluteau indicou dois significados para a palavra pardo: referia-se à “cor entre branco e preto, própria do pardal” e a grupo humano específico, os mulatos.¹⁰⁶ Já em fins do século, Antonio de Moraes Silva sugeria exatamente os mesmos significados.¹⁰⁷ Desse modo, além de ser um adjetivo de cor, pardo aparecia como sinônimo de mulato, sendo este um vocábulo empregado para nomear os filhos de pais brancos e mães negras ou o contrário.¹⁰⁸ Vale destacar um adendo feito por Antonio de Moraes Silva, conforme o qual os filhos de pessoas mulatas com pessoas brancas eram denominados como mulatos “até certo grau”.¹⁰⁹ A necessidade de expandir o grupo humano incluído nessa categoria certamente devia-se aos processos sociais em curso na América portuguesa.¹¹⁰ Com a disseminação da mestiçagem, restringir o termo aos filhos de pais brancos e mães negras já não seria suficiente para dar conta da heterogeneidade da população, daí decorrendo a

¹⁰⁴ SANTOS, Jocélio Teles dos. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. *Afro-Ásia*, n. 32, pp. 115-137, 2005.

¹⁰⁵ PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, pp. 212-213.

¹⁰⁶ Cf.: Verbete “pardo” em: BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1728, v. 6, p. 265. Consultado em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>

¹⁰⁷ Cf.: Verbete “pardo” em: SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. A primeira edição do dicionário é de 1789. Consulta em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>

¹⁰⁸ Cf.: Verbete “mulato” em: BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez & latino...*, v. 5, p. 628.

¹⁰⁹ Cf.: Verbete “mulato” em: SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza...*, v. 2, p. 327.

¹¹⁰ A sugestão é reforçada pelo fato de que Antonio de Moraes Silva, distintamente de Bluteau, era um homem da colônia, nascido na capitania do Rio de Janeiro.

dilatação do designativo para incluir também sujeitos relativamente afastados do ascendente negro.

Note-se que, assim como na América espanhola, pardo e mulato remetiam à mestiçagem e podiam aparecer como sinônimos. No entanto, o impasse permanece: afinal, havia diferença entre pardo e mulato? Cabe destacar que durante muito tempo o problema central enfrentado pela historiografia sobre o Brasil colonial e imperial foi compreender o papel da ampla camada social integrada por mulatos ou mestiços para a configuração da sociedade escravista. Diante dessa agenda de interesses, as possíveis nuances entre pardos e mulatos ficaram relegadas a um segundo plano, sendo mais comum que os dois termos fossem concebidos como sinônimos, algo, aliás, bem próximo ao que ocorreu nos estudos sobre a América espanhola. Em trabalho sobre os sistemas de classificação vigentes na América ibérica entre os séculos XVI e XVIII, Eduardo França Paiva destaca que os critérios para estabelecer as diferenças entre pardos e mulatos não são claros, já que os termos em questão eram equivalentes em determinadas situações e em outras não.¹¹¹ Em que pesem as dificuldades em propor explicações relativamente exatas sobre a questão, é possível perceber algumas tendências gerais.

Para os milicianos pertencentes a um terço auxiliar de homens brancos da capitania da Paraíba, os pardos eram “filhos de pretos e pardas, de índios e das mais ínfimas misturas, uns recentemente saíram do cativeiro, e outros filhos das mais abomináveis ações e outros de negros”.¹¹² Já na perspectiva dos camaristas de Vila Boa, capitania de Goiás, pardos e mulatos eram equivalentes, oriundos “do proibido ajuntamento dos homens brancos com pretas, ou de pretos com brancas”, o que constituía “uma mistura ou defeito da natureza”.¹¹³ Por fim, para os homens pertencentes ao terço auxiliar de homens pardos da cidade de Salvador, capitania da Bahia, os pardos eram “filhos de pais brancos com mães de diversa cor”.¹¹⁴ Essa documentação evidencia que os significados atribuídos aos designativos pardo e mulato estavam sujeitos aos objetivos dos agentes que os empregavam e que variavam igualmente de acordo com cada região. Na capitania da Paraíba – onde a população indígena era significativa e frequentemente acusada de toda a sorte de crimes e turbulências – destacava-se a dupla ascendência dos pardos, escrava e indígena.¹¹⁵ Já em Vila Boa,

¹¹¹ PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo...*, p. 215.

¹¹² Cf.: AHU-Paraíba, cx. 29, doc. 2141. Paraíba, anterior a 19 de abril de 1785.

¹¹³ Cf.: AHU-Goiás, cx. 45, doc. 2650. Vila Boa, 2 de março de 1803.

¹¹⁴ Cf.: AHU-Bahia, cx. 206, doc. 35 e 41. Lisboa, 28 de junho de 1797.

¹¹⁵ Sobre o elevado contingente de índios na capitania, cf.: AHU-Paraíba, cx. 25, doc. 1978. Paraíba, 6 de novembro de 1776; sobre os temores de levantes envolvendo indígenas aldeados, cf.: AHU-Paraíba, cx. 27, doc. 2067. Paraíba, 26 de abril de 1780; cx. 29, doc. 2149. Paraíba, 28 de abril de 1786.

caracterizada, como se viu, por uma ampla camada de escravos, a ênfase era direcionada para a ascendência negra. Por sua vez, os pardos de Salvador acentuavam a paternidade branca em face de uma definição vaga quanto às “mães de diversa cor”, o que poderia configurar uma estratégia para omitir as ligações com a escravidão e afirmar o *status* social diferenciado do grupo.

Apesar das diferenças de abordagem, a documentação revela que a mestiçagem era considerada pelos contemporâneos o traço comum entre pardos e mulatos. A relação entre mestiçagem e o designativo pardo tem sido debatida pela historiografia brasileira há pelo menos duas décadas. De modo geral, defende-se que nem todos os indivíduos denominados pardos eram miscigenados, o que é sugerido por situações nas quais filhos de pais africanos apareciam como pardos libertos. Para Hebe Mattos, os pardos constituíam uma parcela da população “não necessariamente mestiça, mas necessariamente dissociada, já por algumas gerações, da experiência mais direta do cativo”; por sua vez, os designativos “preto” e “crioulo” remeteriam à condição escrava. Desse modo, o *status* jurídico da liberdade é concebido como o fator determinante para o estabelecimento do designativo pardo.¹¹⁶ Os casos de escravos ou libertos pardos relativizam essa interpretação geral. Em meados da década de 1780, a Irmandade de São Gonçalo Garcia da vila de São João del Rei – uma corporação exclusiva aos pardos – requeria à rainha D. Maria I autorização para comprar a alforria de seus membros escravos, mesmo que à revelia da vontade dos senhores. Enfatizava-se que muitos dos escravos pardos estavam na quinta geração de escravidão, “por serem escravos já desde o terceiro, quarto e quinto avô”.¹¹⁷ Em vista de situações como esta, torna-se difícil estabelecer uma relação absoluta entre a condição jurídica da liberdade e a atribuição do designativo pardo. Na presente tese, os pardos são concebidos como indivíduos mestiços, pois este parece ter sido o significado mais usualmente aceito pelos contemporâneos, como evidenciado tanto nos dicionários da época como nas percepções manifestadas por sujeitos como os oficiais brancos da Paraíba, os camaristas de Goiás ou os próprios pardos de Salvador.

Ainda assim, vale a pena considerar mais detidamente a relação entre o termo pardo e o afastamento geracional da escravidão. Em estudo sobre os processos de mobilidade social

¹¹⁶ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2ª ed., 1998. pp. 135-139; MATTOS, Hebe M. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 17; VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 159.

¹¹⁷ Caso analisado em: LIMA, Priscila de. *De libertos a habilitados*. Interpretações populares dos alvarás anti-escravistas na América portuguesa (1761-1810). Dissertação – Mestrado em História. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, 2011, pp. 107-108.

vivenciados por famílias pardas de Porto Feliz, capitania de São Paulo, entre 1798 a 1850, Roberto Guedes sugeriu que pardo remetia ao “afastamento gradativo do passado escravo” e que, portanto, é preciso considerar as diferenças entre libertos e seus descendentes livres. A observação é elucidativa ao destacar a existência de diversos *status* entre os egressos do cativeiro, dimensão cotidianamente valorizada pelos próprios pardos.¹¹⁸ Porém, a despeito do peso dessas distinções nas relações sociais cotidianas, esses indivíduos tendiam a ser denominados como pardos na documentação produzida por instituições como a Igreja – por meio dos registros paroquiais e das irmandades – e os corpos militares, dado que remete ao argumento já referenciado acerca da flexibilidade da categoria. A perspectiva avançada nesta tese, por sua vez, enfatiza o papel do designativo pardo para o processo de estabelecimento do lugar social destinado a esse segmento populacional. Por meio dele, mesmo indivíduos pertencentes a famílias livres havia algumas gerações eram submetidos a restrições legais legitimadas pela ideia da “mancha da escravidão”. Daí a importância conferida à relação entre o designativo pardo e a configuração do *status* jurídico atribuído ao grupo, aspecto que será analisado adiante.

Quanto aos significados atribuídos aos vocábulos mulato e pardo, observa-se uma semelhança clara com o que se passou nos espaços espanhóis. Mulato apresentava conotação pejorativa, sendo normalmente acompanhado de adjetivos difamadores, ao passo que pardo tendeu a ser empregado com um sentido mais positivado.¹¹⁹ Além disso, como será demonstrado em outra seção desta tese, para muitos pardos o designativo remetia apenas à cor da pele, sem qualquer relação com atributos mais essenciais do grupo.

Um traço comum às pesquisas que destacam a preponderância da categoria pardo na América portuguesa é que elas referem-se, de modo geral, às últimas décadas do século XVIII e à primeira metade do XIX. Conforme Hebe Mattos, pardo foi uma construção típica do final do período colonial, sendo sintomática das transformações ocorridas na América portuguesa em decorrência do crescimento demográfico da população livre com ascendência escrava.¹²⁰ Não obstante, como notado, o vocábulo já era empregado em períodos anteriores. A especificidade das últimas décadas do século XVIII, portanto, deveu-se à institucionalização da categoria para delinear o lugar social do amplo e heterogêneo segmento populacional ligado geracionalmente à escravidão.

¹¹⁸ GUEDES, Roberto. *Egressos do cativeiro: Trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008, p. 89.

¹¹⁹ PESSOA, Raimundo Agnelo Soares. *Gente sem sorte...*, VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem...*; LARA, Silvia Hunold. *Fragments Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 136-142; GUEDES, Roberto. *Egressos do cativeiro...*, p. 90.

¹²⁰ MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico...*, p. 16.

Ao analisar a construção do que denominou de “classificações raciais” na capitania de São Paulo, Muriel Nazzari demonstrou que, nas últimas décadas do século XVIII, todos os grupos não brancos e que não eram identificados diretamente à escravidão africana foram reunidos sob uma categoria de classificação comum, precisamente a dos pardos. A metodologia empregada pela historiadora para constatar a mudança deu-se por meio do cotejamento entre listas de população do bairro de Santana, situado ao norte da cidade de São Paulo, elaboradas entre as décadas de 1770 e 1820. Ficou claro que, nos anos setenta, oitenta e parte dos noventa, “carijós” e “bastardos” ainda compunham cerca de 30% da população. A partir de fins do século, no entanto, a categoria pardo torna-se preponderante e as denominações que indicavam ascendência indígena desaparecem. Para Nazzari, a mudança foi resultado das novas diretrizes administrativas adotadas pela Coroa portuguesa, sobretudo por meio da ação do ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, ilustrado português nomeado secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos em 1796. Nesse ano, ordens régias e comunicados de Coutinho enviados ao governo de São Paulo determinavam que a classificação dos habitantes da América portuguesa considerasse apenas três “classes” de pessoas, a saber: brancos, pardos e pretos.¹²¹ Tendo como objeto a população parda de vilas rurais que margeavam a cidade de São Paulo entre a segunda metade do século XVIII e primeiras décadas do XIX, Fernando Prestes de Souza notou a ocorrência do mesmo fenômeno salientado por Nazzari. O historiador, no entanto, sustenta que a principal característica da população parda era a miscigenação, pois parte substantiva dela apresentava laços familiares tanto com indígenas como com escravos de origem africana.¹²²

O processo de homogeneização das classificações sociais não se restringiu à capitania de São Paulo, sendo observado nas demais configurações sociais da América ibérica de fins do século XVIII. O fenômeno guarda estreita relação com a adoção de princípios ilustrados pela alta burocracia administrativa das monarquias ibéricas. Visando o fortalecimento do poder régio, passou-se a questionar o modelo de organização social pautado na existência de múltiplas hierarquias entre os grupos sociais, buscando-se consolidar um modelo que permitisse ao rei um maior controle sobre a condução do corpo

¹²¹ NAZZARI, Muriel. Vanishing Indians: the social construction of race in colonial São Paulo. *The Americas*, v. 57, n. 4, pp. 497-524, abr. 2001, pp. 515-518.

¹²² SOUZA, Fernando Prestes de. *Pardos livres em um campo de tensões: milícia, trabalho e poder (São Paulo, 1797-1831)*. Tese – Doutorado em História. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2017. Ver capítulo 4.

social.¹²³ A formalização das castas no mundo hispano-americano e a simplificação do quadro societário da América portuguesa em apenas três “classes” de pessoas podem ser interpretadas como ações resultantes de tais diretrizes.

Nesse contexto, a categoria pardo foi desenvolvendo-se como um designativo capaz de ser dissociado dos estigmas tradicionalmente atribuídos aos mulatos. Por dar nome a corporações que contribuíam para o sistema de controle social vigente na América ibérica, tais como irmandades religiosas e os corpos militares, o vocábulo remetia à parcela da população integrada à lógica política que informava aquelas configurações sociais e aos vínculos com a monarquia na qualidade de vassalos. Tratava-se, em suma, de grupos merecedores das graças régias em decorrência dos serviços prestados à monarquia. Na América espanhola, o vocábulo poderia ser empregado alternativamente à própria nomenclatura das castas, fenômeno que ganhou expressão sobretudo a partir de fins da década de 1760 em decorrência da expansão das milícias integradas por esses contingentes populacionais. Nesse sentido, observa-se fenômeno semelhante ao que ocorria na América portuguesa, onde a categoria apresentava grande flexibilidade por agregar indivíduos oriundos de variados processos de miscigenação.

1.3. O estatuto jurídico dos pardos: a inabilitação geracional

No conhecido relato acerca da sociedade pernambucana de inícios do século XIX, o inglês Henry Koster inicia o capítulo referente à população livre com uma reflexão acerca dos acontecimentos em curso nos domínios da América espanhola em decorrência das guerras de independência.¹²⁴ De acordo com Koster:

A insuficiência da população de Portugal para executar os ilimitados planos administrativos do governo salvou, segundo todas as probabilidades, suas possessões na América do Sul das violentas contendidas que devem ser esperadas nas vizinhas colônias de Espanha, entre os habitantes, crioulos

¹²³ Sobre o processo de homogeneização do corpo social como produto da centralização monárquica, ver: GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e Independências: Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992, p. 23; HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. O Antigo Regime (1620-1807). v. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 68.

¹²⁴ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução e notas de Luiz da Camara Cascudo. São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia Editora, 1942. *Travels in Brazil* foi elaborado com base nas observações de Koster quando de sua primeira estadia em Pernambuco, entre fins de 1809 e início de 1815, e publicado pela primeira vez em 1816.

brancos e os homens de cor. Essa guerra será de extrema ferocidade exterminadora entre os descendentes dos europeus nascidos na América do Sul e os nativos da velha Espanha. Mas quando ela terminar, uma outra igual, não menos destruidora, pode ser prevista entre os primeiros e seus patrícios, de castas mestiçadas [...] Nos domínios portugueses sul-americanos, as circunstâncias não admitem essa *divisão de castas* nem essas tão degradadoras e mortificantes distinções, que são existentes em todas as outras nações na administração de suas colônias”.¹²⁵

Passando ao largo das discussões relativas ao processo de independência hispano-americano, destaca-se aqui a interpretação conforme a qual as populações de cor recebiam tratamentos distintos na América espanhola e na América portuguesa. Para ele, a “divisão de castas” – responsável por “degradadoras distinções” entre a população de cor e a população branca – constituía o elemento fundamental que distinguia as duas estruturas sociais. Ao longo de sua exposição, fica claro que a ausência da “divisão de castas” na América portuguesa tinha como consequência a configuração de um quadro jurídico mais flexível relativamente aos espaços hispano-americanos no que toca aos homens de cor e especialmente aos mulatos. Para Koster, a despeito dos sentimentos de superioridade demonstrados pelos brancos europeus e das restrições legais impostas ao “povo de cor”, o que prevalecia era a “brandura das leis”, visto que “os regulamentos que existem contra elas [as “classes mestiças”] são iludidos ou se tornam obsoletos”.¹²⁶ A decorrência lógica do argumento é a de que, para o observador inglês, a estrutura social da América espanhola era mais rígida comparativamente ao quadro português.

As distinções entre as sociedades ibero-americanas seriam retomadas na qualidade de problema de pesquisa específico apenas no século XX, sobretudo nos debates sobre os sistemas escravistas das Américas. No centro da polêmica estava a tradição interpretativa disseminada por Frank Tannenbaum por meio da obra *Slave and Citizen: the Negro in the Americas* (1947), conforme a qual o sistema escravista vigente na Ibero-América era oposto ao sistema encontrado nas áreas de colonização inglesa. Em fins da década de 1960, essas teses passaram a sofrer duras críticas, sobretudo por sustentarem uma visão benigna da escravidão praticada pelos ibéricos. Nesse contexto, também a pretensa unidade cultural entre as regiões ibero-americanas foi questionada, resultando no reconhecimento de que o

¹²⁵ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil...*, p. 473. Grifo meu.

¹²⁶ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil...*, p. 475.

modelo administrativo empregado pela Coroa espanhola era mais rígido em termos da aplicação de leis do que o que era praticado pela Coroa portuguesa.¹²⁷

Questões semelhantes foram enfrentadas por Magnüs Mörner em seu clássico *La mezcla de razas en la historia de America Latina*, publicado pela primeira vez em 1967. Tendo como tema as relações raciais na América Latina desde o período colonial até meados do século XX, e objetivando entender o fenômeno da mestiçagem, este livro figura dentre os poucos firmados em uma análise comparada dos espaços ibero-americanos. Ao discorrer sobre as “políticas raciais” dos Estados ibéricos, afirmava: “la sociedad de la América colonial portuguesa tenía mucho en común con la de la América hispana, pero da la impresión de haber sido más fluida y menos estrictamente regulada”.¹²⁸ Essa diferença decorreria do peso da escravidão na América portuguesa, uma vez que esse era o “único setor organizado da sociedade colonial”.¹²⁹ Um indicativo da fluidez seria a possibilidade de branqueamento, denominado pelo autor como “fenômeno da passagem”. É nesse ponto que vemos a ressonância do relato de Henry Koster na narrativa de Magnus Mörner, visto que o exemplo referido originou-se de uma passagem de *Travels in Brazil* sobre um mulato que, ao tornar-se capitão-mor, passou a ser admitido como branco.¹³⁰

A presente pesquisa insere-se, a seu modo, nesse campo de debates, problematizando especificamente a relação entre as estruturas jurídicas e o lugar social ocupado pelos pardos na América ibérica. Para tanto, é necessário compreender qual o *status* jurídico dessas populações, tanto no que diz respeito ao aspecto formal quanto aos fundamentos que lhe conferiam legitimidade.

A historiografia tem asseverado há um bom tempo que em todas as sociedades escravistas os libertos e seus descendentes sofriam algum tipo de restrição. A conquista da liberdade não significava a equiparação plena, consistindo antes em mais um estágio no longo processo de transformação de *status* intrínseco ao estado de escravidão.¹³¹ Conforme Orlando Patterson, a condição social dos libertos e de seus descendentes livres era delineada pelo estatuto legal e pela “posição de prestígio”, conceito que remete à existência de

¹²⁷ Ver especialmente os debates entre, por um lado, David Brion Davis e Eugene Genovese e, por outro lado, Stanley Elkins. DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 258-259; ELKINS, Stanley M. *Slavery: a problem in American institutional and intellectual life*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1992. Sobre tudo capítulo 5.

¹²⁸ MÖRNER, Magnus. *La mezcla de razas en la historia de America Latina*. Buenos Aires: Paidós, 1969, p. 74.

¹²⁹ MÖRNER, Magnus. *La mezcla de razas...*, p. 75. Nessa passagem o autor referencia especificamente as teses de Caio Prado Jr. sobre a sociedade colonial do Brasil, abordagem já referenciada neste trabalho.

¹³⁰ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil...*, p. 480; MÖRNER, Magnus. *La mezcla de razas...*, p. 77.

¹³¹ Sobre a escravidão como processo de mudança de *status*, ver: KOPYTOFF, Igor. *Slavery. Annual Review of Anthropology*, v. 11, pp. 221-221, 1982.

estigmas sociais dirigidos a esses grupos.¹³² A articulação das duas dimensões evidencia que a escravidão dava origem a máculas sociais que colocavam os libertos e seus descendentes em um “estado de degradação permanente”.¹³³ Diante disso, o que variava de uma sociedade para outra era a configuração das leis e o tempo de vigência das restrições, o qual poderia limitar-se ao período de uma vida ou – o que foi mais comum – estender-se por várias gerações.

Nas sociedades ibero-americanas, a população livre com ascendência escrava ocupava um lugar social marcado pelo desprestígio social, condição instituída por meio de exclusões legais e de uma série de concepções pejorativas disseminadas pelo corpo social. Paulatinamente foram sendo decretadas leis que os excluía dos cargos públicos, de posições mais elevadas na hierarquia religiosa, do acesso a certas irmandades e das instituições educacionais. Na América espanhola, as primeiras leis remontam ao século XVI, quando mulatos e zambos foram proibidos de portar armas e as mulatas e negras forras de usar vestimentas e adereços considerados impróprios à sua condição social, tais como ouro, pérolas, sedas e mantos; negros e mulatos livres foram impedidos de ocupar cargos públicos e de praticar ofícios como os de cirurgião.¹³⁴ Não obstante, foi somente ao longo do século XVII – concomitante às transformações demográficas então em curso – que o processo de definição do *status* jurídico dos grupos mestiços ganhou força. A tributação e a multiplicação dos impedimentos legais constituíram os dois pilares do fenômeno.

Como se sabe, na Espanha, assim como nas demais sociedades de Antigo Regime, a tributação era um dos principais critérios empregados para definir o *status* de grupos e indivíduos. Se na Europa ela cindia nobreza e povo comum, na América inicialmente serviu para diferenciar espanhóis e índios, posteriormente sendo estendida aos negros libertos e livres e à população mestiça em geral. Embora desde fins do século XVI já existissem leis que ordenavam a tributação de pessoas negras e mulatas livres, essa diretriz foi reforçada apenas no início do século seguinte, buscando-se, então, incorporar toda a população livre não indígena.¹³⁵ Ordens régias encaminhadas ao vice-rei do Peru em 1608 e 1609 discutiam

¹³² PATTERSON, Orlando. *Escravidão e morte social: um estudo comparativo*. São Paulo: Edusp, 2008, pp. 350-352.

¹³³ DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 324.

¹³⁴ Cf.: “Que los mulatos y zambaigos no traigan armas, y los mestizos los puedan traer con licencia”. 19 de diciembre de 1568 y 1 de diciembre de 1573; “Mulatas, y negras horas, no traigan oro, seda, mantos, ni perlas”. 11 de febrero de 1571. In: *Recopilación de leyes de Indias*. Boix Editor, 1841. T. 2, ley 14, tit. 5, lib. 7, fol. 322; T. 2, ley 28, tit. 5, lib. 7. Para as demais leis referenciadas, ver: TWINAM, Ann. *Purchasing whiteness...*, p. 102.

¹³⁵ Cf.: “Que los negros y negras, mulatos y mulatas libres, paguen tributo al rey”. 27 de abril de 1574 y 24 de octubre de 1592”. In: *Recopilación de leyes de Indias*, T. 2, ley 1, tit. 5, lib. 7, fol. 285.

propostas a respeito das formas de governo que deveriam ser aplicadas à crescente população de mestiços, negros e mulatos livres, as quais, nesse momento, escapavam das malhas da monarquia. Para a administração colonial, a concentração da população em *pueblos* sujeitos à tributação configurou a solução necessária e adequada.¹³⁶ Em 1627, uma ordem régia determinou que os negros e mulatos livres sob a jurisdição da Audiência do Panamá pagassem tributo tal como os negros e mulatos do Peru; dez anos depois, outra ordem régia declarava a obrigatoriedade do pagamento de tributos por parte dos mulatos e *cuarterones* do Vice-Reino de Nova Granada.¹³⁷ A historiografia vem sugerindo que a tributação das castas não constituiu tarefa fácil de ser concretizada, pois era negligenciada em muitos lugares.¹³⁸ De qualquer modo, isso não invalida o papel da tributação no processo de construção do lugar social atribuído às populações mestiças.

Se durante a segunda metade do século XVI os principais alvos dos impedimentos legais eram os negros e mulatos livres, ao longo do século seguinte o grupo dos inabilitados legalmente é ampliado para o conjunto dos mestiços. Ainda na década de 1620, mulatos e mestiços foram proibidos de exercer o ofício de escrivão; na década seguinte, promulgou-se ordem para que os mestiços e outros “defectuosos” não fossem ordenados clérigos; já em fins do século, os estatutos da Universidade de Lima proibiam expressamente a entrada de alunos “mestizos, zambos, mulatos y cuarterones”.¹³⁹ Em fins do século XVII, portanto, o crescimento demográfico, a tributação e o delineamento dos impedimentos legais convergiram para a consolidação do estatuto social e jurídico dos mestiços, o qual, como assinalado, seria sintetizado sob a designação das castas a partir do século XVIII.

Nos espaços portugueses, os impedimentos legais aplicados aos pardos e mulatos passaram a ser implantados no século XVII. As primeiras leis foram promulgadas especificamente para Portugal, que na época contava com uma população significativa de libertos e de seus descendentes livres. Em diversas confrarias religiosas, passou-se a impedir a admissão de confrades mulatos ou negros, indicação que constava nas *Constituições*

¹³⁶ Cf.: Real Cédula de 20 de diciembre de 1608; Real Cédula de 10 de abril de 1609”. In: KONETZKE, Richard. *Colección de Documentos para la Historia de la Formación Social de Hispanoamérica, 1493-1810*. Vol. II, T. I (1593-1659). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1962, documentos 94; 98.

¹³⁷ Cf.: Cf.: Real Cédula de 27 de Julio de 1627; Real Cédula de 24 de julio de 1637. In: KONETZKE, Richard. *Colección de Documentos para la Historia de la Formación Social de Hispanoamérica, 1493-1810*. Vol. II, T. I (1593-1659). Doc. 198; 237.

¹³⁸ HELG, Aline. *Liberty and Equality in Caribbean Colombia, 1770-1835*. The University of North Carolina Press, 2004, p. 247.

¹³⁹ Cf.: Respectivamente: leyes de 15 de noviembre de 1576 y 7 de junio de 1621. In: *Recopilación...*, T. 2, ley 40, tit. 8, lib. 5; ley de 7 de febrero de 1636. In: *Recopilación...*, T. 1, ley 4, tit. 7, lib. 1; ley 10 de diciembre de 1678. In: *Recopilación...*, T. 1, ley 57, tit. 22, lib. 1.

Sinodais do Arcebispado de Lisboa, de 1640.¹⁴⁰ Já em fins do século, o controle passou a incidir também sobre os ofícios públicos: “Hei por bem, que a toda a pessoa, antes de entrar em algum ofício, se lhe mandem fazer informações aparte, aonde foi natural, com todas as circunstâncias [...], procurando-se se tem parte de cristão-novo, mouro, ou mulato”.¹⁴¹

Um aspecto importante a ser considerado ao tratar da legislação relativa aos negros e mulatos da América ibérica é a ausência de políticas homogêneas, tanto em termos temporais como espaciais. Não havia códigos de leis específicos a esses grupos sociais, mas sim um conjunto de ordens régias e leis decretadas ao longo de um arco temporal amplo, que se estende do século XVI ao XVIII. Por isso, em muitas situações a legislação soa contraditória, o que, entretanto, não deve ofuscar o dado elementar conforme o qual as populações livres ligadas geracionalmente à escravidão estavam submetidas a um estatuto social e jurídico particular, dotado, ademais, de historicidade. O caso envolvendo a exclusão de estudantes pardos das escolas jesuítas da Bahia em fins do século XVII, já bem conhecido da historiografia sobre o Brasil colonial, permite entender essa dinâmica. Por volta de 1686, alguns estudantes pardos encaminharam uma representação ao rei a fim de que lhes fosse concedido o direito de retornar às escolas jesuítas ali existentes, das quais muitos jovens mestiços haviam sido expulsos. Quando inquiridos pelo rei sobre os motivos dessa inovação, os religiosos da Companhia de Jesus alegaram que os mulatos eram de “vil e obscura origem, de costumes corrompidos” e “pouco respeitosos para com os professores”. No entanto, o que parecia legitimar a decisão era o fato de que “nesta costa do Brasil já lhes está totalmente fechado o ingresso ao sacerdócio e aos claustros religiosos e a qualquer função governativa”.¹⁴²

No entanto, malgrado o posicionamento dos jesuítas, uma provisão régia de 1689 concedeu aos pardos o direito de retornar às escolas. Como justificativa, o texto da provisão sublinhava a situação dos pardos no reino, onde eram admitidos nas Universidades de

¹⁴⁰ Cf.: *Constituições Sinodais do Arcebispado de Lisboa, 1656 (1640)*, Liv. I. Tit. XII- Decreto II, § 1. Dos interrogatórios que são necessários em geral para as Ordens Sacras, Sumários, e informações de geração, vida e costumes: “Se tem parte de nação Hebreia, ou de outra qualquer infecta, ou de mulato, ou de negro”. *Apud* LAHON, Dider. *Eslavage et confréries noires au Portugal durant l’Ancien Régime (1441-1830)*. Formes et diversité des rapports esclavagistes. (2v). Tese – Doutorado em Antropologia Social e Cultural. Paris: Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2001. p. 519.

¹⁴¹ Cf.: Decreto sobre a mesma matéria da Carta de 25 de julho de 1640. 16 de agosto de 1671. *Ordenações Filipinas*, Livro I, Título 35 ao princípio. In: FREITAS, Joaquim Inácio de. *Collecção Chronologica de Leis Extravagantes, Posteriores à Nova Compilação das Ordenações do Reino, Publicadas em 1603*. (t. 1). Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1819. pp. 170-171.

¹⁴² Cf.: Carta de 27 de julho de 1688. In: LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938-1950, v. 5, pp. 77-78. *Apud* PESSOA, Raimundo Agnelo Soares. *Gente sem sorte: Os mulatos no Brasil colonial*. Tese – Doutorado em História. Franca: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2007, p. 193.

Coimbra e Évora, “não lhes servindo de impedimento a cor de pardos”.¹⁴³ Note-se que, de acordo com os jesuítas, por essa época os mulatos já estariam excluídos dos cargos governativos e religiosos dos espaços litorâneos da América portuguesa; por esse tempo, também as confrarias religiosas portuguesas já restringiam o acesso aos mulatos; e desde 1671 que eles estavam formalmente impedidos de ocupar ofícios públicos. Apesar disso, afirmava-se na provisão de 1689 que a cor parda não servia de impedimento ao ingresso nas universidades, das quais, por sua vez, saíam com títulos e habilitados ao exercício de ofícios liberais. O impasse gerado por essa contenda permite sugerir que a inclusão dos pardos no rol dos inabilitados foi resultado de um processo complexo, marcado, por um lado, por pressões dos próprios pardos em busca de privilégios e, por outro lado, pelas reações das elites brancas, ciosas por resguardarem suas posições no topo da hierarquia social. Admitindo-se as declarações dos jesuítas da Bahia como verdadeiras, tem-se que, em fins do século XVII, a inabilitação jurídica dos pardos começava a delinear-se na América portuguesa, apesar de ainda ser desprovida de respaldo régio.

Esse panorama começaria a mudar somente ao longo da primeira metade do século XVIII. Diversos historiadores têm sugerido que nessa época houve um recrudescimento dos impedimentos legais destinados a esse vasto contingente populacional, fenômeno, aliás, comum aos espaços hispano-americanos.¹⁴⁴ Na América espanhola, como já indicado, a formalização das castas cimentou o processo de definição do *status* jurídico destinado aos grupos mestiços. Nesse período, a legislação vigente no século anterior tendeu a ser reforçada e novas corporações passaram a barrar a incorporação das castas. Em 1730, os Estatutos da Universidade de São Jerônimo, em Havana, decretaram a exclusão dos “negros, mulatos, ni cualquiera género de esclavo, ni lo que haya sido”.¹⁴⁵ Uma real cédula publicada em 1752 endossava a exclusão de mulatos, zambos e cuarterones da Universidade de Lima.¹⁴⁶ Os Estatutos da Universidade de Santa Fé igualmente excluía os mulatos,

¹⁴³ Cf.: Provisão de 28 de fevereiro de 1689. *Apud* PESSOA, Raimundo Agnelo Soares. *Gente sem sorte...*, p. 192.

¹⁴⁴ LOCKHART, James; SCHWARTZ, Stuart. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 370-371; BERNAND, Carmen. Negros esclavos y libres en las ciudades hispanoamericanas. In: ANDRÉS-GALLEGO, José (Dir. e Coord.). *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica*. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 2000, p. 94; MATTOS, Hebe Maria. “Black troops” and hierarchies of color in the Portuguese Atlantic world: the case of Henrique Dias and his black regiment. *Luso-Brazilian Review*, v. 45, n. 1, pp. 6-29, 2008.

¹⁴⁵ Cf.: “Estatutos y Constituciones de la Real y Pontificia Universidad de San Geronimo”, Título VII, cap. XII. Habana, 30 de octubre de 1730. In: KONETZKE, Richard. *Colección de Documentos para la Historia de la Formación Social de Hispanoamérica, 1493-1810*. Vol. III, T. I (1691-1779). Doc. 121.

¹⁴⁶ Cf.: Real Cedula de 27 de septiembre de 1752. In: KONETZKE, Richard. *Colección de Documentos para la Historia de la Formación Social de Hispanoamérica, 1493-1810*. Vol. III, T. I, doc. 163.

impedimento que foi reafirmado em 1765.¹⁴⁷ Conforme os estatutos do Colégio de Advogados de Caracas, elaborados em 1788, seus integrantes deveriam ser de nascimento legítimo, cristãos velhos e “limpios de toda mala raza de negros, mulatos u otra semejante”, o que era pensado tendo em vista a ascendência até os avós.¹⁴⁸ Esse conjunto de leis permite perceber que a definição do estatuto jurídico das castas teve como principal linha condutora a blindagem de instituições específicas quanto à entrada de indivíduos pertencentes às castas, notadamente pardos e mulatos. Em outro momento desta tese será demonstrado que esse movimento por parte das elites brancas não foi fortuito; ele revela uma articulação que visava criar obstáculos para indivíduos e famílias pardas em processo de ascensão social.

Na América portuguesa, se em fins do século XVII o estatuto jurídico dos mulatos e pardos não estava plenamente definido, como demonstrado na querela dos estudantes pardos da Bahia, no início do século seguinte as coisas começariam a mudar. Em termos legais, o *mulatismo* passou a figurar como um impedimento que lhes interditava o acesso a honras e privilégios, como exercer ofícios públicos e ascender na hierarquia eclesiástica. Pela ordem régia dirigida à capitania de Minas Gerais no ano de 1726, definiu-se que não deveria “ser eleito vereador ou juiz ordinário, nem andar na governança das vilas da capitania de Minas homem algum que seja mulato *dentro no quarto grau em que o mulatismo é impedimento*, e que da mesma forma não possa ser eleito o que não for casado com mulher branca, ou viúvo dela”.¹⁴⁹ Na vila do Recife, pertencente à capitania de Pernambuco, durante a década de 1730 e início da seguinte, a questão veio à tona em uma querela entre os membros da Irmandade de São Pedro, que agregava tanto eclesiásticos como seculares. A motivação da contenda foi a exclusão dos sacerdotes pardos, os quais prontamente recorreram da decisão, alegando que tal critério estaria ausente do compromisso da irmandade, pois nele constava que se admitia “por irmãos todos os sacerdotes do hábito de São Pedro, que nela se quiseram congregar sem distinção branco ou pardo”. Inquiridos pelo Conselho Ultramarino sobre as causas dessa inovação, os membros da Mesa¹⁵⁰ da irmandade justificaram-se alegando que a questão havia sido votada e aprovada por unanimidade e, assim, “se proibiu aceitarem-se por

¹⁴⁷ Cf.: Real Cedula de 23 de junio de 1765. In: KONETZKE, Richard. *Colección de Documentos...*, Vol. III, T. I, doc. 199.

¹⁴⁸ Cf.: Primeros Estatutos del Colegio de Abogados de Caracas. Título 13. *Apud* VILLALOBOS, Ángel. La limpieza de sangre en el Colegio de Abogados de Caracas a finales del siglo XVIII. *Fronteras de la Historia*, n. 10, pp. 305-328, 2005, p. 310.

¹⁴⁹ Cf.: Ordem de 27 de janeiro de 1726. APM, SC, cx. 29, doc. 17. Grifo meu.

¹⁵⁰ As irmandades eram administradas por alguns membros, os quais normalmente eram escolhidos por votação. A este grupo dava-se o nome de Mesa.

irmãos os sacerdotes ligados com o *impedimento de pardo* até o *quarto grau*, inclusive aos mais seculares que padecessem o mesmo *defeito* ainda que sacerdotes não fossem”.¹⁵¹

Nos dois casos abordados, vê-se que a condição parda ou mulata gerava um impedimento legal, o qual, por sua vez, era legitimado sob a ideia de defeito. Sem considerar por ora as discussões sobre este último conceito, destaca-se aqui o princípio da mácula dentro dos *quatro graus*, aspecto pouco problematizado pela historiografia. Conforme Fernanda Olival, com a proliferação dos estatutos de pureza de sangue em Portugal, sobretudo a partir de meados do século XVI, diversas corporações passaram a excluir quem fosse de ascendência judaica, moura ou gentia até o quarto grau.¹⁵² A noção de grau referia-se ao posicionamento geracional de um indivíduo em relação a um antepassado específico. No caso dos cristãos-novos, seria o ancestral judeu, mouro ou gentio; para os mulatos ou pardos, remetia ao antepassado negro e escravo. Na prática, os quatro graus do mulatismo significavam que a mácula da escravidão perduraria até a quarta geração de liberdade de uma família. Em meados do século XVIII, o médico português Antonio Ribeiro Sanches atestava a vigência do referencial dos quatro graus do mulatismo também em Portugal. Defensor do fim das máculas impostas aos cristãos-novos, afirmava que “vemos todos os dias a raça de negro e mulato extinguir-se em *quatro gerações*, e no fim delas todos vêm a ser Portugueses”. Diante disso, sustentava que também os cristãos-novos fossem isentados da mancha do judaísmo ao cabo das gerações mencionadas.¹⁵³

Para entender a lógica desse impedimento na América, vale analisar algumas situações nas quais ele foi acionado. Ao buscar tornar-se padre, Domingos Simões da Cunha, morador da vila de Paracatu, capitania de Minas Gerais, teve suas pretensões momentaneamente obstadas por padecer de alguns defeitos, precisamente ser filho ilegítimo e homem pardo. Foi acusado de “mulatismo em primeiro grau”, o qual decorria do fato de ser filho de um homem branco e de uma negra escrava de nação angola. A referência é clara: Domingos era a primeira geração livre, descendendo diretamente de mãe escrava.¹⁵⁴ No

¹⁵¹ Cf.: Requerimento do padre Cipriano Ferraz de Faria ao rei. Anterior a 29 de novembro de 1732. AHU-Pernambuco, cx. 43, doc. 3920; Requerimento dos clérigos pardos do bispado de Pernambuco. Anterior a 6 de junho de 1742. AHU-Pernambuco, cx. 57, doc. 4943. Grifo meu.

¹⁵² OLIVAL, Fernanda. Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal. *Cadernos de Estudos Sefardistas*, n. 4, pp. 151-182, 2004, p. 153.

¹⁵³ Cf.: SANCHES, António Ribeiro. *Cristãos Novos e Cristãos Velhos em Portugal*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003 (1748), p. 10. *Apud* OLIVAL, Fernanda; FIGUEIRÔA-RÊGO, João de. Cor da pele, distinções e cargos: Portugal e espaços atlânticos portugueses (séculos XVI a XVIII). *Tempo*, n. 30, p. 115-145, 2010, p. 139.

¹⁵⁴ Cf.: *Apud* SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto*. Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1753-1808). São Paulo: Editora HUCITEC, 1997, pp. 173-174. Não disponho da data exata do processo de Domingos Simões, mas é provável que tenha ocorrido em algum momento durante a década de 1770.

início do século XIX, João Pedro da Cunha teve sua nomeação como vereador da Câmara de Vila Boa, capitania de Goiás, anulada com base na ordem régia de 1726, pois ele era casado com uma “mulata no segundo grau”, “neta de uma negra da Costa da Mina”. Nesse caso, a esposa estava na segunda geração de liberdade familiar e a escravidão havia sido vivenciada por uma avó.¹⁵⁵ Em fins da década de 1780, na capitania do Mato Grosso, José Dias de Figueiredo recorria à rainha, D. Maria I, clamando justiça para ele e sua progênie. O requerente havia solicitado inclusão na Irmandade do Santíssimo Sacramento por três vezes, o que lhe havia sido negado alegando-se “que o motivo era por uma mancha, que tinha no *quarto grau* por parte de sua mãe, por ser bisneta de uma crioula, filha de uma preta de nação conga”.¹⁵⁶ Vemos aqui um exemplo de como as normas legais ganhavam novas interpretações de acordo com cada contexto e interesses em jogo. A acusação de mulatismo imposta a José Dias, a qual desconsiderou o fato de que ele já estava na sexta geração distante do ascendente negro e escravo, foi uma estratégia para legitimar a sua exclusão da irmandade. Está claro que a mácula do mulatismo era nutrida por homens brancos para estorvar as aspirações dos pardos que buscavam ascender socialmente.

Por volta de meados do século XVIII, a classificação das castas e a figura do mulatismo constituíam a face institucionalizada de um estatuto jurídico específico, destinado à população livre, miscigenada e oriunda da escravidão. Indivíduos pertencentes a esse heterogêneo grupo eram inabilitados ao exercício de cargos públicos, ao recebimento de privilégios e honras, à entrada em instituições como as universidades e certas irmandades. Em suma, estavam excluídos de funções sociais e signos de distinção que resultassem em algum tipo de ascensão social. Os sistemas legais ibero-americanos assemelhavam-se por prever o fim das exclusões após quatro gerações, mas os critérios que determinavam a transformação do *status* geracional eram expressos a partir de ênfases distintas.

Nas regiões hispano-americanas, alguém se tornaria plenamente habilitado somente ao ser considerado branco. Portanto, em termos ideais, o branqueamento geracional constituía o fundamento da hierarquia prevista na classificação das castas. Na América portuguesa, o fim da mácula do mulatismo estava condicionado ao distanciamento geracional em relação ao ascendente escravo. Em teoria, indivíduos provenientes de famílias livres há mais de quatro gerações seriam considerados habilitados. Note-se que, neste caso, o branqueamento geracional não era manifestado explicitamente como ocorria na América

¹⁵⁵ Cf.: AHU-Goiás, cx. 45, doc. 2650. Vila Boa, 2 de março de 1803.

¹⁵⁶ Cf.: AHU-Mato Grosso, cx. 26, doc. 1545. Vila Bela, 21 de maio de 1789. Agradeço a Luiz Geraldo Silva e a Gilian Evaristo França Silva a indicação e transcrição desse documento.

espanhola. É difícil determinar com exatidão se o processo de branqueamento estava implícito no modelo empregado na América portuguesa, pois essa vinculação não aparece na documentação que contém informações sobre os quatro graus do mulatismo. Contudo, não se pode ignorar que ser considerado branco tinha um imenso valor em uma sociedade na qual essa qualidade estava ligada à liberdade e a negra à escravidão. De fato, conforme constava na lei de 1726, somente homens brancos casados com mulheres da mesma qualidade eram considerados habilitados aos cargos públicos, o que permite sugerir que o branqueamento estivesse no horizonte dos legisladores.

A despeito dessas considerações, ainda é possível sustentar que os critérios empregados na América espanhola e na América portuguesa para estabelecer a inabilitação das castas e dos mulatos e pardos enfatizavam dimensões distintas, embora não completamente dissociadas. A configuração da escravidão nos dois espaços pode ser uma chave explicativa para o fenômeno. Como notado, na América portuguesa o crescimento da população mestiça resultou da combinação de dois fatores principais: a importação massiva de escravos desde meados do século XVII e a prática contínua das alforrias. Uma das consequências dessa dinâmica é que parte substantiva da população miscigenada podia ser associada diretamente à escravidão. Na América espanhola, em decorrência da antiguidade e dimensão do tráfico – cujo ápice ocorreu nas primeiras décadas do século XVII –, a ligação entre mestiçagem e escravidão não era facilmente sustentada na segunda metade do Setecentos. Muitas famílias, não obstante apresentassem traços fenotípicos que indicavam antepassados negros, estavam relativamente afastadas de tais ascendentes. Em face desse ordenamento, é plausível inferir que o condicionamento da inabilitação jurídica das castas às gerações de branqueamento parecesse mais adequado do que um modelo pautado em gerações de liberdade, pois este permitiria que muitas famílias pardas se tornassem habilitadas.

Na América ibérica, a inabilitação das castas e dos mulatos e pardos dependia da existência de um campo de justificativas que transcendia o campo estritamente jurídico. O sistema de exclusão era legitimado por meio de valores sociais que, ao longo do tempo, originaram um campo de estigmas associado a esses grupos sociais. A discussão que se segue tratará especificamente de tal fenômeno.

1.4. Os fundamentos da inabilitação parda: ilegitimidade, pureza de sangue e escravidão

Na seção anterior, viu-se que os mulatos e os pardos constituíam grupos sociais inabilitados, sendo formalmente excluídos dos empregos públicos, das universidades, de certas corporações religiosas e do recebimento de privilégios específicos. Esse quadro legal era respaldado por um complexo arcabouço de valores sociais compartilhados pelos ibéricos. A discussão que se segue tem como objetivo identificar tal ideário e, ao mesmo tempo, delinear os traços gerais do campo de estigmas ao qual esses indivíduos e grupos estavam submetidos.

A noção de estigmatização empregada nesta análise refere-se ao fenômeno sociológico que consiste na atribuição de características inferiores a um grupo humano por parte de outro grupo, configurando um “preconceito intergrupar”. O estigma pode ser entendido como uma espécie de “desonra coletiva” e constitui, conforme Norbert Elias, “uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social”.¹⁵⁷ São múltiplos os elementos passíveis de serem acionados para justificar a estigmatização, tais como diferenças quanto à religião, ao pertencimento étnico, à condição econômica, ao gênero, ao aspecto físico dos indivíduos, etc. Contudo, independentemente dos aspectos privilegiados, o fim para o qual são destinados é o mesmo, qual seja, manter a subordinação de um grupo em relação a outro.

Nas sociedades ibéricas do Antigo Regime, diferentes grupos sociais eram estigmatizados. Quanto ao Velho Mundo, destacam-se os judeus, mouros – bem como seus descendentes convertidos ao cristianismo –, ciganos, e pessoas acusadas de heresia. Com a colonização dos territórios ultramarinos, as populações nativas dos territórios ocupados foram sendo paulatinamente incorporadas ao rol dos inabilitados, incluindo-se nessa categoria os africanos, indianos e indígenas americanos. Com o passar do tempo, também seus descendentes miscigenados passaram a ocupar posições sociais subordinadas. Convém ressaltar que a inabilitação de tais grupos resultou de processos delineados ao longo do tempo, os quais eram, ademais, subordinados às condições de cada configuração social. No início da colonização espanhola, por exemplo, muitos mestiços – filhos de espanhóis e mulheres indígenas – eram incorporados ao grupo dos colonizadores por meio da legitimação paternal.

¹⁵⁷ ELIAS, Norbert. Introdução. Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders. In: ELIAS, N.; SCOTSON, J. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, pp. 23-24.

Assim, durante grande parte do século XVI, tais indivíduos tinham acesso às posições de maior prestígio e poder, ordenamento que começaria a mudar a partir da centúria seguinte.

Nesta análise, contempla-se o estabelecimento da inabilitação imposta aos mulatos, atentando-se particularmente para a relação de interdependência entre a estigmatização e a formalização de seu estatuto jurídico. Verificou-se em seção anterior que, na América espanhola, os impedimentos legais destinados aos mestiços e mulatos passaram a ser promulgados somente a partir das primeiras décadas do século XVII e, ainda assim, em muitos casos as restrições eram decretadas visando regiões específicas. Tomando como referência as reflexões do jurista espanhol Juan de Solórzano Pereira, depreende-se que, em meados do século XVII, o lugar social destinado a esses grupos ainda não estava plenamente definido.¹⁵⁸ Em sua *Política Indiana* (1647), criticou a indistinção jurídica entre espanhóis e mestiços, asseverando que estes não deveriam dispor dos mesmos privilégios que aqueles por serem de “tan malas castas, razas, y condiciones”.¹⁵⁹ Essa caracterização depreciativa fundamentava-se em preceitos jurídicos espanhóis e em valores sociais que remontavam ao período medieval:

Y si estos hombres hubiesen nacido de legítimo matrimonio, y no se hallase en ellos otro vicio, o defecto, que lo impidiese, podrían, y deberían [ser tenidos] por ciudadanos de dichas provincias, y ser admitidos a las honras, y oficios de ellas [...] lo más ordinario es que nacen de adulterio, o de otros ilícitos, y punibles ayuntamientos: porque pocos españoles de honra hay que casen con indias, o negras, el cual *defecto* de los natales les hace *infames*, por lo menos *infamia facti*. Sobre él cae la mancha del color vario, y otros vicios, que *suelen ser como naturales, y mamados en la leche*.¹⁶⁰

Nas *Siete Partidas*, código legislativo espanhol do século XIII, a ideia de infâmia estava diretamente relacionada com a de fama, que consistia no “buen estado del hombre que vive derechamente y segundo las leyes y buenos costumbres”. Nesse sentido, a infâmia consistia na opinião contra a fama de alguém.¹⁶¹ Também esse é o sentido presente na definição do *Diccionario de Autoridades* (1734), pois a infâmia é o “descrédito, deshonor o cosa contra el buen nombre y fama”, sendo esta a “opinión de alguna persona, buena o mala,

¹⁵⁸ A maior parte da trajetória de Juan de Solórzano foi vivenciada na Espanha, onde ocupou diversos cargos ligados ao âmbito jurídico. Entre 1609 e 1626, porém, exerceu o cargo de ouvidor da Audiência de Lima.

¹⁵⁹ Cf.: Libro segundo, capítulo XXX: “De los criollos, mestizos, y mulatos de las Indias, y sus calidades, y condiciones, y si deben ser tenidos por españoles?”, § 29. In: PEREIRA, Juan de Solórzano. *Política Indiana*. (1646). 3ª impresión. Madrid: por Gabriël Ramirez, 1736. Grifo meu.

¹⁶⁰ Cf.: PEREIRA, Juan de Solórzano. *Política Indiana*, § 21. Grifo meu.

¹⁶¹ Cf.: Partida séptima, título sexto: de los infamados, ley 1. *Las siete partidas del Rey Don Alfonso El Sabio, cotejadas con varios codices antiguos por la Real Academia de la Historia*. Tomo III. Madrid: Imprenta Real, 1807.

conforme a su modo de obrar”.¹⁶² De acordo com o código medieval, existiriam duas formas de infâmia, a *infamia de hecho* (*infamia facti*) e a *infamia de derecho* (*infamia iuris*). A primeira delas “consistia num juízo desfavorável sobre a personalidade de um indivíduo, podendo assentar numa multiplicidade de fundamentos: quer na condição de nascimento, quer na prática de atos ou na adoção de formas de vida contrárias ao código ético-social vigente”.¹⁶³ No caso da *infamia de derecho*, a pena infamante seria decretada por meio de leis específicas.¹⁶⁴ Nas *Siete Partidas*, “infamado de hecho es aquel que no nace de casamiento derecho, segundo manda la santa iglesia”.¹⁶⁵ No que diz respeito aos mestiços e mulatos, a ilegitimidade seria, então, o defeito que lhes imputava a *infamia facti*, o que, por sua vez, justificava a exclusão dos ofícios da República.¹⁶⁶

No pensamento medieval, acreditava-se que o bastardo era um ser que “degenera y es vil”, o que justificava a imposição da *infâmia* a todos que estivessem em tal condição.¹⁶⁷ Na América espanhola, em decorrência da disseminação da ideia conforme a qual todos os mestiços eram ilegítimos, tal *defeito* deixou de ser uma qualidade imputada individualmente para tornar-se uma generalização a respeito de um vasto grupo social. Trata-se de uma transformação que evidencia claramente o processo de estigmatização em curso nos espaços hispano-americanos, dado que um estigma – a ilegitimidade – passa a ser atribuído como característica de uma coletividade.

Conforme Solórzano, outros *defeitos* recaíam sobre os mestiços, especialmente a “mancha del color vario”. Essa noção remetia à impossibilidade de definir a cor dos mestiços por serem oriundos de uniões entre indivíduos pertencentes a linhagens diferentes. Assim como no ideário sobre a ilegitimidade, acreditava-se que essa característica era responsável por gerar sujeitos viciosos. Entre os significados atribuídos à noção de “vício”, o que era mais comumente empregado para referir-se aos mestiços e mulatos remetia à “falta

¹⁶² Cf.: Verbete infamia. *Diccionario de Autoridades*, T. IV, 1734; verbete fama, T. III, 1732. Consultado em: <http://web.frl.es/DA.html>.

¹⁶³ COSTA, A. M. de Almeida. *O registro criminal: história, direito comparado, análise político-criminal do Instituto*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1985, p. 40. Apud MACEDO, José Rivair. Os sinais da infâmia e o vestuário dos mouros em Portugal nos séculos XIV e XV. *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre*, n. 2, 2008, nota 10.

¹⁶⁴ RODRÍGUEZ, Eduardo Galván. *El secreto en la Inquisición Española*. Las Palmas de Gran Canaria: Editorial Universidad de las Palmas de Gran Canaria, 2002, p. 125.

¹⁶⁵ Cf.: Partida séptima, título sexto: de los infamados, ley 2. *Las siete partidas del Rey Don Alfonso El Sabio, cotejadas con varios codices antiguos por la Real Academia de la Historia*. Tomo III. Madrid: Imprenta Real, 1807.

¹⁶⁶ Cf.: PEREIRA, Juan de Solórzano. *Política Indiana*, § 21.

¹⁶⁷ BERNAND, Carmen. Negros esclavos y libres en las ciudades hispanoamericanas. In: ANDRÉS-GALLEGO, José (Dir. e Coord.). *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica*. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 2000, p. 94.

de rectitud, u defecto moral en las acciones”.¹⁶⁸ Do mesmo modo, nesse contexto, a ideia de “defeito” estava igualmente ligada à conduta dos indivíduos, indicando uma “falta moral”.¹⁶⁹ Assim, em meados do século XVII, a inabilitação imputada a mestiços e mulatos era validada pela infâmia da ilegitimidade e dos vícios morais atribuídos a eles.

No caso português, as primeiras leis visando à exclusão dos mulatos de posições de prestígio remontam a meados do século XVII, estando, contudo, restritas a Portugal. Nesse contexto, como indicado, os mulatos da América ainda não sofriam constrangimentos formalizados. Assim como nos espaços espanhóis, em Portugal e seus domínios ultramarinos a ilegitimidade de nascimento também era considerada uma falta grave. Não obstante, ela parece não ter sido transformada em mácula coletiva atribuída aos mulatos ou mestiços como aconteceu na América espanhola. Em Portugal, a exclusão de negros e mulatos de ordens religiosas, por exemplo, relacionava-se diretamente à inclusão desses grupos nas chamadas “nações infectas”, posição estigmatizada que passaram a ocupar conjuntamente aos judeus e mouros, mesmo que convertidos ao cristianismo.¹⁷⁰ Na América portuguesa, menções a esse *defeito* apareceram no início do século XVIII. Nas *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707), indicava-se que se perguntasse, dentre outros “impedimentos”, se o candidato “tem parte de nação hebreia, ou de outra qualquer infecta: ou de negro, ou mulato”.¹⁷¹ Na já mencionada ordem régia de 1726 destinada à capitania de Minas Gerais, concebia-se os mulatos como “pessoas notoriamente defeituosas e maculadas”.¹⁷²

Assim como no caso dos judeus e dos mouros conversos, a mácula atribuída aos mulatos era respaldada no princípio conforme o qual “o sangue transportava hereditariamente uma série de vícios concretos”.¹⁷³ Ao discorrer sobre os mestiços hispano-americanos, Juan de Solórzano afirmava que seus vícios “suelen ser como naturales, y

¹⁶⁸ Cf.: Verbete vicio. *Diccionario de Autoridades*, T. VI, 1739.

¹⁶⁹ Cf.: Verbete defecto. *Diccionario de Autoridades*, T. III, 1732.

¹⁷⁰ Para uma boa análise sobre os mulatos em Portugal e a sua paulatina inclusão nas “nações infectas”, ver: LAHON, Dider. *Esclavage et confréries noires au Portugal durant l'Ancien Régime (1441-1830)*. Formes et diversité des rapports esclavagistes. (2v). Tese – Doutorado em Antropologia Social e Cultural. Paris: Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2001, especialmente capítulo 12.

¹⁷¹ Cf.: Livro I, título LIII. “Das diligências, que se requerem para todas as ordens; e da forma com que se devem fazer”. *Constituições primeyras do arcebispado da Bahia feytas, & ordenadas pelo...senhor d. Sebastião Monteyro da Vide...propostas, e aceytas em o Synodo Discesano [sic], qve o dito senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707*. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1720.

¹⁷² Cf.: Parecer do Conselho Ultramarino. Lisboa, 25 de setembro de 1725. AHU-Minas Gerais, cx. 7, doc. 26.

¹⁷³ CARNEIRO, Maria Tucci. *Preconceito racial: Portugal e Brasil-Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 59. Sobre a crença na transmissão familiar de máculas – tanto de ordem comportamental como espiritual – e sua ligação com as teorias médicas da Antiguidade e do Medievo sobre os humores e temperamentos, ver: BELTRÁN, Carlos López. *Sangre y temperamento: pureza y mestizajes en las sociedades de castas americanas*. In GORBACH, F.; BELTRÁN, C. L. (Eds.). *Saberes locales: ensayos sobre historia de la ciencia en América Latina*. Zamora, Michoacán: El Colegio de Michoacán, 2008, pp. 289-342.

mamados en la leche”.¹⁷⁴ O leite materno – considerado também uma substância vital – assemelhava-se ao sangue por sua capacidade de transmitir as características morais dos pais aos filhos.¹⁷⁵ Quase um século após a publicação da *Politica Indiana*, o jurista e familiar do Santo Ofício português, Diogo Guerreiro Camacho de Aboym, abordou a questão ao discorrer sobre o significado da pureza de sangue:

É a limpeza de sangue a coisa de que se deve fazer maior estimação, porque da mesma forma que o humor do tronco se comunica aos ramos, o sangue dos pais se comunica aos filhos, como escreve Ovídio, bebendo estes nele as boas, ou más inclinações que têm os pais, de que raras vezes discrepa a natureza dos filhos [...] porque de pais puros nascem filhos puros, disse Aristóteles. É, pois, a limpeza de sangue uma qualidade, que vem de pais, e avós, a qual procede de não haver memória que algum deles traga sua origem no judeu, ou cristão novo, mouro, ou *mulato*. É um quase resplendor, que nasce de haverem os pais, avós e mais ascendentes sempre tido, e confessado a Fé Católica Romana, sem fama em contrário, derivado aos descendentes, de que se deve fazer o maior apreço, por ser o fundamento único em que se afixam as maiores venturas, e sem a qual se fecham as portas a todas as melhores.¹⁷⁶

Tanto em Portugal como na Espanha, a impureza de sangue remetia à pretensa infidelidade religiosa dos recém-convertidos para com o cristianismo. Tal ideário teria começado a disseminar-se na Espanha ainda em meados do século XV e, cerca de um século depois, em Portugal. A valorização da pureza de sangue por irmandades religiosas e outras instituições paulatinamente fez dela um importante critério de hierarquização social que cindia cristãos-velhos de cristãos-novos. Com base no ideário sobre a impureza de sangue, estes últimos foram excluídos dos cargos públicos e das posições de maior prestígio e poder. A mácula do “sangue infecto”, como então era denominada, acometia a descendência dos novos convertidos pelo menos até a terceira geração. Nos estatutos das irmandades, de corporações como as ordens militares e de instituições como o Santo Ofício, exigia-se que seus membros fossem limpos de sangue, assim como seus pais e avós.¹⁷⁷

¹⁷⁴ Cf.: PEREIRA, Juan de Solórzano. *Politica Indiana*, § 21.

¹⁷⁵ HERING TORRES, Max S. Color, pureza, raza: la calidad de los sujetos coloniales. In: BONILLA, Heraclio (Ed.). *La cuestión colonial*. Bogotá: Norma, 2011, pp. 451-469, p. 457.

¹⁷⁶ Cf.: ABOYM, Diogo Guerreiro Camacho de. *Escola Moral, Política, Christã, e Jurídica, dividida em quatro partes, nas quaes lem de Prima as quatro Virtudes Cardeaes*. Lisboa: Oficina de Bernardo Antonio de Oliveira, 1759 (1ª edição de 1733). Obra referenciada e examinada por RAMINELLI, Ronald. Impedimentos da cor: mulatos no Brasil e em Portugal c. 1640-1750. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, pp. 699-723, jul./dez. 2012, pp. 211-214. Grifo meu.

¹⁷⁷ OLIVAL, Fernanda. Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal. *Cadernos de Estudos Sefardistas*, n. 4, pp. 151-182, 2004; SORIA MESA, Enrique. Los estatutos municipales de limpieza de sangre en la Castilla moderna. Una revisión crítica. *Mediterranea – ricerche storiche* –, n. 27, anno X, pp. 9-36, 2013.

Na América, a vinculação dos mulatos à impureza de sangue passou a ser mais correntemente empregada como justificativa para a inabilitação do grupo a partir do século XVIII. Nota-se, entretanto, que nos espaços espanhóis havia uma maior disseminação e rigidez quanto à imposição desse critério, pois diversas instituições passaram a adotá-lo como forma de impedir a inclusão de mulatos em seus quadros. Uma ordem régia emitida ao vice-rei do Peru no ano de 1768 determinou que todos os candidatos aos colégios, universidades e ao exercício da advocacia deveriam cumprir as exigências em relação à legitimidade de nascimento e à pureza de sangue, destacando que zambos e mulatos constituíam grupos inabilitados.¹⁷⁸ Para integrarem o Colégio de Advogados de Caracas, os candidatos eram inquiridos acerca de suas procedências familiares. No título XII dos estatutos da instituição, que datam de 1788, indicava-se como uma das inquirições às testemunhas “si saben que el pretendiente, sus padres, y abuelos han sido tenidos, y reputados, por personas blancas, limpias, y sin mezcla de mulatos, negros, ni otra casta baja”. Já no título XIII, no qual se discorria sobre as qualidades dos candidatos, a boa conduta social e as qualificações profissionais aparecem ao lado da exigência quanto à legitimidade de nascimento e de que “así los pretendientes como sus padres, y abuelos, hayan sido cristianos viejos, limpios de toda mala raza de negros, mulatos u otra semejante”.¹⁷⁹ Cabe aqui mencionar brevemente os frequentes pleitos para comprovar a limpeza de sangue no Vice-Reino de Nova Granada. Neles, a fama de mulatismo estava diretamente relacionada à mácula da impureza de sangue.¹⁸⁰

Nos últimos anos, a vinculação dos mulatos à impureza de sangue tem sido objeto de um debate constante entre os historiadores dedicados ao caso dos domínios portugueses. Se em trabalhos como os de Charles Boxer e de Maria Tucci Carneiro não havia dúvidas quanto à inclusão dos mulatos no rol dos impuros, em interpretações atuais sugere-se que a ancestralidade africana não implicava impureza.¹⁸¹ A partir da análise de habilitações às ordens militares portuguesas, o historiador Francis Dutra vem defendendo que “só quando a

¹⁷⁸ Cf.: Real Orden de 14 de julio de 1768. In: KONETZKE, Richard. *Colección de Documentos para la Historia de la Formación Social de Hispanoamérica, 1493-1810*. Vol. III, T. I. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1962, doc. 205.

¹⁷⁹ Cf.: “Primeros Estatutos del Colegio de Abogados de Caracas”. *Apud* VILLALOBOS, Ángel. La limpieza de sangre en el Colegio de Abogados de Caracas a finales del siglo XVIII. *Fronteras de la Historia*, n. 10, pp. 305-328, 2005, pp. 309-310.

¹⁸⁰ Alguns casos podem ser consultados em Cf.: pleito movido por Bonifacio Maldonado de San Juan (1774). AGN-CO, SC, Genealogías, 28, 2; pleito movido por Juan Joseph Ruiz Salamando (1790). AGN-CO, SC, Criminales-Juicios, 19, 54.

¹⁸¹ BOXER, Charles. *Relações raciais no império colonial português, 1415-1825*. Porto: Afrontamento, 1988; BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, especialmente o capítulo 11; CARNEIRO, Maria Tucci. *Preconceito racial: Portugal e Brasil-Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

herança africana era ligada à escravidão é que havia um problema, porque escravidão significava trabalho manual e trabalho manual significava falta de qualidade”.¹⁸² Em outros termos, argumenta-se que a desqualificação dos mulatos estaria relacionada às concepções que distinguíam a nobreza do povo comum.¹⁸³

Por serem consideradas as instituições mais rigorosas no que tange às exigências de pureza de sangue, as habilitações às ordens militares e ao Santo Ofício constituem as principais fontes analisadas nos estudos sobre os impedimentos aplicados aos mulatos. Nesses estudos, porém, percebe-se que os mulatos não dispunham de um estatuto claramente definido no que diz respeito à questão da pureza ou impureza de sangue. Na Mesa da Consciência e Ordens – órgão responsável por sancionar os títulos das ordens militares – o mulatismo tendia a não ser taxado como fonte de impureza. Por sua vez, o Santo Ofício mostrava-se mais rigoroso para com a admissão de mulatos, aí sim considerados como pessoas de sangue impuro.¹⁸⁴ Fernanda Olival e João Figueirôa-Rêgo sugerem que, de modo geral, o mulatismo tornava-se um óbice somente quando podia ser associado à escravidão, pois, nesse caso, denotava origem gentia. Desse modo, o estigma da impureza de sangue era de natureza religiosa.¹⁸⁵ Ao examinar documentação de mesmo teor, ou seja, habilitações para familiar do Santo Ofício, Ronald Raminelli chegou à conclusão distinta. Nos processos ocorridos durante as décadas de 1680 até 1720, observou-se que mesmo mulatos comprovadamente cristão-velhos podiam ser inabilitados pelo Santo Ofício com base na impureza de sangue. Conforme o historiador, a origem cativa fundamentava a exclusão dos mulatos, mas não em decorrência de uma mácula religiosa e sim “pelos dotes físicos e pela falta de qualidade oriunda do cativo”. Os referidos “dotes físicos” eram precisamente os traços fenotípicos como a cor da pele, mas, assevera o autor, eles não justificavam a exclusão, servindo, antes, como “indício seguro do cativo”.¹⁸⁶

É importante destacar que o ideário acerca da impureza de sangue dos mulatos não ficou restrito às instituições portuguesas, sendo reproduzido também na América. Na já referida ordem régia de 1726 justificava-se a inabilitação dos mulatos aos cargos públicos

¹⁸² DUTRA, Francis A. Ser mulato em Portugal nos primórdios da época moderna. *Tempo*, n. 30, pp. 101-114, 2010, pp. 104-105.

¹⁸³ Conforme o Dicionário de Rafael Bluteau, o conceito de nobre remetia a alguém “conhecido e distinto pela distinção que a lei lhe dá dos populares, plebeus ou mecânicos”. Cf.: Verbete nobre. In: BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário portuguez & latino...*

¹⁸⁴ OLIVAL, Fernanda; FIGUERÔA-RÊGO, João de. Cor da pele, distinções e cargos: Portugal e espaços atlânticos portugueses (séculos XVI a XVIII). *Tempo*, n. 30, p. 115-145, 2010; RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e Ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, pp. 231-237.

¹⁸⁵ OLIVAL, Fernanda; FIGUERÔA-RÊGO, João de. Cor da pele..., p. 141.

¹⁸⁶ RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo...*, p. 236.

com base em sua impureza de sangue. No Compromisso de 1757 da Irmandade de São Jorge, localizada no Rio de Janeiro, estabelecia-se que “não poderá entrar nesta Irmandade pessoa que não seja de sangue puro; porque sendo judeu, mouro, negro ou mulato ou de outra infecta nação não será de forma nenhuma a ela admitido”.¹⁸⁷ Ainda assim, permanece o impasse quanto à natureza da impureza de sangue atribuída aos mulatos.

Ao contemplar outras instituições e espaços, evidencia-se claramente o peso da escravidão como fundamento de tal mácula. Não é possível, no entanto, afirmar que se tratasse de critério exclusivamente religioso – por serem os escravos de origem gentia – ou devido à “falta de qualidade”.¹⁸⁸ Nesse sentido, vale a pena analisar conjuntamente alguns exemplos referentes ao caso espanhol e ao português. Assim como nos territórios hispano-americanos, na Espanha os negros e mulatos eram concebidos como integrantes das “castas infectas”. Por volta de 1770, o negro forro Antonio Maria Machuca, morador da cidade de Cádiz, apresentou ao rei um memorial no qual pedia a nomeação de “corredor de lonja”.¹⁸⁹ Solicitou-se, então, parecer sobre a causa por parte do Real Tribunal do Consulado de Cádiz, que, após uma longa argumentação acerca da nobreza implícita ao exercício de tal função, sublinhou que, para além de ser hábil e idôneo, exigia-se dos candidatos ao cargo que fossem de “honesto y limpio origen y nacimiento”. Para tanto, costumava-se inquirir se eram cristãos-velhos e de sangue puro, o que significava “no ser descendiente de Moros, Judíos, Herejes, recién convertidos, penitenciados por el Santo Oficio, ni de Negros, Mulatos u otra alguna casta o raíz infecta”. Machuca foi classificado como impuro de sangue por ser neófito e ilegítimo. No entanto, conforme os conselheiros que julgavam o pedido, o estado de forro por si só já “bastaría a difamar y por consiguiente, excluirlo”, devido ao “borrón reliquia de la pasada esclavitud”.¹⁹⁰

Dois discursos contemporâneos, mas elaborados em lugares distintos da América ibérica, corroboram o peso da escravidão como uma mácula em si. Reagindo à presença de

¹⁸⁷ Cf.: AHU-Código 1949 – Compromissos. Documento analisado por SANTOS, Beatriz Catão Cruz. Irmandades, oficiais mecânicos e cidadania no Rio de Janeiro do século XVIII. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 26, n. 43, pp. 131-153, 2010.

¹⁸⁸ Para uma abordagem que analisa a relação entre a impureza de sangue atribuída aos negros e o fator religioso a partir do caso da Nova Espanha, ver: MARTÍNEZ, María Elena. The Black blood of New Spain: limpieza de sangre, racial violence, and gendered power in early colonial Mexico. *The William and Mary Quarterly*, v. 61, n. 3, pp. 479-520, 2004.

¹⁸⁹ Conforme significado presente no *Diccionario de Autoridades*, os corredores de lonja eram aqueles que auxiliavam os mercadores na venda de seus produtos, procurando compradores. Cf.: verbete “corredor de lonja”, T. II, 1729.

¹⁹⁰ Cf.: Archivo Municipal de Cadiz (AMC), *Cabildos, 9 de junio de 1770, f° 219r-228r. Apud* STELLA, Alessandro. *Ser esclavo y negro en Andalucía occidental (siglos XVII y XVIII) – documentos de Archivo*. In: GALLEGO, José A. (Coord.). *Tres grandes cuestiones de la historia de Iberoamerica*. Madrid: MAPFRE, 2005, pp. 74-77.

pardos em cargos públicos na Capitania de Goiás, os camaristas de Vila Boa, capital daquela capitania, enviaram, em 1803, uma longa e ácida representação ao príncipe regente D. João. Por essa época, o cenário político de Goiás encontrava-se em ebulição, principalmente em decorrência das querelas entre camaristas e o governador. Foi nesse contexto, do qual se tratará com mais atenção em outro momento, que alguns pardos conquistaram posições de destaque, pressionando, dessa forma, a organização social hierárquica predominante. Na citada representação, os camaristas faziam menção às “leis e reais ordens da monarquia” que proibiam os mulatos de ocupar cargos públicos, assim como homens brancos casados com pardas. Tratava-se da já citada ordem régia de 1726, originalmente destinada à capitania de Minas Gerais.¹⁹¹ No entanto, o que de fato legitimava a exclusão eram razões que não estavam declaradamente contempladas nas leis da monarquia:

Os mulatos que procedem do proibido ajuntamento dos homens brancos com pretas, ou de pretos com brancas, o que raras vezes sucede, quase todos são de péssima conduta e que por acaso se vê um de cem que seja bom e que mereça estimação ou seja digno de emprego de sorte que os mesmos que se ordenam são os que vivem com o maior escândalo. Esta mistura ou defeito da natureza que até é proibida por Deus nos animais irracionais os faz sempre viver em ódio com os brancos limpos de sangue. Eles são os mais próprios e prontos para fazerem todo o gênero de maldades, vivendo sempre viciosos e a [custa] de quem passe pelos enganos que fazem com as suas máximas e astúcia. De sorte que o medo do castigo é o que os tem feito conter até agora nos seus maus intentos, e se sobre eles não houver polícia [regularidade] ninguém viverá seguro entre eles [...].¹⁹²

Vale observar que a descrição dos mulatos como indivíduos provenientes da mistura entre brancos e negras também havia sido notada pelo jurista Diogo de Aboym, para quem os mulatos procediam da “mistura de sangue livre e sangue cativo”.¹⁹³ Em ambas as interpretações, a mescla entre negros e brancos, expressada pelos camaristas em termos de “defeito da natureza”, seria a responsável por gerar sujeitos viciados e, portanto, inaptos a integrarem os cargos públicos.

¹⁹¹ Em 1785, os camaristas de Vila Boa haviam enviado uma carta à rainha, D. Maria I, rogando para que o coronel mulato do Regimento dos Pardos fosse excluído dos cargos públicos daquela governança. Como legitimação do pedido, citavam a ordem régia de 1726. Cf.: Carta dos oficiais da Câmara de Vila Boa. 31 de dezembro de 1785. AHU-Goiás, cx. 36, doc. 2195.

¹⁹² Cf.: Carta dos oficiais da Câmara de Vila Boa. Vila Boa, 2 de março de 1803. AHU-Goiás, cx. 45, doc. 2650. Grifos no original.

¹⁹³ “Os mulatos são aqueles que procedem da mistura de sangue livre e sangue cativo, de que resulta um misto tão pernicioso, que tem mostrado a experiência, que são inclinados a maldades, faltos de fé, contumazes, rebeldes, dados a vícios, incorrigíveis. Razão porque são justamente excluídos dos ofícios públicos”. Cf.: ABOYM, Diogo Guerreiro Camacho de. *Escola Moral, Política, Christã, e Jurídica...*, p. 214.

Poucos meses após o incidente na capitania de Goiás, os pardos estavam no centro de outro debate, mas na Capitania Geral da Venezuela, especificamente na cidade de Caracas. O estopim para a contenda foi a concessão de *cédulas de gracias al sacar* a alguns pardos e a subsequente pressão para que seus filhos pudessem ser admitidos na universidade. Inquirido sobre a questão, o claustro da Universidade de Caracas não fez rodeios e sugeriu ao rei Carlos IV que o pedido fosse negado, alegando que tal admissão causaria a ruína da instituição, bem como “consecuencias las más funestas para el Estado”. Assim, os graus universitários deveriam ser mantidos sob o monopólio de “los niños de limpio nacimiento”. Na argumentação elaborada pelo claustro, a diferença de cor entre brancos e pardos era concebida apenas como um acidente e considerada como insuficiente para distinguir os grupos sociais. Eram razões de outra ordem, portanto, que legitimavam a inabilitação dos pardos. O que estava em causa era a origem negra e escrava dos requerentes, visto que

Los primeros negros que pasaron a la América han llegado a nuestros puertos marcados con toda la ignominia de la barbarie y con toda la *infamia de la esclavitud*. Hombres estúpidos, groseros, desnudos y sin más señal de su racionalidad que una semejanza desfigurada y casi oscurecida con el ardor del clima. Hombres víctimas de la ferocidad de sus cohermanos que los privaron de su libertad. Hombres en quienes las pasiones más groseras tienen un imperio que casi los degrada de su ser. Hombres inclinados al robo, sanguinarios, suicidas, cubiertos por lo común de la confusión de las costumbres más bárbaras. Estos hombres son los ascendientes que forman el principal tronco de la genealogía de los pardos.¹⁹⁴

Eram a barbárie dos costumes e a infâmia gerada pelo estado da escravidão de seus ancestrais que tornava os pardos inabilitados à entrada nas universidades. Somava-se ainda à origem negra e escrava a pretensa ilegitimidade de nascimento associada aos pardos, visto que “esta raza media entre blancos y negros ha sido el despreciado fruto de una continuada serie de generaciones prohibidas, de comercios torpes y de uniones proscritas por todas las leyes”. No início do século XIX, portanto, o quadro referencial que fundamentava a condição infame dos pardos na América espanhola era informado pelas ideias acerca do nascimento ilegítimo – as quais já estavam presentes em meados do século XVII – e do estado moral e jurídico de seus ascendentes negros.

Ainda que a impureza de sangue atribuída aos negros e mulatos pudesse estar relacionada com o passado gentio e com a vinculação aos ofícios mecânicos, era a própria escravidão, em última instância, que gerava a mácula repassada de geração a geração. Tal

¹⁹⁴ Cf.: Carta del claustro de la Universidad de Caracas. 6 de outubro de 1803. AGI, Caracas, leg. 976. *Apud Historia de las ideas pedagógicas en la Venezuela...*

como expressado no caso envolvendo o negro forro de Cádiz, a escravidão constituía um “borrón” que tornava os ex-escravos e seus descendentes infames. Como asseverou David Brion Davis em seu clássico estudo sobre a escravidão no mundo ocidental, em todas as colônias modernas a escravidão era concebida como “um estado de absoluta sujeição e degradação”.¹⁹⁵ Nesse sentido, vale recordar que, a partir de fins do século XVI, essa condição foi sendo associada cada vez mais aos africanos, o que sustentou, por conseguinte, a estigmatização de todos aqueles que descendiam de pessoas oriundas da África.¹⁹⁶

Se em meados do século XVII a ilegitimidade de nascimento constituía a principal justificativa para a inabilitação dos mestiços e mulatos na América espanhola, ao longo do século XVIII a impureza de sangue emergiu com força como o principal estigma associado ao grupo. Nesse caso, no entanto, a mácula era atribuída exclusivamente aos mulatos e pardos, ou seja, aos indivíduos cujos ancestrais eram negros e escravos. Já os mestiços de índios e brancos eram considerados limpos de sangue, condição reconhecida por ordens régias desde fins do século XVII.¹⁹⁷ Em configurações sociais escravistas como as da Venezuela, Cuba e algumas regiões de Nova Granada, a vinculação entre escravidão e a impureza de sangue manifestava-se de modo mais direto. Ademais, nos domínios espanhóis, diversas instituições adotaram explicitamente a pureza de sangue como uma exigência quanto às qualidades de seus membros. Na América portuguesa, por sua vez, embora os mulatos fossem concebidos como impuros de sangue, o uso explícito do estigma não teve repercussão equivalente ao que ocorreu entre os hispano-americanos. Nas diversas capitanias da América, o grande óbice imposto aos mulatos e aos pardos era a proximidade com a escravidão.

Durante a segunda metade do século XVIII, o campo de estigmas relativo aos pardos ibero-americanos remetia invariavelmente ao conceito de *defeito*, o qual evocava a ideia de comportamento corrompido. Tendo em vista o aspecto relacional envolvido nos debates sobre a inserção social e política dos pardos livres, evidencia-se que este quadro não era estático e que os estigmas foram constantemente objeto de apropriações e reinterpretações. Os debates sobre os significados da cor da pele foram faceta importante dessa dinâmica, sendo promovidos por múltiplos atores sociais, incluindo os próprios pardos.

¹⁹⁵ DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 324.

¹⁹⁶ RUSSELL-WOOD, A. J. R. Iberian expansion and the issue of black slavery: Changing Portuguese attitudes, 1440-1770. *The American Historical Review*, v. 83, n. 1, pp. 16-42, 1978; ELTIS, David. Europeans and the rise and fall of african slavery in the Americas: an interpretation. *The American Historical Review*. v. 98, n. 5, pp. 1399-1423, 1993.

¹⁹⁷ Sobre a diferença de *status* entre negros e mulatos, por um lado, e índios e mestiços, por outro, ver: MARTÍNEZ, María Elena. The Black blood of New Spain...

1.5. Os debates sobre a cor: as ideias sobre *defeito e acidente*

Foi sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII que os debates sobre a legitimidade da escravidão africana ganharam intensidade, dando origem a um movimento que provocou o questionamento de vários pressupostos que sustentavam filosófica e juridicamente aquela instituição.¹⁹⁸ Passou-se a contestar, por exemplo, a ideia conforme a qual a humanidade dos negros era distinta e inferiorizada em relação a dos homens brancos. A cor da pele ocupava lugar central em tal polêmica, uma vez que ela era concebida como o signo visível que atestava a pretensa inferioridade dos negros. Um panfleto publicado em Lisboa no ano de 1764 contém, em linhas gerais, as principais discussões então em curso.¹⁹⁹

Estruturado a partir de um diálogo fictício entre um mineiro senhor de escravos e um letrado, tinha como tema a seguinte controvérsia: um escravo que estivesse sob a proteção da Irmandade do Rosário poderia ser vendido por seu proprietário?²⁰⁰ Toda a argumentação do mineiro pautava-se no ideário que conferia legitimidade ao cativo e ao poder incontestado dos senhores; o letrado, por sua vez, representava as correntes de pensamento baseadas no racionalismo ilustrado. O tema referente à humanidade comum de negros e brancos constituía o eixo norteador da conversa. Para o mineiro, brancos e negros tinham origens diferentes, pois os primeiros descendiam de Adão e os segundos de Caim. Conforme a tradição cristã, Caim seria um homem preto, condição adquirida em decorrência da punição divina ao fratricídio praticado por ele. Nesse sentido, a cor preta consistia em uma marca indelével imposta por Deus a ele e à sua descendência com a função de rememorar o pecado cometido. O letrado do

¹⁹⁸ BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial: 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 75; DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 495; PIMENTEL, Maria do Rosário. *Viagem ao fundo das consciências*. A escravatura na época moderna. Lisboa: Edições Colibri, 1995, p. 195. Para um apanhado geral sobre as justificativas tradicionais da escravidão, ver: DAVIS, David Brion. *O problema...*, pp. 496-500; PIMENTEL, Maria do Rosário. *Viagem...*, pp. 175-187.

¹⁹⁹ Cf.: *Nova e curiosa relação de um abuso emendado ou evidências da razão, expostas a favor dos homens pretos em um diálogo entre um letrado e um mineiro*. Lisboa: Oficina Francisco Borges de Sousa, 1764. BOXER, C. R. Um panfleto raro acerca dos abusos da escravidão do negro no Brasil (1764). Reimpresso e comentado por C.R.B. In: *Anais do Congresso Comemorativo do Bicentenário da Transferência da Sede do Governo do Brasil da Cidade do Salvador para o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IHGB, Departamento de Imprensa Nacional, v. III, 1963; 1967, pp. 175-186. Para leituras acerca dos significados deste opúsculo, consultar: PIMENTEL, Maria do Rosário. *Viagem ao fundo das consciências...*; PARRON, Tâmis. *A Nova e Curiosa Relação (1764): Escravidão e ilustração em Portugal durante as reformas pombalinas*. *Almanack Brasiliense*, n. 8, pp. 92-107, 2008.

²⁰⁰ As irmandades do Rosário de Portugal de um privilégio régio que lhes concedia o direito de mediar ações de liberdade de seus membros escravos. No caso em questão, o escravo do mineiro não poderia ser vendido para fora de Portugal porque era membro da dita confraria e estava demandando sua alforria.

diálogo, porém, negava qualquer vinculação da cor negra com a descendência de Caim, afirmando que todos os homens descendiam de Adão uma vez que Caim era seu filho.²⁰¹

O diálogo segue com a personagem do mineiro insistindo na afirmação de que a cor da pele diferenciava negros e brancos. Acreditava que a cor negra era resultado do ambiente demasiado cáldo de seus lugares de nascimento, aspecto refutado por seu interlocutor a partir do dado conforme o qual a cor não sofria alterações sob diferentes tipos de clima.²⁰² Explicava o letrado que a existência de cores diversas entre as pessoas constituía um problema enfrentado pelos homens mais doutos de sua época, os quais, contudo, ainda não haviam encontrado explicação convincente. Para o mineiro, no entanto, não havia impasse algum na questão, afirmando que, de qualquer modo, “os negros não são gente como nós”.²⁰³

É em resposta a essa declaração que emerge no texto a ideia da humanidade comum a todos os homens independentemente da cor da pele. Conforme o letrado, “o homem mais preto de toda a África, em razão de homem, é tão homem como o alemão mais branco da Alemanha”, pois o que diferenciava os homens entre si eram suas ações pessoais e os merecimentos gerados por elas. Tal fato seria comprovado pela trajetória de pretos notáveis, como a dos que lutaram contra os holandeses no nordeste do Brasil: “e o Senhor Rei Dom Pedro Segundo concedeu a mercê do Hábito de Cristo a um preto que naquela ocasião acertadamente guiou os demais, não querendo aquele grande rei que o *acidental da cor* privasse das honras que o merecimento próprio alcançara”.²⁰⁴ Mesmo sem mencioná-lo explicitamente, tratava-se, evidentemente, de Henrique Dias, herói das guerras da Bahia e Pernambuco na conjuntura das invasões holandesas.

Apesar de abordar a questão da legitimidade da escravidão e dos limites da ingerência senhorial, o opúsculo de 1764 contém referências importantes para se pensar a integração social e política dos homens e mulheres que, mesmo imersos no mundo da liberdade, carregavam as marcas de um passado recente ou remoto ligado à escravidão. Trata-se aqui especificamente dos debates sobre a cor da pele nas sociedades escravistas ibero-americanas.

²⁰¹ Mesmo ausente das reflexões contidas no panfleto português, vale referenciar outra maldição divina recorrentemente associada à escravidão dos negros no período moderno. Trata-se do castigo imputado a Cam e a seus descendentes por aquele ter ultrajado Noé, seu pai, ao vê-lo nu e embriagado enquanto dormia. Em obra de 1627 do teólogo espanhol Alonso de Sandoval, a maldição de Cam aparecia como justificativa para a escravidão negra, uma vez que ele e seus descendentes foram punidos com a escravidão e a cor negra. Ver: GÓMEZ, Alejandro. El estigma africano en los mundos hispano-atlánticos (siglos XIV al XIX). *Revista de História*, São Paulo, n. 153, pp. 139-179, 2005, pp. 146-147.

²⁰² Cf.: *Nova e curiosa relação...*, p. 178.

²⁰³ Cf.: *Nova e curiosa relação...*, p. 178.

²⁰⁴ Cf.: *Nova e curiosa relação...*, pp. 178-179. Grifo meu.

Sendo a escravidão considerada um estado degradante, possuir a qualidade de branco, em contraste, tornou-se o símbolo visível do pertencimento a *status* social mais elevado. Conforme definição presente no *Diccionario de Autoridades*, ser branco significava “lo mismo que persona honrada, noble, de calidad conocida; porque como los negros, mulatos, berberiscos y otras gentes que entre nosotros son tenidas por depreciables, carecen regularmente del color Blanco”. Dessa forma, “ser hombre blanco o mujer blanca se tiene como una prerrogativa de la naturaleza, que califica de bien nacidos a los que la poseen”.²⁰⁵ Em passagem frequentemente referenciada pela historiografia, o cronista Domingos Loreto Couto chamava a atenção para as dificuldades na definição daqueles que pertenciam à nobreza em Pernambuco, pois “não é fácil determinar nestas províncias quais sejam os homens da plebe; porque todo aquele que é branco na cor, entende estar fora da esfera vulgar”. Na sua opinião “o mesmo é ser alvo que ser nobre, nem porque exercitem ofícios mecânicos perdem essa presunção”.²⁰⁶ Em contraposição à cor branca, ser preto, pardo ou, no caso espanhol, pertencer às castas denotava as ligações com a escravidão e, portanto, inseria-os em um lugar social inferior. A estigmatização de africanos e de seus descendentes pelos grupos detentores de posições sociais mais elevadas baseava-se, em última instância, em autorrepresentações de superioridade do grupo dominante em oposição a uma pretensa inferioridade substancial dos negros e seus descendentes, tal como expressado pelo mineiro do panfleto de 1764 ao afirmar que os negros não eram pessoas como os brancos.

Na América ibérica, os estigmas imputados aos negros e aos seus descendentes miscigenados foram nutridos e reproduzidos pelas elites que buscavam resguardar suas posições sociais de prestígio e poder.²⁰⁷ Durante a segunda metade do século XVIII, as representações acerca de todos aqueles que continham alguma ligação com a escravidão confluíam para a noção de que se tratava de pessoas defeituosas. Conceito versátil, empregado para designar outros grupos sociais como os cristãos-novos, defeito podia remeter-se à ilegitimidade de nascimento, às restrições legais, à impureza de sangue.²⁰⁸ Porém, invariavelmente, a noção estava relacionada a ideias sobre a conduta moral do grupo, sempre

²⁰⁵ Cf.: Verbete “blanco”. *Diccionario de Autoridades*, T. I, 1726.

²⁰⁶ Cf.: COUTO, Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco* (1757). Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981, pp. 226-227.

²⁰⁷ Cabe notar, porém, que mesmo entre brancos pobres a cor branca servia como signo de honra, sentida como um privilégio Cf.: COUTO, Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil...*, pp. 226-227; Don Jorge JUAN e Don Antonio de ULLOA. *Relación histórica...*, cap. V, § 647; 650.

²⁰⁸ Devido à recorrência do termo defeito nesta tese, ele não será grafado entre aspas ou em itálico. Não se deve perder de vista, no entanto, que se trata de um conceito de época.

associada a todo tipo de desvios e “vícios”.²⁰⁹ Como demonstrou Raimundo Pessoa relativamente ao caso da América portuguesa, durante todo o período colonial, mas sobretudo ao longo do século XVIII, os mulatos eram descritos como sujeitos viciosos, ambiciosos e turbulentos, tanto em documentos produzidos pela administração colonial como em obras literárias.²¹⁰ Representações semelhantes circulavam nos domínios hispano-americanos, onde as castas em geral e os mulatos em particular eram concebidos como grupos anômicos.

Nos diversos espaços da América ibérica era corrente a percepção conforme a qual a própria essência dos negros e mulatos era corrompida. Nesse contexto, a noção de essência ou substância referia-se às características mais elementares dos seres, à natureza que os distinguia.²¹¹ Conforme se averiguou em seção anterior, acreditava-se que o sangue tinha a capacidade de transmitir hereditariamente tantos as virtudes como os vícios paternos. Nesse sentido, também as qualidades essenciais eram passadas de pais para filhos por meio do sangue, tornando-se, desse modo, características associadas à natureza dos grupos.²¹² Nesse sistema de valores, a cor da pele foi concebida como a marca visível capaz de indicar as ligações de um indivíduo com a escravidão de seus ascendentes e, por conseguinte, situá-lo em um lugar social marcado pelo desprestígio e pelas inabilitações legais.

Do mesmo modo que nos debates sobre a escravidão, nas discussões relativas à integração social e política dos negros e de seus descendentes miscigenados, a cor da pele constituía um importante ponto de partida. Para entender tal relação, vale a pena retomar a passagem do diálogo de 1764 na qual o letrado contesta a tese da humanidade distinta entre negros e brancos. Em primeiro lugar refutou-se a cor como um signo da distinção valorativa entre brancos e negros, salientando-se, em contrapartida, os merecimentos pessoais como fonte das diferenças entre os homens; em segundo, ao relembrar o caso de Henrique Dias, abordou-se a cor como um mero *accidente*, que não ocasionava óbice para aqueles cujas ações fossem honradas e dignas de recompensa.²¹³ De forma mais ou menos acentuada, observa-se que esse debate amplo esteve presente no mundo ibero-americano do século XVIII, não se restringindo, porém, aos círculos letrados.

²⁰⁹ Cf.: Verbete “defecto” e “defeito”. *Diccionario de Autoridades*, T. III, 1732; BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez & latino...*T. I, p. 35; verbete “vício”. *Diccionario de Autoridades*, T. VI, 1739; BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez & latino...*p. 524.

²¹⁰ PESSOA, Raimundo Agnelo Soares. *Gente sem sorte...*

²¹¹ Cf.: verbetes “substância” e “essência”. *Diccionario de Autoridades*, T. VI, 1739; BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez & latino...*T. II, pp. 557; 765.

²¹² É importante notar que essa crença não era associada exclusivamente aos afrodescendentes livres, sendo aplicada a outros grupos sociais como os cristãos-novos.

²¹³ Cf.: *Nova e curiosa relação...*, pp. 178-179. Grifo meu.

Nota-se que a historiografia frequentemente restringe-se às perspectivas dos atores sociais que atuavam reiterando os estigmas atribuídos aos negros e mulatos, notadamente as elites coloniais, as autoridades vinculadas à administração ultramarina e as instituições como as ordens militares, o Santo Ofício, e as universidades. Não obstante, por toda a América ibérica os indivíduos atingidos pelas máculas geradas pela escravidão desempenharam papéis ativos na construção e transformação desse campo retórico sobre os significados da cor e os estigmas associados a ela. Frequentemente suas demandas por privilégios e honras eram direta ou indiretamente acompanhadas de reflexões sobre os significados da cor da pele, bem como sobre os impedimentos legais aos quais estavam submetidos. Por sua vez, os brancos detentores de prestígio social interpretavam tais demandas como ameaça direta à manutenção de seu *status* social elevado. Vai daí a emergência de reações enérgicas por parte das elites brancas, que mobilizavam tanto a legislação inabilitadora como argumentos corriqueiros e informais relacionados aos estigmas imputados aos negros e mulatos.

Esses embates fornecem importantes elementos para a análise do processo de integração social e política dos negros e, sobretudo, de seus descendentes miscigenados. As pressões exercidas pelos pardos em prol da obtenção de privilégios tradicionalmente reservados aos brancos davam lugar a tensões na arena política daquelas sociedades, o que permite perceber que as relações de poder estabelecidas entre os grupos sociais eram caracterizadas pelo dinamismo. É no interior desse campo de tensões que se observa a funcionalidade das noções coevas de *defeito* e *acidente*, frequentemente apropriadas pelos diversos grupos envolvidos nos debates em questão, como os integrantes das elites locais, autoridades administrativas e religiosas, letrados, autoridades peninsulares – incluindo-se aí a mais importante delas, o rei – e os próprios pardos livres.

De modo geral, a historiografia tem estado mais atenta aos significados da noção de defeito, conferindo-se pouca ou nenhuma atenção ao conceito de acidente. Ambos os termos, no entanto, quando empregados em debates sobre o lugar social de negros, mulatos e pardos, remetiam-se ao problema da *essência* dos indivíduos e grupos.²¹⁴ Em relato de meados do século XVIII atinente à história de Pernambuco, o franciscano Domingos do Loreto Couto observava que os pretos e pardos aspiravam honras não condizentes com seus *status* sociais rebaixados. Quanto aos pardos, afirmava que “o vulgo de cor parda, com o imoderado desejo das honras que o priva não tanto o *acidente*, como a *substância*, mal se acomoda com as

²¹⁴ Cf.: verbetes “substância” e “essência”. *Diccionario de Autoridades*, T. VI, 1739; BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez & latino...* T. II, pp. 557; 765; verbete natureza: La esencia y propio ser de cada cosa; os atributos e propriedades que constituem o ser, a essência das coisas. *Diccionario de Autoridades*, T. IV, 1734; BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez & latino...* T. II, p. 110.

diferenças”.²¹⁵ De acordo com os dicionários da época, o conceito de acidente reportava-se às qualidades que não eram da essência ou natureza das coisas, a exemplo da cor de uma parede que nada significava em termos de suas propriedades mais distintivas.²¹⁶

Dessa forma, o acidente evocado por Loreto Couto – assim como pelo letrado personagem do panfleto de 1764 ao referir-se a Henrique Dias – ligava-se diretamente à cor da pele, a qual foi entendida por ambos como qualidade ou critério inadequado para determinar o lugar social dos indivíduos; por outro lado, o acesso a posições de estima e honra estava condicionado às qualidades essenciais ou substantivas. De acordo com o discurso de Couto, porém, negros e pardos padeciam do “defeito da natureza” e constituíam pessoas de “sangue vil” por conta da ligação com a escravidão.²¹⁷ Portanto, suas essências eram corrompidas, fato que se manifestava por meio de condutas moralmente viciosas. No caso dos pardos ou mulatos, somava-se ainda o fato de caracterizarem-se pela ambição por honras desmedidas à sua condição social, aspecto exemplificado pelo cronista ao tratar da trajetória de Domingos Fernandes Calabar²¹⁸, o que permitiu-lhe concluir: “por isso anda sempre o ambicioso rodeado na República com violento giro para se introduzir em lugares honoríficos que lhe não competem”.²¹⁹ Este era o sentido das tensões presentes no mundo ibero-americano, principalmente de meados do século XVIII em diante, em relação às constantes pressões exercidas por parte dos pardos livres, percebidos pelos grupos de maior prestígio como sujeitos vaidosos, orgulhosos e ambiciosos que buscavam ascender a lugares de prestígio que não lhes cabiam.

As questões enunciadas por Loreto Couto em meados do século XVIII não constituíam novidades e continuariam a ser referenciadas em grande parte das discussões envolvendo o tema do *status* social e político dos homens de cor livres. Nos debates travados por meio da documentação que tramitava entre instituições governativas da América e as mais altas instâncias do reino, os termos das discussões eram tecidos a partir das interpretações sobre os significados de acidente, defeito e essência.

Em estudo sobre as narrativas hagiográficas relativas a santos de cor produzidas na América portuguesa nas décadas de 1730 e 1740, Anderson de Oliveira notou a recorrência da referência à noção de acidente da cor como parte elementar daqueles discursos. Suas interpretações sobre os significados do conceito constituem umas das poucas reflexões sobre

²¹⁵ Cf.: COUTO, Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil...*, pp. 226-227. Grifo meu.

²¹⁶ Cf.: Verbetes “acidente”: *Diccionario de Autoridades*, T. I, 1726; BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez & latino...* T. I, p. 15.

²¹⁷ Cf.: COUTO, Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil...*, p. 138.

²¹⁸ Mulato lembrado como traidor nas crônicas sobre as guerras contra os holandeses.

²¹⁹ Cf.: COUTO, Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil...*, p. 137.

o tema disponíveis na historiografia. Conforme esse historiador, o conceito tinha origem na Metafísica aristotélica, sendo apropriada na Idade Média por Tomás de Aquino e posteriormente repassada à Segunda Escolástica. Na teoria do ser, Aristóteles distinguia essência e acidente, propondo que o primeiro dizia respeito a tudo aquilo “que é”, ao passo que o segundo ligava-se às características mutáveis, variáveis. Conforme Oliveira, durante a Idade Média Santo Tomás de Aquino apropriou-se da teoria aristotélica, interpretando-a a partir da perspectiva religiosa. Defendeu-se que a essência da humanidade era única e divina e que, além dela, os homens seriam constituídos externamente por acidentes, responsáveis pela individualização. Dentre os acidentes, enfatizou como exemplo a distinção de cor da pele entre negros e brancos. Posteriormente o pensamento de Tomás de Aquino foi retomado pelos intelectuais ligados à Segunda Escolástica, escola que conformou a base do pensamento científico e filosófico imperante em Portugal e Espanha durante grande parte do período moderno. Para Oliveira, a recorrência de considerações acerca do acidente da cor nos discursos hagiográficos estava ligada ao fato de que parte significativa dos religiosos em missão no Brasil tinham suas formações acadêmicas vinculadas aos paradigmas da Segunda Escolástica.²²⁰

De acordo com a interpretação de Oliveira, os textos hagiográficos foram instrumentos empregados pelas ordens religiosas a fim de desenvolverem seus “projetos de conversão”, os quais visavam inserir pretos e pardos, escravos e livres, no interior da Cristandade. Intento este, é necessário ressaltar, que se coadunava perfeitamente aos propósitos de controle social aspirados pela Coroa portuguesa. Procurava-se incutir nos negros e pardos modos de conduta regradados e, para tanto, as vidas de santos e santas de cor figuravam como exemplos de santidade e virtudes a serem seguidos. No interior dessa lógica pedagógica, a representação dos santos como portadores do acidente da cor teria como função demarcar suas origens maculadas, mas que puderam ser amenizadas com a adoção de modos de conduta virtuosos, de acordo com os padrões do cristianismo.²²¹

Por outro lado, o autor sugere que tais discursos sustentavam o processo de hierarquização da sociedade colonial nos moldes de Antigo Regime. Na medida em que seus quadros societários tornavam-se mais complexos por conta dos efeitos da escravidão e da miscigenação, fazia-se necessário imprimir distinções mesmo entre os segmentos de cor, diferenciando-os ao mesmo tempo dos escravos, entre si e dos grupos que ocupavam posições

²²⁰ OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Santos de cor: hagiografia e hierarquias sociais na América portuguesa (século XVIII). *RIHGB*, Rio de Janeiro, a.169 (438), pp. 9-27, jan/mar. 2008, pp. 20-21.

²²¹ OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Santos de cor: hagiografia e hierarquias..., pp. 21-22.

sociais de destaque.²²² É nessa chave interpretativa que entende a formulação do sermão proferido por Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão sobre a vida do Santo Gonçalo Garcia. Elaborado no Recife, em 1745, por ocasião da festa em homenagem ao dito santo e publicado em Lisboa no ano de 1751, objetivava apresentar à comunidade recifense o primeiro santo pardo, pois até aquele momento eles, distintamente dos pretos e dos brancos, não contavam com um representante na corte celeste reconhecido oficialmente. Cabe observar que a iniciativa de reconhecer o beato Gonçalo Garcia como um santo pardo partiu dos membros da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento, composta por homens pardos.²²³ Oliveira entende que a necessidade de um santo pardo relacionava-se a dois aspectos principais: em primeiro lugar à própria concepção hierarquizada de sociedade que embasava o projeto de conversão capitaneado pelas ordens religiosas; em segundo, à aspiração por diferenciação social manifestada pelos pardos, os quais almejavam distinguir-se dos pretos. Nesse sentido, destacam-se as tensões existentes entre pardos e pretos em relação ao estabelecimento de distinções valorativas entre os dois grupos, sendo o discurso proferido por Frei Jaboatão evidência clara desse processo de segmentação. Em síntese, a defesa da cor parda a partir da ideia de acidente vislumbrava a inserção do grupo em lugar social superior ao dos pretos em termos de prestígio.²²⁴

A interpretação proposta por Anderson Oliveira é corroborada pela historiografia, que há um bom tempo vem destacando a heterogeneidade dos grupos de cor, os quais se diferenciavam a partir de critérios como a condição jurídica que cindia escravos e livres, as identidades étnicas dos variados grupos de procedência africana, a naturalidade e, por fim, a distinção entre pretos e pardos. Tais clivagens contribuiriam para a manutenção do sistema social vigente, constituindo, por isso, aspecto fundamental à estabilidade da ordem colonial.²²⁵ Desse modo, as aspirações por distinção social manifestadas pelos pardos eram condizentes com os padrões de inserção social comuns aos quadros mentais do Antigo Regime. A despeito da coerência dessa interpretação, parece pertinente reexaminar o discurso em homenagem ao Santo Gonçalo Garcia considerando-se o conjunto de relações sociais às quais os pardos estavam interligados.

Ao longo do sermão percebe-se a intenção explícita de comprovar a qualidade de pardo do santo, pois muitos habitantes do Recife desconfiavam da veracidade do fato. Como

²²² OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Santos de cor: hagiografia e hierarquias..., p. 26.

²²³ ARAÚJO, Rita de Cássia B. de. A redenção dos pardos: A festa de São Gonçalo Garcia no Recife, em 1745. In: JANCÓS, István; KANTOR, Iris (Orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec: EDUSP: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001, pp. 419-444, pp. 424-425.

²²⁴ OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Santos de cor..., pp. 24-25.

²²⁵ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos...*, pp. 125-126.

observou Larissa Viana, a emergência de um santo pardo constituía novidade para a sociedade colonial e o fenômeno estaria diretamente relacionado ao crescimento demográfico dos grupos mestiços. Fazia-se premente a construção de novos lugares sociais para a alocação dessa camada populacional já não identificada aos pretos.²²⁶ Após longa argumentação rememorando aspectos da história do santo que comprovavam sua qualidade de pardo, o frei atestava: “o beato Gonçalo Garcia é pardo legítimo por natureza, e descendência, pois participa por uma parte da cor branca, e da preta pela outra”.²²⁷ Remetia-se, ademais, ao desconforto causado nos pardos em decorrência da falta de um santo que os representasse no âmbito religioso, sendo por isso tratados com desprezo pelos demais habitantes do Recife: “Este é aquele nome, que proferido com outros termos, e tomado em linguagem vulgar, se vos lançava até agora em rosto, quase por desprezo, sem mais razão, ou só com a sem razão, de não terem os pardos um Santo, que canonizasse a vossa cor”. Ao longo do discurso evidenciam-se tensões presentes no Recife setecentista, marcadas não somente pelos embates valorativos entre pardos e pretos, mas também entre pardos e brancos, revelando o caráter relacional inerente à constituição dos grupos sociais.

Tais tensões eram enunciadas a partir dos debates sobre a cor da pele e seus significados, em termos semelhantes aos encontrados em outros escritos da época: “Quantas calúnias, quantos opróbrios, que de desprezos, e irrisões não tem ouvido os pardos sobre a falta, que tinham de santo de sua cor! Atribuindo-se esta falta ao defeito da mesma cor, como se a cor, por *acidente*, pudesse ser sujeito de alguma maldade”.²²⁸ A referência é clara, tratava-se dos debates sobre defeito, acidente e essência. As palavras do franciscano explicitavam a retórica da estigmatização relativa aos pardos, associados a condutas morais deturpadas e, por isso, “caluniados, e tidos como em ódio pelos homens, e por eles separados até de tudo o que é ação boa, e virtuosa”. Jaboatão admitia que alguns pardos apresentavam condutas contrárias aos padrões de moralidade vigentes, porém argumentava que essa falta consistia em “defeito particular”, não incorrendo em “contágio universal para todos”. Assim sendo, “dê-se o nome ao que obra mal, que aos mais não lhes pode o nome fazer mal, se obram bem”.²²⁹ Ao fim do sermão, remetia-se novamente ao impasse entre defeito e acidente,

²²⁶ VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem...*, pp. 120-131.

²²⁷ Cf.: JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Discurso histórico, geográfico, genealógico, político e encomiástico recitado na nova celebridade, que dedicaram os Pardos de Pernambuco, ao Santo de Sua cor, o beato Gonçalo Garcia*. Lisboa: Na oficina de Pedro Ferreira, 1751. Cópia transcrita e disponibilizada por BEZERRA, Janaína Santos. *Pardos na cor e impuros no sangue: etnia, sociabilidades e lutas por inclusão social no espaço urbano pernambucano do XVIII*. Dissertação – Mestrado em História. Recife: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010.

²²⁸ Cf.: JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Discurso histórico...* Grifo meu.

²²⁹ Cf.: JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Discurso histórico...*, p. 194.

clamando pelos pardos para que “lhes alcanceis de Deus fiquem para sempre limpos, e purificados da maldade, que lhes punham os adversários do seu nome nos acidentes da sua cor”. Pode-se inferir que a referência à limpeza e purificação relacionava-se diretamente ao ideário do defeito, privilegiando-se em seu lugar o conceito de acidente. Com isso, buscava-se relativizar a crença conforme a qual a cor da pele, ou seja, o compartilhamento da ascendência, determinava os comportamentos e, portanto, a essência daqueles indivíduos.²³⁰

Esse discurso – além de sua função pedagógica como meio de incitar comportamentos sociais regrados conforme as normas vigentes – visava outros alvos, notadamente os “adversários” dos pardos. Estes possivelmente eram os homens brancos, a julgar pela menção explícita a eles ao fim do discurso: “e os da cor branca vos pedem também, ou eu por eles, lhes alcanceis do mesmo senhor lhes queira livrar o entendimento de cuidarem mais, que os da vossa cor tem impedimento algum para terem santos”. Nesse sentido, as festividades em homenagem ao Santo Gonçalo Garcia têm sido interpretadas pela historiografia como expressões da resistência dos pardos aos estigmas que lhes eram atribuídos, bem como evidências de processos de ascensão social e econômica então em curso na sociedade do Recife colonial.²³¹ Embora tal aspecto não tenha sido sugerido por essas pesquisas, é importante observar que a noção de resistência não deve induzir à conclusão de que os pardos eram guiados por ideais de igualdade semelhantes aos que emergiriam na conjuntura da Era das Revoluções. Tratava-se ainda de aspirações profundamente ligadas à cultura política do Antigo Regime, na qual a ideia de desigualdade entre os grupos sociais ainda era concebida como algo natural.

Tendo isso em vista é que se pode compreender a razão pela qual um sermão que tratava de assunto tão delicado como a inserção social e política dos pardos, sugerindo limites claros à ideia de defeito, pôde passar pelas malhas tanto da censura local quanto a de Portugal. Ora, as referências às teorias acerca das qualidades acidentais e essenciais dos homens não constituíam novidades para as autoridades coloniais, fossem membros do clero ou da alta administração, que tivessem passado pelos bancos das universidades portuguesas, como sugeriu Anderson de Oliveira. Não se tratava, portanto, de temática nova com potencial para gerar movimentos revolucionários no sentido de abalar a ordem social. Ao contrário, Frei Jaboatão atestava publicamente a assimilação dos pardos aos padrões de conduta desejáveis, tanto na ótica da Igreja Católica como na ótica do Estado.

²³⁰ Cf.: JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Discurso histórico...*, p. 210.

²³¹ ARAÚJO, Rita de Cássia B. de. A redenção dos pardos...; VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem...*, p. 130; BEZERRA, Janaína Santos. *Pardos na cor e impuros no sangue...*, pp. 19, 129, 135, 155-156, 164.

Considerando os estados ibero-americanos como configurações sociais conformadas por redes de interdependência, fazia-se necessário que todos os grupos sociais contribuíssem para a manutenção do sistema social vigente.²³² Não por acaso os desvios de conduta foram alvo de preocupações constantes por parte de governos locais e centrais, os quais buscavam efetivar medidas de controle social a fim de acomodar os grupos com baixos níveis de enraizamento. No entanto, conjuntamente às investidas compulsórias, a integração social de negros e de seus descendentes mestiços contava com a colaboração voluntária dos indivíduos por meio do autocontrole de suas condutas. Não se tratava, porém, de uma via de mão única, pois a submissão às normas vigentes tinha como contrapartida expectativas de reconhecimento por parte do Estado.²³³ Na prática isso se traduzia em potencial para o recebimento de privilégios, lógica esta de acordo com a estrutura política do Antigo Regime.

Um caso paradigmático que demonstra tal dinâmica pode ser observado, por exemplo, na já mencionada história de Pernambuco escrita por Loreto Couto em meados do século XVIII. Ao rememorar o papel de Henrique Dias nas guerras contra os holandeses, afirmava que o mesmo “soube com o esforço do ânimo, e maravilhosa constância, emendar o defeito da natureza”, e arrematava: “verdadeiramente é inumanidade desprezar a virtude pelo defeito da natureza”.²³⁴ Loreto Couto remetia-se à possibilidade de correção dos defeitos por meio da adoção de conduta virtuosa, o que passava necessariamente pela capacidade de exercer autocontrole sobre a essência. Assim, àqueles negros e pardos plenamente adaptados aos modelos de conduta vigentes abriam-se possibilidades de reconhecimento social por meio da concessão de privilégios, os quais seriam distribuídos de acordo com o merecimento de cada um. No caso de Henrique Dias, observava o cronista que seus “grandes merecimentos” haviam sido suficientes para dispensar-lhe dos defeitos, sendo condecorado com o “foro de fidalgo, posto de mestre de campo, e o Hábito de Cristo”.²³⁵ É possível afirmar que a mesma lógica fundamentasse as ações dos pardos de Pernambuco na busca pela legitimação do Santo

²³² O conceito de configuração social é de Norbert Elias. Do autor, ver: *Envolvimento e distanciamento*. Estudos sobre sociologia do conhecimento. Trad. Maria Luísa Cabaços Mélico. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997, pp. 13-68; *O processo civilizador*. Formação do Estado e Civilização. (v. 2). Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, pp. 193-274.

²³³ Uma análise acerca das práticas de controle social e das pressões por autocontrole vigentes entre os pardos a partir das irmandades religiosas pode ser consultada em LIMA, Priscila de; SOUZA, Fernando Prestes de. “Que haja paz e quietação”: controle social e irmandades negras na América portuguesa, século XVIII. *Revista Ágora*, n. 11, p. 1-22, 2010.

²³⁴ Cf.: COUTO, Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil...*, p. 138.

²³⁵ Cf.: COUTO, Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil...*, p. 138. Apesar da fama histórica rememorada em crônicas da época, sabe-se que Henrique Dias de fato não obtivera as dispensas necessárias para poder receber o título da Ordem de Cristo.

Gonçalo Garcia, fato que representaria o reconhecimento social de suas posições distintas, obtidas pela adoção de costumes moldados conforme as normas morais e religiosas vigentes.

O emprego da noção de acidente não se restringiu à pena dos letrados coloniais. Na América portuguesa, o conceito já era empregado por pardos que buscavam conquistar privilégios durante a primeira metade do século XVIII. Nos domínios espanhóis, ao contrário, não foram encontrados indícios para essa época que permitam afirmar que o ideário do acidente constituísse argumento incorporado às demandas dos pardos. No início da década de 1730, o pardo Cipriano Ferraz de Faria, padre do Hábito de São Pedro, morador da vila do Recife, clamava ao rei para que fosse admitido como irmão da Irmandade de São Pedro dos Clérigos. Conforme expunha, inicialmente a dita irmandade admitia como irmãos sacerdotes brancos e pardos, mas com o tempo os oficiais da mesa introduziram uma nova cláusula, excluindo os sacerdotes de sua qualidade. Porém, argumentava que dita ação incorria em “injúria manifesta do seu acidente”, pois “não há diferença entre os que descendem do pardo ou branco por gozarem todos de igual privilégio”.²³⁶ Em primeiro lugar destaco a preferência pela denominação da cor como um acidente, distintamente dos membros da mesa da irmandade, que consideravam a cor parda como um defeito.²³⁷ Em segundo lugar, a noção conforme a qual a cor da pele não implicava impedimento, uma vez que o privilégio de participar da irmandade fora concedido às duas qualidades de irmãos, tanto brancos como pardos. Em termos do privilégio, portanto, pardos e brancos eram equivalentes, o que sugere a anuência régia em relação ao ordenamento de padres pardos, fato relativamente comum na América portuguesa, como tem demonstrado a historiografia.²³⁸

A referência ao acidente da cor aparece em outro requerimento dirigido ao rei, dessa vez pelo pardo Luis Martins Soares, morador da cidade de Salvador, no ano de 1740. Informava Soares que desde 1737 exercia a função de escrevente da ouvidoria geral do cível da Relação da Bahia e, ao mesmo tempo, o posto militar de ajudante da Ordenança na freguesia de Santo Antonio. Solicitava o cargo de requerente supranumerário, “não obstante os acidentes das cores pardas que tem”. Como forma de embasar o requerimento, citou outros pardos “dos mesmos acidentes que serviram e servem de requerentes de causas, e, na Secretaria do Estado, um de oficial delas”, casos que comprovavam que “vossa majestade costuma dispensar nos impedimentos das pessoas beneméritas”.²³⁹ No caso em questão, admitia-se que a cor parda constituía impedimento legal para o exercício de cargos públicos,

²³⁶ Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 43, doc. 3920. Anterior a 29 de novembro de 1732.

²³⁷ Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 57, doc. 4943. Anterior a 6 de junho de 1742.

²³⁸ OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Suplicando a “dispensa do defeito da cor”...

²³⁹ Cf.: AHU-Bahia (Avulsos), cx. 85, doc. 33. Anterior a 17 de junho de 1744.

no entanto, acentuava-se a possibilidade de dispensa dos impedimentos como contrapartida aos merecimentos e capacidades pessoais. Ideia essa não muito distante da expressada por Loreto Couto em relação a Henrique Dias. A argumentação de Luis Martins, no entanto, não surtira o efeito esperado, recebendo como parecer um taxativo “escusado”. Questiono-me, a título de especulação, se a recusa ao requerimento, atestado com vários certificados de capacidade e boa conduta, não estivesse ligada à menção aos casos de outros pardos ocupando cargos importantes. Caso despachado favoravelmente, indiretamente se estaria admitindo a força do precedente, o que poderia conferir *status* de lei a casos originados de dispensas individuais.

É possível sugerir que ao longo da década de 1730 e início da década seguinte algumas autoridades coloniais tentaram controlar o acesso de pardos a cargos públicos. Não se tratava, porém, de uma política homogênea e linear, mas é um indício de que a presença de pardos em ocupações que lhes garantiam certo reconhecimento social passava a ser reconhecida pelos demais grupos sociais como uma ameaça às suas posições privilegiadas e à manutenção das hierarquias sociais. Poucos anos após o requerimento do pardo Luis Martins, a questão dos requerentes pardos novamente subiu à avaliação régia. Seu autor, Miguel Mendes de Vasconcelos compartilhava com Luis Martins a condição de militar, visto que ocupava o posto de capitão de uma Companhia de Ordenança de homens pardos. Ele e o filho homônimo eram requerentes de causas na Relação da Bahia, mas haviam sido excluídos da dita função por ordem do chanceler daquela Relação, “com o fundamento de serem pardos”. No entanto, alegava que “nenhuma razão legal há no sobredito procedimento e muito mais em aquele estado, aonde só se olha para o préstimo, e não para um acidente”. Assim como seu contemporâneo Luis Soares, remetia-se ao fato de que a cor parda não estabelecia impedimento para serem advogados, “como tem sido muitos, cujos nomes não se nomeiam pelos fazer conhecidos as suas letras e grande estimação que por elas mereceram, e o que mais é que na verdade se admitem ao estado das leis e cânones e medicina e nas quais não só se formam mas também se doutoram”.²⁴⁰ Apesar de não saber o desfecho final do requerimento, presumo que tenha seguido o mesmo caminho do caso de Luis Martins, uma vez que o parecer régio indicava que a causa deveria ser resolvida de acordo com o parecer do chanceler da Relação.

Além das referências à cor como um acidente, esses casos permitem perceber a força do precedente como fundamento das expectativas manifestadas pelos pardos livres. A menção

²⁴⁰ Cf.: AHU-Bahia (Avulsos), cx. 83, doc. 33. Anterior a 23 de setembro de 1743.

aos casos de outros pardos que exerciam cargos públicos fornece indícios claros das tensões enfrentadas pela monarquia na tarefa de manter o equilíbrio social nos domínios ultramarinos. A prática de favorecimento de homens de cor livres ensejada muitas vezes por necessidades como a carência de pessoas brancas para o exercício de determinadas posições ou mesmo o reconhecimento régio às qualidades pessoais via concessão de privilégios dificilmente mantinha-se dentro dos limites desejados. Disso decorre que mesmo a Coroa era responsável por disseminar referências passíveis de apropriação pelos pardos.

Um caso paradigmático nesse sentido ocorreu em Pernambuco no ano de 1730 envolvendo a nomeação do bacharel pardo Antonio Ferreira Castro ao importante cargo de procurador da Coroa e fazenda, o que gerou uma discreta tensão entre o rei e o governador Duarte Sodré Pereira. Embora despachado favoravelmente pelo rei, o governador não o proveu no cargo, empossando em seu lugar um homem branco, de nome Baltazar Gonçalves Ramos. Inquirido pelo rei sobre os motivos que embasaram tal atitude, alegou a cor do requerente, por ser mulato e isso constituir um defeito. Além disso, informava que Baltazar Gonçalves, a despeito de não ter formação universitária, havia adquirido experiência e, mais importante, era um homem nobre, “que duas vezes tinha servido de vereador mais velho no senado da câmara”. As explicações de Duarte Sodré buscavam legitimar suas ações perante o parecer enfático ordenado por D. João V em carta de 9 de maio de 1731: “o defeito que dizeis haver no dito provido por ser pardo, se não obsta para este ministério, e se reparam que vós por este acidente excluísse um bacharel formado provido por mim”.²⁴¹

Note-se que no parecer régio negava-se explicitamente a cor da pele como um defeito que implicava em impedimento legal para o exercício do cargo de procurador da Coroa, adotando-se em seu lugar a noção de acidente. As qualidades do pardo Antonio Ferreira Castro certamente contribuíram para que pudesse ascender a cargo de tamanha importância mesmo em face da concorrência de um sujeito branco. Seu caso, porém, não pode ser tomado como expressivo de políticas homogêneas por parte da Coroa ou de suas “atitudes oficiais”, para usar a expressão empregada por José Gonsalves de Mello em um pequeno, porém instigante, texto de meados da década de 1980. Ao analisar alguns casos de homens de cor que foram reconhecidos e ocuparam lugares de distinção social, dentre eles o bacharel pardo Antonio Ferreira Castro, o historiador sugeria que tais exemplos seriam indicativos da “atitude oficial da monarquia portuguesa em relação ao acidente da cor”. Remetia-se, mesmo sem mencioná-las diretamente, às teses tradicionais da tolerância racial portuguesa, propondo,

²⁴¹ Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 40, doc. 3664. Anterior a 22 de agosto de 1730; AHU-Pernambuco, cx. 42, doc. 3803. Recife, 15 de março de 1732.

entretanto, uma distinção entre as atitudes do alto escalão administrativo e as atitudes e crenças disseminadas na sociedade como um todo. Dialogando criticamente com as teses de Charles Boxer, as quais foram seguidas e desenvolvidas por Russell-Wood, Gonsalves de Mello sugeria que as atitudes da Coroa portuguesa em relação aos homens de cor não eram oscilantes.²⁴² Para ele, a menção ao acidente da cor “deixa claro que a cor era considerada oficialmente uma contingência, e, portanto, que não deveria ser levantada para discriminar alguém”.²⁴³

É significativo que a cor aparecesse designada como um acidente no provimento de Antonio Ferreira Castro, contrapondo-se à noção de defeito. Todavia, a existência de casos contemporâneos cujas resoluções foram negativas impõe certa cautela na análise do tema em termos de política homogênea ou da superada questão da existência ou não de preconceito racial entre os ibéricos. Na década de 1750, por exemplo, o pardo Paulo Coelho, igualmente morador da capitania de Pernambuco, solicitou ao rei autorização para poder exercer “qualquer ofício da república”: “porque o suplicante é do acidente da cor parda por cuja razão recorre à proteção de vossa majestade para que se digne mandar-lhe passar provisão para que lhe não sirva de impedimento em qualquer parte do Estado do Brasil”.²⁴⁴ Assim como os pardos Luis Martins e Miguel Mendes de Vasconcelos da capitania da Bahia e o próprio bacharel Ferreira Castro, Paulo Coelho desempenhava funções ligadas à justiça, sendo escrevente público. Sua atuação no cargo remontava, conforme indicado no requerimento, à década de 1730, mesmo contexto, portanto, em que se desenrolou a história de seu conterrâneo procurador da Coroa. Concomitantemente, desempenhava o posto de capitão de uma Companhia de Ordenança formada por homens pardos, fato citado como uma atestação de boa conduta e capacidade.²⁴⁵ O parecer régio, no entanto, limitou-se a já conhecida expressão “escusado”. Talvez a recusa sofrida por Paulo Coelho estivesse ligada aos significados mais amplos de seu requerimento, pois solicitava o privilégio de poder exercer “qualquer ofício da república”, o que, na prática, pode ser entendido como um pedido para a habilitação, o que certamente abriria outras portas ao suplicante pardo.

A multiplicidade de situações e resoluções possíveis quando se tratava da inserção social e política dos pardos livres pode ser constatada em dois exemplos ocorridos na

²⁴² BOXER, Charles. *Relações raciais no império colonial português...*; RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos...*

²⁴³ MELLO, José Antonio Gonsalves de. O acidente da cor. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12 maio, 1988.

²⁴⁴ Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 76, doc. 6377. Pernambuco, anterior a 29 de julho de 1754.

²⁴⁵ A concomitância entre o exercício de ofícios públicos e o desempenho de cargos militares parece constituir um padrão entre os pardos que solicitavam privilégios durante o século XVIII. As possíveis relações entre ambas as dimensões no processo de politização da identidade parda serão analisadas em outro momento do presente trabalho.

capitania de Minas Gerais ainda na primeira metade do século XVIII. Na já referida consulta do Conselho Ultramarino de 1725 sobre a ocupação dos cargos de vereador e juiz ordinário por mulatos, estes aparecem como sujeitos “defeituosos”, “maculados” e “impuros”.²⁴⁶ Já em fins da década de 1740, o procurador da Câmara de Vila Rica recebera denúncias de que em algumas paróquias os cargos de juiz e escrivão de vintena estavam sendo ocupados por mulatos. Prontamente ordenou-se a suspensão desses indivíduos dos referidos cargos, visto que suas nomeações eram ilegais e ameaçavam a ordem pública. A referência aludida pelo procurador certamente era a ordem régia de 1726, originada das discussões presentes no parecer de 1725. Embora sancionada por ordem régia, a medida foi questionada por alguns vereadores da Câmara de Vila Rica, os quais alegavam que em muitas freguesias os homens brancos recusavam-se a servir nos ditos cargos, o que tornava necessário a provisão de pardos. Além disso, afirmavam que “a qualidade da lei não consiste num acidente, mas sim no bom procedimento”.²⁴⁷ Destaco o fato de que os vereadores deliberadamente abordaram a cor da pele como um acidente, num evidente esforço por tirar-lhe o peso do estigma inscrito nas noções de defeito e mácula. Novamente estamos diante de um caso no qual a ideia de acidente aparecia colada à de bom comportamento e da capacidade pessoal. Ao fim, o que se evidenciava eram os limites da aplicação irrestrita das ordens régias em regiões nas quais havia a necessidade de empregar homens de cor livres, sobretudo os pardos, em funções que em teoria deveriam ser restritas aos brancos.

Casos como esses evidenciam as dificuldades que surgem ao se abordar os processos de integração social e política dos pardos buscando-se encontrar diretrizes homogêneas. Como demonstraram Fernanda Olival e João Figueirôa-Rêgo, não havia um campo uniforme de atitudes do poder central para com os negros, mulatos e pardos, uma vez que as configurações populacionais e econômicas de cada localidade do mundo colonial acabavam requerendo ações distintas por parte da Coroa, a qual governava tendo em vista o senso de pragmatismo.²⁴⁸ Nesta pesquisa, porém, a atenção volta-se para os possíveis impactos das concessões régias favoráveis às demandas de homens de cor livres em termos do desenvolvimento de um campo de expectativas. A esse respeito, não se pode deixar de referenciar a hipótese aventada por Gonsalves de Mello ao fim de seu breve texto sobre o

²⁴⁶ Cf.: AHU-Minas Gerais, cx. 7, doc. 26. Lisboa, 25 de setembro de 1725.

²⁴⁷ Cf.: APMCMOP, v. 52, fls. 169-171v, 26 de junho de 1748. *Apud*: RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos...*, p. 112.

²⁴⁸ OLIVAL, Fernanda; FIGUERÔA-RÊGO, João de. Cor da pele, distinções e cargos: Portugal e espaços atlânticos portugueses (séculos XVI a XVIII). *Tempo*, n. 30, p. 115-145, 2010. Essa dimensão também foi explorada por RUSSELL-WOOD, mas o autor alternou entre admitir a existência de políticas da coroa e enfatizar a falta de uma política definida. *Escravos e libertos...*, pp. 107 e ss., 287.

“acidente da cor”. Questionava-se sobre os efeitos das determinações régias complacentes aos homens de cor livres em cidades como Recife e Salvador, observando que se tratava de suposição a ser investigada por pesquisas futuras.²⁴⁹ Embora eu mantenha reservas quanto à tese das “atitudes oficiais” da Coroa portuguesa tal como foi defendida pelo historiador, sua proposição sobre os efeitos das resoluções régias favoráveis aos homens de cor livres é instigante. Nesta discussão, tal perspectiva é investigada considerando-se especificamente os usos das noções de defeito e acidente como conceitos centrais que estruturavam os debates sobre a integração social e política dos pardos livres durante o século XVIII e início do XIX.

Observou-se até aqui que, ao longo da primeira metade do século XVIII, parte significativa dos pardos referia-se a cor da pele como um acidente sem, no entanto, desenvolver o argumento do modo como aparecia, por exemplo, no discurso de frei Jaboatão sobre São Gonçalo Garcia. Os significados do conceito permaneciam nas entrelinhas dos requerimentos, como uma alternativa menos pejorativa à ideia de defeito. Em apenas um caso – o que não torna o dado menos significativo – a Coroa designou a cor como um acidente. De qualquer modo, a despeito do predomínio das referências ao defeito da cor e aos impedimentos legais, a ideia de acidente já figurava como um recurso legítimo para fazer frente aos estigmas associados aos pardos; por outro lado, notou-se que os debates sobre a cor eram produzidos a partir de diversas perspectivas, ligadas ao lugar social de seus autores, sendo estes letrados, autoridades locais, o rei e os pardos livres.

Ao longo da segunda metade do século XVIII, no entanto, as discussões a respeito da integração social e política dos pardos livres tornaram-se mais intensas e difundidas. Foi nesse contexto que as referências ao acidente da cor assumiram um tom mais incisivo e emergiram em distintos espaços da América portuguesa. No ano de 1775 o mestre de campo de um dos terços de pardos do Recife, Luis Nogueira de Figueiredo, escrevia a Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, a fim de denunciar atitudes localmente dispensadas a ele, as quais considerava injuriosas. O mestre de campo havia sido condecorado com o hábito da Ordem de São Tiago e, conforme explicava, tinha o direito de estar entre os demais cavaleiros do Recife, todos homens brancos, por ocasião da Festa do Santíssimo Sacramento. No entanto, os quatro cavaleiros impediram que ele participasse da solenidade por ser homem

²⁴⁹ Suponho que o destaque conferido às cidades de Recife e Salvador esteja relacionado com a percepção conforme a qual nessas cidades as camadas constituintes da nobreza estavam plenamente enraizadas, o que causava um endurecimento das barreiras sociais impostas aos outros grupos sociais para a obtenção de lugares de destaque, tais como as noções de pureza de sangue e do defeito mecânico. Nesse sentido, é possível que Gonsalves de Mello estivesse apoiado nas teses de Gilberto Freyre sobre a influência das distinções regionais na configuração dos lugares sociais disponíveis aos negros e seus descendentes mestiços. Sobre a questão, ver: FREYRE, Gilberto. Raça, classe e região. In: *Sobrados e Mucambos...*, pp. 473-548.

pardos. Desse modo, recorria às altas instâncias de poder para que fosse “restituído de tão grande injúria”.²⁵⁰

Toda a argumentação do mestre de campo pautava-se na demonstração de que sua condição de pardo não lhe obstava o recebimento de grandes honras por parte do rei, inclusive a condecoração como cavaleiro, recebida em solenidade pública na corte em Lisboa, onde a sua cor era conhecida por todos. Conforme Nogueira, a cor não poderia ser considerada critério para a qualificação dos vassallos, uma vez que “Vossa Majestade fidelíssima se serve com homens e não com acidentes que este que Deus me fez nascer”. Nas entrelinhas, o mestre de campo referia-se ao fato incontestável de que ele e os de sua condição eram necessários à monarquia e por isso a cor não constituía impedimento para o recebimento de honras obtidas conforme o merecimento de cada um. Desse modo, tal como os pardos da primeira metade do século XVIII, ao referir-se à cor como um acidente, refutava, mesmo sem mencioná-la literalmente, a noção de defeito. Em seu lugar, ressaltava os qualificativos de bom cristão e bom vassalo, “executando tudo quanto me mandar o meu general, e sendo muito obediente aos seus ministros”.

O requerimento de Luis Nogueira é significativo porque, embora trate de uma injúria dirigida especificamente à sua pessoa, ao longo do discurso a questão passa a envolver o grupo social como um todo. Observava Nogueira que os pardos eram “desprezados de todas as confrarias ainda das mesmas ordens terceiras”, situação já compartilhada com o ministro de Estado, o qual “disse me dava providência a tudo”. Portanto, solicitava que fosse recompensado da injúria sofrida, “feita a mim, honrado por Vossas Excelências, e aos meus do mesmo acidente que servimos ao nosso Soberano, pois, senhor, esta terra tem mais soberbos que humildes com os pardos e pretos como senão fôramos filhos de Deus e vassallos de Sua Majestade”. É interessante notar que ao fim do requerimento também os pretos tenham sido referenciados, demonstrando a consciência de que, a despeito das distinções entre os dois grupos, ambos eram atingidos pelos estigmas ligados à escravidão. Nesse sentido, a percepção da cor como um acidente tornava-se uma espécie de patrimônio comum.

O discurso de Nogueira pautado na ideia de que a cor constituía um acidente é um forte indicativo dos possíveis impactos do sermão proferido por Frei Jaboatão na festa em homenagem ao Santo Gonçalo Garcia, ocorrida em 1745. Como vimos, o franciscano admoestava seus ouvintes no sentido de que a cor constituía mero acidente, não determinando a essência dos indivíduos. É presumível que tal percepção tenha sido recebida pelos pardos

²⁵⁰ Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 119, doc. 9130. Recife, 18 de junho de 1775.

com entusiasmo, inclusive pelo, na época, soldado de Ordenança Luis Nogueira, que possivelmente presenciou a pomposa solenidade custeada pela irmandade de Nossa Senhora do Livramento. Embora no campo das especulações, é plausível pensar que o conceito de acidente tenha circulado entre os habitantes do Recife, permitindo que Luis Nogueira dele se apropriasse empregando-o no requerimento de 1775.

A circulação do conceito de acidente da cor, porém, não se restringiu ao Recife, constituindo fenômeno de proporções mais dilatadas. Na capitania do Maranhão, o advogado Vicente Ferreira Guedes, morador da vila de Santo Antônio de Alcântara, acionou o conceito durante os embates para resguardar a sua nova função de prestígio. Ele havia sido condecorado com o posto de mestre de campo do Terço Auxiliar da vila, que era a posição mais elevada a que um militar das tropas não pagas poderia chegar. Sua nomeação gerou forte oposição por parte de outros candidatos cotados ao posto, os quais o acusavam de ser homem “orgulhoso”, “mau” e de “acidente pardo”. Embora negasse ser pardo, há fortes indícios de que ele o fosse.²⁵¹ Não obstante a longa exposição de sua defesa, me deterei somente nos argumentos especificamente ligados à questão da cor. Julgava que “ainda que fosse infeliz no seu nascimento, de cujo sucesso não tem culpa, é capaz de ser olhado do seu soberano”. Buscando a anuência de Martinho de Melo e Castro, então ministro de Estado da Marinha e Ultramar, afirmava: “Vossa Excelência sabe bem que a idoneidade do sujeito e o seu merecimento é que o constitui capaz das honras, e não o acidente”. Esse princípio podia ser atestado por meio de uma decisão régia que concedeu a um pardo da mesma cidade o direito de exercer a ocupação de advogado e do caso de um pardo que era tenente da tropa paga, “e contudo não é impugnado nem despedido”.²⁵²

No início do século XIX, a nomeação de pardos e de brancos casados com mulheres desse grupo para cargos da administração de Vila Boa, sede da capitania de Goiás, deu origem a embates que envolveram, de um lado, o governador e, de outro lado, os camaristas. O *status* jurídico dos pardos estava no centro da polêmica. Conforme denúncia apresentada pelos camaristas, Antonio José Vidal Ataíde, um “mulato de segundo grau”, havia sido nomeado

²⁵¹ No ano de 1779, Vicente Ferreira Guedes foi réu em um processo da Inquisição por discutir com algumas pessoas do Maranhão as ideias de um livro chamado *Tentativa Theologica*. Questionava a primazia do poder do papa, afirmando ser proveniente de uma ordem de Roma e “não porque Cristo fizesse o papa maior”. Nesse processo ele é denominado como pardo. Citado por VILLALTA, Luiz Carlos. Bibliotecas privadas e práticas de leitura no Brasil colonial. In: MATTOSO, Kátia; SANTOS, Idelette M. dos; ROLLAND, Denis (Orgs.). *Naissance du Brésil moderne, Actes du Colloque “Aux Temps Modernes: Naissance du Brésil”*, Sorbonne, Mars 1997. Paris: Presses de l’Université de Paris – Sorbonne, 1998. Traduit du portugais par Maria Lúcia de Barros, p. 15; Vicente Ferreira Guedes integrava a irmandade da Senhora da Conceição dos homens pardos. Cf.: AHU-Maranhão, cx. 101, doc. 8148. Maranhão, 24 de outubro de 1798.

²⁵² Cf.: AHU-Maranhão, cx. 61, doc. 5559. Maranhão, 21 de janeiro de 1784.

ajudante de tabelião pelo governador D. João Manoel de Menezes; antes disso, ele já exercia o posto de capitão de uma companhia de ordenança. Porém, Ataíde não pôde tomar posse do referido cargo em decorrência de uma ordem do juiz ordinário da vila, que defendia sua exclusão com base na legislação das *Ordenações* e, sobretudo, na lei de 1726. Esta, como já se observou, impedia que mulatos dentro dos quatro graus ocupassem os cargos de vereador e juiz ordinário, exigindo que o candidato fosse “homem limpo de sangue, muito fiel e bem inclinado”.²⁵³ Mediante as denúncias, o governador D. João Manoel de Menezes buscou justificar-se do procedimento adotado. Em carta dirigida ao Conselho Ultramarino, questionou a validade das leis citadas pelos camaristas, alegando que não se referiam aos mulatos e que, além disso, a lei de 16 de janeiro de 1773 destruiu “semelhantes preocupações, que muitas vezes inabilitam um bom servidor sem culpa pessoal e só pelo quimérico acidente do defeito da cor em que este não foi culpado”.²⁵⁴

João Pedro da Cunha, homem branco e de origem nobre, também foi alvo dos protestos e das articulações dos camaristas de Vila Boa. Eleito vereador, foi impedido de tomar posse do cargo por ser “casado com uma mulata no segundo grau, neta de uma negra da Costa da Mina, cativa que foi nesta vila do capitão-mor Miguel Alves da Ora”. Em sua defesa, seguiu os mesmos argumentos acionados pelo governador D. João Manuel de Menezes, alegando que as leis referidas pelos camaristas haviam sido abolidas pelo alvará de 16 de janeiro de 1773 e pela lei de 25 de maio do mesmo ano.²⁵⁵ Observava ainda que mesmo na corte em Lisboa, onde os homens brancos abundavam, os empregos podiam ser ocupados por pessoas brancas casadas com pardos, bem como pelos “mesmos homens pardos”. No entanto, a situação na América era distinta, pois a “nota distintiva” imputada aos pardos era mantida, esquecendo-se de que eram seus semelhantes, “que a natureza só distingue pelo acidente, que os reveste, quando ainda pelo Direito Natural só devem ser reputados aqueles que se não acham abonados das qualidades que a república exige e que distinguem um bom cidadão para ser útil a Pátria e ao Estado”.²⁵⁶

Não obstante as defesas do governador e de Pedro da Cunha pautarem-se na legislação produzida pelo reformismo de matriz ilustrada, ambas ecoavam um campo de referências compartilhado por indivíduos de distintas regiões da América portuguesa. A representação da

²⁵³ Cf.: AHU-Goiás, cx. 45, doc. 2650. Vila Boa, 2 de março de 1803.

²⁵⁴ Cf.: AHU-Goiás, cx. 45, doc. 2650. Vila Boa, 2 de março de 1803. Grifos no original.

²⁵⁵ Alvará que extinguiu a distinção legal entre cristãos-velhos e cristãos-novos. Essa lei continha uma cláusula conforme a qual os únicos defeitos que gerariam inabilitações seriam os crimes de lesa-majestade. Cf.: Lei de 25 de maio de 1773. In: SILVA, Antônio Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações*. Legislação de 1763 a 1774. Lisboa: Typografia Maignrense, 1829. p. 672-678.

²⁵⁶ Cf.: AHU-Goiás, cx. 45, doc. 2650. Vila Boa, 2 de março de 1803.

cor como um acidente e a ênfase conferida à capacidade e ao merecimento pessoais são elementos que permitem observar um padrão comum aos discursos elaborados em favor de demandas por inserção social e política de homens pardos. Em contraposição ao ideário do defeito, enfatizava-se o princípio da utilidade de cada indivíduo para o Estado a partir de máximas como o rei se “serve com homens e não com acidentes”, ou “só se olha para o préstimo, e não para um acidente”.

O impacto do conhecimento das teorias sobre a cor como um acidente chegaria ao limite de estimular os pardos livres à defesa explícita da igualdade entre eles e os homens brancos em termos de recebimento de privilégios. Por isso, a associação direta dessas manifestações com a circulação dos ideais de igualdade promovidos pela Revolução Francesa deve ser objeto de cautela por parte do pesquisador, pois se tratava muito mais de fenômeno endógeno à cultura ibérica, pautada nos princípios da Segunda Escolástica. Começemos pelo caso do padre pardo Domingos Simões da Cunha, morador da vila de Paracatu, capitania de Minas Gerais. Nascido no ano de 1755, sua experiência social foi marcada pelo fato de ser filho de um homem branco, o português Clemente Simões da Cunha, o qual obtivera sucesso material com a exploração aurífera e ocupara o posto de capitão-mor, e da negra escrava de nação angola, Bernarda do Espírito Santo. Iniciou os primeiros estudos ainda em casa de seu pai, ordenando-se padre no ano de 1779. Conforme constava em seu processo de ordenação, chamado “*de genere et moribus*”, o único defeito de que padecia “era o de ser de cor parda”, necessitando, portanto, “ser dispensado na ilegitimidade e mulatismo em primeiro grau”.²⁵⁷ Destacou-se pela produção literária, sobretudo a poesia. Em algum momento em fins do século XVIII, elaborou um poema intitulado “O que chamam branquidade”, cujos versos questionavam a ideia quase naturalizada conforme a qual a cor da pele conformaria fator determinante de comportamentos e de distinção social:

Eu não sei em que consiste
O que chamam branquidade!
Se na cor, se na entidade,
Ou se tem algum outro chiste!
Se monarcas nunca viste,
Sabes que eles brancos são?...
Os brancos, em conclusão,
Levam bispotes ao mar,
Por ladrões vão-se a enforcar...
Onde está o ser branco então?...

²⁵⁷ SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto*. Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1753-1808). São Paulo: Editora HUCITEC, 1997, pp. 173-174.

Onde está o ser-branco, então?
 Não busques no exterior,
Que o acidente da cor
Não é que dá distinção:
 Entra no seu coração;
 Vê se tem alma nobre,
 Gênio ilustre, ainda que pobre,
 Ações de homem de bem;
 Se nada disto ele tem
 É negro, por mais que obre.

Eu vejo um branco de bem
 Dentro d'uma carruagem;
 Na traseira leva um pajem,
 E este é branco também.
 Não me dirá, pois, alguém
 Onde está a distinção?
 Ambos os dois brancos são,
 O de dentro e o da traseira.
 Não se dá maior asneira!...
 Onde está o seu branco então?...

Onde está o seu branco então?...
 Dentro d'alma estão os dotes.
 Há reis pretos, sacerdotes,
 Grandes, em toda a nação.
 Mostra a prata branquidão,
 O ouro fusco é mais nobre;
A cor é um véu que encobre,
Bons e maus. O Sangue é igual;
 Quem põe nele o especial
 É negro por mais que obre.²⁵⁸

Por meio do poema, o padre Domingos Simões da Cunha expressava de forma contundente o que outros pardos ou indivíduos brancos vinham alegando desde a primeira metade do século XVIII. A cor, qualidade accidental, não poderia ser empregada como critério para conferir privilégios e honras a ninguém. A distinção ligava-se necessariamente a qualidades como possuir uma “alma nobre”, um “gênio ilustre” e executar “ações de homem de bem”. Em última instância, defendia-se o comportamento individual como o princípio fundamental das distinções entre as pessoas. Essa perspectiva fica clara ao tratar a cor metaforicamente como um véu sob o qual se encontrava a verdadeira essência, que poderia

²⁵⁸ Cf.: CUNHA, Domingos Simões da. O que chamam branquidade. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 14, 1909, pp. 407-418, pp. 414-415. Transcrito e analisado por Marco Antonio SILVEIRA. *O universo...*, pp. 171-172. Grifos meu.

ser boa ou má, independente do véu que a cobrisse. Por isso, afirmava categoricamente: “O sangue é igual”. Negava-se, desse modo, as ideias tradicionais que relacionavam a transmissão de comportamentos por meio do sangue, assim como havia defendido frei Jaboatão.

Ao analisar o poema do padre Domingos Simões da Cunha, Marco Antonio Silveira o caracterizou como um caso-limite para o período, pois em um contexto de vigência dos critérios de pureza de sangue, ele afirmava que a cor não distinguia as pessoas.²⁵⁹ O caso do padre paracatuense, porém, não foi único e, como venho demonstrando, de forma mais ou menos acentuada esse discurso foi empregado por pardos em outros espaços da América portuguesa. Tal dado permite sugerir a existência de um campo argumentativo comum, empregado em favor da integração política dos pardos livres. Em alguns casos, como o do padre Simões da Cunha, chegava-se ao limite de se propor explicitamente a igualdade, esta pensada em termos da capacidade dos pardos de serem habilitados ao recebimento de honras e privilégios tal como os brancos. O soldado do Primeiro Regimento de Linha de Salvador, Luiz Gonzaga das Virgens e Veiga, assim como seu contemporâneo de Paracatu, expressava opiniões sobre a equivalência entre pardos e brancos. Esse pardo foi um dos acusados da sedição projetada em Salvador no ano de 1798, e algumas petições enviadas por ele ao governo da capitania ainda no início daquela década foram fundamentais para sua incriminação. Em uma delas, assim dizia:

Que sendo os homens pardos recrutados e adscritos ao grêmio Militar das Tropas pagas, recaindo sobre eles todos os deveres do bélico trabalho da infalível fidelidade a expor as suas vidas pelo bem da Real Coroa do Estado, da nação [...] que sendo os homens pardos da mesma massa, e sensibilidade dos outros indivíduos habitantes da Sociedade Militar, e Civil, *sem maior diferença que a da cor, acidente dissimilar com que os distinguiu a natureza* [...] ficando os ditos contudo parciais, e equivalentes aos homens brancos, tanto pela substância material, como também pela principal ou [espiritual] [...] e que sendo os ditos contemplados e contidos indissolúvelmente no Régio vínculo da boa união, são contudo por abuso inoficioso, ignorância suprema [...] reputados nas tropas pagas, e auxiliares da compatibilidade dos homens brancos como objetos da escravidão, do desprezo [...] e finalmente como exterminados, ou espúrios do mínimo acesso, e graduação dos postos [...] E porque o suplicante é um indivíduo da classe dos referidos desgraçados tem a mágoa, mágoa inconsolável de ver subir aos postos [...] mais que a única cor branca, não havendo outros relevantes motivos [...] diferentes merecimentos, e nobiliarquia.²⁶⁰

²⁵⁹ SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo...*, pp. 171; 174.

²⁶⁰ Cf.: *Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates* (ADCA). Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1998, vol. 1, pp. 116-117. Grifos meus.

Assim como o padre Domingos Simões da Cunha, o soldado Luiz Gonzaga das Virgens questionava o costume que concebia a cor branca como o critério primordial para a distinção dos indivíduos. Tratando especificamente da situação dos pardos que integravam as tropas pagas, chamava a atenção para o fato de que nelas os daquela cor nunca tinham acesso aos postos de comando. A insatisfação evidente que lhe acometia decorria do fato de que, apesar de executarem grande parte dos serviços militares, não eram recompensados, “que é só o que faz gostosos os trabalhos pretéritos, e da gente que a anima aos entes a sofrer as iminências futuras”.²⁶¹ Os pardos, porém, eram “equivalentes” aos brancos, tanto física como espiritualmente, sendo diferenciados apenas pelo acidente da cor. Assim, pode-se inferir que nas entrelinhas do seu discurso Luiz Gonzaga estava sugerindo que a cor da pele não fosse tomada como o critério por excelência para a ascensão na hierarquia militar. No entanto, é importante notarmos que em nenhum momento ele propõe o fim dos corpos militares separados por cor. Ao contrário, evidencia que o Quarto Regimento, exclusivo aos homens pardos, deveria ser a corporação que os agregasse, a fim de serem recompensados, “não na compatibilidade sagrada dos homens brancos, porém na dos seus semelhantes com serem extraídos para o quarto Regimento ereto por Ordem Real para a subsistência dos ditos”.²⁶² Por isso, pedia ao governador para que intercedesse junto ao rei para que ele pudesse ser transferido para o regimento dos pardos, ocupando o cargo de ajudante.

Esse discurso, aparentemente contraditório, estava, porém, coadunado à lógica corporativa que sustentava a organização social do Antigo Regime. Embora “equivalentes”, pardos e brancos estavam alocados em lugares sociais distintos, sobretudo, conforme o soldado pardo, devido às imposições praticadas pelos homens brancos, pois “é bem certo que os grandes do mundo embalados com suas mesmas fantasias não se humanizam senão com aqueles que são iguais, ou imediatos aos seus imaginados respeitos, ou constituídos por uma mérita contextura”.²⁶³ Contudo, manifestações como as do padre pardo de Paracatu e do soldado Luiz Gonzaga das Virgens indicam a existência de tensões internas à organização social colonial, deflagradas pelas pressões dos pardos livres por reconhecimento social e pelas reações por parte das elites brancas, que buscavam manter a exclusividade dos lugares sociais de prestígio e poder. Por sua vez, ao poder régio cabia a função de manter o equilíbrio do corpo social, o qual, por princípio, pautava-se na desigualdade entre os grupos sociais. Os debates sobre a cor da pele constituíram expressões dessas tensões.

²⁶¹ Cf.: ADCA, vol. 1, p. 116.

²⁶² Cf.: ADCA, vol. 1, p. 116.

²⁶³ Cf.: ADCA, vol. 1, p. 117.

No que diz respeito à configuração desse debate nos espaços hispano-americanos, não se encontrou a quantidade de referências sobre a cor como acidente tal como para os espaços pertencentes à América portuguesa. O vocábulo, no entanto, não era desconhecido dos espanhóis e tinha o mesmo sentido que o presente no léxico português. Convém lembrar que as sociedades ibéricas compartilhavam um campo cultural comum, pois assentado no mesmo paradigma da Segunda Escolástica.²⁶⁴

Ao analisar crônicas, relatos de viagem e pareceres médicos produzidos no Vice-Reino da Nova Espanha desde o século XVI até o XVIII, Carlos López Beltrán notou a recorrência de explicações sobre a cor da pele que a concebiam como fruto de qualidades acidentais. Contudo, na época acreditava-se que a cor da pele tinha a capacidade de reproduzir-se hereditariamente, tornando-se, enfim, uma característica natural.²⁶⁵ Já Verónica Undurraga Schüller percebeu a recorrência de menções aos “accidentes del color” em processos judiciais ocorridos no Chile durante as últimas décadas do período colonial. Neste caso, diferentemente do que ocorria na América portuguesa, eram membros das elites locais que mais empregavam o conceito. O objetivo era denunciar situações nas quais indivíduos pertencentes às castas se passavam por espanhóis porque aparentavam ser brancos. No ano de 1796, por exemplo, um peninsular denunciava a prática entre os grupos populares de considerar como espanhol qualquer pessoa que fosse branca, “sin otra indagación ni diferencia que aquel imbiado *accidente* que se encuentra aun en las castas de mulatos, cholos, y mestizos”.²⁶⁶ Para os grupos dominantes, a cor não poderia ser concebida como o principal critério para definir a posição social dos indivíduos, visto que era apenas uma característica acidental. Devia-se atentar para as qualidades substanciais de cada pessoa, o que dependia, necessariamente, do conhecimento de suas linhagens. Note-se que o emprego da noção de acidente não figurava como uma alternativa para substituir o conceito de defeito, como ocorria na América portuguesa, mas, antes, tinha como fim reiterar a ideia conforme a qual a própria essência das castas era corrompida.

No início do século XIX, Diego Mejías Bejarano, integrante de uma destacada família parda de Caracas, suplicava ao rei para que seus filhos pudessem ser admitidos à Universidade de Caracas, “dándoles las lecciones convenientes y tratándoles como a los

²⁶⁴ Sobre a base cultural comum das sociedades ibéricas, ver: MORSE, Richard. *O espelho de próspero: cultura e ideias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

²⁶⁵ BELTRÁN, Carlos López. Sangre y temperamento: pureza y mestizajes en las sociedades de castas americanas. In: GORBACH, F.; BELTRÁN, C. L. (Eds.). *Saberes locales: ensayos sobre historia de la ciencia en América Latina*: Zamora, Michoacán: El Colegio de Michoacán, 2008, pp. 289-342, pp. 310-312.

²⁶⁶ Apud SCHÜLER, Verónica. Españoles oscuros y mulatos blancos: identidades múltiples y disfraces del color en el ocaso de la colonia chilena (1778-1820). In: GAUNE, Rafael; LARA, Martín (Coords.). *Historias de racismo y discriminación en Chile*. Santiago: Uq-Bar, 2010, pp. 345-373, pp. 351-354. Grifo meu.

demás escolares, sin agravarlos ni ofenderlos por la *accidental diferencia de su color*, y sin que esta les sirva de óbice para ningún acto escolar”.²⁶⁷ Note-se que, nesse caso, a referência ao caráter accidental da cor constituía alternativa à ideia da cor como um defeito, recurso exatamente igual ao que era empregado por muitos pardos da América portuguesa.

Contudo, o que chama a atenção nesse caso é o parecer do Claustro da Universidade de Caracas. Em carta dirigida ao rei, aquela instituição explicava que seu descontentamento em relação à incorporação de pardos na Universidade “no ha sido conducido por la diferencia de color que accidentalmente los distingue de los que han nacido en un país más distante del Ecuador y bajo de una zona más benigna”. Afirmava-se que a cor da pele constituía razão “superficial” e inapropriada para sustentar a posição de uma instituição pautada em bases filosóficas, a qual entendia “la diversidad de colores como insuficiente para diversificar las clases y privar que el mérito sea distinguido y premiado en cualquier sujeto que se encuentre”. Conforme os argumentos do Claustro, “motivos más poderosos” embasavam a exclusão dos pardos. Tratava-se da dupla infâmia, gerada pela ilegitimidade de nascimento e pela escravidão. Nesse sentido, a cor dos pardos indicava a vinculação com a escravidão de seus antepassados, descritos como “hombres inclinados al robo, sanguinarios, suicidas, cubiertos por lo común de la confusión de las costumbres más bárbaras”. Tais comportamentos, no entanto, seriam reproduzidos por seus descendentes livres, “que en medio de las ciudades, en lo solitario de los caminos, en lo interior de las casas, aún en el mismo sagrario de las Iglesias perturban el orden público e incomodan a la sociedad con sus atentados”.²⁶⁸ Por conseguinte, embora se admitisse a cor como um acidente, defendia-se que os costumes viciosos arraigavam-se profundamente na essência dos indivíduos.

Contudo, a reprodução irrestrita da ideia dos costumes como característica naturalizada aos grupos sociais enfrentava problemas. Tal aspecto pode ser observado por meio do adendo feito pelo Claustro, afirmando que “no quiere decir que los delitos insinuados sean trascendentales individualmente a todo el cuerpo de pardos y mucho menos a las familias actualmente agraciadas por V. M. Sabe muy bien que entre ellos hay muchos hombres de probidad, de Religión y de moderadas costumbres”. No entanto, insistia, a generalidade dos pardos permanecia atada aos vícios e, por isso, eram concebidos pelos espanhóis como pessoas desprezíveis, as quais deveriam ser mantidas apartadas dos lugares sociais comuns aos homens honrados. Há uma tensão implícita nessa reflexão, que guarda estreita relação

²⁶⁷ Cf.: AGI, Caracas, leg. 976. Caracas, 20 de outubro de 1803. *Apud Historia de las ideas pedagógicas en Venezuela...* Grifo meu.

²⁶⁸ Cf.: Carta del Claustro de la Universidad de Caracas. Caracas, 6 de outubro de 1803. AGI, Caracas, leg. 976.

com a dinâmica política das sociedades coloniais. Refiro-me às tensões geradas em decorrência do favorecimento régio aos pardos. Como venho demonstrando, àqueles que controlassem suas condutas, bem como prestassem serviços dignos de recompensa, abriam-se caminhos para o reconhecimento social. Esse constituía um princípio político fundamental à estabilidade do sistema social ibero-americano.

Parte dessas tensões manifestava-se por meio dos debates sobre os significados da cor da pele. Essas discussões emergiram com força ao longo das últimas décadas do século XVIII, relacionadas, por um lado, aos embates sobre a legitimidade da escravidão e, por outro, ao *status* jurídico e político dos pardos livres. No caso das sociedades ibero-americanas, a intensificação dos debates sobre a cor é indicativa do aumento das pressões por parte dos pardos livres, os quais articulavam suas demandas por reconhecimento social a partir de referenciais endógenos à cultura ibérica, cujas bases eram concomitantemente católicas e corporativas. Nesse contexto, os conceitos de defeito e acidente foram referências centrais na estruturação dos argumentos que embasavam as aspirações de cada um dos grupos sociais envolvidos de algum modo com as discussões sobre o *status* dos pardos livres.

Para os brancos que procuravam assegurar o monopólio das posições sociais de maior distinção, o ideário do defeito constituía o principal argumento empregado para legitimar a exclusão dos pardos do acesso a cargos públicos e demais privilégios; além disso, suas demandas apoiavam-se na legislação que inabilitava os pardos. Outros setores sociais, como letrados e religiosos, contribuíram para a difusão de teorias sobre a cor da pele como acidente no meio colonial. Papel semelhante podia ser desempenhado por autoridades coloniais como os governadores e mesmo pelos reis por meio de pareceres às demandas de pardos. Para os pardos livres, tratar a cor como um acidente significava amenizar a carga pejorativa a ela associada; em seu lugar, enfatizavam-se atributos como a capacidade e o merecimento, os quais dependiam, porém, do controle de suas condutas morais ou, em outros termos, de suas essências. Fundamentavam seus argumentos tanto na tradição católica – que incitava a adoção de condutas cristãs – como no ideário acerca das relações entre a monarquia e os súditos. Ressaltavam, em última instância, a primazia dos merecimentos pessoais em relação às qualidades naturalizadas na ideia de defeito. Ainda que ultrapasse o limite cronológico estabelecido nesta tese, vale a pena indicar que a ideia da cor como um acidente permaneceria como uma referência importante ao longo das últimas décadas do período colonial, figurando, ademais, como um princípio central nos debates parlamentares do início do período constitucional.

1.6. Espaços de sociabilidade, representação identitária e formação de grupos de pressão

1.6.1. *Espaços de sociabilidade no Antigo Regime*

Parte significativa das pesquisas sobre o tema das sociabilidades no Antigo Regime concentra-se nos processos de transformação das práticas de sociabilidade no contexto da transição para a Modernidade. Nesse campo de investigações, as sociabilidades são examinadas a partir do interesse em compreender o desenvolvimento da “esfera pública” ou dos “espaços públicos” modernos.²⁶⁹ Assim, são relativamente poucas as pesquisas que problematizam as sociabilidades típicas do século XVIII tendo em vista as dinâmicas específicas daquele período histórico. Esse quadro é ainda mais agudo quando se trata do mundo colonial ibero-americano, pois os trabalhos que abordam a constituição e funcionamento de seus espaços de sociabilidades e a gestação de seus espaços públicos começaram a ganhar força apenas nas duas últimas décadas.²⁷⁰ Outro âmbito que carece de estudos mais sistemáticos são as formas de sociabilidades vivenciadas pelos grupos populares da América ibérica e as dimensões políticas assumidas por essas relações ao longo do tempo.

Considerando-se esse sucinto panorama, objetiva-se problematizar a articulação das relações de sociabilidade tecidas entre os pardos livres na América ibérica ao longo do século XVIII com a disseminação de uma cultura política comum, a qual, por sua vez, respaldava a formulação de suas demandas por privilégios e honras. De início, é necessário esclarecer o significado da noção de sociabilidade empregada nesta tese. A despeito da pluralidade de discussões sobre o conceito no campo da sociologia, destaca-se aqui um aspecto em especial, extremamente pertinente para a compreensão das relações entre os espaços de sociabilidade e a dimensão política assumida pelas ações coletivas e individuais dos pardos livres. Conforme Jean Baechler, a sociabilidade refere-se à “capacidade humana de estabelecer redes, através das quais indivíduos e grupos fazem circular as informações que exprimem seus interesses,

²⁶⁹ Ver, por exemplo, LOUSADA, Maria Alexandre. A rua, a taberna e o salão: elementos para uma geografia histórica das sociabilidades lisboetas nos finais do Antigo Regime. In: VENTURA, Maria da Graça (Coord.). *Os espaços de sociabilidades na Ibero-América (sécs. XVI-XIX)*. Lisboa: Colibri, 2004, pp. 95-120; MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

²⁷⁰ A obra coletiva *Los espacios públicos en Iberoamérica: ambigüedades y problemas, siglos XVIII y XIX*, coordenada por François-Xavier GUERRA e Annick LEMPÉRIÈRE e publicada em 1998, figura como um dos primeiros esforços nessa direção por tratar especificamente dos espaços americanos. No entanto, somente a primeira parte do livro discorre sobre o Antigo Regime e as demais se concentram nas transformações para a modernidade, analisando fenômenos como o da formação da “opinião pública” e as novas formas de representatividade política.

gostos, paixões, opiniões”.²⁷¹ É justamente esse aspecto que se busca explorar, uma vez que era por meio de redes de convivência que os pardos livres faziam circular suas opiniões e anseios, o que, em última instância, resultou na construção de um campo retórico comum.

Para além das formas espontâneas e cotidianas de sociabilidades, como eram as conversas entre vizinhos, amigos, parentes e demais habitantes das cidades ibero-americanas, havia as sociabilidades fomentadas por meio de associações específicas, tais como as irmandades e os corpos militares. Essas corporações configuravam espaços de sociabilidade típicos do Antigo Regime e, por isso, reproduziam as principais características desse período histórico. Dentre estas, convém destacar a preponderância das identidades coletivas ou grupais em relação às identidades individuais, aspecto fundamental para que se possa compreender os significados políticos atrelados a essas instituições. Conforme François-Xavier Guerra, no “imaginário do Antigo Regime, a república é concebida como um conjunto de grupos, e os indivíduos como naturalmente vinculados entre si”. Imersos nessa estrutura social, os indivíduos, não obstante terem consciência de sua individualidade, “se consideram e atuam como parte de um todo”.²⁷² Nesse sentido, as irmandades e os corpos militares podem ser considerados como atores sociais coletivos, cuja representatividade política era garantida por seus foros e estatutos jurídicos específicos. Disso decorre que, no interior da estrutura social corporativa, mesmo as ações e demandas individuais “remetem a um grupo ou a um conjunto de grupos”.²⁷³

Tal perspectiva relaciona-se com outro importante campo de discussões na historiografia, que trata da representatividade individual e coletiva em sociedades de Antigo Regime. Restringindo-nos às pesquisas sobre os processos de integração social e política de pretos e pardos livres na América ibérica, percebe-se a existência de uma tendência em ressaltar o individualismo implícito nas ações dos homens de cor livres e, em decorrência disso, a ausência de uma consciência de grupo. Sobretudo em trabalhos que focalizam as elites de cor, cujo critério definidor normalmente se refere ao âmbito econômico, as ações dos pardos em busca de privilégios e honras são interpretadas a partir de seu baixo potencial político coletivo.²⁷⁴

²⁷¹ BAECHLER, Jean. Grupos e sociabilidades. In: BOUDON, Raymond (Dir.). *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1995, pp. 65-66.

²⁷² GUERRA, François-Xavier. De la política antigua a la política moderna. La revolución de la soberanía. In: *Los espacios públicos en Iberoamérica: ambigüedades...*, p. 120

²⁷³ GUERRA, François-Xavier. De la política antigua a la política moderna... p. 120.

²⁷⁴ GÓMEZ, Alejandro. Las revoluciones blanqueadoras elites mulatas haitianas y "pardos beneméritos" venezolanos, y su aspiración a la igualdad, 1789-1812. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* – Coloquio, 2005. (online); GUEDES, Roberto. De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: FRAGOSO, J.; ALMEIDA, C.; SAMPAIO, A.

A despeito da observância de distinções profundas entre os homens de cor livres, as ações individuais mantinham estreita relação com a esfera coletiva ou grupal em decorrência da própria lógica que informava a estrutura social do Antigo Regime. Como já foi observado, no âmbito das representações políticas observava-se a preponderância do grupo sobre os indivíduos. Não por acaso, nas demandas por privilégios requeridos pelos pardos livres, mesmo que elaboradas visando um único indivíduo, suas ações no interior de grupos, particularmente nos corpos militares, constituíam os principais argumentos legitimadores da graça almejada. Portanto, não se trata de encontrar nos discursos dos pardos exclusivamente suas percepções como grupo e o delineamento de objetivos explicitamente comuns – o que em alguns casos de fato ocorria – mas sim de questionar o impacto do conjunto de demandas individuais nas instâncias de poder local e central para a conformação de representações coletivas relativas ao grupo.

É importante problematizar a ingerência do Estado no desenvolvimento do processo de construção e consolidação das identidades coletivas relativas aos pardos livres. Uma primeira dimensão a ser destacada nesse sentido consiste na legislação restritiva imposta a essas camadas sociais. Como vimos, a partir de meados do século XVI, nos espaços espanhóis, e início do século seguinte, no caso português, mulatos, zambos e mestiços passaram paulatinamente a ser excluídos dos cargos públicos e religiosos e do acesso a privilégios tais como o porte de arma, uso de determinadas roupas e adereços. Embora essa legislação fosse produtora e ao mesmo tempo expressão de estigmas relacionados a esses grupos, ela desempenhava a função de demarcar seus lugares sociais. Comumente esse aspecto é considerado pela historiografia a partir da perspectiva do controle social destinado a esses setores populacionais, o que, em última instância, configurava os limites de atuação social e política disponíveis aos pretos e pardos livres. No entanto, é admissível sugerir-se que a própria legislação favorecia o desenvolvimento de identidades comuns ou ao menos de representações nesse sentido. As manifestações de pardos em defesa da cor como um acidente são reveladoras dessa possibilidade.

Por outro lado, a existência de irmandades e corpos militares organizados por cor era permitida e incentivada pelo Estado como um meio de manter o equilíbrio social através da manutenção das divisões internas aos de homens de cor. A expressão dessa dimensão pode ser

(Orgs.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos, América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 337-376. THIBAUD, Clément. La ley y la sangre. La “guerra de razas” y la constitución en la América bolivariana. *Almanack*, n. 1, pp. 5-23, 2011, p. 15; LANGUE, Frédérique. La pardocracia o la trayectoria de una “clase peligrosa” en la Venezuela de los siglos XVIII y XIX. *El Taller de la Historia*, v. 5, n. 5, pp. 105-123, 2013.

observada, por exemplo, nas reflexões de Luiz dos Santos Vilhena sobre a população de cor de Salvador. Conforme ele, os mulatos que contavam com destaque econômico eram “pouco amigo dos brancos e dos negros, sendo diferentes as causas”; já os negros forros vindos da África, mostravam-se “mais propensos aos brancos do que os mulatos e crioulos, o que não deixa de concorrer para um profícuo e ponderável equilíbrio”. Nesse sentido, a arregimentação desses grupos em corpos militares separados por cor constituía um dos principais meios para manter a estabilidade do sistema social.²⁷⁵ A distinção entre negros e pardos foi salientada por Pedro Carbonell, então governador da Capitania Geral da Venezuela, como uma estratégia de controle social em um parecer sobre a criação de um batalhão de morenos na cidade de Caracas, no ano de 1795. Dentre os aspectos favoráveis à causa, destacava “que siendo natural la oposición que hay entre negros y mulatos había un freno que los contenga en cualquiera malvada intención que una de las partes pudiese concebir con el mal ejemplo de las colonias francesas vecinas”.²⁷⁶

O controle social exercido por meio das irmandades e dos corpos militares foi interpretado pela historiografia durante muito tempo como uma das causas que dificultava a formação de identidades coletivas consistentes entre os homens de cor livres, o que confluía para uma fraca representatividade política desses contingentes.²⁷⁷ Embora seja inegável a função de controle social exercida por essas corporações, seus efeitos não podem ser reduzidos a essa dimensão. Na presente pesquisa, trabalha-se com a perspectiva conforme a qual a coligação de pretos/morenos e pardos em corporações exclusivas tinha como contrapartida o fortalecimento de laços de convivência e solidariedade, o que contribuía para o desenvolvimento de representações coletivas voltadas à consecução de interesses comuns ao grupo.

1.6.2. *Irmandades, festas e representações públicas*

Embora as irmandades destinadas aos homens de cor existissem desde meados do século XVI em algumas regiões da América espanhola e desde a primeira metade do século seguinte nos espaços portugueses, sua multiplicação ocorreu ao longo do século XVIII,

²⁷⁵ Cf.: VILHENA, Luiz dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Itapuã: 1969, Vol. I, p. 53.

²⁷⁶ Cf.: Creación de milicias de morenos. AGS, leg. 7182, 24. 1795-1796.

²⁷⁷ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos...*, pp. 125-126; BOSCHI, Caio C. *Os leigos e o poder*. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986; LARA, Sílvia H. *Fragmentos...*, pp. 164-169.

fenômeno conectado ao crescimento demográfico do segmento populacional composto por escravos e seus descendentes livres no mundo Ibero-Americano. Conjuntamente às funções ligadas estritamente à esfera religiosa, as irmandades – denominadas *cofradías* no mundo espanhol – também funcionavam como associações de ajuda mútua entre os irmãos, temas que contam com uma ampla bibliografia de referência.²⁷⁸

Na historiografia que trata das irmandades específicas aos pretos e pardos da América portuguesa, o tema das sociabilidades vem sendo abordado principalmente a partir da análise das festas promovidas por essas instituições. Dos argumentos avançados pelos trabalhos, saliento os que sugerem significados políticos mais amplos subjacentes ao momento das festas, relacionados à manifestação de identidades étnicas e à eclosão de revoltas e motins.²⁷⁹ No que diz respeito às sociabilidades vivenciadas pelos pardos, porém, as referências são mais escassas se comparadas às pesquisas sobre as identidades étnicas de grupos africanos e crioulos. Nas poucas pesquisas sobre o tema, destacam-se duas teses principais: que em fins do século XVIII os pardos congregados em irmandades desenvolveram representações positivadas de sua identidade; que as festas religiosas eram “brechas de resistência” à condição social “inferior” dos pardos.²⁸⁰

Era nas ruas das cidades e em outros espaços públicos que os pardos de fato apareciam como um grupo específico, explicitando suas redes de convivência. As procissões e festas em homenagem aos santos patronos das irmandades e as festas ligadas à coroação de reis e ao nascimento de pessoas ligadas à família real são exemplos de ocasiões em que se dava a

²⁷⁸ Devido ao volume da produção historiográfica, referenciam-se aqui apenas algumas obras. SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Comp. Ed. Nacional: Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976; MULVEY, Patricia A. Black and sisters: Membership in the black lay brotherhoods of colonial Brazil. *Luso-Brazilian Review*, v. 17, n. 2, p. 253-279, 1980; BOSCHI, Caio C. *Os leigos e o poder*. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986; SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

²⁷⁹ SILVA, Luiz Geraldo. Da festa à sedição: sociabilidades, etnia e controle social na América portuguesa (1776-1814). *História: Questões e Debates*, n. 30, pp. 83-110, 1999; AGUIAR, Marcos Magalhães de. Festas e rituais de inversão hierárquica nas irmandades negras de Minas colonial. In: JANCÓS, István; KANTOR, Iris (Orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec: EDUSP: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001, pp. 361-396; FIGUEIREDO, Luciano. A revolta é uma festa: relações entre protestos e festas na América portuguesa. In: JANCÓS, István; KANTOR, Iris (Orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec: EDUSP: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001, pp. 263-278. DIAS, Renato da Silva. Príncipes negros nas festas de brancos: poder, revolta e identidades escravas nas Minas setecentistas. *Almanack*, n. 2, pp. 114-125, 2º semestre de 2011.

²⁸⁰ VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007; BEZERRA, Janaína Santos. *Pardos na cor e impuros no sangue: etnia, sociabilidades e lutas por inclusão social no espaço urbano pernambucano do XVIII*. Dissertação – Mestrado em História. Recife: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010, p. 19.

exposição pública dos pardos como grupo. Em setembro de 1745, realizou-se na vila do Recife uma grandiosa festa em homenagem a São Gonçalo Garcia, organizada pela irmandade de Nossa Senhora do Livramento, composta exclusivamente por pardos.²⁸¹ Tal iniciativa gerou muita desconfiança por parte das elites locais, dentre elas religiosos que se recusaram a proferir o sermão principal da comemoração. A polêmica se instaurou devido à incredulidade atinente à plausibilidade da existência de um santo pardo. Coube ao franciscano frei Antonio de Santa Maria Jaboatão a elaboração e exposição do sermão que procurou comprovar que São Gonçalo era, de fato, um santo “legitimamente pardo”, como já discutiu-se em seção anterior.

Foram expectadores e participantes da festa outras irmandades como a de Nossa Senhora de Guadalupe, do Santíssimo Sacramento, de São Pedro dos Clérigos, de Nossa Senhora do Bom Parto, de Santa Luzia e do Rosário dos Homens Pretos, dentre outras. Também autoridades locais estiveram presentes, inclusive o futuro governador de Pernambuco, Luis Correia de Sá.²⁸² As comemorações duraram três dias, durante os quais, além do sermão proferido por Frei Jaboatão, apresentaram-se peças teatrais e danças.²⁸³

A festividade de São Gonçalo Garcia, apesar de sua especificidade por tratar-se de uma homenagem a um santo pardo cuja devoção ainda não estava consolidada, não constituiu evento isolado no mundo colonial. Informada pelos moldes da sociedade corporativa, essa era uma estrutura comum à América ibérica.²⁸⁴ Em fins do século XVIII, já em um período de transição influenciado pelos princípios da ilustração, muitos elementos que caracterizavam as grandiosas festas barrocas, típicas do século XVII, ainda perduravam como basilares para a configuração de tais ocasiões. Dentre os vários componentes desses espetáculos, constavam as procissões, encenações teatrais, jogos, danças e foguetórios. Para os pardos, essas ocasiões eram momentos-chave para a consolidação de sua posição social como grupo dotado de identidade e, sobretudo, como atores políticos significativos.

A dimensão política inerente aos eventos públicos do Antigo Regime foi pensada por José Antonio Maravall tendo em vista a função de controle social exercida por meio dessas ocasiões. Tratava-se, portanto, de um mecanismo que amortecia as tensões internas

²⁸¹ Essa irmandade era possivelmente uma das mais antigas do Recife integrada exclusivamente por pardos. Os registros de sua existência remontam ao início do século XVIII. Cf.: Requerimento dos irmãos da irmandade de Nossa Senhora do Livramento dos homens pardos do Recife pedindo ornamentos para a igreja. Anterior a 12 de novembro de 1724. AHU-Pernambuco, cx. 31, doc. 2776.

²⁸² BEZERRA, Janaína S. *Pardos na cor e impuros no sangue...*, pp. 156-157.

²⁸³ BEZERRA, Janaína S. *Pardos na cor e impuros no sangue...*, p. 158.

²⁸⁴ As pesquisas de José Antonio Maravall constituem as principais referências sobre a cultura do barroco no mundo hispânico. Do autor, ver: *A cultura do Barroco: análise de uma estrutura histórica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

empregando como estratégia o estonteamento perante o grandioso.²⁸⁵ A faceta política das festas, porém, não se restringia aos desígnios da monarquia em relação ao controle social. Como já foi notado, muitas manifestações de caráter contestatório, dentre elas levantes de escravos, africanos e crioulos livres, tinham como palco de execução as ocasiões festivas.²⁸⁶ É possível, no entanto, considerar ainda outra ligação das festas com o campo político do Antigo Regime. A demonstração pública da reiteração da adesão à religião católica e à monarquia resultava no acúmulo de um capital simbólico fundamental para a consolidação dos pardos como atores sociais passíveis de reconhecimento político, o que se concretizava por meio do recebimento de privilégios outorgados pela monarquia.

Plenamente conscientes dos mecanismos necessários à afirmação política do grupo, os milicianos integrantes da companhia urbana da cidade de Coro, situada na província de Caracas, demandavam ao rei Carlos IV para que sua companhia fosse equiparada em termos de privilégios e *status* ao Batalhão de pardos da cidade de Caracas.²⁸⁷ Com o fim de legitimar o requerimento, produziu-se um memorial no qual relatavam-se todas as ações da dita companhia. Por meio desse documento, além das funções especificamente militares, percebe-se claramente a vinculação das sociabilidades com a esfera política. Informavam que a companhia havia executado uma série de atividades em homenagem à aclamação do novo rei, Carlos IV (1788-1808). Sob as expensas e comando do pardo Juan del Rosario Borges, a dita companhia “hizo la salva real el día de la jura”; “al día siguiente en la misa solemne de acción de gracias, disparó también a su costa seis salvas, formada la compañía en la plaza mayor con posible pompa, y ostentación debida a tan supremo objeto”.

Para além das salvas com armas de fogo, as ações públicas dos pardos de Coro compreendiam também dimensões artísticas, ligadas às artes cênicas e à música, pois “la expresada compañía dio al teatro una farsa intitulada Lo me entiendo, y Dios me entiende, representada por los mismos militares, con iluminación, y demás Fausto.”²⁸⁸ Nos dias que se seguiram, o mesmo capitão ofereceu cinco saraus em sua casa e, no último dia de comemorações, “por la noche paseó todas las calles con mucho acompañamiento de gente, y

²⁸⁵ MARAVALL, José A. *A cultura do Barroco...*, p. 380.

²⁸⁶ Vale observar que nessas ocasiões tendencialmente os membros das irmandades não estavam diretamente envolvidos como líderes das contestações. Assim, as festas eram concebidas como momentos oportunos para a execução de planos de revolta.

²⁸⁷ Cf.: Juan del Rosario Borges, capitán de Milicias de pardos de Coro, solicita el Fuero Militar para su compañía por los servicios realizados. AGS, leg. 7181, 30. 1796.

²⁸⁸ Grifos no original.

música de varios instrumentos, haciendo fuego de voladores a nuestro Rey, y Señor Don Carlos cuarto”.²⁸⁹

A partir do exemplo dos milicianos de Coro pode-se problematizar outro importante aspecto das relações de sociabilidades tecidas entre os pardos livres no mundo colonial ibero-americano, que se refere ao desempenho de múltiplas funções pelos indivíduos. Como fica evidente no relato dos pardos, eram os mesmos milicianos que se apresentavam perante os habitantes de Coro na condição de atores. O caso da Casa da Ópera²⁹⁰ da cidade de São Paulo demonstra o desempenho de funções artísticas e mecânicas concomitantemente ao exercício militar, pois vários de seus integrantes eram também milicianos do Regimento de pardos daquela cidade.²⁹¹ Nas cidades ibero-americanas, a música e a pintura foram outras ocupações pertencentes às chamadas artes liberais e amplamente disseminadas entre os negros e pardos livres. Pedro de Alcântara Bulhões, sargento-mor de uma companhia de pardos da capitania da Paraíba, era também professor de música e “ocupava o tempo em fazer seus concertos de música com os seus discípulos [...] nas festas, e sábados das semanas, quando era dispensado das obrigações de seu posto”.²⁹² O trânsito de indivíduos em diversos espaços de sociabilidades é constatado igualmente na trajetória do famoso músico pardo de Pernambuco, Luís Alves Pinto (1719-1789). Além de músico e professor, integrou um dos Regimentos de homens pardos do Recife e foi mestre de capela e confrade da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento, a mesma que conduziu as homenagens a São Gonçalo Garcia no ano de 1745.²⁹³

Nesse mesmo ano, constava entre os confrades da citada irmandade o pardo José Rabelo de Vasconcelos, conhecido pintor do Recife e que exerceu funções na mesa da mesma irmandade. Concomitantemente, ascendeu ao posto de coronel de um dos regimentos de

²⁸⁹ Maximiano Solárzano, capitão de uma companhia de pardos de Caracas, igualmente referenciou a participação de sua companhia nas festividades em homenagem à coroação de Carlos IV como legitimação ao seu requerimento para ascender ao posto de comandante do Batalhão de pardos daquela cidade. Cf.: Medallas, 1790-1792. AGS, leg. 7172, 54.

²⁹⁰ As casas da ópera eram teatros públicos, nos quais dramas e comédias estrangeiras eram adaptados e apresentados sob a forma de diálogos mesclados com apresentações musicais. Na América portuguesa, esses teatros começaram a ser difundidos nas principais cidades a partir da década de 1760 e os elencos eram compostos principalmente por mulatos. BRESCIA, Rosana Marreco. El teatro de los mulatos: las actrices de las Casas de Ópera luso-americanas en los siglos XVIII y XIX. *Cuadernos de Música Iberoamericana*, v. 23, pp. 21-35, janeiro-junho 2012.

²⁹¹ Cf.: Livro Mestre que serve de matrícula do Regimento de Infantaria Miliciana dos Úteis da capitania de São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo, ordem C00446.

²⁹² Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 115, doc. 8837. Paraíba, setembro de 1773.

²⁹³ Sobre a trajetória de Luís Alves Pinto, ver: OLIVEIRA, Carla Mary. Música e primeiras letras no Recife colonial: Luís Alves Pinto, mulato, músico e professor régio. *Revista Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, n. 29.1, pp. 1-17, 2011; ALMEIDA, Suelly Cordeiro; PEREIRA, José Neilton. A arte e o ofício de Luís Alves Pinto: uma trajetória de cores e tons mestiços da música entre Pernambuco e Portugal (1719-1789). *Revista de História Regional*, v. 17, n. 1, pp. 112-134, 2012.

pardos do Recife.²⁹⁴ Em Cartagena de Indias, situada no Vice-Reino de Nova Granada, o pardo Pablo Caballero se destacava localmente devido à arte da pintura e, ao mesmo tempo, era capitão de granadeiros em uma companhia de pardos. No ano de 1792, ao pedir a Carlos IV a licença e apoio para abrir uma escola de pintura e desenho na cidade, não deixava de salientar suas funções militares aliadas ao conhecimento artístico e técnico, por “levantar y pintar los planos de fortificación de la plaza y su recinto; pintar el retrato de V. M. para el solemne y augusto día de la proclamación con los emblemas y cifras alusivos a tan gloriosa función”.²⁹⁵ Cabe ainda mencionar o caso dos Landaetas, uma das famílias pardas mais conhecidas de Caracas, cujos integrantes tradicionalmente ocupavam importantes postos nas milícias e se destacavam em ocupações artísticas como a música e a pintura.²⁹⁶

Assim, pode-se afirmar que o exercício de múltiplas funções era fundamental para a configuração dos espaços de sociabilidades integrados pelos pardos livres. Nos exemplos citados, um dado em especial chama a atenção: a recorrência do pertencimento aos corpos militares. Essa característica constituía um traço comum a toda a América ibérica, pois os pardos que mantiveram diálogos com as instâncias de poder, fossem locais ou centrais, invariavelmente compunham as fileiras das companhias milicianas exclusivas aos homens de cor livres. Como já foi salientado, sugere-se que os indivíduos que integravam os corpos militares, sobretudo aqueles que ocupavam posições de comando, operavam como elos entre importantes redes de sociabilidades compostas por pardos livres.

A mencionada irmandade recifense de Nossa Senhora do Livramento tinha como um de seus mais destacados confrades José Rabelo de Vasconcelos, que ascendeu até o posto de coronel, o lugar mais elevado da hierarquia milicianiana. Também eram confrades da mesma irmandade o músico Luís Alves Pinto e seus familiares, que ocupavam postos de comando

²⁹⁴ Cabe notar que um dos relatos sobre a festa de São Gonçalo Garcia, a *Súmula Triunfal da nova e grande celebridade de São Gonçalo Garcia...*, foi dedicada ao então capitão Vasconcelos. Referência em: BEZERRA, Janaína S. *Pardos na cor e impuros no sangue...*, p. 152; a primeira menção oficial à carreira militar de José Rabelo (ou Ribeiro) de Vasconcelos consta, porém, em um documento do início da década de 1760. Cf.: Confirmação de carta patente do capitão de Infantaria de Ordenança dos homens pardos da freguesia da Várzea, José Ribeiro de Vasconcelos. Anterior a 19 de setembro de 1761. AHU-Pernambuco, cx. 96, doc. 7577.

²⁹⁵ No ano em que fez o requerimento, Caballero havia ascendido ao posto mais elevado possível aos pardos no interior da hierarquia militar, pois era “comandante interino” do Batalhão dos pardos de Cartagena. No entanto, essa era uma condição provisória e no mesmo requerimento pedia a efetivação do posto. O posto de comandante correspondia ao de coronel no caso das milícias da América portuguesa. Cf.: Escuela de dibujo y pintura, año de 1792. AGS, leg. 7057, 34. Sobre Pablo Caballero ver: SOLANO D., Sergio Paolo. Pablo Caballero Pimientel, pintor y capitán de milicias pardas en Cartagena de Indias, siglo XVIII. *Revista Amauta*, Universidad del Atlántico, Barranquilla, n. 20, pp. 25-59, jul./dez. 2012.

²⁹⁶ Para algumas apreciações sobre integrantes dessa família, ver: RODRIGUEZ, Manuel Alfredo. Los pardos libres en la colonia y la independencia. In: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*, n. 299. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 1992.

nos corpos militares do Recife.²⁹⁷ Na cidade de São Luís, capitania do Maranhão, o pardo e advogado Vicente Ferreira Guedes fora condecorado com o posto de mestre de campo do Terço de Infantaria Auxiliar da vila de Santo Antônio de Alcântara e era um importante confrade da Irmandade da Senhora da Conceição dos Homens pardos.²⁹⁸ Em 1765, o pardo Asencio María Torres y Carrasquilla, morador da cidade do Panamá, enviou ao Conselho de Índias um requerimento no qual solicitava a criação de um novo hospital para acolhimento de pessoas desvalidas. Este seria administrado por uma irmandade, apropriadamente denominada “La caridad”, integrada por pardos e morenos livres, “por ser inclinados a ejercitar la caridad Cristiana se dedicarán con mayor esmero a contribuir con sus limosnas para la manutención y subsistência”. Cabe destacar que Asencio tinha uma tenda de fazer perucas e era capitão de uma companhia de pardos. Na década anterior, havia sido um dos principais protagonistas de uma intensa disputa entre artesãos mulatos e brancos pelo direito de exercer livremente o comércio de suas mercadorias em “tendas públicas”.²⁹⁹ Para além de seus significados em termos de ascensão social, essas trajetórias evidenciam o papel central das corporações como canais de inserção dos pardos no campo político do Antigo Regime.

As redes de convivência fomentadas por essas corporações formavam e simultaneamente reiteravam a identidade coletiva dos pardos, processo efetivado por meio das representações do grupo nas variadas situações de sociabilidades públicas, como as procissões e as festas. A conjunção desses dois aspectos – as redes de sociabilidades e a identidade grupal –, e sua articulação com a estrutura corporativa das sociedades de Antigo Regime, tornou possível a ampliação dos significados sociais atrelados a essas instituições. A partir das

²⁹⁷ O filho de Luis Alves, Basílio Alves Pinto, integrava uma das companhias do Regimento de pardos da Repartição Sul, cujo coronel era José Rabelo de Vasconcelos. Ao solicitar a confirmação no posto de tenente, referenciou as carreiras militares de seu pai e de seu avô com o fim de legitimar a aspiração. Cf.: Requerimento para confirmação de patente. Anterior a 14 de julho de 1802. AHU-Pernambuco, cx. 234, doc. 15836; pedido de confirmação de posto. Anterior a 8 de outubro de 1804. AHU-Pernambuco, cx. 251, doc. 16813. Para uma boa apreciação a respeito das redes de sociabilidades tecidas entre oficiais mecânicos e artesãos e sua relação com o âmbito militar no Recife de fins do século XVIII, ver: PEREIRA, José Neilton. *Além das formas, a bem dos rostos: faces mestiças da produção cultural barroca recifense (1701-1789)*. Dissertação – Mestrado em História. Recife: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2009.

²⁹⁸ Cf.: AHU-Maranhão, cx. 101, doc. 8148. São Luís, 24 de outubro de 1798.

²⁹⁹ Sobre o requerimento para a criação do hospital, Cf.: AGI, Panamá, leg. 275, doc. 10. *Apud* GARCÍA, Carmen M. Religión, etnia y sociedad: cofradías de negros en el Panamá colonial. *Anuario de Estudios Americanos*, v. 57, n. 1, pp. 137-169, 2000, p. 142; Sobre o pleito entre os artesãos, Cf.: Archivo Histórico Nacional de Madrid, Sección Consejos Suprimidos, leg. 20627. *Apud* CALVO, Alfredo C. *Afromestizaje y movilidad social en el Panamá colonial*. In: GÓMEZ, Rina (Ed.). *Del olvido a la memoria: africanos y afromestizos en la historia colonial de Centroamérica*. San José: Oficina Regional de la Unesco para Centroamérica y Panamá, 2008, pp. 78-104, pp. 89-90.

irmandades e dos corpos militares, os pardos agiam como grupo de pressão, o qual buscava obter das monarquias honras e privilégios.³⁰⁰

1.6.3. *Os corpos militares e a politização das sociabilidades*

Embora as irmandades religiosas constituíssem importantes espaços de sociabilidade aos pardos livres e libertos, proporcionando-lhes a construção e manutenção de uma identidade comum, sugiro que as corporações militares apresentavam maior potencial quanto à politização das sociabilidades em termos da relação dos pardos com o Estado. Nesse sentido, é significativo que a maioria dos pardos livres que mantiveram diálogos com as instâncias de poder visando à obtenção de privilégios tivessem em comum o pertencimento às milícias. Estruturadas a partir da lógica que informava a sociedade de tipo corporativo, elas garantiam a seus integrantes representatividade institucional, transformando-os em atores políticos significativos. Além disso, existem fatos indicativos de que os indivíduos que ocupavam posições de comando em tais corpos militares operavam como elos de importantes redes de sociabilidades tecidas entre essa camada populacional.

Evidencia-se um crescente interesse da historiografia produzida ao longo dos últimos quinze anos pela temática militar do período colonial ibero-americano. No entanto, diversos aspectos desse campo de investigação permanecem lacunares. Em relação ao conjunto desses estudos, conta-se com um volume maior de referências relativas aos espaços espanhóis, uma vez que desde a década de 1970 são desenvolvidas pesquisas sobre o assunto.³⁰¹ Nesses trabalhos, a inserção de morenos e pardos livres em corpos militares constituiu um importante problema de análise, interesse que deu origem a uma agenda de temas que são investigados até os dias atuais. O quadro para o Brasil é distinto, contando-se com uma produção historiográfica mais modesta em termos quantitativos. O primeiro estudo circunscrito às milícias de pretos e de pardos deve-se ao historiador John Russell-Wood em seu referencial *Escravos e Libertos no Brasil colonial* (1982). Contudo, conforme as palavras do próprio

³⁰⁰ Conforme definição proposta por Jean Baechler, são grupos que formam “uma coligação, ocasional ou permanente, formada por atores sociais, que visa obter do poder político isenções e privilégios”. BAECHLER, Jean. Grupos e sociabilidade..., p. 70. Stuart Schwartz e James Lockhart entenderam que as corporações do período colonial ibero-americano podiam ser pensadas como “grupos de pressão”. LOCKHART, James; SCHWARTZ, Stuart. *A América Latina na época colonial...*, p. 160.

³⁰¹ Parte substantiva das pesquisas desenvolvidas durante as décadas de 1970 e 1980 foi influenciada pelos problemas abordados por Lyle McAlister ainda nos anos cinquenta. Do autor, ver o clássico *The fuero militar in New Spain 1764-1800* (1957). Esta obra ainda hoje é referencial para as discussões sobre a estrutura militar hispano-americana do período borbônico.

autor, tratava-se ainda de um exame preliminar.³⁰² Esse panorama, no entanto, tem dado sinais de mudança. Conjuntamente a alguns trabalhos referenciais de historiadores consolidados, a produção tem sido alavancada principalmente por pesquisas elaboradas nos programas de pós-graduação de universidades brasileiras.³⁰³

A despeito da disparidade quantitativa entre as produções historiográficas, ambas compartilham do desequilíbrio em relação à inscrição temporal de seus objetos, pois parte substantiva concentra-se na segunda metade do século XVIII e primeiros anos do XIX. Desse modo, carece-se ainda de pesquisas elementares para o período anterior às reformas militares ilustradas. Embora o recorte temporal desta pesquisa coadune-se às tendências gerais da historiografia, creio ser importante ter em consideração alguns aspectos característicos da estrutura militar anterior para que seja possível compreender o impacto das reformas de meados do século XVIII para a integração social e política dos homens de cor livres.

Anteriormente à década de 1760, os territórios da América espanhola não contavam com uma estrutura militar formal e padronizada. A defesa das cidades principais, normalmente portuárias e desempenhando papel importante na articulação de rotas comerciais, fazia-se, em primeiro lugar, por meio das fortificações e de pequenas guarnições custeadas pela fazenda real e, em última instância, pelos moradores locais. Na medida em que a importância estratégica das localidades diminuía, mais escassa se tornava a presença de forças oficiais e, por consequência, maior importância assumiam os corpos formados por moradores. Esta era a configuração base das milícias, assentadas na ideia conforme a qual a defesa do território caberia à população. Grande parte desses corpos militares constituía-se de companhias soltas, sem que se formassem unidades maiores, como os terços e regimentos. Nas regiões costeiras, principalmente do Caribe, suas atividades militares relacionavam-se à defesa contra investidas de nações estrangeiras e corsários. No entanto, poderiam ser empregadas em serviços internos de controle social, normalmente relacionados à contenção de grupos indígenas ou de escravos. Em situações que apresentavam perigos extremos,

³⁰² RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos...*, p. 129.

³⁰³ Devido aos limites desta nota, indico apenas alguns desses trabalhos. SILVA, Luiz Geraldo. Sobre a 'etnia crioula': o Terço dos Henriques e seus critérios de exclusão na América portuguesa do século XVIII. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; GONÇALVES, Andréa Lisly; CHAVES, Cláudia Maria das Graças (Orgs.). *Administrando impérios. Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*. 1 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, v. 1, pp. 71-96; SILVA, Luiz Geraldo. Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. *Revista de História*, São Paulo, v. 169, p. 111-144, 2013; KRAAY, Hendrik. *Política Racial, Estado e Forças Armadas na época da independência: Bahia, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2011.

acionavam-se tais contingentes militares e não era raro serem dissolvidos tão logo o perigo fosse repellido.³⁰⁴

As companhias integradas por negros e pardos eram mais comuns nas regiões costeiras, onde a presença demográfica daqueles grupos era maior em comparação com as zonas interioranas. Os indícios da existência de companhias compostas por homens de cor livres já aparecem nas primeiras décadas do século XVII, como consta em algumas leis presentes na *Recopilación*. No ano de 1623 passava-se real ordem para que os morenos livres de cidades e portos fossem respeitados pelos governadores e capitães gerais, pois “que siendo labradores se ocupan de la agricultura, y todas las vezes que hay necesidad de tomar las armas en defensa de ellos, proceden con valor [...] deben ser muy bien tratados, y gozar de todas las preeminencias que se les hubieren concedido”.³⁰⁵ A real ordem evidencia o caráter temporário dessas companhias, solicitadas em momentos de necessidade e provavelmente dissolvidas ou mantidas em reserva após o término das tensões, regressando seus integrantes para as atividades cotidianas como agricultores. No entanto, as proeminências reservadas àqueles que serviam à Coroa seguiriam como um privilégio vivenciado na esfera civil, o que imprimia distinções sociais importantes para homens que conviviam com o estigma da escravidão. Poucos anos após a ordem anterior, ordenava-se a respeito dos soldados da companhia de morenos livres do Panamá que o governador e capitão general “les guarde, y haga guardar, las preeminencias que hubieren gozado, y en las ocasiones sean socorridos como los demás soldados que sirven en aquella tierra”.³⁰⁶

Na Capitania Geral de Cuba, por exemplo, a montagem do sistema defensivo apoiado em companhias compostas por homens de cor livres remonta a fins do século XVI e foi implementada em resposta às investidas de corsários. Por volta do ano de 1700, Havana contava com quatro companhias de pardos livres, que juntas somavam quatrocentos homens.³⁰⁷ Tais companhias de cor estavam presentes em outras regiões da ilha, como em Santiago de Cuba, contando igualmente com corpos integrados por morenos livres.³⁰⁸ A integração nos corpos militares proporcionava aos pardos e morenos a construção de um *status* social diferenciado em relação ao conjunto da população de cor livre, sendo a relação com o Estado aspecto fundamental desse processo. Uma ordem real enviada às autoridades

³⁰⁴ MARCHENA FERNÁNDEZ, Juan (Coord.); GÓMEZ, Gumersindo C.; ARRIAZA, Diego T. *El ejército de América antes de la Independencia*. Ejército Regular y Milicias americanas, 1750-1815. Hojas de Servicio, uniformes y estudio (CD-ROM). Madrid: Fundación Mapfre, 2005, pp. 103-106.

³⁰⁵ Cf.: Ley X, 11 de Julio de 1623. *Recopilación...*, libro VII, título V.

³⁰⁶ Cf.: Ley XI, 19 de marzo de 1625. *Recopilación...*, libro VII, título V.

³⁰⁷ Cf.: AGI, Santo Domingo, leg. 419, n. 8, 1715. *Apud* KLEIN, Herbert S. The colored militia of Cuba: 1568-1868. *Caribbean Studies*, v. 6, n. 2, pp. 17-27, 1966, p. 18.

³⁰⁸ Nos territórios da América espanhola, nas companhias milicianas os negros eram denominados morenos.

militares e civis de Cuba determinava que os pardos livres milicianos fossem tratados com respeito em decorrência dos bons serviços prestados à Coroa, o que lhes garantiu a identificação como vassalos do rei. Desse modo, ordenava-se “que los pardos libres de las expresadas compañías sean atendidos con el buen tratamiento que se debe, sin permitir, que persona alguna los llame con nombres indecorosos en odio y vituperio de su nación. Porque mi real animo y voluntad es sean tratados con amor y buena correspondencia, sin que padezcan el más leve ultraje, ni ajamiento alguno”.³⁰⁹ Supõe-se que a ordem régia não fora gerada por ação voluntária da Coroa, sendo provavelmente ordenada como resposta às pressões manifestadas pelos próprios milicianos pardos.

Era comum que tais companhias fossem comandadas por capitães, alferes e sargentos da mesma cor da companhia. Embora a prática não estivesse assentada em códigos de leis específicos, ela constituía uma característica compartilhada pelas companhias que foram sendo disseminadas pelas regiões costeiras da América espanhola. Firmados nessa tradição, os pardos e quarteirões da cidade do Panamá reagiram a uma proposta de início do século XVIII que previa a substituição dos capitães das suas companhias por espanhóis. Conforme o informe do Conselho de Índias sobre o caso, pediam “que por la antigua y inmemorial posesión que obtuvieron en haber ejercido capitanes de sus colores, se les nombrase capitanes de ellos”. Assim, o costume antigo e imemorial legitimava a causa e por isso pediam ao rei e a seus funcionários para que averiguassem nos arquivos e com os próprios habitantes do Panamá “si hubo la costumbre que se alega de ocupar las jinetas de esta compañía sujetos de sus propios colores y castas”. Em resposta, o Conselho confirmou que se tratava de um costume centenário e que nas demais partes das Índias seguia-se a mesma prática. Ademais, contribuía para a resolução favorável da causa os informes sobre a conduta e coragem dessas companhias. A única objeção à representação referia-se ao pedido de pagamento de soldos aos seus oficiais.³¹⁰

Em decorrência da inexistência de um campo normativo pré-estabelecido e específico para a América, a configuração das milícias de cor nos domínios espanhóis foi elaborada a partir das múltiplas experiências vivenciadas por esses corpos no decorrer do tempo. Nesse sentido, entende-se que as milícias de cor anteriores às reformas de meados do século XVIII foram resultado do jogo entre as necessidades constantes por parte da Coroa em contar com

³⁰⁹ Cf.: Orden de 20 de mayo de 1714. AGI, Santo Domingo, leg. 337. *Apud* KLEIN, Herbert S. The colored militia of Cuba..., p. 18.

³¹⁰ Cf.: Consulta del Consejo de Guerra de Indias de 23 de junio de 1708 y del Consejo de Indias de 16 de septiembre de 1717. *Apud* OLAECHEA, Juan. El negro en la sociedad hispanoindiana..., p. 233; BERNAND, Carmen. Negros esclavos y libres..., pp. 117-118.

esses efetivos militares para a defesa de seus territórios e as aspirações por parte dos milicianos de cor pelas “preeminências” concedidas como recompensa aos serviços prestados. Disso decorre que o processo de construção desses corpos contou com a participação ativa de seus integrantes, os quais por meio de demandas contribuíram para a formulação de um campo de prerrogativas inerentes ao desempenho de funções militares. Conjuntamente à manutenção das posições de comando, as isenções tributárias constituíam aspecto sempre em vista daqueles que prestavam importantes serviços à Coroa. Em uma sociedade na qual a tributação com base no pertencimento étnico alocava os indivíduos em lugares sociais marcados pelo desprestígio social, tornar-se isento de determinadas taxas, além dos ganhos econômicos, implicava no melhoramento de *status* de indivíduos e grupos.³¹¹

Desde fins da década de 1570 uma lei ordenava que os negros e mulatos libertos pagassem tributos anuais ao Estado, mas, conforme tem sugerido a historiografia, em muitos lugares o imposto pessoal nunca chegou a ser cobrado efetivamente.³¹² No entanto, ao longo do século XVII, não era incomum que milicianos de cor recorressem ao poder régio em busca da isenção do pagamento de tributos, alegando para isso os serviços prestados ao Estado.³¹³ Esse foi o caso do mulato Ventura Carrizo, *vecino* da cidade de Mérida, que exercera as funções de soldado e espia ao longo de diversos anos durante as invasões francesas e inglesas ocorridas nas últimas décadas do século XVII. Como não recebiam soldo nas ocasiões de destacamento, solicitava para ele e para os de “sua nação” a isenção do pagamento de tributos. Remetia-se a uma real cédula que ordenara “que los mulatos y los demás que en este reino pagan requinto no le pagásemos, los de la ciudad de Cartagena, Caracas, Santo Domingo y provincia de dicha ciudad de Mérida en la atención de que en las unas y otras parte somos los más útiles para el real servicio”.³¹⁴

Do requerimento em questão, vale destacar dois aspectos principais: Ventura Carrizo formulou sua petição em nome de “todos os de sua nação”, indicando um nível significativo

³¹¹ Sobre a estrutura tributária da América espanhola, a qual baseava-se principalmente na cobrança de impostos aos indígenas, ver: McLEOD, Murdo J. Aspectos de la economía interna de la América española colonial: fuerza de trabajo, sistema tributario, distribución e intercambios. In: BETHELL, Leslie (Ed.). *Historia de América Latina*. (Vol. 3 - América Latina colonial: economía). Barcelona: Editorial Crítica, 1990, p. 160.

³¹² McLEOD, Murdo J. Aspectos de la economía..., p. 160; HELG, Aline. *Liberty and Equality...*, p. 247.

³¹³ Provavelmente tal prática estivesse ligada a uma cláusula contida na lei que ordenava a tributação de negros e mulatos, conforme a qual “los mulatos que sirven en las milicias provinciales están exentos de pagar tributo según el artículo 139 de la Ordenanza de Intendentes de Nueva España”. Cf.: Ley I, tit. 5, lib. 7, *Recopilación...*, p. 320.

³¹⁴ Cf.: AGN-CO, SC, Milicias y Marina, 37, 25, doc. 25. 1680. Outros casos envolvendo a questão dos tributos em: “Francisco Garcia, mulato, vecino de Santa Fé, su solicitud de relevación del pago de tributos por sus servicios de soldado en la guerra contra los pijaos (1636)”. AGN-CO, SC, Tributos, 60, 20, doc. 21; “Antonio Gonzales, mulato zambo, sargento de la guarnición de Mérida: su pedimento sobre no ser retirado del ejército como pretendía el encomendero del pueblo de la Sal, para cobrarle tributos (1664)”. AGN-CO, SC, Milicias y Marina, 37, 3, doc.15.

de coesão grupal, o que se traduzia em termos de pressões pela obtenção de privilégios; por outro lado, revela a percepção dos próprios milicianos acerca do papel fundamental e indispensável desempenhado por eles na manutenção do poder espanhol sobre os domínios americanos. A menção à cédula real que institucionalizara a prática da isenção aos pardos de várias cidades do Caribe, para além da legitimidade legal à causa, sugeria a anuência régia em relação a essa realidade; ao mesmo tempo, indicava o papel indispensável dessas unidades militares para o sistema defensivo caribenho. Tal quadro marcaria a atuação dos milicianos de cor ao longo de todo o período colonial.

No caso da América portuguesa, o marco da existência de corpos militares compostos exclusivamente por homens de cor remonta ao período da invasão da capitania de Pernambuco pelos holandeses entre os anos de 1630 a 1654. Na conjuntura da guerra, formaram-se unidades militares compostas por pretos, escravos e livres, e por indígenas, aqueles liderados pelo negro livre Henrique Dias e estes pelo índio Felipe Camarão. A modernização do sistema defensivo português ocorreu somente a partir da conjuntura das guerras de restauração em 1640, passando a constituir-se de três conjuntos de corpos militares: as tropas regulares, chamadas de 1ª linha, que conformavam o exército profissional, e as tropas irregulares ou de 2ª linha, no caso dos auxiliares, e 3ª linha, no caso das ordenanças. Os auxiliares operavam como forças de reserva, sendo empregados, como o próprio nome sugere, como primeira opção de apoio aos corpos regulares em casos de guerra, pois, em comparação com as ordenanças, contavam com um melhor treinamento militar.³¹⁵ As chamadas companhias de ordenança eram unidades militares de caráter local que integravam ao sistema de defesa toda a população masculina em condições de combate. Conforme a historiografia tem demonstrado, tratava-se de um contingente de reserva acionado em caso de necessidade extrema ou, ainda, como apoio às demais forças militares em atividades corriqueiras, como escoltas e serviço de correios. Na prática, consistia em listagens com o levantamento da população capaz de ser mobilizada em situações de guerra. Ambos, ordenanças e auxiliares, organizavam-se a partir da estrutura dos terços, que eram grandes unidades militares de base territorial e compostas pela união de várias companhias.³¹⁶

³¹⁵ Esses corpos eram normatizados a partir de regimentos, que originalmente haviam sido elaborados para estruturar as forças defensivas em Portugal. O Regimento das Ordenanças é de 1570 e o dos Auxiliares de 1641.

³¹⁶ Para um panorama acerca da organização militar portuguesa, ver: SILVA, Kalina Vanderlei da. *O miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial*. Militarização e marginalidade na capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001; MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. Os corpos de ordenanças e auxiliares. Sobre as relações militares e políticas na América portuguesa. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 45, pp. 29-56, 2006.

Embora a temática militar venha atraindo o interesse de mais pesquisadores nos últimos anos, as lacunas ainda são muitas quando se trata de compreender a atuação dos homens de cor no interior dos corpos militares, sobretudo em relação ao período anterior às reformas de meados do século XVIII. No entanto, assim como ocorria na América espanhola, é fato que esses homens eram indispensáveis à manutenção do sistema de defesa, considerando também a ordem interna, necessário à continuidade do domínio português na América. Dentre os corpos integrados por homens de cor livres, a trajetória social e militar dos chamados Henriques é relativamente melhor conhecida do que a de seus contemporâneos mestiços. Em decorrência da atuação paradigmática de Henrique Dias comandando o terço de homens pretos durante as guerras contra os holandeses, essas tropas ganharam legitimidade e *status* diferenciado no interior do sistema defensivo português. Mesmo após o fim dos conflitos, seus soldados continuaram a ser mobilizados em decorrência de conflitos internos, destacando-se as investidas contra índios não submetidos à ingerência da Coroa e escravos fugidos.³¹⁷

No início do século XVIII havia terços de Henriques em Pernambuco, Bahia e Paraíba, áreas diretamente envolvidas nos conflitos do século anterior. Os terços permaneciam mobilizados e a coesão de seus oficiais traduzia-se na busca por honras e privilégios.³¹⁸ Outro aspecto igualmente importante ligado à trajetória dos Henriques diz respeito à negociação política manejada por seus oficiais em termos de exercício de controle sobre os critérios de ascensão na hierarquia interna da corporação. Como demonstrou Luiz Geraldo Silva, os oficiais dos Henriques da Bahia, apoiados pelos de Pernambuco, pressionaram a Coroa a fim de normatizar uma prática corrente em seus regimentos, qual seja, a de que tão somente os pretos crioulos, nascidos na América, poderiam ascender aos postos de comando superiores. Ficavam excluídos, portanto, os pretos libertos de nação mina e angola. Além da identificação de processos de hierarquização no interior do grupo dos pretos livres e libertos, o caso evidencia níveis da pressão política exercida pelas elites negras que ocupavam o topo da hierarquia militar de suas corporações.³¹⁹

³¹⁷ Sobre o tema, ver: PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros*. Povos indígenas e a colonização do sertão do nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec, 2002.

³¹⁸ MATTOS, Hebe. "Black Troops" and the hierarchies of color in the Portuguese Atlantic World: The case of Henrique Dias and his black regiment. *Luso-Brazilian Review*, v. 45, n. 1, p. 6-29, 2008; SILVA, Luiz Geraldo. Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. *Revista de História*, São Paulo, n. 169, pp. 111-144, julho/dezembro 2013, pp. 122-126.

³¹⁹ SILVA, Luiz Geraldo. Sobre a 'etnia crioula': o terço dos Henriques e seus critérios de exclusão na América portuguesa do século XVIII. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; GONÇALVES, Andréa Lisly; CHAVES, Cláudia Maria das Graças (Orgs.). *Administrando impérios*. Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, v. 1, pp. 71-96.

A formação dos corpos militares integrados por mestiços, oficialmente denominados de pardos, deu-se em momento distinto ao dos Henriques. Embora na conjuntura da guerra luso-holandesa tenham sido criados terços compostos de índios, comandados por Felipe Camarão, e de mulatos e outros mestiços, sob o comando de João Fernandes Vieira, tais corpos não tiveram a mesma trajetória dos Henriques em termos de reconhecimento régio. No caso dos corpos sob o comando do índio Antonio Felipe Camarão, sua formação manteve-se até as primeiras décadas do século XVIII, quando passaram por mudanças significativas. Conforme sugere Ronald Raminelli, os terços compostos exclusivamente por índios e comandados por chefes da mesma qualidade entraram em decadência devido à concorrência com os terços de ordenança comandados por homens brancos, os quais recrutavam soldados indígenas que estivessem dispersos pelos sertões de Pernambuco a fim de completarem os efetivos de suas corporações, causando expressivas quedas no contingente pertencente ao terço indígena.³²⁰ Durante todo o período colonial foi comum a prática de arregimentação de soldados de cor para completar os quadros de corpos militares identificados a brancos. Nesses casos, vetava-se aos homens de cor o acesso aos postos superiores.

Distintamente dos terços integrados por negros e índios, ao longo da segunda metade do século XVII não existiu um terço específico para os sujeitos denominados pardos, categoria de classificação que certamente incluía sujeitos oriundos de diversos tipos de mestiçagem, inclusive indígenas não aldeados. Apesar das notícias de que o terço comandado por João Fernandes Vieira compunha-se essencialmente de mestiços, após o término das guerras essa unidade militar não se cristalizou como tal.³²¹ Em verdade, pouco se sabe da trajetória desse corpo no pós-guerra. É presumível que parte desses contingentes mestiços tenham sido remanejados para outros corpos, especialmente o das ordenanças. O fato é que as primeiras notícias sobre companhias constituídas por pardos remontam às primeiras décadas do século XVIII, temporalidade distinta da observada para os territórios espanhóis, onde se encontram vestígios delas já nas primeiras décadas do século XVII.

O historiador A. J. R. Russell-Wood foi o primeiro a abordar o fenômeno dos corpos militares compostos por homens de cor livres no período colonial, sugerindo que essas corporações militares, conjuntamente às irmandades religiosas, funcionavam como um veículo para as expressões das aspirações desses indivíduos. Conforme ele, tendo em vista

³²⁰ RAMINELLI, Ronald. Privilegios y malogros de la familia Camarão. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* – Colóquios, pp. 1-12. On-line desde março de 2008.

³²¹ Indício de que o terço comandado por João Fernandes Vieira compunha-se de mulatos e outros mestiços pode ser averiguado em um documento de 1655 no qual se remetia a um escravo mulato chamado Luís que estava “matriculado no Terço do mestre-de-campo João Fernandes Vieira”. Cf.: Lisboa, 13 de agosto de 1655. AHU-Pernambuco, cx. 6, doc. 541.

especialmente o caso da capitania de Minas Gerais e da Bahia, as companhias de ordenança compostas por homens de cor livres normalmente não chegavam a compor um terço devido às dificuldades de preenchimento da totalidade de seus quadros numéricos em certas áreas e, principalmente, por conta do temor por parte das autoridades.³²² Como consequência, o mais frequente era que as companhias formadas por esses homens integrassem terços de ordenança compostos por maioria branca, comandados por capitães-mores de igual qualidade. No entanto, pardos e pretos tinham acesso aos postos de comando das companhias, sendo o mais destacado o de capitão. Ao contrário do que se sugere comumente a respeito das ordenanças, dependendo da região onde estivessem situadas, elas não se limitavam a corpos de reserva para possíveis guerras. No caso de Minas Gerais, por exemplo, exerciam atividades de natureza policial tais como patrulhar estradas, escoltar o ouro referente ao imposto régio até as casas de fundição, encontrar e prender escravos fugidos, destruir quilombos.³²³

As ordenanças parecem ter sido mais comuns aos pardos no período que antecedeu as reformas militares de meados do século XVIII, não sendo encontradas referências explícitas a terços de auxiliares compostos exclusivamente por pardos. É preciso admitir que o lugar das ordenanças e dos auxiliares, estes hierarquicamente superiores, ainda constitui aspecto nebuloso na historiografia sobre a estrutura militar da América portuguesa. No entanto, é possível afirmar que muitas companhias de ordenança compostas por pardos integrariam os terços auxiliares a partir das reformas ilustradas. A constituição desses corpos na América portuguesa não seguiu um processo homogêneo, sendo os ritmos de criação e multiplicação distintos e dependentes de aspectos estruturais, tais como a disponibilidade de população de cor livre, as necessidades práticas ligadas à defesa dos territórios, o contingente de brancos disponíveis e dispostos a servirem.³²⁴

A despeito dos dados fragmentados relativos à atuação dos corpos compostos por pardos durante a primeira metade do século XVIII, é possível tecer algumas considerações sobre as atividades desempenhadas por eles, assim como sobre o aspecto social relacionado à sua existência. Em requerimento enviado, por volta de 1726, pelo capitão da companhia de homens pardos agregada ao Regimento de Ordenança da Bahia, Miguel Mendes de Vasconcelos, tem-se notícia dos serviços prestados pela dita companhia, restritos à limpeza de fortalezas. Conforme Vasconcelos, aos domingos, “dias em que não vai ao dito trabalho, se ocupa em fazer exercícios a fim de que os ditos soldados estejam capazes e bem disciplinados

³²² RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos...*, p. 131.

³²³ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos...*, p. 132.

³²⁴ Tal perspectiva também é sugerida por SILVA, Luiz Geraldo. *Gênese das milícias...*

para qualquer operação militar que se oferecer”. Alegava ainda que juntamente a sua companhia “é o primeiro que com toda a prontidão, atividade e zelo do Real Serviço acode a todas as ocasiões de mostras, faxinas, exercícios e rebates, vestindo a muitos dos soldados que são pobres a custa da sua própria fazenda”.³²⁵ Como fica evidente, os serviços prestados pela companhia não estavam entre os mais dignos de recompensas na hierarquia militar; não se comparavam, por exemplo, a guerras ou defesa da cidade em caso de invasões estrangeiras. Certamente a natureza das atividades desempenhadas impactava na qualidade de privilégios e honras possíveis de serem obtidos por cada corpo ou indivíduo. No caso em questão, no entanto, não se tratava de requerimento visando privilégios, mas sim à manutenção da própria companhia.

De acordo com o exposto pelo capitão pardo, sua companhia vinha definhando em decorrência da prisão de muitos de seus soldados “para sentarem praça de soldados pagos”, contando com um efetivo de trinta homens, vinte a menos que o previsto para cada companhia de ordenança. Clamava ao rei pelo fim de tal prática, “pois de outra sorte ficará de toda extinta a companhia do suplicante”, o que colocava em risco diretamente a manutenção de seu posto de capitão. Relembremos que por volta da mesma época, mas na capitania de Pernambuco, o terço dos índios ligados à família Camarão passava por situação muito semelhante, o que resultou no fim da hegemonia indígena no topo da hierarquia de comando do terço. Desse modo, fica claro que a manutenção dos corpos militares exclusivos aos homens de cor livres ligava-se a uma série de fatores, desde a prestação de serviços úteis à monarquia até a concorrência com os demais corpos militares.

As tensões entre oficiais da companhia de ordenança dos pardos e os oficiais das tropas pagas não se restringiam às disputadas pelos soldados. No mesmo contexto em que enviara o requerimento anterior, o capitão Miguel Mendes de Vasconcelos aparece como autor de outro requerimento, mas dessa vez elaborado em nome de todos os capitães pardos das ordenanças. Após referenciar os mesmos serviços mencionados no requerimento anterior, denunciava que “experimenta o suplicante e mais capitães pardos muitos grandes desprezos e descortesias dos sargentos da infantaria paga da dita cidade; não fazendo nenhum caso ou estimação dos suplicantes, em tanta forma que passam pelos suplicantes assim em público como em particular sem lhes quererem tirar os chapéus com natural escândalo e reparo de todo aquele povo”.³²⁶ Ao que tudo indica, as companhias de ordenança dos pardos de Salvador passavam por uma conjuntura conturbada, que demonstra as incertezas quanto à

³²⁵ Cf.: AHU-Bahia (Avulsos), cx. 23, doc. 47. Bahia, anterior a 25 de junho de 1726.

³²⁶ Cf.: AHU-Bahia (Avulsos), cx. 23, doc. 50. Anterior a 28 de junho de 1726.

capacidade de manutenção de seus corpos militares. Evidentemente enfrentavam oposições por parte dos demais oficiais brancos, relutantes em aceitar a equivalência entre eles e os homens de cor livres enquanto militares servidores do Estado. Essa perspectiva foi reclamada pelos próprios requerentes ao demonstrarem insatisfação com o desprezo praticado por “oficiais menores quais são os ditos sargentos”. Ou seja, em termos militares, a patente de capitão os situava em posição hierárquica superior, não obstante integrarem um corpo de homens pardos.

O caso envolvendo os capitães pardos das ordenanças de Salvador, porém, é representativo de tensões presentes nos diversos espaços da América portuguesa onde existiam tais corpos militares, refletindo as incertezas quanto à manutenção dessas unidades. Significativa nessa direção foi a provisão régia de 13 de janeiro de 1731 que ordenou a extinção dos corpos separados de pardos e bastardos, determinando sua incorporação nas ordenanças de brancos. No ano seguinte, tal diretiva passou a incluir também os corpos de pretos, os quais, a partir de então, deveriam ser reunidos em unidades sob o comando de capitães-mores brancos. Apesar de originada tendo em vista o caso da capitania de Minas Gerais, por conta de um requerimento de confirmação de patente de capitão de uma companhia de pardos, ela foi aplicada para as demais capitanias. Como justificativa o Conselho Ultramarino ponderava que a existência dos corpos separados “pode ser em grande prejuízo desse Estado, e muito contra a quietação e sossego desses povos”.³²⁷ De acordo com Russell-Wood, durante a década de 1730 os negros e mulatos libertos de Minas Gerais foram agentes de inquietações nas altas instâncias governativas. Temia-se que pudessem causar violências e desestabilizar a ordem naquela que na época constituía a capitania mais importante da América.³²⁸ Apesar do contexto turbulento de Minas Gerais na primeira metade do século XVIII, tendo como um de seus principais estopins o elevado contingente de pessoas de cor libertas e livres, é possível alargar os significados dessa diretiva régia com vistas à processos comuns a outras regiões da América portuguesa.³²⁹ É plausível afirmar que as inquietações sugeridas pelo Conselho Ultramarino estivessem ligadas também às constantes demandas por reconhecimento de patentes e honras por parte dos militares de cor, as quais

³²⁷ Cf.: Carta régia de 13 de janeiro de 1731. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, v. 24, pp. 43-44. Para uma discussão sobre o impacto dessa ordem régia nas capitanias da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais ver a abordagem de SILVA, Luiz Geraldo. *Gênese das milícias...*, pp. 131-136. Também RUSSELL-WOOD discutiu a questão. *Escravos e Libertos...*, pp. 135-136.

³²⁸ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos...*, p. 132.

³²⁹ Sobre o contexto conturbado de Minas Gerais durante a primeira metade do século XVIII e a relação dessa conjuntura com a população de cor livre, ver: SILVEIRA, Marco Antonio. *Soberania e luta social: negros e mestiços libertos na Capitania de Minas Gerais (1709-1763)*. In: CHAVES, Cláudia M. das Graças; SILVEIRA, Marco Antonio (Orgs.). *Território, Conflito e Identidade*. Belo Horizonte: Argumentum, 2007. pp. 25-47.

poderiam ser entendidas como um possível fator de desestabilização das hierarquias sociais. Estas seriam incitadas por querelas entre pardos e brancos, tais como as evidenciadas nos requerimentos do capitão pardo da Bahia Miguel Mendes de Vasconcelos.

A ordem régia de 1731 não teve o efeito esperado e já em fins daquela década as companhias separadas por cor voltaram a ser admitidas como um padrão. Contribuíram para isso os pareceres de governadores que atestavam a boa conduta de tais corpos e, ao mesmo tempo, a necessidade de formá-los, pois em determinados lugares não havia homens brancos dispostos a servir. Mais significativa foi a intervenção dos homens de cor livres, que demandaram pelo retorno de suas unidades esforçando-se por demonstrar comprometimento com a ordem social. Este foi o caso dos integrantes dos Henriques da Bahia.³³⁰ Assim, no período inscrito entre a década de 1740 até o início das reformas ilustradas a estrutura dos corpos militares compostos por homens de cor livres retornara ao modelo do início do século. É de se presumir que os pardos livres continuaram arregimentados em companhias de ordenança. Em alguns lugares, como era o caso de Pernambuco, chegaram a constituir um terço de infantaria.³³¹

Fosse visando à manutenção do direito aos postos de comando das unidades militares, à garantia de privilégios tais como a isenção tributária, ou o resguardo das dignidades públicas atreladas ao exercício militar, as demandas dos homens de cor livres anteriores às reformas ilustradas já indicavam o potencial dos corpos militares como nichos de politização. A politização pensada para sociedades de Antigo Regime refere-se ao diálogo constante entre determinado grupo social e o Estado tendo em vista a prestação de serviços e, em contrapartida, a obtenção de privilégios e honras. Nesse sentido, pode-se afirmar que a integração em corpos militares proporcionava aos pardos livres a conquista de prerrogativas cujos efeitos em termos de distinção social excediam os limites da corporação, por isso os milicianos pretos/morenos e pardos podem ser compreendidos como integrantes de um grupo de pressão. No entanto, na época que antecedeu as reformas dos anos 1760, esses corpos militares encontravam-se constantemente sob o risco da desmobilização, instabilidade favorecida também pela falta de normatização. Somente após o fim da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) é que esse panorama começaria a mudar e com ele os militares pardos entrariam em um novo campo de experiências, fundamental para sua imersão na arena política dos anos finais do século XVIII.

³³⁰ SILVA, Luiz Geraldo. *Gênese das milícias...*, pp. 133-136.

³³¹ Cf.: “Ofício do governador da capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, ao secretário de Estado do Reino e Mercês, Sebastião José de Carvalho e Melo, remetendo os mapas demonstrativos das forças militares daquela capitania”. AHU-Pernambuco, cx. 89, doc. 7194. Recife, 2 de março de 1759.

Capítulo 2

Reformas Militares e os Caminhos da Politização Parda na Ibero-América

2.1. Introdução: o reformismo ilustrado das monarquias ibéricas

Os historiadores tendem a concordar que a época inscrita de meados do século XVIII a meados do XIX constituiu uma conjuntura de profundas transformações. Denominada de “era das revoluções”, “era das revoluções democráticas”, “era das revoluções atlânticas”, “modernidade”, a ideia subjacente a todas as designações é a de mudança.¹ Apesar das distinções teóricas e ideológicas entre os autores, todos se dedicam à compreensão dos processos que confluíram para a desestabilização da organização política, institucional e social característica do Antigo Regime. Trata-se, sobretudo, de um longo período de transição e, por isso, marcado pela coexistência, por vezes conflituosa, de referenciais pertencentes a estruturas históricas distintas.

Esse longo processo de transição foi caracterizado pelo desenvolvimento de sucessivas crises, manifestadas no acirramento dos enfrentamentos bélicos, em tensões entre a monarquia e setores da nobreza, na eclosão de revoltas envolvendo setores da população comum, bem como em revoltas escravas. As percepções sobre as crises levaram os estados europeus a implantar políticas reformistas que incidiram na estrutura política tradicional, sem necessariamente alterá-la profundamente. A face política desse movimento manifestou-se por meio do processo de fortalecimento do poder régio sobre os demais corpos constituintes da sociedade. As bases teóricas para a implantação das reformas eram provenientes do pensamento econômico e político da Ilustração em desenvolvimento na Europa. É constante entre os pesquisadores a percepção conforme a qual a compreensão dos processos de mudança estrutural em curso a partir de meados do século XVIII requer, necessariamente, a análise do impacto do ideário das Luzes.²

No interior desse amplo campo de discussões, os processos de dissolução dos sistemas coloniais atlânticos são interpretados como uma das grandes transformações do período. Dentre os fatores apontados como fundamentais para a eclosão das crises que minariam as bases dos sistemas coloniais, estão os conflitos bélicos entre os estados europeus. Embora as guerras constituíssem fenômeno intrínseco ao processo de formação dos estados modernos, a

¹ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994 (especialmente v. 2); GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e Independencias*. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Madrid: Editorial Mapfre, 1992; HOBSEBAWM, Eric J. *A era das revoluções: 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2010; KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 2009; PALMER, Robert R. *The age of the democratic revolution*. A political history of Europe and America, 1760-1800. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2014.

² MAXWELL, Kenneth. Hegemonias antigas e novas: o Atlântico ibérico ao longo do século XVIII. In: MAXWELL, Kenneth. *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 214.

partir do século XVIII elas foram ganhando novas proporções, seja em termos do tamanho dos exércitos, seja em termos de seu potencial de destruição.³ Nesse contexto, os territórios ultramarinos tornaram-se cada vez mais visados como alvos de disputas devido ao papel central que desempenhavam na articulação dos sistemas comerciais mundiais como fornecedores de gêneros agrícolas e matérias-primas para a indústria em desenvolvimento na Europa, e também como consumidores dos produtos europeus.

A Guerra dos Sete Anos (1756-1763), denominada por John Elliot como “una lucha por la hegemonía global entre Grã-Bretaña y Francia”, é concebida como um marco no interior desse processo, desencadeando fenômenos que levariam os impérios atlânticos à crise.⁴ Embora ligado a disputas no território europeu, a especificidade desse conflito deve-se às dimensões espaciais envolvidas na guerra, sendo apontado, inclusive, como a primeira guerra com contornos mundiais. O palco dos conflitos incluía a Europa, a costa ocidental africana, espaços localizados no Índico, América do Norte e Caribe. No que se refere às implicações para o mundo colonial americano, porém, foram as disputas entre britânicos e franceses na América do Norte os fatores de maior peso. A declaração de guerra em 1756 remonta a tensões iniciadas dois anos antes em decorrência das disputas entre ingleses e franceses pelo território de fronteira situado no vale do rio Mississippi. As conquistas territoriais obtidas pela Grã-Bretanha no decorrer da guerra, anexando o Canadá e produtivas ilhas caribenhas como a Martinica, consolidaram-na como a grande potência militar do Atlântico.⁵

A inserção das monarquias ibéricas nesse quadro de tensões significou o aprofundamento dos desequilíbrios de poder dos estados ibéricos em face da Grã-Bretanha e da França. Não obstante procurassem manter a neutralidade, Espanha e Portugal não tiveram condições de sustentar tal política. No caso espanhol, a renovação da aliança com a França por meio de um novo Pacto de Família em 1761 foi o estopim para sua entrada na guerra. As consequências para a Espanha foram sentidas após a declaração de guerra por parte da Grã-Bretanha, no início de 1762: em um duplo ataque, as forças britânicas conquistaram Havana e

³ Para uma discussão sobre a relação entre a formação dos estados modernos, as guerras e o acúmulo de capital em uma perspectiva de longa duração, ver TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus, 990-1992*. São Paulo: Edusp, 1996.

⁴ BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2010 (especialmente capítulo 1); ELLIOTT, John H. *Imperios del mundo atlántico: España y Gran Bretaña en América, 1492-1830*. Madrid: Taurus, 2006; HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos, 1750-1850*. Madrid: Alianza Editorial, 1985 (principalmente primeira parte); MAXWELL, Kenneth. *Hegemonias antigas e novas...*; NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1989 (especialmente capítulo 1).

⁵ ELLIOTT, John H. *Imperios del mundo atlántico...* (especialmente capítulo 10).

Manila. A queda de Havana, baluarte do império espanhol na América, foi o mais evidente sintoma da fraqueza espanhola frente à nova configuração geopolítica do Atlântico. Já Portugal, em posição ainda mais frágil que a Espanha do ponto de vista militar e político, esteve ao lado da Grã-Bretanha, cuja postura manteria ao longo da eclosão dos futuros conflitos europeus.⁶

Com o fim do conflito, selado em 1763 pelo Tratado de Paris, o saldo da guerra significou um déficit financeiro de grandes proporções.⁷ Como consequência, os estados europeus envolvidos na guerra passaram a implantar políticas de aumento de impostos, dando origem às conflituosas reformas fiscais.⁸ Embora a paz estivesse firmada, as tensões militares permaneceram como uma preocupação constante no horizonte dos impérios atlânticos, exigindo a continuidade dos gastos com o sistema defensivo amparado na manutenção de exércitos permanentes. A partir do fim da guerra, parte substantiva da receita dos impérios britânico, francês e espanhol seria destinada à manutenção e ampliação do sistema defensivo, o que implicou a execução de um processo comum de redefinição das relações com seus territórios ultramarinos.⁹ Essa redefinição, amplamente demonstrada pela historiografia especializada, teve nas reformas fiscais um de seus traços mais característicos.

O reordenamento imperial do pós-guerra desencadeou um campo de profundas tensões, uma vez que o aumento da arrecadação implicava a ampliação da ingerência régia sobre privilégios e isenções tradicionais. No caso da Grã-Bretanha, essas tensões produziram fissuras na estrutura política que sustentava a coesão entre as colônias continentais da América e o centro imperial em Londres, desencadeando a série de eventos que levariam à declaração de independência e à formação dos Estados Unidos a partir de 1776. Como tem sido notado pela historiografia, os impérios ibéricos obtiveram maiores êxitos quanto à aplicação das reformas, mantendo a integridade imperial em um contexto de fragmentação dos impérios britânico e francês, com a independência das Treze Colônias e a revolução em Saint-Domingue, que levaria à formação do Haiti.¹⁰

⁶ HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Reforma y disolución...*, p. 75-76; MAXWELL, Kenneth. Hegemonias antigas e novas...; NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil...*, pp. 43-56.

⁷ Sendo um acordo de paz, o Tratado de Paris, embora confirmasse a vitória britânica, foi forjado objetivando conferir alguma vantagem aos estados envolvidos nos conflitos. No reordenamento territorial firmado, a Grã-Bretanha manteve o Canadá, mas devolveu as ilhas de Guadalupe e Martinica para a França; Espanha, em troca da devolução de Cuba, concedeu aos britânicos a Florida; a França, para compensar a aliança com a Espanha, cedeu a esta a Luisiana.

⁸ PALMER, Robert R. *The age of democratic revolution...*, pp. 114-117.

⁹ ELLIOTT, John H. *Imperios del mundo atlántico...* informações baseadas no capítulo 10.

¹⁰ HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Reforma y disolución...*, p. 9; Conforme Berbel, Marquese e Parrôn, após a deflagração da Guerra dos Sete Anos, os impérios britânico e francês entraram em um acentuado processo de crise, configurando o que os autores denominaram de “crise do sistema atlântico do Noroeste europeu”. Já os

Além de requerer elevados custos humanos e materiais, a Guerra dos Sete Anos aguçou entre os ibéricos a percepção da sua posição inferior no equilíbrio de poder que pendia favoravelmente ao predomínio econômico, geopolítico e militar da Grã-Bretanha e da França. O discurso do atraso espanhol e português não constituía novidade entre a intelectualidade e a alta administração ibéricas. Ainda no reinado de D. João V (1706-1750), os chamados estrangeirados – ministros e diplomatas portugueses residentes em outros reinos europeus – chamavam a atenção para o descompasso do reino lusitano em relação à indústria, agricultura e o sistema educacional das monarquias do noroeste europeu.¹¹ No caso espanhol, as perdas territoriais e de posições estratégicas na estrutura geopolítica da Europa após a Guerra de Sucessão (1702-1714) deram curso a uma série de reformas administrativas, implantadas com o objetivo de superar um estado de decadência e fraqueza.¹² No entanto, foi após 1763 que se intensificou o plano de reformas.

O que se observa, portanto, é a convergência entre as políticas de estado executadas pelas monarquias ibéricas a partir da década de 1760. Desse modo, a unidade da experiência histórica de Espanha e Portugal no contexto de transformações do século XVIII é conferida pela configuração comum de suas crises e pela adoção de planos de reformas que, em linhas gerais, propunham medidas muito semelhantes.¹³ O ordenamento político ibérico durante a segunda metade do século XVIII pode ser pensado como um dos fatores que conformaram as condições para a formulação de respostas semelhantes a um quadro de crise compartilhado. Ou seja, uma tendência ao fortalecimento do poder régio concomitante à permanência de traços característicos da cultura política da sociedade corporativa. A execução plena das reformas dependia diretamente do grau de ingerência régia sobre o ordenamento do Estado, o que entrava em choque com o ordenamento político tradicional, caracterizado pelos princípios da sociedade corporativa.

Nesse modelo de organização social de origem medieval, denominado também como sociedade de ordens ou estados, a sociedade era imaginada como proveniente de uma ordem universal e naturalizada, que dispunha os grupos sociais de forma hierárquica e desigual ao

impérios ibéricos, pertencentes a outro sistema histórico, conservaram suas estruturas políticas até o início da conjuntura das guerras napoleônicas. Sobre a tese dos autores sobre os tempos distintos das crises que afetaram os impérios atlânticos, ver: *Escravidão e política...* especialmente os capítulos 1 e 2.

¹¹ BOXER, Charles. *O império marítimo português, 1415-1825*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, pp. 369-371; MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: Paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 14.

¹² BRADING, D. A. A Espanha dos Bourbons e seu império americano. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*, v. 1. São Paulo/Brasília: EDUSP/Fundação Alexandre de Gusmão, 1998, pp.391-400.

¹³ ADELMAN, Jeremy. *Sovereignty and revolution in the Iberian Atlantic*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2006, pp. 22-33; BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política...*; HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Reforma y disolución...*, pp. 17-102; MAXWELL, Kenneth. Hegemonias antigas e novas...

atribuir-lhes funções e privilégios diferenciados. Em tal ordenamento, a função régia destinava-se, fundamentalmente, a garantir a harmonia entre os vários grupos constituintes da sociedade, “atribuindo a cada um aquilo que lhe é próprio, garantindo a cada qual o seu estatuto (‘foro’, ‘direito’, ‘privilégio’)”. Assim, as ações régias eram limitadas pelas autonomias político-jurídicas de cada grupo social e de cada ordem privilegiada.¹⁴ É sobre essa estrutura que muitas das ações reformistas iriam incidir, causando tensões sobretudo com setores da nobreza ciosos na defesa de suas posições de prestígio e poder. Não cabe aqui desenvolver essa discussão, mas é pertinente notar que a historiografia tem atribuído às ações contestatórias da nobreza parte do fracasso de muitas reformas propostas pelas monarquias ilustradas.¹⁵

Embora as monarquias buscassem consolidar uma nova percepção da estrutura social e do poder régio, aquela continuava a ser uma sociedade marcadamente hierárquica e desigual, baseada numa miríade de privilégios e isenções. Nesse sentido, o que os teóricos do absolutismo pleiteavam era a defesa do poder régio como o árbitro por excelência das distinções sociais, o que feria a ideia de uma ordem social naturalizada e imutável.¹⁶ Nesse contexto, as reformas ilustradas têm um duplo significado: eram, ao mesmo tempo, meio de concretização do processo de centralização monárquica então em curso e consequência da imersão da Espanha e de Portugal nos conflitos europeus. Isso permite sugerir que havia uma relação de interdependência entre o absolutismo monárquico e as reformas.

Os planos de reforma estabelecidos pelas monarquias ibéricas incidiam sobre cinco âmbitos principais: o econômico, o comercial, o político-institucional, o militar e o social. De modo geral, há uma preponderância de estudos sobre os três primeiros setores, destacando-se as políticas de fomento à industrialização manufatureira na Península, os esforços para fortalecer o comércio entre as metrópoles e as colônias, a quebra de certos monopólios – como o fim da exclusividade comercial do porto de Cádiz com o decreto de comércio livre (1778) – e o desenvolvimento da agricultura colonial. A questão fiscal era central a todas

¹⁴ Sobre a sociedade corporativa ou de estados na Espanha e em Portugal, ver: McALISTER, Lyle N. Social structure and social change in New Spain. *The Hispanic American Historical Review*, v. 43, n. 3, pp. 349-370, 1963, pp. 349-353; MARAVALL, José Antonio. *Poder, honor y élites en el siglo XVII*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1989, pp. 20-27; HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviatã: Instituições e poder político, Portugal – século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994, pp. 295-323; HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. O Antigo Regime (1620-1807). v. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 121-155.

¹⁵ KUETHE, Allan J. Carlos III, absolutismo ilustrado e imperio americano. In: KUETHE, Allan J.; MARCHENA, Juan F. (Eds.). *Soldados del Rey: el ejército borbónico en América colonial en vísperas de la Independencia*. Castelló de la Plana: Publicaciones de la Universitat Jaume I, 2005, pp. 17-30, pp. 21-22.

¹⁶ GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e Independencias...*, p.23; HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. A representação..., p. 141.

essas medidas, uma vez que o aumento das receitas do estado dependia diretamente da potencialidade comercial. No horizonte dos reformadores estava a superação dos desequilíbrios relativos às balanças comerciais dos estados ibéricos e, finalmente, a recuperação de suas posições no sistema econômico do Atlântico.¹⁷ Por outro lado, as reformas administrativas são compreendidas como políticas destinadas ao fortalecimento do poder régio sobre os demais corpos políticos. Nesse campo, a historiografia especializada nas reformas espanholas destaca a racionalização da burocracia estatal a partir da atuação de novas autoridades a serviço do estado, como os visitadores e os intendentess. A convergência da implantação dessas reformas com a ampliação da participação de espanhóis nos quadros da alta administração colonial tem sido interpretada como uma das condições que levariam ao aumento das tensões entre o mundo americano e a monarquia, constituindo fator de importância para o delineamento do processo de independência no início do século XIX. No caso português, o encaminhamento das reformas não teria produzido tensões profundas entre luso-brasileiros e portugueses, uma vez que as reformas administrativas eram conduzidas por uma política de conciliação entre os interesses da Coroa e os das elites locais.¹⁸

É importante destacar que, embora houvesse uma agenda comum entre as reformas espanholas e portuguesas, suas execuções não raro seguiram modelos diversos. A compreensão das causas estruturais dessas distinções constitui requisito imprescindível para a formulação de hipóteses explicativas sobre os encaminhamentos de Portugal e Espanha relativamente aos processos de desestruturação de seus sistemas coloniais. De forma geral, a historiografia destaca a disparidade de poder entre as monarquias ibéricas no que diz respeito às possibilidades de controle régio sobre os domínios ultramarinos. Assim, a diferença entre portugueses e espanhóis teria como principal fundamento a impossibilidade de Portugal controlar suas colônias de forma mais incisiva, permitindo a existência de espaços de acomodação e poder para as elites mercantis e agrárias. Embora essa problemática venha sendo discutida sobretudo a partir da ótica das reformas econômicas e administrativas, o tema aqui analisado, ou seja, o processo de inserção social e política dos pardos livres na Ibero-América do século XVIII e primeiras décadas do XIX, vincula-se a esse amplo campo de discussões. No entanto, a abordagem que será desenvolvida tem como foco as reformas

¹⁷ A bibliografia sobre os aspectos econômicos e comerciais das reformas ibéricas é vasta. Algumas das referências podem ser consultadas em NOVAIS, Fernando A. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 7, 1984; FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982; BRADING, D. A. *A Espanha dos Bourbons...*

¹⁸ HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Reforma y disolución...*; MAXWELL, Kenneth. *Hegemonias antigas e novas...*

militares e as reformas sociais e suas relações com a questão do *status* sociopolítico dos pardos livres.

Como já foi observado, o volume de trabalhos dedicados exclusivamente a esses dois campos de reformas é relativamente menor se comparado às análises que privilegiam os aspectos econômicos e administrativos. Embora exista uma tradição consolidada de pesquisas sobre as reformas militares nos espaços hispano-americanos, um número bem menor de trabalhos elegeu como objeto específico os corpos militares constituídos por morenos e pardos. No caso dos espaços luso-americanos, os debates sobre as reformas militares são relativamente recentes, destacando-se os estudos sobre os corpos não profissionais (auxiliares ou milícias e ordenanças). Por outro lado, as reformas sociais configuram o campo com o menor número de trabalhos. Destinadas a extinguir as barreiras legais entre os grupos sociais constituintes das sociedades ibéricas, ensejando um processo de homogeneização do corpo social, é amplamente aceito pelos historiadores que essas reformas não foram concretizadas.¹⁹ Conforme Halperín Donghi, as reformas sociais eram as mais ambiciosas e talvez por esse motivo não tenham passado de projetos.²⁰

De fato, até a crise do Antigo Regime, já sob a influência dos acontecimentos e dos ideais da Revolução Francesa, a estrutura social ibérica permaneceu ancorada em princípios de hierarquização que escalonavam os grupos de forma desigual. Esses eram os casos, por exemplo, das tradicionais cisões entre nobres e plebeus e entre limpos e impuros de sangue. Não obstante a forte oposição às reformas sociais e a constatação de que grande parte delas não tenha sido concretizada, o dado a ser problematizado é o potencial político das reformas em termos do impacto causado no aprofundamento e/ou difusão dos debates sobre o *status* jurídico de distintos segmentos sociais. No caso do objeto desta pesquisa, há indícios claros da conformação de um campo de debates sobre a inserção social e política dos pardos livres relacionado diretamente às reformas ilustradas. A delimitação da análise às reformas militares, por um lado, e, por outro, às reformas sociais justifica-se pelo entendimento conforme o qual elas relacionavam-se de modo direto à questão dos pardos livres.

Não se trata, porém, de uma discussão restrita à esfera das ideias, uma vez que se busca compreender a vinculação dos debates com as realidades social e material das sociedades ibero-americanas. Desse modo, a análise da imersão dos pardos livres no campo

¹⁹ MATTOS, Hebe. A escravidão moderna nos quadros do Império português: O Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: BICALHO, M. F.; FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; TWINAM, Ann. Repensando las reformas sociales de los borbones en las colonias, siglo XVIII. *El Taller de la Historia*, Cartagena de Indias, v. 5, n. 5, pp. 5-32, 2013.

²⁰ HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Reforma y disolución...*, p. 10.

político da Ibero-América será conduzida por três problemas centrais: o impacto das reformas ilustradas na configuração dos debates sobre o *status* jurídico e político dos pardos livres; a atuação dos pardos livres ao longo do século XVIII como demandantes junto ao Estado; os processos de mudança estrutural das sociedades ibero-americanas. Espera-se que as questões aqui discutidas contribuam para a compreensão das transformações que marcaram o fim do século XVIII e primeiras décadas do XIX, demonstrando que a problemática do lugar social e político das populações livres do mundo ibero-americano ligadas geracionalmente à escravidão foi parte constituinte do campo de tensões presente àquela época de transição.

2.2. A institucionalização das milícias reformadas

A intensificação do estado de beligerância no Atlântico sobretudo a partir da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) tornou imprescindível aos impérios ibéricos a modernização de seus sistemas militares. O papel central das guerras no processo de formação dos estados modernos teve como consequência o crescimento da estrutura militar, uma vez que a predominância política, comercial e econômica dependia, fundamentalmente, do poder de mobilização militar de cada estado.²¹ Em meados do século XVIII, Grã-Bretanha e França eram os Estados mais poderosos justamente por disporem de um aparelho de guerra robusto, tanto em termos humanos como em termos técnicos. Nesse contexto, o tamanho dos exércitos ampliou-se consideravelmente, o que pode ser lido como consequência direta da expansão dos espaços de guerra. Ao fim dessa guerra, era evidente que a balança de poder passava a pender favoravelmente à Grã-Bretanha. Se tradicionalmente os principais conflitos entre as potências europeias concentravam-se territorialmente no próprio espaço europeu, a partir da Guerra dos Sete Anos os territórios ultramarinos se tornaram alvos centrais das disputas.

As guerras constituem o motor das grandes transformações no campo militar, uma vez que, de modo geral, as épocas de intensificação dos conflitos trazem consigo intentos reformadores. O caso da estrutura militar dos impérios ibéricos ajuda a esclarecer essa relação. Em decorrência do aumento das pressões exercidas pelos estados do noroeste europeu a partir do século XVII, o império espanhol deixou de desfrutar do *status* de potência hegemônica, perdendo importantes posições na articulação das redes comerciais atlânticas e mundiais. Se em fins do século XVI expressões como “el mundo se puede andar por tierra de

²¹ TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados...*

Felipe” sintetizavam o poder alcançado pela monarquia hispânica, já em meados do século seguinte muitas das possessões ultramarinas haviam sido atacadas e fragilizadas. A imersão da Espanha em várias frentes de batalha também na Europa, especialmente a guerra de restauração portuguesa (1640-1668) e as ensejadas pelas pretensões aos reinos italianos, ajudariam a compor o cenário de crise que marcou a segunda metade do século XVII espanhol.²² A Guerra de Sucessão espanhola (1702-1714), que terminou com a ascensão da dinastia borbônica ao trono, além de comprometer sensivelmente as finanças, evidenciou a necessidade de reformar a estrutura militar. Essa tarefa dependia da expansão e modernização do exército profissional. É nesse sentido que as primeiras reformas militares borbônicas foram implantadas ainda no início do século XVIII, substituindo os tradicionais *Tercios* por formações baseadas em Regimentos.

No caso português, os esforços de expansão e modernização das forças militares foram marcados por avanços e retrocessos. A historiografia tem observado que a relativa neutralidade portuguesa no quadro de disputas entre as monarquias europeias permitiu que os investimentos na estrutura militar fossem executados de forma lenta e gradual. Anteriormente à deflagração da Guerra dos Sete Anos, os conflitos de maior peso foram durante a Guerra de Restauração (1640-1668) contra o domínio espanhol e a Guerra de Sucessão espanhola (1702-1714). Nessas conjunturas, houve crescimento numérico do exército português, tendência que não se manteve em períodos de paz; após o término dos conflitos, seguia-se um intenso movimento de retração das forças permanentes.²³ Ressalte-se que a Espanha tradicionalmente foi o principal antagonista de Portugal, o que manteve suas histórias profundamente inter-relacionadas. A despeito da complexidade das relações entre os Estados europeus, marcadas por alianças constantemente forjadas e dissolvidas, é notável que os planos de reforma militar implantados pela monarquia portuguesa estiveram invariavelmente conectados com as pretensões expansionistas da Espanha. No ultramar, essas disputas tiveram como alvo privilegiado os limites territoriais, transformando sobretudo o sul do território americano em um campo permanente de tensões. Anteriormente à eclosão da Guerra dos Sete Anos, porém, estava em curso um esforço de pacificação entre as monarquias espanhola e portuguesa que pretendia resolver as disputas pelos territórios localizados nas fronteiras sul, oeste e norte da

²² BERBEL, M.; MARQUESE, R.; PARRON, T. *Escravidão e política...*, especialmente capítulo 1.

²³ GOUVEA, António Camões; MONTEIRO, Nuno G. A Milícia. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. vol. 4. Lisboa: Ed. Estampa, 1998, pp. 197-203.

América. Nesse contexto, a demarcação dos limites entre portugueses e espanhóis promovida pelo Tratado de Madrid (1750) significou a execução dessa política.²⁴

A imersão das Coroas ibéricas na Guerra dos Setes Anos a partir de 1761 quebraria o pacto selado em 1750, reabrindo os conflitos entre espanhóis e portugueses tanto na Europa como na América. A faceta ibérica da guerra configurou-se pelas investidas espanholas sobre os territórios portugueses: tentativa de invasão a Portugal (1762), tomada de Sacramento (1762) e ataque a capitania do Rio Grande de São Pedro (1763). Com o fim da guerra, a posse portuguesa sobre Sacramento foi restabelecida, porém a região meridional da América continuaria a ser alvo de disputas. Embora em lados opostos no conflito, o principal ensinamento da guerra foi o mesmo para a Espanha e Portugal: seus sistemas defensivos não eram suficientes para fazer frente à nova configuração das forças militares em atuação no Atlântico. Se Portugal viu seus territórios na América meridional serem atacados e invadidos pelos espanhóis sem grandes dificuldades, por outro lado a Espanha assistiu à queda de Havana diante do assalto britânico. O enquadramento ibérico no novo arranjo geopolítico do Atlântico instituiria as condições objetivas para a execução de planos de reformas comuns.²⁵ Assim, após o término da guerra, o que se observa é um forte entrelaçamento entre as medidas reformistas executadas pelas Coroas espanhola e portuguesa.

Tendo em vista esse amplo quadro de tensões é que se compreende a centralidade das reformas militares no conjunto das políticas de estado ibéricas. Para os burocratas do alto escalão da administração imperial, era evidente que a recuperação das posições de Espanha e Portugal perante o crescente poder britânico e francês passava, necessariamente, pelo reordenamento do sistema defensivo. A efetivação das reformas dependia, por um lado, da ampliação do efetivo militar e, por outro, da modernização estrutural do sistema defensivo. O caso da invasão de Havana pelos ingleses demonstra as disparidades de poder entre espanhóis e britânicos que tornaram evidentes a urgência das reformas. Não obstante as estimativas sobre as forças em combate variarem, grande parte dos levantamentos sugere que nessa ação militar o efetivo britânico pode ter chegado a um montante entre doze a quatorze mil homens, aos quais se somavam outras centenas de marinheiros alocados em aproximadamente duzentos navios, divididos entre navios de guerra e de transporte. Do lado espanhol, as estimativas indicam uma força sediada em Havana que não passaria de sete mil homens,

²⁴ SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. Portugal y Brasil: la reorganización imperial, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (Ed.). *História de América Latina*. Vol. 2 - América Latina colonial: Europa y América en los siglos XVI, XVII, XVIII. Barcelona: Editorial Crítica, 1990, pp. 152-158; REICHEL, H. J.; GUTFREIND, I. *Fronteiras e guerras no Prata*. São Paulo: Atual, 1995, p. 23.

²⁵ HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Reforma y disolución...*, MAXWELL, Kenneth. *Hegemonias antigas e novas...*; BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política...*

sendo que, destes, somente dois mil integrariam as forças regulares, ou seja, o exército. O restante era composto pela milícia, força de caráter auxiliar e integrada pela população civil natural da América. No que diz respeito ao aparato marítimo, a Espanha contava com apenas dezoito navios de guerra.²⁶

Embora Portugal não tenha sofrido ataques equiparáveis aos empreendidos contra a Espanha no Caribe, a queda de Havana forneceu um ensinamento compartilhado, demonstrando a superioridade naval e terrestre dos exércitos britânicos. A despeito da aliança que mantinha a vinculação de Lisboa a Londres, a ascensão britânica representava uma ameaça também aos portugueses.²⁷ No tabuleiro da geopolítica que foi sendo delineado no Atlântico a partir da Guerra dos Sete Anos, as movimentações militares de cada estado ecoavam em menor ou maior medida nos demais. Se a Grã-Bretanha e a França concentravam os maiores potenciais de poder e, portanto, suas ações incidiam de forma mais direta sobre os outros estados, unidades políticas como a Espanha e Portugal não podem ser considerados meros coadjuvantes. Nesse sentido vale destacar as inter-relações entre os impérios ibéricos. Sendo a Espanha o principal e mais direto antagonista de Portugal, é plausível sugerir que seu processo de reordenamento militar incidia diretamente sobre a experiência portuguesa, ainda que direcionado para fazer frente às investidas britânicas. Esse era o caso das disputas pelo domínio da fronteira meridional da América. Na documentação produzida por autoridades portuguesas há evidências da permanência das tensões militares entre espanhóis e portugueses na região sul após 1763.²⁸ Conforme a percepção lusitana, era necessário manter as praças da América bem guarnecidas em face da constante ameaça espanhola. Desse modo, o reordenamento militar português mantinha relações diretas com os desdobramentos das reformas militares espanholas, assim como com as disputas entre Grã-Bretanha e França pela hegemonia no Atlântico.

Não obstante os distintos graus de envolvimento de Espanha e Portugal nos conflitos atlânticos a partir da Guerra dos Sete Anos, de modo geral, seus planos de reforma militar

²⁶ KUETHE, Allan. *Cuba, 1753-1815*. Crown, Military, and Society. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1986, p. 16.

²⁷ Desde a ascensão de D. José I e, sobretudo, com o fortalecimento da posição política do marquês de Pombal a partir de 1755, o combate ao domínio inglês transformara-se em uma política de estado portuguesa mesmo que sua efetivação tenha sido velada. Sobre essa questão ver NOVAIS, Fernando A. O reformismo ilustrado luso-brasileiro...

²⁸ ALDEN, Dauril. The undeclared war of 1773-1777: climax of luso-spanish platine rivalry. *The Hispanic American Historical review*, v. 41, n. 1, pp. 55-74, 1961; SILVA, Luiz Geraldo; SOUZA, Fernando Prestes de; PAULA, Leandro Francisco de. A guerra luso-castelhana e o recrutamento de pardos e pretos: uma análise comparativa (Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, 1775-1777). In: SANTOS, A. C. de A.; DORÉ, A. (Orgs.). *Temas setecentistas: governos e populações no Império Português*. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, pp. 67-83, 2009; KÜHN, F. A fronteira em movimento: relações luso-castelhanas na segunda metade do século XVIII. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 25, n.2, p. 91-112, dez./1999.

seguiram princípios semelhantes. Era visão predominante entre os membros do alto escalão administrativo ibérico que a expansão do sistema defensivo dependia sobremaneira da inclusão de parcelas significativas da população civil nos quadros das forças armadas. Assim, o fomento das milícias foi a solução encontrada para fazer frente aos volumosos exércitos britânico e francês. Sem condições de manterem um amplo exército profissional, tanto por questões econômicas como pela falta de recursos humanos, o sistema miliciano adaptava-se perfeitamente às necessidades das Coroas ibéricas. A experiência secular no emprego desses corpos militares foi fundamental para a articulação das reformas pós-1763.

Como visto no capítulo anterior, empenhar a própria população na defesa das localidades foi prática corrente entre os ibéricos. Por não receberem soldo de forma contínua, essas organizações militares adaptavam-se às condições materiais dos estados em formação e, por isso, desde o século XVI foram emanadas ordens com o fim de criar e manter esses exércitos de reserva. Ao longo dos séculos XVI e XVII, as unidades mais comuns eram caracterizadas pela atuação restrita aos limites territoriais das vilas e cidades. Porém, paralelamente ao processo de fortalecimento do Estado, outro corpo miliciano foi ganhando força, tendo como fim a constituição de uma força auxiliar ao exército profissional. Eram as Milícias Provinciais, no caso espanhol, e as Tropas Auxiliares, no caso português. Foi este último modelo de milícia o referencial para as reformas de meados do século XVIII. O diferencial delas seria a possibilidade de deslocamento para além dos limites das vilas e o treinamento militar constante, permitindo que sua atuação pudesse dar-se em bases semelhantes às do exército regular.²⁹

Como diversos estudiosos têm demonstrado, a construção do Estado Moderno esteve diretamente relacionada ao desenvolvimento do aparato militar, pois o poder do Estado estava baseado na conquista de novos espaços de exploração. Nesse sentido, a expansão dos exércitos ao longo dos séculos XVI e XVII constituiria forte indicativo da relação de interdependência entre a formação dos Estados Modernos – baseados na centralização monárquica e unidade territorial – e as guerras. Conforme Charles Tilly, a força de um Estado era proporcional à força de seus exércitos. Não por acaso a Espanha de meados do século XVI

²⁹ Sobre a instituição das milícias na Península ibérica e na América ver SUAREZ, Santiago-Gerardo. *Las Milicias: Instituciones militares hispanoamericanas*. Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia; Fuentes para la Historia Colonial de Venezuela, 1984, pp. 58-110; GAY, José Contreras. Las milicias en el Antiguo Régimen. Modelos, características generales y significado histórico. *Chronica Nova*, n. 20, pp. 75-103, 1992; COSTA, André Alexandre da Silva. La Milicia, el Rey y la Guerra: La Corona de Portugal y el caso del Brasil meridional (siglos XVI-XVIII). In: RUIZ IBÁÑEZ, José Javier (Coord.). *Las milicias del rey de España*. Sociedad, política e identidad en las monarquías ibéricas. Madrid: FCE, Red Columnaria, 2009; RUIZ IBÁÑEZ, José Javier (Coord.). *Las milicias del rey de España*. Sociedad, política e identidad en las monarquías ibéricas. Madrid: FCE, Red Columnaria, 2009.

e primeiras três décadas do século XVII constituía um dos estados europeus mais poderosos.³⁰ Grande parte dessas análises, porém, negligencia ou relega a um espaço marginal o papel das milícias como parte constituinte do sistema militar dos Estados Modernos. Embora não seja possível generalizar a importância dessas unidades militares para todo o conjunto da Europa, é evidente que nos estados ibéricos elas foram elementos integrados ao sistema militar. Segundo José Javier Ruiz Ibáñez, essa negligência para com as milícias deve-se à divisão hierárquica entre história global e história local que orienta a perspectiva historiográfica dos pesquisadores. Esses estudos tendem a privilegiar o que consideram fatores estruturais e, por isso, os exércitos profissionais constituem seus objetos de interesse, pois eles estavam diretamente relacionados ao processo de centralização estatal; já as milícias seriam organismos ligados aos poderes locais, às forças centrífugas em relação ao domínio régio. De certo modo, defende-se que essas instituições vinculavam-se mais a estruturas de permanência do que as mudanças.³¹

A relativa marginalização das milícias também pode ser associada à circunscrição das análises ao ambiente europeu, onde parte significativa dos investimentos por parte dos Estados era destinada à manutenção do exército regular.³² Embora as milícias desempenhassem um papel importante na Europa, foi na América que se tornaram elementos fundamentais para a defesa do território. Como visto no capítulo anterior, no mundo ibero-americano parte substantiva da defesa recaía sobre a população civil. Cabe notar, porém, que o afluxo de capital a partir da exploração colonial tornou-se elemento central no processo de construção dos Estados Modernos na Europa, o que, por sua vez, estava diretamente relacionado ao financiamento das guerras. Nesse quadro sistêmico, a manutenção dos territórios ultramarinos foi tarefa de suma importância, o que torna as milícias ibero-americanas peças plenamente integradas no macroprocesso de centralização estatal. Assim, o componente político relacionado às milícias configurava-se pelo papel desempenhado na manutenção dos espaços americanos. Fosse pela atuação contra inimigos externos, fosse na manutenção da ordem interna, esses corpos militares eram esteios dos desígnios régios no ultramar. Como sugeriu José Ruiz Ibáñez, a dimensão política inerente à existência das milícias no mundo hispano-americano – o que pode ser estendido para a América lusa – era conferida por seu papel como conector entre o nível local e a monarquia, pois tais corpos

³⁰ TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus...*, pp. 136-137.

³¹ RUIZ IBÁÑEZ, José Javier (Coord.). *Las milicias del rey de España...*, pp. 9-12.

³² TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados...*; uma boa abordagem que insere o Ultramar na dinâmica da guerra entre os estados europeus pode ser consultada em BETHENCOURT, F. A administração da Coroa. In: BETHENCOURT F.; CHAUDHURI K. (Dirs.). *História da expansão portuguesa*. vol. I. Navarra: Temas e debates e autores, 1998.

militares sustentavam o poder régio nos mais distantes rincões do mundo colonial.³³ Esse pacto político era garantido por meio da concessão de privilégios aos milicianos, mecanismo que sustentava a vinculação desses vassallos ao Estado.

As discussões sobre a faceta política das milícias tendem a analisar a questão tendo em vista um problema principal: as tensões entre os poderes locais e o poder régio. Na prática isso se relacionava com a existência de corpos militares ligados à esfera de influência dos poderes locais, como as câmaras municipais e os cabildos, e de unidades militares subordinadas diretamente aos reis por meio de autoridades instituídas nas localidades, como os governadores. No caso espanhol, o primeiro grupo era composto pelas Milícias Urbanas e, no português, pelas Ordenanças; já o segundo modelo era formado pelas Milícias Provinciales e pelos corpos de Auxiliares. Observou-se ainda que, anteriormente às reformas da década de 1760, embora as monarquias buscassem fortalecer seu poder sobre os corpos milicianos, o modelo predominante eram as unidades vinculadas aos poderes locais. Nesse sentido, destacava-se a importância das Ordenanças e das Milícias Urbanas como *locus* de atuação das elites locais, como mecanismo de fortalecimento e reprodução de seu poder.³⁴

Porém, com a implantação das reformas militares após 1763, o modelo predominante passaria a ser o das milícias subordinadas às autoridades ligadas ao poder central. Cabe notar que essa mudança relacionava-se tanto com as necessidades de modernização das milícias em face dos desafios impostos às monarquias ibéricas pelos outros impérios coloniais, como com o processo de fortalecimento do poder régio. Nesse sentido, parte da historiografia tem observado que a proliferação dessas milícias seria vista com reservas por parte das elites locais, pois as reformas militares incidiam diretamente sobre a autonomia e privilégios de instituições como as câmaras e os *ayuntamientos*, retirando-lhes parcelas significativas de poder.³⁵

Interessa aqui, no entanto, problematizar as consequências das reformas militares para a configuração das milícias integradas por pardos e pretos/morenos. Mais especificamente,

³³ RUIZ IBÁÑEZ, José Javier (Coord.). *Las milicias del rey de España...*, p. 11.

³⁴ Para algumas considerações sobre essa questão, consultar MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Os corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII*. As capitânias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e a manutenção do império português no centro-sul da América. Tese – Doutorado em História. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2002, especialmente os capítulos 2, 5 e 6; COSTA, André Alexandre da Silva. *La Milicia, el Rey y la Guerra...*; SUAREZ, Santiago-Gerardo. *Las Milicias: Instituciones militares hispanoamericanas...*, pp. 58-110; RUIZ IBÁÑEZ, José Javier (Coord.). *Las milicias del rey de España...*, pp. 25-30.

³⁵ KUETHE, Allan. *Cuba, 1753-1815...*, pp. 60-61; MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Os corpos de Auxiliares e de Ordenanças...*

procura-se compreender se e sob quais termos as milícias reformadas implicaram mudanças no tipo de inserção política desses milicianos em relação à estrutura militar anterior.

* * *

A expansão das milícias foi o traço mais característico das reformas militares executadas pelas monarquias ibéricas após a Guerra dos Sete Anos. Se tradicionalmente eram os exércitos regulares as peças fundamentais para o êxito nas batalhas, a partir de 1763 as tropas auxiliares foram concebidas como uma solução viável às necessidades impostas aos ibéricos em decorrência da nova configuração de forças imperante no Atlântico. Isso não significa que o exército regular tenha deixado de ser o elemento estruturador das forças militares. Ao contrário, ao longo da segunda metade do século XVIII parte significativa das receitas régias era destinada a essa instituição, sobretudo no caso espanhol. Alguns pesquisadores sugerem que os recursos obtidos pela Coroa espanhola com as reformas fiscais e econômicas foram destinados quase em sua totalidade ao custeio do sistema militar, o que impediu, por exemplo, o desenvolvimento de áreas estratégicas para a recuperação efetiva do tesouro espanhol, tal como a indústria.³⁶ Contudo, as Coroas ibéricas não dispunham de condições financeiras e humanas para equiparar seus exércitos regulares às forças britânicas e francesas.³⁷ Foi nesse contexto que as milícias ganharam um novo *status*, tornando-se proeminentes em termos quantitativos, organizacionais e de privilégios.

Tal alternativa foi sugerida logo no início das discussões sobre a reorganização militar espanhola, o que ocorreu imediatamente ao término da guerra. Nesse quadro de tensões, a defesa dos espaços americanos tornou-se um objetivo de primeira ordem, amplamente discutido nas instituições envolvidas com a administração ultramarina, notadamente os Conselhos de Guerra e de Estado. A primeira região a ser contemplada seria Cuba, palco da mais dura derrota militar espanhola, imposta pelo já referido ataque britânico. Dentre as propostas discutidas, a elaborada por Ambrosio Funes de Villalpando, o conde de Ricla, ganhou destaque. Militar e burocrata espanhol, seu plano de reordenamento militar para Cuba teve boa acolhida na Corte, fato que o levaria a ser nomeado governador e capitão general de

³⁶ GOUVEA, António Camões; MONTEIRO, Nuno G. A Milícia...; KUETHE, Allan J. Carlos III, absolutismo ilustrado e império americano...; BRADING, D. A. A Espanha dos Bourbons..., pp. 402-403.

³⁷ Dados para o início do século XVIII sugerem que a Espanha contava com um exército de aproximadamente 50 mil homens, a França 400 mil e a Inglaterra 292 mil. Esses dados se referem aos contingentes sediados na Europa. Ver TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus...*, p. 137.

Cuba em março de 1763.³⁸ Para Ricla, o tradicional sistema de defesa cubano já não era suficiente para fazer frente ao tipo de ataque sofrido por Havana. A articulação de resistentes fortalezas com efetivos do exército regular não bastava para conter as forças militares em atuação no Atlântico. Para fazer frente ao poder britânico era necessário o empenho da população civil por meio da implantação de um sistema de milícias reformado, disciplinado.³⁹

No caso português, recorrer às milícias conformava opção ainda mais evidente. Viu-se no capítulo anterior que o emprego militar da população civil transformou-se em prática difundida e recorrente desde as guerras do século XVII pela restauração do domínio português no nordeste. Nas capitanias mais importantes, foram sendo instituídos Terços de Ordenanças que agregavam parte importante da população masculina das vilas e cidades. No contexto das reformas militares de meados do século XVIII, uma instrução aos governadores coloniais indicava os motivos que levaram Portugal a lançar mão das populações nativas para a defesa dos territórios ultramarinos: 1) Portugal era um pequeno reino, mas seus domínios ultramarinos estavam presentes nas quatro partes do mundo. Assim, não era possível defender-se a si próprio e, ao mesmo tempo, as colônias; 2) nenhuma “potência do universo” tentou defender suas colônias com “as únicas forças de seu próprio continente”; 3) que as colônias sempre foram obrigadas a sustentarem a própria defesa e, por isso, “as principais forças que hão de defender o Brasil são as do mesmo Brasil”. A eficiência das tropas integradas pelos naturais do Brasil seria atestada por campanhas como as da Restauração de Pernambuco diante do domínio holandês, pela defesa aos ataques franceses ao Rio de Janeiro no início do século XVIII e pelas lutas contra o avanço espanhol no Prata.

Embora os habitantes do Brasil devessem ser incorporados tanto nas Tropas Regulares como nas Auxiliares, era este último modelo o mais adequado às condições humanas e financeiras do Brasil. Conforme a percepção expressa pela Coroa, caso houvesse excessivo número de Tropas Regulares, o Brasil deixaria de cumprir sua função primordial como “um país que só deve constar de colonos e cultivadores” e passaria a ser um “estabelecimento de guerra”. Por isso, as Tropas Auxiliares deveriam formar a principal defesa das capitanias: “porque os habitantes de que se compõem os mesmos corpos são os que em tempos de paz cultivam as terras, criam os gados, e enriquecem o país. E em tempos de guerra são os que defendem seus bens, as suas casas, e as suas famílias das hostilidades e invasões inimigas”.⁴⁰

³⁸ KUETHE, Allan. *Cuba, 1753-1815...*, p. 29.

³⁹ Cf.: Discurso de Ricla, 20 de janeiro de 1763. AGI, Santo Domingo, leg. 2116. *Apud* KUETHE, Allan. *Cuba, 1753-1815...*, p. 25.

⁴⁰ Cf.: Instrução de Martinho de Melo e Castro para Luis de Vasconcelos. Salvaterra de Magos, 27 de janeiro de 1779. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Século XVIII, século pombalino do Brasil*. Rio de Janeiro: Xeróx,

Cabe destacar que essas reflexões dialogavam diretamente com a recém-lançada ordem régia que determinou a criação e expansão dos corpos de Ordenanças e de Auxiliares para toda a América portuguesa. Ou seja, a base do sistema defensivo na América seria composta em sua grande parte pela população civil.

Observa-se, portanto, que tanto a Espanha como Portugal articularam suas reformas militares na América tendo como fundamento a expansão e treinamento das Milícias. Cabe destacar que parte significativa da população era composta por negros, índios e mestiços das mais distintas origens. Viu-se no primeiro capítulo que essas populações ocupavam um importante espaço em Cuba, nas regiões costeiras do Vice-Reino de Nova Granada e na Capitania Geral da Venezuela. Já na América portuguesa, devido ao peso da escravidão africana e aos processos de mestiçagem, negros e pardos conformavam um segmento social que variava de 30 a 50 por cento do total da população livre dependendo da localidade. Desse modo, a expansão do sistema defensivo americano, necessariamente, teria que contemplar tais segmentos sociais. Além das condições demográficas, a existência secular de corpos militares integrados por pretos/morenos e pardos em ambas as regiões consistiu em fator de peso para a criação de unidades militares integradas por eles no contexto das reformas. Analisar como e sob quais termos esses corpos foram estabelecidos é requisito imprescindível para que se possa compreender a vinculação entre a Milícia e a esfera política relacionada à experiência dos pardos ibero-americanos.

A execução das reformas se deu por meio de duas peças legais: o *Reglamento para las Milicias de Infantería y Caballería de la isla de Cuba* (1769) e pela *Carta Régia de 22 de março de 1766*. Embora destinadas à mesma finalidade, ou seja, reestruturar o sistema defensivo americano por meio do fomento das milícias, seus contornos institucionais são distintos. O *Reglamento* cubano é um documento extenso, composto de onze capítulos e dezenas de artigos que visavam instituir as milícias a partir de diretrizes claras e objetivas. A *Carta Régia de 1766*, por sua vez, é sintética e apresenta-se mais como um documento de orientação cuja principal função era ordenar o recrutamento do maior contingente populacional disponível. Observou-se que as discussões que deram origem ao *Reglamento* de 1769 foram iniciadas imediatamente após o acordo de paz que deu fim à Guerra dos Sete Anos. De 1763 até a publicação oficial do *Reglamento* houve intensa conversação entre as autoridades de Madrid e os oficiais responsáveis pela implantação da reforma em Cuba,

1989, pp. 753-754; Memória sobre os corpos de Auxiliares da capitania de Minas Gerais. AHU-Minas Gerais, cx. 87, doc. 48. Posterior a 22 de março de 1766. Esse documento foi citado também por MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Os corpos de Auxiliares e de Ordenanças...*, pp. 142-143.

notadamente o conde de Ricla, nomeado capitão general de Cuba, e o marechal de campo Alejandro O'Reilly, nomeado subinspetor geral da milícia e das tropas regulares.⁴¹ Conforme observado por Allan Kuethe, Ricla e O'Reilly foram responsáveis pela criação de uma peça legal que seria referencial por quase um século em Cuba e que foi aplicada diretamente em outras regiões da América espanhola ou serviu como um guia para a elaboração de seus próprios *reglamentos*.⁴²

Um primeiro aspecto a ser observado sobre o *Reglamento* diz respeito ao controle sobre o processo de arregimentação e formação das milícias. Já no primeiro capítulo apresentam-se os contornos numéricos da nova formação. Estabelece-se a criação de cinco batalhões de infantaria de brancos; dois batalhões de pardos livres, um em Havana e outro em Santiago de Cuba e Bayamo, ao oriente da ilha; um batalhão de morenos livres em Havana; um regimento de Cavalaria em Havana e um regimento de Dragões em Matanzas.⁴³ Como se verá em outro momento desta análise, no que concerne aos corpos integrados por pardos, não houve expansão do quadro numérico em termos da formação de novos batalhões ao longo das décadas finais do século XVIII. Conforme Juan Marchena Fernández, desde o início das reformas em Cuba estava determinado que a criação de novas unidades militares poderia ocorrer apenas sob a forma de companhias soltas ou companhias urbanas. Ou seja, a ordem era para que não houvesse formação de nenhum batalhão a mais do que aqueles que estavam previstos no *Reglamento* de 1769.⁴⁴

Em relação aos postos de comando, estabeleceu-se que todos os batalhões, independente se de brancos, pardos ou morenos, contariam com uma “plana mayor” integrada por oficiais oriundos da Tropa Veterana. Eram, sobretudo, as funções de sargento mayor e de ayudante, destinadas ao treinamento técnico das tropas, que, em função disso mesmo, eram reconhecidas como postos de prestígio e poder. Os batalhões de pardos e morenos, porém, contavam com a peculiaridade de possuírem duas “planas mayores”, uma formada por oficiais da Tropa Veterana, a chamada “plana mayor de blancos”, e outra por seus próprios milicianos, a “plana mayor de pardos e morenos”. A primeira compunha-se de um subinspector com graduação de ayudante mayor, quatro ayudantes e cinco garzones. Já a “plana mayor” parda ou morena era integrada por um comandante, dois abanderados, um tambor

⁴¹ Para uma boa análise sobre o processo de formulação do *Reglamento* ver: KUETHE, Allan. *Cuba, 1753-1815...*, especialmente o capítulo 2.

⁴² KUETHE, Allan. *Cuba, 1753-1815...*, p. 37.

⁴³ Cf.: *Reglamento para las Milicias de Infantería y Caballería de la Isla de Cuba*. Aprobado el 19 de enero de 1769. Lima: Imprenta de la Real Casa de los Niños Expósitos, 1793.

⁴⁴ MARCHENA FERNÁNDEZ, Juan (Coord.); CABALLERO GÓMEZ, Gumersindo; TORRES ARRIAZA, Diego. *El ejército de América antes de la independencia: ejército regular y milicias americanas, 1750-1815: hojas de servicio, uniformes y estudio histórico*. Madrid: Fundación Mapfre Tavera, (CD-Rom), 2005, p. 156.

mayor, um cabo de gastadores, seis gastadores e oito pífanos. Cada batalhão era formado por nove companhias, compostas por cerca de noventa integrantes. A hierarquia de cada companhia tinha o capitão como o posto máximo, seguido pelo tenente, subtenente, sargento (1º e 2º), tambor, cabo (1º e 2º) e soldados. Tanto os integrantes da “plana mayor” de pardos como os membros das companhias eram da mesma cor que o regimento, mas todos estavam subordinados à ingerência dos oficiais brancos da “plana mayor” veterana.⁴⁵

Além de se incubirem do treinamento técnico dos batalhões de pardos e morenos, a existência da “plana mayor” de brancos estava ligada a mecanismos de controle sobre as milícias de cor. Aos sub-inspectores cabia a “disciplina, policía y exactitud del servicio en los Batallones de Pardos y Morenos”.⁴⁶ Desse modo, o papel atribuído aos comandantes da “plana mayor” de pardos e morenos era subordinado aos oficiais da “plana mayor” de brancos, embora o *Reglamento* afirmasse que “los comandantes de los Batallones de pardos y morenos tendrán en sus respectivos cuerpos la misma autoridad que los demás jefes de Ejército”. Os comandantes pardos e morenos tinham prerrogativas para prender qualquer miliciano do batalhão que “no cumpla con su obligación, que no obedezca sus ordenes, y que no les guarde en todo el debido respeto”.⁴⁷ A cadeia de comando dos regimentos de pardos e morenos foi estruturada a partir de um sistema partilhado de poder, porém, sem equivalência hierárquica, pois os oficiais oriundos do Exército encontravam-se em posição superior: aos subinspetores e demais oficiais veteranos cabia sobretudo a disciplina técnica dos batalhões; aos comandantes pardos e morenos, a disciplina cotidiana e ordinária. Allan Kuethe, todavia, sugere que o reduzido número de oficiais veteranos nos batalhões de pardos e morenos conferia um papel prático bem mais significativo aos milicianos de cor do que ocorria nos batalhões de brancos, nos quais o quadro da oficialidade veterana era mais extenso.⁴⁸ Em outro momento desta tese veremos que a existência dessa dupla cadeia de comando nos regimentos de pardos e morenos constituiu fonte constante de conflito em algumas regiões, gerando discussões sobre a pertinência do posto de comandante ao longo das décadas de 1780 e 1790.

Além da possibilidade de ocupar postos de prestígio e poder na hierarquia de comando dos batalhões, pardos e morenos receberam um conjunto de privilégios e prerrogativas, muitos deles comuns a todos os milicianos, fossem brancos, pardos ou morenos. Aos oficiais

⁴⁵ Cf.: Quadro número 5. “Batallón de Pardos Libres de la Habana. Estado que manifiesta la fuerza y clases que componen las compañías y plana mayor del expresado batallón”. *Reglamento...*

⁴⁶ Cf.: *Reglamento...*, Capítulo II, § 34.

⁴⁷ Cf.: *Reglamento...*, Capítulo II, §13.

⁴⁸ KUETHE, Allan. *Cuba, 1753-1815...*, p. 43.

dos batalhões de pardos e morenos determinava-se que “serán tratados con estimación: a ninguno se permitirá ultrajarlos de palabra ni obra; y entre los de sus respectivas clases serán distinguidos y respetados”.⁴⁹ Outros privilégios estavam relacionados à dispensa do pagamento de taxas e licenças municipais.⁵⁰ Cabe destacar a isenção de taxas para “poner tiendas, vender cualquiera cosa, o trabajar en su oficio”.⁵¹ Essa disposição tocava diretamente aos pardos e morenos, uma vez que esses segmentos sociais, como visto no capítulo 1, compunham a principal força de trabalho dedicada aos ofícios artesanais. Dentre os privilégios ligados aos signos distintivos, destaca-se a possibilidade de um miliciano pardo ou moreno receber uma medalha de ouro ou prata com a Real Efigie em recompensa aos serviços prestados à Coroa.⁵² Por fim, o principal privilégio outorgado aos milicianos foi o *fuero militar*. Ele consistia em prerrogativa que determinava que o julgamento de causas civis e militares envolvendo milicianos seria executado em tribunais especiais, presididos pelos governadores ou por seus tenentes de governador, com direito à apelação ao próprio capitão general da Capitania Geral de Cuba.⁵³ Na prática, isso significava isentar os milicianos da justiça ordinária, localmente exercida pelos cabildos.⁵⁴

A partir da reestruturação militar da ilha de Cuba, as demais regiões da América espanhola foram sendo paulatinamente incluídas no plano de reformas articulado após o término da Guerra dos Sete Anos. Como observou Juan Marchena Fernández, esse movimento não foi homogêneo, seguindo temporalidades e delineamentos específicos em cada região.⁵⁵ Porto Rico e partes do Vice-Reino da Nova Espanha iniciaram seus processos de reforma concomitantemente ao de Cuba; já as reformas no Vice-Reino de Nova Granada e na Província da Venezuela ocorreram nos primeiros anos da década de 1770. A disseminação do sistema de milícias *regladas*, no entanto, se daria ao longo da década de 1780, período em que tocou as regiões interioranas do Vice-Reino de Nova Granada, chegando, por exemplo, à

⁴⁹ Cf.: *Reglamento...*, Capítulo IV, §12.

⁵⁰ Cf.: *Reglamento...*, Capítulo IV, § 6 (pagamento justo dos “repartimientos generales de los pueblos”); 7 (isentos do pagamento das taxas em casos de prisão).

⁵¹ Cf.: *Reglamento...*, Capítulo II, § 40.

⁵² Cf.: Petições dos comandantes Juan Bautista Lobaynas e Pedro Menéndez, respectivamente do batalhão de morenos e de pardos de Havana, para receberem a Real Efigie. Petições de 22 de fevereiro de 1765. AGI, Santo Domingo, leg. 2078. Sobre esse distintivo específico aos pardos e morenos, ver: CHAPEAUX, Pedro Deschamps. *Los batallones de pardos y morenos libres*. Habana: Instituto del libro, 1976, pp. 44-50.

⁵³ Cf.: *Reglamento...*, Capítulos X e XI.

⁵⁴ Análise clássica sobre o tema do *fuero militar* pode ser consultada em: MCALISTER, Lyle. *The “fuero militar” in New Spain, 1764-1800*. Gainesville: University of Florida Press, 1957.

⁵⁵ MARCHENA FERNÁNDEZ, Juan (Coord.); CABALLERO GÓMEZ, Gumersindo; TORRES ARRIAZA, Diego. *El ejército de América...*, pp. 112-113.

Quito.⁵⁶ No Vice-Reino de Nova Granada, as primeiras cidades que receberam os esforços de reforma foram Cartagena e Panamá, juntamente com suas regiões circundantes (respectivamente Barranquilla, Mompóx, Lórica e parte de Río Hacha; Nata e Portobelo). Por volta de 1779, as milícias de Nova Granada somavam um contingente de 14.580 homens, dos quais 7.482 pertenciam à Cartagena 3.048 ao Panamá, 2.650 à Guayaquil e 1.450 à Popayán, estas últimas pertencentes ao comando militar de Quito.⁵⁷ Cabe destacar que a maior parte do efetivo miliciano do vice-reino compunha-se de companhias soltas, ou seja, não institucionalizadas sob a forma de batalhões. Em relação aos corpos de pardos, foram criados quatro batalhões, os quais eram sediados em Cartagena, Nata (jurisdição do Panamá), Panamá e Guayaquil.⁵⁸ Essas milícias foram organizadas conforme o modelo estabelecido no *Reglamento* cubano até que um *Reglamento* específico ao Vice-Reino de Nova Granada fosse instituído, em 1794.⁵⁹

Já na Província da Venezuela – que a partir de 1777 passaria à condição de Capitania Geral – a arregimentação militar foi iniciada ainda em 1763, com uma intensa expansão numérica, chegando ao montante de 32.874 homens em 1766. Nesse momento, essas milícias estavam organizadas sob a forma de companhias soltas e não integradas ao plano de reforma iniciado em Cuba. Somente a partir de 1771 é que o sistema militar venezuelano passou por reformulação, tendo seu quantitativo sensivelmente reduzido.⁶⁰ Em Caracas e região contígua foram institucionalizados três batalhões de brancos, três de pardos, em Caracas, Valencia e Aragua, e sete companhias soltas, sendo algumas de morenos.⁶¹ Assim como no Vice-Reino de Nova Granada, as milícias da Capitania Geral da Venezuela receberam um novo *Reglamento* na década de 1790.⁶²

Embora as Coroas de Espanha e Portugal estivessem inseridas no mesmo contexto de enfrentamentos bélicos e disputas no Atlântico, a reestruturação de seus sistemas defensivos foi conduzida institucionalmente de forma distinta, de modo a atender as particularidades de

⁵⁶ MARCHENA FERNÁNDEZ, Juan (Coord.); CABALLERO GÓMEZ, Gumersindo; TORRES ARRIAZA, Diego. *El ejército de América...*, pp. 156-170.

⁵⁷ MARCHENA FERNÁNDEZ, Juan (Coord.); CABALLERO GÓMEZ, Gumersindo; TORRES ARRIAZA, Diego. *El ejército de América...*, pp. 164. Para uma abordagem mais detida sobre as reformas no vice-reino, ver especialmente os capítulos 2 e 3 da tese de KUETHE, Allan J. *The military reform in the viceroyalty of New Granada, 1773-1796*. PHD – Dissertation, University of Florida, 1967.

⁵⁸ KUETHE, Allan J. *The military reform...*, pp. 45-46.

⁵⁹ Cf.: *Reglamento para las milicias disciplinadas de infantería y dragones del Nuevo Reino de Granada, y Provincias agregadas a este Virreinato*. Madrid: en la Imprenta de la viuda e hijo de Marín, 1794. Documento disponibilizado por Mauricio PUENTES CALA em: El reajuste del Ejército neogranadino y la promulgación del código de milicia de 1794. *Memorias*, Barranquilla, ano 9, n. 18, 2012.

⁶⁰ MARCHENA FERNÁNDEZ, Juan (Coord.); CABALLERO GÓMEZ, Gumersindo; TORRES ARRIAZA, Diego. *El ejército de América...*, p. 166.

⁶¹ Cf.: AGS, leg. 7199, 1. 1771-1773.

⁶² Cf.: AGS, leg. 7199, 33. 1796-1797.

cada caso. No caso português, o mais próximo do *Reglamento* foi a *Carta Régia de 22 de março de 1766*. Porém, como já foi observado, trata-se de uma peça legal genérica, cujo objetivo primordial consistia em arregimentar o maior número possível de pessoas para servirem nos corpos Auxiliares. A ordem régia foi encaminhada a todos os governadores e capitães gerais das capitanias americanas ordenando “alistar todos os moradores das terras da vossa jurisdição que se acharem no estado de poderem servir nas Tropas Auxiliares, sem exceção de nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos e libertos”.⁶³ Ao contrário do plano elaborado para a reforma cubana, a Carta Régia deixava ampla margem de ação aos governadores, conferindo-lhes independência na constituição dos corpos militares: “formareis os Terços de Auxiliares e Ordenanças, assim de cavalaria como de infantaria, que vos parecerem mais próprios para a defesa de cada uma das comarcas dessa capitania”. Se nos domínios espanhóis estabeleceu-se previamente o quantitativo para as milícias, impossibilitando a expansão do número de batalhões, na América portuguesa a disseminação dos corpos Auxiliares e igualmente das Ordenanças contava com ampla elasticidade. Esse campo relativamente mais flexível contribuiu para que as cifras das milícias alcançassem números impressionantes ao longo das últimas décadas do século XVIII.

Assim como no plano reformista espanhol, o treinamento técnico das Tropas Auxiliares era conduzido por oficiais oriundos da tropa paga, que assumiriam nas milícias o posto de sargento-mor. A peculiaridade da América portuguesa, porém, devia-se ao fato de que, a despeito da determinação régia, na prática muitos sargentos-mores não provinham das Tropas Pagas. No caso dos corpos de pardos e de pretos, essa possibilidade é ainda mais significativa, uma vez que esse cargo era um dos mais importantes no interior da hierarquia militar – ao lado do posto de ajudante –, além de ser remunerado com soldo equivalente ao dos oficiais de mesma patente das tropas pagas. Cabe sublinhar que, na América portuguesa, além de um oficial preto ou pardo poder contar com a possibilidade de ascender até o importante posto de sargento-mor, o soldo era igualado ao dos demais oficiais brancos. No *Reglamento*, a questão dos soldos foi tratada de modo diferente, reiterando uma hierarquização entre os oficiais brancos, pardos e morenos: os brancos recebiam mais, seguidos dos oficiais pardos e, por último, os oficiais morenos. Fica evidente que esse ordenamento constituía mecanismo para afirmar as distinções de *status* social e consideração que moldavam a estrutura social hispano-americana. Esse é um dos aspectos para o qual se

⁶³ Cf.: AHU-Bahia (Castro e Almeida), cx. 73, doc. 14013.

deve atentar a fim de que se possa compreender que a configuração das milícias na América portuguesa foi distinta da América espanhola em muitos aspectos.

Na América portuguesa, o “estado maior” dos Terços de Auxiliares, equivalente à “plana mayor” espanhola, tinha ao topo o posto de mestre de campo, seguido pelo de sargento-mor e de ajudante. Ao contrário da estrutura espanhola, existia apenas um estado maior e ele não era necessariamente monopolizado por oficiais brancos. O posto de mestre de campo podia ser exercido por oficiais pretos e pardos. Na América espanhola, o posto de comandante ocupado por oficiais pardos e morenos, embora gerasse privilégio e destaque social para os indivíduos nele investidos, não era equivalente ao de coronel ou mestre de campo. Juan Marchena Fernández chamou a atenção para a singularidade dos casos de homens de cor ocupando o posto de coronel nas milícias hispano-americanas. Conforme o historiador, o posto era majoritariamente ocupado por pessoas de qualidade nobre, tendo-se registro de oficiais de cor ocupando o posto apenas em Lima e na capital mexicana.⁶⁴ Outro dado que demonstra as limitações impostas aos pardos e morenos nos espaços hispano-americanos diz respeito aos entraves ao recrutamento de soldados pardos e morenos para as Tropas Regulares no século XVII.⁶⁵ Tardamente, já em meados do século XVIII, um oficial veterano do Panamá observava que os pardos “[...] están declarados en la Ordenanza General del Ejército por de extracción infame prohibiéndoles por esta causa ser admitidos en el Ejército en la clase de soldado [...]”.⁶⁶ Na América portuguesa, ao contrário, soldados pardos compunham parte significativa das fileiras das Tropas Regulares, sem, no entanto, poderem ascender aos postos do alto comando. A experiência militar adquirida nessas tropas eventualmente poderia ser empregada para pleitear postos de comando nos corpos auxiliares exclusivos aos pardos.

Assim, pode-se afirmar que o processo de expansão dos corpos Auxiliares na América portuguesa no bojo do reformismo das décadas de 1760 e 1770, manteve contornos tradicionais, seguindo práticas historicamente instituídas. Desde as guerras contra o domínio

⁶⁴ MARCHENA FERNÁNDEZ, Juan (Coord.); CABALLERO GÓMEZ, Gumersindo; TORRES ARRIAZA, Diego. *El ejército de América...*, p. 239. Sobre o caso da capital mexicana, ver o interessante estudo de VINSON III, Ben. *Bearing Arms for His Majesty: The Free-Colored Militia in Colonial Mexico*. Stanford, California: Stanford University Press, 2001. Especialmente capítulo 2; do mesmo autor: Los milicianos pardos y la relación estatal durante el siglo XVIII en México. In: ESCAMILLA, Juan Ortiz (Coord.). *Fuerzas militares en Iberoamérica, siglos XVIII y XIX*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos; Veracruz: Universidad Veracruzana, 2005, pp. 47-60.

⁶⁵ Cf.: *Recopilación de Leyes de Indias*, Libro III, título X, ley XII: “Que no se asienten plazas a mulatos, morenos y mestizos”. Essa lei foi promulgada pela primeira vez em 1643, sendo reafirmada sucessivamente até 1654 e constando na primeira edição da *Recopilación*, que é de 1680.

⁶⁶ Cf.: Representação do subinspetor do Batalhão de pardos do Panamá, D. Joseph Matos, para D. Félix Martínez Malo. 31 de outubro de 1779. AGN-CO, SC, Milicias y Marina, 37, 40.

holandês no nordeste, a partir do exemplo memorável de Henrique Dias, os homens de cor poderiam ocupar o posto máximo na hierarquia de comando de suas unidades. Ao longo do tempo, o costume transformou-se em patrimônio de todos os homens de cor livres que integravam corpos militares na América portuguesa. Conjuntamente à tradição, fatores de ordem estrutural permitiram que essa prática se enraizasse e fosse institucionalizada, tais como a endêmica escassez de homens brancos aptos ao serviço militar, a fragilidade numérica de Tropas Regulares vindas de Portugal e a existência de ampla camada composta por homens livres egressos do cativeiro.

As unidades constitutivas dos Terços de Auxiliares na América portuguesa, assim como dos Batalhões milicianos nos espaços espanhóis, eram as companhias. Eram dirigidas pelos capitães, abaixo dos quais se seguiam tenentes, alferes, sargentos, furriéis, porta-bandeiras, cabos, pífanos, tambores e, por fim, os soldados. Os homens de cor estavam habilitados a ocupar qualquer um dos postos, sem que isso, no entanto, fosse questão isenta de disputas e controvérsias. Assim, pretos e pardos poderiam ocupar todos os escalões da hierarquia dos corpos militares denominados Auxiliares, desempenhando funções centrais como as de mestre de campo, sargento-mor e ajudante. Essa possibilidade dotou as milícias da América portuguesa de um caráter peculiar, garantindo espaços de atuação política aos oficiais pretos e pardos dificilmente encontrados nas regiões do Caribe espanhol aqui analisadas. Com isso não se está sugerindo que as milícias hispano-americanas não proporcionassem aos pardos e morenos espaços de atuação política, mas que a configuração das milícias na América portuguesa garantia um campo de ação mais amplo aos oficiais pardos e pretos. Embora as possibilidades de acesso de pardos e pretos aos postos mais importantes dos Terços e Regimentos variassem de região para região, os precedentes geravam em quase todas elas um campo de expectativas praticamente ausente nos espaços hispano-americanos.

Em termos dos privilégios outorgados às novas Tropas Auxiliares, a Carta Régia igualmente seguiu o que estava assentado pela tradição e pela legislação antecedente. A única menção a gratificações diz respeito aos uniformes e às divisas: “que possam usar assim os ditos oficiais como os soldados de uniformes, divisas e caireis no chapéu, somente com a diferença de que as divisas e caireis dos oficiais podem ser de ouro ou de prata, e as dos soldados não passarão de lã”.⁶⁷ É possível inferir que, em termos de privilégios, o referencial era o alvará de 1645 que instituiu os privilégios dos auxiliares. Dentre as onze prerrogativas,

⁶⁷ Cf.: Carta Régia de 22 de março de 1766. AHU-São Paulo (Mendes Gouveia), cx. 24, doc. 2354.

destaca-se aqui a primeira delas, que isentava os soldados de algumas taxas e “encargos dos Conselhos”.⁶⁸ Evidencia-se, desse modo, que os novos corpos de Auxiliares não contavam com uma legislação renovada, situação totalmente oposta ao *Reglamento*. Como se viu, o principal privilégio concedido às milícias em Cuba, bem como nas demais regiões, foi o direito ao foro militar. Na América portuguesa, essa prerrogativa era incerta, pois, embora estivesse prevista para os oficiais das Tropas de Linha em Portugal desde 1763, sua validade efetiva para as Tropas Auxiliares foi alvo de contestações até pelo menos o início do século XIX.⁶⁹

O caráter conciso da Carta Régia de 1766 acerca de vários aspectos indica uma característica estrutural do ordenamento militar da América portuguesa: no pós-guerra dos Sete Anos, estava claro para a monarquia a necessidade de formar um sistema defensivo robusto, integrado pelo maior contingente populacional possível. O modo pelo qual esse objetivo seria alcançado, por sua vez, constituía matéria a ser discutida ao longo do processo. Havia, portanto, um campo aberto de possibilidades, as quais seriam definidas de acordo com fatores de ordem diversa. Aos governadores e capitães gerais, como ordenava a Carta Régia, cabia ajustar as ordens régias ao que considerassem mais apropriado para suas capitanias. Não se tratava, porém, de ações arbitrárias e totalmente autônomas, uma vez que todas as resoluções deveriam passar pelo crivo dos conselheiros régios e, por fim, pelo próprio rei. Pode-se afirmar, assim, que os contornos da estrutura militar foram sendo delineados paulatinamente, em um processo composto por múltiplas forças: pareceres e propostas de governadores, demandas e pressões dos militares, necessidades de defesa perante eventuais ataques externos e distúrbios internos, pareceres e opiniões dos conselheiros régios, posição do rei.

O provimento dos postos de comando ilustra bem essa dinâmica. Alguns meses após a publicação da Carta Régia, o governador de Pernambuco, Conde de Vila Flor, escrevia ao rei informando já ter iniciado o estabelecimento dos corpos de Ordenança e os Terços Auxiliares. Declarava ter dúvidas acerca do provimento dos postos de ajudante e de sargento-mor, assim como em relação ao pagamento dos ditos oficiais.⁷⁰ As recomendações régias foram informadas por aviso de 30 de março de 1767, por meio do qual se determinou que esses oficiais percebessem soldo idêntico aos oficiais de mesma patente das Tropas Pagas. Por

⁶⁸ Cf.: Alvará de 24 de novembro de 1645. In: SILVA, José Justino de Andrade e. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa (1640-1647)*. Lisboa: Imprensa de F. X. de Souza, 1856.

⁶⁹ Cf.: Lei de 21 de outubro de 1763. In: *Systema ou Collecção dos Regimentos Reaes*, Tomo Quinto. Lisboa: Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1789.

⁷⁰ Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 104, doc. 8064. Recife, 5 de dezembro de 1766.

outro lado, conde de Vila Flor expressava dúvidas quanto ao provimento dos referidos postos nos Terços de Auxiliares de pretos e pardos, ao que ordenou o rei que fossem ocupados pelos oficiais dos mesmos Regimentos, ou seja, por oficiais pretos e pardos. A justificativa para a medida se referia à tradição: “não sendo isto novo nessa capitania, porque Henrique Dias e Antonio Felipe Camarão rolavam com todos os oficiais brancos, sem que ninguém lhes disputasse a igualdade, como estão bem cheias as histórias”.⁷¹ Por outro lado, na capitania do Rio de Janeiro, desde o governo do vice-rei Lavradio (1769-1778), os postos de sargento-mor e ajudante tradicionalmente foram ocupados por homens brancos provenientes da Tropa Regular.

Após o envio da Carta Régia de 1766 aos governadores e capitães gerais das capitanias americanas, os novos Terços foram sendo criados progressivamente. Dentre eles, muitos de pretos e pardos, o que dependia das características demográficas de cada região. De acordo com os dados compilados por Fernando Prestes de Souza, as capitanias com o maior número de Regimentos milicianos nos anos iniciais do século XIX eram Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, Bahia e Ceará. As estimativas sugerem que nesse momento a América portuguesa contava com cerca de 122 Regimentos Auxiliares e apenas 21 Regimentos pertencentes à Tropa Regular ou Paga. Na prática, tratava-se de um contingente populacional que chegava a 87.600 indivíduos no caso das Tropas Auxiliares e 14 mil nas Tropas Pagas ou Regulares.⁷² Especificamente sobre os corpos integrados por pardos e pretos, observa-se que, tendencialmente, a maior parte das capitanias que abrigavam tais corpos possuía em média apenas um Regimento de pardos e um de pretos. Nesse caso se enquadram Paraíba, Ceará, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo (somente um de pardos) e Goiás. Já as capitanias de Pernambuco e Minas Gerais se destacavam por contar com um número maior de Regimentos de homens pardos e pretos, respectivamente quatro de pardos (incluindo um na comarca anexa de Alagoas) e dois de pretos, e seis de pardos e um de pretos.⁷³ Um dado a ser ressaltado diz respeito ao fato de que em algumas capitanias as tropas integradas pela população civil continham expressivo número das chamadas Ordenanças. Essas tropas distribuíam-se pelas regiões interioranas e continham muitas companhias integradas por pretos e pardos. Sua representatividade política em termos de diálogo com as autoridades régias era relativamente mais tênue se comparada aos Terços e Regimentos situados nas

⁷¹ Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 176, doc. 12334. Posterior a 21 de março de 1791.

⁷² SOUZA, Fernando Prestes de. *Pardos livres em um campo de tensões: milícia, trabalho e poder (São Paulo, 1797-1831)*. Tese – Doutorado em História. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2017, capítulo 1.

⁷³ Esses dados se referem aos anos iniciais do século XIX. Para o período mais próximo à publicação da Carta Régia os dados são extremamente fragmentados, não sendo possível estipular os efetivos.

principais cidades. Por isso, nesta pesquisa são os Terços e Regimentos Auxiliares integrados por pardos que ganham destaque.

Foi somente em fins do século XVIII que o processo de reforma das Tropas Auxiliares avançou em direção à uniformização e modernização. Por real decreto de 7 de agosto de 1796 os Terços Auxiliares foram transformados em Regimentos de Milícias e os mestres de campo passaram a ser denominados coronéis. A medida era a confirmação do papel central desempenhado pelas Tropas Auxiliares no sistema defensivo português, uma vez que visava equipará-las “em tudo conforme as Tropas Regulares do Meu Exército, na sua organização e formatura”.⁷⁴ A partir desse momento, os postos do alto escalão de comando, o chamado estado maior, passariam a compor uma hierarquia em muitos aspectos comum a do Exército. No topo estava o posto de coronel, seguido pelo tenente-coronel, sargento mor, ajudante, quartel mestre e tambor mor. É possível sugerir que o decreto de 1796 foi a primeira medida que de fato buscou reformar as Tropas Auxiliares. Como já observado, embora a Carta Régia de 1766 constitua um marco no processo da reforma militar portuguesa, seus efeitos foram mais em termos quantitativos do que qualitativos no sentido de tornar aquelas tropas hábeis para o auxílio efetivo das Tropas Regulares.

Em relação aos corpos de pretos e de pardos, a reforma promovida pelo decreto de 1796 manteve as distinções para com o ordenamento institucional das milícias hispano-americanas. A existência de um Estado Maior moldado como espelho da estrutura presente ao Exército concedia a essas milícias um grau de reconhecimento e prestígio inexistente nos espaços espanhóis. Vale recordar que a Plana Mayor dos regimentos de pardos e morenos, ao contrário dos regimentos de brancos, não contava com os postos de coronel e tenente coronel, sendo comandadas por um subinspetor. Isso denotava uma desigualdade das honras e distinções destinadas às milícias de morenos e pardos, reforçando a posição social inferior ocupada por esses grupos. Por outro lado, na América portuguesa, a possibilidade de pardos e pretos integrarem o Estado Maior dos regimentos seguia como algo admitido e plausível, sem que isso significasse uma regra para todas as capitânias. Como veremos em outro momento, o acesso ao Estado Maior dos regimentos gerou um campo de disputas e lutas que envolvia os milicianos pardos e pretos, oficiais milicianos brancos e autoridades régias. Portanto, a efetivação de pardos e pretos no alto escalão dos regimentos variou de região para região. A existência de expectativa, porém, é o dado para o qual se deve dar mais atenção; ela era

⁷⁴ Cf.: Decreto de 7 de agosto de 1796. In: SILVA, Antonio Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa*. Legislação de 1791 a 1801. Lisboa: Na Typografia Maignense, 1828.

responsável pela mobilização de pardos e pretos no campo político, o que se dava por meio da articulação de suas demandas por privilégios.

A estrutura institucional das milícias integradas por pardos e pretos nas áreas espanholas e portuguesas constitui aspecto fundamental à compreensão da faceta política inerente a tais corpos militares. O ordenamento institucional das milícias atuava sobre o campo de possibilidades de ganhos sociais disponíveis aos pardos e, conseqüentemente, sobre a configuração dos grupos de pressão existentes em cada região. Os contornos institucionais, porém, não são pensados como produtos estanques, uma vez que eram alvos de disputas e demandas constantes. Nesse sentido, observa-se que os milicianos pardos, assim como os pretos/morenos, exerceram suas parcelas de pressão com o fim de moldar determinados aspectos da estrutura militar em benefício de suas posições sociais. A configuração dessas pressões variou de região para região, tanto entre as macrorregiões dos impérios ibéricos como no interior de cada uma dessas unidades políticas. A compreensão dos distintos níveis de pressão exercidos pelos milicianos pardos implica a necessidade de analisar os diversos contextos nos quais esses sujeitos estavam inseridos, tanto em termos macroestruturais como em relação às configurações locais. Ademais, as pressões exercidas pelos milicianos pardos em busca de privilégios deu origem a campos de tensões envolvendo a questão do *status* sociopolítico dos pardos livres. A análise dessas tensões e conflitos permite que se adentre no campo político das sociedades ibéricas de fins do século XVIII e primeiras décadas do XIX de modo a perceber a atuação de segmentos sociais tradicionalmente vistos pela historiografia como atores sociais coadjuvantes.

2.3. Demandas militares e conflitos: o caso da América espanhola

A faceta política inerente às milícias relacionava-se diretamente aos privilégios e distinções que ela proporcionava aos seus integrantes. Por se tratar de sociedades estruturadas em hierarquias que acomodavam os grupos sociais em posições de poder desiguais, os privilégios operavam como mecanismos de diferenciação social; agregavam parcelas de poder ao *status* sociopolítico de grupos e indivíduos, sem que isso alterasse necessariamente a disposição hierárquica da sociedade. A coesão do sistema político dependia fundamentalmente desse mecanismo, responsável por equilibrar as relações entre a monarquia e os diversos corpos constituintes da sociedade. As milícias eram instituições integradas nessa ordem, uma vez que pressupunham a agregação de *status* diferenciado a seus integrantes por

meio da concessão de privilégios e isenções. No mundo ibero-americano, porém, ao incorporar negros e pardos, as milícias produziram tensões deflagradas em decorrência do contraste entre o *status* social conferido por elas e a posição social ocupada por esses grupos. Viu-se, no primeiro capítulo, que o estatuto jurídico dos indivíduos vinculados ao cativeiro os excluía do acesso a privilégios tais como a ocupação de cargos públicos, da participação em determinadas corporações como irmandades, câmaras municipais e universidades, além de justificar um campo de estigmas que inferiorizava a própria essência do grupo.

Embora pretos/morenos e pardos compusessem as fileiras das milícias ibero-americanas desde o século XVII, na conjuntura de meados do século XVIII o fenômeno ganhou novos significados. A configuração dos conflitos no Atlântico impôs aos Estados ibéricos a necessidade de articular políticas defensivas mais eficazes, tanto em termos técnicos como em termos de contingente humano. Como foi demonstrado anteriormente, nessa conjuntura as milícias ganham relevo, tornando-se as peças de base do sistema defensivo americano. Por conseguinte, também as milícias integradas por pretos/morenos e pardos são reavaliadas em relação à configuração anterior. Ao lado das tradicionais companhias soltas e das companhias agregadas a unidades de Ordenança, emergem os Batalhões e Regimentos, o que garantiu maior peso de representação a seus integrantes; são instituídos privilégios e gratificações àqueles que contribuíam para a defesa dos territórios ultramarinos, vinculando-os diretamente ao poder central.

O impacto das reformas militares na configuração do *status* sociopolítico dos pardos livres foi objeto problematizado por Allan Kuethe em artigo referencial escrito na década de 1970. A discussão foi estruturada por duas questões inter-relacionadas: as milícias teriam potencial para minar a ordem estratificada da sociedade colonial, ou seriam apenas uma extensão da ordem social vigente, contribuindo para sua manutenção? Suas teses nesse sentido oscilam entre duas posições: em primeiro lugar, propõe que os privilégios conferidos aos pardos davam sentido a um “novo senso de igualdade social” e que “assinalam uma importante erosão das distinções sociais e raciais no interior da corporação militar”; em segundo lugar, evidencia a continuidade de costumes hierárquicos e excludentes na milícia – como a impossibilidade dos pardos assumirem os altos postos de comando – o que “abala quaisquer ilusões sobre a extensão da igualdade social real na milícia”.⁷⁵ Como conclusão, Kuethe sugere a impossibilidade de formular uma tese homogênea sobre o *status* dos pardos livres e sua relação com o pertencimento às milícias. Tais corpos militares, ao mesmo tempo,

⁷⁵ KUETHE, Allan J. The status of free pardo in the disciplined militia of New Granada. *The Journal of Negro History*, v. 56, n. 2, pp. 105-117, 1971, pp. 111-115.

reproduziam muitas das sujeições que informavam a estrutura social e minimizavam algumas diferenças sociais e raciais. Assim, essas corporações militares não poderiam ser entendidas exclusivamente como um espaço de reprodução da ordem social estratificada, visto que elas também atuaram como catalisadores para a mudança. No entanto, a perspectiva de mudança apresentada por Kuethe parece estar vinculada mais ao caráter individual dos privilégios do que a processos estruturais de posituação de *status*. Conforme anuncia na conclusão do artigo, “para milhares de pardos que serviram, a milícia oferecia uma promissora e bem-vinda avenida para o melhoramento social”.⁷⁶

Embora as questões abordadas por Allan Kuethe inspirem diretamente a discussão aqui proposta, convém esclarecer que a relação entre as reformas militares e o *status* sociopolítico dos pardos livres é pensada a partir da problemática da imersão dos pardos no campo político da Ibero-América como atores sociais que compartilhavam da cultura política do Antigo Regime. Essa cultura política fundamentava-se no pacto que dava coesão às relações entre as monarquias e os súditos, o que era selado por meio dos privilégios e distinções conferidos pelas monarquias. Cabe observar que, no contexto das reformas militares, desenvolvia-se um processo de centralização monárquica. Se tradicionalmente a ação régia era limitada pela autonomia dos corpos privilegiados, ao longo da segunda metade do século XVIII há um esforço por parte das Coroas e de seus teóricos em assegurar o domínio do poder régio sobre os demais corpos. Nesse sentido, as reformas militares articulavam-se aos novos desígnios monárquicos, pois, por um lado, compeliavam parte significativa dos súditos ao serviço militar e, por outro, garantiam uma série de privilégios que agregavam distinção à corporação em face de outros corpos, como as câmaras e cabildos.

É no interior desse novo ordenamento que se busca compreender a configuração do *status* sociopolítico dos pardos. Para isso, faz-se necessário analisar o impacto das reformas militares no desenvolvimento de um campo de demandas por parte desses milicianos. Por meio de tais demandas acredita-se ser possível identificar alguns aspectos da relação dos pardos com o Estado; ademais, a análise desse material subsidia a formulação de teses sobre os caminhos da inserção política dos pardos na América espanhola e na América portuguesa. Passemos ao exame das principais demandas pleiteadas pelos milicianos pardos a partir da década de 1760.

Viu-se que as reformas militares nos espaços hispano-americanos foram caracterizadas por um maior grau de burocratização se comparadas às reformas na América portuguesa.

⁷⁶ KUETHE, Allan J. The status of free pardo..., p. 117. Tradução livre.

Nesse sentido, a existência dos *Reglamentos*, sendo o de Cuba o referencial para as demais regiões, impôs limites ao campo de demandas possíveis aos milicianos, sobretudo aos pardos e morenos. A subordinação a uma Plana Mayor de oficiais do Exército e a restrição aos cargos de menor poder no interior dos Batalhões, fizeram com que esses milicianos fossem submetidos a mecanismos de controle social mais rigorosos em relação ao caso de seus pares luso-americanos. A questão dos trâmites para a apresentação de instâncias às autoridades demonstra essa situação de forma clara. Como já notado, no *Reglamento* especificava-se que as demandas dos capitães e oficiais subalternos das milícias deveriam ser submetidas ao crivo de uma série de autoridades até chegarem ao conhecimento do governador e capitão general, a mais importante autoridade militar na América.⁷⁷ Portanto, é plausível imaginar que muitas demandas fossem impedidas de subir às instâncias superiores e que jamais chegassem ao conhecimento dos governadores ou das autoridades ligadas ao Conselho de Guerra e Conselho de Índias.

Uma ordem régia de 1763, proibiu a ida de oficiais das milícias coloniais ao reino com o intuito de demandar postos e privilégios: “El Rey ha resuelto que ningún oficial que sirve en estas Américas, pase a España a solicitar empleos, y que las instancias que hicieren como no vayan por mano de sus jefes no serán atendidas”.⁷⁸ Embora essa ordem régia pareça ser destinada a qualquer oficial miliciano, ela foi anexada na documentação relativa às demandas dos pardos de Cartagena que buscavam o direito de usufruir do fuero militar, estando, portanto, diretamente relacionada com as ações dos pardos para o recebimento de privilégios e isenções. Com efeito, antes da efetiva implantação das milícias disciplinadas no Vice-Reino de Nova Granada e na Província da Venezuela, que ocorreria no início da década de 1770, as possibilidades de um miliciano pardo ir à Corte eram mais factíveis. No ano de 1763, Baltazar Churión, capitão de uma companhia de Caracas, e Juan Victorino Alas, ajudante, se encontravam em Madrid como representantes dos milicianos de sua classe. Solicitavam ao rei a confirmação das patentes dos oficiais das companhias recém-formadas, o direito ao fuero militar, o direito de usarem perucas e, por fim, a permissão para que as companhias fossem agregadas em um regimento, o qual deveria ser comandando por um coronel pardo. Admitiam que haviam viajado sem a permissão do governador e, por isso, temiam sofrer retaliações como a prisão e a destituição das patentes.⁷⁹ Em 1765, novamente alguns milicianos pardos de Caracas se encontravam em Madrid. Agora, o objetivo era demonstrar ao rei ou a seus

⁷⁷ Cf.: *Reglamento para las milicias de Cuba...*, capítulo II, art. 36.

⁷⁸ Cf.: Real Orden de 9 de mayo de 1763. AGN-CO, SC, Milicias y Marina, 37, 11, doc. 172.

⁷⁹ Cf.: AGS, leg. 7198, l. 1763-1765.

representantes “los progresos que han hecho en el arte militar”. Aparentemente, o próprio governador Joseph Solano havia designado-os para a viagem.⁸⁰

Com o avanço das reformas, porém, o controle às possibilidades de veiculação das demandas dos milicianos pardos e morenos torna-se mais efetivo. Na passagem do século XVIII para o XIX, os oficiais do Batalhão de pardos de Cuba e Bayamo enviaram uma representação coletiva solicitando gratificações pela atuação na guerra. Embora não fique explícito a qual guerra estavam se referindo, sabe-se que os batalhões de pardos e morenos foram mobilizados para lutarem tanto nos conflitos contra os franceses na primeira metade da década de 1790 como, depois, ao estalar da guerra contra os ingleses.⁸¹ No requerimento em questão, as remunerações concedidas aos oficiais pardos não estão claramente especificadas. O que ganha destaque é a solicitação do posto de tenente-coronel para o subinspetor do Batalhão, o capitão Don Antonio Vaillant. Essa instância havia sido encaminhada ao governador e capitão general de Cuba, o marquês de Someruellos, o qual, por sua vez, dirigiu a pretensão ao ministro da guerra.⁸² O pedido foi negado e seu informe acompanhado de uma admoestação severa sobre os procedimentos para requerer graças. Na ordem encaminhada ao subinspetor geral de guerra, conde de Mompox, ordenou-se que “los haga entender a los promoventes, y al citado subinspector, que esté atento a precaucionar que no se repitan semejantes solicitudes nada conformes a su clase y a la disciplina y subordinación que exige el servicio del rey con respecto al mencionado cuerpo”.⁸³ Essa resolução evidencia os limites impostos à formulação de demandas coletivas por parte dos milicianos pardos e o grau de controle exercido sobre suas corporações militares. Nesse sentido, o ordenamento das milícias de Cuba era modelar.

Para o comandante militar das tropas do Panamá, Félix Martínez Malo, o controle social imposto aos milicianos pardos e morenos de Havana deveria servir de exemplo às demais milícias. Ao julgar uma querela envolvendo disputas entre pardos e integrantes do exército, afirmava que os oficiais morenos e pardos de Havana reconheciam a “humildad que profesan” e eram mantidos na “exacta subordinación”. De modo que, se em Havana ocorressem casos de insubordinação como os que estavam tendo lugar no Panamá, onde pardos demonstravam perder “el respecto a un oficial”, “lo pondrían sobre un burro degradándole antes”. Esse tinha sido o caso do comandante do batalhão de Morenos de

⁸⁰ Cf.: AGS, leg. 7198,4. 1765.

⁸¹ Em 1797 uma ordem régia ordenou a mobilização de 232 homens do batalhão de pardos em decorrência dos conflitos com os ingleses. Cf.: AGS, leg. 6876, 46.

⁸² Cf.: AGI, Santo Domingo, leg. 1266. Habana, 6 de agosto de 1799.

⁸³ Cf.: AGI, Cuba, leg. 1577. Habana, 16 de março de 1802.

Havana, Vicente Martínez. Ele teria sido preso por dois meses como punição por ter ido queixar-se dos procedimentos do subinspetor do batalhão ao inspetor das tropas, demonstrando claramente insubordinação a seus chefes. Quando libertado, foi avisado de que “si no se contenía y respetaba a sus jefes, se le depondría del empleo, y se destinaría a reales obras”.⁸⁴

Parte considerável do controle relativo às milícias estava previsto nas resoluções presentes no *Reglamento*. Não obstante, as milícias foram objeto de disputas constantes, geradas pelas demandas por novos privilégios ou para assegurar privilégios já outorgados. De forma geral, as solicitações dos milicianos pardos concentravam-se em duas questões principais: o *fuero* militar e as insígnias de distinção.

Nos domínios hispano-americanos, o *fuero* militar se tornou o principal objeto das demandas por parte dos milicianos. Tanto brancos como pardos e morenos buscavam ter acesso a esse privilégio, que, como se viu, garantia que as causas militares e civis envolvendo milicianos fossem julgadas em tribunais especiais, além de isentar os milicianos de certas taxas e tributos. Se para um homem branco o *fuero* era importante, para pardos e morenos ele significava muito mais, agregando *status* social e ganhos reais, uma vez que muitos daqueles milicianos envolviam-se frequentemente em causas civis em decorrência de suas atividades como artesãos. O *fuero* já figurava como objeto de disputas em período anterior às reformas militares. Em 1759, um prateiro de Havana, Joseph de Estrada, envolveu-se em uma querela em razão de não ter executado um serviço pelo qual havia sido pago. Estrada, porém, era também sargento do Batalhão de pardos, o que propiciou que ele recorresse ao privilégio do *fuero* militar a fim de que sua causa fosse julgada por um tribunal militar em Madrid, saindo, dessa forma, da esfera da justiça ordinária. De forma inusitada, Estrada ganhou a causa, sendo declarado por ordem real que os oficiais e sargentos da milícia cubana estavam habilitados a dispor do *fuero* militar em causas civis.⁸⁵ O extraordinário nessa causa consiste no fato de que se tratava do *fuero* ativo, quando o miliciano era quem pleiteava. Conforme Allan Kuethe, esse era um raro privilégio na lei militar espanhola, pois tanto as milícias provinciais como o exército regular não gozavam de tal prerrogativa.⁸⁶

Para além da conquista obtida, cabe sublinhar os significados políticos implicados no caso. Ao discorrer sobre a faceta política presente ao processo de reforma militar cubano, Allan Kuethe destacou que os oficiais pardos e morenos tiveram pouca participação direta nas

⁸⁴ Cf.: AGN-CO, SC, Milicias y Marina, 37, 40. Panamá, 1 de novembro de 1779.

⁸⁵ Cf.: AGI, Santo Domingo, leg. 2112. 10 de maio de 1759.

⁸⁶ KUETHE, Allan. *Cuba, 1753-1815...*, p. 48.

negociações com a Coroa se comparado com a atuação das elites brancas ligadas à produção do açúcar.⁸⁷ No entanto, é importante destacar que, no contexto da institucionalização das milícias reformadas, a ordem régia de 1759 figurava como um importante precedente que dava legitimidade à proposta de concessão do *fuero* militar a todos os milicianos. A consolidação desse direito no *Reglamento*, portanto, resultou também da ação dos pardos, “con motivo de lo ocurrido con Joseph de Estrada, sargento del Batallón de pardos”.

Por conseguinte, percebe-se que, imediatamente antes do início das reformas, os pardos de Havana atuavam como atores políticos significativos nas negociações com a Coroa. Pode-se argumentar que, durante a primeira metade do século XVIII, eles contavam com um campo mais aberto para as suas expectativas, autonomia que foi cerceada ao longo do processo de institucionalização das milícias.

Assim como em Cuba, em outras regiões hispano-americanas o *fuero* militar constituía matéria diretamente relacionada com a dimensão política dos corpos militares integrados por pardos e morenos. Por configurar um ganho político e social aos pardos, a outorga do *fuero* militar foi duramente combatida pelas elites locais, que concebiam tal prerrogativa como um meio de legitimar as aspirações dos pardos por diferenciação social. Na Província da Venezuela, a questão originou um longo pleito impetrado pelo Cabildo de Caracas. Viu-se que o processo de arregimentação das milícias na Venezuela ocorreu no início da década de 1760 e que não contou com a elaboração de um plano sistematizado como no caso cubano. Essa característica deu lugar a uma configuração particular, possibilitando que se formasse, ao contrário de Cuba, um campo de expectativas mais aberto aos milicianos pardos. Nesse sentido, se observa uma atuação mais ativa dos pardos venezuelanos na busca por privilégios e isenções e, como consequência, a emergência de conflitos mais evidentes com as elites locais.

Assim como no caso cubano de 1759, as querelas entre o cabildo caraquenho e os pardos concentravam-se no exercício do *fuero* militar pleno – criminal e civil – por parte dos milicianos pardos. Ou seja, a possibilidade do miliciano solicitar o direito de ser julgado por instância específica tanto em situações nas quais era réu como quando era o demandante. Conforme a denúncia dos alcaides ordinários⁸⁸ de Caracas, todos os pardos alistados nas milícias arrogavam-se o direito ao *fuero* militar, tanto em causas civis como em militares. O que ensejou a ação dos alcaides foi o caso envolvendo o rompimento de um contrato de

⁸⁷ KUETHE, Allan. *Cuba, 1753-1815...*, p. 74.

⁸⁸ Os alcaides ordinários eram autoridades ligadas aos Cabildos e responsáveis pelo exercício da justiça local. Os cabildos constituíam a primeira instância de julgamento.

serviço entre um mulato talabardero⁸⁹ e outro morador de Caracas. Desse modo, Juan Baptista Moreno tornara-se réu em um processo civil e, por isso, foi preso no cárcere do cabildo e seria julgado em primeira instância por seus alcaides. Instruído por outro mulato, chamado Pedro Nolasco, Juan Baptista demandou o direito de ser julgado pelo capitão general de Caracas, que no momento se encontrava ausente da cidade. Por estarem alistados nas milícias, Pedro Nolasco e Juan Baptista reclamavam o direito ao *fuero* militar, aplicado em causas civis.

Na longa correspondência enviada ao ministro de Índias, Don Julian de Arriaga, entre fevereiro e junho de 1762, os alcaides denunciavam o que consideravam abuso por parte dos milicianos pardos e solicitavam uma postura clara de Madrid no que dizia respeito à extensão do *fuero* militar na Venezuela. Aos alcaides parecia um desatino a concessão do *fuero* militar pleno aos mulatos. Referindo-se à legislação militar espanhola, chamavam a atenção para o fato de que o exército regular, as milícias provinciais espanholas e o corpo da guarda real não usufruíam do *fuero* ativo para questões relacionadas ao âmbito civil: “y em vista de esto no se puede pensar haya sido la real intención de Vuestra Majestad concederlo sin excepción a estos mulatos, y que una gente baja, que no está en el real servicio goce de las preeminencias, y distinciones que no tienen las mismas guardias de la real persona, y casa de Vuestra Majestad”.⁹⁰ Conforme o discurso dos alcaides, além de os milicianos escaparem às justiças locais, as consequências do *fuero* militar tinham outros significados: “sin embargo de todo se ha opuesto a las justicias ordinarias en algunos casos por estos mulatos el *fuero* militar, como si se extendiese a todos, y en ninguno padeciese excepción. Y en inteligencia, o con la esperanza de que así sea, se reconoce en mucha de esta gente una animosidad muy superior a su esfera”. Ou seja, ao serem condecorados com o distintivo do *fuero*, dava-se lugar a outras aspirações por valorização social, que transcendiam as fronteiras do campo militar. Nesse sentido, evidencia-se o entrelaçamento entre a esfera militar e a esfera civil na configuração do *status* sociopolítico dos pardos livres.

A resolução do Conselho de Índias à contenda, seguindo as sugestões do governador da Venezuela, assegurou aos milicianos pardos o direito ao *fuero* militar. O fato de terem custeado armas e uniformes com recursos próprios garantiu aos pardos caraquenhos uma significativa margem de manobra no momento das negociações com o Estado.⁹¹ A despeito do parecer favorável à manutenção do *fuero*, em 1769 o pardo Francisco Landaeta, capitão de uma companhia de granadeiros do Batalhão de pardos de Caracas, recorria ao Conselho de

⁸⁹ Artesão dedicado à fabricação de artefatos de couro.

⁹⁰ Cf.: *Fuero militar*. AGS, leg. 7198, 3. 1762-1765.

⁹¹ Cf.: *Fuero militar*. AGS, leg. 7198, 3. Resolución del Consejo de 14 de febrero de 1765.

Índias visando assegurar o direito ao *fuero* militar. Isso se devia ao fato de que o cabildo de Caracas continuava buscando, por outras vias jurídicas, limitar o exercício do *fuero* militar aos pardos.⁹² Como veremos em outro momento da tese, os conflitos entre pardos e cabildo em Caracas perduraram ao longo de toda a segunda metade do século XVIII e primeiros anos do XIX. No centro dos debates estava a questão da inserção social e política dos pardos. Parte desse debate era configurado pela temática das milícias e por seus privilégios.

Portanto, ao longo das décadas de 1760 e 1770, foram constantes os conflitos gerados em decorrência do *fuero* militar, podendo ser identificados em várias regiões do Caribe espanhol, notadamente nas cidades mais importantes para o sistema defensivo, como Caracas, Cartagena, Portobelo e Panamá.⁹³ Tratava-se de uma conjuntura marcada pelo processo de institucionalização das milícias reformadas, possibilitando a atuação mais direta por parte dos milicianos pardos no delineamento de seus privilégios. Após a década de 1780, quando parte significativa das milícias ibero-americanas já havia sido criada, a problemática do *fuero* militar afluía em relação às chamadas milícias urbanas ou soltas. Essa modalidade de corpo militar era empregada em localidades nas quais não era possível formar batalhões completos e costumavam estar subordinadas às autoridades de batalhões de regiões próximas. Legalmente essas companhias não teriam direito ao *fuero*, mas isso não impediu a formação de demandas nesse sentido.

Conjuntamente ao *fuero* militar, as insígnias honoríficas eram privilégios que estavam diretamente relacionados ao processo de melhoramento do *status* social dos milicianos pardos. Tendo em vista que nas sociedades de Antigo Regime a indumentária e os adereços eram empregados com o sentido de demonstrar o grau de distinção social dos indivíduos, entende-se a busca por parte dos milicianos pardos em obter privilégios ligados a essa esfera.⁹⁴ Trata-se, pois, do campo das representações simbólicas, importantes sobretudo na configuração das relações sociais cotidianas. No caso das sociedades ibero-americanas, vale rememorar as leis que proibiam os mulatos e negros de usarem certas roupas e adereços, como já observado neste trabalho. Em meio a tal cerceamento, outras possibilidades de destaque social se abriam aos pardos e morenos mediante a sua incorporação às milícias.

⁹² Cf.: AGI, Caracas, leg. 883. Cartas de 3 e 24 de junho de 1769.

⁹³ Referências ao caso de Portobelo e Cartagena podem ser encontradas em KUETHE, Allan. *The status...*, p. 111. Em 1762 os capitães comandantes das milícias de pardos e morenos de Cartagena demandaram o direito ao *fuero* para suas companhias, no que foram atendidos. Cf.: AGN-CO, SC, *Milicias y Marina*, 37, 17.

⁹⁴ Sobre a importância da indumentária na configuração das representações simbólicas sobre a posição social dos indivíduos, ver: SILVA, Camila Borges da. *O símbolo indumentário: distinção e prestígio no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2010; ALVARINO, Antonio Álvarez-Ossorio. *Rango y apariencia. El decoro y la quiebra de la distinción en Castilla (ss. XVI-XVIII)*. *Revista de Historia Moderna*, n. 17, pp. 263-278, 1998-1999.

Convém, entretanto, destacar as diferenças entre o campo de demandas manejado pelos pardos e pelos milicianos morenos. Se em relação ao fuero militar tanto pardos como morenos eram equivalentes, no que se referia às insígnias distintivas, a configuração de seus campos de expectativas parece não ter sido semelhante em vários aspectos. O indício que respalda essa afirmação consiste no fato de que praticamente não se encontram demandas por parte de milicianos morenos visando privilégios ligados, por exemplo, à vestimenta. Embora as causas do fenômeno pareçam claras, elas permanecem no campo da especulação e demandariam pesquisas concentradas nos corpos militares exclusivos aos morenos para serem sugeridas com certo grau de plausibilidade.

A busca pelos signos distintivos alimentava um campo de lutas simbólicas, uma vez que o acesso a eles inseria seus portadores em gradações de prestígio. Na cultura de Antigo Regime, os grupos sociais pertencentes à nobreza arrogavam-se o direito à exclusividade de determinados signos de distinção, como o uso de alguns tipos de capas, chapéus, tecidos, adereços e tantos outros recursos simbólicos que exerciam a função de marcar um lugar social diferenciado. Quando grupos sociais pertencentes à baixa nobreza e à heterogênea plebe buscavam conquistar esses signos de destaque, as reações dos grupos situados em posições sociais mais elevadas eram imediatas. Essas disputas davam origem a longos e turbulentos pleitos, por meio dos quais se tem indícios de processos sociais mais amplos.⁹⁵ Aqui, atenta-se especificamente para as conexões entre essas lutas simbólicas e o desenvolvimento de reações por parte dos pardos no sentido de questionar os monopólios exercidos pelos brancos pertencentes às elites locais.

Deve-se atentar para a dinâmica das relações entre os dois grupos de modo a perceber que o acesso dos pardos aos signos de distinção concebidos como exclusivos aos estratos sociais com maior retenção de poder enfraquecia a posição social ocupada pelas elites. A percepção da desvalorização do *status* social era o que desencadeava os intensos protestos por parte de indivíduos e grupos situados nos níveis mais altos da estrutura social. Nas últimas décadas do século XVIII, a construção e legitimação de um projeto político mais centralizador potencializou tal processo ao implantar medidas que visavam controlar o poder de certas

⁹⁵ Sobre as lutas simbólicas envolvendo a questão do acesso a signos distintivos, ver: ALVARIÑO, Antonio Álvarez-Ossorio. *Rango y apariencia...*, PELLICER, Luis Felipe. *Entre el honor y la pasión: familia, matrimonio y sistema de valores en Venezuela durante la crisis del orden hispánico, 1778-1820*. Caracas: Fondo Editorial de la Facultad de Humanidades y Educación; Universidad Central de Venezuela, 2005; SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto*. Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808). São Paulo: Editora HUCITEC, 1997, especialmente parte III, cap. 2.

corporações e grupos sociais, principalmente àqueles pertencentes à alta nobreza.⁹⁶ O mundo americano não foi isento dessas tensões, mas a configuração dos seus embates continha elementos particulares.

Discutiu-se em seção anterior que as sociedades americanas, embora replicassem os fundamentos estamentais europeus, não eram estruturadas exclusivamente a partir do modelo nobres-plebeus. A heterogeneidade do quadro populacional originou uma sociedade *sui generis*, na qual o pertencimento étnico constituía elemento importante na definição do lugar social ocupado por cada grupo. Por isso os conflitos pela manutenção ou aquisição de *status* social faziam emergir debates sobre a posição social e política daqueles que descendiam de escravos ou indígenas. As reformas militares implantadas após os eventos da Guerra dos Sete Anos potencializaram as disputas por bens simbólicos envolvendo segmentos da população livre de cor e as elites locais, estas arraigadas ao ideal de nobreza. A aquisição de privilégios distintivos em decorrência do pertencimento à milícia conferia prestígio social e seus efeitos para o melhoramento do *status* dos indivíduos transcendiam as fronteiras do âmbito militar.

Ainda que o *fuero* militar constituísse um privilégio significativo para os milicianos pardos e morenos, foram os privilégios relacionados aos signos distintivos que produziram as reações contestatórias mais emérgicas. A articulação das elites locais e de autoridades coloniais a fim de denunciar tendências consideradas perigosas para a estabilidade social permite compreender a inter-relação entre a esfera militar e a esfera civil. Nesse sentido, pode-se sugerir que os ganhos obtidos na milícia influenciavam diretamente a configuração mais abrangente do *status* sociopolítico dos pardos. O caso das milícias pardas da Província da Venezuela permite constatar essa relação de forma clara. Nas páginas precedentes viu-se que a primeira fase do processo de arregimentação das milícias venezuelanas foi caracterizada por intensos debates sobre as consequências sociais e políticas da concessão de privilégios aos pardos. O cabildo caraquenho atuou como um dos mais ferrenhos opositores às aspirações por distinção social manifestadas pelos milicianos pardos. Além da questão envolvendo o *fuero* militar, outros privilégios e signos de distinção relacionados à milícia foram requeridos pelos pardos, gerando novas ações por parte dos alcaldes ordinários.

Dentre tais demandas, consta o direito de usar perucas em atos cerimoniais envolvendo a milícia. Conforme expuseram no memorial apresentado ao rei, o uso de tal adorno era necessário ao decoro dos oficiais pardos, pois muitos deles haviam perdido os

⁹⁶ No caso da Espanha, o chamado Motim contra Esquilache (1766), constitui um dos casos mais expressivos da relação entre as reformas absolutistas e o enfraquecimento do poder de quadros da alta nobreza. Sobre esse evento ver: OLAECHEA, Rafael. Contribución al estudio del “Motín contra Esquilache” (1766). *Tiempos Modernos*, n. 8, pp. 1-90, 2003.

cabelos devido a “los muchos trabajos padecidos”.⁹⁷ Embora a explicação dos pardos não esclareça de forma objetiva os motivos que os levaram a recorrer às perucas, interessa aqui destacar os significados sociais desse acontecimento. Conforme a versão apresentada pelos alcaides ordinários, o emprego das perucas pelos oficiais pardos tinha como fundamento “confundirse en algún modo con las personas blancas, y nobles”. Argumentavam ainda que, após o governador e capitão general ordenar a extinção dessa prática, os oficiais pardos receberam tal proibição com muita má vontade, alguns deles chegando a recusar-se a comparecer publicamente sem o dito adorno, o que lhes parecia um “atrevimiento” que uns “pobres sastres mulatos manifiesten tan públicamente su desazón”.⁹⁸

Os pardos, por sua vez, alegavam que adotaram as perucas por uma questão de decoro, pois muitos estavam sem cabelos naturais; que o governador, a princípio, não fez objeção alguma, “pero no faltaron algunos que le persuadieron no debían usar estos oficiales de semejante adorno”. Evidentemente se tratava dos alcaides ordinários, sempre atentos a qualquer sinal que considerassem uma afronta ao *status* dos nobres de Caracas. Teria sido a partir da pressão exercida pelos membros do cabildo que o governador proibiu o uso das perucas. O curso dos acontecimentos, então, levou dois milicianos pardos a recorrerem pessoalmente ao rei, viajando para Madrid contra as ordens expressas do governador. Tratava-se do capitão Baltasar de los Reyes Churión e do ajudante Juan Victorino Alas. No memorial, porém, evidencia-se que o caso das perucas constituiu pretexto para legitimar a ida dos pardos à corte, onde demandaram outros privilégios, como a confirmação do fuero militar, a formação de um batalhão comandado por um coronel ou comandante pardo, e a expedição gratuita de suas patentes.⁹⁹ Os pardos indicavam que, além das oito companhias existentes em Caracas, havia outras quarenta em estado de arregimentação, tornando viável a criação de alguns batalhões de pardos. No que diz respeito às perucas, alegaram o precedente de outros corpos de pardos, pois “en los más parajes de Indias usa la Tropa Parda peluca”. Além disso, refutaram a acusação de que buscavam confundir-se com as pessoas nobres e brancas, pois seus uniformes eram diferentes dos das demais tropas, tornando-os, portanto, totalmente identificáveis como pardos.

O parecer final ao caso foi favorável ao uso das perucas “siempre que estén con el uniforme sin embargo de cualquier representación que haya en contrario”; por outro lado, tiveram assegurado o direito à gratuidade das patentes. A conquista obtida pelos milicianos

⁹⁷ Cf.: AGS, leg. 7198, 1. 1763-1765.

⁹⁸ Cf.: AGS, leg. 7198, 3. 1762-1765.

⁹⁹ Cf.: AGS, leg. 7198, 1. 1763-1765.

pardos de Caracas mesmo em face dos protestos do Cabildo – corporação que representava as elites locais – sugere que o grupo manjava alguma parcela de poder no interior da sociedade caraquenha. Sugestivo nesse sentido é a autoidentificação dos milicianos como um grêmio: “[...] viéndose atendidos los individuos de este gremio, sirva de estímulo a los demás para alistarse en el real servicio de V. M. a que naturalmente son inclinados los Pardos”. Embora essa designação fizesse referência à milícia, seus significados sociais extrapolavam a esfera militar. Em Caracas, desenvolvia-se a noção de que os pardos partilhavam de uma identidade particular, representação que era veiculada tanto pelos pardos como por autoridades coloniais. As demandas por privilégios apresentadas individual ou coletivamente pelos pardos ao longo da segunda metade do século XVIII foram responsáveis pelo desenvolvimento e consolidação dessa identidade coletiva.

A coesão dos pardos caraquenhos sob uma identidade comum – amparada por laços familiares e de sociabilidades – ensejou o desenvolvimento de um grupo de pressão. Dentre as configurações sociais hispano-americanas selecionadas para esta investigação, talvez somente as cidades do Panamá e de Portobelo, ambas pertencentes ao Vice-Reino de Nova Granada, contaram com uma elite parda com o grau de envolvimento político semelhante aos pardos de Caracas. Em 1776, quando já estavam formados em batalhões, os milicianos de Caracas envolveram-se em uma querela com o fiscal da Audiência de Santo Domingo.¹⁰⁰ Alguns milicianos estavam sendo julgados em decorrência de uma confusão ocorrida durante uma ronda noturna e nos autos do processo foram denominados de “mulatos” pelo fiscal Juan José de Mora. Conforme o fiscal, esses “mulatos” “era gente que no tenía [nada] que perder”. Sentindo-se ofendidos pelo tratamento a eles conferido, os oficiais pardos recorreram ao governador da Província da Venezuela, Don José Carlos Agüero, solicitando que o fiscal fosse repreendido e que tais expressões fossem riscadas do processo. Conforme o parecer do governador, as palavras empregadas pelo fiscal eram “ofensivas e calumniosas” e que, portanto, deveriam ser riscadas dos autos e jamais proferidas para designar os milicianos pardos. José Carlos Agüero, por sua vez, recorreu da sentença, apelando ao Conselho de Guerra, pois se tratava de uma causa envolvendo militares. Por fim, após a questão ser avaliada tanto no Conselho de Guerra como no de Índias, a resolução régia foi favorável à causa dos milicianos pardos, originando a Real Cédula de 19 de setembro de 1777.¹⁰¹ A partir

¹⁰⁰ A audiência em Caracas foi fundada somente em 1786. Por isso as questões de justiça eram julgadas em outras Audiências como a da Guatemala ou de Santa Fé.

¹⁰¹ Cf.: Academia Nacional de la Historia – Archivo II. Sección: Civiles, doc. 14310, fls. 13v-16. Caracas, 1800. Cédula reproduzida por Zully Chacón M. In: *Reseñas de documentos que se hallan en la Academia Nacional de la Historia*. Caracas. Publicado em 21 de fevereiro de 2013.

de então, os milicianos pardos não poderiam ser denominados “mulatos”, embora, na prática, o designativo continuasse a ser empregado pelas elites locais, num claro esforço por demarcar o lugar social inferiorizado conferido aos descendentes de escravos.

Ao longo da segunda metade do século XVIII e dos primeiros anos do século seguinte, as tensões associadas às disputas pelos signos distintivos foram potencializadas em várias regiões da América ibérica. Embora pardos e pretos/morenos demandassem privilégios desde o século XVII, observa-se um aumento das pressões por parte desses segmentos sociais no período em questão. No centro dos debates, porém, estavam os pardos. Aos olhos das elites locais e de alguns setores da administração colonial, os pardos conformavam um grupo social cujo maior interesse consistia em acerrar-se ao modo de vida e ao *status* social dos homens brancos. Como viu-se no capítulo 1, em fins do século XVIII havia um temor generalizado em virtude do crescimento demográfico dos grupos mestiços e da ameaça que seu espectro representava para a manutenção da posição social dos brancos pertencentes às elites. Somava-se ao movimento demográfico a busca por privilégios por parte de setores do grupo pardo. O acesso aos signos distintivos constituiu elemento característico do campo de tensões que então se desenvolveu em diversas partes da América ibérica, mas suas manifestações parecem ter sido mais intensas nos espaços espanhóis. Para os grupos detentores de maior poder, a perda do monopólio de certos símbolos de distinção como roupas e adornos significava um enfraquecimento do *status* social e, estruturalmente, era percebida como ameaça à estabilidade do sistema social vigente.

Se em Caracas as tensões entre pardos e cabildo foram incitadas, dentre outros fatores, pelo uso de perucas por parte de milicianos pardos, na cidade de Portobelo, Vice-Reino de Nova Granada, foram as roupas e joias que motivaram uma contenda entre os pardos e o governador. O caso remonta a uma representação enviada pelos pardos Manuel Antonio Gutierrez, Pedro Antonio de Ayarza y Francisco Beltran ao vice-rei de Santa Fé. Nela, eles alegavam que o governador, Vicente de Emparán, proibira que suas mulheres usassem vestidos de seda, adornos de ouro, prata e pérolas. Conforme o governador, tratava-se de uma representação falsa, uma vez que ele havia proibido unicamente o uso das “saías de terciopelo”, “por no haberla visto jamás en ninguna mujer de color”.¹⁰² As demais proibições, estabelecidas pela *Recopilación*, não eram cumpridas em Portobelo, sendo um costume local as mulheres pardas e morenas usarem sedas e adornos de ouro e prata. Alegava ainda que um desafeto seu teria auxiliado os pardos no envio da representação. Acerca desse aspecto, vale

¹⁰² Cf.: AGN-CO, SC, Policía, 47, 2, doc. 24. 1792.

lembrar que os canais de comunicação com as instâncias de poder na América espanhola eram mais burocratizados em relação ao ordenamento português. Desse modo, para encaminharem uma representação ao vice-rei, autoridade máxima na colônia em termos de justiça, os pardos, necessariamente, dependiam do acionamento de outras pessoas, que poderiam ser ligadas ou não à administração colonial.

A fim de atestar a veracidade de sua versão, o governador convocou os três pardos a depor sob juramento em uma sessão que contou com sua presença e a de um dos alcaides de Portobelo. Dentre os depoentes, destaca-se a postura adotada por Pedro Antonio de Ayarza, capitão de uma companhia de pardos e personagem conhecido da historiografia especializada por ter pleiteado a entrada de seus filhos na universidade.¹⁰³ Ao contrário de seus companheiros, os quais concordaram com todas as perguntas indutivas que compunham o interrogatório, Ayarza defendeu o ponto de vista exposto na representação, em clara contestação à versão dos fatos construída pelo governador, ou seja, de que a única proibição fora destinada à saia de terciopelo. Inquirido “sí cree de buena fe que el prohibir las sayas de terciopelo es lo mismo que prohibir los demás trajes de seda, y el oro, la plata, y las perlas? Responde que sí, porque ello es cosa de menor valor que traer el oro, plata, y piedras”. Explicou que o governador havia acionado as leis da *Recopilación* para legitimar a proibição, o que significava que a lei geral que proibia o uso de sedas e adornos por negras e pardas passava a vigorar, independente do aspecto salientado. Foi, porém, na última pergunta que as tensões presentes na configuração social de Portobelo fizeram-se sentir:

reconvenido de que la ley no habla de sayas de terciopelo, y que sí se la mostró a ellos fue para que vieran a lo que estaban ceñidos por ellas, y que el Rey, y la razón quiere que haiga distinciones en la tierra como hay jerarquías en el cielo, y que este es el fundamento de la ley, y de la mente de su Majestad que la hizo? Responde que no tiene nada que responder.¹⁰⁴

De partida, a resposta de Pedro Antonio de Ayarza pode ser interpretada tanto como uma concordância como um silenciamento que sugere uma discordância ao enunciado. Sua trajetória individual, no entanto, permite inferir com algum grau de certeza que para ele as distinções sociais entre brancos e pardos não deveriam ser tomadas como um dado naturalizado e absoluto, o que justificaria, em última instância, o envio da representação ao

¹⁰³ KING, James. The case of Jose Ponciano de Ayarza: a documento on Gracias al Sacar. *The Hispanic American Historical Review*, v. 31, n. 4, pp. 640-647, 1951; TWINAM, Ann. Pedro de Ayarza: The Purchase of Whiteness. In: *The Human Tradition in Colonial Latin America*, pp. 194-210, 2002.

¹⁰⁴ Cf.: AGN-CO, SC, Policía, 47, 2, doc. 24. 1792.

vice-rei. Não se sabe qual a resolução final concedida ao caso, mas é sugestivo o fato de que as restrições indumentárias não foram jamais mencionadas por Ayarza nos longos processos que moveu durante toda a década de 1790 e os primeiros anos do século XIX na busca por melhoramento social para si próprio e para seus familiares.

Ao longo da segunda metade do século XVIII, disseminou-se um discurso unívoco por parte dos grupos sociais com maior retenção de poder voltado para reforçar as distâncias sociais entre brancos e pardos. A afirmação do caráter natural e da fonte régia de onde provinham as hierarquias sociais, tal como presente no inquérito feito a Pedro Antonio de Ayarza, conformava um lugar-comum em grande parte das considerações sobre o lugar social dos pardos. A necessidade constante de reafirmar o ordenamento social tradicional relacionava-se diretamente ao aumento das pressões por parte dos pardos e à conjuntura característica do período. As reformas implantadas pelas monarquias ibéricas, sobretudo a partir da década de 1760, potencializaram a inserção social e política de setores do grupo pardo. Nesse sentido, as milícias reformadas engendraram espaços de politização aos homens de cor por lhes garantirem privilégios e propiciarem a sua consolidação como grupos de pressão. Não por acaso o campo militar foi um dos mais turbulentos em fins do século XVIII, trazendo à superfície as tensões presentes às configurações sociais ibero-americanas.

Esse campo de tensões era composto, de um lado, pelas demandas dos milicianos pardos e, de outro, pela oposição dos militares brancos e de setores das elites locais. Intermediando as disputas estavam as autoridades diretamente ligadas ao poder central, como os governadores e vice-reis. Na cidade do Panamá, poucos anos após a formação das milícias reformadas, ocorreu um tenso pleito envolvendo a questão das hierarquias entre oficiais pardos e brancos. A querela foi motivada por uma representação feita pelos pardos e encaminhada ao governador do Panamá. Na época, setembro de 1779, em decorrência de uma enfermidade que acometia o governador titular, o cargo estava sendo ocupado pelo tenente de Rey, Joseph Perez Davila. Conforme expuseram os oficiais pardos, eles sofriam constantes constrangimentos dos militares veteranos e brancos, grande parte dos quais espanhóis. Amparados por uma lei que obrigava os oficiais pardos a retirar os chapéus na presença de militares veteranos, estes eram acusados de procurar situações cotidianas para obrigar os pardos ao ato de deferência pública; além disso, eram acusados de tratar os pardos sem o respeito devido.¹⁰⁵ A resposta fornecida à representação foi estabelecida via ordem de 28 de setembro, a qual determinou que os pardos devessem retirar os chapéus somente em situações

¹⁰⁵ Cf.: AGN-CO, SC, Milicias y Marina, 37, 40. Para outra análise do caso, ver: KUETHE, Allan J. *The military reform in the viceroyalty of New Granada...*, pp. 65-70.

de serviço militar, excluindo, portanto, as relações cotidianas ligadas ao mundo civil. Dispôs ainda que os veteranos evitassem os contatos familiares com os oficiais pardos e que na esfera civil houvesse respeito mútuo entre as partes, embora ficasse claro que os oficiais do exército ocupavam posição hierárquica superior.

A reação dos oficiais veteranos à determinação não demorou a ocorrer e colocou em lados opostos duas importantes autoridades militares do Vice-Reino de Nova Granada, responsáveis pela instrução técnica das milícias reformadas. Trata-se do já mencionado tenente de Rey, Joseph Perez Davila, incumbido da instrução das milícias de Cartagena, e Félix Martínez Malo, com autoridade sobre o Panamá. A representação contestatória à ordem de 28 de setembro foi elaborada pelo subinspetor e ajudante-mor do Batalhão de Pardos do Panamá, Joseph de Matos, e enviada ao coronel comandante Félix Martínez Malo em nome dos demais veteranos brancos que exerciam cargos na milícia. As representações do subinspetor e do comandante Félix Martínez ancoravam-se nos preceitos tradicionais acerca da estrutura social, afirmando, portanto, a posição subordinada dos pardos em relação aos brancos. Conforme Joseph de Matos, a ordem de 28 de setembro deveria ser revogada, “lo que así es de hacer para conservar distinción entre las diversas clases de gentes que componen el cuerpo de la República”. Para o corpo de oficiais veteranos, os signos da deferência parda não deveriam restringir-se ao âmbito militar, pois os pardos integravam uma classe social cujo *status* era inferior, o que, portanto, obrigava-os a portar-se com respeito aos brancos também na esfera civil.

A autoimagem cultivada e defendida pelos veteranos era a de que eles pertenciam a uma classe superior, o que era atestado por três fatores: integravam “a clase de europeos blancos”, provinham de nascimento distinto e, por fim, eram oficiais do Exército. Alegavam que, de acordo com as leis, essas “distinciones de jerarquía y empleo nos posicionan en que las clases inferiores en todos actos hallan de guardar consecuencia con nosotros tratándonos con atención, política y respecto”.¹⁰⁶ No campo de disputas pelos signos distintivos, a representação dos pardos foi lida pelos oficiais veteranos como uma afronta à sua posição social. Nesse sentido, a ordem de 28 de setembro constituía indício claro dessa tendência. Conforme o comandante Félix Martínez Malo, permitir que os oficiais pardos continuassem com os chapéus em presença dos oficiais veteranos significava “violentar el buen orden de las gentes, y aumentar a las injustas pretensiones de los Pardos que aspiran a salir de la esfera de su nacimiento a que deben estar sujetos”.¹⁰⁷

¹⁰⁶ Cf.: Representação de Joseph de Matos. 31 de outubro de 1779. AGN-CO, SC, Milicias y Marina, 37, 40.

¹⁰⁷ Cf.: Félix Martínez Malo para o governador do Panamá, Ramon de Carvajal. 1 de novembro de 1779.

A ideia conforme a qual os milicianos pardos empregavam a milícia como meio de ascender a lugares sociais não condizentes com a posição que ocupavam na estrutura social foi uma máxima compartilhada pelos grupos detentores de maior poder. Assim como o comandante Félix Martínez Malo e o subinspetor Joseph de Matos protestavam perante o que consideravam ser um atentado contra “el buen orden de las gentes” na cidade do Panamá, em outros espaços hispano-americanos a mesma tópica constituía argumento recorrente. Na conturbada configuração social de Caracas, as admoestações contra as pretensões dos pardos foram formuladas pelo governador Pedro Carbonell. A questão, discutida com o Conselho de Guerra em carta de 14 de dezembro de 1792, tinha como objeto uma representação encaminhada ao governador anterior, Juan Guillelmí, por Juan de Montes, tenente do Batalhão de pardos. O tema da representação em questão tratava da forma de juramento designado aos oficiais milicianos em causas judiciais. Conforme alegava o tenente pardo, ao participar de uma causa judicial envolvendo outro miliciano, ele havia sido compelido a “prestar juramento en la forma ordinaria”, o que estava em desacordo com sua posição distinguida como oficial.¹⁰⁸

Em decorrência do falecimento do governador Guillelmí, o caso foi analisado pelo recém-empossado Pedro Carbonell, o qual não poupou os pardos de duras críticas. Embora estivesse em Caracas há pouco tempo, suas opiniões em relação àqueles homens ecoavam críticas tradicionalmente defendidas pelos grupos de poder local, como era o caso dos membros do cabildo. Conforme expressou, havia reconhecido “en esta clase de gente que sirven en las Milicias un espíritu de altanería que a cada paso los hace olvidar de su calidad, queriendo igualarse con los demás que siguen la carrera de las Armas, y cuyo nacimiento los distingue”. Para o governador, os milicianos pardos “conciben que el uso de uniforme y distintivo que gozan los iguala al resto del Ejército, creyendo también que son superiores a los de su clase”. Como se vê, o argumento apresentado por Carbonell era, em linhas gerais, o mesmo evocado no caso dos milicianos do Panamá. Na percepção dessas autoridades, os pardos buscavam “igualar-se com os brancos” e eram caracterizados como um grupo coeso, dotado de identidade comum ou, nas palavras de Carbonell, de um “carácter de los mulatos”. Ao longo desse trabalho veremos que a ideia de “caráter dos mulatos”, descritos como orgulhosos e ambiciosos, foi uma constante em distintas regiões da América ibérica. Embora fique evidente que não se tratava da totalidade dos pardos, mas sim daqueles diretamente envolvidos em disputas por posições de prestígio, como os milicianos, a recorrência do

¹⁰⁸ Cf.: AGS, leg. 7175, 55. 1792-1793.

argumento evidencia a existência de tensões sociais que se avolumavam à medida que o século XVIII chegava a seu termo.

Por sua parte, o governador Carbonell sugeria que o privilégio requerido pelos pardos não fosse concedido, pois, caso contrário, “se llenarían de confianza para los demás privilegios a que aspiran, aumentando con esto su altanería y los impertinentes recursos a los jefes”.¹⁰⁹ Era necessário deixar claro os limites aos pardos. No entanto, tratava-se de um campo de disputas e, por isso, tensionado pelas constantes pressões por parte dos pardos e pelas reações dos brancos que integravam as milícias e o exército. Vale relembrar que a Espanha esteve envolvida em conflitos bélicos durante grande parte da segunda metade do século XVIII. Como se viu, após os confrontos que resultaram na queda de Havana no ano de 1762, seguiram-se as guerras envolvendo a independência das Treze Colônias e, já na década de 1790, conflitos com França e Grã-Bretanha em decorrência dos desdobramentos da Revolução Francesa. Nos domínios hispano-americanos, a década de 1790 foi particularmente problemática para a Coroa. De um lado, a carência de recursos para sustentar os gastos militares constantes, de outro, a necessidade de manter o sistema defensivo na Europa e na América. Nesse quadro, as milícias constituíram forças militares indispensáveis e, por isso, os corpos integrados por pardos e morenos estiveram no centro de alguns debates da época.

Como visto no capítulo 1, em algumas regiões do Caribe, pardos e morenos compunham parte substantiva da população, sendo, portanto, contingente humano imprescindível às milícias. Sobretudo no conturbado contexto da década de 1790, autoridades locais enfatizavam o importante papel desempenhado por pardos e morenos no interior do sistema defensivo da América. Nas propostas para a criação de novas companhias integradas por pardos ou morenos a consciência dessa realidade é claramente demonstrada, tanto por parte das autoridades militares como dos próprios pardos e morenos.¹¹⁰ Por outro lado, há vários indícios da atuação efetiva de companhias de pardos e morenos em ações defensivas, o que gerou demandas por privilégios e honras. Em face da indispensabilidade do serviço militar prestado pelos pardos e morenos, sobretudo nas praças mais importantes do Caribe, as autoridades régias viam-se pressionadas entre a necessidade de manter sua fidelidade e a cautela no sentido de não conceder privilégios em demasia que pudessem ocasionar conflitos sociais.

¹⁰⁹ Cf.: AGS, leg. 7175, 55. 1792-1793.

¹¹⁰ Cf.: AGS, leg. 6852, 57. 1793-1794, Habana; AGS, leg. 6862, 63. 1798, Habana; AGS, leg. 6861, 20. 1798, Matanzas; AGS, leg. 7176, 1. 1794, Caracas.

Quando a guerra contra a Inglaterra eclodiu, em 1797, era necessário manter todo o efetivo militar à disposição, sobretudo nas praças caribenhas, alvos prováveis dos ataques. Nessa conjuntura, os milicianos pardos do Batalhão de Cartagena apresentaram um requerimento ao vice-rei, Pedro Mendinueta, solicitando o direito de usarem as mesmas divisas do Exército. Alegavam que se consideravam “degradados mediante la privación de un distintivo que en las demás partes de América condecoraba a sus iguales quizás menos beneméritos”.¹¹¹ A demanda recebeu parecer favorável por parte do vice-rei, que despachou ordem para que o distintivo fosse concedido não somente aos pardos de Cartagena, mas a todos os oficiais pardos do Vice-Reino de Nova Granada. A resolução, no entanto, foi questionada pelo Conselho de Guerra, pois emitida sem a autorização régia e contrariando o que estava estabelecido no novo *Reglamento* para as Milícias de Nova Granada (1794). Nas explicações enviadas ao Conselho de Guerra, Mendinueta defendeu a medida evocando justificativas ligadas às especificidades do Vice-Reino de Nova Granada e à conjuntura militarmente conturbada.

A cidade de Cartagena, por exemplo, se destacava pela população eminentemente de cor: “Poco tiempo de simple residencia en la ciudad de Cartagena basta para cerciorarse del crecido número de gente de color que la habita, de su exceso respecto a los blancos, y de que es la verdadera clase del pueblo de útil servicio, robusta, ágil, y apta para todo lo género de fatiga”. Conforme o vice-rei, o mesmo padrão demográfico se repetia nas regiões um pouco mais ao interior e nas demais cidades da costa. A dependência para com a população de cor era tão profunda, que mesmo o regimento veterano que guarnecia a cidade era composto por maioria “de lo que llaman castas”. A situação na milícia não era outra a esse respeito, pois grande parte dos alistados “sean a lo más de los conocidos con el nombre de blancos de la tierra, que en substancia son Mulatos algo más aproximado a misma raza”.¹¹² Outro aspecto destacado foram as isenções ao serviço militar desfrutadas por comerciantes e seus dependentes e por burocratas a serviço do governo. Essa configuração tornava impossível a manutenção do sistema defensivo sem a presença dos homens de cor. Lembrava as instabilidades políticas das terras do interior, onde “no hay seguridad para contar con el común de los pueblos, antes bien es necesario para su contención echar mano de los de abajo”. Sem mencionar explicitamente, Mendinueta fazia referência aos movimentos contestatórios que assolaram as terras altas do vice-reino na década de 1780, destacando-se a chamada Revolta dos Comuneros (1781). Por fim, mencionou a falta de “Tropa española” no

¹¹¹ Cf.: AGS, leg. 7069, 36. 1798.

¹¹² Grifo no original.

vice-reino. A combinação de todos esses fatores havia obrigado “a poner las armas en manos de esta gente y fiarles casi en el todo el indispensable y honroso encargo de la defensa externa y tranquilidad interna”. Por isso, destacava que era necessário que “se evitasen en lo posible humillaciones que pudiesen exasperarlos”.¹¹³

As admoestações do vice-rei para o bom tratamento devido aos oficiais milicianos pardos estavam diretamente relacionadas com o contexto conturbado vivenciado em distintas partes da América espanhola. Somavam-se ao estado de guerra contra França e depois Inglaterra, agitações políticas internas. De um lado, a memória viva das revoltas antifiscais, de outro, a proliferação de manifestações de descontentamento via circulação de pasquins sediciosos.¹¹⁴ Evidência cristalina nesse sentido foi evocada pelo próprio vice-rei Mendingueta, que trouxe à memória do Conselho de Guerra eventos ocorridos em Cartagena no ano de 1794 em decorrência da circulação de papéis sediciosos, afirmando:

Se me ha referido confidencialmente que en el año de 94 habiéndose fijado en la Plaza de Cartagena unos pasquines aun más acres y sediciosos que los que poco antes se habían dejado ver en esta capital, no faltó quien los atribuyera al disgusto de los Pardos con el insinuado motivo, respecto a que entonces acababa de publicarse el nuevo Reglamento.¹¹⁵

Ao rememorar os eventos ocorridos em Cartagena e associá-los diretamente ao descontentamento dos milicianos pardos com a publicação do Novo *Reglamento* para as Milícias de Nova Granada, Mendingueta, além de buscar legitimar sua atitude, lançava um alerta ao Conselho de Guerra: os milicianos pardos, sobretudo aqueles que ocupavam posições no oficialato, constituíam um grupo específico no interior do conjunto dos homens de cor; por isso suas demandas por privilégios e honras não deveriam ser ignoradas pelas altas instâncias governativas. Os perigos de uma má política para com esses segmentos sociais estavam claramente evidenciados em ações como a dos pasquins sediciosos. Outros burocratas a serviço da Coroa expressavam opiniões semelhantes. Conforme parecer do fiscal da Audiência de Santa Fé, Don Joseph Antonio de Berrio, ao caso da querela dos chapéus no Panamá, embora os oficiais pardos devessem reconhecer a posição hierárquica superior dos oficiais veteranos, “es necesario que en esto se observe un justo temperamento, de modo que

¹¹³ Cf.: AGS, leg. 7069, 36. 1798.

¹¹⁴ Cf.: AGN-CO, HISTORIA:SAA-I.17, 3, doc. 62. Circulação de pasquins contra a Religião e a Monarquia em províncias do interior como Tunja e Mariquita. 1794; AGN-CO, SC, Policía, 47, 5, doc. 54. Papéis sediciosos em Santa Marta. 1797; AGI, Estado, leg. 56A, N. 3. Circulação de papéis sediciosos em Santa Fé com cópias dos “Direitos do Homem”. 1794; AGI, Estado, leg. 53, N. 55. Papéis sediciosos em Quito. 1794.

¹¹⁵ Cf.: AGS, leg. 7069, 36. 1798.

no degenerare en abatimiento, y objeción de ánimo que los envilezca, y haga despreciables a sus súbditos”.¹¹⁶ Na percepção do fiscal, os oficiais pardos ocupavam posição fundamental no sistema de controle social aos demais homens de cor, daí a admoestação para que não fossem tratados de forma humilhante, pois, do contrário, perderiam o domínio sobre seus subordinados ou súditos. Em última instância, o fiscal expressava o papel central desempenhado pela oficialidade parda na manutenção dos mecanismos de controle social.

A conquista de privilégios pelos milicianos pardos das regiões do Vice-Reino de Nova Granada e da Província e depois Capitania Geral da Venezuela são indicativos das parcelas de poder manejadas por esses segmentos sociais. Para os grupos com maior retenção de poder, os privilégios concedidos aos milicianos pardos provocavam uma inaceitável aproximação de suas posições sociais. Em decorrência dessa percepção, seus protestos eram acompanhados de admoestações sobre os efeitos sociais gerados pela concessão de privilégios e isenções aos milicianos pardos, destacando-se, sobretudo, a possibilidade de erosão das hierarquias sociais. Desse modo, os conflitos envolvendo os milicianos pardos e os indivíduos pertencentes aos grupos de maior poder indicam a inter-relação entre o âmbito militar e o *status* social dos pardos na configuração social mais ampla. Por isso o campo militar integrado pelos pardos estava diretamente relacionado com a imersão desses segmentos sociais no campo político das sociedades ibero-americanas de fins do século XVIII e primeiras décadas do XIX.

Notou-se que as demandas dos milicianos pardos convergiam para duas questões principais: o direito ao *fuero* militar e a conquista de signos de distinção. Em relação às contendas geradas em função da extensão do *fuero* militar aos milicianos pardos e morenos, observa-se uma maior concentração de casos ao longo das décadas de 1760 e 1770, tendendo à estabilização ao longo dos anos 80 e 90. Na última década do século XVIII, são as chamadas milícias urbanas que pleiteiam o direito ao *fuero* militar. Isso se deve ao fato de que na década de 1780 muitas regiões já se encontravam inseridas no plano de reforma militar. Esse é o caso, por exemplo, do Vice-Reino de Nova Granada e da Província e depois Capitania Geral da Venezuela. Com a institucionalização dos batalhões, assegurou-se o direito ao *fuero* militar aos milicianos, o que, como consequência, apaziguou as disputas em relação a essa questão.

Por sua vez, as reivindicações por insígnias de distinção mantiveram-se como foco constante de tensões envolvendo milicianos pardos. É plausível sugerir que a permanência desse campo de disputas tenha relação com o ordenamento institucional das milícias hispano-

¹¹⁶ Cf.: Parecer emitido em 1 de fevereiro de 1780. AGN-CO, SC, Milicias y Marina, 37, 40.

americanas. Se grande parte das questões relativas à organização das milícias fora determinada nos *Reglamentos*, o campo de expectativas em relação aos símbolos de distinção ainda permanecia aberto. Diante da impossibilidade de ascenderem aos postos de maior prestígio e poder nos batalhões, as insígnias de distinção eram entendidas como moeda de troca tanto pelos milicianos como pelas autoridades. Ao avaliar o requerimento do capitão pardo de uma companhia do Batalhão de Havana, Francisco Alvarez, que buscava ser condecorado com uma medalha de honra, o subinspetor geral das Tropas de Cuba expressava nitidamente os limites impostos aos milicianos pardos. Embora a carreira militar do capitão se destacasse por inúmeros fatores, pois havia participado de campanhas em Havana, no contexto da invasão britânica, na Florida e em Pensacola, além de ter equipado sua companhia, Francisco Alvarez não poderia ser recompensado com graças mais significativas. Conforme o subinspetor, “no pudiendo obtener en la carrera militar a otra mayor gracia que la de que V. M. le confiera la medalla de su Real Efigie, le considero digno de ella”.¹¹⁷

Se em Cuba a maior graça possível a um miliciano pardo era a condecoração com uma medalha de ouro ou prata, nas regiões caribenhas do Vice-Reino de Nova Granada e da Capitania Geral da Venezuela havia outras possibilidades. Nessas regiões, o campo de expectativas em relação aos privilégios honoríficos apresentava-se mais alargado que em Cuba. De fato, ao se confrontar as manifestações dos milicianos pardos das regiões caribenhas de Nova Granada com seus pares cubanos não se encontram manifestações de pressão para a obtenção de privilégios como o uso de roupas, adereços e outros símbolos de prestígio. Na documentação que tramitava entre as autoridades cubanas e os Conselhos de Índias e de Guerra há poucos vestígios que indiquem a emergência de manifestações de descontentamento e de aspirações que fossem além do que estava previsto na legislação militar.

Como já se aventou, é provável que em Cuba os mecanismos de controle social destinados a essas populações pudessem ser aplicados de forma mais estrita que nas regiões de Nova Granada e da Província e depois Capitania Geral da Venezuela, instituindo uma espécie de barreira para as aspirações dos milicianos pardos. Dentre os múltiplos fatores responsáveis por essa situação, destacam-se dois: o primeiro diz respeito ao fato de que a existência de elites locais detentoras de níveis elevados de retenção de poder constituiu fator significativo para a configuração do campo de possibilidades disponível aos milicianos pardos de Cuba; o segundo se relaciona às características da estrutura militar cubana, sendo aquela

¹¹⁷ Cf.: AGS, leg. 6872, 55. 1792.

ilha a região americana melhor guarnecida com efetivos das tropas veteranas, diferentemente do que ocorria nas principais regiões costeiras de Nova Granada, que sofriam endemicamente com a carência das tropas profissionais, como observado pelo vice-rei Mendinueta em fins do século XVIII. Assim, a estrutura do aparato militar cubano permitia que se formasse um sistema de controle social destinado aos milicianos pardos e morenos que dificilmente seria reproduzido em outras regiões hispano-americanas; por fim, deve-se atentar para o processo de transformação estrutural vivenciado pela sociedade cubana de fins do século XVIII, já voltada para a consolidação de uma economia baseada na produção açucareira e na mão de obra escrava. Em Cuba, observa-se uma relação direta entre o incremento do tráfico de escravos e o desenvolvimento de novas políticas voltadas ao controle social da população de cor livre. Como veremos em outra seção, nessa conjuntura as milícias integradas por pardos e morenos passaram a ser vistas pelas elites ligadas à produção açucareira como focos de instabilidade social. Desse modo, embora não se encontrem manifestações de milicianos pardos como as que ocorriam nas zonas costeiras de Nova Granada e na Venezuela, isso não significou ausência de significados políticos associados às milícias em Cuba.

Não obstante a existência de níveis de pressão distintos exercidos pelos milicianos pardos das regiões hispano-americanas analisadas, foi comum a todos os espaços a percepção das milícias como instituições a partir das quais eram articulados mecanismos que colocavam em risco a estrutura social tradicional. Desse modo, evidencia-se a relação intrínseca entre as milícias reformadas e a integração social e política dos pardos livres. Nos quadros da América portuguesa, a configuração específica das milícias de pardos deu lugar a outras experiências políticas, que, ao serem analisadas, darão elementos para a elaboração de tese geral acerca do *status* sociopolítico dos pardos livres na América ibérica de fins do século XVIII e primeiras décadas do XIX, bem como sobre o processo de politização vivenciado por esses segmentos sociais.

2.4. Demandas militares e conflitos: o caso da América portuguesa

As reformas militares implantadas após o fim da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) transformaram o modo de inserção política dos pardos na América portuguesa. A formação de Terços exclusivos a eles a partir da outorga da Carta Régia de 1766 significou o reconhecimento por parte do Estado português de que os pardos conformavam um grupo dotado de identidade específica no interior da estrutura social americana. Embora pardos e

mulatos figurassem como atores sociais desde o século XVII – o que é atestado na legislação, em escritos literários e petições ¹¹⁸ –, a constituição de corporações exclusivas a eles ganhou expressividade sobretudo a partir de meados do século XVIII. Até a outorga da Carta Régia de 1766, a generalidade das companhias de pardos permanecia avulsa, isto é, sem o suporte de um corpo militar mais abrangente, ou estava integrada em Terços de Ordenanças comandados por homens brancos, tendo-se evidência da existência de apenas um Terço de Ordenança de pardos em Pernambuco. Situação distinta da vivenciada pelos Terços de Henrique Dias, consolidados nas capitanias de Pernambuco e Bahia e que contavam com a honra de serem comandados por homens da mesma qualidade que distinguia o Terço, ou seja, por homens pretos.¹¹⁹ Essa condição garantia aos Henriques um importante grau de autonomia em relação às autoridades brancas ligadas às Ordenanças, o que, dentre outros fatores, permitiu que figurassem como um grupo de pressão ao longo da primeira metade do século XVIII.¹²⁰

Assim, foi somente a partir da fundação e expansão de seus corpos militares – bem como de suas irmandades – que, de fato, os pardos passaram a figurar como atores políticos. Como discutido no capítulo 1, nas sociedades de Antigo Regime, a vinculação entre os indivíduos e o Estado se dava por meio de corporações, as quais garantiam representatividade política ao conferir-lhes deveres e privilégios específicos. Ao mesmo tempo em que essas corporações eram entendidas pelo Estado como um instrumento para o exercício de controle social, elas eram a expressão da integração da população designada como parda na comunidade política da monarquia portuguesa. Desse modo, a criação e proliferação de corporações identificadas aos pardos a partir de meados do século XVIII foi fator decisivo no processo de construção da representatividade política do grupo.

Nesse processo, os corpos militares foram os principais nichos de politização disponíveis aos pardos. Embora as irmandades subsidiassem o melhoramento das condições de vida dos confrades por meio da assistência espiritual e social e, ao mesmo tempo, possibilitassem a emergência de identidades coletivas, as demandas emanadas desse universo não tinham o mesmo potencial político que o dos corpos militares. Como veremos ao longo dessa discussão, as honras obtidas por pardos e pretos em decorrência do pertencimento aos corpos militares produziam tensões relacionadas à própria estrutura social vigente, uma vez

¹¹⁸ Vale observar que, na documentação concernente ao século XVII, a maior parte das referências dizia respeito aos mulatos, sendo menos comum o emprego do designativo pardo. Para uma abordagem sobre os mulatos nas sátiras de Gregório de Matos, ambientadas na Bahia do século XVII, ver: PERES, Fernando da Rocha. Negros e mulatos em Gregório de Matos. *Revista Afro-Ásia*, pp. 59-75, 1967.

¹¹⁹ O terço dos Henriques da Bahia, porém, não era comandando por um mestre de campo, mas sim por um capitão-mor.

¹²⁰ Sobre as trajetórias diferenciadas dos Terços de pretos e das companhias de pardos ao longo da primeira metade do século XVIII, ver discussões do capítulo 1.

que elas contradiziam a posição social ocupada por esses indivíduos.¹²¹ Alguns dos privilégios concedidos aos pardos e pretos na qualidade de homens de armas eram tradicionalmente reservados a indivíduos pertencentes aos estratos sociais mais elevados ou, ao menos, no caso da sociedade escravista que se desenvolveu na América, a homens brancos. A vinculação das patentes militares com o enobrecimento constitui aspecto central desse campo de tensões.

A qualidade da nobreza era obtida por duas vias durante a vigência do Antigo Regime: ou se nascia nobre – a chamada nobreza de sangue ou hereditária – ou ela era conquistada por meio da intervenção régia – a nobreza civil ou política.¹²² Dentre os diferentes meios para adquirir a nobreza civil, constava o exercício de postos militares. Em um compêndio sobre os privilégios relativos à nobreza de Portugal, publicado em 1806 por Luiz da Silva Pereira Oliveira, afirmava-se ser “notório que os postos militares enobrecem os sujeitos a quem forem conferidos”. Conforme o autor, a patente de capitão já era “suficiente para nobilitar”, sendo os demais postos superiores reconhecidamente aceitos como geradores de nobreza.¹²³ Observa-se, ademais, que o privilégio atrelado ao exercício das armas na condição de oficial – a partir do posto de capitão – não se restringia às Tropas pagas, uma vez que a Infantaria Auxiliar “goza de todos os privilégios da Tropa paga, sem exceção”.¹²⁴ A nobreza vinculada aos postos militares era efetivada por privilégios específicos, como, por exemplo, a isenção de taxas municipais.¹²⁵

Assim, ao ocuparem posições nas cadeias de comando dos corpos militares, pardos e pretos tinham acesso a privilégios e signos distintivos tradicionalmente reservados aos grupos sociais identificados à nobreza. Por isso os corpos militares exclusivos a esses segmentos sociais se convertiam em uma fonte de tensão. Para os grupos sociais ligados ao *status* da

¹²¹ A mesma ideia foi desenvolvida por Luiz Geraldo Silva ao analisar o processo de institucionalização das milícias de afrodescendentes na América portuguesa ao longo da primeira metade do século XVIII. Inspirado nas proposições teóricas da sociologia de Norbert Elias, o autor denominou de “equilíbrio assimétrico entre posição social e função social de prestígio” o fenômeno produzido pela condecoração de afrodescendentes nos postos do alto escalão das Tropas Auxiliares. Vide SILVA, Luiz Geraldo. *Indivíduo e sociedade*. Brás de Brito Souto e o processo de institucionalização das milícias de afrodescendentes livres e libertos na América portuguesa (1684-1768). *Tempo*, Vol. 23, n. 2, pp. 174-203, mai./ago. 2017.

¹²² Sobre a nobreza civil ou política, ver SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005, pp. 17-19; para uma abordagem sobre a conquista da nobreza civil por meio da compra de títulos de nobreza e de hábitos das ordens militares nas sociedades ibéricas da Península e da América, ver: RAMINELLI, Ronald. Nobreza e riqueza no Antigo Regime ibérico setecentista. *Revista de História*, São Paulo, n. 169, pp. 83-110, 2013.

¹²³ Cf.: OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira. *Privilégios da nobreza e fidalguia de Portugal*. Lisboa: Nova Oficina de João Rodrigues Neves, 1806, pp. 41; 44.

¹²⁴ Cf.: OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira. *Privilégios da nobreza...*, p. 45.

¹²⁵ Maria Beatriz Nizza da Silva defende que a nobreza civil necessitava ser reforçada e ressaltada, pois “só graças a várias mercês, reforçadas umas pelas outras, é que a nobreza se impunha na sociedade”. *Ser nobre...*, p. 18.

nobreza, os privilégios outorgados aos pardos significavam uma erosão das hierarquias que sustentavam o sistema social; já o Estado, às voltas com as necessidades de manutenção e defesa dos espaços coloniais, via-se compelido a incorporar indivíduos oriundos da escravidão aos quadros do sistema militar e, com isso, a beneficiá-los com a concessão de privilégios. Essas retribuições, no entanto, não poderiam abalar as hierarquias sociais, decorrendo daí o papel do Estado como mediador no equilíbrio das tensões. A imersão dos pardos nesse campo de disputas e tensões configura o que se tem denominado de “político” nesta investigação.¹²⁶ Não se trata, porém, de relações ligadas exclusivamente às disputas entre grupos sociais detentores de diferentes níveis de poder – no caso em questão, entre descendentes de escravos e grupos associados à nobreza – mas de pensar essas relações considerando a intermediação do Estado como um fator essencial do jogo social.

As demandas individuais e coletivas, bem como as funções sociais exercidas por cada grupo, inseriam indivíduos e grupos na comunidade política sob a égide das monarquias ibéricas. No contexto do Antigo Regime, os corpos militares constituíram as principais instituições que possibilitavam a atuação dos pardos como atores políticos naquelas configurações sociais. O desenvolvimento das relações políticas relacionadas à experiência dos pardos nos corpos militares, porém, variou de região para região e de período para período. Como discutido em seção anterior, as reformas militares executadas a partir da década de 1760 dotaram as milícias de um novo *status*, transformando-as na principal força do sistema defensivo americano. Esse quadro era comum aos espaços ibero-americanos. Disseminou-se, igualmente, a percepção conforme a qual os privilégios concedidos aos milicianos pardos produziam um desequilíbrio na estrutura social. Não obstante, na América portuguesa, a atuação política dos milicianos pardos deu-se de modo diferente em relação a seus pares hispano-americanos.

Na América portuguesa, o horizonte de expectativas dos milicianos incluía a possibilidade de pleitear os postos do estado maior dos terços e regimentos, o que os inseria de modo particular nas disputas que caracterizavam o jogo no interior do campo militar. Identificar e analisar o funcionamento das milícias de pardos na América portuguesa, bem como as principais demandas do grupo, consiste em exercício que permitirá, por um lado, caracterizar a inserção política e social dos milicianos pardos e, por outro, compreender a especificidade do caso português. Ao fim, espero poder demonstrar que as milícias foram instituições centrais na articulação do processo de politização vivenciado pelos pardos livres

¹²⁶ BALANDIER, Georges. *Antropologia política*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro/Editora da Universidade de São Paulo, 1969, pp. 35-36.

na América ibérica em fins do século XVIII e ao longo das primeiras décadas do século XIX. O fenômeno, embora compartilhado, teve desenvolvimento específico em cada sociedade devido a múltiplos fatores de ordem estrutural. Daí a pertinência da análise do processo em perspectiva comparada.

* * *

As distinções entre as milícias da América espanhola e da América portuguesa são elementos centrais para a compreensão do papel político vinculado às corporações de pardos nos dois espaços. Como exposto anteriormente, as reformas militares executadas pelas monarquias ibéricas após a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), embora seguissem o princípio comum de empregar a população civil na defesa das colônias, divergiam quanto a alguns traços institucionais. Pode-se afirmar que a existência dos *Reglamentos* configurou as milícias hispano-americanas como instituições reguladas mais estritamente em comparação com o quadro vigente na América portuguesa. Os *Reglamentos* determinavam a quantidade de batalhões existentes, a estrutura de comando, os uniformes, soldos e privilégios destinados a cada uma das unidades. Quanto aos batalhões de pardos e morenos, já destacou-se o papel exercido pela Plana Mayor de oficiais brancos oriundos do Exército no ordenamento e controle desses milicianos. Além disso, viu-se que os mecanismos de controle social iam além da subordinação aos oficiais da Plana Mayor e das restrições à ascensão aos postos do alto escalão dos batalhões. Buscava-se cercear as possibilidades de articulação dos milicianos pardos e morenos como grupos com capacidade para pressionar a monarquia, o que era feito por meio de ordens régias que proibiam a formulação de petições coletivas e a ida de milicianos ao reino com o fim de demandar privilégios e recompensas. Notou-se, ademais, que a efetivação desses mecanismos de controle social não era homogênea, apresentando-se com mais ímpeto na Capitania Geral de Cuba e de forma irregular em regiões do Vice-Reino de Nova Granada e na Capitania Geral da Venezuela.

Analisadas tendo em vista o caso da América portuguesa, as reformas militares espanholas podem ser lidas como evidência da maior burocratização do império espanhol. As diferenças entre os impérios ibéricos no que diz respeito às formas de condução de suas colônias não é uma questão nova na historiografia. Como já se observou nesta tese, entre os aspectos mais ressaltados consta a tese conforme a qual a Coroa espanhola seria mais rígida e sistemática quanto à formulação e aplicação das leis na América; já a Coroa portuguesa teria um modo de operação mais informal e flexível. A carência de recursos – humanos e

financeiros – que assolava o império português tem sido indicada como a causa fundamental das limitações à consolidação das normas e diretrizes de forma mais centralizada e burocrática.¹²⁷ A limitação de recursos igualmente afetava o aparato militar, o que levou Portugal a figurar como um império muito irregular em termos de efetivos do exército pago e permanente. Como foi notado, somente ao longo da segunda metade do século XVIII é que Portugal iria expandir as receitas destinadas ao fomento do Exército e empreender esforços para equiparar suas forças em termos técnicos com as demais potências europeias.¹²⁸

As limitações da Coroa portuguesa em termos de financiamento da força defensiva podem ser averiguadas também nas reformas das tropas auxiliares. Na Carta Régia de 1766 estabelecia-se que “serão obrigados todos os oficiais e soldados a terem à sua custa espadas e armas de um mesmo adarme, e os da cavalaria a terem e sustentarem à sua custa um cavalo e um escravo para cuidar nele”.¹²⁹ De acordo com o previsto na lei, o impacto financeiro das Tropas Auxiliares aos cofres régios deveria ser mínimo. Embora esse mesmo princípio fosse seguido nos domínios espanhóis, é notável uma maior pré-disposição da Coroa espanhola em arcar com os custos básicos das tropas, que incidiam em itens como armas e uniformes. Não obstante, a determinação régia encontrava obstáculos para ser efetivada na América portuguesa. Em ofício datado de 1774 e enviado pelo governo da Bahia para Martinho de Melo e Castro, então secretário de estado da Marinha e Ultramar, declarava-se a incapacidade financeira de soldados e oficiais para a aquisição de armas. Logo, fazia-se premente a intervenção da Coroa, ocasionando gastos à Fazenda Régia. Na prática, mesmo relutante e de forma irregular, a Coroa arcava com os custos de manutenção ligados a essas tropas.¹³⁰

As práticas administrativas da Coroa portuguesa relativamente menos burocratizadas configuraram maiores possibilidades de ação aos milicianos pardos e pretos em comparação com seus contemporâneos hispano-americanos. Começamos pelas vias de comunicação com as instâncias governativas. Como vimos, nos espaços hispano-americanos analisados a autonomia dos milicianos pardos e morenos quanto à manifestação de suas insatisfações e

¹²⁷ Essa tese tem uma longa história, tendo sido proposta, por exemplo, pelo inglês Henry Koster. Na historiografia atual, alguns autores que defendem essa perspectiva são: HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Reforma y disolución...*, pp. 93-98; MAXWELL, Kenneth. *Hegemonias antigas e novas...*, pp. 221-229; HESPANHA, António Manuel. As estruturas políticas em Portugal na Época Moderna. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. São Paulo: EDUSC-UNESP, 2001, pp. 117-182; SILVA, Luiz Geraldo. *Indivíduo e sociedade...*

¹²⁸ GOUVEA, António Camões; MONTEIRO, Nuno G. A Milícia...

¹²⁹ Cf.: Carta Régia de 22 de março de 1766. AHU-São Paulo (Mendes Gouveia), cx. 24, doc. 2354. Essa era uma prática tradicional, já presente na Lei de Armas de 1549 e 1569.

¹³⁰ Cf.: Essa discussão entre o governo da Bahia e o secretário de estado teve origem a partir de um requerimento feito pelo coronel do Terço dos Pardos no qual solicitava armas para os soldados. AHU-Bahia (Castro e Almeida), cx. 46, doc. 8643. Bahia, 20 de junho de 1774; cx. 46, doc. 8650. Bahia, 1 de julho de 1774; cx. 46, doc. 8653. Bahia, 15 de julho de 1774.

anseios era limitada. Ordens régias e pareceres de autoridades militares proibiam viagens à Corte para fins de apresentação de demandas, bem como viam com maus olhos a formulação de representações coletivas. Além disso, os trâmites para a apresentação das demandas envolviam uma hierarquia de autoridades, o que, presume-se, poderia obstruir a chegada do documento ao destino almejado. A situação nos domínios portugueses era mais favorável aos milicianos pardos e pretos que buscavam obter recompensas pelos serviços prestados à Coroa ou denunciar situações que considerassem injustas.

Ir à corte a fim de solicitar privilégios e recompensas era uma prática corrente entre os habitantes da América portuguesa. No entanto, é notável que a empreitada era mais facilmente realizável para os habitantes das regiões próximas às cidades portuárias do que para aqueles que viviam em regiões interioranas como Minas Gerais e Goiás.¹³¹ Embora os indivíduos que dispunham de situação econômica mais cômoda tivessem melhores condições de empreender a jornada, até mesmo pessoas com recursos mais modestos, incluindo-se aí escravos, lograram chegar próximo ao soberano ou a seus representantes diretos.¹³² Os serviços militares constavam entre os mais promissores em termos de possibilidade de gratificações por parte do rei. Tão logo a guerra contra o domínio holandês no nordeste terminou, oficiais integrantes do Terço de Henrique Dias rumaram para Portugal com o objetivo de serem remunerados pelos importantes serviços prestados ao longo dos anos de combate.¹³³ A prática não encontrou obstáculos legais e, ao longo do século XVIII, foi disseminada entre pardos e pretos que serviam ao rei na condição de oficiais das Ordenanças e das Tropas Auxiliares.

Um caso emblemático é o do crioulo José Inácio Marçal Coutinho, morador de Vila Rica, capitania das Minas Gerais, o qual desempenhava duas funções: era capitão do mato, responsável por procurar e capturar escravos fugidos e destruir quilombos e, ao mesmo

¹³¹ Esse aspecto foi tratado por Ana Carolina Crispin a partir da comparação entre oficiais milicianos de Pernambuco e de Minas Gerais. *Além do acidente pardo: os oficiais das milícias pardas de Pernambuco e Minas Gerais (1766-1807)*. Dissertação – Mestrado em História. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2011, p. 63.

¹³² Sobre escravos que fugiam para Portugal inspirados pelas possibilidades de liberdade garantidas pelo alvará de 19 de janeiro de 1761, ver LIMA, Priscila de. *De libertos a habilitados*. Interpretações populares dos alvarás anti-escravistas na América portuguesa (1761-1810). Dissertação – Mestrado em História. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, 2011, pp. 60-72; sobre as possibilidades da conquista da liberdade por meio do mar e das fugas, ver: RODRIGUES, Jaime. *Escravos, senhores e vida marítima no Atlântico: Portugal, África e América portuguesa, c. 1760-1825*. *Almanack*. Guarulhos, n. 5, pp. 145-177, 2013.

¹³³ Cf.: Consulta do Conselho Ultramarino sobre o requerimento do governador do Terço de Henrique Dias, pedindo ajuda de custo para regressar à capitania de Pernambuco, em remuneração aos serviços prestados nas guerras do Brasil. AHU-Pernambuco, cx. 7, doc. 589. Lisboa, 21 de junho de 1657; Consulta do Conselho Ultramarino sobre o requerimento dos soldados do Terço de Henrique Dias pedindo ajuda de custo para regressar à capitania de Pernambuco. AHU-Pernambuco, cx. 7, doc. 591. Lisboa, 6 de agosto de 1657; Requerimento de dois capitães do Terço de Henrique Dias pedindo passagem e mantimentos para regressarem à capitania de Pernambuco. AHU-Pernambuco, cx. 33, doc. 3060. Lisboa, 12 de abril de 1726.

tempo, escrevente, trabalhando nos órgãos de justiça da capitania. Sabia ler e escrever e conhecia com algum aprofundamento as leis e os trâmites burocráticos das causas judiciais. Em meados do século XVIII, partiu para a corte com o objetivo de requerer a patente de capitão-mor dos matos. Esteve no reino aproximadamente por uma década, entre os anos de 1755 e 1765, onde se identificava como representante dos forros de Minas Gerais. Durante a estadia, teve contato com autoridades e personalidades importantes, como José Mascarenhas Pacheco, membro da Academia Real da História Portuguesa e das Academias Reais de Valladolid e de Madrid, quem chegou a levá-lo até a corte madrilena. Suas demandas foram apresentadas em três requerimentos, datados, respectivamente, de 1755, 1761 e 1762. No primeiro e mais longo, o discurso foi organizado em vinte e sete capítulos, ao longo dos quais o autor descreve as qualidades positivas do heterogêneo grupo dos forros, identificados como “crioulos, pretos, mestiços, cabras e mulatos”. É interessante notar que, embora Marçal Coutinho buscasse a concretização de um objetivo pessoal – a patente de capitão-mor dos matos – seu discurso ultrapassou os limites individuais, configurando-se como um representante dos anseios de todo um segmento social. Marco Antonio Silveira interpretou a figura de Marçal Coutinho como emblemática de um processo social vivenciado pelos negros e mestiços da capitania de Minas Gerais ao longo do século XVIII, ao qual denominou de “acumulação de forças”. Trata-se do processo de integração social e política dos libertos e seus descendentes, que de elementos perigosos à estabilidade social passaram a integrar o sistema de sustentação da ordem pública.¹³⁴ Da autoconsciência do importante papel que desempenhavam, nasciam as aspirações por privilégios e recompensas.

O caso de Marçal Coutinho suscita algumas questões importantes para compreender os tipos de ação que estavam no horizonte de possibilidades de pardos e pretos que habitavam vilas e cidades da América portuguesa. Em primeiro lugar, tem-se indício de que era possível a um crioulo ir para a corte e lá permanecer até que seus anseios – ou parte deles – fossem atendidos. Tal como os oficiais do Terço de Henrique Dias no século XVII, a história de Coutinho demonstra que essa era uma via de ação que permaneceu como algo factível para esses homens. Em segundo lugar, sujeitos situados em lugares sociais desprestigiados – em decorrência da vinculação com o cativo e das condições materiais de vida geralmente modestas – tinham acesso aos órgãos superiores da administração colonial. Ao entrarem em contato com as autoridades e personalidades de vulto no cenário cortesão, esses homens

¹³⁴ SILVEIRA, Marco Antonio. Narrativas da contestação. Os capítulos do crioulo José Inácio Marçal Coutinho (Minas Gerais, 1755-1765). *História social*, n. 17, pp. 285-307, 2009, p. 286. Nesse artigo, o autor analisa em pormenor os requerimentos apresentados por José Marçal Coutinho, bem como fornece as transcrições dos referidos documentos.

cumpriam um papel de suma importância, atuando como pontes de ligação entre o mundo colonial e o topo da administração ultramarina sediada no reino. As demandas que apresentavam eram evidência de que no mundo americano estava em gestação um tipo de súdito que buscava reconhecimento e que não poderia ser tratado com indiferença. Em último lugar, destaco a importância dos serviços militares para o recebimento de recompensas por parte do rei.

Ao examinar o perfil de outros pardos e pretos que estiveram em Lisboa ao longo da segunda metade do século XVIII, percebe-se uma predominância de militares. Parte significativa de suas demandas estava ligada aos serviços prestados ao Estado, sendo a atividade militar o principal fato que gerava expectativas quanto ao recebimento de recompensas. Mesmo em situações nas quais a graça almejada não estava relacionada diretamente ao universo militar, o requerente tendia a ser oriundo ou a ter ligações familiares com ele. Esse era o caso de pardos que partiam para Portugal com a finalidade de estudar, permanecendo na corte por algumas temporadas. Em 1794, José Teófilo de Jesus, porta-bandeira do Quarto Regimento de Salvador, composto por homens pardos, solicitou licença para viajar e permanecer na corte por um ano para “adquirir mais alguns conhecimentos na sua Arte de Pintura”.¹³⁵ Já Antônio José da Silva Vale César, soldado voluntário que servia em uma companhia agregada ao Regimento de Dragões de Vila Rica, chegou a Lisboa no ano de 1801, lá permanecendo até por volta de 1808. Embora servisse em um regimento de homens brancos, Antônio José era pardo. Ao longo de sua estadia na corte buscou privilégios e, sobretudo, aperfeiçoamento técnico. Ele não foi atendido pelo regente D. João ao demandar uma nomeação como segundo caixa dos contratos das extrações de Minas Gerais e tampouco recebeu os soldos que alegava ter direito, mas pôde cursar desenho histórico e arquitetura civil, bem como ingressar na Universidade de Coimbra nos cursos de matemática e filosofia. Quando retornou à Vila Rica, levava na bagagem os certificados que atestavam que ele era “desenhador” de arquitetura civil.¹³⁶

A trajetória do renomado músico Luís Álvares Pinto, natural do Recife, indica de forma mais detalhada os caminhos possíveis aos pardos que buscavam melhorar suas condições de vida por meio do aprendizado de ofícios especializados. Auxiliado por sua família – cujo patriarca era Basílio Álvares Pinto, capitão de uma companhia de ordenança de

¹³⁵ Cf.: AHU-Bahia (Avulsos), cx. 196, doc. 26. Anterior a 9 de julho de 1794.

¹³⁶ As informações sobre o pardo Antonio José foram analisadas por Ana Carolina Teixeira Crispin. *Além do acidente...*, pp. 63-66. A autora defende que na capitania de Minas Gerais era incomum que pardos integrantes dos terços e regimentos de pardos fossem à Corte; o mais comum era que pardos oriundos dos regimentos de brancos lograssem a empreitada. Porém, a autora não sugere interpretação acerca do fenômeno.

homens pardos do Recife – e, conforme alguns indícios, pela Irmandade de Nossa Senhora do Livramento¹³⁷, o músico partiu para Lisboa no ano de 1740 a fim de aperfeiçoar-se na arte da música, lá permanecendo até pelo menos 1755. A vida do músico tem sido objeto de investigação de diversos pesquisadores. Conforme essas investigações, ele teve aulas com o mestre contrapontista Henrique da Silva Esteves Negrão, que na época era um renomado organista da Sé de Lisboa. Exerceu as funções de copista e compositor na Capela Real; paralelamente foi se inserindo nos círculos da corte por meio do ensino da música, atuando como professor das famílias da alta nobreza lusitana. Chegou a instruir as filhas de Martinho de Melo e Castro, na época ministro da Marinha e ultramar.¹³⁸ Seu retorno ao Recife é atribuído às mudanças no reino após o terremoto de 1755. Em um cenário de devastação e esforços para a reconstrução da cidade, as artes entrariam no rol de gastos dispensáveis, refletindo diretamente nas rendas do músico.¹³⁹ Ao retornar ao Recife, os dados para o início da década de 1760 demonstram que o músico passa a ocupar posição de destaque em distintos nichos de sociabilidade: mordomo da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento. Ao longo dos anos o músico seria figura conhecida no interior dessa irmandade, nela exercendo funções variadas como escrivão, juiz e mestre de capela; atuava como professor de música, obtendo licenças como “professor régio de instrução primária”; integrou um dos Terços de Pardos do Recife, chegando ao importante posto de sargento-mor.¹⁴⁰ Como veremos em outro momento, no início da década de 1770, Luís Álvares Pinto já atuava como uma das principais lideranças em um dos terços de pardos do Recife, diretamente envolvido nas questões políticas relativas à corporação militar.

Esses casos demonstram que ir à corte constituía possibilidade plausível aos pardos da América portuguesa. Ao retornarem às suas casas, esses homens não raro passavam a atuar como elos que articulavam redes de sociabilidades que permitiam aos pardos – assim como aos pretos – constituírem-se como grupos de pressão. Traziam na bagagem não apenas pertences particulares, mas notícias e informações que em terras americanas poderiam se transformar em combustível para novas demandas e inquietações. Esse foi o caso, por exemplo, das informações sobre o alvará de 16 de janeiro de 1773, que instituiu a lenta e

¹³⁷ Viu-se em capítulos precedentes que essa irmandade era uma corporação de pardos, a mesma que organizou e custeou a grandiosa festa de São Gonçalo Garcia no ano de 1745.

¹³⁸ CASTAGNA, Paulo. A produção religiosa nordestina e paulista no período colonial e imperial. In: *Apostila do curso História da Música Brasileira*. Instituto de Artes da UNESP, 2004. pp. 12-13; OLIVEIRA, Carla Mary S. Música e primeiras letras no Recife colonial: Luís Álvares Pinto, mulato, músico e professor régio. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 29, n. 1, pp. 27-43, 2011, pp. 30-31.

¹³⁹ OLIVEIRA, Carla Mary S. Música e primeiras letras..., p. 31.

¹⁴⁰ Cf.: Ofício do sargento-mor Luis Alves Pinto. AHU-Pernambuco, cx. 109, doc. 8407. Recife, 27 de abril de 1770; OLIVEIRA, Carla Mary S. Música e primeiras letras..., p. 32.

gradual extinção da escravidão em Portugal. Apenas alguns meses após sua publicação, cópias da lei já circulavam na capitania de Pernambuco, Paraíba e Bahia, provocando reações e expectativas sobretudo entre os pardos, o que deu lugar a um extenso inquérito. Conforme as testemunhas, teria sido Luis Nogueira de Figueiredo, mestre-de-campo de um dos terços de pardos do Recife, o responsável por enviar uma cópia da lei desde Portugal para outro mestre-de-campo pardo, José Ribeiro [Rabelo] de Vasconcelos; este, por sua vez, enviou cópia da lei para o sargento-mor do terço dos pardos da Paraíba, Pedro de Alcântara Bulhões.¹⁴¹

Além do conhecimento acerca das novidades do tempo, ir ao reino instrumentalizava aqueles homens no entendimento dos trâmites burocráticos envolvidos na apresentação de demandas ao rei, seus conselheiros e ministros. É presumível que a estadia no reino possibilitasse uma compreensão mais completa acerca da estrutura administrativa responsável pelos domínios ultramarinos, o que certamente tornava mais factíveis as empreitadas em busca de recompensas e privilégios. Essa experiência tendia a ser compartilhada com outros pardos, passando a constituir uma espécie de patrimônio comum ao grupo dos milicianos. Em última instância, pode-se sugerir que a estadia na corte, centro do império, teria efeitos sobre a própria inserção política desses súditos americanos, reforçando suas identidades como vassalos do rei de Portugal.

A predominância de militares entre os pardos que mais se deslocaram ao reino ao longo da segunda metade do século XVIII relaciona-se com o contexto de formação dos terços auxiliares de pardos após a promulgação da Carta Régia de 1766. As viagens evidentemente tornam-se mais frequentes a partir da década de 1770, indicando que a institucionalização daqueles corpos militares garantiu aos pardos uma dignidade e representatividade que até aquele momento era limitada. Se em épocas anteriores prevalecia o ordenamento desses segmentos sociais em companhias de ordenança, subordinadas à autoridade de potentados locais brancos que comandavam os ditos terços, com a formação e difusão das Terços Auxiliares a partir de 1766 uma parcela dos pardos pôde evadir-se da esfera direta de subordinação das elites locais. Como venho destacando, essa mudança institucional reformulou o tipo de vínculo desses segmentos sociais com o rei, passando de uma relação que poderíamos denominar de indireta para uma relação mais direta. A existência de terços exclusivos a homens pardos, dirigidos por homens da mesma origem, permitiu que essas corporações se transformassem em centros de pressão em favor das aspirações dos

¹⁴¹ Análises sobre a circulação da lei na capitania da Paraíba e de Pernambuco podem ser consultadas em: SILVA, Luiz Geraldo. “Esperança de liberdade”: Interpretações populares da abolição ilustrada (1773-1774). *Revista de História*, São Paulo, v. 144, p. 107-150, 2001; LIMA, Priscila de. De libertos a habilitados..., pp. 81-88.

pardos por honras e privilégios. As reformas militares proporcionaram aos pardos um acréscimo no poder retido pelo grupo, permitindo-lhes alterar as características da participação no jogo político.

Desde pelo menos a década de 1970 tornou-se corrente entre os cientistas sociais que o poder não existe em si, mas que é condição e consequência das relações – sempre assimétricas – entre indivíduos e entre grupos em disputa pelas distintas formas de capitais que possibilitam a formação e manutenção dessas mesmas relações assimétricas.¹⁴² No caso das corporações militares, o poder estava diretamente ligado ao potencial que os pardos tinham de disputar com os demais grupos os capitais referentes ao campo militar. Com as reformas, conforme é defendido neste trabalho, os pardos passaram a reter níveis mais elevados de poder. Por isso, os terços e regimentos tiveram um papel central no processo de inserção social e política dos pardos em fins do século XVIII e primeiros anos do século XIX. Porém, esse processo não foi homogêneo e não se desenvolveu na mesma proporção em toda a América portuguesa; assim como nos espaços espanhóis, as distintas configurações regionais influenciaram os caminhos dessa inserção política. Essa constatação, no entanto, não invalida a tese defendida neste trabalho, conforme a qual em fins do século XVIII e primeiras décadas do século XIX a questão do lugar social dos pardos consistiu em uma das grandes fontes de tensão que assolaram o mundo ibero-americano. A análise das pressões exercidas pelos pardos, assim como das reações de outros grupos sociais em disputa, consiste em exercício fundamental à compreensão desse processo.

As viagens de oficiais pardos ao reino evidenciam as mudanças em curso no período. O ato de ir ao encontro do rei – ou ao menos de seus representantes mais diretos – implicava o desenvolvimento e sedimentação de uma autopercepção por parte dos pardos acerca do importante papel que desempenhavam em suas “pátrias”. Defendiam que, assim como os oficiais dos terços e regimentos compostos por homens brancos, eram merecedores das graças régias. As demandas apresentadas, além de tratarem de aspirações pessoais, frequentemente diziam respeito à coletividade dos militares pardos. Vimos isso no caso do crioulo Marçal Coutinho, mas essa característica não era exclusiva do contexto de Minas Gerais. As ações do pardo Luis Nogueira de Figueiredo, mestre de campo de um dos terços de Pernambuco, demonstram essa inter-relação. Poucos anos após a promulgação da Carta Régia de 1766, observa-se a movimentação dos milicianos pardos de Pernambuco no sentido de consolidarem

¹⁴² ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008, pp. 80-81. Para um balanço sobre a renovação do campo de estudos da história política: FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 61-89.

os privilégios e honras proporcionados pela atividade militar. Suas demandas permitem vislumbrar traços gerais da dinâmica do grupo de pressão formado pelos pardos livres.

No início do ano de 1770, Luis Nogueira iniciou sua viagem à Corte, lá permanecendo até julho de 1774. Na condição de mestre de campo de um dos terços de pardos do Recife, objetivava requerer graças particulares, mas ao mesmo tempo tinha a missão de representar sua corporação perante o rei e seus ministros. Em termos de realização pessoal, há indícios de que almejava ser condecorado com o hábito de uma das ordens militares portuguesas. Ter retornado ao Recife com a nomeação régia de cavaleiro da Ordem de Santiago sustenta a hipótese.¹⁴³ Já as causas relativas ao terço dos pardos estavam relacionadas às lutas pela consolidação da corporação com todos os privilégios e dignidades previstos na legislação militar. Embora a Carta Régia de 1766 determinasse que os terços de pardos e pretos desfrutariam de todas as honras e privilégios que eram atribuídos às tropas pagas, na prática a efetivação dessa ordem gerou um campo de lutas e disputas.

Os entraves sofridos pelos pardos foram detalhadamente descritos pelo sargento-mor Luis Álvares Pinto, o renomado músico já mencionado neste trabalho. Viu-se que ao retornar de Portugal Álvares Pinto passou a executar diversas atividades, integrando importantes redes de sociabilidade formadas por homens pardos. Dentre elas, consta a de sargento-mor do terço auxiliar comandado por Luis Nogueira. Durante a ausência do mestre de campo, Álvares Pinto, na condição de sargento-mor, assumiu a condução do terço. Em meados de abril de 1770 enviou uma carta a Luis Nogueira para lembrar-lhe de suas obrigações para com a corporação: “mais estimarei chegasse com feliz saúde, e que as delícias dessa corte o não faça esquecer dos que por Vossa Senhoria ficam suspirando”. Ao que tudo indica, pairavam suspeitas de que Nogueira teria ido à Corte exclusivamente buscando a concretização de seus anseios pessoais, algo totalmente desaprovado pelo sargento-mor e pelos demais membros da corporação: “que se tem estranhado muito a sua ida a Lisboa, porque se pretende ser atendido do Rei, não faz caso de mulatos. Senão desmente este [], avise-me antes porque eu não quero ver o infame trato que farão aos pardos, o que não sofrerei sem perder-me”.¹⁴⁴ É plausível que as admoestações do sargento-mor não fossem infundadas, porém, a trajetória de Luis Nogueira estava indissociavelmente atrelada à dignidade da corporação militar dirigida por ele. Havia uma relação de interdependência entre indivíduo e coletividade.

¹⁴³ Além do capital simbólico garantido pelo hábito, receberia uma tença anual no valor de doze mil réis, a ser descontada dos cofres do Almoxarifado da capitania de Pernambuco. Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 111, doc. 8593. Anterior a 10 de outubro de 1771.

¹⁴⁴ Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 109, doc. 8407. Recife, 27 de abril de 1770.

Álvares Pinto expunha as dificuldades enfrentadas pelos terços auxiliares de pardos para consolidarem seus privilégios e autonomias. De um lado, os embates com autoridades civis, de outro, a extorsão de soldados pardos para as tropas de infantaria paga. Lembrava a Nogueira as querelas com o ouvidor, descrito como “nosso inimigo acérrimo”, o qual mandava prender soldados e oficiais de patente em decorrência de “dívidas civis”, “não obstante estes darem bens a penhora, como aconteceu a um capitão do terço de Rabello”. A menção ao terço comandado por José Rabelo de Vasconcelos merece destaque, pois indica que não se tratava de uma demanda particular ao terço de Luis Nogueira, mas sim à generalidade dos militares pardos do Recife. Nas entrelinhas, vemos a articulação de um discurso comum, o qual era disseminado entre os mais de mil e quinhentos milicianos que integravam os dois terços. Os embates entre autoridades civis e militares foi um traço marcante do período em questão. Viu-se que nos espaços hispano-americanos a questão figurou entre as mais polêmicas a partir das reformas militares implantadas após o fim da Guerra dos Sete Anos (1756-1763). A Coroa espanhola, porém, decretou o *fuero* militar como um privilégio incontestável das milícias; já nos espaços portugueses, a questão permanece pouco explorada pela historiografia. Embora desde 1763 o direito ao foro militar tenha sido instituído para as Tropas de Linha em Portugal, pouco se sabe sobre sua extensão e funcionamento nos domínios americanos em relação às Tropas Auxiliares.¹⁴⁵ No entanto, conforme a Carta Régia de 1766, os auxiliares gozariam de todas as honras e privilégios das tropas pagas, podendo-se inferir que também o direito ao foro fosse aplicável aos auxiliares americanos e, dentre eles, aos pardos.

O recrutamento de soldados pardos para as tropas pagas constituía o outro foco de tensão apresentado pelo sargento-mor. Essa prática tinha efeitos nocivos sobre os regimentos de pardos, uma vez que não permitia que eles alcançassem o efetivo humano previsto em lei; por outro lado, retirava da alçada de influência dos capitães e outros oficiais pardos um importante contingente laboral. Presume-se que a extração de soldados pardos para as tropas pagas ou para corpos militares dominados por homens brancos foi um problema constante na maior parte das capitanias americanas. Como visto no capítulo 1, no início do século XVIII oficiais brancos e pardos já disputavam o capital humano representado pelos soldados pardos, concorrência que colocava em risco a própria conservação das companhias de ordenança

¹⁴⁵ Para uma discussão sobre o processo de constituição da justiça militar e o papel do foro militar, ver: SOUZA, Adriana Barreto de. A governança da justiça militar entre Lisboa e o Rio de Janeiro (1750-1820). *Almanack*, n. 10, pp. 368-408, 2005.

integradas por pardos.¹⁴⁶ Na passagem do século XVIII para o XIX alguns pardos, moradores da vila de Goiana, capitania de Pernambuco, solicitaram à rainha D. Maria I permissão para formar um regimento. O parecer do governo de Pernambuco ao pedido esclarecia que parte substantiva dos pardos da vila servia como soldado nas tropas da cavalaria e nas ordenanças e que eles não poderiam ser retirados dos ditos corpos para comporem o novo terço.¹⁴⁷ O movimento ocorrido em Salvador no ano de 1798, conhecido como Revolução dos Alfaiates, tinha na origem uma latente insatisfação por parte de soldados pardos que, recrutados para as tropas pagas, não viam possibilidades de ascensão na carreira militar.

As disputas pelo capital humano representado pelos soldados pardos é face importante de um campo de tensões inerente à estrutura militar ibero-americana. Para o caso da América espanhola, vimos que a força defensiva do Vice-Reino de Nova Granada dependia profundamente das *castas*. Na década de 1790, o vice-rei Pedro Mendinueta esclarecia que era impossível manter a defesa do território sem elas e que muitos integrantes das tropas veteranas eram, na verdade, mulatos. Conforme apreciação daquela autoridade, as causas do fenômeno originavam-se da combinação de alguns fatores: superioridade numérica do contingente populacional formado pelas *castas*, escassez de tropas espanholas e isenções de diversos setores sociais formados por pessoas brancas, os quais, por isso, evadiam-se do serviço militar.¹⁴⁸ A situação era semelhante nos espaços luso-americanos. Demonstrou-se no primeiro capítulo que o contingente humano formado por pretos e pardos livres tinha um peso significativo no conjunto da população; em algumas capitanias chegavam à metade ou mais do total da população livre. Esse era o caso, por exemplo, das capitanias de Pernambuco e Minas Gerais. Havia uma endêmica falta de guarnição de tropas enviadas de Portugal, o que tornava imprescindível o serviço prestado pela população nativa. Por fim, as isenções ao serviço militar constituíam outro problema comum.

No conturbado contexto de meados da década de 1770, marcado pelos enfrentamentos entre portugueses e espanhóis no sul dos domínios americanos, a carência de soldados para guarnecer as tropas regulares tornou-se patente. Manuel da Cunha Menezes, então governador da capitania da Bahia, relatou a Martinho de Melo e Castro, secretário de estado da Marinha e Ultramar, as dificuldades enfrentadas no recrutamento de efetivos para os dois regimentos de linha de Salvador. Suas explicações eram destinadas a esclarecer um questionamento feito

¹⁴⁶ Cf.: Requerimento do capitão de uma companhia de ordenança de homens pardos de Salvador, Miguel Mendes de Vasconcelos, para que os soldados da companhia não fossem obrigados a sentarem praça nas tropas pagas. AHU-Bahia (Avulsos), cx. 23, doc. 47.

¹⁴⁷ Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 221, doc. 14948. Anterior a 6 de novembro de 1800.

¹⁴⁸ Cf.: AGS, leg. 7069, 36. 1798.

pelo rei ao notar que os efetivos dos dois regimentos não estavam completos conforme o que era praticado em Portugal.¹⁴⁹ Em face da cobrança régia, o governador não recebeu em expor o que considerava ser a raiz do problema: eram os privilégios e isenções que retiravam do serviço militar parcelas importantes da população. Conforme a lógica política que informava as sociedades de Antigo Regime, esses privilégios originavam-se de corporações específicas, sendo a isenção ao recrutamento militar um desses privilégios.¹⁵⁰ Explicava o governador que “estes habitantes se munem para serem eles, seus filhos e suas famílias isentos de entrarem nas tropas e de todo o mais serviço público, abuso pernicioso e desterrado hoje pelas nações civilizadas”.¹⁵¹ Sugeria a continuidade apenas das isenções dos moedeiros – e não de seus filhos, caixeiros e criados –, negociantes, mercadores – e seus respectivos caixeiros – e dos membros da Santa Casa da Misericórdia. E concluía: “porquanto o Estado ainda que seja dilatado, contudo a população é muito diminuta, e sendo isentos muitas famílias poderosas das contribuições para o Estado e sua defesa, resulta recair todo o peso sobre os mais pobres”.

Entre os pobres referidos pelo governador encontravam-se uma multiplicidade de indivíduos mestiços, que genericamente eram denominados pardos. Eram eles que supriam os quadros de base das tropas regulares e estavam distribuídos também pelos corpos de auxiliares brancos e nas ordenanças. Devido às dificuldades para manter os efetivos previstos para todos os corpos militares, eclodiam as disputas entre os oficiais responsáveis pelo ordenamento de cada um deles. Daí se compreende as queixas encaminhadas pelo sargento-mor Luís Álvares Pinto ao mestre de campo Luis Nogueira de Figueiredo, afirmando padecerem “cada vez mais e mais ultrajes, e perseguição”.¹⁵² A contínua extração de soldados pardos para os regimentos de linha estava no centro dessas disputas. Na contundente crítica elaborada pelo sargento-mor, revela-se uma tensão na estrutura militar de Pernambuco, situação que pode ser extensiva para outras capitanias. Questionava diretamente o papel secundário atribuído às tropas auxiliares em relação aos corpos de linha, chamando a atenção para a realidade de que, em Pernambuco, não haveria defesa sem a existência dos corpos auxiliares: “quando evoluiu a infantaria pernambucana sem encorpar-se com os auxiliares? Quem rendeu as infantarias esse ano e meio senão os auxiliares?”.

¹⁴⁹ Os dois regimentos em questão haviam sido enviados para o Rio de Janeiro em decorrência das movimentações defensivas exigidas pela guerra contra os espanhóis no sul. Cf.: AHU-Bahia (Castro e Almeida), doc. 8863. Salvador, 16 de outubro de 1775.

¹⁵⁰ As corporações citadas pelo governador são: conventos, familiares do Santo Ofício, Bula da Santa Cruzada, Síndicos de Jerusalém, Momposteiros de Santo Antonio de Lisboa, Moedeiros, oficiais empregados no Arsenal, Santa Casa da Misericórdia, Cidadãos da Bahia.

¹⁵¹ Cf.: AHU-Bahia (Castro e Almeida), doc. 8863. Salvador, 16 de outubro de 1775.

¹⁵² Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 109, doc. 8407. Recife, 27 de abril de 1770.

Luis Álvares Pinto procurava demonstrar a equivalência entre os serviços prestados pelas tropas pagas e pelas auxiliares, formulando um discurso que exaltava o papel protagonista das tropas auxiliares na América. Eram elas que, historicamente, sustentavam a defesa daqueles territórios e, por isso, afirmava: “se nos deve mais respeito que a infantaria [paga]”.¹⁵³ As guerras contra o domínio holandês no nordeste são rememoradas no discurso com o fim de comprovar o valor dos Auxiliares, mas o sentido da reflexão vai além. Era preciso declarar de forma direta quem eram os atores sociais responsáveis pela memorável empreitada: “pois bem sabe que os pardos e pretos (e muito poucos brancos) e índios foram os que conquistaram este país do infame domínio dos Belgas”. Na narrativa histórica elaborada pelo sargento-mor, pretos, pardos e índios eram aqueles que sustentavam o sistema defensivo americano e, por isso, deveriam ser respeitados em seus privilégios e isenções. Dada à importância desses terços, clamava pelo direito à manutenção de seus efetivos, solicitando que a migração de soldados para as tropas regulares fosse controlada: “Enfim o que eu pretendo é que não só se não nos tirem os nossos soldados para a infantaria, senão que nos restituam os que se nos tem tirado. Porque também somos infantaria, e não somos ouvidos quando se nos tirou”.

As tensões referidas pelo sargento-mor Luís Álvares Pinto não eram questões circunscritas ao contexto de Pernambuco, embora aflorassem de forma mais contundente lá. Elas eram produtos do campo de disputas entre pardos e brancos pela manutenção e/ou expansão de seus privilégios e honras. Venho defendendo que a criação e difusão dos terços de pardos a partir da promulgação da Carta Régia de 1766 foi um fenômeno chave para a configuração do processo de inserção social e política dos pardos livres. Os corpos militares proporcionaram força institucional para que pudessem consolidar sua posição como um grupo de pressão reconhecido pela monarquia portuguesa. No primeiro capítulo desta tese viu-se que, ao longo da segunda metade do século XVIII, distintas regiões ibero-americanas foram marcadas pela emergência de debates sobre o lugar social e político ocupado pelos pardos. As disputas entre indivíduos pardos e brancos por cargos e privilégios deram lugar a discussões sobre o *status* legal dos primeiros. Na documentação que tramitava entre as instâncias de governo americanas e a alta cúpula administrativa sediada nos Conselhos de Índias e Ultramarino, ganhavam força embates estruturados a partir do emprego dos conceitos de *defeito* e *acidente*. As reformas militares e a institucionalização dos corpos exclusivos para

¹⁵³ Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 109, doc. 8407. Recife, 27 de abril de 1770.

pardos potencializaram esses embates ao deslocarem a questão da esfera individual para a coletiva.

Não obstante o fenômeno ser comum aos espaços ibero-americanos analisados, seu desenvolvimento seguiu caminhos diversos em um e outro espaço. Na América portuguesa, os terços e depois regimentos auxiliares constituíram o principal centro propulsor do processo de politização vivenciado pelos pardos livres. A configuração específica dessas instituições, que possibilitava aos pardos ascenderem aos postos de comando mais importantes, foi condição que permitiu que o fenômeno se desenvolvesse. Com a legitimidade institucional proporcionada pelos terços, os pardos foram alçados a um novo patamar no campo das competições por privilégios e isenções. Seus terços tinham o mesmo valor institucional que os terços auxiliares exclusivos a homens brancos; todos eram corpos militares destinados ao auxílio das tropas regulares e, por isso, merecedores dos privilégios previstos pela Carta Régia de 1766. Além disso, podiam ser comandados por seus pares, algo não factível nos espaços espanhóis analisados. Como venho defendendo, essa última característica foi fundamental para que os discursos acerca da dignidade e valor dos pardos pudessem exceder a esfera individual e tornar-se um discurso coletivo e difundido.

Sem dúvida, a postura do sargento-mor Luis Álvares Pinto constitui uma das mais notáveis demonstrações do processo em questão. Sua reivindicação pela posição superior devida aos terços auxiliares de pardos e de pretos em relação às tropas de linha provavelmente não possa ser tomada como uma ideia possível de ser defendida em qualquer região da América portuguesa. Não obstante, lido em conjunto com outras manifestações de caráter laudatório, o discurso elaborado pelo músico pernambucano pode ser pensado como uma exposição mais enérgica de concepções que eram compartilhadas por outros pardos. Assim como havia um campo de estigmas associado aos mulatos e pardos, ao longo da segunda metade do século XVIII crescia um movimento de circulação e propagação de representações positivadas sobre o grupo. Os corpos militares, por meio de suas redes de sociabilidade, foram o principal meio irradiador de tais ideias. O caso de Pernambuco permite que esse processo seja examinado com um maior grau de detalhamento.

A rede de sociabilidades formada pelos integrantes dos terços de pardos do Recife permitiu que um discurso unívoco sobre o grupo se tornasse patrimônio coletivo, acionado como combustível nas lutas por posições e privilégios.¹⁵⁴ Embora pairassem dúvidas acerca

¹⁵⁴ As redes de sociabilidade formada entre os homens de cor do Recife foram analisadas em outros trabalhos, que demonstram que essas relações não se restringiam ao campo militar. A rede era sustentada por relações de interdependência oriundas do mundo do trabalho, pois muitos homens de cor dedicavam-se ao artesanato urbano;

do comprometimento do mestre de campo Luis Nogueira de Figueiredo para com as demandas do corpo militar comandado por ele, sua estadia em Portugal não se limitou à concretização de seus anseios pessoais. No primeiro ano em Lisboa, enviou requerimento ao rei solicitando o cumprimento de uma ordem régia que tornou a antiguidade das patentes critério para a hierarquização das tropas em situações de reunião pública. Conforme alegava, em Pernambuco oficiais com patentes inferiores e cuja antiguidade não se verificava eram preferidos em detrimento de oficiais que atendiam os critérios legais. A demanda está ligada à esfera das representações hierárquicas presentes ao campo militar. Em situações de exibição pública, as tropas eram organizadas visualmente a fim de indicar a posição hierárquica de cada uma delas e de seus respectivos integrantes. A ordem de apresentação de cada terço, por exemplo, remetia a simbolismos que indicavam prestígio. A demanda de Luis Nogueira referia-se às lutas pelo melhor posicionamento das tropas de pardos nessas ocasiões.

Para o mestre de campo, a negligência para com as ordens régias tinha uma raiz muito clara: “isto procede sem dúvida por serem homens brancos em desprezo de todos que tem o acidente de pardos, e porque o soberano tem declarado que esta razão lhes não obste”. Diante disso, suplicava pela validação das ordens régias, “sem embargo dos acidentes de pardos, porque Vossa Majestade atende aos procedimentos, no seu real serviço, e honra com que servem e não as cores que os brancos querem desprezar”.¹⁵⁵ As palavras de Luis Nogueira ecoavam ideias que não eram novas entre a população parda do Recife. Recordemos as demandas de pardos que na década de 1730 e 1740 buscavam posições nos órgãos da justiça de cidades como Salvador e Recife. Ancoravam-se nas ideias conforme as quais a cor era um *acidente* e que o valor dos vassalos estava nas obras e não na ascendência dos indivíduos. Os argumentos acionados pelo mestre de campo Nogueira chamam a atenção particularmente pelas semelhanças com dois outros discursos já analisados nesta tese.

Trata-se do parecer régio sobre a nomeação do pardo Antonio Ferreira Castro ao importante cargo de procurador da Coroa ainda no início da década de 1730 e do discurso proferido por Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão na festa em homenagem ao Santo Gonçalo Garcia, ocorrida no Recife em 1745. No primeiro caso, o parecer régio relativizou a

essas redes também eram reforçadas por meio das corporações religiosas. Sobre a questão, ver: SILVA, Luiz Geraldo. Da festa à sedição: sociabilidades, etnia e controle social na América portuguesa. *História: Questões e Debates*, Curitiba, v. 30, p. 83-110, 1999; SILVA, Clécia Maria da. *Militares negros e pardos: conflitos étnico-sociais na Província de Pernambuco (1800-1831)*. Dissertação – Mestrado em História. Campina Grande: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, 2010; PEREIRA, José Neilton. *Além das formas, a bem dos rostos: faces mestiças da produção cultural barroca recifense (1701-1789)*. Dissertação – Mestrado em História. Recife: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2009.

¹⁵⁵ Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 109, doc. 8466. Anterior a 5 de setembro de 1770.

associação da ascendência parda com um defeito, afirmando que “o defeito que dizeis haver no dito provido por ser pardo, se não obsta para este ministério, e se reparam que vós por este acidente excluísse um bacharel formado provido por mim”.¹⁵⁶ No sermão proferido por Frei do Jaboatão era estrutural a percepção conforme a qual os pardos eram desprezados pelos brancos em decorrência da cor, “como se a cor, por acidente, pudesse ser sujeito de alguma maldade”.¹⁵⁷ Evidencia-se, desse modo, a circulação de um discurso unívoco sobre os pardos e sobre suas possibilidades de inserção política. Combatia-se, mesmo que de forma indireta, as concepções pejorativas sobre o grupo e as restrições legais baseadas no ideário do defeito.

De forma geral, o fenômeno não parecia provocar preocupações nas autoridades responsáveis pela administração ultramarina e nem ao rei. Ao analisar o requerimento enviado por Luis Nogueira, o rei limitou-se a solicitar o parecer do governador de Pernambuco, reproduzindo, inclusive, a ideia da cor como um acidente.¹⁵⁸ A resposta do governador seria encaminhada somente em 1776 e, longe de ser definitiva, inquiria ao rei sobre dúvidas acerca da questão. Assim como o rei, não questionava as alegações de desprezo denunciadas por Nogueira. Conforme o governador José Cesar de Menezes, a referida lei sobre a antiguidade das patentes existia, constando no *Regimento* para o Exército, publicado em 1708.¹⁵⁹ Porém, por se tratar da concorrência entre terços de pardos e de brancos, não sabia como proceder, já que a dita situação não estava prevista na lei original. Por outro lado, sugeria ao rei que essas explicações seriam muito convenientes devido à nova condição jurídica dos pardos, “muito mais depois da real lei de dezesseis de janeiro de mil setecentos setenta e três, que habilita os pardos para todos os ofícios, honras e dignidades”.¹⁶⁰

Embora não se saiba a resolução final ao requerimento de Luis Nogueira, há evidências de que a questão ultrapassou os limites do Recife. Trata-se, mais uma vez, dos oficiais pardos da capitania da Paraíba. Assim como em Pernambuco, a posição hierárquica ocupada pelas tropas em ocasiões de marcha constituía um bem simbólico disputado. Conforme o mestre de campo do terço auxiliar de homens brancos da Paraíba, Thomas Soares

¹⁵⁶ Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 40, doc. 3664. Anterior a 22 de agosto de 1730; AHU-Pernambuco, cx. 42, doc. 3803, Recife, 15 de março de 1732.

¹⁵⁷ Cf.: JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Discurso histórico, geográfico, genealógico, político e encomiástico recitado na nova celebridade, que dedicaram os Pardos de Pernambuco, ao Santo de Sua cor, o beato Gonçalo Garcia*. Lisboa: Na oficina de Pedro Ferreira, 1751. Cópia transcrita e disponibilizada por BEZERRA, Janaína Santos. *Pardos na cor e impuros no sangue: etnia, sociabilidades e lutas por inclusão social no espaço urbano pernambucano do XVIII*. Dissertação – Mestrado em História. Recife: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010.

¹⁵⁸ Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 122, doc. 9319. Lisboa, 6 de outubro de 1770.

¹⁵⁹ Trata-se do “Regimento para o Exército quando estiver em campanha, ou quando se achar aquartelado em algumas praças, vilas e lugares deste Reino e do de Castela”. Lisboa, 20 de fevereiro de 1708. In: *Systema ou Collecção dos Regimentos Reaes*. T. V. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1789, p. 366-398.

¹⁶⁰ Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 122, doc. 9319. Recife, 20 de abril de 1776.

de Moraes Magalhães, marchar junto à infantaria paga era um direito assentado de seu terço. Porém, em uma determinada ocasião, “lhe apresenta o chefe dos homens pardos um despacho do excelentíssimo general de Pernambuco para que os ditos pardos tomassem o melhor lugar fundando-se em que a patente do chefe dos pardos era mais antiga”.¹⁶¹ Evidentemente a ordem referida dizia respeito à demanda encaminhada por Luis Nogueira no ano de 1770. Embora não seja possível ter certeza quanto ao parecer final emitido pelo governador José Cesar de Menezes, é significativo que as informações sobre a questão tenham sido apropriadas pelos oficiais pardos da Paraíba. Casos como esses demonstram as relações de interdependência entre os corpos militares de pardos, assentadas, inclusive, na formação de precedentes que, aos poucos, acabavam se transformando em patrimônio comum.¹⁶² Essa era uma característica comum à dinâmica das milícias ou terços auxiliares ibero-americanos. Para o caso das regiões espanholas, viu-se que as milícias de morenos e pardos da Capitania Geral de Cuba frequentemente eram referenciais tanto para a formação de expectativas sobre privilégios como modelo de controle social. Na América portuguesa, porém, o campo de expectativas era relativamente mais aberto e maleável. A tênue sistematização das normas relativas aos terços auxiliares e a multiplicidade de condições específicas de cada capitania estão entre os fatores que permitiram tal arranjo.

Nos conflitos gerados em decorrência das disputas pelos capitais proporcionados pela atividade militar, a ideia de desprezo foi recorrentemente acionada pelos pardos para expressar o descontentamento em relação ao tratamento que recebiam por parte de outros grupos sociais. De modo semelhante ao que ocorria nos espaços espanhóis, os principais oponentes dos pardos eram indivíduos ligados à nobreza ou que, por seus cargos e funções sociais, arrogavam-se pertencer aos quadros dela. A conquista do hábito da Ordem de Santiago pelo mestre de campo Luis Nogueira de Figueiredo constituía uma das situações com maior potencial para dar lugar a conflitos entre pardos e membros das elites locais. A condecoração como cavaleiro inseriu Luis Nogueira em um seleto grupo. O mestre de campo mostrava-se indignado com o tratamento dispensado a ele durante a festa do Santíssimo Sacramento. Conforme seu relato, ele deveria ocupar um lugar de destaque durante as comemorações, juntamente com os outros quatro cavaleiros presentes. Estes, porém, se

¹⁶¹ Cf.: AHU-Paraíba, cx. 29, doc. 2141. Paraíba, anterior a 19 de abril de 1785.

¹⁶² Luiz Geraldo Silva analisou as relações de interdependência entre as capitanias de Pernambuco e Minas Gerais durante o processo de institucionalização das milícias. Do autor, ver: *Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII*. *Revista de História*, São Paulo, n. 169, pp. 111-144, julho/dezembro 2013.

uniram para impedir a presença de Luis Nogueira na cerimônia, alegando como justificativa o impedimento da cor parda.

O mestre de campo pardo ironizava a atitude, lembrando sua estadia em Lisboa: “como se Vossa Excelência ¹⁶³ me não conhecesse tendo eu ido aos autos mais públicos da Corte aonde me honraram Vossas Excelências e me armaram Vossas Excelências cavaleiro”. Remetia-se a conversas e ideias já discutidas. Em primeiro lugar, afirmava que “se Vossa Majestade fidelíssima se serve com homens e não com acidentes”; em segundo, “eu já tinha posto na presença de Vossa Excelência que de todo éramos *desprezados* de todas as confrarias ainda das mesmas ordens terceiras e Vossa Excelência me disse dava providência a tudo”.¹⁶⁴ Por fim, pedia amparo para a cor parda e preta e clamava pela resolução dos conflitos: “rogo me faça restituir tão grande injúria feita a mim honrado por Vossas Excelências e aos meus do mesmo acidente que servimos ao nosso Soberano pois senhor esta terra tem mais soberbos que humildes com os pardos e pretos como senão fomos filhos de Deus e vassalos de Sua Majestade”.

Em 1774, mesmo ano do retorno de Luis Nogueira ao Recife, o pardo Clemente Anastácio José recebia licença para permanecer na Corte por um ano. Embarcava com o objetivo de requerer soldos atrasados, pois exercia o posto de sargento-mor no terço comandado por José Rabelo de Vasconcelos, também no Recife. A estadia acabou sendo estendida para dois anos, ficando o suplicante com sérios problemas financeiros para sustentar-se. Afirmava que as ordens régias a respeito do pagamento de soldos aos sargentos-mores e ajudantes pardos não estavam sendo cumpridas pelo governador de Pernambuco, destacando que os brancos que exerciam os mesmos postos recebiam normalmente. Para ele estava claro o motivo da diferença de tratamento: “e porque deste procedimento mostra aquele governador, que *desprezando* pelo acidente da cor as fortes e justificada justiça do suplicante, nada atende”.¹⁶⁵ De forma semelhante a seus conterrâneos, questionava os impedimentos e preterições sofridos pelos pardos em decorrência do que consideravam apenas um acidente, sem implicar, portanto, impedimento justificável.

Logo após a promulgação da Carta Régia de 1766, os homens pardos da Paraíba recorreram ao governador com o fim de serem arregimentados em um terço específico, do mesmo modo que se praticava em Pernambuco e na Bahia. Conforme o governador Jerônimo José de Melo e Castro, os pardos sentiam-se “abatidos” nas companhias dos Henriques e

¹⁶³ Não tenho certeza quanto ao destinatário da missiva, que pode ter sido Pombal, Martinho de Melo e Castro ou o príncipe D. João.

¹⁶⁴ Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 119, doc. 9130. Recife, 18 de junho de 1775. Grifo meu.

¹⁶⁵ Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 118, doc. 9033. Lisboa, anterior a 17 de fevereiro de 1775. Grifo meu.

“desprezados” nas ordenanças dos brancos.¹⁶⁶ O batalhão foi criado e a partir desse momento os milicianos pardos passariam a ocupar lugar de destaque nas lutas políticas que tiveram lugar na capitania. O exemplo mais contundente é, sem dúvida, a divulgação de cópias do alvará de 16 de janeiro de 1773 e a emergência de aspirações acerca da capacidade legal dos pardos para serem habilitados para ocupar cargos públicos e outras dignidades. No entanto, o cenário político da Paraíba continuaria a ser marcado por contendas políticas envolvendo milicianos pardos. Suas expectativas e demandas geravam reações contestatórias por parte de indivíduos pertencentes aos grupos sociais associados à nobreza. No caso já tratado sobre a questão da antiguidade das patentes, os oficiais brancos lançaram mão de argumentos pertencentes ao rol de estigmas imputados aos pardos. Caracterizaram o grupo como “filhos de pretos e pardas, de índios e das mais ínfimas misturas, uns recentemente saíram do cativeiro, e outros filhos das mais abomináveis ações e outros de negros”. Afirmavam que, em decorrência de seus “infelizes acidentes, já desde princípio do mundo foram separados, humilhados aos brancos”.¹⁶⁷ Além da baixa do nascimento, pois provenientes das mais “ínfimas misturas” e da escravidão, os pardos são caracterizados como um grupo social infiel e traiçoeiro. Por isso, seus anseios por honras e privilégios deveriam ser contidos e a ordenação tradicional dos grupos sociais mantida.

Na capitania da Bahia havia apenas um terço de pardos, denominado de Quarto Regimento Auxiliar. Foi criado no ano de 1773, no contexto dos enfrentamentos entre espanhóis e portugueses no sul do Brasil. Alguns anos após sua instituição, já era apontado como o único terço organizado a contento. Conforme o advogado e economista político José da Silva Lisboa, o regimento dos mulatos era uma exceção entre os regimentos auxiliares de Salvador, pois todos os demais estavam “numa desordem extrema”.¹⁶⁸ Apesar disso, seus integrantes eram tratados com descaso em muitas situações. No ano de 1787, enviaram uma representação a Martinho de Melo e Castro, secretário da Marinha e Ultramar, denunciando o tratamento desonroso que recebiam por parte do governador da Bahia, Dom Rodrigo José de Menezes. Mais uma vez se tratava de um cerimonial público, para o qual apenas os terços dos pardos e dos Henriques não haviam sido convocados. A festa era em comemoração à inauguração do hospital dos lázaros e todas as autoridades, civis e militares, foram convidadas. Para os pardos, os motivos para semelhante desfeita deviam-se às suas “humildes

¹⁶⁶ Cf.: AHU-Paraíba, cx. 23, doc. 1778. Paraíba, 21 de abril de 1766.

¹⁶⁷ Cf.: AHU-Paraíba, cx. 29, doc. 2141. Paraíba, anterior a 19 de abril de 1785.

¹⁶⁸ Cf.: AHU-Bahia (Castro e Almeida), cx. 57, doc. 10907. Bahia, 18 de outubro de 1781.

cores”.¹⁶⁹ Com tal ato, o governador teria tornado público “a todos os povos desta cidade, e vilas e seus subúrbios, o *desprezo* geral, e desfeita, que fez a estes dois corpos militares que sempre prontos estão para o real serviço de Sua Majestade fidelíssima”.¹⁷⁰ Argumentavam que o desprezo sofrido contrastava com os importantes e constantes serviços prestados pelo regimento, sendo destacados para as guardas das fortalezas, conventos, embarcações e cadeias. Além disso, haviam fardado todo o terço às próprias custas, estando prontos ao real serviço, sobretudo no tempo da guerra luso-castelhana. A prova de que eram desprezados e “tão mal correspondidos e premiados” podia ser atestada também a partir da comparação com outros terços. Mostravam-se ressentidos com os privilégios outorgados aos pardos de Pernambuco: “O Pernambuco ditoso porque deles o Nogueira chegou a ser cavaleiro, o Bahia, desditoso, porque dela o nosso Pires¹⁷¹, nem para a mesa serviu”.¹⁷²

É significativo que o terço de pardos comandado por Luis Nogueira tenha sido acionado como uma referência pelos pardos baianos. Isso demonstra que, embora cada configuração social imprimisse características particulares aos terços de pardos e pretos, as conquistas obtidas localmente eram passíveis de transcenderem os limites territoriais, passando a informar o campo de expectativas de outros espaços. Pernambuco foi, sem dúvida, um modelo de projeção atlântica. Nos últimos anos do século XVIII, a presença significativa de mulatos nas forças militares de Angola provocou contestações por parte de oficiais reinóis brancos recém-chegados àquele reino. Espantavam-se com o fato de mulatos ascenderem a posições de destaque, inclusive nos corpos regulares. O governador Antonio de Mello, porém, saiu em defesa dos oficiais mulatos, afirmando que “seria errado excluir das Forças Armadas indivíduos por causa da cor da pele”.¹⁷³ Conforme afirmaram Flávio Gomes e Roquinaldo Ferreira, o governador passou a denunciar o que considerava ser uma política explícita de exclusão dos mulatos e negros das forças armadas angolanas, o que traria muitos prejuízos àquela estrutura militar. A fim de fortalecer sua posição, escreveu ao governador de Pernambuco, Tomás José de Mello, inquirindo-lhe sobre o ordenamento das forças militares da capitania americana. A resposta informava sobre ordens régias para a capitania de Pernambuco que questionavam a cor da pele como critério válido para validar ou invalidar

¹⁶⁹ Cf.: AHU-Bahia (Avulsos), cx. 189, doc. 37. Bahia, 18 de setembro de 1787.

¹⁷⁰ Grifo meu.

¹⁷¹ Referência ao pardo liberto Cosme Pires de Vasconcelos, coronel do Regimento.

¹⁷² Talvez a “mesa” referida na representação fosse a Mesa de Inspeção do Açúcar e Tabaco da Bahia. Sobre o assunto, consultar: NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. A Mesa de Inspeção e o comércio colonial. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal, 2013.

¹⁷³ Cf.: AHNA, Angola, cód. 152, fls. 1v.-8. 31 de julho de 1800. *Apud* FERREIRA, Roquinaldo; GOMES, Flávio. A miragem da miscigenação. *Novos Estudos* - CEBRAP, n. 80, pp. 141-160, 2008, p. 154.

promoções dos oficiais.¹⁷⁴ Provavelmente tratava-se da provisão régia de 26 de julho de 1797, que equiparou os oficiais dos regimentos de Henriques em termos de soldos, privilégios e honras com os oficiais das outras tropas.

Nas últimas décadas do século XVIII, avultaram-se as opiniões que questionavam a cor da pele como critério válido para embasar as diferenças jurídicas entre brancos e pardos. A historiografia tem ressaltado que a cor da pele, por não se tratar de um fenômeno exclusivamente biológico, mas, sobretudo, social, remetia a um universo de múltiplos referenciais. Estes incluíam aspectos ligados à ascendência dos indivíduos e a fatores de ordem social e cultural.¹⁷⁵ Portanto, as críticas em relação às diferenças entre as cores questionavam, dentro dos limites possíveis, a própria organização da estrutura social, que relegava mulatos e pardos a um lugar social marcado por restrições legais e estigmas.

A despeito dos protestos, os milicianos pardos da Bahia continuariam a sofrer oposição por parte de setores das elites locais e, de modo mais direto, dos oficiais brancos das tropas de linha. Em fins do século XVIII, o professor de grego Luís dos Santos Vilhena relatou a situação opressiva vivida pelo Quarto Regimento.¹⁷⁶ Além de já não serem convocados para as principais guardas da cidade, eram ignorados publicamente pelos oficiais das tropas de linha. Vilhena presenciou essa situação em duas ocasiões, ambas ocorridas nas comemorações do Corpus Christi. O regimento dos pardos foi tratado com “sumo desprezo” por um comandante da tropa de linha, que os vendo passar em marcha, “nenhum caso fez deles”, “sendo muito de reparar o faltar-se-lhe com as continências militares”.¹⁷⁷ Mais uma vez, o conceito de desprezo aparece como aspecto central das relações entre as tropas de linha e os corpos de pardos, entre brancos e pardos.

As atitudes dos oficiais brancos não eram motivadas, na essência, pelos estigmas imputados aos pardos. Embora as denúncias dos pardos indicassem que se tratava de desprezo pela cor, esse aspecto constituía a superfície de um problema de natureza política e

¹⁷⁴ Cf.: AHNA, Angola, cód. 250, fols. 35v.-36. Pernambuco, 28 de novembro de 1798; Arquivos de Angola. Luanda, 2ª série, v. XX, n. 79-82, 1962, pp. 63-65. Angola, 24 de dezembro de 1798. *Apud* FERREIRA, Roquinaldo; GOMES, Flávio. *A miragem...*, p. 154.

¹⁷⁵ MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Campinas: Editora Unicamp, 2013, pp. 41-42; NAZZARI, Muriel. *Vanishing Indians: the social construction of race in colonial São Paulo*. *The Americas*, v. 57, n. 4, pp. 497-524, abr. 2001; GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: Trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008, pp. 93-108; PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. 1. ed., Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2015, pp. 150-161.

¹⁷⁶ Os relatos sobre a Bahia foram escritos por Luís dos Santos Vilhena entre os anos de 1798 e 1799 e publicados sob a forma de vinte cartas no ano de 1802. Suas observações foram fruto da longa residência na capitania, tendo chegado de Portugal no ano de 1787.

¹⁷⁷ Cf.: VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasíliaas*. Contidas em XX cartas, livro I, ano de 1802. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1922, p. 254.

sociológica. O que estava em causa era a manutenção ou conquista de posições sociais que garantiam a indivíduos e grupos níveis mais elevados de poder. Conforme Norbert Elias, a estigmatização do “outro” constitui “uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social”.¹⁷⁸ No caso dos corpos militares, as disputas entre oficiais brancos e pardos se davam, como já foi salientado, tanto pelo monopólio de signos de prestígio típicos das sociedades de Antigo Regime, como pelo capital humano que sustentava as tropas. O pardo Luiz Gonzaga das Virgens e Veiga, sentenciado à morte como um dos cabeças da Conjuração de 1798, demonstrou de forma clara as tensões presentes na sociedade soteropolitana de fins do século XVIII.

Era soldado do primeiro regimento de linha de Salvador, servindo na quarta companhia de granadeiros. Nos primeiros anos da década de 1790 havia sido preso sob o crime de deserção. Via o serviço nas tropas pagas como um ônus devido à impossibilidade de ascender na hierarquia militar. Embora os soldados pardos constituíssem parte significativa dos contingentes humanos daqueles corpos militares, eles eram impedidos por lei de ocupar posições de comando. Em petição enviada ao governador da Bahia na primeira metade da década de 1790, relatou a importância dos soldados pardos para os regimentos de linha:

Que sendo os homens pardos recrutados e adscritos ao grêmio Militar das Tropas Pagas, que recaindo sobre eles todos os deveres do bélico trabalho [...] são contudo por abuso inoficioso e ignorância suprema a uma menos razoada distinção, reputados nas tropas pagas, e auxiliares da compatibilidade dos homens brancos, como objetos da escravidão, do desprezo e finalmente como exterminados, ou espúrios do mínimo acesso e graduação dos postos.¹⁷⁹

Mais uma vez, a noção de desprezo aparece como conceito central empregado para denunciar situações consideradas injustas. Para Luiz Gonzaga, a baixa posição ocupada pelos pardos nos corpos militares era incoerente com o papel que desempenhavam naquelas instituições. Julgava que as diferenças entre brancos e pardos, no que diz respeito ao acesso aos postos de comando, não eram plenamente justificáveis. Conforme ele, os dois grupos eram equivalentes em termos valorativos, tese que buscou sustentar a partir de preceitos que há muito circulavam por diferentes espaços da América portuguesa:

¹⁷⁸ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 24.

¹⁷⁹ Cf.: ADCA, vol. 1, p. 116.

[...] que sendo os ditos homens pardos da mesma massa, e sensibilidade dos outros indivíduos habitantes da Sociedade Militar, e Civil, sem maior diferença que a da cor, acidente dissimilar com que os distinguiu a natureza [...] ficando os ditos, contudo, parciais e equivalentes aos homens brancos, tanto pela substância Material, como também pela principal, a Espiritual [...] sendo os ditos contemplados, e contidos indissolivelmente no régio vínculo da boa união [...].¹⁸⁰

Luiz Gonzaga das Virgens contestava categoricamente que a cor da pele fosse tomada como um critério razoável para o estabelecimento das diferenças entre pardos e brancos. De forma semelhante a tantos outros pardos, entendia a cor da pele unicamente como um *acidente* da natureza, incapaz de imputar qualquer característica substantiva aos indivíduos. Os pardos eram, portanto, “parciais e equivalentes aos homens brancos” e, além disso, partilhavam de uma mesma identidade política, visto serem vassalos do mesmo rei. Mesmo assim, continuavam excluídos dos prêmios proporcionados pelo serviço militar, decorrendo daí sua “mágoa, mágoa inconsolável de ver subir aos postos a única cor branca, não havendo outros relevantes motivos que [] diferentes merecimentos e nobiliarquia”.¹⁸¹ Embora falte um palavra na transcrição dessa petição, é possível compreender que o centro da crítica elaborada pelo soldado pardo era a denúncia de que em Salvador a cor da pele era o critério mais importante para a inclusão ou exclusão dos militares do acesso aos postos de comando, sem nenhum outro “motivo relevante”. Por fim, questionava as atitudes do próprio governador, que, embora fosse reconhecido com o epíteto de “pio”, era unicamente “para com os homens brancos”.¹⁸² Diante do exposto, pedia transferência para o Quarto Regimento e a nomeação como ajudante, pois somente nesse corpo militar poderia ascender na carreira das armas.¹⁸³ D. Fernando José de Portugal, porém, não deferiu a petição por considerá-la muito “extravagante” por defender que os pardos deveriam ser atendidos igualmente aos brancos. Conforme o governador, o teor da petição fez com que ele não desse curso à causa, mantendo-a, assim, guardada na Secretaria de Governo.¹⁸⁴ Durante o processo de investigação acerca da

¹⁸⁰ Cf.: ADCA, vol. 1, p. 116.

¹⁸¹ Cf.: ADCA, vol. 1, p. 117.

¹⁸² O governador ao qual Gonzaga das Virgens se referia era Dom Fernando José de Portugal, que esteve no comando militar e político da Bahia entre 1788 e 1800, quando, então, foi nomeado vice-rei do Estado do Brasil. Para uma abordagem que confronta a fama pública desse governador como um homem bondoso e tolerante com os arranjos políticos nos quais estava envolvido, ver: VALIM, Patrícia. *Corporação dos enteados: tensão, contestação e negociação política na Conjuração Baiana de 1798*. Tese – Doutorado em História. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, 2012, pp. 76-113.

¹⁸³ Cf.: ADCA, vol. 1, p. 117.

¹⁸⁴ Cf.: Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, I-28-26, 1, n. 13. *Apud* VALIM, Patrícia. *Corporação dos enteados...*, p. 182.

tentativa de sedição em 1798, as petições de Luiz Gonzaga seriam arroladas como provas incontestáveis de sua participação como um dos articuladores do movimento.

A sedição intentada na cidade de Salvador constitui um dos momentos da história do Brasil mais visitados pela historiografia, o que seguramente a tornou um tema clássico.¹⁸⁵ Concebida como “revolução popular”¹⁸⁶, “revolução proletária”¹⁸⁷, “revolução democrático-burguesa”¹⁸⁸, sintoma da crise do modelo político vigente, expressada por meio das contradições presentes na sociedade colonial¹⁸⁹, “movimento racial”¹⁹⁰, em todas elas os ideais franceses, ancorados no par liberdade-igualdade e no novo conceito de cidadania, são concebidos como os grandes inspiradores do movimento. Embora seja evidente a influência dessas ideias nos manuscritos que circularam por Salvador na manhã do dia 12 de agosto, a defesa da igualdade entre as cores que eles manifestavam de forma alguma pode ser restrita ao arcabouço teórico do movimento europeu. Maria Beatriz Nizza da Silva propõe que “a conspiração baiana foi fundamentalmente um movimento racial, não de negros, mas de mulatos que se revoltaram contra a posição que ocupavam na sociedade colonial e, sobretudo, na hierarquia militar [...] foram os soldados e oficiais inferiores que ativamente conspiraram”. Daí a proposta de investigar o movimento de 1798 a partir de suas “motivações locais e pontuais”.¹⁹¹ Embora as causas do movimento não possam ser circunscritas às aspirações dos pardos, pois homens pertencentes às elites participaram de sua articulação, a observação da historiadora é pertinente.

Conforme interpretação de Nizza da Silva, as “motivações locais e pontuais” referiam-se às tensões sociais que emergiram no campo militar de Salvador. Em 1796, o Quarto Regimento, integrado por homens pardos, foi surpreendido por uma reforma ordenada pelo governador D. Fernando José de Portugal, que destituiu do regimento os postos de coronel e tenente-coronel. A partir de então o regimento dos pardos passaria a ser comandado por um

¹⁸⁵ Para uma análise sobre as diversas interpretações dadas à tentativa de sedição de 1798, ver: VALIM, Patrícia. *Da sedição dos mulatos à conjuração baiana de 1798: a construção de uma memória histórica*. Dissertação – Mestrado em História. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2007.

¹⁸⁶ PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. (1ª ed. 1933). São Paulo: Editora Brasiliense, 1972. pp. 201-202.

¹⁸⁷ SOUZA, Affonso Ruy de. *A primeira revolução social brasileira (1798)*. (1ª ed. 1942). São Paulo: Companhia Editorial Brasileira, 1978.

¹⁸⁸ TAVARES, Luís H. Dias. *História da sedição intentada na Bahia em 1798: “A Conspiração dos Alfaiates”*. São Paulo: Pioneira, 1975.

¹⁸⁹ JANCÓS, István. *Na Bahia, contra o império: História do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

¹⁹⁰ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Conflitos raciais e sociais na sedição de 1798 na Bahia. In: ARAÚJO, Ubiratan de Castro; TAVARES, Luis H. Dias; SILVA, Maria Beatriz Nizza da et al. *II Centenário da Sedição de 1798 na Bahia*. Salvador: Academia de Letras da Bahia: Secretaria da Cultura e Turismo, 1999, pp. 37-49. p. 37.

¹⁹¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Conflitos raciais..., p. 44.

sargento-mor branco, oriundo das tropas de linha.¹⁹² Na prática isso significava um rebaixamento do *status* daquele corpo militar, uma vez que não contava com os postos do alto escalão, semelhante à dignidade das tropas de linha; por outro lado, retirava dos pardos a expectativa de alçarem a posições que lhes conferiam prestígio e poder. Embora o diagnóstico quanto às tensões decorrentes das reformas no Quarto Regimento seja coerente, cabe destacar que os pardos envolvidos diretamente com o movimento de 1798 eram eminentemente oriundos das tropas de linha. A despeito de Domingos da Silva Lisboa, requerente de causas e alferes do Quarto Regimento, ter sido inicialmente apontado e preso como o responsável pela formulação e divulgação dos “papéis sediciosos”, o desdobramento inicial das investigações apontaria Luiz Gonzaga das Virgens, soldado da tropa de linha, como o mentor dos papéis. O teor das petições enviadas por ele ao governo da Bahia serviu como prova cabal de sua participação.¹⁹³

Desse modo, não se pode fazer uma associação direta entre as reformas empreendidas no Quarto Regimento e os acontecimentos de 1798. A relação entre os dois grupos de militares pardos – ou seja, entre os soldados das tropas de linha e os oficiais do Quarto Regimento – se dava em decorrência da relação de interdependência entre eles. Como visto na petição encaminhada por Luiz Gonzaga das Virgens ao governo da Bahia, o Quarto Regimento era o único que permitia a ascensão de homens pardos na hierarquia militar. Por isso, a exclusão dos postos mais elevados desse regimento significou a supressão de tais expectativas, confirmando as percepções sobre o desprezo conferido aos pardos. Oficiais do Quarto Regimento passariam os últimos anos do século XVIII e primeira década do XIX buscando reverter efetivamente essa situação, assunto que será analisado em pormenor na próxima seção deste capítulo.

Embora as condições específicas da configuração social de Salvador sejam de suma importância para a compreensão das condições que conformaram o ambiente propício para a deflagração do movimento de 1798, pode-se propor que Salvador viveu de forma particular sintomas de um processo comum a outras capitanias da América portuguesa. Como visto até aqui, milicianos pardos de diferentes regiões manifestavam descontentamento com o tratamento que recebiam por parte de membros das elites locais, autoridades e, sobretudo, de oficiais das tropas de linha. Questionavam as limitações legais que diferenciavam pardos e

¹⁹² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Conflitos raciais..., p. 43.

¹⁹³ Conforme Patrícia Valim, a metodologia empregada na investigação circunscrevia antecipadamente os réus do processo a um grupo específico, os militares pardos. VALIM, Patrícia. *Corporação dos enteados...*, p. 180. No entanto, a recorrência de demandas militares envolvendo a questão da igualdade entre os militares brancos, pardos e pretos nos pasquins dava subsídio à metodologia de investigação elaborada pelas autoridades.

brancos em função unicamente da cor da pele, qualidade accidental e critério insuficiente para imputar máculas que gerassem inabilidade legal. Nos requerimentos e petições que enviavam para autoridades coloniais, membros do Conselho Ultramarino e para o rei, buscavam enfatizar suas identidades a partir da condição genérica de vassalos, mas que se destacavam pela fidelidade à monarquia e aos preceitos católicos. Por isso, atribuir exclusivamente ao ideário francês a emergência de questionamentos sobre as condições jurídicas de pardos e brancos pode ofuscar a percepção de processos endógenos às dinâmicas das sociedades coloniais.

É importante reconhecer que os conceitos de liberdade e igualdade divulgados pelos eventos franceses incidiriam sobre um ambiente já marcado por inquietações em relação à posição social ocupada pelo heterogêneo segmento populacional denominado pardo. Desse modo, o impacto do ideário francês foi suscitar expectativas mais radiais de mudança social e política. Em um dos panfletos afixados em Salvador na manhã do dia 12 de agosto, lia-se: “cada um soldado é cidadão, mormente os homens pardos, e pretos que vivem escornados e abandonados, todos serão iguais, não haverá diferença”.¹⁹⁴ Mais uma vez, o conceito de desprezo era acionado para demonstrar as relações sociais que marcavam as diferenças legais e sociais entre pardos e brancos. Deixavam de operar a partir de referenciais tradicionais como o conceito aristotélico de *acidente*, passando a vislumbrar um novo modelo de organização política e social.

As manifestações presentes nos “papéis sediciosos” de 1798, porém, não seriam reproduzidas ordinariamente por pardos de outras regiões da América portuguesa. Se anteriormente aos eventos de Salvador a circulação dos chamados “princípios franceses” já era combatida pela administração colonial, após esse evento qualquer expressão que aludisse ao caso francês implicaria graves suspeitas sobre seu autor.¹⁹⁵ Somava-se a isso o conhecimento sobre o curso dos acontecimentos na ilha francesa de Saint-Domingue, cujo processo revolucionário desenvolvido entre 1791 e 1804, marcado por rebeliões escravas sem precedentes, deu origem ao segundo Estado independente das Américas. O Haiti era percebido pelas elites coloniais como uma das consequências mais devastadoras dos eventos iniciados na França em 1789. No entanto, como a historiografia tem demonstrado,

¹⁹⁴ *Apud* TAVARES, Luís H. Dias. *História da sedição intentada na Bahia...*, p. 32.

¹⁹⁵ Na documentação administrativa remetida pelos governadores e por autoridades lisboetas constam exemplos claros da preocupação em relação às notícias vindas da Europa após 1789. Em 1792 o governador de Pernambuco, Tomás José de Melo, discutia com Martinho de Melo e Castro os riscos da propagação dos “princípios de igualdade e liberdade” franceses por meio das embarcações francesas que aportavam em Pernambuco. *Cf.*: AHU-Pernambuco, cx. 181, doc. 12605. Recife, 4 de junho de 1792. Para o caso da Bahia, *cf.*: AHU-Bahia (Avulsos), cx. 227, doc. 48. Anterior a 21 de julho de 1803.

informações sobre os ideais franceses e os acontecimentos de Saint-Domingue circularam por diferentes regiões do Brasil. Elas inspiraram movimentos políticos como a Revolução de 1817 ocorrida em Pernambuco.¹⁹⁶

Os novos conceitos de igualdade, liberdade e cidadania, porém, informariam somente uma parte das manifestações políticas levadas a efeito nos últimos anos do século XVIII e nos anos que antecederam a independência do Brasil e a outorga da Carta Constitucional de 1824. A cultura política de Antigo Regime seguia como a referência de base para homens e mulheres que vivenciaram aquela época de transição. Na comunicação estabelecida com autoridades americanas e peninsulares, pardos de diferentes capitanias demonstravam plena integração na estrutura política a qual estavam submetidos, recorrendo ao rei como árbitro máximo da justiça devida aos vassalos da monarquia portuguesa. Desse modo, ao questionarem as diferenças jurídicas entre pardos e brancos não o faziam tendo como expectativa definida a superação do modelo de organização corporativo, que dava lugar a múltiplas hierarquias, mas sim a transformação de suas posições sociais no interior dessas hierarquias. Almejavam ter acesso aos postos do alto escalão de comando de suas corporações militares e aos privilégios ligados às funções que desempenham nelas, dificilmente questionando a organização tripartite de terços e regimentos exclusivos a pardos, pretos e brancos.

Essa cultura política, no entanto, passava a ser influenciada pela conjuntura política específica da época, marcada pelas reformas que as monarquias ibéricas buscavam aplicar sobre variados âmbitos. Como venho demonstrando, as reformas militares proporcionaram um novo *status* político a pardos e pretos/morenos integrados nos batalhões, terços e regimentos formados em diferentes regiões da América ibérica. No caso português, a transformação dessas instituições em nichos de politização foi muito mais evidente e efetiva que nos espaços hispano-americanos. Em seu clássico *Escravos e libertos no Brasil colonial*, Russell-Wood chamava a atenção para o fato de que as irmandades e os corpos militares eram “canais para a expressão das aspirações de indivíduos de ascendência africana”.¹⁹⁷ Para esse historiador, no entanto, as demandas manifestadas pelos milicianos “tinham relevância apenas

¹⁹⁶ Sobre o impacto das notícias sobre a Revolução de Saint-Domingue no Brasil, sobretudo para o ordenamento político-institucional da escravidão, ver MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. Revolta escrava e política da escravidão: Brasil e Cuba, 1791-1825. *Revista de Indias*, v. LXXI, n. 251, pp. 19-52, 2011. Para uma análise que prioriza o impacto de Saint-Domingue para a formação de expectativas de igualdade entre a população livre e liberta, ver SILVA, Luiz Geraldo. El impacto de la revolución de Saint-Domingue y los afrodescendientes libres de Brasil. Esclavitud, libertad, configuración social y perspectiva atlántica (1780-1825). *Historia* (Santiago), v. 49, n. 1, pp. 209-233, 2016.

¹⁹⁷ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, especialmente capítulos 5 e 8.

para os membros dos regimentos”, não sendo do “interesse dos indivíduos de ascendência africana em geral”.¹⁹⁸

A afirmação é parcialmente verificável. De fato, questões como o aumento de soldo, postos na hierarquia militar e privilégios como o foro eram circunscritas ao grupo que efetivamente estava integrado nos terços e regimentos auxiliares. Porém, até aqui pudemos constatar que os assuntos tratados pelos milicianos em suas petições e requerimentos excediam os limites do campo militar. Os debates sobre as diferenças jurídicas entre pardos e brancos certamente despertavam o interesse da generalidade dos homens pardos, independente de vinculação aos corpos militares. Sugerem isso episódios como a festa em homenagem a São Gonçalo Garcia, ocorrida no Recife em 1745, e a curiosidade e alvoroço causado na Paraíba em decorrência da circulação do alvará de 16 de janeiro de 1773. Para os pardos, a legitimação de um santo de sua cor significava combater o desprezo de que eram alvos e a divulgação de ordens régias acenava-lhes a possibilidade de verem superados os entraves legais ao exercício de cargos e empregos públicos.

Na capitania de Minas Gerais, um homem pardo, requerente de causas e capitão do Terço Auxiliar da cidade de Mariana, inquietou seus conterrâneos ao divulgar a notícia de que uma ordem régia havia libertado os escravos pardos e que os pardos libertos e livres seriam habilitados aos empregos públicos e demais dignidades. Miguel Ferreira de Souza vem chamando a atenção dos historiadores em decorrência de seu papel como porta-voz das inquietações que afligiam pardos e pretos nos últimos anos do século XVIII.¹⁹⁹ No ano de 1796, enviou uma ousada carta à rainha D. Maria I, representando os “homens pardos e pretos libertos da capitania de Minas Gerais”. Na verdade, sua missiva visava concretizar ao mesmo tempo anseios pessoais e coletivos, atitude que compartilhava com outros pardos da época, como, por exemplo, Luis Nogueira de Figueiredo, o mestre de campo do Recife. Logo no início da carta, justifica a impossibilidade de ir pessoalmente à “corte de Lisboa”, devido à distância em que residia. Observava, porém, que Antonio Luiz Coelho de Miranda, descrito como “homem preto nacional dessa capitania”, dispôs-se à empreitada, indo pessoalmente à

¹⁹⁸ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos...*, p. 290.

¹⁹⁹ SOUZA, Laura de Mello e. Coartação – Problemática e episódios referentes a Minas Gerais no século XVIII. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Brasil: Colonização e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 279; GROSSI, Ramon Fernandes. *O dar o seu a cada um: demandas por honras, mercês e privilégios na capitania de Minas Gerais (1750-1808)*. Tese – Doutorado em História. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005, p. 203; SILVEIRA, Marco Antonio. *Acumulando forças...*, p. 17; LIMA, Priscila de. *De libertos a habilitados...*, pp. 93-96

Corte “por ver os ditos desta classe flagelados” e, por isso, buscava “remédio e amparo de Vossa Majestade”.²⁰⁰

O que motivou Miguel Ferreira a escrever diretamente para a rainha era o conhecimento sobre o alvará de 16 de janeiro de 1773, que seria responsável por admitir pardos e pretos como “leais vassalos”, determinando que não vivessem em “perpétuo cativoiro” e que aqueles que já fossem libertos passassem a ser admitidos aos empregos públicos. Rogava, então, para que D. Maria I ordenasse às autoridades responsáveis pela administração de Minas Gerais a imediata divulgação e aplicação da lei, “para que chegue a notícia de todos”. Não nos detendo por ora na discussão sobre as expectativas geradas pelo conhecimento da legislação promulgada sob a ingerência do ministério pombalino, saliento três aspectos que considero centrais na argumentação desenvolvida por Miguel Ferreira: pardos e pretos libertos eram esteios da ordem interna e leais à monarquia portuguesa; pardos e pretos eram desprezados; vivia-se uma nova época quanto ao tratamento legal conferido aos pardos e pretos.

Em tese do início da década de 1980 sobre os processos de “desclassificação social” no Brasil colonial, Laura de Mello e Souza defendeu que a heterogênea camada social constituída por homens livres pobres – majoritariamente pretos e mestiços das mais variadas origens – “contribuiu para a construção, manutenção e derrocada do mundo colonial”.²⁰¹ A autora demonstrou que esses indivíduos foram assimilados ao sistema social vigente, passando de uma situação de desclassificação para a de elementos úteis ao Estado. Com isso, questionava as teses tradicionais que percebiam aquela população como elementos inorgânicos ao sistema social. A utilidade era obtida por meio da delegação de funções sociais específicas para aqueles homens e mulheres, dentre elas destacando-se o povoamento das fronteiras e atividades ligadas à captura de escravos fugidos e combate a índios não submetidos ao controle do estado português. Conforme a historiadora, a natureza do processo de assimilação impediu o desenvolvimento do que ela denominou de “consciência de grupo” nessa camada intermediária, pois as funções que desempenhavam não raro envolviam ações violentas sobre seus semelhantes, hierarquizando-os e, como consequência, cerceando a formação de identidades coletivas.²⁰² Na mesma época em que *Desclassificados do Ouro* foi publicado, Russell-Wood lançava, em língua inglesa, *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Para esse historiador, além das restrições legais, as múltiplas diferenças dentro da

²⁰⁰ Cf.: AHU-Minas Gerais, cx. 142, doc. 23. Mariana, 19 de junho de 1796.

²⁰¹ SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p. 90.

²⁰² SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados...*, pp. 217-219.

“comunidade negra” limitaram o “papel coletivo do negro e do mulato livre”. As concessões feitas a título individual pela Coroa tinham como consequência dividir ainda mais a “comunidade negra” por meio do isolamento de alguns indivíduos.²⁰³ Embora suas análises partam de pressupostos teóricos e de objetos particulares, os dois autores elaboraram interpretações que buscavam demonstrar os limites impostos à ação política da população preta e parda no Brasil colonial.

Hoje, mais de trinta anos após as publicações desses trabalhos, é possível problematizar as experiências de negros, mulatos e pardos a partir de outras perspectivas. O longo caminho iniciado por pesquisadores como Laura de Mello e Souza e Anthony Russell-Wood, que buscaram tirar da invisibilidade aquele amplo segmento social, permitiu o acúmulo de conhecimento e o desenvolvimento de novas frentes de pesquisa. Deve-se destacar, igualmente, a importância da diversificação de teorias e metodologias na pesquisa histórica que se verificou a partir dos anos 1970, que trouxe aos historiadores novas ou renovadas abordagens sobre a história política e as relações de poder, sobre as dinâmicas da construção de identidades coletivas, laços de sociabilidade etc. A presente pesquisa, como não poderia deixar de ser, é produto e devedora desse longo caminho.

A fim de legitimar sua pretensão, o pardo de Mariana listou os principais serviços prestados por pretos e pardos ao estado português, os quais incluíam: apresamento de escravos fugidos; apresamento de “índios brabos”; descoberta de novos veios de ouro; eram os principais músicos da capitania.²⁰⁴ São, em linhas gerais, as mesmas funções indicadas por Laura de Mello e Souza e Russell-Wood. Sugiro, porém, que no longo prazo as funções atribuídas e executadas por esses segmentos sociais permitiram o desenvolvimento de um processo de integração social possivelmente não planejado pela administração colonial e nem por eles próprios. Ocorreu a ampliação paulatina de suas expectativas por reconhecimento social. O jogo contínuo entre a aplicação da legislação que inabilitava juridicamente mulatos e pardos e as necessidades locais e conjunturais de afrouxamento dessas mesmas regras constituiu aspecto central desse processo.

A constatação da flexibilidade das normas como um traço estrutural do Brasil colonial não é novidade para a historiografia.²⁰⁵ Já a problematização de seus efeitos no longo prazo

²⁰³ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos...*, pp. 125-126, 288-289.

²⁰⁴ Cf.: AHU-Minas Gerais, cx. 142, doc. 23. Mariana, 19 de junho de 1796.

²⁰⁵ As referências a essa tese são abundantes. Referencio aqui somente algumas. ELKINS, Stanley M. *Slavery...*, p. 227; RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos...*, p. 291; SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto*. Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808). São Paulo: HUCITEC, 1997, 169; GUEDES, Roberto. De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: FRAGOSO, J.; ALMEIDA, C.; SAMPAIO, A. (Orgs.).

ainda se mantém como um campo aberto para a pesquisa histórica. Como já discutido brevemente nesta tese, uma das questões mais caras aos historiadores brasileiros nos últimos quinze anos tem sido analisar as consequências da fluidez estrutural que caracterizava o Brasil colonial. Uma das principais teses defendidas é a da existência de diferentes modalidades de ascensão social vivenciadas por pessoas ligadas geracionalmente à escravidão.²⁰⁶ Nessas pesquisas, a ascensão social é, em si, produto da flexibilidade das normas e das adaptações. É possível, no entanto, pensar a questão a partir de outra perspectiva.

As múltiplas funções sociais exercidas por pretos e pardos os transformaram em elementos fundamentais à manutenção da América portuguesa. Nas vilas e cidades eram maioria entre aqueles que exerciam ofícios mecânicos e outras atividades comerciais de menor valor econômico; eram indispensáveis à manutenção da ordem interna, fosse como integrantes de corpos auxiliares e de ordenanças ou sustentando as tropas regulares na condição de soldados; eram os principais músicos atuantes em comemorações públicas e eventos religiosos. Na missiva enviada à rainha D. Maria I, Miguel Ferreira demonstrava plena clareza quanto a esse papel histórico. Embora as diferentes funções exercidas, e suas respectivas recompensas, fomentassem as divisões hierárquicas existentes entre a população de ascendência escrava, isso não impediu o desenvolvimento de objetivos e discursos comuns. Marco Antonio Silveira denominou esse processo de “acúmulo de forças”, resultado de pelo menos um século de lutas sociais.²⁰⁷ Para esse historiador, o que permitiu o desenvolvimento do fenômeno foram as condições econômicas e sociais presentes em Minas Gerais, destacando-se a expansão demográfica e econômica desses grupos e sua integração em irmandades e corpos militares.²⁰⁸ Miguel Ferreira seria herdeiro dos embates políticos travados por pardos e pretos ao longo do século XVIII, mas foi além de seus pares ao propor “o fim das formas mais arraigadas de segregação”.²⁰⁹

Ao expandir o olhar para o conjunto da América portuguesa, no entanto, percebe-se que não se tratava de fenômeno exclusivo à configuração social de Minas Gerais. Miguel

Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos, América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 337-376.

²⁰⁶ O trabalho mais recente e que se propõe a fazer uma síntese das modalidades de ascensão social disponíveis aos homens livres com ascendência escrava é a tese de Roberto Guedes, *Egressos do cativeiro: Trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

²⁰⁷ SILVEIRA, Marco Antonio. Soberania e luta social: negros e mestiços libertos na Capitania de Minas Gerais (1709-1763). In: CHAVES, Cláudia M. das Graças; SILVEIRA, Marco Antonio (Orgs.). *Território, Conflito e Identidade*. Belo Horizonte: Argumentum, 2007. pp. 25-47; SILVEIRA, Marco Antonio. Acumulando forças: lutas pela alforria e demandas políticas na Capitania de Minas Gerais (1750-1808). *Revista de História*, São Paulo, v. 158, pp. 131-156, 2008.

²⁰⁸ SILVEIRA, Marco Antonio. Acumulando forças...

²⁰⁹ SILVEIRA, Marco Antonio. Acumulando forças..., p. 149.

Ferreira era representante de uma espécie de tipo social comum em fins do século XVIII e primeiros anos do XIX. Produtos das dinâmicas sociais presentes nas configurações sociais escravistas, esses tipos sociais foram recorrentes em outros espaços americanos, como na América espanhola e no Caribe francês.²¹⁰ Eram dotados de atributos sociais como o domínio da escrita e leitura, atuavam como elos entre redes de sociabilidades, exerciam funções sociais mais prestigiosas que a maioria de seus pares. Na maioria dos casos estavam integrados em corpos militares, quase sempre ocupando postos do oficialato. No que diz respeito ao caráter material de suas existências, para o caso da América ibérica, não era uma regra que contassem com recursos de vulto, embora alguns deles tenham ascendido a patamares mais significativos que a generalidade da população ligada geracionalmente à escravidão. Esses indivíduos eram articuladores e difusores de um discurso unívoco. Por isso vemos os argumentos apresentados por Miguel Ferreira repetirem-se em requerimentos e petições de pardos de diferentes regiões da América portuguesa. Daí o papel central exercido pelos corpos militares como nichos de politização a partir dos quais as expectativas por direitos e privilégios eram disseminadas. Por isso nesta pesquisa confere-se tanta importância a essas instituições, pois elas são fundamentais à compreensão das formas de participação política possíveis às populações de ascendência escrava.

Os argumentos presentes nos requerimentos e petições enviados às autoridades coloniais constituíam verdadeiras tópicas do discurso proferido pelos homens pardos. Esse fenômeno foi se tornando recorrente à medida que o século XVIII chegava ao fim. Analisados em conjunto, eles apontam para a emergência de uma percepção crítica, gerada a partir da confrontação entre o papel social e histórico desempenhado pelas populações pretas e pardas e a condição social vivenciada pelo grupo, marcada por restrições legais e estigmas. A síntese dessa equação era demonstrada por meio do conceito de desprezo. Também Miguel Ferreira de Souza relatou a existência da prática nas Minas Gerais. Chamava a atenção da rainha para a atuação de pretos e pardos no conturbado contexto dos enfrentamentos entre portugueses e espanhóis na década de 1770. Integrados nos terços auxiliares, criados “por ordem do Senhor Rei Dom José de vinte e dois de março de 1766”, marcharam a lugares distantes como São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso, “sendo fardados e armados as suas custas”. E concluía: “e os prêmios que dão aos ditos é serem *desprezados*, sem os quererem admitir em honras e ocupação alguma da república [...] ou outro qualquer ofício público do serviço de Vossa

²¹⁰ GARRIGUS, John D. Colour, class and identity on the eve of the Haitian Revolution: Saint-Domingue's free coloured elite as colons américains. *Slavery & Abolition*, 17, 1, pp. 17-43, 1996; GÓMEZ, Alejandro. Las revoluciones blanqueadoras elites mulatas haitianas y "pardos beneméritos" venezolanos, y su aspiración a la igualdad, 1789-1812. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* – Coloquio, 2005.

Majestade onde os ditos possam ter honras e prêmios para se sustentarem”.²¹¹ Além disso, “nem sequer os admitem nas Ordens 3.^a e Irmandades do Sacramento e outras, por modo de *desprezo*, e mal permitem que os ditos tenham alguma Irmandade separada sem serem unidas com eles”. Denunciava ainda a exploração praticada nas irmandades de pardos e pretos, pois algumas delas eram “regidas e administradas pelos mesmos homens brancos, com o pretexto de zeladores”. No entanto, na prática, desviavam as rendas obtidas pelas irmandades em prol de interesses particulares, “fazendo com os ditos dinheiros seus negócios, de sorte que alguns não dão contas e ficam as irmandades perdendo”.

Sete anos após o requerimento de Miguel Ferreira, chegava ao Conselho Ultramarino nova comunicação vinda da América. Tratava-se agora de uma representação, ou seja, um requerimento coletivo. Trazia os anseios de homens pardos da capitania de Goiás, “nacionais e habitantes” de Vila Boa.²¹² Ao fim da missiva, mais de sessenta nomes, acompanhados pelas respectivas funções sociais exercidas por cada um deles. Com exceção de dois presbíteros seculares, todos os demais eram militares dos corpos auxiliares. Eram oficiais do regimento dos homens pardos: coronel, capitães, sargentos, alferes e porta-bandeiras. Um tipo de manifestação praticamente impensável nos domínios da América espanhola, mas plenamente possível nos espaços da América portuguesa.

O fenômeno da emergência, disseminação e consolidação desse discurso unívoco pode ser interpretado como resultado da dinâmica do mundo colonial, que, como sugerido, produziu um processo social não planejado.²¹³ Trata-se de um tipo específico de integração social vivenciado pelas pessoas livres com ascendência escrava em decorrência da importância que foram assumindo nas diversas atividades que sustentavam o mundo colonial. Como consequência, a manifestação de pressões crescentes e contínuas sobre as barreiras legais que diferenciavam pessoas ligadas geracionalmente à escravidão e pessoas brancas. Cabe ressaltar que essas pressões não questionavam a escravidão em si, propondo o fim da instituição; elas destinavam-se, eminentemente, para o questionamento das barreiras legais e sociais impostas às pessoas livres com ascendência escrava. O período compreendido entre fins do século XVIII e início do século XIX é aqui pensado como o ponto culminante de um processo desenvolvido ao longo de pelo menos dois séculos; ou seja, desde o momento em

²¹¹ Cf.: AHU-Minas Gerais, cx. 142, doc. 23. Mariana, 19 de junho de 1796. Grifo meu.

²¹² Sobre o quadro populacional de Vila Boa, ver capítulo 1 desta tese. Sobre o desenvolvimento histórico da vila e o lugar social dos mulatos nessa trajetória, ver VIDAL, Laurent. Sob a máscara do colonial. Nascimento e “decadência” de uma vila no Brasil moderno: Vila Boa de Goiás no século XVIII. *Revista de História*, São Paulo, v. 28, n. 1, pp. 243-288, 2009.

²¹³ A noção de “processo social não planejado” foi empregada por Norbert Elias. Do autor, ver: *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. Capítulo “mudanças na balança nós-eu”; ELIAS, Norbert. *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, pp. 45-52.

que a América passa a ocupar lugar de destaque entre as demais possessões ultramarinas de Portugal – assentada na exploração econômica do território via cultivo de produtos agrícolas e na exploração da mão de obra de escravos africanos obtida via tráfico ²¹⁴ – até os primeiros sintomas mais evidentes do esgotamento das formas políticas que sustentavam o vínculo colonial.

Porém, a articulação desse movimento unívoco de questionamento das barreiras legais que cindiam pardos e brancos acontecia em uma conjuntura histórica muito específica, o que impossibilita olhar o fenômeno exclusivamente do ponto de vista das dinâmicas internas das sociedades coloniais. A proliferação dos debates sobre o lugar social e político das populações de ascendência escrava, sobretudo dos pardos, esteve ligada a múltiplos processos que emergiram de forma mais incisiva ao longo da segunda metade do século XVIII. Dentre eles, dois merecem destaque por impactarem de modo mais sensível na configuração das tensões presentes ao mundo colonial: a tendência a uma maior concentração de poder nos monarcas e o aprofundamento da competição entre os Estados europeus, dando origem a um estado de guerra que se alastraria para os territórios coloniais.

O primeiro fator é significativo porque o fortalecimento do poder régio impactava na forma como os privilégios eram entendidos, sendo possível deslocá-los de uma pretensa ordem natural e imutável para o campo do arbítrio régio. Nesse sentido, abriam-se novas possibilidades de inserção social e política para grupos sociais tradicionalmente excluídos do recebimento de privilégios e honras. Quanto ao último aspecto, as tensões envolvendo os Estados europeus em decorrência da competição pela inserção mais vantajosa no comércio global, levariam a uma necessidade constante de manutenção dos sistemas defensivos. Como fartamente exposto, devido às dificuldades enfrentadas pelas monarquias ibéricas para guarnecer adequadamente seus domínios ultramarinos, os segmentos sociais provenientes da escravidão precisaram ser incorporados ao sistema militar e, com isso, tornaram-se merecedores de privilégios e honras. Nesse sentido, as reformas militares executadas após o fim da Guerra dos Sete Anos foram marcos no processo de inserção política e social de importantes segmentos dessa população. O reconhecimento do importante papel desempenhado na manutenção da ordem colonial teve como consequência a expansão das expectativas manifestadas pelos pardos que, em fins do século XVIII, já não se limitavam à aquisição de privilégios ligados às corporações militares.

²¹⁴ Sobre o assunto, ver: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

2.5. As reformas militares da década de 1790 e a politização deflagrada

Cerca de duas décadas após o início da reestruturação militar empreendida pelas monarquias ibéricas na América, as milícias começavam a ser reavaliadas em sua eficácia como parte do sistema defensivo. Tratava-se de uma segunda voga de reformas, que, desta vez, não visavam à expansão daqueles corpos militares; antes, buscava-se sua retração ou estabilização. Os primeiros indícios dessa nova fase já estão presentes na década de 1780, mas tornam-se efetivos ao longo do decênio seguinte. Embora o fenômeno seja comum aos espaços ibero-americanos, a implantação dessas reformas variou de espaço para espaço e internamente a cada um deles. Por isso não é possível concebê-las como resultado de políticas homogêneas. Não obstante, as discussões eram conduzidas por linhas mestras, o que permite formular questões de ordem geral quanto ao problema das milícias no mundo ibero-americano de fins do século XVIII até às vésperas dos movimentos de independência. Analisar a situação das milícias integradas por pardos nesse processo é um dos objetivos da discussão que se segue. Com esse exercício, espera-se compreender os efeitos macropolíticos dessas corporações em relação à configuração do lugar social dos pardos livres. Nas seções anteriores, os significados políticos das milícias foram analisados a partir de uma perspectiva que privilegiou as tensões que emergiram em decorrência das disputas entre pardos e outros segmentos sociais por privilégios e signos de distinção. Agora, passaremos a analisar o impacto político das milícias desde o ponto de vista das autoridades coloniais e dos estados ibéricos.

Nos espaços hispano-americanos, essa segunda fase de reformas seguiu três eixos centrais: corte de gastos, retração das milícias *regladas* e concentração do sistema defensivo nas áreas costeiras. Na América portuguesa, por sua vez, observa-se a estabilização quanto à expansão das milícias e a consolidação desses corpos militares como peças fundamentais para o sistema defensivo do Brasil. Não foi por acaso que essas mudanças ocorreram ao longo da década de 1790. Era o início da Era das Revoluções, marcado por acontecimentos como a consolidação da independência das Treze Colônias, a Revolução Francesa e a Revolução de Saint-Domingue. Além das mudanças políticas trazidas por esses eventos, a época foi caracterizada pela intensificação das guerras entre os estados europeus, inserindo inevitavelmente os territórios americanos nos conflitos. Como consequência, as forças defensivas americanas passaram a ser constantemente mobilizadas para as áreas de conflito ou vulneráveis a invasões. Esse serviço era prestado preferencialmente pelas tropas regulares,

ficando a defesa e manutenção das cidades a cargo das milícias. As reformas militares da década de 1790 estavam diretamente relacionadas a esse contexto.

2.5.1. *Reformas militares na América espanhola e as milícias de pardos*

No início da década de 1780, após a conquista de certa estabilidade quanto aos conflitos exteriores, a Coroa espanhola concentrou-se na recuperação financeira do império, o que seria obtido via incremento dos dividendos americanos. Para isso, foram adotadas medidas como o aperfeiçoamento da burocracia, o incentivo ao comércio e o aumento de impostos. No entanto, nenhuma delas surtiria o efeito esperado sem que os gastos com o aparato militar fossem reduzidos, pois era a principal fonte de absorção das rendas americanas.²¹⁵ Por isso, burocratas a serviço da Coroa passaram a sugerir mudanças na organização militar visando à racionalização do sistema e, sobretudo, o corte de gastos. Nesse campo, destacam-se os visitantes gerais e os intendentos.²¹⁶ Suas teses seriam referenciais para a consolidação das reformas na década de 1790. Defendia-se, em linhas gerais, o fim da política de expansão das milícias *regladas* e a desmobilização de unidades já existentes. Conforme os reformadores, as milícias deveriam restringir-se somente às regiões costeiras mais suscetíveis a ataques estrangeiros. Com isso, esperava-se reduzir os gastos gerados pelos soldos da oficialidade veterana, com armamento e vestuário. Dúvidas acerca da eficiência militar daquelas instituições, conjuntamente à necessidade premente de economia dos gastos públicos, constituíam a base da argumentação. Embora abrangessem as milícias de forma indistinta, os corpos integrados por pardos e morenos foram de particular interesse para os reformadores, indicando que o problema das milícias não estava restrito à questão do erário e da eficiência técnica.²¹⁷

²¹⁵ KUETHE, Allan J. *The military reform in the viceroyalty of New Granada, 1773-1796*. PHD – Dissertation, University of Florida, 1967, p. 212; BRADING, D. A. A Espanha dos Bourbons e seu império americano. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*. v. 1. São Paulo/Brasília: EDUSP/Fundação Alexandre de Gusmão, 1998.

²¹⁶ Cargos que estavam diretamente relacionados às esferas da administração e da Fazenda. A figura do visitante geral não era nova, operando já na administração dos reis Habsburgos. Originalmente era uma espécie de fiscal, responsável por analisar as condições administrativas e econômicas, procurando inclusive desvios e fraudes. As observações produzidas e as sugestões de reforma só seriam implantadas após serem examinadas pelas altas instâncias da burocracia régia. O modelo teria sido modificado durante o reinado de Carlos III, passando à alçada do visitante a execução imediata das reformas propostas. O primeiro visitante geral da era borbônica foi José de Gálvez, nomeado para o Vice-Reino da Nova Espanha (1765-1771). Seguiram-se as visitas do Vice-Reino do Peru (1776) e no Vice-Reino de Nova Granada (1778).

²¹⁷ As considerações de ordem geral sobre as reformas militares da década de 1790 são baseadas na documentação primária e na historiografia. Para o caso do Vice-Reino de Nova Granada, ver: KUETHE, Allan J.

O visitador geral enviado para o Vice-Reino de Nova Granada foi Juan Francisco Gutiérrez de Piñeres, cuja atuação deu-se entre os anos de 1778 e 1781. Entre as medidas adotadas por ele, constavam o aumento de impostos como os da alcabala ²¹⁸ e de itens pertencentes ao monopólio régio, tais como a aguardente e o tabaco.²¹⁹ Conhecido da historiografia como o reformador responsável pela Revolta dos Comuneros (1781), suas apreciações não se restringiram ao âmbito das taxas e impostos.²²⁰ Por ordem régia de 24 de agosto de 1779, foi instado a dar seu parecer sobre uma representação enviada ao rei pelo Cabildo da cidade de Popayán.²²¹ Os membros daquela corporação – centro de convergência dos interesses das elites locais – protestavam veementemente contra a implantação das milícias regladas na província.²²² Alegavam que o serviço policial prestado pelas milícias era dispensável, pois a região não apresentava o menor indício de insubordinação. Por outro lado, defendiam que o *fuero* militar tornava os milicianos “libertinos”, uma vez que os retirava “del común de la sociedad”.²²³ No centro da questão estavam disputas entre as elites locais e as autoridades mais diretamente ligadas ao poder central, como os governadores. Para as elites locais, ao retirar parcelas significativas da população da alçada da justiça ordinária, os privilégios militares enfraqueceriam suas redes de poder.

The military reform..., especialmente capítulo 7; para o caso da Nova Espanha: ARCHER, Christon I. Pardos, indians, and the Army of New Granada: inter-relationships and conflicts, 1780-1810. *Journal of Latin American Studies*, v. 6, n. 2, pp. 231-255, 1974; VINSON III, Ben. *Bearing Arms for His Majesty: The Free-Colored Militia in Colonial Mexico*. Stanford, California: Stanford University Press, 2001. Especialmente capítulo seis; Para o caso da Capitania Geral de Cuba: KUETHE, Allan. *Cuba, 1753-1815*. Crown, Military, and Society. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1986. Capítulos cinco e seis; Reformas no Vice-Reino do Peru: CAMPBELL JR., Leon George. *The military reform in the viceroyalty of Peru, 1762-1800*. University of Florida, 1970. Capítulo cinco.

²¹⁸ Imposto sobre a venda de produtos, tanto alimentícios como materiais. MACLEOD, Murdo J. Aspectos de la economía interna de la América española colonial: fuerza de trabajo, sistema tributario, distribución e intercambios. In: BETHELL, Leslie (Org.). *América Latina colonial: economía*. v. 3. Barcelona: Editorial Crítica, p. 171.

²¹⁹ KUETHE, Allan J. *The military reform...*, p. 103; PHELAN, John Leddy. *The people and the king*. The Comunero Revolution in Colombia, 1781. Madison: The University of Wisconsin Press, 2011 (1ª ed. de 1978). Especialmente o capítulo 2; MEISEL ROCA, Adolfo. Crecimiento, mestizaje y presión fiscal en el Virreinato de la Nueva Granada, 1761-1800. *Cuadernos de Historia Económica y Empresarial*, Cartagena de Indias, n. 28, mar. 2011, pp. 44-45.

²²⁰ A Revolta dos Comuneros ocorreu no ano de 1781 em decorrência das pressões fiscais impostas às populações do Vice-Reino de Nova Granada. Iniciada na cidade de Socorro, Província de Tunja, disseminou-se pelas demais regiões centrais do vice-reino. Um trabalho referencial sobre a questão é: PHELAN, John Leddy. *The people and the king...*

²²¹ A cidade de Popayán era a capital da província de mesmo nome. Pertencia à divisão político-territorial da Audiência de Quito.

²²² A criação das milícias em Popayán ocorreu em 1777. Allan Kuethe observou que em localidades do interior como Popayán e Santa Fé a oposição às milícias reformadas era fortíssima. Questões como a interferência do *fuero* militar nas jurisdições das autoridades ordinárias estariam na base desses protestos. KUETHE, Allan J. *The military reform...*, p. 222.

²²³ Cf.: AGI, Quito, leg. 574. 9 de janeiro de 1782.

Ao analisar o caso, Francisco Gutiérrez de Piñeres mostrou-se totalmente alinhado com a perspectiva apresentada pelo Cabildo de Popayán. O parecer encaminhado a José de Gálvez ²²⁴ sugeria o encerramento da política de expansão das milícias disciplinadas às zonas interioranas do Vice-Reino de Nova Granada. Embora a causa envolvesse uma localidade particular, suas observações eram carregadas de um sentido geral. Isso torna esse parecer uma peça importante para compreender as futuras transformações vivenciadas pelas milícias daquele Vice-Reino.²²⁵ Já no início da missiva tem-se indício de que as milícias eram objeto de muita discussão e uma fonte de tensão entre os integrantes da administração colonial. Conforme Piñeres, sua opinião era completamente oposta à percepção do vice-rei sobre a questão, na época Manuel Antonio Flores (1776-1782). Este se mostrava muito entusiasmado com a implantação das milícias disciplinadas em todo o Vice-Reino, “y que solo le detenía la falta de caudales para su primer levantamiento y subsistencia”.²²⁶ As milícias eram, por natureza, um tópico central nos debates políticos sobre a condução das colônias americanas. Por isso os corpos militares integrados por pardos e morenos estavam indissociavelmente ligados à dimensão política do mundo ibero-americano.

Piñeres, por sua vez, alertava José de Gálvez sobre os perigos inerentes às milícias americanas: “tiemblo por la tranquilidad pública cada vez que medito las consecuencias de este sistema, y lo creo muy arriesgado”. O risco era o desmonte das hierarquias sociais, argumento que não era novo entre os críticos das milícias. Recordemos que desde o início das reformas os privilégios militares foram objeto de contestação por parte de membros das elites locais e de diversas autoridades militares. No entanto, o assombro era produzido principalmente quando se tratava de privilégios outorgados aos pardos e morenos. Nos discursos analisados em seções anteriores, o fantasma do rompimento da ordem social estava sempre presente. Piñeres, portanto, pode ser interpretado como uma voz que deu força institucional e aglutinou demandas tradicionais de setores sociais específicos.

²²⁴ Um dos burocratas mais importantes durante o reinado de Carlos III e figura emblemática das reformas borbônicas. Foi visitador do Vice-Reino da Nova Espanha (1765-1771) e Secretário de estado do despacho universal de Índias (1776-1787).

²²⁵ Cf.: AGI, Quito, leg. 574. 31 de março de 1780.

²²⁶ Em decorrência do papel exercido pelos visitadores, as tensões com os vice-reis eram inevitáveis. Os métodos políticos seguidos pelo vice-rei Flores e por Gutiérrez de Piñeres eram totalmente opostos; o primeiro adotava políticas graduais, atentas aos arranjos de cada localidade, o segundo mostrava-se ávido por implantar imediatamente as reformas consideradas indispensáveis à recuperação econômica do Vice-Reino. Conforme John Phelan, existiria uma “guerra diplomática” entre as duas autoridades. Com a partida do vice-rei para Cartagena em decorrência da guerra contra a Grã-Bretanha – em junho de 1779 – quem efetivamente assumiu o comando foi Piñeres. PHELAN, John Leddy. *The people and the king...*, pp. 29-33. Para uma visão geral das tensões entre visitadores e vice-reis, ver, na mesma obra, capítulo 1.

Para ele, o estabelecimento das milícias americanas não seguia integralmente o que foi estabelecido para essas instituições na Espanha, dando lugar a inovações prejudiciais. Em primeiro lugar, destacou a forma de recrutamento. Na América, o alistamento era geral, ou seja, a maior parte da população masculina entre 15 e 45 anos era integrada na milícia. Dessa forma, não se verificavam as isenções existentes na Espanha, onde, por exemplo, os nobres não eram compelidos a servir. Esse modelo de alistamento acarretaria prejuízos ao andamento da sociedade, pois desviava os indivíduos de suas ocupações civis. No entanto, o aspecto mais problemático para Piñeres era a proporção elevada da chamada “gente de color” nas milícias. Negros, mulatos e zambos constituíam a “ínfima plebe, de mucho mayor número que los blancos y españoles”, e, por isso, formavam o maior contingente populacional das milícias.²²⁷

A real dimensão do problema, porém, não se restringia à questão numérica. Piores eram os efeitos políticos relacionados à questão: “desde que el hombre de color se alista en la milicia se le inspiran sentimientos marciales, que o no conocía, o no se atrevía a explicar”. Os privilégios e isenções decorrentes do serviço militar eram os responsáveis pela situação. A fim de comprovar o impacto das milícias na ordem social, Piñeres formulou um discurso histórico que cindia a história das Índias em duas épocas. A primeira seria caracterizada por diversas restrições legais imputadas aos negros, pardos e mestiços: não podiam portar armas e nem serem arregimentados como soldados nos corpos regulares, “de forma que toda la tropa que había en Indias se componía de personas blancas, y honradas”. Esse sistema mantinha a subordinação aos brancos:

[...] el abatimiento en que se ha mantenido hasta ahora la gente de color, y el ascendiente que sobre ella han conservado los pocos blancos, y españoles, ha sido la principal, o acaso la única causa a que debe atribuirse la subordinación de la plebe, y la conservación del buen orden. Todo conspiraba a hacer conocer a estas gentes la oscuridad de su nacimiento, y ellos respetaban a los nobles [...] lo que más acobardaba a la plebe eran las armas de fuego, como que estaba absolutamente privada de su uso, y miraba como especialísimo y recomendable privilegio de los blancos el poder valerse de ellas.²²⁸

A segunda época teria início com o estabelecimento das milícias disciplinadas, responsáveis por minar aquele sistema de subordinação. Com elas, “el más vil negro, mulato, tercerón, se considera ya igual a cualquier hombre blanco, y en lugar de respetar como antes a la nobleza, si no se pone al nivel de ella, por lo menos ha desaparecido aquella subordinación

²²⁷ Cf.: AGI, Quito, leg. 574. 31 de março de 1780.

²²⁸ Cf.: AGI, Quito, leg. 574. 31 de março de 1780.

que tanto servía para conservar la armonía que resulta de las jerarquías”.²²⁹ A percepção conforme a qual as milícias ocasionaram um novo tipo de inserção social e política aos pardos e pretos/morenos não foi exclusiva ao visitador de Nova Granada ou restrita aos espaços espanhóis. A questão constituiu um tópico recorrente entre setores da burocracia ibero-americana, indicando, mais uma vez, as experiências comuns vivenciadas por aquelas sociedades. Francisco Gutiérrez lembrava a José de Gálvez que a “suerte de la República” deveria ser confiada exclusivamente aos “ciudadanos honrados” e não ao “vil populacho”. Essa máxima, conforme ele ditada pela experiência, não estava sendo seguida na América e, especificamente, na região do Vice-Reino de Nova Granada. Como solução ao problema, propunha duas medidas principais: a reforma ²³⁰ das milícias disciplinadas existentes e o abandono dos planos de expansão dessas unidades; que o *fuero* militar fosse aplicado conforme o que era praticado na Espanha.

A segurança interna deveria ser executada exclusivamente por tropas veteranas, pois desse modo se evitariam os “inconvenientes propuestos”. A extinção das milícias era perfeitamente possível devido à ineficácia militar que as caracterizava. Em decorrência da distância que separava o interior da província das regiões costeiras mais vulneráveis a ataques estrangeiros, achava pouco provável que aquelas milícias pudessem atuar como reforços em caso de invasão; quanto à segurança interna, alegava que a insegurança da região era causada pela própria plebe, visto que “la condición servil de que procede esta gente de color la hace propender a la rebelión. Como no conoce el honor, y por lo general es holgazana, viciosa y sin arraigo [...] y por otra parte mira con odio sus antiguos amos, cualquier leve motivo la pone en movimiento”. Piñeres se referia aos tumultos há pouco iniciados na cidade de Socorro em decorrência da nova política fiscal implantada por ele mesmo. Poucos dias após a redação do parecer sobre as milícias, a situação tomaria contornos mais preocupantes devido ao aprofundamento das manifestações de protesto em Socorro e na capital do Vice-Reino, Bogotá. De modo explícito, o visitador procurava inocentar as elites locais de qualquer vinculação com os movimentos, circunscrevendo a culpa exclusivamente à “ínfima plebe”.²³¹

Quanto ao privilégio do *fuero*, Piñeres sustentava a necessidade de reformá-lo conforme as regras estabelecidas para as milícias da Espanha. Conforme o visitador, ao

²²⁹ Cf.: AGI, Quito, leg. 574. 31 de março de 1780.

²³⁰ A reforma proposta significava a extinção daqueles corpos militares.

²³¹ Sobre as lideranças “patrícias” e “plebeias” da Revolta dos Comuneros, ver: PHELAN, John Leddy. *The people and the king...*, especialmente capítulo 4; para uma análise mais detalhada acerca da constituição das elites envolvidas na revolta, ver: COVALEDA, Héctor Jaime Martínez. *La Revolución de 1781: Campesinos, tejedores y la rent seeking en la Nueva Granada (Colombia)*. Tese de doutorado. Departamento de Humanidades da Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, 2014.

comparar as exceções concedidas ao Exército e às Milícias na Espanha, evidenciava-se de modo incontestado o favorecimento das milícias americanas. Sabemos que essa constatação não era nova entre os críticos das milícias na América. O direito ao *fuero* passivo e ativo, tanto nas esferas criminal e civil, era o centro dos debates. Por isso, propunha que os soldados tivessem direito somente ao *fuero* passivo em casos criminais, ou seja, em situações nas quais fossem réus; já os oficiais, sargentos, cabos, tambores e pífanos teriam acesso ao *fuero* passivo nos âmbitos criminal e civil, mas respeitando as exceções à regra. Estas estavam relacionadas a certos tipos de causas que não poderiam ser julgadas pelas autoridades militares, como fraudes envolvendo a produção de moedas falsas, resistência formal à justiça e problemas relacionados à herança, “ni en las acciones personales que provengan de trato y negocio, como tampoco sobre oficio, y en cargo público”.²³² A última situação merece destaque, pois ela afetava diretamente os milicianos pardos, uma vez que grande parte deles vivia de ofícios artesanais. Com essas medidas, Piñeres buscava assegurar as prerrogativas da justiça ordinária e, por consequência, das elites locais que dominavam corporações como os *cabildos*, responsáveis pela justiça nas localidades. Por fim, admoestava o ministro Gálvez de que se “continúa el privilegio del *fuero* activo, y pasivo de modo que se les ha concedido en muy breve tiempo se convertirán estos países en gobiernos meramente militares, y quedarán casi sin ejercicio los tribunales, y jueces creados para administrar la real jurisdicción ordinaria”. Mais uma vez, a quebra da ordem social aparecia como o argumento que legitimava o cerceamento dos privilégios militares e o abandono da política de expansão das milícias.

A representação do *cabildo* de Popayán e o parecer emitido por Francisco Gutiérrez de Piñeres deram origem a uma nova ordem por parte de Madrid, solicitando o posicionamento do vice-rei. A missão coube ao recém-empossado Antonio Caballero y Góngora (1782-1789). Dizia a José de Gálvez que as oposições ao estabelecimento das milícias disciplinadas não eram novas na América: “en todas partes donde se ha pensado en él, se han encontrado contradictores. Unos porque tienen pocos o ningunos conocimientos de política; y otros porque no pasan de la corteza de las cosas”.²³³ Seus argumentos, porém, iam na contramão do que defendia o *cabildo* e o visitador Piñeres. Afirmava que “si se reflexiona bien, más útil es el referido establecimiento en las ciudades interiores del Reino para el buen gobierno Civil y Político, que para el Militar”. Ou seja, o sentido das milícias não se restringia a questões relacionadas à defesa. Mas qual o sentido do “político” para Caballero y Góngora? Trata-se de

²³² Cf.: AGI, Quito, leg. 574. 31 de março de 1780.

²³³ Cf.: AGI, Quito, leg. 574. 9 de janeiro de 1782.

dimensões múltiplas e interligadas, dando origem a um sistema que mantinha o ordenamento social.

As milícias eram, antes de tudo, instrumentos que garantiam a efetivação do poder régio na América, sobretudo no interior:

En Indias, o contraído a este Virreinato, no se conoce al Rey, sino por fe. Y el modo de hacerlo conocer casi materialmente, amar, y temer, es el de las milicias. En su instrucción solo se oye este Augusto Nombre, y la repetición de él, hace contraer hábito. De modo que el más agreste miliciano que lo oía, o entendía antes como un Ente, lo va creyendo real por la eficacia con que obra por medio de sus oficiales. Lo teme, comprendiendo en las penas que aplica a sus más tenues faltas la extensión de su poder, y que le es debida una obediencia reverente”.²³⁴

O controle social exercido por meio das normas militares garantiria a subordinação ao poder régio e, ao contrário de tornar os milicianos “libertinos”, naturalizava a resignação ao poder régio. O sentido dessa reflexão torna-se mais significativo ao recordarmos que seu destinatário era José de Gálvez, um dos burocratas mais destacados do reformismo borbônico. A mensagem coadunava-se perfeitamente com os planos de fortalecimento do poder central que caracterizaram os reinados de Carlos III e Carlos IV. Assim, Caballero y Góngora inseria as milícias disciplinadas no plano político mais amplo, o que torna mais claro o impacto das reformas militares em relação às milícias de pardos e morenos.

Conforme a percepção do vice-rei, os maiores obstáculos à efetivação do poder régio na América não eram os plebeus, mas sim a própria nobreza. A resistência ao serviço militar era prova disso. Recordava a ligação histórica entre a nobreza e o serviço militar, “pues ha sido siempre el timbre más relevante de esta el de ejercitarse en las armas, de las cuales se ha sacado aquella principalmente su origen y distinción”.²³⁵ Criticava a obstinação da nobreza de Popayán em distinguir-se dos demais grupos sociais, “sin hacerse cargo de la dependencia que Dios ha puesto entre todas las Clases del Estado para conservación de la Sociedad, y que solo son reputables por superiores aquellos que sobresalen en virtudes morales y civiles”. A resistência ao serviço nas milícias significava uma afronta ao poder régio e à própria ordem social; uma demonstração incontestável de concorrência entre os poderes locais ligados à nobreza e o rei. Como observado, essa tensão foi característica do contexto político das últimas décadas do século XVIII, sintoma dos esforços empreendidos pelas monarquias europeias em direção a uma maior centralização do poder. A manifestação dessas tensões no

²³⁴ Cf.: AGI, Quito, leg. 574. 9 de janeiro de 1782.

²³⁵ Cf.: AGI, Quito, leg. 574. 9 de janeiro de 1782.

mundo colonial pode ser averiguada em situações como a ocorrida em Popayán. Para compreender o lugar das milícias nesses embates, voltemos ao parecer do visitador Francisco Gutiérrez de Piñeres.

Lembremos que as discussões sobre as milícias de Popayán foram elaboradas durante os acontecimentos da Revolta dos Comuneros (1781). Para o vice-rei Caballero y Góngora, não restavam dúvidas quanto ao papel protagonista de nobres como cabeças do movimento. Ao discorrer sobre aqueles eventos, observou que “comenzaron los pasquines y las amenazas, a que nunca se mueve la Gente Plebeya sino movida de lo que oye a los mayores, que saben bien disimularse”. Para ele, os fatos eram “hijos de la insubordinación y el libertinaje [...] y patrocinados por quienes menos debería esperarse”. Nesse contexto conturbado, o vice-rei via as milícias como instrumentos essenciais à manutenção da ordem. Por sua vez, Gutiérrez de Piñeres criticava duramente o que denominou de “falso principio de política”. Informava que alguns governadores defendiam o estabelecimento geral das milícias como medida política para “contrarrestar el poder de la nobleza, y gente de distinción, a la que injustamente atribuyen haber influido en los alborotos ocurridos en algunas provincias de este virreinato”. Assegurava a José de Gálvez que “nada debe temerse de parte de la nobleza y gente de distinción, como sean blancos y de extracción decente”.²³⁶

Embora opostos, os pareceres emitidos pelo visitador Piñeres e pelo vice-rei Gaballero y Góngora indicam o papel central desempenhado pelas milícias nos arranjos políticos americanos. Suas reflexões permitem afirmar que as milícias eram percebidas pelos contemporâneos como instituições diretamente ligadas ao ordenamento social, fosse como suporte ao sistema ou como elemento que o erodia. O predomínio de uma das visões dependia sempre dos contextos de cada região e das condições conjunturais. No início da década de 1780, a balança começava a pender para a segunda visão, proliferando projetos que buscavam ou modificar a estrutura das milícias ou reformá-las definitivamente. É preciso esclarecer que esses debates incluíam também as milícias integradas por homens brancos, pois elas igualmente acarretavam custos à Fazenda régia e conturbações de ordem política. Porém, é notável que, quando se tratava das milícias de pardos e morenos, o teor das discussões assumia contornos diferentes, enfatizando-se, sobretudo, o potencial de desequilíbrio social e político dessas unidades.

As discussões sobre o futuro das milícias não se restringiram ao caso de Popayán. Ao longo da década de 1780, outras regiões do Vice-Reino de Nova Granada foram incluídas nos

²³⁶ Cf.: AGI, Quito, leg. 574. 31 de março de 1780.

planos de inspeção das forças militares. A expansão das milícias no interior constituía um problema comum e afetou parte considerável das províncias sob a jurisdição da Audiência de Quito. Em um claro esforço para centralizar a administração militar do Vice-Reino, em 1787 um coronel do exército, proveniente de Cartagena, foi nomeado inspetor geral das tropas. Dentre as missões de Anastasio Zejudo, constava a de formalizar a estrutura militar de Quito. Seus trabalhos iniciaram em Popayán, seguindo para Quito, Cuenca, Guayaquil, sendo finalizados no Panamá no ano de 1789.²³⁷ A atenção especial conferida às terras do interior pertencentes à Audiência de Quito deveu-se, sobretudo, ao estado irregular e incerto de suas forças militares. Guayaquil, situada na zona costeira e a primeira barreira contra possíveis invasões, teve suas milícias levantadas em 1774 e deveria seguir o sistema adotado em Cartagena. No interior, novas milícias foram levantadas entre 1779-1780, mas sob a qualidade de provisórias.²³⁸ Conforme Allan Kuethe, até as reformas executadas por Anastasio Zejudo, o *status* dessas milícias era incerto, não podendo determinar-se se eram disciplinadas ou urbanas. Ao contestar as reformas executadas pelo inspetor Zejudo, Juan José Villalengua, presidente da Audiência de Quito, informava que as milícias foram “creadas en la clase de urbanas desde el año de 1779, y aprobadas por S. M.”.²³⁹ No entanto, as milícias de Guayaquil e de Pasto foram consideradas disciplinadas, tendo acesso ao privilégio do *fuero* militar.²⁴⁰

A principal incumbência do inspetor Anastasio Zejudo foi revisar as tropas e, então, eliminar os corpos que fossem inúteis ou que tivessem importância marginal.²⁴¹ Assim procedeu. As alterações efetuadas reduziram significativamente a quantidade de corpos militares e os que restaram foram transformados em corpos disciplinados.²⁴² As mudanças causaram intensos protestos, tanto em decorrência da desmobilização de batalhões e companhias como devido à concessão do *fuero* militar àquelas unidades que permaneceram. Um dos opositores de Zejudo foi Juan José Villalengua, presidente da Audiência de Quito. Alegava que as reformas gerariam inumeráveis pleitos movidos pelos oficiais milicianos

²³⁷ KUETHE, Allan J. *The military reform...*, p. 219.

²³⁸ Essas novas milícias estavam localizadas no interior, em cidades como Ibarra, Otavalo, Chimbo/ Guaranda, Loja, Ambato, Cuenca e Río Bamba. Cf.: SUÁREZ, Santiago-Gerardo. *Las Milicias: Instituciones militares hispanoamericanas*. Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia; Fuentes para la Historia Colonial de Venezuela, 1984, p. 123.

²³⁹ Cf.: AGS, leg. 7089, 15. Carta de Juan José Villalengua para Baylío Fr. Don Antonio Valdés – secretario de estado del despacho universal de Indias. Quito, 18 de janeiro de 1789.

²⁴⁰ KUETHE, Allan J. *The military reform...*, p. 208.

²⁴¹ KUETHE, Allan J. *The military reform...*, p. 219.

²⁴² Os dados sobre essa reforma podem ser consultados em KUETHE, Allan J. *The military reform...*, p. 219. Para comparar com a estrutura militar do Vice-Reino em 1779, 1783 e 1789, ver pp. 45-46, 120, 127-128.

reformados; que a transformação em milícias disciplinadas geraria gastos desnecessários ao erário; que o fuero militar ocasionaria conturbações sociais.²⁴³

Para os pardos, as reformas de Anastasio Zejudo significaram um duro golpe nas conquistas obtidas desde a década de 1770. Entre as regiões sob a jurisdição de Quito, Guayaquil era a única que contava com um batalhão exclusivo aos pardos. Como visto no primeiro capítulo, Guayaquil, conjuntamente a Popayán, se destacava por ter uma elevada população de castas. O dito batalhão foi desmobilizado e seu efetivo unido ao batalhão dos brancos. Diante disso, os pardos recorreram ao rei para denunciar o que consideravam uma injustiça:

y hoy, señor, con crecido dolor y lagrimas del corazón, miramos nuestro batallón unido al de blancos, que uno y otro ha formado un regimiento bajo del mando de oficiales blancos. Y nosotros que con amor le criamos, que desembolsamos nuestros dineros en vestirle, nos hemos quedado solo con el goce del uniforme, y sin el fuero militar que [como] oficiales nos competía, por haberlos así dispuesto vuestro comisionado subinspector Don Anastasio Zejudo.²⁴⁴

Com a destituição do oficialato, os pardos de Guayaquil viram-se despojados do direito ao fuero militar, medida que impactava diretamente em suas vidas civis, pois parte significativa desses homens dedicava-se a ofícios artesanais.²⁴⁵ Por isso, alternativamente, solicitavam que, caso o batalhão não fosse restituído, pudessem se retirar do serviço militar, sendo reformados com direito ao fuero. O capitão Felis Gómez, um dos três homens que assinaram a carta, aproveitou a ocasião para solicitar ao rei uma medalha e a confirmação de sua nomeação como mestre calafate, demonstrando a importância dos ofícios e do fuero para aquele grupo social. O batalhão de pardos não voltaria a ser reerguido e é provável que seus oficiais não tenham recebido a reforma com direito ao fuero. Dados de 1794 indicam que existia apenas um batalhão em Guayaquil, com 900 praças alistadas, sem que se fizesse distinção da qualidade de seus membros.²⁴⁶ Embora as reformas executadas em Guayaquil tenham atingido tanto unidades milicianas integradas por brancos como por pardos, seus efeitos certamente foram mais danosos para os últimos. Elas limitaram ainda mais o campo de

²⁴³ Cf.: AGS, leg. 7089, 15. Carta de Juan José Villalengua para Baylío Fr. Don Antonio Valdés – secretario de estado del despacho universal de Indias. Quito, 18 de janeiro de 1789.

²⁴⁴ Cf.: AGS, leg. 7089, 15. Guayaquil, 19 de novembro de 1788.

²⁴⁵ CHAVES, María Eugenia. Artesanos, pulperos y regatones: notas para el estudio de los sectores subalternos de Guayaquil a fines de la Colonia. *Procesos: Revista Ecuatoriana de Historia*, n. 18, pp. 55-82, 2002.

²⁴⁶ KUETHE, Allan J. *The military reform...*, p. 224.

possibilidades desses indivíduos em relação à aquisição de signos de prestígio e reconhecimento social.

Assim como no Vice-Reino de Nova Granada, as discussões sobre a reforma das milícias na Capitania Geral da Venezuela começaram a ganhar evidência na década de 1780, quando se propôs um novo reglamento. Seus autores foram os governadores Don Manuel Gonzales (1782-1786) e Juan Guillelmi (1786-1792) e o intendente do Exército e Fazenda Francisco de Saavedra.²⁴⁷ Consistia no “nuevo método con que hayan de gobernarse aquellas Milicias, propone el pie en que deberán quedar bajo un sistema económico”.²⁴⁸ Já foi observado que a Coroa espanhola buscou por diversas vias aumentar os dividendos provenientes das Índias. Para isso, era necessário, por um lado, elevar as receitas, e, por outro, cortar gastos. Assim, o plano previa modificações em todas as milícias, fossem integradas por brancos ou pardos. Para os batalhões de brancos, sugeriu-se a redução do oficialato veterano e a supressão do cargo de coronel, pertencente ao quadro dos oficiais voluntários. Este último ponto não foi consensual, pois o governador discordava da medida. Em relação aos batalhões de pardos, porém, as propostas foram unânimes e visavam modificar de forma sensível o que estava determinado no *Reglamento de Cuba*.

Indicava-se que “la asignación de sueldos en los Batallones de Pardos, así al comandante, como a los oficiales, que son de la misma clase, lejos de haber producido la menor ventaja, dice que ha perjudicado no solo al Real erario, sino también a los mismos que los disfrutan”.²⁴⁹ O abandono de seus ofícios seria uma das consequências do pagamento de soldos aos oficiais pardos. Isso acarretava prejuízos individuais e coletivos, pois os pardos eram os principais artesãos das cidades. Defendiam que aqueles oficiais eram os que tinham menor ônus com o serviço nas milícias, pois residiam no mesmo lugar onde seus batalhões estavam sediados, o que não impedia que trabalhassem em suas atividades particulares. Por fim, alegava-se que os pardos necessitavam “de mucha menor decencia que los blancos”. Assim, o fim do pagamento dos soldos à oficialidade parda traria um benefício duplo: economia para o erário régio e eficiência para o artesanato local. As alterações não se

²⁴⁷ O intendente era um típico funcionário das reformas borbônicas e sua atuação na América buscava centralizar e tornar a gestão pública mais eficaz. Eram uma espécie de olhos do rei nas Índias e, por isso, tinham grande proeminência política. Todas as questões que se relacionavam com a economia passavam pelo crivo desses funcionários. Saavedra esteve à frente da intendência da Venezuela entre os anos de 1783 até 1788, quando é chamado à Madrid para integrar o Conselho de Guerra. Sobre Saavedra: LÓPEZ CANTO, Ángel. *Don Francisco de Saavedra, segundo intendente de Caracas*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 1973; RODRÍGUEZ MIRABAL, Adelina. La gestión del intendente Saavedra y la formación del paisaje cañero en la Venezuela colonial (1776-1783). *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, v. 16, n. 3, pp. 177-186, 2010.

²⁴⁸ Cf.: AGS, leg. 7199, 4. 1785.

²⁴⁹ Cf.: AGS, leg. 7199, 4. 1785.

restringiram aos soldos. Sugeria-se a abolição do posto de comandante, pertencente à plana mayor de pardos. Deixava-se claro que o mando efetivo dos batalhões cabia aos oficiais veteranos, ignorando-se “cuáles son las funciones de jefe que ejerce dicho comandante en su cuerpo [...] sirviendo únicamente de consumir al Real erario 20 pesos mensuales”.

Com o objetivo de impedir que as alterações causassem algum tipo de comoção entre os pardos, Don Manuel Gonzales e Francisco de Saavedra sugeriam a concessão de outra graça para atenuar as perdas sofridas. Após trinta e cinco anos de serviço militar, sendo vinte destes como oficial, os pardos teriam direito a uma medalha de prata do Real Busto e a uma pensão de cem pesos por ano. Adiantando-se a possíveis críticas, explicavam que com essas medidas, longe de constituírem demérito ao *Reglamento* de Cuba, apenas buscavam soluções para o caso específico da Venezuela, “pues la situación, y diversas circunstancias de aquella capitanía general exigen diferente método”. Ao fim do projeto, constava uma lista com os nomes dos oficiais dos três batalhões da província de Caracas que poderiam ser contemplados pelas novas medidas.

Embora essas reformas estivessem diretamente ligadas aos planos de recuperação econômica do império espanhol, é possível interpretá-las a partir de seus significados políticos. Lembremos que as milícias de pardos sofreram forte oposição na Venezuela desde o início da arregimentação militar na década de 1760. Antes mesmo das companhias serem organizadas sob a forma de batalhões disciplinados, as elites locais, por meio do cabildo de Caracas, pressionaram pelo cerceamento dos privilégios outorgados aos pardos. As disputas entre as elites locais e os oficiais pardos tinham como objeto desde símbolos de distinção como perucas até o *fuego* militar. Com a formalização do sistema disciplinado no início da década de 1770, formaram-se três batalhões de pardos, assegurando o direito ao *fuego* militar e soldos aos oficiais, tal como estabelecido no *Reglamento* cubano.

Com as alterações propostas no plano de 1785, os pardos perderiam dois de seus principais privilégios: soldos e a posição de comandante na plana mayor de pardos. Mas o quadro era ainda pior. Desde 1782, por ordem do Conselho de Índias, as milícias da Capitania Geral da Venezuela passariam a ter direito ao *fuego* militar apenas quando estivessem destacadas.²⁵⁰ A transformação gerou vários recursos por parte das milícias de pardos e brancos, mas o impasse seria resolvido somente em 1790, com a resolução favorável aos milicianos. Desse modo, caso o projeto de 1785 fosse imediatamente aprovado, os oficiais pardos ficariam destituídos de praticamente todos os privilégios proporcionados pelo serviço

²⁵⁰ Na prática, isso significava rebaixar as milícias ao *status* dos corpos urbanos. Cf.: AGS, leg. 7171, 40. Ordem expedida em 7 de outubro de 1782.

militar. Por outro lado, o aparente benefício concedido aos oficiais com trinta e cinco anos de serviço poderia configurar-se como uma medida de dupla face. Os indivíduos que ocupavam as posições de comando nos batalhões pertenciam a destacadas famílias pardas, muitas com tradição no serviço militar. Landaetas, Arias, Arévalos, Colons, Guevaras eram sobrenomes conhecidos na Província da Venezuela, destacando-se também no artesanato e nas artes. Mais importante: eram indivíduos dessas famílias que estavam no centro dos movimentos de pressão por honras e distinções; conformavam o “grêmio dos pardos”. É plausível pensar que a reforma desses oficiais significava retirar da órbita das milícias indivíduos que poderiam ser entendidos como possíveis lideranças. Somado ao fim dos soldos e à extinção do posto de comandante, a medida enfraqueceria de forma significativa a posição dos oficiais pardos e do próprio regimento como um canal de promoção social.

O “novo pé das milícias” foi remetido e bem avaliado por Madrid em 1787, mas sua aprovação ainda passaria pelo crivo dos conselhos de estado responsáveis pelos assuntos de guerra e fazenda.²⁵¹ A confirmação viria apenas em 1796, com a aprovação do Novo *Reglamento* para as milícias da Venezuela. Por isso, nesse intervalo de tempo, não se tem clareza quanto à efetivação das reformas. Requerimentos posteriores ao aviso de 1787 dão algumas pistas. No ano de 1788, Francisco Landaeta, capitão da companhia de granadeiros do batalhão de pardos de Caracas, solicitou ao rei “concederle vuestra Real Efigie con el sueldo que Vuestra Majestad tenga a bien señalarle para continuar el Real Servicio en consideración a su mérito, clase y servicios”.²⁵² Francisco Landaeta era um dos capitães pardos mais experientes de Caracas, tendo iniciado sua carreira militar como soldado no ano de 1734, quando as milícias na Venezuela eram instituições mais instáveis e organizadas sob a forma de companhias urbanas. Sua trajetória era exemplar, marcada por atuações em momentos importantes, tais como as tentativas de invasão ao Porto de La Guaira nos anos de 1739 e 1743; além disso, no início da década de 1760, custeou os uniformes de duas companhias milicianas e alforriou um escravo para que este pudesse servir como tambor, já que não havia pessoa hábil para exercer a função. A despeito disso, Francisco Landaeta se encontrava destituído do direito ao soldo que a patente de capitão lhe garantia; do contrário, não seria necessário solicitar ao rei que lhe concedesse algum soldo para continuar se mantendo no real serviço. Não fica claro, porém, se a intenção era solicitar a reforma conforme o que previa o novo reglamento.

²⁵¹ Cf.: AGS, leg. 7166, 8. 1787.

²⁵² Cf.: AGS, leg. 7175, 21. 1788-1793.

Coube ao governador Juan Guillelmi emitir o parecer que influenciaria a decisão final tomada pelo rei. Lembremos que ele foi um dos autores do plano de reforma para as milícias da Venezuela, o que influenciou diretamente sua avaliação. Confirmou a veracidade do relato apresentado pelo capitão pardo e, por isso, julgava-o digno da atenção régia; porém, suas considerações se limitaram à questão da medalha régia, sem que nenhuma consideração fosse feita ao pedido de soldo. Guillelmi o considerava merecedor da medalha régia, “según lo que propusimos el intendente Don Francisco de Saavedra y yo en el plan de Milicias que remitimos en 28 de diciembre de 1787”.²⁵³ Por orden régia de 14 de maio de 1789, Francisco Landaeta foi condecorado com a medalha, mas, como o artefato estava em falta, a receberia efetivamente apenas em 1793. Para o governador, porém, a medalha não deveria ser de ouro, mas sim de prata, conforme previa seu plano de reforma. A justificativa para a medida consistia na “equivocación que podía tener a un golpe de ojo con las de las ordenes Militares concedidas a la Nobleza”. O argumento era novo.

No projeto de reforma, Guillelmi sugeria que a medalha fosse de prata para distinguir o prêmio por “antigüidade de serviço” de outras ações extraordinárias, executadas em guerra ou não. Estas gerariam merecimento mais elevado e, por isso, a medalha deveria ser de ouro. Assim, “quedaría siempre en su fuerza la ambición de obtener la más apreciable, y consagrarían a merecerla los últimos esfuerzos”.²⁵⁴ É evidente que não se tratava meramente de um estímulo aos pardos para que continuassem dedicados ao serviço régio, mas sim um meio de impedir que tivessem acesso a signos de distinção pertencentes à nobreza. Embora as alterações nos batalhões de pardos fossem justificadas pela economia, razões de ordem política e social não estavam ausentes; ao contrário, é possível interpretá-las como sintomas das profundas tensões sociais presentes na Província de Caracas. Mesmo que de forma dissimulada, as elites locais continuavam a articulação que desde a década de 1760 buscava cercear os privilégios outorgados ou almejados pelos oficiais pardos.

Não obstante as admoestações do governador, Francisco Landaeta foi agraciado com a medalha de ouro. Na mesma época em que tramitavam as comunicações sobre o caso de Francisco Landaeta, um novo requerimento chega a Madrid. Seu autor, outro capitão pardo do batalhão de Caracas. Maximiano Solórzano, assim como Landaeta, integrava o “grêmio dos pardos”. No requerimento datado de 16 de julho de 1790, expunha ao rei sua trajetória de quarenta e seis anos como militar e mestre de obras, apresentando certificações de autoridades locais que atestavam sua dedicação “ao estudo da aritmética e da arquitetura civil”, bem como

²⁵³ Cf.: AGS, leg. 7175, 21. Caracas, 20 de outubro de 1788.

²⁵⁴ Cf.: AGS, leg. 7199, 4. 1785.

o esmero de seus trabalhos. Dentre estes, destacavam-se a fortificação do importante porto de La Guaira e a construção de uma praça para as comemorações da coroação de Carlos IV. Contava que o “grêmio de pardos” havia contribuído com oitenta pesos para a construção do coliseu que compunha o centro de festividades. Como reconhecimento aos bons procedimentos, solicitava o posto de comandante do batalhão de pardos de Caracas e que seus filhos ascendessem na hierarquia militar.²⁵⁵

Tal como no caso de Francisco Landaeta, a solicitação de Maximiano Solórzano foi analisada pelo governador Juan Guillelmi. Considerou o requerente digno e merecedor da graça régia, destacando que “sobresale en amor a vuestro Real servicio en moderación y respecto de los jefes y toda persona blanca conociendo su esfera”. Além do serviço militar e do atestado desempenho como mestre de obras, o governador fez questão que afirmar que Solórzano era um pardo que reconhecia seu lugar social, observação que estava diretamente relacionada com o conturbado contexto político de Caracas. Embora essa qualidade devesse, em teoria, ser inerente à conduta dos pardos, naquela configuração social ela aparecia como uma característica pessoal e indicava de modo indireto que nem todos os pardos agiam dessa forma. Devido às qualidades do requerente, Guillelmi sugeria a concessão da medalha de prata e a condecoração dos filhos com postos no oficialato das milícias. No entanto, o parecer foi totalmente contrário às pretensões do requerente em relação ao posto de comandante do batalhão. Seguiu estritamente o que havia sugerido no plano de reformas enviado à Corte em 1787, o qual ainda encontrava-se sem resolução definitiva. A justificativa formal para a extinção da comandância de pardos baseava-se na ineficácia técnica desses oficiais, pois o treinamento militar era da alçada da plana mayor do exército. No parecer ao pedido de Solórzano, no entanto, Guillelmi revela outras razões para a reforma. Para ele, o posto de comandante era “innecesario y prejudicial sirviendo solo para competencias con sus jefes los subinspectores, desacatando los Ayudantes y Garzones que todas tres clases son blancos veteranos del ejército”.²⁵⁶

É evidente que a extinção do posto de comandante relacionava-se a motivos de ordem política; era uma medida que buscava limitar a esfera de influência dos oficiais pardos. A referência às disputas entre pardos e brancos sugere que o posto de comandante garantia parcela significativa de poder aos pardos, constituindo um cargo que influenciava a condução dos batalhões. Viu-se que a comandância de pardos também era alvo de protestos em regiões

²⁵⁵ Cf.: AGS, leg. 7172, 54. 1790-1792.

²⁵⁶ Cf.: AGS, leg. 7172, 54. Caracas, 9 de novembro de 1790.

do Vice-Reino de Nova Granada, sendo, portanto, uma questão central para a compreensão das reformas militares de fins do século XVIII.

O parecer conclusivo ao pedido do capitão Maximiano Solórzano constituiu um divisor de águas para os batalhões de pardos, pois ele sancionou a perspectiva defendida pelo governador Juan Guillelmi e, por consequência, das elites locais e dos brancos que integravam aqueles corpos militares. Por ordem régia extinguiu-se formalmente o posto de comandante das milícias de pardos.²⁵⁷ Era a aprovação parcial do plano de reforma de 1787, primeiro indício das mudanças que atingiriam os batalhões de pardos a partir da década de 1790.

Os pardos buscariam mudar a decisão régia, solicitando a restabelecimento do posto abolido. No conturbado contexto da guerra contra a França, enviam uma representação ao rei, assinada por cinco oficiais pardos. Dentre eles, figuras conhecidas e com longa trajetória nas milícias como os capitães Maximiano Solórzano e Juan de Montes. Os outros assinantes eram os tenentes Domingo Días e Juan Domingo Monasterios, o subtenente José Céspedes²⁵⁸ e José Francisco Solórzano, filho de Maximiano. Sugeriam a criação de mais quatro companhias milicianas, que seriam agregadas ao batalhão de pardos, a fim de “contribuir a la gloria de las Armas Españolas contra la pérvida nación Francesa”.²⁵⁹ Além disso, comprometiam-se em arcar com as despesas relativas aos uniformes das novas unidades. A proposta não foi fortuita. A longa experiência militar havia ensinado para aqueles homens que as guerras constituíam as melhores oportunidades para indivíduos pertencentes aos estratos sociais mais humildes; sabiam que a Coroa entrava em uma fase de grande necessidade de recursos humanos e financeiros, sendo possível que aceitasse a barganha que propunham. Em troca, esperavam que o posto de comandante fosse restaurado: “suplicando Maximiano [...] se digne Vuestra Majestad por un efecto de Vestra Real Clemencia, restablecer la plaza de comandante del cuerpo, suprimida a poco tiempo, en él, o en Juan de Montes”. A fim de legitimarem o pedido, recordavam o exemplo de Havana, cujos batalhões de pardos contavam com o posto de comandante. O parecer final à representação não foi localizado, mas resoluções e discussões posteriores permitem inferi-lo.

Não obstante a conjuntura de guerra exigir reforços para a defesa, o emprego de milícias integradas por pardos continuava a ser visto com receio por algumas autoridades. O histórico de conturbações envolvendo as milícias de pardos, sobretudo na capital, constituía

²⁵⁷ Cf.: AGS, leg. 7172, 54. San Lorenzo, 28 de novembro de 1791.

²⁵⁸ Provavelmente filho ou parente próximo de um destacado capitão pardo chamado Juan Custódio Céspedes, o qual foi um dos oficiais pardos mais ativos no processo de formação das milícias disciplinadas na Venezuela durante a década de 1760.

²⁵⁹ Cf.: AGS, leg. 7176, 1. Caracas, 2 de janeiro de 1794.

fator de peso nas decisões. Em um parecer encaminhado a Diego de Gardoqui, secretário de estado da Fazenda, o Consulado de Caracas ²⁶⁰ afirmava que as milícias de pardos e “gente de color” eram “perjudiciales al Estado en las circunstancias actuales, con las fatales consecuencias que pronostican con su instrucción en las armas”. Portanto, deveriam ser extintas.²⁶¹ As “circunstâncias atuais” certamente referiam-se aos acontecimentos contemporâneos na colônia vizinha de Saint-Domingue e é possível que à insurreição ocorrida em Coro no ano de 1795. Em 1794, Pedro Carbonell, então governador da Venezuela e presidente da Audiência (1792-1799), buscava aprovação régia para as milícias urbanas que havia formado em várias regiões costeiras. Eram localidades que não contavam com companhias disciplinadas, mas que eram vulneráveis por situarem-se no litoral. Por se tratar de corpos urbanos, não implicariam custos elevados para o erário régio e seus integrantes teriam direito ao fuero militar tão somente quando efetivamente destacados. Parecia uma boa solução ao problema da defesa. Eram vinte e três companhias de pardos, quinze de brancos e apenas duas de morenos. Como se nota, os pardos constituíam o contingente humano mais expressivo, certamente reflexo de seu peso demográfico nas localidades. Talvez por isso as considerações ao pedido revelaram preocupação com a questão. Afirmava-se que “las tropas de milicias en América pueden ser muy útiles”, porém “un jefe imprudente podrá trastornar este buen orden, alistando sin distinción todos los habitantes, hacer perjudiciales dichas milicias, particularmente las de color”.²⁶² Coube ao inspetor Joaquín de Zubillaga emitir parecer sobre o impasse. Para ele, as milícias urbanas eram necessárias e úteis, principalmente na região costeira. Tranquilizava as autoridades em Madrid acerca dos perigos relacionados ao serviço militar dessa população, afirmando que

tampoco es de recelar que unidos formen un cuerpo capaz de alterar la quietud pública porque los Blancos, Pardos, Morenos e Indios son castas entre sí opuestas, y cuando los segundos, que son los que despuntan en los

²⁶⁰ Instituição proposta pelo intendente Francisco de Saavedra ainda em 1785, mas que só é formalmente criada em 1793. Consistia em uma corporação que unia proprietários de terras, os chamados “hacendados”, e grandes comerciantes com o objetivo de fomentar a agricultura e o comércio. Em resumo, a instituição era baluarte dos interesses econômicos das elites locais. Por isso, seus integrantes eram membros das famílias mais notáveis e poderosas da Província de Caracas. Não estranha, portanto, que buscassem limitar o acesso dos pardos a honras e privilégios. Sobre o Consulado ver: BRITO FIGUEROA, Federico. *Ensayos de historia social venezolana*. Caracas: Publicaciones de la Dirección de Cultura de la Universidad Central, 1960, pp. 146-149; sobre as elites venezuelanas e suas relações com o Consulado ver: LANGUE, Frédérique. Orígenes y desarrollo de una élite regional. Aristocracia y cacao en la Provincia de Caracas, siglos XVI-XVIII. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Bibliothèque des Auteurs du Centre, 2005.

²⁶¹ *Apud* MARCHENA FERNÁNDEZ, Juan. Tiempo de tormentas. La generación militar de Simón Bolívar. 1770-1810. *Historia y Espacio*. Revista de Estudios Históricos Regionales, Cali – Colombia, n. 37, pp. 15-74, 2011, p. 21. O autor não especifica a data do documento, somente o período ao qual se refere, entre 1793 e 1800.

²⁶² Cf.: AGS, leg. 7183, 45. 1794-1797.

altivos, quisiesen intentar alguna acción ruin los demás cuyo número es superior contendrían su arrogancia. Bien que hasta ahora los considera a todos leales a V. M.²⁶³

Ao salientar que os pardos constituíam o grupo social mais orgulhoso, Zubillaga reproduzia ideias profundamente arraigadas não somente no mundo hispano-americano, mas nas sociedades ibero-americanas como um todo. Como discutido em seções precedentes, essas concepções compunham o conjunto de estigmas imputados aos pardos por indivíduos que buscavam manter suas posições sociais de prestígio e poder. Na perspectiva dos grupos *establecidos*, os pardos eram alvos quase naturais de todo tipo de suspeição e, por isso, Zubillaga indicava que eram eles que poderiam incorrer em algum tipo de “acción ruin”. Além disso, naquele momento as autoridades peninsulares e americanas estavam sob o impacto dos eventos ocorridos em Saint-Domingue. O início do movimento que levaria à eclosão da grande revolta escrava e da guerra que dariam origem à República do Haiti era atribuído especialmente à ação dos mulatos livres.²⁶⁴ Ao quadro exterior somavam-se os acontecimentos internos à Província da Venezuela, como a insurreição ocorrida na serra de Coro em 1795, movimento integrado por negros, escravos e livres, mulatos, zambos e índios.²⁶⁵ Apesar de tudo isso, Zubillaga atestava a lealdade dos pardos e julgava admissível a constituição das companhias urbanas. Diante das necessidades impostas pela guerra e do parecer favorável emitido pelo inspetor, autoriza-se o estabelecimento das companhias urbanas propostas pelo governador Carbonell.

No entanto, os corpos militares integrados por pardos e morenos continuariam a ser alvos de críticas e suspeitas ao longo da década de 1790. Nesse período, avolumam-se as propostas de desmobilização ou reforma das milícias. Muitas das tendências delineadas na década anterior são retomadas e passam à condição de medidas efetivas. No Vice-Reino de Nova Granada, os governos dos vice-reis Francisco Antonio Gil y Lemos (1789) e de José de Ezpeleta (1789-1796) foram caracterizados por políticas que reduziram sensivelmente a quantidade de corpos militares. Conforme Allan Kuethe, o Vice-Reino encontrava-se em

²⁶³ Cf.: AGS, leg. 7183, 45. 21 de agosto de 1797.

²⁶⁴ Cf.: AGS, leg. 7149, 60. 1790-1791.

²⁶⁵ Entre os principais líderes desse movimento estavam os negros livres José Leonardo Chirino e José Caridad Gonzáles. Ambos haviam viajado por regiões do Caribe como Curaçao e Saint-Domingue e, por isso, conheciam os novos princípios de igualdade e liberdade divulgados pela Revolução Francesa. O movimento de Coro era inspirado diretamente nesse ideário, daí exigirem a aplicação da “lei dos franceses”, a implantação da república, a liberdade dos escravos e a abolição de impostos coloniais como a alcabala. Sobre esses movimentos na Venezuela ver: FIGUEROA BRITO, Federico. Venezuela colonial: las rebeliones de esclavos y la Revolución Francesa. *Caravelle*, n. 54, pp. 263-289, 1990; MURGUEITIO MANRIQUE, Carlos Alberto. La Revolución Negra en Saint-Domingue y sus efectos en la guerra racial de las Antillas y Tierra Firme, 1789-1797. *Revista Historia y Espacio*, Cali – Colombia, v. 5, n. 33, 2009.

situação financeira caótica quando do início do governo de Gil y Lemos. Por isso, esse vice-rei concentrou-se imediatamente em medidas para reverter o quadro, buscando cortar o máximo de gastos possível. Em sua avaliação, o sistema defensivo absorvia quantia considerável dos recursos financeiros e, portanto, deveria ser reformado. Gil y Lemos recomendava o abandono militar de algumas áreas de fronteira como o Darién, dominada por grupos indígenas não submetidos; remoção do batalhão fixo de Santa Fé para Cartagena; abandono da política de expansão das milícias. Julgava que as milícias das regiões interioranas eram ineficazes e que por isso os gastos que acarretavam aos cofres públicos não eram justificáveis. Além do aspecto econômico, ponderava ainda os riscos políticos implicados no alastramento das milícias disciplinadas no interior, que ensinaria suas populações a terem consciência de sua própria força, tornando-se, assim, um risco para a estabilidade social.²⁶⁶ Sabemos que essas propostas não eram novas, mas a partir desse momento elas passam a ser defendidas pelo próprio vice-rei.

As decisões de Gil y Lemos para o Vice-Reino de Nova Granada reverberaram em outras regiões americanas. Sua proposta para transformar todas as milícias das regiões interioranas em companhias urbanas deu origem a uma ordem régia enviada para os governadores americanos, consultando-os sobre a possibilidade de implantar o projeto em toda a América. Aos olhos da Coroa, parecia atrativa a redução de gastos gerada pelas mudanças. No entanto, não houve consenso sobre a questão. Alguns governadores mostraram-se contrários ao projeto, defendendo, antes, que as milícias disciplinadas fossem expandidas ou mantidas no estado em que se encontravam. Os chefes militares da Capitania Geral de Cuba, da Capitania Geral da Venezuela, de Santo Domingo e da Guatemala submeterem pareceres contrários à proposta, atestando a utilidade das milícias disciplinadas. Devido à pluralidade de condições, Madrid acaba por reconhecer que era impossível a aplicação homogênea da ordem, permitindo que cada região tratasse da questão de acordo com as necessidades e possibilidades locais.²⁶⁷ Vice-Reino de Nova Granada, Vice-Reino da Nova Espanha e Vice-Reino do Peru ²⁶⁸ passam a adotar as novas diretrizes, transformando as milícias do interior em urbanas ou abandonando os planos de expansão das milícias disciplinadas; Capitania Geral de Cuba e Capitania Geral da Venezuela asseguraram a continuidade das milícias disciplinadas, sem que houvesse, no entanto, expansão significativa do sistema.

²⁶⁶ KUETHE, Allan J. *The military reform...*, pp. 212-222.

²⁶⁷ Cf.: AGS, leg. 7308, 76. 1791.

²⁶⁸ Quando da consulta régia aos governadores americanos, quem estava à frente do Vice-Reino do Peru era o próprio Francisco Gil y Lemos, que havia sido transferido de Nova Granada após apenas sete meses de governo.

A gestão do Vice-Reino de Nova Granada por José de Ezpeleta, seguiu, em linhas gerais, os planos de Gil y Lemos. Efetivou-se a desmobilização das milícias disciplinadas de Popayán, Quito, Cuenca e Santa Fé, transformadas, a partir de então, em milícias urbanas.²⁶⁹ As reformas executadas em Nova Granada não se limitaram às terras do interior, mas buscaram reajustar as milícias disciplinadas que permaneciam como a base do sistema defensivo nas regiões costeiras. Para o vice-rei Ezpeleta, que era mestre de campo e contava com significativa experiência militar, era necessário dotar as milícias de um ordenamento racionalizado e o mais profissional possível. Com esse objetivo, formulou um novo *Reglamento* para o Vice-Reino em 1793, o qual foi aprovado no ano seguinte. Até aquele momento, seguia-se integralmente o que estava previsto no *Reglamento* cubano. Com o novo código, esperava-se integrar todas as milícias em um sistema comum e que respeitasse às condições particulares do vice-reino.²⁷⁰ Em relação aos batalhões de pardos, a mudança mais significativa foi a extinção do posto de comandante, o que concentrou todo o poder de mando nos oficiais da plana mayor de brancos. A autoridade máxima nesses batalhões passava a ser exercida por um “comandante en jefe”, oriundo do quadro veterano cuja patente era de ajudante maior.²⁷¹ A partir desse momento, os batalhões de pardos do Vice-Reino de Nova Granada e da Capitania Geral da Venezuela não contariam mais com o posto de comandante.

As alterações causaram reações imediatas em Cartagena. Alguns anos mais tarde, o novo vice-rei, Pedro Mendinueta y Muzquiz (1797-1803), atestava ao Conselho de Guerra que as turbulências ocorridas em Cartagena no ano de 1794 estavam diretamente relacionadas com a promulgação do *Reglamento*. Os responsáveis pelos pasquins sediciosos que circularam pela cidade seriam oficiais do batalhão de pardos que estavam desgostosos com as recentes mudanças. Devido à importância das castas para o sistema militar do Vice-Reino, principalmente nas zonas litorâneas, Mendinueta admoestava que “se evitasen en lo posible humillaciones que pudiesen exasperarlos”.²⁷² Embora o conturbado contexto da segunda metade da década de 1790, marcado pela emergência da guerra com a Grã-Bretanha, favorecesse os pardos, o posto de comandante não seria restabelecido.

²⁶⁹ KUETHE, Allan J. *The military reform...*, pp. 226.

²⁷⁰ Sobre o novo Reglamento para as milícias de Nova Granada, ver: KUETHE, Allan J. *The military reform...*, pp. 234-247; MARCHENA FERNÁNDEZ, Juan (Coord.); CABALLERO GÓMEZ, Gumersindo; TORRES ARRIAZA, Diego. *El ejército de América antes de la independencia...*, pp. 134-135; PUENTES CALA, Mauricio. El reajuste del ejército neogranadino y la promulgación del código de milicia de 1794. *Memorias. Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe Colombiano*, Barranquilla, ano 9, n. 18, pp. 1-53, 2012.

²⁷¹ Cf.: *Reglamento para las milicias disciplinadas de infantería y dragones del Nuevo Reino de Granada, y Provincias agregadas a este Virreinato* (1794), capítulo primero, artículo 18; capítulo segundo, artículo 37.

²⁷² Cf.: AGS, leg. 7069, 36. 1798.

Na Província da Venezuela, o novo reglamento, promulgado em 1796, determinou mudanças na oficialidade e nos soldos pagos aos milicianos. Tratava-se da aplicação do projeto de reforma proposto pelo intendente Saavedra e pelo governador Juan Guillelmi em 1787. Embora as medidas tenham sido destinadas a todos os batalhões, fossem de brancos ou de pardos, as mudanças mais significativas foram sentidas pelos segundos. Considerando que o posto de comandante já estava formalmente extinto desde 1791, a nova ordenação para as milícias decretaria o fim do pagamento de soldos aos oficiais pardos e estabeleceria o direito à reforma após trinta e cinco anos de serviço, sendo vinte deles como oficial, conjuntamente a uma pensão anual de cem pesos e a medalha de prata com o Real Busto.²⁷³

Na mesma época, o cabildo de Caracas buscava persuadir Madrid a reformar totalmente as milícias de pardos. Mantinha-se, desse modo, alinhado com opiniões manifestadas ainda na década de 1760 quando da criação das primeiras companhias regladas. Afirmava-se que essas instituições viriam a ser “la ruina de la América”, pois, além de não terem capacidade militar para fazer frente à invasões estrangeiras, “solo sirven para fomentar la soberbia de los pardos dándoles organización, jefes y armas para facilitarles una revolución”.²⁷⁴ As previsões nefastas tinham relação direta com acontecimentos recentes ocorridos na Venezuela, como a revolta de escravos, zambos e pardos da cidade de Coro. Para as elites caraquenhass, um dos efeitos mais perigosos das milícias era o fomento à expansão das expectativas dos pardos “a otros objetos más altos”. Isso demonstra claramente a vinculação entre os privilégios militares e a organização mais ampla da sociedade civil. Isso explica porque as discussões envolvendo a vigência das *gracias al sacar* na Venezuela estavam diretamente relacionadas com os debates sobre as milícias de pardos, aspecto que será analisado no próximo capítulo.

Além do Vice-Reino de Nova Granada e da Capitania Geral da Venezuela, as milícias de pardos perderam *status* e poder também no Vice-Reino da Nova Espanha. Sob as ordens do vice-rei Revillagigedo (1789-1794), as milícias disciplinadas do interior foram transformadas em unidades urbanas. Nesse contexto, os batalhões de pardos das cidades do México e de Puebla foram desmobilizados, seus oficiais destituídos dos postos e seus privilégios extintos. Em fins do século, os batalhões de pardos ainda existentes, localizados

²⁷³ Cf.: AGS, leg. 7199, 33. 1796-1797.

²⁷⁴ Cf.: Informe del Ayuntamiento de Caracas al Rey de 28 noviembre de 1796. In: RODULFO CORTES, Santos. *El régimen de “las Gracias al Sacar” en Venezuela durante el periodo hispánico*. (Tomo 2). Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia, 1978, doc. 11.

nas regiões costeiras, foram atingidos por novas restrições. A partir de 1797, o posto de comandante é extinto, com exceção do batalhão de Veracruz.²⁷⁵

As milícias integradas por pardos e morenos igualmente foram objeto de discussões na Capitanía Geral de Cuba. No último decênio do século XVIII, as elites pertencentes à aristocracia açucareira passam a questionar o papel desempenhado por elas. Ao contrário do que era defendido no Vice-Reino de Nova Granada, em Cuba não se tratava de críticas à ineficácia daqueles corpos militares; ao contrário, temia-se sua eficácia e, principalmente, a possibilidade de ser empregada contra o domínio político e econômico dos brancos. Francisco de Arango y Parreño (1765-1837) foi o principal crítico das milícias de cor. Membro da elite crioula cubana, destacou-se como porta-voz dos anseios de seu grupo social, que, em fins do século XVIII, voltavam-se para o desenvolvimento econômico da ilha com base na produção do açúcar. Daí a denominação dessa elite como a sacarocracia cubana.²⁷⁶ Sobre tudo a partir de 1788, com a nomeação como apoderado geral do *Ayuntamiento* de Havana em Madrid, Arango y Parreño passa a ser um intermediário entre as elites cubanas e o centro de poder peninsular.²⁷⁷ Parte substantiva de seu pensamento foi registrada na volumosa correspondência produzida por ele ao longo dos anos em que esteve envolvido com os assuntos políticos e econômicos da ilha de Cuba.²⁷⁸

Entre suas obras, o *Discurso sobre la Agricultura de la Habana y Medios de Fomentarla* consta entre as mais conhecidas e revisitadas pela historiografia. Escrita entre fins do ano de 1791 e o início de 1792, ela contém os princípios essenciais do projeto de desenvolvimento econômico que seria aplicado em Cuba ao longo das primeiras décadas do século XIX. Propunha-se, grosso modo, que a Coroa espanhola apoiasse as medidas necessárias para transformar a ilha cubana no principal produtor mundial de açúcar. O momento era propício, já que Saint-Domingue, o principal produtor de açúcar, encontrava-se voltada para questões internas ocasionadas pelo início da Revolução. Conforme Arango, o aumento do tráfico de escravos era condição fundamental para o fomento da agricultura; sem

²⁷⁵ ARCHER, Christon. Pardos, Indians, and the Army of New Granada...; VINSON III, Ben. *Bearing Arms...*, pp. 208-215.

²⁷⁶ FRAGINALS, Manuel Moreno. *O engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano*, v. 1. São Paulo: Editora HUCITEC, 1988, pp.158-168.

²⁷⁷ GONZÁLEZ-RISPOLL, María Dolores. Desde Cuba, antes y después de Haití: pragmatismo y dilación en el pensamiento de Francisco Arango sobre la esclavitud. In: GONZÁLEZ-RISPOLL, M. D.; NARANJO, C.; FERRER, A.; GARCÍA, G.; OPATRNÝ, J. *El Rumor de Haití en Cuba: Temor, Raza y Rebeldía, 1789-1844*. Madri: CSIC, 2004, pp. 9-81; GARCÍA RODRÍGUEZ, Gloria. Ensayo Introductorio. Tradición y modernidad en Arango y Parreño. In: *Francisco de Arango y Parreño – Obras*, vols. I e II. La Habana: Imagen Contemporanea; Casa de Altos Estudios Don Fernando Ortiz, 2005, pp. 1-56.

²⁷⁸ Uma compilação dos escritos de Arango pode ser consultada em *Francisco de Arango y Parreño – Obras*, vols. I e II...

a mão de obra escrava, seria impossível alcançar os níveis de produtividade almejados para o futuro. Os debates sobre as milícias de cor estavam diretamente relacionados a essa questão.

Para Arango, o exemplo recente de Saint-Domingue servia de alerta sobre os perigos presentes em sociedades com número expressivo de escravos e seus descendentes libertos. Afirmava que a “insurreição dos negros de Guarico” modificou seu modo de conceber a futuro da ilha: “al ruído de este funesto suceso, he despertado y he visto que toda mi obra se sostenía en el aire”.²⁷⁹ Não obstante o quadro demográfico cubano não configurar um desequilíbrio profundo entre os brancos, escravos e a população de cor livre, suas considerações remetiam-se a um tempo próximo. Portanto, era oportuno e necessário corrigir qualquer provável empecilho que colocasse em risco o ordenamento social. É no interior desse pensamento que as milícias de morenos e pardos são avaliadas. Conforme o apoderado cubano, as milícias de “libertos” ofereciam riscos evidentes à segurança da ilha, pois, em caso de insurreição das “pessoas de cor”, os brancos não teriam condições objetivas de se defenderem, uma vez que a maioria deles não contava com instrução militar. Admitia a utilidade dessas forças militares no passado em decorrência da segurança externa, “pero hoy que habrá suficiente número de blancos, no se debe aventurar la seguridad interior”.²⁸⁰ Conforme a percepção de Arango, as milícias de morenos e pardos deveriam ser desmobilizadas.

Ao avaliar a união entre escravos e a população liberta e livre como algo factível, Arango questionava teses que eram amplamente aceitas entre as autoridades coloniais, tanto americanas como peninsulares. Para ele, no entanto, escravos e livres estavam indissociavelmente ligados:

Todos son negros; poco más o poco menos tienen las mismas quejas y el mismo motivo para vivir disgustados de nosotros. La opinión pública, el uniforme modo de pensar del mundo conocido los ha condenado a vivir en el abatimiento y en la dependencia del blanco y esto sólo basta para que jamás se conformen con su suerte, para que estén siempre dispuestos a destruir el objeto a que atribuyen su envilecimiento.²⁸¹

²⁷⁹ Cf.: ARANGO y Parreño, Francisco. *Discurso sobre la Agricultura de la Habana y Medios de Fomentarla*. Obras, v. I, p. 170. Sobre o impacto da Revolução de Saint-Domingue no pensamento de Arango e Parreño, ver: GONZÁLEZ-RIPOLL, María Dolores. *Desde Cuba...*; BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política...*, pp. 109-115.

²⁸⁰ Cf.: ARANGO y Parreño, Francisco. *Discurso sobre la Agricultura de la Habana y Medios de Fomentarla*. Obras, v. I, p. 171.

²⁸¹ Cf.: ARANGO y Parreño, Francisco. *Discurso sobre la Agricultura de la Habana y Medios de Fomentarla*. Obras, v. I, p. 172.

O raciocínio de Arango tinha certo fundamento. De fato, como vimos, os libertos e seus descendentes mantinham-se ligados ao passado escravo mesmo que alguns deles estivessem afastados dessa condição há gerações. A escravidão constituía uma mancha ou “borrón” utilizada para justificar as restrições legais impostas a essa população e era fonte de estigmas sociais. Utilizando a expressão empregada por Arango, esse ordenamento condenava a população liberta e livre a viver em constante “abatimiento”. No entanto, a percepção homogeneizante de Arango estava na contramão do que era amplamente aceito entre os administradores coloniais, pois se acreditava que as clivagens sociais limitavam a emergência de identidades comuns que pudessem levar à união de amplos segmentos sociais em prol de causas comuns. Lembremos que o inspetor Zubillaga, ao julgar a conveniência do estabelecimento de milícias urbanas na Venezuela, atestava que negros, mulatos, zambos e índios eram “castas opostas entre si” e que isso impediria a confluência de interesses que pudessem colocar em perigo o ordenamento social. Além disso, cabe ressaltar que nas sociedades coloniais a própria escravidão constituía um fator elementar de diferenciação social.

O descompasso do discurso de Arango em relação ao papel da população de cor livre foi duramente questionado por Luis de las Casas, capitão general de Cuba e governador de Havana (1790-1796).²⁸² Em longa missiva enviada ao Conde de Campo Alange, na época ministro da guerra, afirmava que a proposta de Arango não era pautada em argumentos razoáveis, uma vez que “no ha sentado los fundamentos de sus recelos ni explanado el raciocinio de ventajas que pueden resultar de la reforma de la milicia de color”.²⁸³ Por isso, julgava que a reforma não era necessária, “pienso, por el contrario, que sería muy perniciosa”. Las Casas buscou invalidar a tese defendida por Arango demonstrando a incoerência de seus argumentos. Para ele, parecia contraditória a posição de Arango que, por um lado, defendia o aumento do contingente escravo e, por outro, dirigia seus receios à população de cor livre. Lançando mão do conhecimento que tinha sobre a configuração populacional da ilha, bem como da história das colônias americanas, argumentava que a atenção deveria voltar-se mais para os escravos que para os livres. Com base no censo de 1792, informava que Cuba contava com uma população de 84.965 escravos, ao passo que os livres de cor perfaziam 53.651 mil pessoas. Além da superioridade numérica dos escravos, afirmava que a experiência “persuade

²⁸² Uma abordagem sobre a figura histórica de Luis de las Casas pode ser consultada em GONZÁLEZ-RIPOLL, María Dolores Navarro. En torno a la figura de Luis de las Casas, un gobierno de transición. *Arbor: Ciencia, pensamiento y cultura*, n. 547-548, pp. 83-90, 1991; GONZÁLEZ-RIPOLL, María Dolores Navarro. *Cuba, la isla de los ensayos*. Cultura y sociedad (1790-1815). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Centro de Humanidades; Instituto de Historia, 1999, pp. 79-98.

²⁸³ Cf.: AGS, leg. 6854, 32. Carta de 23 de dezembro de 1794.

mayor riesgo en los esclavos que en los libres”, pois todas as insurreições de “gente de color” teriam sido executadas por eles. Os eventos recentes de Saint-Domingue, assim como o histórico de insurreições na Jamaica, confirmariam a tese.

Quanto à observação de Arango conforme a qual as milícias de cor eram exclusividade cubana, Las Casas foi enfático ao afirmar que “todas las potencias que tienen colonias en esta parte de América sacan partido de la gente de color para el servicio de las Armas [...] los ingleses tienen caballería de esta última clase que llevaron a la conquista de la Martinica”.²⁸⁴ Lembrava ao Conselho de Guerra que a prática era amplamente empregada nos domínios espanhóis, onde “en la mayor parte de sus colonias tiene el Rey tropas de color, sin que hasta ahora hayan causado males que yo sepa”. Prova da boa aceitação desses corpos militares era a recente formação de um batalhão em Veracruz e a sua própria proposta para a constituição de duas novas companhias de cor em Havana. Para Las Casas, o emprego militar de morenos e pardos seguia fundamentos lógicos, uma vez que as pessoas de cor, entre livres e escravos, constituíam metade de toda a população da ilha. Logo, se o projeto de desmobilização das milícias fosse executado, então Cuba perderia grande parte de sua força defensiva. De modo surpreendente, sugeria que a possibilidade de substituição dos homens de cor por brancos “traería inconvenientes políticos acaso mayores que los que se piensan desviar”.²⁸⁵ O caráter vago da reflexão não permite compreender plenamente o seu significado, mas ela sugere a importância das milícias de morenos e de pardos para manter o equilíbrio de forças na sociedade cubana. Assim como não era conveniente expandir em demasia o número de milícias de cor, tampouco a expansão das milícias integradas por brancos parecia uma atitude sensata.

O fenômeno das milícias de cor, portanto, não se restringia às questões defensivas. Fatores de ordem política justificavam o fomento e a manutenção daquelas instituições:

Los hombres de color destituidos de todos los empleos, de toda carrera, de toda ventaja honorífica en la sociedad, hallan en los empleos de los Batallones de Milicias de esta plaza un alivio a su menguada suerte, una carrera en que progresan los más sobresalientes de entre ellos, y los liga a favor del Gobierno.²⁸⁶

²⁸⁴ Para uma abordagem de conjunto acerca da temática do serviço militar prestado por escravos e seus descendentes livres nas Américas, ver: VOELZ, Peter M. *Slave and soldier: The military impact of blacks in the colonial Americas (Studies in african American History and Culture)*. New York/London: Garland Publishing, 1993.

²⁸⁵ Cf.: AGS, leg. 6854, 32. Carta de 23 de dezembro de 1794.

²⁸⁶ Cf.: AGS, leg. 6854, 32. Carta de 23 de dezembro de 1794.

Em uma sociedade na qual negros e pardos livres ocupavam um lugar social marcado por restrições legais e estigmas, as milícias constituíam um dos poucos espaços legítimos que garantiam o acesso a honras e signos distintivos. Seu uso político consistia em manter a fidelidade desses segmentos sociais por meio da cooptação de seus membros mais destacados; estes, por sua vez, influenciariam os seus pares, o que completaria o ciclo do sistema de controle social subjacente às milícias. Assim, Las Casas se mostrava convicto acerca da fidelidade dos batalhões de morenos e pardos, contestando a probabilidade da união entre escravos e homens livres, julgando que, em caso de insurreição escrava, estes “se vendrian al partido de los blancos”. As honras obtidas por meio da milícia, a oposição quase natural entre livres e escravos e o fato de eles próprios possuírem escravos, “todo concurre a persuadir que estas gentes no son tan temibles como se les sospecha”.

Além de refutar o projeto de desmobilização das milícias de cor, sugeriu que a importação de escravos fosse limitada. Remetendo-se ao caso exemplar de Saint-Domingue, lembrava ao Conselho de Guerra os perigos do desequilíbrio populacional entre brancos e homens de cor. O controle da importação de escravos era necessário “para no incidir en la extraordinaria funesta desproporción a que llegó el número de esclavos en la colonia francesa de Santo Domingo comparado con el de blancos”.²⁸⁷ Ao propor limites à importação de escravos, Las Casas atingia em cheio o centro do projeto de Arango, questionando os efeitos de uma das principais conquistas da sacarocracia cubana, ou seja, a liberação do tráfico de escravos (1789). Como alternativa ao trabalho escravo, propunha-se o fomento a políticas de imigração de população branca.²⁸⁸ O discurso de Las Casas prevaleceu. Por ordem régia de 22 de agosto de 1795, ordenava-se que as milícias de cor não fossem desmobilizadas e que se conservasse o equilíbrio populacional entre brancos e escravos por meio do incentivo à imigração de estrangeiros brancos.

A sacarocracia cubana, no entanto, não abandonou a ideia, retomando-a pouco tempo depois em uma representação do Consulado de Havana de 1799. Nela, buscavam a aprovação de medidas que pudessem garantir a “segurança e tranquilidade dos escravos” de Cuba; preocupavam-se, sobretudo, com as fugas e com possíveis insurreições. Entre essas medidas, novamente propunham a urgência da desmobilização das milícias de morenos e pardos, declarando que “nuestros deseos son que se disminuyan o extingan con la prudencia debida

²⁸⁷ Cf.: AGS, leg. 6854, 32. Carta de 23 de dezembro de 1794.

²⁸⁸ Sobre o fomento à imigração de população branca como um projeto de futuro para Cuba ver GONZÁLEZ-RIPOLL, María Dolores Navarro. *Cuba, la isla de los ensayos...*, pp. 114-121.

las milicias de color o al menos las de negros”.²⁸⁹ Os argumentos eram praticamente os mesmos apresentados em 1792, ou seja, temia-se a união de milicianos e escravos em movimentos sediciosos. Não obstante, havia uma sucinta alteração em relação à proposição anterior. Nesse momento, dava-se preferência para a desmobilização das milícias integradas por negros ou, conforme a nomenclatura institucional, de morenos. Sem nenhuma justificativa explícita, os batalhões e companhias de pardos eram poupados. Essa nuance tem passado despercebida aos pesquisadores que tratam do tema, mas ela constitui evidência importante para pensar a complexidade da sociedade cubana de fins do século XVIII e início do XIX, bem como no papel social e político atribuído aos pardos.

A historiografia tem defendido que a partir desse momento as milícias de cor começam a entrar em declínio e a perder prestígio.²⁹⁰ O desenvolvimento da *plantation* escravista em meio a um contexto de revoluções constituiriam as causas de base para a mudança. Nesse sentido, destaca-se o impacto da Revolução de Saint-Domingue como um evento que moldou as percepções das elites cubanas em relação aos escravos e seus descendentes libertos. Para Matt Childs, a partir de 1790 desenvolve-se um processo de racialização da sociedade cubana e, como consequência, diluem-se as diferenças entre livres e escravos e entre os homens livres oriundos da escravidão.²⁹¹ Interpretação semelhante foi sugerida por Jane Landers ao afirmar que a classe dos grandes agricultores do açúcar buscava criar um “sistema racial de duas castas” como aquele que imperava nos Estados Unidos. Para isso, era fundamental limitar os privilégios e *status* dos negros livres, dentre eles, os propiciados pelas milícias.²⁹²

A declaração de Francisco de Arango conforme a qual todos os libertos eram negros pode ser lida como evidência do fenômeno. Ao mesmo tempo, na documentação produzida pela sacarocracia, era comum que a população morena e parda fosse denominada genericamente como “gente de color”. A despeito disso, não parece provável que o sistema de hierarquização tradicional, que fomentava as diferenças entre os grupos sociais, estivesse deixando de ser um princípio organizador da sociedade. As discussões sobre as milícias constituem um bom caminho para pensar a questão. Como notado, na segunda proposta de desmobilização apresentada pelo Consulado de Havana acrescenta-se uma nova opção em

²⁸⁹ Cf.: Representación dirigida por el Real Consulado de la Habana al Ministro de Hacienda en 10 de julio de 1799. *Apud* SACO, José Antonio. *Historia de la esclavitud*. (Vol. 5). La Habana: Imagen Contemporánea, 2006, pp. 103-104.

²⁹⁰ KUETHE, Allan. *Cuba...*, pp. 123-126; CHILDS, Matt. *The 1812 Aponte rebellion in Cuba and the struggle against Atlantic slavery*. Chapel Hill: The University of Carolina Press, 2006, pp. 89-95.

²⁹¹ CHILDS, Matt. *The 1812 Aponte rebellion...*, pp. 186-187.

²⁹² LANDERS, Jane G. *Atlantic creoles in the Age of Revolutions*. Cambridge, Massachusetts, London, England: Harvard University Press, 2010, pp. 155-156.

relação à demanda de 1792, ou seja, de que pelo menos as milícias de negros/morenos fossem extintas, poupando, dessa forma, os corpos integrados por pardos. Alguns pareceres sobre o caso permitem compreender os significados dessa alternativa.

A representação enviada pelo Consulado de Havana em julho de 1799 seguiu para apreciação do Conselho de Estado da Fazenda, cujo secretário era Don Miguel Cayetano Soler. Sendo a discussão sobre as milícias da alçada da Secretaria de Guerra, a consulta sobre a questão precisou ser encaminhada para Don Antonio Cornel, na época secretário da pasta. Antes, porém, a proposta de reforma foi examinada por Don José de Ezpeleta, que, após encerrar seu mandato como vice-rei de Nova Granada (1790-1796), havia regressado à Espanha, onde se tornou conselheiro de estado. Sua larga experiência militar e política em terras americanas tornavam suas considerações referenciais. Por um lado, conhecia de perto a realidade cubana, pois havia sido governador da ilha entre os anos de 1785 a 1789, por outro, foi responsável pelas reformas militares implantadas no Vice-Reino de Nova Granada, sendo autor do *Reglamento* de 1794.²⁹³

No parecer encaminhado ao secretário da fazenda em dezembro de 1799, Ezpeleta seguia alguns dos pressupostos aplicados na reforma das milícias do Vice-Reino de Nova Granada. Para ele, a extinção das milícias de negros ou morenos constituía medida fundamental para a segurança da ilha, pois, devido às mudanças no panorama político em relação à época em que esses corpos foram criados, seria imprudente “armar y disciplinar una clase de gentes que en todo transe se han de unir a los suyos para darles la deseada libertad”.²⁹⁴ Assim como em Nova Granada, a desmobilização deveria ser aplicada somente no interior da ilha, mantendo os batalhões de Havana e Santiago de Cuba por serem regiões mais importantes em termos defensivos. Defendia que a maior presença de tropas regulares nesses lugares permitiria que possíveis insurreições fossem rapidamente reprimidas. Adotando a segunda opção sugerida pelo Consulado de Havana, Ezpeleta propunha a reforma unicamente dos corpos integrados por morenos, tratando os pardos de forma diferenciada. Afirmava que “no la extiendo a los pardos, porque estos siempre aspiran a ser blancos, y es de creer que en el caso de insurrección se unan con preferencia a los blancos”.

A convicção de Ezpeleta acerca dos pardos é indicativa das diferenciações identitárias e hierárquicas que caracterizavam a população oriunda da escravidão. Mesmo o Consulado de Havana, que havia elaborado uma percepção homogeneizante da população de cor no

²⁹³ Os dados sobre Ezpeleta foram consultados em AMORES, Juan B. *Cuba en la época de Ezpeleta (1785-1790)*. Barañáin – Navarra: Ediciones Universidad de Navarra (EUNSA), 2000.

²⁹⁴ Cf.: AGS, leg. 6865, 24. Pamplona, 2 de dezembro de 1799. Carta de Ezpeleta para Don Miguel Cayetano Soler.

Discurso de 1792, admitia a efetividade dessas diferenciações. Como demonstrado, na segunda proposta de desmobilização das milícias encaminhada a Madrid, circunscreviam a reforma aos batalhões integrados por morenos, reconhecendo o *status* social diferenciado dos pardos. Nesse sentido, a afirmação conforme a qual os pardos “sempre aspiram ser brancos” permite inferir dois significados principais: por um lado, que os indivíduos identificados com esse grupo social procuravam se afastar das vinculações mais imediatas com o mundo dos escravos; por outro, que a administração colonial admitia a aspiração como uma possibilidade legítima, pois ligada às características estruturais da escravidão praticada nos espaços ibéricos.

Ao considerar as hierarquias entre a população de origem escrava, percebe-se claramente que nesse momento, ou seja, o início da expansão açucareira em Cuba, os padrões de organização da estrutura social ainda mantinham as cisões entre escravos e livres e no interior do grupo dos libertos e seus descendentes. Tendo em vista essas considerações, é possível pensar o lugar social e político dos pardos. Exemplos claros das diferenças entre morenos e pardos são evidenciados por meio de suas manifestações a partir dos batalhões. Conforme estabelecia o *Reglamento* de 1769, os soldos destinados aos oficiais morenos deveriam ser ligeiramente inferiores aos soldos dos oficiais pardos. No ano de 1785, os oficiais morenos de Havana recorreram ao rei expressando descontentamento com a posição que ocupavam na hierarquia miliciana, acentuando particularmente o valor menor de seus soldos e, por isso, requeriam a equiparação com os soldos pagos aos oficiais pardos. A demanda, no entanto, não foi atendida.²⁹⁵

Poucos anos depois, em 1789, novamente os oficiais morenos enviam instância ao rei; dessa vez, para denunciar as injúrias praticadas contra eles pelos oficiais da plana mayor de brancos. O subinspetor Antonio Seidel e o garzón Manuel Faus eram acusados de tratá-los como escravos, dirigindo-lhes palavras desrespeitosas, prendendo-os arbitrariamente e chegando ao ponto de matar um soldado. Solicitavam a substituição do comando veterano do batalhão por oficiais espanhóis e a criação de um novo batalhão de morenos cujo comando pudesse ser exercido efetivamente por um oficial da mesma qualidade do batalhão.²⁹⁶ As manifestações de descontentamento dos oficiais morenos demonstram o peso da escravidão na configuração do lugar social ocupado por eles, que, mesmo livres, eram constantemente vinculados ao cativo. A despeito das investigações efetuadas em Havana, a questão não

²⁹⁵ KUETHE, Allan. *Cuba...*, p. 125.

²⁹⁶ KUETHE, Allan. *Cuba...*, p. 125-126. O autor destaca que, embora o subinspetor Seidel fosse espanhol, ele mantinha relações estreitas com as elites crioulas da ilha. Ele era casado com a sobrinha de um dos homens mais destacados da sacarocracia cubana, o marquês de jústiz de Santa Ana.

obteve parecer conclusivo, o que contribuiu para que as tensões entre o oficialato moreno e o comando veterano branco continuassem.

Na documentação consultada, é notável a ausência de protestos semelhantes por parte dos pardos, não obstante compartilhassem alguns constrangimentos com os morenos. No início de 1792, uma ordem régia ordenava que todas as milícias americanas passassem a usar um mesmo uniforme para que, desse modo, ficassem padronizadas com as milícias provinciais espanholas. A medida gerou protestos imediatos. Os oficiais brancos das milícias de Cuba e da Venezuela consideravam indecoroso apresentarem-se publicamente com o mesmo uniforme de “un negro o un mulato que tal vez poco antes era su esclavo”.²⁹⁷ Em 1806, uma ordem destinada aos milicianos pardos de Bayamo obrigava-os a retirar os chapéus na presença dos oficiais brancos pertencentes ao exército, incluindo os da plana mayor do batalhão. Como justificativa, alegava-se o respeito às diferenças de nascimento entre brancos e pardos. Alguns anos mais tarde, essa mesma lei seria aplicada em Havana e atingiria particularmente os oficiais do batalhão de morenos.²⁹⁸

Na verdade, pouco se sabe sobre a experiência social e política dos mulatos ou pardos em Cuba.²⁹⁹ Parte significativa da historiografia tende a examinar a população livre proveniente da escravidão a partir do designativo de “homens de cor” ou “gente de color”, nomenclatura comumente empregada pela sacarocracia e por autoridades coloniais. Seu uso, no entanto, não invalidou as diferenças entre morenos e pardos. A pouca referência à participação dos mulatos nos *cabildos de nación*³⁰⁰ seria um indicativo da separação étnica e social entre os dois grupos, embora a questão requeira pesquisas futuras.³⁰¹ Um dado significativo nessa direção é a baixa adesão de mulatos ou pardos à Rebelião de Aponte,

²⁹⁷ Cf.: AGS, leg. 6850. 1792-1795.

²⁹⁸ Cf.: AGI, Cuba, leg. 1798. Habana, 25 de maio de 1812.

²⁹⁹ Um esforço para caracterizar o grupo dos pardos foi feito por José Belmonte Postigo, centrando principalmente nos aspectos socioeconômicos dos pardos de Santiago de Cuba. Sugere que no oriente cubano essa população tinha certa participação como proprietária de pequenas áreas de exploração agrícola e de escravos. “El color de los fusiles. Las milicias de pardos en Santiago de Cuba en los albores de la Revolución Haitiana”. In: CHUST, Manuel; MARCHENA, Juan (Eds.) *Las armas de la nación*. Independencia y ciudadanía en Hispanoamérica, 1750-1820. Madrid-Castellón: Iberoamericana Vervuert, 2007.

³⁰⁰ Corporações semelhantes às irmandades, mas com um caráter mais mundano. Agregavam diferentes grupos étnicos africanos, organizados em nações. Eram instituições de auxílio mútuo e de sociabilidades.

³⁰¹ Conforme Matt Childs, os documentos contêm pouca evidência da participação dos mulatos nos cabildos. O autor sugere duas hipóteses que explicariam o fenômeno: os *cabildos* agregavam indivíduos que compartilhavam uma etnicidade africana, o que poderia excluir os mulatos, talvez mais afastados da cultura africana; é possível que as autoridades impusessem algum tipo de restrição a instituições compartilhadas por negros e pardos, pois contrariava o sistema de controle social vigente. *The 1812 Aponte rebellion...*, p. 107.

ocorrida em Cuba no ano de 1812. Dos quase quatrocentos arrolados como participantes, apenas sete pessoas foram designadas como mulatas.³⁰²

Essas evidências, somadas às propostas de desmobilização das milícias que explicitamente pouparam os milicianos pardos em decorrência da não identificação com os escravos, permitem propor algumas interpretações de ordem geral. Em Cuba, o grupo social composto pelos pardos, embora submetido às restrições legais e estigmas comuns à população proveniente da escravidão, contribuía para a estabilidade do ordenamento social vigente. Sugestivo disso é a naturalidade da observação de Ezpeleta conforme a qual os pardos aspiravam ser brancos e, por outro lado, a tolerância da sacarocracia para com suas milícias. Em Cuba, os pardos não foram alvos de protestos veementes como os que ocorriam em localidades como a Venezuela. Com isso não se está sugerindo que a sociedade cubana fosse mais tolerante para com eles, pelo contrário.

Como já proposto, em Cuba as possibilidades de efetivação dos mecanismos de controle social eram mais factíveis. Fatores como a composição das elites e a configuração demográfica elucidam a questão. As elites crioulas constituíam um reduzido grupo social interligado por alianças matrimoniais e que dispunha de fontes de poder diversificadas: eram os grandes produtores de açúcar, estavam presentes em instâncias governativas como os cabildos, ascenderam aos principais postos nas milícias, dispunham de relações próximas com as autoridades peninsulares – inclusive por vínculos matrimoniais – e contavam com títulos nobiliárquicos que concederam ao grupo *status* de aristocracia.³⁰³ Cuba se destacava por contar com expressiva população composta por homens brancos e pelo crescente peso demográfico dos escravos. Na virada do século XVIII para o XIX, a população de cor livre ainda não ultrapassava os 20%. Embora seja uma cifra considerável, ela não se compara a outras estruturas sociais hispano-americanas como as da Capitania Geral da Venezuela e das regiões caribenhas do Vice-Reino de Nova Granada, onde o contingente de pessoas livres de cor ultrapassava os 40% do total da população livre.³⁰⁴ Em síntese, em Cuba as elites dispunham de uma grande retenção de poder, o que limitava de forma particular a imersão social e política dos pardos. Se na Venezuela os pardos eram vistos pelas elites como agentes que punham em risco a estabilidade do sistema social, em Cuba esse temor era direcionado para os escravos e seus descendentes libertos. Quanto aos pardos, suas aspirações podiam ser controladas, mantendo-os submissos aos brancos e afastados dos escravos. Eventos

³⁰² A relação de pessoas presas ou punidas por participação na rebelião foi consultada no livro de Matt Childs, *The 1812 Aponte rebellion...* ver anexos.

³⁰³ GONZÁLEZ-RIPOLL, María Dolores Navarro. *Cuba, la isla de los ensayos...*, pp. 123-153.

³⁰⁴ Os dados demográficos dessas regiões encontram-se no capítulo 1.

posteriores como a guerra de raças na Venezuela – explicitada pela existência da pardocracia – e a ausência de fenômeno semelhante em Cuba, estão diretamente relacionados com a trajetória pregressa dos pardos em uma e outra sociedade.³⁰⁵

Ao findar a década de 1790, a maior parte das reformas militares já havia sido implantada. Quanto às milícias de pardos e morenos, pode-se dizer que, de forma geral, os projetos de desmobilização ou cerceamento de privilégios saíram vencedores. Os novos reglamentos promulgados para o Vice-Reino de Nova Granada (1794) e para a Capitania Geral da Venezuela (1797) atestaram a perda de alguns dos mais importantes privilégios disponíveis aos milicianos pardos, destacando-se a extinção do posto de comandante e o fim do pagamento dos soldos no caso da Venezuela. Além disso, evidencia-se o acirramento das tensões sociais relacionadas aos significados políticos das milícias, lidas pelas elites locais e por parte da oficialidade colonial como instituições responsáveis pelo alargamento das expectativas manifestadas pelos pardos. Particularmente na Capitania Geral da Venezuela, essas tensões assumiram tons mais dramáticos, dando lugar a intensos debates políticos que extrapolaram os limites da capitania e chegaram a Madrid. O tom dos debates na Venezuela seria referencial para o delineamento de políticas como as *gracias al sacar*, assunto que será discutido no próximo capítulo.

De forma surpreendente, Cuba destoou das demais regiões em vários aspectos. Em primeiro lugar, as políticas de desmobilização das milícias e sua substituição por corpos urbanos foram expressamente refutadas – posição que compartilhava com a Venezuela – e, em segundo lugar, preservou-se as milícias de pardos e morenos com todas as suas prerrogativas. Apesar da pressão exercida pela sacarocracia, apoiada pelo Consulado de Havana, esses corpos militares foram considerados úteis e leais ao rei. É notável que mesmo após a eclosão da Rebelião de Aponte (1812), cujos idealizadores eram majoritariamente pertencentes às milícias de morenos, aquelas instituições continuassem resguardadas. De fato, somente após a proliferação de dezenas de revoltas escravas e da conspiração integrada por escravos, brancos e pardos livres conhecida como La Escalera, entre 1843-1844, é que as

³⁰⁵ Aline Helg defendeu a tese de que a partir da década de 1840 desenvolveu-se em Cuba um “sistema racial” mais próximo ao modelo imperante nos Estados Unidos e que destoava de outros países também dependentes do trabalho escravo como a Jamaica, Venezuela, Colômbia e Brasil. Por isso em Cuba não poderia existir um lugar especial reservado às clivagens entre as pessoas vinculadas à escravidão. Os mulatos ou pardos, por exemplo, não conformariam um grupo social distinto, sendo incluídos no grupo da “clase de color”. É possível, no entanto, que o processo de cerceamento à formação de uma identidade parda já estivesse em formação em período anterior à década de 1840. HELG, Aline. Race and Black mobilization in colonial and early independent Cuba: A comparative perspective. *Ethnohistory*, v. 44, n. 1, pp. 53-74, 1997.

milícias de cor foram extintas em Cuba.³⁰⁶ Assim, nos últimos anos do século XVIII e durante o início do século XIX, enquanto os pardos da Venezuela e de Nova Granada deixavam de contar com a prestigiosa posição de comandante, a estrutura das milícias em Cuba permanecia a mesma. Essas características são importantes para a compreensão da participação dos pardos e das castas nos movimentos de independência.

2.5.2. *A regulamentação das milícias na América portuguesa: o alvará de 1802*

Como discutido, a reestruturação militar da América portuguesa caracterizou-se mais por esforços em termos quantitativos do que por um esmero para com os aspectos qualitativos. Embora houvesse a preocupação com a instrução técnica das tropas auxiliares, instituindo a presença de sargentos-mores e ajudantes, o ordenamento militar continuava ligado a estruturas tradicionais. Seguia-se, em linhas gerais, a legislação elaborada no século XVII. Somente nos últimos anos do século XVIII é que nova legislação seria promulgada com o objetivo de modernizar as tropas auxiliares, visando equipará-las, de fato, com as tropas regulares. Pelo Decreto Régio de 7 de agosto de 1796, estabeleceu-se que os terços auxiliares seriam elevados à categoria de regimentos de milícias, passando os mestres de campo a serem denominados coronéis, “a imitação dos das tropas pagas”. As intenções régias eram claras: as milícias deveriam ser “em tudo conforme as tropas regulares do meu Exército, na sua organização e formatura”. Para tanto, o estado maior dos regimentos passaria a ser constituído por um coronel, um tenente-coronel, um sargento-mor, dois ajudantes, um quartel-mestre e um tambor-mor.³⁰⁷

O momento, assim como nos espaços espanhóis, era de reavaliação das milícias. Embora a dimensão do problema tenha assumido contornos diversos em um e outro espaço, as questões de base eram compartilhadas. Oficiais régios e a própria Coroa manifestavam inquietações sobre a eficiência e custos daquelas instituições. O decreto de 1796 expressava o intuito de transformar as milícias em corpos verdadeiramente úteis; antes de sua promulgação, tiveram curso investigações sobre a condição efetiva dos terços auxiliares, procurando identificar possíveis corpos “fictícios”. A desmobilização dessas unidades traria economia à

³⁰⁶ Uma análise referencial sobre a questão foi desenvolvida por Robert Paquette em *Sugar is made with blood. The conspiracy of La Escalera and the conflict between empires over slavery in Cuba*. Middletown, Connecticut: Wesleyan University Press, 1988.

³⁰⁷ Cf.: Decreto Régio de 7 de agosto de 1796. In: SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa – Legislação de 1791 a 1801*. Lisboa: Typografia Maignrense, 1828.

Fazenda régia.³⁰⁸ Em meio a esse processo, as milícias de pardos e pretos foram objeto de reflexões e reformas específicas. Analisar o tratamento conferido a essas instituições é caminho fundamental para compreender o papel central que elas desempenharam na conformação do *status* social e político dos pardos da América portuguesa. Ao fim desta discussão, espera-se demonstrar que a ampliação das expectativas dos pardos em relação aos canais de inclusão política constituiu fenômeno diretamente relacionado à existência das milícias e à configuração específica dessas instituições na América portuguesa.

Após a instituição das tropas auxiliares pela Carta Régia de 1766, a primeira medida que buscou revisar a real situação desses corpos militares foi a ordem de 2 de novembro de 1787. Suspeitas de irregularidades na formação dos terços justificavam a medida, baseada em evidências de que alguns desses corpos eram “supostos e fictícios”, pois não contavam com os efetivos previstos por lei. Portanto, deveriam ser “abolidos e extintos, como se nunca houvessem existido”.³⁰⁹ Além das consequências relacionadas à estrutura defensiva, essa situação acarretava prejuízos ao erário régio em virtude do pagamento de soldos a seus oficiais maiores, que eram os ajudantes e sargento-mores. A questão havia sido debatida pela administração da Capitania de Pernambuco alguns anos antes e, embora não seja possível afirmar que a ordem de 1787 tenha origem nesses debates, seus fundamentos eram os mesmos.

O início das investigações em Pernambuco foi motivado por um parecer fornecido pela Junta da Fazenda, que, instada pelo Conselho Ultramarino a dar explicações sobre a falta de pagamento de soldos a um ajudante do terço dos pardos do Recife, denunciou a irregularidade nos terços auxiliares da capitania. Conforme a Junta, os terços auxiliares de pretos e pardos encontravam-se incompletos, o que podia ser evidenciado pela ausência de soldados nas ocasiões de treinamento militar. A hipótese levantada era a de que não havia contingente populacional suficiente para compor os ditos terços.³¹⁰ O andamento da comunicação revela que o parecer da Junta era, na verdade, reflexo de decisões políticas tomadas pelo governador José César de Menezes (1774-1787). A denúncia apresentada pela Junta da Fazenda gerou novo parecer, dessa vez solicitando explicações ao governador, que confirmou as informações fornecidas anteriormente. Menezes afirmava que a falta de soldados devia-se, sobretudo, à “desordem” com que o alistamento militar havia sido feito, incorporando pessoas que não tinham condições de comparecer aos treinamentos em

³⁰⁸ Cf.: Carta Régia de 2 de novembro de 1787. *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo* (DI), v. 25, pp. 97-100.

³⁰⁹ Cf.: Carta Régia de 2 de novembro de 1787...

³¹⁰ Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 144, doc. 10544. Recife, 13 de abril de 1782.

decorrência da distância de suas residências. Explicava que, por isso, havia deixado de prover os postos de sargento-mor e ajudante dos terços de pretos e pardos, evitando, desse modo, onerar o erário régio com despesas desnecessárias. A continuidade do discurso, porém, revela que não se tratava de medida exclusivamente motivada por zelo administrativo. José César de Menezes visava reformar os terços de pretos e pardos e minar a estrutura de comando dos corpos que permanecessem ativos. Vale lembrar que Pernambuco contava com quatro terços de pardos e dois de Henriques. Propunha que a capitania tivesse apenas um terço de pardos e outro de pretos e julgava imprescindível que o comando militar passasse a ser exercido por homens brancos. A fim de legitimar a proposta, lembrava ao Conselho que na Índia as companhias de nativos ou indo-europeus eram comandadas por homens brancos; no Rio de Janeiro, o vice-rei Lavradio havia instituído que os terços de pretos e pardos seriam conduzidos por homens brancos “de cuja honra se pudessem fiar”.

Para o governador, pretos e pardos não tinham merecimento suficiente para serem condecorados com patentes militares do alto escalão de comando. Ao fim da missiva, o governador revela o que, de fato, estava em seu horizonte: os oficiais pretos e pardos tinham sua origem na escravidão e, portanto, não poderiam ocupar cargos de distinção. Alegava que dois capitães dos Henriques eram, originalmente, escravos fugidos. A situação não era diferente em relação aos pardos. Aludindo ao caso de dois sargentos-mores que estavam em Lisboa, explicitava toda sua indignação argumentando que “ambos há poucos anos foram cativos, e hoje querem as honras e soldos de sargentos-mores sem merecimento ou utilidade. Do mesmo jaez são os mestres de campo, homens ordinariamente de inferior condição”.³¹¹ Lembremos que na mesma época os reformadores responsáveis pelas milícias nos espaços espanhóis expressavam opiniões semelhantes. Aos olhos desses administradores coloniais, a tolerância do Estado para com esse segmento social constituía um equívoco que deveria ser emendado. A emergência de opiniões unívocas sobre a questão evidencia o impacto político das reformas militares iniciadas na década de 1760; a contemporaneidade das opiniões, ademais, foi favorecida pelo controle das tensões bélicas após a guerra de independência das Treze Colônias e o fim dos enfrentamentos entre espanhóis e portugueses no Prata. Em um ambiente de paz relativa, era possível abrir mão de parte do sistema defensivo.

A proposta de reforma dos terços de pretos e pardos elaborada por José César de Menezes não recebeu a acolhida desejada no Conselho Ultramarino. Henriques e Pardos permaneciam com o direito legítimo de ocupar os cargos mais importantes da oficialidade. A

³¹¹ Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 144, doc. 10544. Recife, 13 de abril de 1782.

ordem emitida em 1787, da qual já se fez menção, indicava que a revisão dos terços auxiliares deveria contemplar todas as unidades, sem menção explícita a corpos de brancos, pretos ou pardos. No entanto, os problemas em relação ao pagamento dos soldos continuaram. No início da década de 1790, Carlos Barbosa Cardoso, Antônio José da Cunha e Manuel Mendes Prazeres emitiram requerimentos por meio dos quais solicitavam o pagamento de soldos atrasados. Eram respectivamente o sargento-mor do Terço Novo de Henriques, o ajudante do Terço dos Pardos de Olinda e o ajudante do Terço Velho de Henriques.³¹² Suas demandas foram atendidas e geraram um precedente que iria informar uma ordem geral emitida alguns anos depois.³¹³ Por provisão régia de 26 de julho de 1797, ordenou-se que todos os sargentos-mores e ajudantes dos terços de Henriques passassem a receber os “soldos, graduações e honras” tal como os oficiais dos “outros regimentos”. A medida foi instituída “em comum benefício de todos os sargentos-mores e ajudantes que atualmente existem na capitania de Pernambuco, e em todas as mais capitanias do Ultramar”.³¹⁴

Com a ordem de 1797 a Coroa arbitrava a favor dos milicianos pretos da América portuguesa. A medida daria fim a uma demanda tradicional, confirmando o prestígio de seus corpos militares. Em relação aos corpos de pardos, é possível que estivessem incluídos na referência aos “outros regimentos”. Vale lembrar que no mesmo ano oficializava-se o fim do pagamento de soldos aos oficiais dos batalhões de pardos da Capitania Geral da Venezuela, bem como se sancionava a extinção do posto de comandante. Não obstante a conquista obtida pelos Henriques, na mesma época o regimento dos pardos de Salvador passava por alterações que minariam o *status* da corporação por mais de uma década. Ao apresentar a relação de oficiais milicianos que necessitavam de reforma no ano de 1796, o governador da capitania da Bahia, Dom Fernando José de Portugal e Castro (1788-1800), propôs uma mudança na estrutura de comando do regimento. Ignorando os demais oficiais pardos que poderiam assumir o posto de sargento-mor vago pela reforma de José Raimundo de Barros, igualmente um homem pardo, explicava que estava encontrando dificuldades para encontrar “oficial branco que tolere ser comandado por outro pardo”. Por isso, propunha a reforma de todos os oficiais do alto escalão do regimento, o que incluía o coronel, tenente-coronel e ajudante, passando a ser comandado por um sargento-mor branco oriundo das tropas pagas. Por aviso

³¹² Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 176, doc. 12334. Posterior a 21 de março de 1791; AHU-Pernambuco, cx. 179, doc. 12531; Posterior a 5 de fevereiro de 1792; AHU-Pernambuco, cx. 184, doc. 12796. 21 de setembro de 1793.

³¹³ Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 184, doc. 12783. Queluz, 30 de julho de 1793.

³¹⁴ Cf.: AHU-Mato Grosso, cx. 35, doc. 1819. Vila Bela, 3 de fevereiro de 1799.

de 17 de agosto de 1796, a proposta foi acatada sem que se fizesse qualquer observação sobre a inovação.³¹⁵

A medida impactou sensivelmente no ambiente social de Salvador, aprofundando tensões sociais que seriam fundamentais para a configuração dos eventos posteriores de 1798. As reações dos oficiais pardos iniciaram tão logo os rumores sobre as mudanças no Quarto Regimento começaram a circular; em um primeiro momento, não se tinha clareza quanto ao alcance da reforma e pensava-se que ela era restrita aos postos de sargento-mor e ajudante. Por isso, na primeira representação enviada para o Conselho Ultramarino, os pardos concentraram-se na defesa desses postos, demandando a continuidade da tradição de empossá-los em pessoas da “mesma qualidade accidental” dos suplicantes. Assim, a longa missiva, elaborada em algum momento entre março e junho de 1797, tinha como objetivo preservar os privilégios outorgados aos pardos desde a criação do regimento. Para a corporação dos pardos, o posto de sargento-mor deveria ser ocupado por Miguel Rodrigues de Deus Cerqueira, capitão da companhia de bombeiros e comandante interino do regimento na ausência do coronel efetivo.

A figura de Miguel Rodrigues tem paralelo com pardos de outras localidades da América portuguesa, sendo possível interpretá-lo como um tipo social recorrente no mundo colonial ibero-americano de fins do século XVIII. Sua trajetória, por exemplo, apresenta semelhanças notórias com a experiência de Luis Nogueira de Figueiredo, o coronel de um dos regimentos de pardos do Recife sobre quem já se discorreu. Ambos eram lideranças entre os milicianos pardos e atuavam como porta-vozes do grupo, pois suas aspirações individuais eram diretamente conectadas às honras e privilégios outorgados à corporação; desfrutavam de condição material superior que a da maioria de seus pares e foram condecorados com hábitos de ordens militares, esta, aliás, uma situação pouco provável em espaços da América espanhola. Luis Nogueira era filho de um português já estabelecido no Recife na primeira década do século XVIII e de uma “mulher de cor”. A família se destacava pela posse de terras e envolvimento no comércio de carnes e açúcar, tendo seu pai construído sólida carreira militar e ascendido aos cargos municipais.³¹⁶ Miguel Rodrigues de Deus Cerqueira, ourives com loja aberta, mantinha conexões com o tráfico transatlântico de escravos. Era proprietário da corveta denominada “Jesus Maria José”, arrendada para viagens à Costa da Mina; ele

³¹⁵ Cf.: AHU-Bahia (Avulsos), cx. 206, doc. 35 e 41. Lisboa, 28 de junho de 1797.

³¹⁶ Uma análise pormenorizada sobre a trajetória da família Nogueira de Figueiredo pode ser consultada na tese de Janaína Santos Bezerra. *A fraude da tez branca: a integração de indivíduos e famílias pardas na elite colonial pernambucana (XVIII)*. Tese – Doutorado em História. Recife: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

próprio chegou a comandar uma expedição para a compra de escravos no início da década de 1790.³¹⁷

Não obstante as semelhanças com o coronel pardo do Recife, Miguel Rodrigues nunca chegaria ao posto mais elevado do Quarto Regimento. Ao longo dos trinta anos em que buscou obter a nomeação aos postos do alto escalão, elaborou documentos que evidenciam as tensões relacionadas à inserção social e política dos pardos livres de Salvador. Os desdobramentos da reforma promovida pelo governador D. Fernando José de Portugal, no entanto, não se limitaram àquela configuração social, pois os eventos soteropolitanos serviriam de guia para resoluções destinadas a todas as capitanias da América portuguesa. Isso demonstra que a relativa subordinação das milícias às condições particulares de cada localidade não impedia que conquistas e tensões específicas de uma localidade influenciassem outras regiões.³¹⁸ Ter isso em vista é fundamental para que se possa dimensionar o impacto das milícias para o processo de politização dos pardos livres cujo ápice inscreve-se em fins do século XVIII e início do XIX.

Com o falecimento do pardo José Raimundo de Barros, em março de 1797, o posto de sargento-mor do Quarto Regimento de Salvador estava oficialmente vago. De acordo com o que era tradicionalmente praticado, um oficial pardo assumiria o lugar. Miguel Rodrigues de Deus candidatou-se imediatamente. A seu favor concorria o fato de ser o capitão mais velho do regimento, de já exercer o posto interinamente, de contar com recomendações positivas por parte de oficiais das tropas de linha e de antigos governadores da Bahia e, por fim, sua colaboração ativa para a formação e manutenção do regimento, fardando soldados, consertando armamentos etc. Mesmo assim, o pedido foi negado pelo governador D. Fernando José de Portugal, “entendendo que para o regimento dos pardos deve agora o sargento-mor e ajudante ser tirado dos oficiais brancos e pagos da Tropa de Linha”.³¹⁹ Lembremos que uma década antes o governador de Pernambuco, José Cesar de Menezes, procurou executar a mesma alteração nos terços de Henriques e pardos, empreitada que viu frustrada. Na Bahia as coisas caminhavam em outra direção, anunciando o predomínio de visões que há muito viam com maus olhos o poder conferido aos pardos por meio das milícias.

³¹⁷ Cf.: AHU-Bahia (Avulsos), cx. 206, doc. 35 e 41. Lisboa, 28 de junho de 1797.

³¹⁸ Para uma abordagem sobre as inter-relações entre as capitanias da América portuguesa no processo de institucionalização dos corpos militares de pardos e pretos antes da reforma de 1766, ver SILVA, Luiz Geraldo. Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. *Revista de História*, São Paulo, n. 169, pp. 111-144, jul./dez. 2013.

³¹⁹ Cf.: AHU-Bahia (Avulsos), cx. 206, doc. 35 e 41. Lisboa, 28 de junho de 1797.

Após apresentarem um memorial dos serviços prestados ao Estado desde a criação do regimento em 1773, afirmavam que o bom ordenamento da corporação devia-se, sobretudo, à “boa união e conformidade entre si por serem todos de uma mesma qualidade”. Explicavam que isso não aconteceria caso o regimento fosse comandado por homens brancos, “os quais com escandaloso abuso das Reais Ordens de Vossa Majestade e dos Augustos Senhores antecedentes, tratam com desprezo aos pardos, entendendo com sinistro entusiasmo que a cor branca influía nos indivíduos alguma virtude, ou merecimento”. Além da legislação militar, a perspectiva dos suplicantes era informada pelo alvará de 16 de janeiro de 1773. Como demonstrado em trabalho anterior, essa peça legal foi lida por muitos pardos da América portuguesa como uma carta de habilitação.³²⁰ Com os pardos da Bahia não foi diferente. De forma incisiva, eles questionavam os princípios tradicionais de hierarquização em sociedades escravistas: ser branco não gerava por si só merecimentos e virtudes. O contraste em relação aos espaços hispano-americanos analisados é notório, pois mesmo em regiões como a Venezuela não se encontram manifestações tão declaradas de descontentamento para com os critérios de exclusão.

Na representação encaminhada ao Conselho Ultramarino, os oficiais pardos aproveitavam para denunciar um tratamento que consideravam contrário às disposições régias. Eram excluídos do acesso aos “empregos da República”, o que era perceptível especialmente nas tropas pagas. Nelas, os soldados pardos “servem e morrem sem acesso, ainda tendo os mais qualificados merecimentos”.³²¹ A restrição de espaços destinados ao reconhecimento social dos pardos constituía um problema em potencial nas sociedades coloniais. Com a expansão das expectativas por privilégios e honras manifestadas pelos grupos provenientes da escravidão, os canais de promoção social disponíveis já não eram suficientes. Esse descompasso foi condição fundamental para a participação dos pardos no movimento político conhecido como Conjuração Baiana de 1798. Como já foi sugerido nesta tese, as tensões sociais relacionadas ao universo militar de Salvador explicam parte da questão.

Ao analisar a representação enviada pelos pardos em 1797, os conselheiros do Conselho Ultramarino pareciam desconhecer o aviso expedido pela rainha D. Maria I em agosto de 1796, que autorizava a extinção dos postos de coronel, tenente-coronel e ajudante do Quarto Regimento e a substituição dos pardos por um oficial branco. Sugeriam que a questão fosse investigada diretamente com o governador da Bahia a fim de confirmar o que

³²⁰ LIMA, Priscila de. *De libertos a habilitados...*

³²¹ Cf.: AHU-Bahia (Avulsos), cx. 206, doc. 35 e 41. Lisboa, 28 de junho de 1797.

havia sido alegado pelos pardos. Para o Conselho, a questão exigia prudência, pois a mudança, pelo sua “novidade”, poderia ser “perigosa”. Chamavam a atenção para a recente ordem régia que garantiu o pagamento de soldos aos sargentos-mores e ajudantes dos terços de Henriques, o que tornaria ainda mais evidente o desprestígio imputado ao Quarto Regimento; além disso, o aviso de 30 de março de 1767 garantia a preferência aos oficiais pretos e pardos para a ocupação dos postos de sargento-mor e ajudante. Diante desse quadro, o mais sensato era ordenar que o governador da Bahia não executasse nenhuma alteração sem a expressa autorização régia.

Não obstante as recomendações do Conselho, as reformas no Quarto Regimento avançaram e D. Fernando José de Portugal nomeou José Luiz Teixeira como sargento-mor comandante, um homem branco originalmente pertencente à tropa de linha. O professor de grego Luiz dos Santos Vilhena testemunhou as tensões que começavam a emergir em Salvador após esses fatos. Conforme ele, o novo comandante do regimento dos pardos “transgredia os limites da equidade” no tratamento conferido aos membros do regimento. Assim como os conselheiros portugueses, Vilhena não via a situação com otimismo, prevendo “alguma consequência não esperada, logo que eles se consideram em sumo desprezo por se lhes dar um comandante que não seja da sua qualidade, e que este seja um sargento-mor, quando os Henriques, com que eles não querem comparar-se, ficam com o seu coronel preto”.³²² Como se sabe, na manhã do dia 12 de agosto de 1798 foram fixados em diversos pontos da cidade de Salvador onze “papéis sediciosos”, em verdade manuscritos, nos quais os temas mais recorrentes eram: a liberdade e a igualdade; equiparação entre soldados brancos, pardos e pretos; aumento de soldo dos soldados; o contexto da Europa, marcado pela Revolução na França; a abertura comercial da Bahia às nações estrangeiras.³²³

Os manuscritos apresentavam uma nítida ênfase na questão militar, sobretudo demandas pelo aumento de soldo e pela igualdade entre soldados pardos, brancos e pretos. Em um deles lia-se: “cada um soldado é cidadão, mormente os homens pardos e pretos que vivem escornados e abandonados, todos serão iguais, não haverá diferença”.³²⁴ A noção de desprezo, correntemente evocada pelos pardos, aparecia nos manuscritos como a síntese das limitações sociais impostas aos pardos e pretos. O novo conceito de cidadão possibilitava àqueles homens vislumbrar um novo modelo de inclusão social, não mais baseado na acomodação das diferenças, mas sim na ideia de igualdade.

³²² Cf.: VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de Notícias Soteropolitanas...*, pp. 253-254.

³²³ A transcrição dos “papéis” encontra-se em TAVARES, Luís H. Dias. *História da sedição intentada na Bahia em 1798: “A Conspiração dos Alfaiates”*. São Paulo: Pioneira, 1975, pp. 19-46.

³²⁴ *Apud* TAVARES, Luís H. Dias. *História da sedição...*, p. 32.

Como sugerido, as limitações de espaços de promoção social destinados aos pardos foi condição importante para a adesão desses homens ao plano de conjuração. Embora nenhum integrante do Quarto Regimento tenha sido condenado por participação nos eventos, suas insatisfações e demandas eram compartilhadas com os demais pardos que participaram ativamente da conspiração. A semelhança entre os discursos é explícita. Luiz Gonzaga das Virgens – soldado do primeiro regimento de linha e sentenciado à morte como um dos líderes do movimento – demonstrava descontentamento com o tratamento conferido aos soldados pardos pertencentes às tropas de linha. Afirmava serem eles “por abuso inoficioso e ignorância suprema a uma menos razoada distinção, reputados nas tropas pagas, e auxiliares da compatibilidade dos homens brancos, como objetos da escravidão, do desprezo e finalmente como exterminados, ou espúrios do mínimo acesso e graduação dos postos”.³²⁵ A mesma queixa era manifestada pelos oficiais do Quarto Regimento. Na representação enviada ao Conselho Ultramarino no início de 1797, diziam que os pardos “que vivem debaixo do jugo de soldados nas Tropas Pagas, nele servem e morrem sem acesso, ainda tendo os mais qualificados merecimentos”.³²⁶ Para piorar o quadro, no contexto prévio à eclosão dos eventos de 1798, o regimento já estava sob o comando do sargento-mor branco e destituído dos postos de coronel e tenente-coronel.

Não foi por acaso que as demandas ligadas ao mundo militar constavam entre as aspirações mais importantes apresentadas pelos “panfletos sediciosos”. Em uma sociedade ainda informada pelos modelos de inclusão corporativos, os corpos militares constituíam uma das vias de integração política por meio da concessão de privilégios específicos. Tanto homens brancos como pessoas ligadas geracionalmente à escravidão reconheciam essa dimensão e, por isso, buscavam ascender às posições de comando. Devido aos impedimentos legais imputados aos pardos e pretos, essa via de inclusão tornava-se extremamente significativa, pois constituía um dos únicos meios de conquistar privilégios distintivos semelhantes ou equivalentes aos conferidos à nobreza. A condecoração com hábitos das ordens militares é um exemplo disso. Embora os casos não tenham sido abundantes, em todos eles os serviços militares prestados ao Estado aparecem como a principal ação digna de recompensa régia. Esses foram os casos, por exemplo, de Luis Nogueira de Figueiredo e Miguel Rodrigues de Deus Cerqueira.³²⁷

³²⁵ Cf.: ADCA, vol. 1, p. 116.

³²⁶ Cf.: AHU-Bahia (Avulsos), cx. 206, doc. 35 e 41. Lisboa, 28 de junho de 1797.

³²⁷ A obtenção de hábitos de ordens militares por indivíduos reconhecidamente pardos ainda é um campo de investigação em aberto. Fernando Prestes de Souza analisou a trajetória de uma família de São Paulo condecorada com hábitos militares ao longo das duas primeiras décadas do século XIX. A imersão no universo

As insatisfações em relação às possibilidades de ascensão na hierarquia militar manifestadas pelos pardos é evidência da crescente tensão social presente em Salvador previamente aos acontecimentos de 1798. Cabe observar que o ambiente social conturbado não se restringia ao mundo dos pardos, mas emergia como uma condição que englobava toda a sociedade soteropolitana. Prova disso é o envolvimento de pessoas pertencentes às elites no movimento; culpa que se manteve velada, sendo punidos com penas leves pouquíssimos de seus representantes. Como demonstrou István Jancsó, os implicados que receberam as penas mais severas, a morte e o degredo, foram eminentemente homens pardos.³²⁸

Como se sabe, os mulatos foram os principais acusados do plano de conjuração de 1798, ficando isentos de culpa pessoas pertencentes aos estratos sociais mais elevados. A pena capital aplicada aos quatro mulatos perante os moradores de Salvador tinha a função pedagógica de impedir futuras manifestações, mas, ao mesmo tempo, de demonstrar à população preta e parda os limites de suas aspirações. Não obstante, após os eventos de 1798, as discussões sobre o Quarto Regimento intensificaram-se, dando lugar a uma luta discursiva envolvendo diferentes pontos de vista. Os debates tinham um objeto muito claro: estava em causa o próprio *status* social e político dos pardos livres. Para os membros da administração local, as prerrogativas concedidas aos pardos deveriam ser reduzidas, principalmente aquelas ligadas aos corpos militares. Assim como nas regiões hispano-americanas, considerava-se que os corpos militares eram responsáveis por minar a estrutura social tradicional.

Poucos meses após a descoberta do movimento sedicioso, José Venâncio de Seixas, novo provedor da Casa da Moeda da Bahia, enviou uma carta a D. Rodrigo de Souza Coutinho, secretário de estado da Marinha e Ultramar, explicitando suas opiniões sobre o caso. Para ele, a condução dos domínios ultramarinos vinha sofrendo alterações que eram prejudiciais ao ordenamento social. Assim como o visitador do Vice-Reino de Nova Granada, Francisco Gutiérrez de Piñeres, Seixas via um gradual abandono das políticas que mantinham os pardos “em certo abatimento”, vetando-lhes “a entrada em qualquer ofício público ou posto militar”.³²⁹ A Carta Régia de 1766, porém, teria modificado o estado das coisas, constituindo

militar das milícias foi fundamental para a consolidação da família. As referências ao estudo foram consultadas em: “Guerras, milícia, ofícios mecânicos e a nobilitação de uma família parda: estratégias e tensões vividas pelos Ribeiro (São Paulo, c. 1750 – c. 1830)”. Texto inédito, gentilmente compartilhado pelo autor.

³²⁸ JANCÓS, István. *Na Bahia, contra o império: história do ensaio da sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec, 1996. Principalmente capítulo IV; Patrícia Valim analisou especificamente o envolvimento das elites locais, demonstrando as teias de relações entre elas, bem como as tensões sociais latentes no centro desse heterogêneo grupo. Ver: *Corporação dos enteados: tensão, contestação e negociação política na Conjuração Baiana de 1798*. Tese – Doutorado em História. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, 2012.

³²⁹ Cf.: AHU-Bahia (Castro e Almeida), cx. 94, doc. 18433. Bahia, 20 de outubro de 1798.

“um erro de política em administração de colônias”. Com ela, formaram-se corpos de milícias exclusivos aos pardos e, por isso, “se viram condecorados com postos de coronéis e outros semelhantes, com que esta gente naturalmente persuadida, adiantou consideravelmente as suas ideias vaidosas, o que, junto ao espírito do século, os faz romper em toda qualidade de excessos”. A confluência entre processos internos ao mundo colonial e externos a ele é clara. A expansão dos mecanismos de inclusão possíveis aos pardos e a nova ideia de igualdade eram responsáveis pelas mudanças.

D. Fernando José de Portugal, ao explicar para D. Rodrigo de Souza Coutinho as possíveis causas da conspiração, expunha argumentos semelhantes aos de José Venâncio de Seixas. Por um lado, ressaltava a influência dos acontecimentos na Europa, marcados pela Revolução Francesa e pela disseminação dos ideais de liberdade e igualdade; por outro, chamava a atenção para o favorecimento dispensado aos pardos:

[...] o demasiado favor que tem conseguido nessa corte a classe dos homens pardos desta capitania, obtendo alguns deles mercês de hábitos e outras distinções, o que não contribui pouco para aumentar mais a vaidade e presunção que constitui o seu caráter, fazê-los mais atrevidos e dispô-los a resolverem-se a por na presença de S. M. requerimentos cheios de pretensões extraordinárias e que lhes não competem, pois ainda que como vassalos devam merecer a atenção da mesma Senhora, não convém, contudo, em um país de conquista em que esta gente compõe uma grande parte da população que seja demasiadamente igualada à classe dos homens brancos.³³⁰

Também para D. Fernando José de Portugal, a administração da colônia estava sendo conduzida de modo equivocado pela Coroa e seus conselheiros. Entendia que os favores conferidos aos pardos resultavam em um alargamento de suas “pretensões extraordinárias”. A postura do governador não decorria unicamente do impacto causado pelos eventos daquele momento. Conforme Vilhena, no início daquele governo, decretou-se uma ordem que proibia os pardos de advogarem nos Auditórios da cidade. A medida, porém, não foi executada, pois “em pouco tempo fechou os olhos e tolerou que requeressem e advogassem como antes”.³³¹ No contexto dos acontecimentos de 1798, tentava persuadir D. Rodrigo de Souza Coutinho – que era o estadista mais influente em relação às políticas dispensadas ao Ultramar – para que houvesse um recrudescimento do tratamento dispensado aos pardos.

A sugestão, porém, não prevaleceu. Nesse momento, o futuro do Quarto Regimento estava sendo objeto de uma acalorada discussão, que envolveu, de um lado, o governador da

³³⁰ Cf.: AHU-Bahia (Castro e Almeida), cx. 99, doc. 19326. Bahia, 4 de abril de 1799.

³³¹ Cf.: VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de Notícias Soteropolitanas...*, vol. 2, pp. 442-443.

Bahia e, de outro, o Conselho Ultramarino. Como não poderia deixar de ser, D. Fernando José de Portugal buscou desqualificar os argumentos apresentados pelos oficiais pardos e demonstrar a coerência de suas reformas. A suposta incapacidade técnica dos pardos para ocuparem os postos de sargento-mor e ajudante, a nulidade do aviso de 1767 para a capitania da Bahia e, por fim, a relutância dos oficiais brancos em submeterem-se ao comando de homens pardos constam entre os principais argumentos. Procurava convencer a rainha de que as queixas de desprezo apresentadas pelos pardos eram infundadas, pois os considerava “mais atendidos e favorecidos do que foram em outro qualquer tempo”.³³² O motivo: a permissão de fazerem as guardas do palácio do governo, função da qual estavam excluídos há vários anos. Está claro que, na prática, essa honra devia-se fundamentalmente ao fato de que o regimento estava sob o comando de um homem branco.

As causas e justificativas alegadas por D. Fernando José de Portugal não convenceram o Conselho Ultramarino, pelo contrário. Em consulta de 13 de janeiro de 1800, os conselheiros demonstraram total discordância para com as reformas, buscando demonstrar que elas poderiam conduzir a situações indesejadas. É possível interpretar essa consulta como uma resposta do Conselho às críticas proferidas pelo governador e por José Venâncio de Seixas em relação à condução da administração colonial. Admoestavam ao príncipe regente sobre as “perigosas consequências” que poderiam resultar da inovação proposta pelo governador, especialmente naquele momento. Chamava-se a atenção para a incoerência da reforma em relação ao que acabava de ser estabelecido pelo decreto de 7 de agosto de 1796, que equiparava a moldura dos regimentos milicianos com as tropas do exército, instituindo os postos de coronel, tenente-coronel, sargento-mor e ajudantes. Havia ainda a provisão régia que garantia o pagamento de soldos aos sargentos-mores e ajudantes dos terços de Henriques. A diferença de tratamento certamente geraria conturbações sociais.

Para os conselheiros, a preservação dos pardos nos postos superiores dos regimentos longe estava de ser um erro. Era, antes de tudo, uma medida política fundamental para a conservação do equilíbrio social. O aviso de 1767, que igualou os terços de pardos, pretos e brancos de Pernambuco em termos de suas honras, privilégios e soldos, era prova disso. Estabeleceu-se “que este meio era o mais fácil, e mais justo, e o mais político para lhes influir e radicar nos seus corações o amor e a fidelidade que devem conceber e conservar ao seu soberano e à sua pátria”.³³³ Eram, portanto, contrários a alterações no ordenamento tradicional dos corpos militares integrados por pardos e pretos, pois isso minaria os vínculos de

³³² Cf.: AHU-Bahia (Avulsos), cx. 217, doc. 4. Bahia, 18 de abril de 1798.

³³³ Cf.: AHU-Bahia (Avulsos), cx. 217, doc. 4. Lisboa, 13 de janeiro de 1800.

fidelidade dos súditos de cor com a monarquia. Como vimos, essa função política das milícias de cor era fato aceito também nas regiões hispano-americanas, sendo, por isso, um traço estrutural das instituições militares.

O parecer do Conselho Ultramarino sobre o Quarto Regimento de Salvador foi expressão do reconhecimento do lugar social e político dos pardos como elementos essenciais à manutenção da ordem colonial. Embora se tratasse de um grupo específico, ou seja, sobretudo dos milicianos, a afirmação pode ser generalizada. Eventos como o de 1798 confirmavam que insatisfações exclusivas do mundo militar tinham potencial para serem disseminadas pelo corpo social. Ao discorrer brevemente sobre esse parecer, Russell-Wood chamou a atenção para seus significados mais amplos, sugerindo que ele foi um “marco na história das relações entre as raças no Brasil colonial”.³³⁴ Porém, dado o caráter conciso da exposição, não fica explícito qual o sentido dessa afirmação para aquele historiador. De nossa parte, sugerimos que esse parecer legitimou demandas e ideias tradicionalmente defendidas pelo grupo. Os conselheiros reforçavam as denúncias do desprezo sofrido pelos pardos nos domínios americanos, ressaltando que a situação pioraria em decorrência da mudança na estrutura de comando do regimento. Suas considerações sobre o tratamento conferido aos pretos e pardos indicam as contradições entre dois modelos de inclusão social:

Aos reais pés de Vossa Alteza Real e no seu magnânimo coração, todos os seus fiéis vassalos, brancos, pardos ou pretos, recebem sem diferença dos *acidentes* de que são dotados aquele feliz amor e agasalho, que não diminui, antes sim exalta a soberania do trono [...] porém, pelo contrário, sendo como é, muito escassa esta virtude naqueles domínios, *aonde ser Pardo ou Preto se reputa defeito do homem, e não operação casual da natureza*, sempre as repreensões dos seus maiores, sendo estes brancos, se encaminham ao desprezo lançado no rosto de cada um daquele defeito, em que não são cúmplices, de cujas ignomínias não usam os Pardos e Pretos uns com os outros, conhecendo-se [] segundo a sua classe.³³⁵

Com o dito parecer, os conselheiros sacramentaram teses há muito tempo defendidas pelos pardos: a cor é um acidente e, portanto, condição incapaz de imputar impedimentos legais. Lembremos que, cerca de trinta anos antes, Luis Nogueira de Figueiredo, mestre de campo dos pardos do Recife, expressava as mesmas ideias, afirmando que “Vossa Majestade atende aos procedimentos, no seu real serviço, e honra com que servem e não as cores que os brancos querem desprezar”.³³⁶ Como vimos, conjuntamente ao paradigma do acidente da cor,

³³⁴ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos...*, p. 141.

³³⁵ Cf.: AHU-Bahia (Avulsos), cx. 217, doc. 4. Lisboa, 13 de janeiro de 1800. Grifos meus.

³³⁶ Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 109, doc. 8466. Anterior a 5 de setembro de 1770.

a noção de desprezo constituiu uma tópica do discurso elaborado e reproduzido pelos pardos desde meados do século XVIII. O conceito de desprezo aparecia como uma espécie de síntese do tratamento dispensado a eles no mundo colonial. Embora os conselheiros estivessem tratando especificamente do caso dos pardos baianos, é plausível supor que suas considerações fossem informadas por anos de demandas e pressões oriundas de diferentes capitanias da América portuguesa. O acúmulo dessas demandas somado ao evento exemplar de 1798 confirmava aos conselheiros que o caminho a ser seguido era o da continuidade e reforço do modelo de inclusão até então praticado. Foi essa a visão que prevaleceu.

Antes, porém, D. Fernando José de Portugal ainda buscou reverter a situação. Dizia a D. Rodrigo de Souza Coutinho que não via “inconveniente algum” no fato do regimento dos pardos ser o único da cidade que não contaria com os postos superiores de coronel e tenente-coronel. Tinha como referência o caso do regimento dos pardos do Rio de Janeiro, que era comandado por um sargento-mor branco. Para ele, o restabelecimento da oficialidade do Quarto Regimento significava sustentar o “capricho” e a “ vaidade” dos pardos. Afirmava que eles aspiravam distinções não condizentes com os seus merecimentos, pois eram “destituídos de bens” e viviam de ofícios mecânicos.³³⁷ Os argumentos não foram acatados por D. Rodrigo de Souza Coutinho e as resoluções seguintes demonstrariam um alinhamento da Coroa com o parecer do Conselho Ultramarino. Por provisão régia de 26 de agosto de 1802 informava-se a D. Fernando José de Portugal, agora vice-rei do Estado do Brasil e governador do Rio de Janeiro, que os postos superiores do Quarto Regimento deveriam ser restaurados e empossados preferencialmente em oficiais pardos. A ordem deveria ser extensiva ao Rio de Janeiro, modificando o que havia sido praticado até então, já que o a capital do vice-reino mantinha-se como a única localidade onde os pardos estavam explicitamente excluídos dos postos superiores.³³⁸

A confirmação dessas medidas viria alguns meses depois, com o alvará de 17 de dezembro de 1802. Ele pode ser lido como uma extensão do decreto de 1796 que havia equiparado os postos superiores das milícias aos do exército em toda a América portuguesa. Buscava-se dotar as milícias de “toda a instrução, disciplina, e perícia”, o que seria obtido por meio da designação de oficiais competentes e “cabalmente instruídos nos diferentes ramos do serviço militar”.³³⁹ Assim, o principal objetivo da ordem era estabelecer as regras para os provimentos dos postos superiores das milícias, especificamente os de coronel, tenente-

³³⁷ Cf.: AHU-Bahia (Avulsos), cx. 218, doc. 34. Bahia, 17 de setembro de 1800.

³³⁸ Cf.: AHU-Bahia (Avulsos), cx. 224, doc. 22. Lisboa, 26 de agosto de 1802.

³³⁹ Cf.: AHU-Bahia (Castro e Almeida), cx. 131, doc. 25846. Alvará de 17 de dezembro de 1802.

coronel, sargento-mor e ajudante. Embora todos os regimentos estivessem contemplados, os corpos de pardos e de pretos foram tratados de forma específica.

Decretou-se que os postos de comando deveriam ser providos preferencialmente em oficiais pretos e pardos. Ao analisar o alvará, Hendrik Kraay sublinhou sobretudo sua ambiguidade, pois ele abria a possibilidade de oficiais brancos vindos da tropa de linha assumirem os postos de sargento-mor e ajudante dos regimentos de pretos e pardos.³⁴⁰ No entanto, se analisado como resultado de anos de debates e demandas sobre o provimento dos postos superiores dos regimentos de pretos e pardos, seus significados tornam-se relevantes. Conforme Fernando Prestes de Souza, o alvará de 1802 pode ser interpretado como o “ponto alto de um processo de estreitamento dos laços entre a Coroa e os milicianos de cor do Brasil entre a segunda metade do século XVIII e o início do XIX”.³⁴¹ Era a confirmação das medidas tomadas anteriormente para as capitanias da Bahia e do Rio de Janeiro. As justificativas para a sua outorga reproduziam as diretrizes sugeridas pelo Conselho Ultramarino no parecer de 1800:

Sendo porém muito conveniente ao Meu Real Serviço, e inteiramente conforme aos princípios da Razão, e Direito natural, que eu procure como pai comum de todos os meus vassallos desterrar de seus ânimos a odiosa preocupação, com que muitos ainda consideram a diferença das cores como um princípio, de que devem resultar diversos direitos entre aqueles em que se não dá a uniformidade deste acidente; e querendo por outra parte dar a todos os meus vassallos Pretos, e Pardos uma prova irrefragável de que os considero habilitados para todas as Honras, e Empregos Militares, a que serão efetivamente elevados, segundo o seu pessoal merecimento.³⁴²

A Coroa negava abertamente os critérios tradicionais de hierarquização baseados na “diferença das cores”, ratificando, desse modo, uma demanda cara aos pardos da América portuguesa. Como vimos, o questionamento da cor como critério fundamental para o estabelecimento de “diversos direitos” foi o carro-chefe das queixas manifestadas por pardos ao longo da segunda metade do século XVIII. Embora o contexto específico da Bahia tenha sido fundamental para o encaminhamento da questão, é pouco provável que isoladamente ele fosse responsável por desencadear resoluções para o conjunto da América portuguesa. O papel específico da Bahia foi o de ter demonstrado os possíveis efeitos do descaso para com

³⁴⁰ KRAAY, Hendrik. *Política Racial, Estado e Forças Armadas na época da independência: Bahia, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2011, p. 159.

³⁴¹ SOUZA, Fernando Prestes de. *Milicianos pardos em São Paulo: Cor, identidade e política (1765-1831)*. Dissertação – Mestrado em História. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, 2011, p. 102.

³⁴² Cf.: AHU-Bahia (Castro e Almeida), cx. 131, doc. 25846. Alvará de 17 de dezembro de 1802.

as insatisfações e demandas dos pardos. Nesse sentido, 1798 foi exemplar. Conforme a própria Coroa, os pardos constituíam a “classe de gente mais desinquieta em todas as colônias”.³⁴³ Por isso, o alvará de 1802 pode ser interpretado como uma resposta do Estado português às tensões sociais crescentes no mundo americano. A circunscrição ao universo militar demonstra de forma inquestionável que as milícias eram o principal *locus* de politização dos pardos, não sendo possível, portanto, pensar os processos de inclusão desse segmento social prescindindo essa dimensão.

O alvará, no entanto, deixava brechas que futuramente seriam exploradas. Em primeiro lugar, destaco a contradição entre a declaração da cor como um “princípio odioso” e a continuidade da organização dos regimentos a partir desse critério; em segundo, a previsão de que, caso não se encontrassem oficiais pretos e pardos “dignos” de ocupar os postos superiores, então oficiais brancos vindos das tropas de linha poderiam se candidatar; em terceiro e último, o reforço dos critérios socioeconômicos para a ocupação dos postos, estabelecendo que os oficiais, desde o posto de alferes, deveriam dispor de “rendas e bens suficientes para se manter com a decência conveniente”.

Desse modo, o decreto de 1802 não significou a superação total dos entraves para os pardos. As lutas e tensões sociais envolvendo a questão dos postos de comando e das milícias de cor seguiriam como problemas da sociedade colonial das décadas que antecederam a independência. Na Bahia, as resoluções régias só começariam a ser executadas em 1808. No início de 1807, o capitão Miguel Rodrigues de Deus e outros oficiais pardos denunciavam que o regimento ainda mantinha-se no mesmo estado deixado por D. Fernando José de Portugal. Por isso, encontravam-se “na mesma escravidão sem alívio, por cuja causa toda a corporação vive triste e sem consolação”.³⁴⁴ As queixas tinham todo o fundamento. No início de 1803 abriu-se edital para o provimento dos postos de comando do Quarto Regimento, seguindo o que havia sido estabelecido no ano anterior e conforme as diretrizes previstas pelo alvará de 17 de dezembro de 1802. O avaliador designado pelo governador da Bahia foi Florêncio José Correia de Melo, marechal de campo comandante das tropas da capitania. Os resultados da avaliação frustraram parte significativa da oficialidade parda que há anos lutava pelo direito de assumir os postos. Dentre eles, o próprio Miguel Rodrigues de Deus, tido como um homem de “poucas luzes militares”. Florêncio mostrava-se indignado com as recentes ordens régias, alegando não saber escolher “um coronel entre homens que vivem de ofícios mecânicos, sem

³⁴³ Cf.: AHU-Bahia (Avulsos), cx. 218, doc. 34. Lisboa, 20 de maio de 1802.

³⁴⁴ Cf.: AHU-Bahia (Avulsos), cx. 242, doc. 45. Anterior a 27 de fevereiro de 1807.

educação alguma, nem meios suficientes de sustentar dignamente a autoridade daquele posto, igualado hoje nas honras com os outros coronéis das tropas pagas”.³⁴⁵

A exceção do capitão João Batista da Costa, todos os demais nomes indicados pelo marechal de campo eram pardos provenientes dos corpos de linha, alternativa que não estava inteiramente em desacordo ao que previa o alvará de 1802. Para coronel, por exemplo, sugeriu Antonio Manuel de Melo, alferes do Segundo Regimento de linha. Não obstante ser pardo, ele era filho reconhecido de um ex-governador de Moçambique e, portanto, um homem fidalgo. Apesar de resignar-se às ordens régias, Florêncio não deixou de propor o que considerava mais acertado. Dizia que não via razões para condecorar “uma classe de gente a mais orgulhosa, e inquieta de todo o país”. Explorando as brechas deixadas pelo alvará de 17 de dezembro de 1802, afirmava que a continuidade de um regimento de mulatos conservaria “para sempre uma barreira inseparável entre as diferentes castas que habitam neste país: donde nascerão, sem dúvida, além dos ódios particulares entre os membros da mesma sociedade, mil desordens contrárias ao sossego público”. Sob o discurso que endossava a necessidade de extinguir a “diferença entre as cores” – algo admissível somente entre brancos e pardos – estava a real opinião do militar. Era preciso descaracterizar o regimento, tornando-o “sem distinção alguma de cores”. Seus postos superiores, no entanto, permaneceriam monopolizados por homens brancos. Suas orientações foram parcialmente seguidas, mas refutou-se completamente a ideia de extinguir a tradicional divisão das milícias em corpos de brancos, pardos e pretos. Em 1808, o pardo fidalgo Antonio Manuel de Melo foi condecorado com a patente de tenente-coronel, tornando-se em seguida coronel. Na mesma época, o pardo Pedro Inácio de Porciúncula ascendeu ao posto de tenente-coronel e seu filho, José Maria Cirilo da Silva, à de ajudante. Nesse momento, o ativo capitão Miguel Rodrigues de Deus já havia falecido, sem nunca ter conseguido concretizar o grande objetivo de sua vida como militar: ascender ao mais elevado posto do Quarto Regimento. No entanto, Finalmente, as coisas pareciam ter voltado parcialmente ao estado anterior à reforma de 1796.³⁴⁶

Em Pernambuco, os regimentos de pardos e de pretos foram alvos privilegiados de um projeto de reforma proposto em 1806 pelo então governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro (1804-1817).³⁴⁷ Embora sua proposta de redução do número de regimentos

³⁴⁵ Cf.: AHU-Bahia (Castro e Almeida), cx. 131, doc. 25846. Bahia, 25 de fevereiro de 1803.

³⁴⁶ Os dados foram consultados em KRAAY, Hendrik. *Política Racial...*, pp. 160-163.

³⁴⁷ Luiz Geraldo Silva analisou o projeto chamando a atenção para os embates entre os modelos de controle social tipicamente barrocos, que fomentavam as diferenças entre os grupos sociais, e os pertencentes ao ideário ilustrado, tendencialmente propenso à homogeneização do corpo social e à racionalização dos critérios para a ocupação dos postos de comando dos regimentos. SILVA, Luiz Geraldo. Sobre a “etnia crioula”: o terço dos Henriques e seus critérios de exclusão na América portuguesa do século XVIII. In: VENÂNCIO, R. P.;

milicianos incluísse os corpos integrados por homens brancos, suas críticas concentraram-se especificamente nos pardos e pretos. Tendo em vista os padrões de hierarquização típicos do Antigo Regime, julgava imprópria a condecoração de oficiais mecânicos aos postos superiores dos regimentos. Assim como outros administradores coloniais, responsabilizava a Carta Régia de 1766 pela alteração da ordem tradicional, principalmente o que havia sido estabelecido pelas ordens régias da década de 1730 que haviam abolido os corpos separados por cor. Tendo plena consciência dos perigos inerentes ao tipo de reforma proposta, sugeria “lançar mão de meios indiretos” para evitar possíveis reações por parte da oficialidade parda e preta. Para tanto, o parágrafo XIX do alvará de 1802 lhe pareceu perfeito. A cláusula que exigia dos oficiais “rendas e bens suficientes para se manter com a decência conveniente”, seria um modo de excluir grande parte dos pardos e pretos do alto oficialato dos regimentos.³⁴⁸ O projeto, porém, não foi acatado. Como se sabe, em 1817 os regimentos de cor se envolveriam diretamente na revolução que instaurou um governo de caráter republicano no Recife, o que demonstra, uma vez mais, a estreita relação entre o mundo militar e as relações políticas que marcaram os anos finais da colônia.³⁴⁹

Na capitania e depois província de São Paulo, as propostas de reforma dos postos de comando ou desmobilização do único regimento de pardos lá existente emergiram a partir de 1809. O principal defensor das medidas foi José Arouche de Toledo Rendon, um dos burocratas mais importantes de São Paulo. Como inspetor geral das milícias e governador das armas, elaborou vários projetos de reforma que tinham como objetivo a abolição do regimento dos Úteis. Assim como o marechal de campo da Bahia, Rendon procurou legitimar suas propostas a partir do que estava previsto no próprio alvará de 1802, chamando a atenção para a perpetuação da “prevenção” para com os pardos por meio dos batalhões separados por cor. Por outro lado, salientava os impedimentos gerados pela condição socioeconômica dos pardos, todos oficiais mecânicos e pobres; ou seja, todos sem condições de manterem-se com a “decência” exigida pela lei.³⁵⁰

GONÇALVES, A. L.; CHAVES, C. M. das G. (Orgs.). *Administrando impérios. Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, pp. 71-96.

³⁴⁸ Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 259, doc. 17405. Recife, 24 de março de 1806.

³⁴⁹ Sobre a participação dos regimentos de pardos e de Henriques nos acontecimentos de 1817, ver: SILVA, Luiz Geraldo. *Aspirações barrocas e radicalismo ilustrado. Raça e nação em Pernambuco no tempo da independência (1817-1823)*. In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, pp. 915-934.

³⁵⁰ Para uma análise circunstanciada dos projetos de reforma elaborados por Rendon, ver: SOUZA, Fernando Prestes de. *Pardos livres em um campo de tensões: milícia, trabalho e poder (São Paulo, 1797-1831)*. Tese – Doutorado em História. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2017, especialmente o capítulo 6.

A partir da outorga do alvará de 17 de dezembro de 1802, as propostas de desmobilização dos regimentos de pardos e de pretos ou o combate a sua oficialidade não poderiam mais evocar as máculas geradas pelo vínculo ancestral com a escravidão, tradicionalmente sintetizadas pelo conceito de “defeito”. A declaração régia conforme a qual era necessário desterrar dos domínios americanos a “odiosa preocupação” em relação à diferença entre as cores foi responsável pela mudança. Conforme expressavam os milicianos pardos do Rio de Janeiro, com o alvará de 1802 o rei reconhecia “não encontrar-se [na] classe dos suplicantes defeitos da natureza, ou infâmia”.³⁵¹ No entanto, os críticos das milícias de cor adequaram seus discursos de acordo com o que era permitido pelo texto legal. Por um lado, endossavam a perspectiva régia de que era necessário eliminar o preconceito baseado na diferença entre as cores, por outro, valiam-se dos requisitos técnicos e socioeconômicos como arma para barrar o acesso de oficiais pardos ao alto escalão de comando. A diferença de tratamento entre os regimentos de pardos e de Henriques é notável, pois as pressões sobre a estrutura de comando destes últimos eram mais moderadas. Um fator que pode explicar o fenômeno é o entrelaçamento que existia entre a ocupação dos postos do alto escalão das milícias pelos pardos e o fomento de expectativas de inserção em outros âmbitos da sociedade civil como, por exemplo, a ocupação de cargos públicos. Essa relação não era manifestada pelos milicianos pretos, pois a posição social do grupo, derivada de sua vinculação mais direta ao cativo, imputava-lhes barreiras legais e sociais quase impossíveis de serem superadas.

Apesar de suas limitações, o alvará de 17 de dezembro de 1802 constituiu peça legal sem equivalente no mundo hispano-americano. É surpreendente que a Coroa tenha declarado a nulidade da ideia de “defeito da cor”, tradicionalmente acionada como justificativa para inabilidade jurídica das pessoas livres provenientes da escravidão. No discurso régio, a “diferença entre as cores” já não aparecia como fonte do estabelecimento dos “diversos direitos” entre brancos e “aqueles em que se não dá a uniformidade deste acidente”. O que distinguia os vassalos eram os merecimentos de cada um como servidores leais ao Estado. Discurso claramente relacionado ao modelo de governo político que as monarquias buscavam consolidar ao longo da segunda metade do século XVIII, direcionado ao fortalecimento do poder monárquico sobre os demais corpos sociais.³⁵² As teorias pertencentes ao campo de

³⁵¹ Cf.: AHU-Rio de Janeiro (Avulsos), cx. 214, doc. 69; cx. 215, docs. 17 e 49. Anterior a 31 de julho de 1804.

³⁵² Sobre o fenômeno da centralização monárquica no mundo ibérico, ver: GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e Independencias*. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Madrid: Editorial Mapfre, 1992; HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. O Antigo Regime (1620-1807). v. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 121-155. Para uma visão do mundo europeu e centrada especificamente nas lutas entre monarquia e a

ideias da Ilustração fundamentavam a nova percepção e, por isso, o alvará de 1802 referenciava os “princípios da Razão e do Direito Natural” como guias da ação régia para “desterrar a odiosa preocupação” para com as diferenças entre as cores. Buscava-se enfraquecer os princípios da sociedade corporativa que atribuíam a uma ordem natural os “diversos direitos” outorgados a cada grupo social. A mensagem divulgada pelo alvará, ao contrário, afirmava a soberania régia, que, como “pai comum de todos os vassalos”, era o que conferia as diferenciações sociais.

As causas para a promulgação do alvará de 1802, porém, não se restringiam aos anseios políticos da monarquia, pois ele resultou também de fenômenos ligados ao mundo colonial. Destacam-se dois aspectos: a tradição de concessão de espaços de distinção social aos grupos provenientes da escravidão e as pressões exercidas pelos pardos na busca por privilégios e honras. No primeiro caso, foi fundamental o “direito adquirido”³⁵³ para ocupar os postos superiores dos terços e regimentos de milícias, sobretudo após a promulgação da Carta Régia de 1766 e ordens régias subsequentes. Os eventos de 1798 demonstraram às autoridades coloniais e peninsulares os possíveis resultados de alterações no ordenamento tradicional dos corpos militares e da limitação de espaços de reconhecimento social. Não por acaso o governador de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, afirmava ser “mais fácil evitar abusos do que arranca-los depois de introduzidos”. Na virada do século XVIII para o XIX, a Coroa portuguesa não teria plenas condições de prescindir do sistema de incorporação social que deu sustentação ao seu domínio americano. A solução, então, foi reconhecer o “direito adquirido” de pretos e pardos, mas, ao mesmo tempo, não facilitar-lhes o caminho. A exigência de métodos mais racionalizados nos concursos para os postos do alto escalão e a manutenção de critérios socioeconômicos constituiria um obstáculo às pretensões dos pardos. Isso, porém, não impediu que muitos deles continuassem ascendendo às posições mais elevadas dos regimentos.

A constituição dos pardos como um grupo de pressão, principalmente a partir de meados do século XVIII, foi diretamente acompanhada pela difusão de teses que questionavam a ligação da cor da pele como um defeito e, em seu lugar, enfatizava-se a ideia da cor como apenas um acidente, critério insuficiente para gerar inabilidades legais. Em lugar de referências às qualidades associadas ao nascimento, os pardos ressaltavam merecimentos pessoais, disseminando o que viria a constituir uma das bases do credo liberal ao longo do

nobreza, ver: PALMER, Robert R. *The age of the democratic revolution*. A political history of Europe and America, 1760-1800. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2014.

³⁵³ Cf.: AHU-Bahia (Avulsos), cx. 217, doc. 4. Lisboa, 13 de janeiro de 1800.

século XIX. A inserção desse discurso no alvará de 1802, como observei, significou o reconhecimento régio das demandas tradicionalmente defendidas por pardos de diversas regiões da América portuguesa.

No famoso relato sobre suas experiências e observações no nordeste do Brasil entre os anos de 1809 e início de 1815, o inglês Henry Koster contava que corria um rumor pelo Recife de que os coronéis dos regimentos de pretos e pardos seriam substituídos por homens brancos. Tratava-se, certamente, dos planos de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que, como vimos, em 1806 já demonstrava intenção de reformar esses regimentos ou, pelo menos, retirar os oficiais pardos e pretos dos postos superiores. Conforme Koster, vários indivíduos pertencentes a esses corpos militares foram lhe perguntar sobre a veracidade ou não das notícias. Para ele, “a política liberal que tem sido seguida pelo Gabinete do Rio de Janeiro não permite acreditar. Se for verdade, muito desagradáveis serão as consequências que poderão ser esperadas desse procedimento”.³⁵⁴ Seu temor tinha relação direta com o contexto da época, marcado pelas guerras de independência nos territórios americanos pertencentes à monarquia espanhola. Com a perspicácia que lhe era característica, previa que o sistema de castas que imperava na América espanhola conduziria a uma grande guerra entre brancos e homens de cor, o que, em parte, de fato ocorreu. A situação na América portuguesa era diferente, pois as restrições legais destinadas à população de cor não eram aplicadas em sua plenitude; os pardos e demais mestiços obtinham privilégios e condecorações que reconheciam suas posições sociais de destaque.

O caso de Luis Nogueira de Figueiredo, o coronel pardo do Recife, era representativo da “política liberal” seguida pela Coroa portuguesa. Sua condecoração com hábito militar, a “excelente educação”, o posto de coronel e a proximidade com o centro de poder em Portugal faziam de Nogueira “um dos homens principais dessas províncias”. Para Koster, o modelo de incorporação das populações de cor característico da América portuguesa era habilmente seguido pela Coroa: “Portugal continua, por política, o sistema que outrora lhe havia sido imposto pelas circunstâncias locais”.³⁵⁵ Por isso, era pouco provável que as milícias de pardos e pretos fossem reformadas. A tradição e o espelho das colônias espanholas constituíam fortes entraves ao predomínio de projetos que visavam limitar os espaços de reconhecimento social destinados à população livre vinculada à escravidão. Tal perspectiva predominaria até a desmobilização derradeira das milícias em 1831.

³⁵⁴ Cf.: KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução e notas de Luiz da Camara Cascudo. São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia Editora, 1942, p. 491.

³⁵⁵ Cf.: KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste...*, p. 481.

Na América espanhola, o controle dos conflitos ligados às milícias de morenos e pardos seguiu, em linhas gerais, caminho diverso. Pode-se afirmar que os projetos de desmobilização ou cerceamento de privilégios das milícias de pardos saíram parcialmente vencedores no Vice-Reino de Nova Granada e na Capitania Geral da Venezuela. Embora Cuba tenha destoado dessas tendências pelas razões já apontadas, isso não modificou o sistema de controle social e cerceamento das aspirações dos milicianos. No início do século XIX, observa-se que a administração colonial mantém limitações claras ao pleno desenvolvimento das milícias como espaços de politização coletiva. A opção seguida pela Coroa espanhola foi a de tratar as tensões sociais envolvendo as castas a partir de uma perspectiva individualizada. Essa diretriz seria desenvolvida particularmente na outorga das *gracias al sacar*, fenômeno que será tratado no próximo capítulo.

Capítulo 3

Reformas sociais e o *status* sociopolítico dos pardos

3.1. Identidades políticas no Antigo Regime: cidadãos, vecinos e vassalos

Há um bom tempo que a condição social dos libertos e seus descendentes nascidos livres constitui tema de interesse para a historiografia dedicada ao estudo das sociedades escravistas modernas. Um exemplo eloquente é o trabalho de Frank Tannenbaum, *Slave and Citizen: the Negro in the Americas* (1947), cujas teses continuam centrais no debate acadêmico, seja como objeto de crítica ou de inspiração. Não sendo necessário inventariar os limites de sua obra, fartamente discutidos pela historiografia, gostaria de retomar apenas uma de suas teses. Ao comparar os sistemas escravistas da América Ibérica e o das Índias Ocidentais Britânicas e da América do Norte, Tannenbaum afirmava que nos primeiros a passagem da condição escrava para a de liberdade era mais factível. Uma vez liberto, “o negro desfrutava, em sua totalidade, de um *status* legal idêntico ao de qualquer outro súdito do rei ou de qualquer outro cidadão do Estado”.¹ Assim, o pertencimento ao mundo da liberdade trazia consigo a transformação do escravo em cidadão. Na concepção de Tannenbaum, a cidadania consistia numa série de “privilégios civis”, como o direito ao porte de armas, o direito à propriedade e o direito à personalidade jurídica – essa manifestada, por exemplo, no acesso à justiça, na possibilidade de ocupar cargos públicos e no acesso à instrução.

Essas teses começaram a ser questionadas a partir da década de 1960, sobretudo por fomentarem a ideia da ausência de preconceito racial nas sociedades da América Latina. Autores vinculados a diferentes instituições passaram a demonstrar que, longe de serem sociedades mais benevolentes, elas mantinham até o presente uma estrutura de desigualdade social e nutriam formas arraigadas de preconceito “racial” e de “cor”.² Em relação ao passado, eles defendiam que a escravidão baseava-se em estruturas comuns a todas as sociedades, independentemente de diferenças temporais, culturais e de ordem econômica. Não se negava a existência de nuances entre os sistemas escravistas – admitindo-se, por exemplo, que nas sociedades ibéricas havia uma maior propensão às alforrias – mas procurava-se demonstrar que a escravidão constituía uma condição referencial para a construção do lugar social das pessoas livres ligadas ao cativeiro.³ Refutou-se, desse modo, a tese de Tannenbaum conforme

¹ TANNENBAUM, Frank. *El negro en las Americas: esclavo y ciudadano*. Buenos Aires: Paidós, 1968, pp. 91-93.

² BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. São Paulo: Global, 2008 (1ª edição de 1959); BOXER, Charles R. *Relações raciais no império colonial português, 1415-1825*. Porto: Edições Afrontamento, 1988 (1ª edição de 1963).

³ DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 299-324; JORDAN, Winthrop. American Chiaroscuro: the status and definition of the mulattoes in the British colonies. *The William and Mary Quarterly*, v. 19, n. 2, pp. 183-200, 1962.

a qual o liberto e seus descendentes livres gozariam da mesma condição jurídica das pessoas não vinculadas à escravidão. Consequentemente, o entendimento conforme o qual eles eram cidadãos também foi rejeitado.

O conceito de cidadão, contudo, não deixou de ser uma importante referência para compreender a inserção social dos libertos e de seus descendentes. Em *Slavery in Africa: historical and anthropological perspectives* (1977), trabalho em parceria com Suzanne Miers, e no artigo *Slavery* (1982), Igor Kopytoff tratou da questão ao buscar compreender a escravidão como um fenômeno antropológico. Questionando teses que abordavam a escravidão como uma condição estática e limitada a formas de exploração do trabalho, propôs que ela fosse analisada desde um ponto de vista processual. Nesse sentido, a escravidão deveria ser compreendida como “um processo de transformação de *status* que pode durar o tempo de uma vida e estender-se nas gerações seguintes”.⁴ As sucessivas mudanças de *status*, que poderiam ser intrageracionais ou intergeracionais, levariam à total incorporação social do escravo. Os limites dessa incorporação, no entanto, variavam de sociedade para sociedade. Kopytoff sugeriu que, no caso das Índias Ocidentais, a trajetória ideal do processo seria a passagem da escravidão para a liberdade, integração na sociedade como negro livre e, por fim, a transformação em cidadão. Longe de ser uma visão otimista e mecânica, o autor observou que “o processo raramente conduz a uma incorporação completa”, sendo típica a marginalização dos escravos e a de seus descendentes.⁵

A mesma percepção processual da escravidão foi defendida por Orlando Patterson em *Escravidão e morte social* (1982). Conforme argumentou, os libertos e seus descendentes livres sofriam algum tipo de restrição jurídica e/ou social em todas as sociedades escravistas, situação caracterizada por ele como o efeito da “duradoura mancha do passado servil”.⁶ Por isso, após a incorporação ao mundo dos livres, aquelas pessoas permaneciam atadas à escravidão em decorrência dos estigmas sociais imputados ao grupo; apenas no decurso do tempo é que tais marcas inferiorizantes seriam eliminadas e, portanto, “a liberdade plena chegava apenas para seus descendentes”. Entende-se que a “liberdade plena” refere-se à ruptura completa com o passado escravo e ao fim de todo e qualquer estigma.⁷ De acordo com Patterson, o tempo de duração dessa transição variava de sociedade para sociedade. No que se refere às configurações sociais da América Latina, ele afirmou que o liberto “estava

⁴ KOPYTOFF, Igor. *Slavery. Annual Review of Anthropology*, vol. 11, pp. 207-230, 1982, p. 221. Tradução livre.

⁵ KOPYTOFF, Igor. *Slavery...*, pp. 222-223. Tradução livre.

⁶ PATTERSON, Orlando. *Escravidão e morte social: um estudo comparativo*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 352.

⁷ PATTERSON, Orlando. *Escravidão...*, p. 350.

terminantemente excluído de qualquer cidadania plena ou parcial”.⁸ Em sua abordagem, a cidadania corresponderia à “incorporação completa” ou à “liberdade plena”.

Em trabalho recente sobre a promulgação das *gracias al sacar* na América espanhola, Ann Twinam lançou mão do conceito de cidadão para expressar o resultado final do processo de mobilidade social vivenciado por mulatos e pardos. Dialogando particularmente com as teses de Tannenbaum, ela questionou a interpretação conforme a qual o escravo, após obter a liberdade, passaria automaticamente para a condição de cidadão. Para Twinam, é preciso considerar as discriminações legais sofridas pelos libertos e seus descendentes e, então, compreender os “processos intermediários” que possibilitavam que um descendente de escravo chegasse ao *status* de cidadão. Propôs, em função disso, que a questão seja vista a partir do seguinte percurso: escravidão-liberdade/vassalo-cidadão. Assim, o *status* político de vassalo seria um “estágio intermediário” central entre a liberdade e a cidadania.⁹ Ela argumenta que a passagem da condição de vassalo para a de cidadão somente seria verificada como uma possibilidade a partir da emergência do contexto revolucionário na Europa, sobretudo após as invasões napoleônicas e o aprofundamento da crise política na Espanha. Sendo assim, embora Twinam considere o *status* de cidadão, ela refuta a sua operacionalidade no período anterior ao movimento constitucional espanhol.

Verifica-se, portanto, a centralidade assumida pelos conceitos de cidadania e de cidadão nas discussões sobre a condição social e política dos libertos e de seus descendentes. No entanto, seu sentido tende a ser mais evocativo de uma situação social e jurídica genérica do que de modelos de incorporação política dotados de historicidade. Além disso, embora o processo de transição da escravidão para a condição de cidadão seja analisado sob a ótica geracional, não fica claro quais as possíveis relações entre a mobilidade individual e familiar e a mobilidade política de grupos sociais. Isso se deve ao fato de que o processo de transformação do *status* dos escravos fazia parte da própria natureza do escravismo, o qual seria permeável à “incorporação completa” ou à “liberdade plena” de pequenas parcelas da população proveniente da escravidão. Por meio desse sistema, a maioria dos homens e mulheres egressos do cativeiro continuava vinculada ao passado escravo e sofrendo limitações legais e sociais.

A questão a ser problematizada ao longo deste capítulo é a possibilidade de aceleração do processo de incorporação dos libertos e seus descendentes que se verifica a partir das

⁸ PATTERSON, Orlando. *Escravidão...*, pp. 357-358.

⁹ TWINAM, Ann. *Purchasing whiteness: pardos, mulatos and the quest for social mobility in the Spanish Indies*. Stanford: Stanford University Press, 2015, pp. 40-41, 57. Tradução livre.

últimas décadas do século XVIII. Os debates sobre a condição jurídica dos pardos constituem manifestações fulgentes dessa aceleração. Para compreender o fenômeno em relação ao caso das sociedades ibéricas, é fundamental considerar três dimensões principais: a conjuntura histórica da época, os modelos de incorporação vigentes nas sociedades ibero-americanas ao longo do tempo e a ação coletiva dos pardos.

Entender as modalidades de inserção política existentes na época consiste em exercício necessário, pois elas integravam o campo de referências nos embates sobre o lugar social e políticos dos pardos. Como notado, o conceito de cidadania é recorrente nas análises sobre a condição social e política dos libertos e seus descendentes. Todavia, o seu emprego carece de historicidade na maioria dos casos. Diversos historiadores têm defendido que nas sociedades ibéricas de Antigo Regime havia uma equivalência entre os conceitos de cidadão e *vecino*.¹⁰ Ambos referiam-se ao habitante da cidade que possuía certos privilégios e deveres. Conforme Tamar Herzog, durante os séculos XVII e XVIII, o título de *vecindad* implicava “el derecho de ciertos individuos a un amplio conjunto de beneficios fiscales, económicos, políticos, sociales y simbólicos a cambio del cumplimiento de ciertos deberes”.¹¹ Logo, ser *vecino* significava dispor de um estatuto jurídico específico. Embora os conceitos existissem com os mesmos significados tanto no léxico espanhol como no português, o uso de *vecino* não era disseminado entre os últimos. De qualquer modo, tratava-se de categorias de diferenciação social que hierarquizavam os moradores das cidades. Para Francisco Núñez, *vecino* e cidadão “estão relacionados à problemática da participação política, bem como ao tema dos privilégios e deveres dos membros de uma comunidade política”.¹²

Essas modalidades de inclusão política foram transplantadas para as sociedades americanas, mas nelas sofreram algumas adaptações em relação ao modelo europeu. Esse foi o caso da exclusão de estrangeiros, indígenas, mestiços e mulatos do direito à *vecindad* já no início do século XVII. Embora a prática na Europa não estabelecesse como critério para a *vecindad* fatores ligados à origem geográfica e à ascendência, eles foram condições fundamentais na América, onde os habilitados ao título seriam exclusivamente espanhóis e

¹⁰ GUERRA, François-Xavier. El soberano y su reino. Reflexiones sobre la génesis del ciudadano en América Latina. In: SABATO, Hilda (Coord.). *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas*. México: El Colegio de México; Fondo de Cultura Económica, 1999, pp. 33-61, p. 40-42; NÚÑEZ, Francisco. El concepto de vecino/ciudadano em Peru (1750-1850). *Araucaria*. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, n. 17, pp. 235-253, 2007; SANTOS, Beatriz Catão Cruz; FERREIRA, Bernardo. Ciudadano. In: JÚNIOR, João Feres (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, pp. 43-64, p. 43-45.

¹¹ HERZOG, Tamar. *Vecinos y Extranjeros*. Hacerse español en la Edad Moderna. Madrid: Alianza Editorial, 2006, pp. 33-34.

¹² NÚÑEZ, Francisco. El concepto de vecino/ciudadano..., p. 237. Tradução livre.

seus descendentes.¹³ No entanto, como revelam as fontes históricas do século XVIII, era comum que indivíduos pertencentes às castas se autoidentificassem ou fossem identificados como *vecinos*. Em tais ocorrências, o título não parece ter sido objeto de nenhum tipo de disputa ou controvérsia. Em suas missivas ao rei, pardos de diferentes regiões americanas descreviam-se como *vecinos*. Nos anos de 1760, Juan de la Cruz y Mena, professor de medicina na vila de Bayamo, em Cuba, se identificava como *vecino* da dita vila; no mesmo período, Manuel Francisco Baez y Llerena dizia ser “natural y vecino de la ciudad de San Cristóbal de la Habana”; Diego Mejías Bejarano era “vecino de la ciudad de Caracas”; no início do século XIX, Blas Gallegos igualmente era “vecino de la ciudad de Caracas”. Os exemplos são inúmeros, demonstrando que a exclusão de indivíduos das castas não se verificava na prática.

As investigações de Tamar Herzog lançam luz sobre a questão, não obstante ela tenha defendido, em sentido oposto, que os mulatos e mestiços estavam privados do direito à *vecindad*. Conforme a historiadora, as comunidades americanas não mantinham um regime de discriminação claro entre os *vecinos* e os que não eram. Em muitas comunidades, os desprovidos do título tinham acesso a privilégios que na Espanha eram reservados somente aos *vecinos*, como o uso de terras comunais e o serviço nas milícias. Em Caracas, por exemplo, se no início da colonização os *vecinos* tinham direito a terras, já nas primeiras décadas do século XVII esse privilégio deixou de estar associado à *vecindad*. Assim, por volta de meados do século XVII, “la vecindad hispanoamericana encarnaba solo el reconocimiento social y cultural de que uno era un miembro permanente de la comunidad”.¹⁴ Esse parece ter sido o sentido mais generalizado do título, podendo-se sugerir que tal aspecto possibilitou o seu emprego por parte dos pardos sem que isso resultasse em embates ou disputas.

Diante disso, é possível afirmar que a *vecindad* não constituía objeto de disputas políticas e que suas implicações para a definição do *status* político dos pardos não eram decisivas. A chave para o problema está no significado de cidadão. Em estudo sobre os usos de *vecino* e *ciudadão* no Peru entre 1750 e 1850, Francisco Núñez notou a baixa ocorrência de menções ao termo cidadão, ao passo que *vecino* era de emprego corrente.¹⁵ Por sua vez, Cristóbal Losada afirma que, durante o Antigo Regime, *vecino* era o termo mais utilizado, além de incluir um número maior de pessoas.¹⁶ O mesmo autor indica as possíveis causas do

¹³ HERZOG, Tamar. *Vecinos...*, p. 87; NÚÑEZ, Francisco. *El concepto...*, p. 238.

¹⁴ HERZOG, Tamar. *Vecinos...*, p. 96.

¹⁵ NÚÑEZ, Francisco. *El concepto...*, p. 239.

¹⁶ LOSADA, Cristóbal Aljovín de. *Ciudadano y Vecino en IberoAmérica, 1750-1850: Monarquía o República*. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (Dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*. La era de las

fenômeno. A despeito do fato de ambos os conceitos aparecerem como sinônimos, havia uma diferença central entre eles, a qual era conferida, sobretudo, pela vinculação a privilégios políticos específicos. O cidadão “poderia ser considerado como um tipo de vecino destacado”. Seus portadores eram habilitados a cargos públicos. Aí residia a grande diferença para com o *vecino* ordinário. O sentido era o mesmo para os portugueses.¹⁷ Escrevendo na segunda metade do século XVIII, o jurista Pascoal de Melo afirmava que “a cidadania compreende toda a vida estadual e todos os direitos em geral concedidos aos cidadãos, ao passo que a vizinhança respeita apenas a certos direitos e privilégios de importância inferior àquele, concedidos aos moradores dum lugar em leis especiais”.¹⁸

O jurista Juan de Solórzano Pereira já havia notado essa vinculação entre a cidadania e a habilitação aos cargos públicos na primeira metade do século XVII. Ao discorrer sobre o *status* jurídico dos mestiços – categoria que na América espanhola designava os filhos de indígenas e espanhóis – ele sugeriu que, caso tais indivíduos tivessem nascido de casamentos legítimos e não contivessem algum outro “vício” ou “defeito”, então poderiam ser admitidos “por ciudadanos de dichas provincias y ser admitidos a las honras y oficios de ellas”.¹⁹ No contexto das independências e após a restauração de Fernando VII ao trono espanhol, o padre José Antonio de Torres y Peña ordenava ao cura da Paróquia de Chiquinquirá, Colômbia, que retirasse de todos os livros paroquiais “el odioso titulo de ciudadanos”. Conforme o religioso, o novo sentido conferido ao conceito estava totalmente em desacordo com os significados tradicionais. Explicava que o conceito havia sido adotado pelos “demócratas, anarquistas y jacobinos” como um símbolo da independência. Desse modo, longe de servir como um “titulo de honor”, tal como em seu sentido original, naquele momento havia sido transformado em um “borrón y nota de rebeldes, insurgentes y revolucionários”. Antes, porém, “la voz ciudadano jamás se ha usado sino para significar los habitantes de un lugar, provincia o reino, y los derechos y obligaciones de unos con los otros, que resultan necesariamente de los respectivos cargos y oficios que uno tiene en la sociedad”.²⁰

revoluciones, 1750-1850, Iberoconceptos (Vol. 1). Madrid: Fundación Carolina, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, pp. 179-198, p. 180.

¹⁷ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. O que significava ser cidadão nos tempos coloniais. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013, pp. 139-151.

¹⁸ Cf.: FREIRE, Pascoal José de Melo. *Institutiones Juris Civilis Lusitani*, 1789, libro II, título II, *Boletim do Ministério da Justiça*, Miguel Pinto de Meneses trad., Lisboa, 1966-1967. *Apud* LOSADA, Cristóbal Aljovín. Ciudadano y Vecino..., pp. 185-186.

¹⁹ Cf.: PEREYRA, Juan de Solórzano. *Política Indiana* (1646). Madrid, 3ª impresión, 1736, § 19, p. 217.

²⁰ Cf.: “Fragmento da Nota de Torres y Peña no registro paroquial de Chiquinquirá”. 21 de junho de 1816. *Apud* MÄDER, Maria Elisa; PAMPLONA, Marco A. (Orgs.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Nova Granada, Venezuela e Cuba*. São Paulo: Paz e Terra, 2009, pp. 44-45.

Tais testemunhos revelam que a abrangência social daqueles que poderiam portar o título de cidadãos era reduzida. Assim, na América espanhola, todos os habitantes com residência fixa e que reconhecidamente faziam parte da comunidade eram considerados *vecinos*; no entanto, poucos entre os *vecinos* eram cidadãos. O título de cidadão vinculava-se diretamente ao *status* da nobreza e, por isso, os critérios para a sua outorga eram os mesmos empregados para classificar as pessoas em nobres ou não nobres. Nos territórios ibéricos, exigia-se que os habilitados fossem reconhecidamente limpos de sangue e de mãos, ou seja, quanto a essa última exigência, desvinculados dos trabalhos mecânicos. A correlação entre cidadania e nobreza não era característica exclusiva das sociedades ibéricas. Na República de Veneza, por exemplo, os cidadãos eram pessoas “qualificadas para os empregos públicos”, cujo exercício, por sua vez, estava inexoravelmente atrelado ao pertencimento à nobreza.²¹

Bernardo Roca, um pardo da cidade de Guayaquil, Audiência de Quito, expressava claramente a relação estabelecida entre a ocupação de cargos públicos e a qualificação como cidadão. Mediante um memorial enviado ao rei no ano de 1788, objetivava concretizar dois objetivos: ser condecorado com o posto de coronel agregado ao batalhão de pardos – um posto inexistente naquela corporação – e poder concorrer aos cargos da República. Dizia que por ser pardo era inabilitado “para obtener en la República los oficios onoríficos de ella [por eso] se halla despojado de las de ciudadano”.²² Como vimos no primeiro capítulo, os pardos e as castas em geral eram inabilitados juridicamente para a ocupação de cargos públicos e demais funções honoríficas. Nem todos os pardos que buscavam ultrapassar essas barreiras legais tinham a audácia de Bernardo, sendo mais recorrente que evitassem declarar expressamente seus anseios por títulos e honras consideradas patrimônio da nobreza local. Não obstante, suas demandas eram, em linhas gerais, as mesmas. Aspiravam ter acesso aos cargos públicos e a outros ofícios considerados mais honrados. As categorias de inclusão política utilizadas pela maioria deles, no entanto, não era a de cidadão. Se não lhes era possível empregar ordinariamente essa categoria, o que lhes restava? Para os pardos e demais pessoas excluídas dos círculos da nobreza, a categoria de inclusão por excelência era a de vassalos do rei.

²¹ PALMER, Robert R. *The age of the democratic revolution*. A political history of Europe and America, 1760-1800. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2014, p. 27.

²² Cf.: AGS, leg. 7077, 28. 1788-1790.

A historiografia tem notado a centralidade do conceito em questão para a inclusão política de segmentos sociais inabilitados juridicamente.²³ A ideia de vassalagem pressupunha “un contrato que se llevaba a efecto principalmente a través del sometimiento y el servicio”.²⁴ Durante a época medieval, essa relação dava-se entre os membros das nobrezas locais, tendo ao topo do sistema de poder as grandes casas nobres. Ao longo do processo de construção do Estado Moderno, com a paulatina centralização monárquica, os laços de submissão tenderam a se concentrar na vassalagem devida aos reis. Essa explicação consta nos dicionários do início do século XVIII.²⁵ Tradicionalmente, a noção de vassalo tinha um sentido nobiliárquico e expressava, em linhas gerais, vinculação às casas nobres. Conforme o padre Rafael Bluteau, “antigamente era um título tão honorífico que não costumava ser vassalo senão filho, neto e bisneto de fidalgo de linhagem”. Porém, no contexto da segunda metade século XVIII, não mais se tratava de um termo exclusivista, pois se referia “a todos os naturais dos Reinos e Domínios de Portugal”. Em 1789, Antonio Moraes e Silva observava que o sentido de vassalo como uma classe privilegiada encontrava-se enfraquecido, mas que, não obstante, ainda existiam resquícios da antiga estrutura.²⁶

Por estar associado mais a uma relação com o monarca, baseada na submissão e nos serviços prestados ao Estado, o termo era perfeito para os pardos que buscavam pleitear privilégios e honras. Mas deve-se notar que essa possibilidade não era exclusiva aos pardos. Beatriz Santos notou que os oficiais mecânicos do Rio de Janeiro apresentavam-se sobretudo como vassalos do rei a fim de obterem privilégios relacionados à administração de suas corporações. Conforme a historiadora, esses oficiais evocavam o título de vassalo com o objetivo de “minorar o defeito mecânico pelas relações estabelecidas com o rei”.²⁷ A expansão do sentido da vassalagem é o fator que teria possibilitado a emergência dessa categoria de inclusão política como uma figura central nas relações políticas da segunda metade do século XVIII.

A relação do fenômeno em questão com o movimento de centralização do poder monárquico que caracterizou aquele momento histórico tem sido pouco explorada pela historiografia. A transformação do termo vassalo estava em consonância com o projeto político que as monarquias ibéricas buscavam fazer prevalecer, cujo fim último era impor

²³ NÚÑEZ, Francisco. El concepto..., p. 239; TWINAM, Ann. *Purchasing whiteness...*, pp. 40-41; 57; SANTOS, Beatriz Catão Cruz. Irmandades, oficiais mecânicos e cidadania no Rio de Janeiro do século XVIII. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 26, n. 43, pp. 131-153, 2010.

²⁴ HERZOG, Tamar. *Vecinos...*, p. 112.

²⁵ Cf.: Verbete Vasallo. *Diccionario de Autoridades*, T. VI (1739); BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez & latino...* (1729).

²⁶ Cf.: *Vocabulario portuguez & latino...*, v. 2, p. 834-35.

²⁷ SANTOS, Beatriz Catão Cruz. Irmandades, oficiais mecânicos..., p. 153.

limites ao poder e autonomia dos grupos concorrentes ao rei, especialmente a alta nobreza e o clero.²⁸ Embora a historiografia demonstre que essas aspirações não foram concretizadas em sua plenitude, seus efeitos para a cultura política da época não devem ser desprezados. Um deles foi a crescente relevância assumida pelos serviços prestados ao Estado como fator de diferenciação social. Além disso, a época também foi marcada pelo aprofundamento das tensões entre os Estados europeus e pela eclosão de guerras que requeriam a cooperação de parte substantiva dos súditos do rei. Conforme a tradição da reciprocidade monárquica, esses serviços deveriam ser retribuídos. Isso não significa que critérios como a pureza de sangue e pertencimento aos estratos da nobreza tivessem deixado de ser referenciais, mas, antes, que outras possibilidades tornavam-se plausíveis.

Sugere-se aqui que a categoria vassalo passa a poder rivalizar em termos valorativos com a categoria da cidadania, sem que, no entanto, o *status* superior da última desaparecesse. Para os pardos que almejavam ter acesso aos cargos públicos e outros privilégios, a identidade como vassalos aparecia como uma alternativa promissora. No entanto, não bastava arrogar-se o título de vassalo para ter direito ao reconhecimento régio. O vassalo benemérito era construído a partir de caminhos múltiplos.

3.2. O papel da educação para a inserção social e política dos pardos

A instrução foi, sem dúvida, um dos fatores mais importantes para o delineamento das formas de inserção social e política dos pardos. Essa característica pode ser estendida para todas as sociedades escravistas da América, não obstante as possibilidades de acesso a modalidades de educação variassem significativamente, tanto entre as configurações sociais como internamente a cada uma delas. Em decorrência do peso da escravidão para a estrutura social, hierarquizando a população liberta e livre, as possibilidades de melhoramento social via instrução foram mais restritas aos negros em comparação com os pardos. Apesar da carência de dados quantitativos, observa-se que, tendencialmente, os pardos estavam presentes em âmbitos sociais aparentemente mais impermeáveis aos negros ou, na terminologia colonial, aos pretos e morenos. O grau de proximidade ao cativo, tendencialmente mais elevado no caso dos negros, certamente estava na base dessa diferenciação.

²⁸ Sobre o fenômeno na Europa da segunda metade do século XVIII, ver PALMER, Robert R. *The age of the democratic revolution...*

A noção de instrução compreende tanto o domínio elementar da escrita e leitura como o acesso a formas mais especializadas de educação como a propiciada pelas universidades. Em sociedades caracterizadas por baixos níveis de alfabetização, a habilidade de ler e escrever criava oportunidades de melhoramento social.²⁹ Além do impacto em termos de diversificação laboral e econômica, o domínio desses saberes conferia a seus portadores significativas parcelas de poder, aspecto importante para a compreensão da atuação dos pardos como um grupo de pressão.³⁰ Em trabalho anterior, demonstrei que o domínio da leitura e da escrita foi condição fundamental para a circulação de notícias e leis entre a população de ascendência escrava, informações que seriam constantemente transformadas em combustível para aspirações e demandas.³¹ De fato, a instrução constituía um instrumento para que indivíduos pardos pudessem, de alguma forma, burlar as restrições legais às quais estavam submetidos e ter acesso a cargos e funções sociais de maior prestígio se comparadas aos ofícios mecânicos. Algumas famílias pardas investiram pesadamente na instrução de seus membros visando à ocupação de ofícios públicos. Pode-se dizer que esse era um meio indireto para ter acesso ao rol dos cidadãos.

É importante deixar claro que havia limites claros a essas aspirações. Alguém reconhecidamente pardo dificilmente chegaria aos importantes postos das câmaras municipais ou dos cabildos; ser camarista, vereador ou alcalde ordinário era algo fora do campo do possível. Como a historiografia tem demonstrado, esses cargos constituíam espaços de poder das elites locais ou, nos termos da época, dos nobres locais, dos “homens bons”. Ademais, a legislação colonial excluía os libertos e seus descendentes livres dos cargos públicos e das demais funções de prestígio tidas como exclusivas aos homens brancos puros de sangue e ligados à nobreza, como visto no primeiro capítulo. Apesar de tudo, indivíduos pardos de diferentes regiões ibero-americanas exerceram funções que em teoria lhes eram vetadas. Sabemos que evidências dessa natureza embasaram teses já superadas sobre a pretensa ausência de preconceito racial entre os ibéricos. A existência desses casos, porém, é aqui

²⁹ WISENBACH, M. C. Cortez. Cartas, procurações, escapulários e patuás: Os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 4, p. 103-122, 2002; PAIVA, Eduardo França. Leituras (im)possíveis: Negros e mestiços leitores na América portuguesa. In: *Anais do Colóquio Internacional Política, Nação e Edição*, Belo Horizonte, Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, v. 1, 2003.

³⁰ MARTÍN, José Jouve Ramon. La difusión de la cultura letrada en la comunidad negra de Lima del siglo XVII. In: SALLES-REESE, Verônica (Org.). *Repensando el pasado, recuperando el futuro*. Nuevos aportes interdisciplinarios para el estudio de la América colonial. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005. pp. 289-298.

³¹ LIMA, Priscila de. *De libertos a habilitados...*, pp. 88-100.

considerada para problematizar os caminhos da politização da identidade parda no mundo ibero-americano de fins do século XVIII e primeiras décadas do XIX.

A partir de um olhar de conjunto sobre os ofícios urbanos exercidos no mundo ibero-americano pela população masculina livre ligada geracionalmente à escravidão, tem-se um retrato que, grosso modo, demonstra duas tendências principais. Nas cidades, a maior parte dessa população vivia de ofícios artesanais e manuais em geral, sendo esse um aspecto estrutural das sociedades escravistas ibéricas fartamente demonstrado pela historiografia. A outra parcela, reduzida quantitativamente, exercia ofícios ou desempenhava funções sociais que estavam acima dos ofícios mecânicos em termos de prestígio. É justamente nesse nicho que se inseriam os pardos que contavam com graus mais elevados de instrução. O tipo de ocupação factível a esses segmentos sociais variava de acordo com as características de cada configuração social. Os ofícios que não se enquadravam propriamente no conjunto de atividades mecânicas, como a música e a pintura, constituíam um campo propício ao envolvimento dos pardos com níveis de conhecimento formal.

Como notado, a necessidade de aperfeiçoamento técnico fazia com que alguns pardos partissem para Portugal e permanecessem na Corte por algum tempo. Esses foram os casos de alguns pintores e músicos, como, por exemplo, o renomado músico pernambucano Luís Álvares Pinto (1719-1789), que, durante sua estadia na Corte, chegou a ter contato com importantes homens de estado como Martinho de Melo e Castro. Era comum que, para sobreviver, esses artistas aliassem o exercício da música com o ofício de professor, como o fez Luís Álvares. É significativo que um filho desse músico, Basílio Alves Pinto, tenha se tornado professor de primeiras letras no Recife em fins do século XVIII, o que demonstra que o domínio da escrita e da leitura era uma opção de sobrevivência para famílias pardas.³²

Outro traço marcante da atuação dos músicos coloniais foi a sua inserção em diferentes relações de sociabilidade. Pedro de Alcântara Bulhões, sargento-mor do terço de homens pardos da Paraíba, empregava seu tempo livre “em fazer seus concertos de música com os seus discípulos [...] nas festas, e sábados das semanas”.³³ Também o seu companheiro de milícia, o pardo Antonio Felis do Espírito Santo, era músico. Este denunciou ao rei as perseguições que sofria por parte do governador da Paraíba, Fernando Delgado Freire de Castilho, o qual, além de obrigá-lo a andar continuamente fardado e pronto para o serviço militar, “negou-se-lhe licença para ir exercitar dentro da capitania a arte da música [...]

³² Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 219, doc. 14849. Recife, 27 de setembro de 1800.

³³ Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 115, doc. 8837. Paraíba, setembro de 1773.

quando é o rendimento de que vive”.³⁴ Não por acaso, a trajetória política de Antonio Felis do Espírito Santo foi marcada por duros enfrentamentos com as autoridades locais. A associação da função militar com o domínio de saberes como ler e escrever contribuiu para seu envolvimento nas disputas políticas e tensões sociais que marcaram a cidade da Paraíba na passagem do século XVIII para o XIX. A mesma relação pode ser encontrada em espaços da América espanhola. Na Capitania Geral da Venezuela, a família Landaeta se destacava por exercer postos na milícia e, ao mesmo tempo, desempenhar ofícios artísticos como a música e a pintura.³⁵ Assim como Espírito Santo, membros dessa família protagonizaram intensas disputas políticas.

A burocracia da administração das cidades também constituía uma opção recorrente. Ora, a concentração de órgãos públicos e instituições diversas ofertava um conjunto variado de ocupações que exigiam de seus executores pelo menos instrução básica. Esse era o caso dos ofícios de escrivão, secretário, tabelião, notário, etc. Em situações de concorrência com homens brancos, a ocupação desses ofícios por pardos tendia a gerar contestações. Ironicamente, graças aos documentos produzidos nessas situações, é possível ter acesso a informações pontuais sobre a atuação desses profissionais pardos. Esse é o caso de Simão da Cunha Pereira, morador da Vila do Príncipe, capitania de Minas Gerais. No ano de 1797, ele arrematou o direito ao posto de escrivão da câmara pelo tempo de três anos, pagando como donativo à Junta da Fazenda duzentos e quarenta mil réis.³⁶ O valor não era irrelevante, visto que na época o preço médio de um escravo adulto em Minas Gerais era inferior a duzentos mil réis.³⁷ No entanto, o investimento valia a pena. Para um homem ainda marcado por restrições legais e estigmas decorrentes da escravidão – pois ainda estava dentro dos quatro graus em que o mulatismo constituía impedimento – ocupar um posto na câmara significava ascender a dignidades exclusivas aos homens brancos e limpos de sangue.

Como escrivão da câmara, Simão da Cunha teria direito a “todas as honras e regalias anexas ao mesmo ofício”. Estas consistiam em, por exemplo, poder “sair ornado e condecorado com a mesma insígnia e vara que levam os vereadores quando em razão dos seus ofícios saem incorporados”.³⁸ Foi justamente por isso que alguns vereadores tentaram impugnar a posse de Simão, aludindo aos impedimentos legais que excluía os pardos dos

³⁴ Cf.: AHU-Paraíba, cx. 37, doc. 2688. Paraíba, anterior a 27 de maio de 1801.

³⁵ RODRIGUEZ, Manuel Alfredo. Los pardos libres en la colonia y la independencia. In: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*, n. 299. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 1992.

³⁶ Cf.: APM, SC, cx. 35, doc. 40. Vila Rica, 23 de dezembro de 1797.

³⁷ NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira. Preços de bois, cavalos e escravos em Porto Alegre e em Sabará no século XIX – mercadorias de um mercado nacional em formação. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 26, pp. 7-36, 2005, p.11.

³⁸ Cf.: APM, SC, cx. 40, doc. 5. Vila do Príncipe, 10 de setembro de 1798.

cargos públicos. Não obstante os protestos, o ouvidor responsável pelo caso, Domingos Manuel Marques, julgou a posse legítima e “justa”. Para o ouvidor, mesmo que Simão ainda estivesse compreendido dentro dos quatro graus, “é sem dúvida conforme o direito que o mesmo deve ser conservado na posse destas honras e regalias”. Uma vez que a situação estava tomando proporções avultadas, o ouvidor recorreu ao governador da capitania para que resolvesse a questão, chamando a atenção para os embates entre o “partido dos brancos e dos mulatos”.

O caso de Simão demonstra que era possível a um pardo ascender aos postos públicos não obstante o que estava determinado por lei. O campo de possibilidades era definido de acordo com a configuração de cada localidade e as características individuais e familiares de cada candidato. No caso de Simão, é provável que se tratasse de alguém com uma condição financeira e social acima da média em relação à população parda em geral. Por outro lado, era necessário que os pardos contassem com a capacidade técnica exigida para o exercício dessas funções.

Em diversas regiões da América portuguesa encontram-se referências a pardos que chegaram a ocupar cargos em um dos órgãos mais importantes da administração colonial, as secretarias de governo. Essas instituições eram responsáveis pela organização da documentação nos diferentes estágios, desde sua produção, circulação e organização. Considerando-se que elas concentravam as informações e o registro das decisões mais importantes relativamente à administração colonial, está claro que se tratava de espaços de poder que conferiam uma perspectiva privilegiada àqueles que tinham acesso ao seu interior.

Na capitania de Minas Gerais, a secretaria de governo contava com vários oficiais pardos, os quais presumivelmente desempenhavam funções como as de escrivão. Em meados da década de 1780, as tensões entre o governador Luís da Cunha Menezes e o secretário de governo, José Honório de Valadares e Aboim, envolveram de modo particular esses oficiais. Conforme denúncia de José Honório, o governador confiava mais nos oficiais “mulatos” para os negócios da secretaria do que nele, o que era prova das perseguições que vinha sofrendo.³⁹ Já na capitania da Paraíba, o escrivão Antonio da Fonseca era acusado de fraudar os livros criminais da Correição de Itamaracá e de ser pessoa desonesta. Ainda pesava sobre ele o fato de ser “mulato e liberto”.⁴⁰ Na capitania de Pernambuco, acusações semelhantes incorriam sobre o pardo Francisco Gonçalves Reis Lisboa. Ele era oficial maior da secretaria de governo

³⁹ Cf.: AHU-Minas Gerais, cx. 123, doc. 9732. 26 de junho de 1785; cx. 125, doc. 14. Vila Rica, 6 de agosto de 1786.

⁴⁰ Cf.: AHU-Paraíba, cx. 20, doc. 1527. Paraíba, 6 de abril de 1757.

da capitania e, por isso, tinha acesso a toda a documentação que tramitava naquela instituição. Conforme o governador José César de Menezes, o oficial pardo tornou-se tão influente dentro da secretaria, que “quase tinha arrogado a si o poder do mesmo governo, sumindo requerimentos das partes e dirigindo outros com suas ardilosas influências, até extorquir aqueles despachos que eram da sua intenção e da utilidade de seus afilhados”.⁴¹ Devido a sua “péssima conduta”, “orgulho e intriga”, o governador solicitou ao marquês de Pombal a autorização para expulsá-lo da Secretaria.

Chama a atenção o fato de que o exercício de cargos públicos por pessoas reconhecidamente pardas ou, na linguagem depreciativa da época, mulatas, parecesse algo comum para diversas autoridades coloniais. No caso do oficial maior da secretaria de governo de Pernambuco, as principais justificativas para a sua exclusão eram o mau comportamento, o orgulho e a intriga e não, necessariamente, o fato de ser pardo. Ser pardo ou mulato aparecia mais como um dado complementar na composição do quadro de descredibilidade dos indivíduos do que propriamente um “defeito” ou um impedimento legal insuperável. Isso não quer dizer que essas referências não fossem operantes, mas sim que sua aplicação dependia de uma série de fatores.

O desempenho de ofícios ligados à justiça é um exemplo claro das adaptações processadas em relação ao que era determinado pelas leis e pelas convenções sociais. Muitos pardos exerceram as funções de advogados e requerentes de causas em diferentes regiões da América portuguesa. Como vimos no primeiro capítulo, alguns pardos que atuavam como requerentes de causas nas capitanias da Bahia e de Pernambuco ao longo da primeira metade do século XVIII recorreram ao rei a fim de preservar as suas funções. Seus testemunhos indicam que, apesar das oposições enfrentadas, era comum que pardos atuassem nessas profissões. Luis Martins Soares, por exemplo, atestava a presença de pardos tanto em repartições da justiça como da administração pública na capitania da Bahia. Conforme ele, havia outros requerentes pardos em Salvador e a secretaria de governo contava com oficiais dessa qualidade.⁴² Ao que tudo indica, a situação continuou a mesma ao longo da segunda metade daquele século, já que, quando assumiu o governo da Bahia, em fins da década de 1780, D. Fernando José de Portugal tentou excluir os advogados pardos dos auditórios. A frustração dessa medida⁴³ configura uma evidência de que a legislação restritiva não encontrava um ambiente favorável para ser plenamente aplicada naquela configuração social.

⁴¹ Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 117, doc. 8977. Recife, 21 de outubro de 1774.

⁴² Cf.: AHU-Bahia (Avulsos), cx. 85, doc. 33. Anterior a 17 de junho de 1744.

⁴³ Cf.: VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de Notícias Soteropolitanas...*, vol. 2, pp. 442-443.

Esses homens, em sua maioria, não dispunham de instrução universitária e atuavam como “práticos”, ou seja, apenas dominando as fórmulas e trâmites burocráticos para a elaboração de requerimentos e processos judiciais. Muitos desses requerentes eram também integrantes de corpos militares, das ordenanças ou das tropas auxiliares. Esses foram os casos de Miguel Mendes de Vasconcelos, capitão de uma companhia de ordenança de pardos, e de seu filho homônimo, os quais eram requerentes de causas nos auditórios da Bahia ainda na primeira metade do século XVIII; já em fins do século XVIII, sobressai a figura de Domingos da Silva Lisboa, requerente de causas e alferes do Quarto Regimento de Salvador; na capitania de Minas Gerais, o pardo Miguel Ferreira de Souza era requerente de causas na cidade de Mariana e capitão do terço auxiliar dos homens pardos; Miguel Dionísio Vale era ajudante, músico e requerente de causas em Vila Rica.

O acesso a níveis mais avançados de instrução era um trunfo a favor dos pardos que buscavam desempenhar funções sociais de maior poder e prestígio. Um ótimo exemplo é o caso de Antonio Ferreira Castro, que, no início da década de 1730, assumiu o importante cargo de procurador da Coroa e Fazenda da capitania de Pernambuco. Ser um “bacharel formado” foi decisivo para que o parecer régio fosse favorável a um homem pardo, e inclusive para negar o pretense “defeito” que lhe acometia.⁴⁴ Embora a trajetória de Castro seja extraordinária, a relação entre instrução e acesso a cargos públicos ou funções de prestígio verificava-se em diferentes situações.

Na capitania do Maranhão, a instrução possibilitou ao pardo Vicente Ferreira Guedes uma imersão particular nas redes de poder e disputas locais. Mesmo sem formação universitária, Vicente era considerado pelo governador Joaquim de Melo e Póvoas como o advogado “mais capaz” e “bem inteligente das leis” da cidade de São Luís. Em fins da década de 1780, Vicente ambicionava assumir o posto de procurador da Coroa e Fazenda, o mesmo exercido por Antonio Ferreira em Pernambuco anos antes. Conforme parecer do próprio governador, Vicente Ferreira era o candidato mais capaz de exercer a referida função.⁴⁵ Não obstante esse formidável apoio, a expectativa não foi concretizada; por outro lado, ele foi nomeado pelo governador como vogal da Junta da Justiça do Maranhão.⁴⁶ Além disso, tornou-se mestre-de-campo do terço auxiliar da Vila de Alcântara, integrado por homens brancos. A nomeação foi recebida com desagrado pelos demais oficiais do dito terço, os quais eram igualmente vereadores da câmara de Alcântara. Em sua defesa, Vicente Ferreira não

⁴⁴ Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 40, doc. 3664. Anterior a 22 de agosto de 1730; AHU-Pernambuco, cx. 42, doc. 3803. Recife, 15 de março de 1732.

⁴⁵ Cf.: AHU-Maranhão, cx. 53, doc. 5072. Maranhão, 31 de dezembro de 1778.

⁴⁶ Um tribunal de apelação, mas inferior às relações.

deixou de notar sua superioridade em relação aos seus adversários, alegando que “a menor ocupação que tenho exercido é a de advogado dos auditórios, de donde fui chamado para vogal da junta da justiça desta capital, por um general de tanta inteireza, como foi Joaquim de Melo e Póvoas”.⁴⁷ Seus oponentes, ao contrário, contavam somente com os merecimentos de serem ricos, sendo que a nobreza da qual dispunham vinha dos cargos que ocupavam na câmara. Alguns eram declaradamente comerciantes com loja aberta, ou seja, pessoas ligadas ao defeito proveniente do exercício de ofícios mecânicos.

Além dos cargos públicos ligados à administração colonial, as opções acessíveis aos pardos da América portuguesa incluíam a carreira eclesiástica. A existência de um clero de cor tem sido objeto de investigação de alguns pesquisadores, os quais demonstram que o tema ainda constitui um campo aberto a pesquisas futuras. Embora a legislação fosse incisiva quanto à proibição de ordenamento de indivíduos pertencentes à “nação hebreia, ou de outra qualquer infecta: ou de negro, ou mulato”, há evidências de que as regras eram subordinadas a adaptações regionais e de que poderiam sofrer alterações ao longo do tempo. Conforme Fernanda Olival e João Figuerôa-Rêgo, nas ilhas atlânticas portuguesas de Cabo Verde e São Tomé existiu um importante clero de cor. As mudanças estruturais pelas quais esses espaços passaram a partir de meados do século XVIII, caracterizadas pela decadência econômica e pelo êxodo das populações brancas, estariam na raiz dessa maior tolerância.⁴⁸ Por sua vez, Anderson de Oliveira tem argumentado que a segunda metade do século XVIII mostrou-se tendencialmente mais aberta às habilitações ao clero de cor na América portuguesa. Para o historiador, transformações de ordem estrutural foram responsáveis pelo fenômeno, destacando-se, sobretudo, a diversificação do quadro societário em decorrência do tráfico de escravos e da diversificação econômica fomentada pelo comércio. O crescimento econômico levaria a uma maior acumulação via comércio e trabalho manual, o que, consequentemente, teria flexibilizado os padrões de enobrecimento e prestígio tradicionais e ampliado as possibilidades de aceitação dos pardos.⁴⁹

A despeito da carência de estatísticas sobre o número de padres de cor na América portuguesa, dados esparsos sugerem que a entrada na vida eclesiástica não constituía algo inatingível, pelo menos aos pardos. As pesquisas de Anderson de Oliveira para a jurisdição do

⁴⁷ Cf.: AHU-Maranhão, cx. 61, doc. 5559. Maranhão, 21 de janeiro de 1784.

⁴⁸ OLIVAL, Fernanda; FIGUEIRÔA-RÊGO, João de. Cor da pele, distinções e cargos: Portugal e espaços atlânticos portugueses (séculos XVI a XVIII). *Tempo*, n. 30, p. 115-145, 2010.

⁴⁹ OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Trajetórias de clérigos de cor na América portuguesa: catolicismo, hierarquias e mobilidade social. *Andes*, n. 25, pp. 1-28, 2014, p. 6. Sobre a crescente importância da riqueza para o estabelecimento da nobreza durante a segunda metade do século XVIII, ver: RAMINELLI, Ronald José. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e Ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, pp. 103-132.

bispado do Rio de Janeiro trazem bons indicativos nessa direção.⁵⁰ Complementarmente, uma pesquisa simples em listas nominativas de população da cidade de São Paulo revela a existência de alguns pardos integrando o corpo eclesiástico. No censo de 1818, por exemplo, há referências a nove padres pardos e a um negro.⁵¹ Mas a documentação setecentista revela, igualmente, que a admissão de homens pardos ao sacerdócio podia encontrar sérios obstáculos em determinadas circunstâncias. No ano de 1765, estudantes de Minas Gerais foram para o Rio de Janeiro a fim de serem ordenados padres, mas foram impedidos devido ao fato de que a maior parte dos candidatos era mulato ou tinha envolvimento com os ofícios mecânicos.⁵² Não obstante a negativa, o acontecimento evidencia que parte dessa população tinha acesso à instrução elementar e, a partir daí, poderia aspirar a ter acesso a nichos sociais mais privilegiados.

A opção pela vida eclesiástica estava no horizonte de algumas famílias pardas, que desde cedo direcionavam seus filhos para esse objetivo. A trajetória de Domingos Simões da Cunha é um exemplo disso. Nascido na vila de Paracatu, capitania de Minas Gerais, era filho de um homem branco, o capitão-mor Clemente Simões da Cunha, e da escrava angola, Bernarda do Espírito Santo. O fato de ser filho de um dos homens mais ricos e importantes da vila certamente tornou o caminho de Domingos relativamente menos tortuoso. Sua instrução primária deu-se na casa paterna, com o auxílio de professores particulares; ainda em Minas, iniciou o aprendizado do latim, etapa fundamental para a concretização de qualquer aspiração mais elevada. Após a preparação elementar, rumou para Salvador a fim de complementar os estudos de humanidades. A etapa final foi concluída em Pernambuco, no seminário de Olinda, onde estudou teologia, sendo ordenado padre no ano de 1779.⁵³ No entanto, a origem ilegítima e escrava de Domingos foi considerada um óbice para a concretização do objetivo e, para poder ser ordenado, ele precisou “ser dispensado na ilegitimidade e mulatismo em primeiro grau”.⁵⁴

Na mesma época em que Domingos Simões da Cunha foi ordenado padre em Pernambuco, duas trajetórias semelhantes à sua tinham curso na capitania de Minas Gerais. Trata-se dos meio-irmãos pardos Cipriano Pires Sardinha e Simão Pires Sardinha. Suas histórias são famosas por serem ramificações da trajetória de vida de uma personagem

⁵⁰ OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Trajetórias de clérigos de cor na América portuguesa...

⁵¹ Cf.: Arquivo do Estado de São Paulo, Maços de População, Capital, 1.^a Cia., Rua Direita, fogos 11 e 20; 2.^a Cia., Rua de São José, fogo 43; 3.^a Cia., fogo 19; 4.^a Cia., Rua do Rosário, fogo 1; 4.^a Cia., Rua da Boa Vista, fogos 11, 28 e 58; 5.^a Cia., Rua da Pólvora, fogo 42; 9.^a Cia., Rua do Tabatinguera, fogo 21.

⁵² Cf.: AHU-Rio de Janeiro (Avulsos), cx. 82, doc. 56. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1765.

⁵³ Cf.: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 14, pp. 407-418, 1909, p. 407.

⁵⁴ SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto*. Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1753-1808). São Paulo: Editora HUCITEC, 1997, pp. 173-174.

emblemática da história mineira do século XVIII, a parda Francisca da Silva de Oliveira, mais conhecida como Chica da Silva. Os dois compartilhavam a mesma paternidade, pois eram filhos do português Manoel Pires Sardinha com suas escravas, respectivamente a crioula Francisca Pires e Francisca da Silva de Oliveira. Suas trajetórias, analisadas por Júnia Ferreira Furtado, revelam a importância da instrução como estratégia para a inserção da população ligada geracionalmente à escravidão em lugares sociais de maior prestígio. Ao longo da década de 1760, os meio-irmãos foram educados nas primeiras letras ainda no Arraial do Tejuco e buscaram ascender à carreira eclesiástica, objetivo que foi concretizado por Cipriano e abandonado por Simão.⁵⁵

No ano de 1770, os irmãos partiram para Lisboa juntamente com o desembargador João Fernandes de Oliveira, o companheiro de Chica da Silva. Além de apadrinhar seu enteado, o ex-contratador de diamantes apoiou financeiramente Cipriano, com quem não tinha parentesco. Em Portugal, Cipriano cursou direito canônico na Universidade de Coimbra, tendo sido ordenado presbítero secular no ano de 1785; Simão, embora não tenha seguido para a Universidade, graduou-se no Colégio das Artes e dedicou-se, posteriormente, às ciências naturais. Não obstante a origem escrava e ilegítima, esses dois pardos ascenderam a patamares sociais tradicionalmente reservados a homens brancos. Assim como no caso do conterrâneo Domingos Simões da Cunha, a condição econômica avultada e as relações de sociabilidade com pessoas influentes não bastavam para garantir um futuro promissor a pessoas que descendiam diretamente de mães e avós escravas. Suas histórias demonstram de forma incontestável que a aceleração de processos de melhoramento social dependia de múltiplos fatores, sendo fundamental, entre eles, o acesso à instrução e ao conhecimento. Essa dimensão em particular era reconhecida pelas famílias pardas que vislumbravam inserir seus descendentes em espaços sociais mais elevados. Assim como os pardos mineiros, no contexto da segunda metade do século XVIII, Luis Nogueira de Figueiredo, o coronel pardo do Recife, procurou encaminhar um de seus filhos à vida eclesiástica.

Cerca de um século antes, a exclusão dos “moços pardos” das escolas da Companhia de Jesus na capitania da Bahia indicava que a relação entre educação e a ampliação das expectativas dos pardos já havia sido detectada pelas elites locais. Na época, a provisão régia deu causa ganha aos estudantes, baseando-se na informação de que os pardos eram admitidos

⁵⁵ Sobre a trajetória de Chica da Silva, ver: FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

nas universidades de Coimbra e Évora, “não lhes servindo de impedimento a cor de pardos”.⁵⁶ Como vimos, as instituições de ensino portuguesas, incluindo as universidades, parecem ter mantido certa tolerância para com alunos pardos, o que certamente contribuiu para a constituição de uma elite bem instruída e habilitada para pleitear postos e cargos nos mais variados níveis.

Na América espanhola, destacam-se para esta discussão os ofícios como os de notário, escrivão e secretário – todos, como por lá se dizia, dedicados ao “manejo de papeles”. Vimos que os mestiços e mulatos estavam proibidos de ocupar os referidos cargos já desde finais do século XVI.⁵⁷ No entanto, não era incomum que a regra fosse negligenciada ou que houvesse exceções. Os registros sobre a atuação desses profissionais foram produzidos principalmente em decorrência de duas situações: uma delas diz respeito às contestações de concorrentes brancos à nomeação de pardos e a outra aos pedidos de dispensa do “defecto de pardo” e “defecto de naturaleza” para o exercício dos postos. Em ambas as situações, acionar o valor da instrução e da capacidade técnica representava um trunfo dos requerentes pardos em relação a seus possíveis concorrentes bem como legitimava a “dispensa”, pois a dedicação ao ofício e a competência geravam merecimento. A carência de profissionais em certas regiões americanas constituía outro fator relevante em termos de propiciar a abertura de espaços para os pardos.

Em fins da década de 1750, um pardo “cuarterón” da cidade de Portobelo, Vice-Reino de Nova Granada, chamado Bartolomé Salazar, recebia a dispensa de seu “defecto” para atuar como “escrivão e notário público das Índias”. O parecer do fiscal do Conselho de Índias evidencia as condições que favoreceram Bartolomé.⁵⁸ Havia muitos anos que ele já exercia a função, tendo sido escrivão em importantes órgãos públicos como na “oficialía mayor de las cajas reales de Portobelo y en la tenencia de la escribanía de Real Hacienda de aquel reino”. Experiência e eficiência que comprovou por meio de várias atestações de autoridades de Portobelo. Conjuntamente aos merecimentos pessoais do pleiteante, o fiscal chamava a atenção para “la dificultad que en Cartagena, Panamá y Portobelo haya personas que, sin ser mestizos o mulatos, ejerzan el oficio de escribano”. Para o fiscal, essa situação “ha dispensado

⁵⁶ Cf.: Provisão de 28 de fevereiro de 1689. *Apud* PESSOA, Raimundo Agnelo Soares. *Gente sem sorte: Os mulatos no Brasil colonial*. Tese – Doutorado em História. Franca: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2007, p. 192.

⁵⁷ Cf.: “Que no se admitan informaciones para que mestizos y mulatos sean escribanos, ni notarios. 15 de noviembre de 1576 e 7 de junio de 1621. In: *Recopilación...*, T. 2, ley 40, tit. 8, lib. 5, fol. 184.

⁵⁸ Os fiscais eram responsáveis por inventariar os documentos que chegavam ao Conselho, produzindo uma primeira consulta sobre o caso. Na prática, isso significava sintetizar o assunto e elaborar um parecer sobre o caso. O Conselho de Índias contava com dois fiscais, que invariavelmente eram homens com formação universitária e especialistas em leis.

en todos tiempos la disposición de la ley, que absolutamente los excluye”. Após pagar o “servicio pecuniario”⁵⁹ para exercer o cargo, Bartolomé estaria legalmente habilitado para ser notário, não obstante fosse pardo.⁶⁰

A carência de pessoas brancas dispostas ao exercício desses ofícios e o peso demográfico das populações mestiças e pardas em várias cidades hispano-americanas estão na raiz das condições estruturais que confomaram essas exceções às regras. Tais razões, no entanto, não bastavam para configurar um ambiente mais favorável à inserção de homens de cor na baixa burocracia. Ao analisar o caso específico e extraordinário da cidade do Panamá, Silvia Spelt-Bombín encontrou referências de quarenta e dois notários de cor, todos descritos como “pardos”, “cuarterones” ou “quinterones”, cujas atuações se deram entre o início do século XVII e a primeira década do século XIX. Para a historiadora, além de aspectos ligados à demografia e economia, a “flexibilidade” das leis espanholas era fruto da adaptação às condições locais, entrando na equação fatores como relações pessoais, riqueza e educação.⁶¹

A relação entre a ocupação dos ofícios de notário e escrivão e a inserção na comunidade política local pode ser verificada no caso singular de Francisco Nicolás de Aizpuru. Igualmente da cidade do Panamá, ele era acusado por seus opositores de ser “mulato, adulterino, e incestuoso”. Estava em jogo o importante cargo de escrivão de governo e guerra da cidade do Panamá. Após decretar a concessão do posto para Aizpuru, o Conselho de Índias mandou que as referências à qualidade de mulato fossem apagadas dos registros da cidade. Diante disso, seus oponentes rapidamente protestaram. Em resposta, o fiscal do Conselho explicava que a medida foi tomada não porque se negava a qualidade do escrivão, mas, sobretudo, “porque no era razón, ni conveniente a la causa pública, que existiese en ellos un auténtico testimonio de la impureza de sangre de los *ciudadanos* y vecinos, aunque esta sea real y verdadera”.⁶² Embora o caso seja único entre a documentação consultada, ele evidencia que o exercício de cargos públicos constituía um meio de inserção na comunidade de cidadãos. Por isso o acesso à burocracia da administração colonial era tão importante aos pardos e configurava-se como uma estratégia de inserção política. No caso da família Aizpuru, além de Francisco Nicolás, seus irmãos e cunhados também exerciam cargos nos órgãos da justiça, atuando como advogados e escrivães.

⁵⁹ A licença para o exercício de cargos públicos como o de notário e escrivão era paga.

⁶⁰ Cf.: AGI, Panamá, leg. 155. Madrid, 11 de julho de 1758.

⁶¹ ESPELT-BOMBÍN, Silvia. Notaries of color in colonial Panama: Limpieza de sangre, legislation, and imperial practices in the administration of the Spanish Empire. *The Americas*, v. 71, n. 1, pp. 37-69, 2014.

⁶² Cf.: AGI, Panamá, leg. 155. Madrid, 31 de outubro de 1757. Grifo meu.

A possibilidade de pleitear cargos públicos estava diretamente relacionada a uma estratégia familiar cujo princípio elementar era o da preparação técnica. Plenamente conscientes disso, muitos pais instruíam seus filhos para que futuramente tivessem condições de concorrer a posições sociais mais prestigiosas. No início do século XIX, já sob a vigência das *gracias al sacar*, o pardo José Antonio de Salas recorreu ao rei para que pudesse assumir legitimamente o ofício de escrivão régio e notário de Índias na cidade de Santiago de Cuba. Era filho de Francisco de Salas, capitão do batalhão de pardos de Cuba, o que indica, uma vez mais, as conexões entre as milícias e inserção política em outros níveis da sociedade civil. José Antonio expressava claramente que sua dedicação aos estudos foi uma opção de seus pais. Vale a pena transcrever parte de seu testemunho:

Que dedicado desde su tierna edad al ejercicio de la pluma en calidad de amanuense de los escribanos, y poseído siempre de aquellos sentimientos de honor y buena educación que le inspiraban sus padres, se ha mantenido el tiempo de treze años a esta fecha aplicado en dicha ocupación, procurando instruirse cabalmente en el orden de todos los asuntos tocantes al ministerio con el objeto de hacerse útil en su despacho, y observando una conducta irreprehensible que lo hiciese acreedor no solo a la confianza de los jueces y ministros curiales, sino también a la pública estimación a que siempre ha aspirado [...].⁶³

O caso de Salas é representativo de práticas comuns entre os pardos da América espanhola e reforça a ideia de que a instrução constituía uma estratégia adotada por famílias pardas proeminentes ou que aspiravam ser reconhecidas como tal. Essa relação pode ser verificada para além dos ofícios da baixa burocracia estatal, uma vez que o exercício da medicina parece ter sido outro nicho de atuação relativamente acessível aos pardos.

No início da década de 1760, Antonio Flores, comandante do batalhão de pardos de Havana, solicitou ao rei habilitação para seus filhos com a finalidade de que eles pudessem estudar medicina e cirurgia, sem que se “les ponga óbice, ni embarazo alguno”.⁶⁴ Um de seus filhos, Joseph Ignacio Flores, vinha sofrendo forte oposição por parte de alguns “doctores” de Havana, que, amparados nas leis que excluía os mulatos das universidades, buscavam impedir o avanço de seus estudos. A defesa elaborada pelo comandante pardo centrou-se em dois argumentos principais. Em primeiro lugar, procurou demonstrar o bom comportamento e a dedicação do filho aos estudos. Apoiado por alguns professores, contava que desde cedo o

⁶³ Cf.: AGI, Ultramar, leg. 18. 1804-1807.

⁶⁴ Cf.: AGI, Santo Domingo, leg. 1455. 28 de fevereiro de 1760. In: KONETZKE, Richard. *Colección de Documentos para la Historia de la Formación Social de Hispanoamérica, 1493-1810*. Vol. III (1691-1779). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1962. Doc. 177.

rebenito demonstrou muito talento para as letras, fato que estimulou uma mudança de planos em relação a ele. Ora, a intenção original era que o menino herdasse o ofício paterno de carpinteiro. Porém, os padres do Colégio Jesuíta lhe persuadiram de que “sería lástima que un buen entendimiento se hubiese de dedicar a andar con palos”, pois o filho era o melhor estudante do colégio, indicando “talento e ingenio especial”. Desse modo, o desempenho demonstrado por Joseph Ignacio lhe habilitava para receber o reconhecimento régio.

Em segundo lugar, o comandante questionava explicitamente a validade do impedimento alegado por seus opositores, afirmando que a lei excluía especificamente os mulatos e não os pardos. Seguindo a visão de mundo de sua época, Antonio Flores acentuava a posição hierárquica superior ocupada pelos pardos em relação aos mulatos, estes sim mais próximos da escravidão por serem filhos de brancos e mulheres negras. Além disso, a prática social demonstrava a veracidade do argumento: “otros muchos notoriamente de la misma calidad han tenido funciones en el Colegio y demás escuelas de aquella ciudad [...] un hijo del coronel de pardos de México, otro de la de Puebla y otro del comandante de pardos de Cuba se hallan exaltados a mayores honras y nobleza, como es la dignidad sacerdotal”. Ao fim da missiva, Antonio Flores negava de modo indireto o monopólio das letras por parte da nobreza e dos brancos, defendendo o direito dos pardos à instrução: “nunca será mal visto en ninguna parte del mundo el que en la Habana no solo la nobleza y blancos sean profesores de letras, sino aun los pardos [...] no solo los blancos y nobles aspiran y aman las Letras, sino también los pardos buscan y solicitan la sabiduría”.⁶⁵ No entanto, a solicitação foi negada pelo Conselho de Índias, o qual seguiu tanto as orientações previstas na legislação quanto o parecer da Universidade de Havana, uma instituição contrária à entrada de pardos em seu meio.

Embora não se tenham dados quantitativos em relação aos médicos pardos, os indícios sugerem que essa foi uma área de atuação possível. Na Capitania Geral de Cuba, por exemplo, na mesma época em que Antonio Flores buscava habilitação para seus filhos, o professor de medicina Juan de la Cruz y Mena, pardo e *vecino* da cidade de Bayamo, solicitava que seus filhos igualmente pudessem cursar medicina. O pedido, no entanto, foi negado com base no parecer emitido por Joseph de Azeguera, reitor da Universidade de San Jerónimo.⁶⁶ Já na Capitania Geral da Venezuela, o pardo Diego Mejías Bejarano era médico e, assim como os pardos cubanos, buscou assegurar que seus filhos tivessem direito à formação universitária. A historiografia tem ressaltado que a maior parte dos médicos da Venezuela colonial pertencia ao grupo dos pardos, mas que esses, no entanto, eram profissionais que

⁶⁵ Cf.: AGI, Santo Domingo, leg. 1455. 28 de fevereiro de 1760.

⁶⁶ Cf.: AGI, Santo Domingo, leg. 1357. Anos 1761-1764.

normalmente não contavam com formação universitária. Tratava-se de homens que se dedicavam principalmente à cirurgia, os chamado “prácticos”, cujas licenças eram passadas pelos cabildos. A partir de 1777, os exames passaram a ser aplicados pelo protomedicato, instituição que regulava o exercício da medicina nos territórios espanhóis.⁶⁷ A alta hierarquia dessa instituição era dominada por médicos com formação universitária, normalmente espanhóis ou membros da elite *criolla*.

Não por acaso, no início da década de 1790, o médico D. Felipe Tamariz proibiu que os pardos pudessem cursar as aulas de anatomia, “procurando inhabilitar a todos los pardos del ejercicio de la medicina, bajo el supuesto falso de haber más que suficiente número de profesores blancos para cuidar de la salud de este vecindario”.⁶⁸ Era a manifestação de outra faceta das disputas entre brancos e pardos que caracterizaram a sociedade caraquenha da segunda metade do século XVIII. Lembremos que na mesma época a junta de comércio tentava reformar as milícias de pardos e que, de fato, em 1796, o posto de comandante foi extinto. Três médicos pardos, Juan Joseph de Castro, Juan Joseph de la Torre y Diego de Obermexía, foram os autores do requerimento enviado ao rei a fim de reverter a medida. Explicavam que, tanto na cidade de Caracas como na província da Venezuela em geral, o número de médicos, principalmente cirurgiões, era insuficiente para dar conta de toda a população. O parecer régio, emitido em 21 de junho de 1793, deu causa ganha aos pardos, determinando que “no se les impida concurrir a la enseñanza de anatomía u outro ramo anejo a la profesión en que desean instruirse”. Tendo em vista a estrutura de poder que marcava o exercício da medicina, é compreensivo que os integrantes do “grêmio dos pardos” tenham buscado meios para que seus filhos pudessem ter acesso às universidades. Embora a configuração social de Caracas permitisse a emergência de embates mais incisivos, a situação era comum a outros espaços hispano-americanos. No entanto, em lugares como Cuba, o campo de possibilidades aos pardos mostrava-se mais reduzido. Indicativo disso são os pareceres negativos postos aos requerimentos de pardos que almejavam entrar nas universidades.

A estratégia dos pardos para burlar ou superar as restrições legais consistia em duas etapas. A primeira passava por garantir educação básica de qualidade para seus filhos. Superada essa fase, iniciava-se a segunda etapa com um grande desafio, o do acesso às universidades. Quanto à primeira, a educação elementar consistia no aprendizado da leitura,

⁶⁷ AMODIO, Emanuele. Curanderos y médicos ilustrados. La creación del protomedicato en Venezuela a finales del siglo XVIII. *Asclepio*, v. XLIX, n. 1, pp. 95-129, 1997.

⁶⁸ Cf.: Real Cédula de 21 de junio de 1793. In: KONETZKE, Richard. *Colección de Documentos para la Historia de la Formación Social de Hispanoamérica, 1493-1810*. Vol. III, T. II, doc. 336.

escrita e cálculo, acompanhado do ensino religioso. Já na adolescência, os alunos que se destacavam poderiam seguir os estudos concentrando-se no aprendizado das humanidades, sobretudo visando o domínio do latim e da filosofia. Esse nível era capitaneado por colégios ligados a ordens religiosas. A partir das reformas borbônicas da segunda metade do século XVIII, as escolas primárias poderiam ser controladas pelos cabildos – as chamadas escolas públicas – ou por corporações privadas como os grêmios profissionais.⁶⁹

Como indicado, não era incomum que os pardos procurassem garantir que seus filhos tivessem acesso à educação, desde os níveis primários até os mais complexos. Em 1809, o pardo Bernardo Roca, *vecino* da cidade de Guayaquil, Audiência de Quito, atestava a falta de escolas primárias na província e as medidas tomadas por ele para que seus filhos tivessem uma sólida formação de base. Alegava que os professores destinados ao ensino público não eram examinados a contento, podendo incutir em seus filhos “malos costumbres”. Diante disso, ele contratou professores particulares que ensinavam as primeiras letras para seus rebentos no próprio ambiente familiar.⁷⁰ A possibilidade de financiamento de escolas primárias particulares constituiu uma boa opção para a população de cor que desejava ver seus filhos instruídos. Nesse sentido, destaca-se a importância das corporações, que viabilizavam o financiamento dessas instituições.

Em Cuba, por exemplo, o papel das milícias foi central a esse respeito. Em 1803, o capitão do batalhão de morenos de Havana, Gabriel Dorotea Barba, estabeleceu uma escola para crianças de cor que sobreviveu por ao menos três décadas. Conforme Jane Landers, o estabelecimento de escolas primárias por milicianos foi comum ao longo das primeiras décadas do século XIX.⁷¹ Na mesma época, em 1804, o “grêmio dos pardos” de Caracas solicitou ao rei permissão para o estabelecimento de uma escola pública para crianças pardas, para ensiná-las a “leer, escribir y diseñar con perfección”.⁷² O grêmio era integrado por dezesseis pardos, sendo seus representantes principais José María Gallegos, Juan Domingo Monasterios, Felipe Piña y Juan Landaeta. Como veremos em outras seções, esses indivíduos pertenciam às famílias pardas mais ativas politicamente, estando presentes em diferentes nichos sociais. Os Landaetas, por exemplo, contavam com longa tradição nos corpos militares e muitos de seus membros dominavam ofícios artísticos como a música e a pintura.

⁶⁹ ROMERO DELGADO, José. Iglesia, Estado y Sociedad en la educación colonial de la América Hispana durante el siglo XVIII. *Historia de la Educación*, Salamanca, v. 22-23, pp. 235-257, 2003-2004.

⁷⁰ LAVIANA CUETOS, María Luisa. *Guayaquil en el siglo XVIII: recursos naturales y desarrollo económico*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 1987, p.133.

⁷¹ LANDERS, Jane G. *Atlantic creoles in the Age of Revolutions...*, p. 154.

⁷² Cf.: Archivo del Ayuntamiento de Caracas. Escuelas. 1803-1810. Expediente n. 28, n. 56. *Apud Historia de las ideas pedagógicas en la Venezuela colonial (1767-1821). Fuentes primarias para su estudio – modulo aprendizaje*.

Intitulavam-se “protectores de nuestros semejantes” e objetivavam melhorar as condições de instrução da população parda. Não obstante ser possível entrever interesses particulares por parte da elite parda, pois a escola monopolizaria o ensino primário, a iniciativa estava coadunada com objetivos mais amplos.

No plano elaborado pelo grêmio, deixava-se claro que a escola visava ao aperfeiçoamento técnico das crianças pardas, as quais futuramente assumiriam as “artes mecánicas necesarias a la sociedad civil”. Reconheciam, desse modo, os limites possíveis àquele grupo social. No entanto, é provável que se tratasse de uma estratégia articulada pela elite parda a fim de legitimar o acesso dos pardos ao ensino primário. Esse seria um primeiro passo para a paulatina abertura do ensino em todos os níveis. O argumento é plausível. Na mesma época, a família Mejías Bejarano – ligada matrimonialmente com os Landaetas – buscava a aprovação do rei para que um de seus membros fosse habilitado a graduar-se na Universidade de Caracas. A estratégia era dupla: de um lado, assegurava-se o ensino básico de qualidade, de outro, abria-se precedente para que outros pardos pudessem pleitear cursos universitários.

Para que o projeto fosse aprovado, além do reconhecimento da vinculação aos ofícios mecânicos, o grêmio procurou cooptar o próprio *ayuntamiento* de Caracas, indicado como protetor da escola. A sugestão fazia todo o sentido, pois os membros do cabildo eram os principais antagonistas dos pardos. Por fim, comprometiam-se em tornar sua classe útil ao Estado por meio dos ofícios mecânicos e da transformação de suas condutas, tornando-os bons cristãos e adotando as “reglas de atención y política que en lo público y en lo privado deben observar con sus mayores y con sus iguales, haciéndoles comprender lo que les interesa a su propia felicidad el ser corteses, atentos y humildes”. Embora a declaração possa ser lida como uma demonstração da aceitação passiva do lugar social subordinado destinado aos pardos, ela era, ao mesmo tempo, condição para a transformação dos pardos em pessoas beneméritas e capazes de receber o reconhecimento régio.

Se os óbices para o ensino primário podiam ser superados – afinal, a instrução elementar justificava-se em termos de melhoramento técnico dos oficiais mecânicos – a situação era bem diferente em relação ao ensino universitário. Esse âmbito era monopolizado pelas elites e, por isso, o acesso de estudantes pardos era duramente combatido. Como vimos no primeiro capítulo, as universidades excluía de seus bancos sujeitos considerados impuros de sangue ou maculados por outros “defeitos”. É possível que indivíduos pardos, mas considerados socialmente como brancos, tenham adentrado nas universidades. Mas, caso o candidato fosse alvo de alguma suspeita, a inclusão nesse nível de ensino tendia a sofrer

intensas objeções por parte das próprias universidades ou da comunidade de estudantes e seus familiares. A alternativa possível nesses casos era recorrer à clemência régia e à figura jurídica das “dispensas da cor”, o que, longe de ser um caminho simples, normalmente levava a longas inquirições. A discussão que se segue tratará disso.

3.3. As “dispensas da cor”: uma alternativa aos pardos livres

A despeito das restrições legais que inabilitavam os libertos e seus descendentes livres ao exercício de cargos públicos e eclesiásticos e ao recebimento de diversos privilégios, a presença de tais indivíduos em posições de prestígio não foi incomum nas sociedades ibero-americanas. O relaxamento dessas regras devia-se a uma figura jurídica ligada ao âmbito das graças régias, a via alternativa das “dispensas”. Esse se tornou um mecanismo comumente empregado pelas Coroas ibéricas e ligava-se às prerrogativas régias de alterar o *status* dos vassallos. Era a possibilidade de emendar a lei, exceção que não seria aplicada à generalidade dos vassallos, mas somente para casos específicos. Nas palavras de Rodolfo Cortes, “fue concebida como una exención eventual para individuos promientes del reino que deseaban escapar al ejercicio del deber general”.⁷³ Conforme António Manuel Hespanha, nos quadros das sociedades de Antigo Regime, as alterações de estado social eram, via de regra, lentas, e ocorriam no decurso do tempo. No entanto, havia meios mais acelerados de mudança. Um deles ocorria pela via de obras específicas, principalmente em relação ao desempenho de certas funções como os cargos militares e os serviços públicos. Através desse meio, por exemplo, adquiria-se a chamada “nobreza política”, ou seja, não ligada à linhagem, mas artificialmente construída por obras e ações. A outra opção era por meio da graça régia e, por isso, diretamente dependente do poder monárquico de alterar a natureza dos vassallos. Executava-se por meio da transformação do estado ao qual o indivíduo pertencia e/ou pela atribuição de privilégios específicos. A graça poderia ser produto tanto de um ato de liberalidade régia como, o que era mais frequente, estar associada aos mecanismos de recompensa aos súditos beneméritos.⁷⁴

Reputados como “defeituosos” e “infames”, os pardos recorriam à graça régia como meio de superar as inabilitações legais. A opção era legítima e fomentada como meio de

⁷³ RODULFO CORTES, Santos. *El régimen de “las Gracias al Sacar” en Venezuela durante el periodo hispánico*. (Tomo 1). Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia, 1978, pp. 101-106.

⁷⁴ HESPANHA, António Manuel. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. *Tempo*, v. 11, n. 21, pp. 121-143, 2006.

ministrar a justiça devida a situações que não estavam em harmonia com o que estava previsto nas leis. O jurista Solórzano Pereira, ao discorrer sobre a condição jurídica dos mestiços e dos mulatos dos territórios hispano-americanos na primeira metade do século XVII, afirmava que o exercício de qualquer ofício “autorizado o de República” por pessoas pertencentes a esses grupos não poderia ocorrer “sin que hayan expresado este defecto, quando los impetraron, y estén particularmente dispensados en ellos”.⁷⁵ Nos territórios portugueses, a tradição das dispensas pode ser observada, por exemplo, na legislação de meados do século XVIII que equiparou legalmente índios e brancos. Conforme a lei, os descendentes de casamentos entre brancos e índios seriam considerados hábeis para todas as honras e ofícios, “sem que necessitem de dispensa alguma”.⁷⁶ Tal lei evidencia que a solicitação de dispensas era prática legítima e uma exceção às normas gerais.

O fundamento das dispensas estava assentado na ideia conforme a qual o monarca tinha poder para alterar a natureza dos súditos por meio de um ato de “vontade política”.⁷⁷ Portanto, era possível superar o “defeito da natureza” e acelerar um processo que provavelmente se daria no decurso do tempo e somente para as gerações futuras. A transformação, no entanto, não dependia unicamente da liberalidade régia, mas, sobretudo, do comportamento dos vassallos. Era preciso merecer a graça régia por meio de ações valorosas. Essa possibilidade fazia parte da cultura política do Antigo Regime e, por isso, era reconhecida como um mecanismo legítimo tanto pelas autoridades coloniais como pela população de cor livre. Foi com essa perspectiva que o Conselho de Índias analisou a causa sobre a estrutura de comando das companhias de mulatos, cuarterones, zambos e negros do Panamá no início do século XVIII. A oficialidade de cor havia sido destituída dos postos de comando e substituída por espanhóis, gerando um cenário de tensão social que precisou ser resolvido pelo rei. Os bons serviços prestados ao Estado e a fidelidade demonstrada pela oficialidade de cor garantiram parecer favorável à causa. Conforme o Conselho, “este género de gente” [...] es de tan raro génio, que el defecto que le dio la naturaleza, le desvanece enteramente con sus honradas operaciones”.⁷⁸

Em suas memórias sobre a capitania de Pernambuco, o cronista Domingos do Loreto Couto concebeu a transformação de *status* de Henrique Dias como resultado da liberalidade

⁷⁵ Cf.: PEREIRA, Juan de Solórzano. *Politica Indiana* (1646). Madrid, 3ª impresión, 1736, § 19, p. 218.

⁷⁶ Cf.: Alvará de 4 de Abril de 1755. Concedendo privilégios aos que na América casarem com Índias naturais do País. In: SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações*. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830, pp. 367-368.

⁷⁷ HESPANHA, António Manuel. A mobilidade social..., pp. 142-143.

⁷⁸ Cf.: AGI, Panamá, leg. 100. Madrid, 16 de septiembre de 1717. In: KONETZKE, Richard. *Colección de Documentos...*, Vol. III, T. I, doc. 98.

régia para com suas ações valorosas durante a guerra contra os holandeses no nordeste. Contrapondo a virtude de Henrique Dias à ganância do mulato Calabar, dizia que o primeiro, “sendo preto, soube com esforço do ânimo e maravilhosa constância emendar o defeito da natureza [...]” de tal modo que “o despachou El Rei com foro de fidalgo, larga tença, posto de mestre de campo e Hábito de Cristo, suprimindo as suas provanças os seus grandes merecimentos”.⁷⁹ As provanças referiam-se ao processo de investigação sobre a origem e antepassados do candidato a fim de averiguar qualidades como a pureza de sangue e a limpeza de ofícios mecânicos. Henrique Dias era um homem liberto e, portanto, considerado inabilitado ao recebimento dessas honras. Por isso ele precisou ser dispensado pelo rei. Seguindo a lógica que operava o fenômeno da mudança de *status*, os “grandes merecimentos” do mestre de campo foram capazes de modificar sua natureza, o que foi ratificado por meio do poder régio.

Por ser elemento constitutivo de uma cultura política comum, todos os súditos das monarquias ibéricas tinham pleno conhecimento dos requisitos necessários à mudança de *status*. Essas transformações poderiam significar a passagem de um grupo social para outro, como, por exemplo, no caso do ingresso de um comerciante no rol da nobreza, ou, o que era mais comum, a aquisição de honras e privilégios específicos. As ações dos pardos se inserem, de modo geral, no segundo grupo. A mudança de *status* dos grupos ligados geracionalmente à escravidão vem chamando a atenção dos pesquisadores brasileiros já há um bom tempo. Porém, nos últimos quinze ou vinte anos, as análises têm se concentrado particularmente em alguns fenômenos. Trata-se do apagamento ou silenciamento da cor e do branqueamento.⁸⁰ Devido a essas investigações, é amplamente aceito que a atribuição da cor era um ato social e não uma condição fixa e imutável; mudava-se tanto ao longo do tempo como em decorrência de arranjos familiares, econômicos e culturais mais imediatos. Em última instância, pode-se dizer que essas mudanças eram fruto da própria natureza do escravismo, que admitia a obtenção da liberdade e, por fim, o apagamento das marcas do cativo.

No entanto, se muitos indivíduos libertos ou deles descendentes tinham suas cores apagadas ou passavam pelo branqueamento, um contingente populacional de proporções avultadas continuava atrelado ao universo mais amplo da escravidão, o que é indicado pelos índices de sua participação no conjunto de habitantes, variando de 20 a 50%. Era a mudança

⁷⁹ Cf.: COUTO, Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco* (1757). Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981, p. 138.

⁸⁰ SANTOS, Jocélio Teles dos. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. *Afro-Ásia*, n. 32, pp. 115-137; GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: Trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

de *status* dessas pessoas – em termos de obtenção de privilégios e honras – que provocava tensões sociais e, em fins do século XVIII, aparecia como um problema político de primeira ordem no mundo colonial ibero-americano. O recurso à “dispensa da cor” era acionado precisamente quando a função social almejada ou alcançada por alguém reconhecidamente pardo era questionada por outrem. Em seus requerimentos é possível identificar como faziam uso dessa alternativa para superar os entraves legais a que estavam submetidos. Suas argumentações evidenciam os fundamentos dessa opção.

Na América portuguesa, o recurso às dispensas tendeu a concentrar-se em casos relativos a demandas para a carreira eclesiástica e para o recebimento de certos privilégios como os hábitos das ordens militares. Embora essa seja uma hipótese que careça ainda de um aprofundamento empírico de base quantitativa, a confrontação com os domínios espanhóis torna a sugestão plausível. Na documentação que chegou ao Conselho Ultramarino, poucos são os casos de pedidos de “dispensa da cor” para o exercício de cargos públicos ou recebimento de algum tipo de privilégio especial. Três casos se referem aos ofícios de advogado, requerente e escrivão e são oriundos das capitanias da Bahia e de Pernambuco. Miguel Mendes de Vasconcelos e seu filho homônimo haviam sido excluídos dos Auditórios de Salvador, onde trabalhavam como procuradores de causas, com a justificativa de serem pardos. Questionavam a validade legal da medida a partir da confrontação com o que era praticado na Bahia e no Reino, deduzindo-se daí que a cor não constituía impedimento legítimo. Alegavam que na Bahia “só se olha para o préstimo das pessoas e não para as cores, para o procedimento e não para um acidente”; já na Corte, os pardos eram admitidos ao “estado das leis, cânones e medicina”. Para eles, se a cor parda não servia de impedimento na Corte, “muito menos o deve ser no Brasil”.⁸¹

Na mesma época, o escrevente da ouvidoria geral do cível da Relação da Bahia, Luiz Martins Soares, solicitou dispensa “nos acidentes das cores pardas que tem” para poder exercer o ofício de requerente de causas. Suas expectativas eram fomentadas pelos exemplos de outros pardos que servem ou serviram no mesmo ofício e pela liberalidade régia, pois “Vossa Majestade costuma dispensar nos impedimentos das pessoas beneméritas”.⁸² A menção à prática da dispensa é um indicativo de que outros vassalos recorriam a esse instrumento a fim de verem-se livres de restrições legais e contestações. Tanto os Vasconcelos como Soares atestavam a existência de outros requerentes e advogados pardos, indicando a flexibilidade das leis. Não obstante os argumentos, esse último teve seu pedido

⁸¹ Cf.: AHU-Bahia (Avulsos), cx. 83, doc. 33. Anterior a 23 de setembro de 1743.

⁸² Cf.: AHU-Bahia (Avulsos), cx. 85, doc. 33. Anterior a 17 de junho de 1744.

recusado e é provável que a solicitação dos Vasconcelos tenha recebido o mesmo tratamento. Cerca de uma década depois, outro pardo, mas de Pernambuco, solicitou dispensa para “poder exercer qualquer ofício da república em que esteja a saber”. Paulo Coelho era escrevente público nos Auditórios e, conforme suas próprias palavras, era “mui certo na prática judicial”.⁸³ Assim como seus antecessores, teve o pedido recusado.

A permissão para o uso de armas constituiu outro objeto das dispensas solicitadas ao rei pelos pardos. Após a publicação da pragmática de armas de 1749, aprendizes de ofícios mecânicos, marinheiros, fragateiros, lacaios e negros estavam proibidos de portar espada ou espadim. A medida visava evitar brigas e homicídios causados por pessoas de “baixa condição”.⁸⁴ Incluídos localmente nas diretrizes da lei, ao longo da década de 1750 pardos de diferentes capitanias recorreram ao rei a fim de serem dispensados. Alegavam não pertencerem à “baixa extração”. Para os irmãos Custódio da Silva Almaça Vasconcelos e João da Silva Almaça, a pragmática não poderia ser estendida a eles, uma vez que não exerciam ofícios mecânicos, se “tratavam à lei da nobreza” e descendiam de antepassados nobres. Não obstante, o parecer do chanceler da Relação da Bahia foi totalmente contrário ao pedido, negando explicitamente a pretensa nobreza dos irmãos. Advertia ao Conselho Ultramarino quanto aos perigos de tais dispensas, pois “se instará os da sua qualidade de sorte que se porá a América em confusão de tormentos com tais dispensados”.⁸⁵ Diante da informação negativa, o requerimento foi recusado.

Na mesma época, os pardos livres da capitania do Rio de Janeiro elevaram ao rei petição de idêntico teor. Julgavam-se excluídos da lei, pois entre eles muitos eram “afazendados com escravatura, mestres de ofícios de pintores, músicos, e muitos que vivem de requerentes e dos mais ofícios”. Ou seja, exerciam ofícios considerados mais prestigiosos e não equiparados aos ofícios mecânicos mais vis. Ao ser inquirido pelo Conselho Ultramarino sobre o caso, o governador Gomes Freire de Andrade atestou que tudo o que os pardos alegavam “é inteira verdade”.⁸⁶ Já em fins da década de 1750, nova petição chega ao Conselho. Dessa vez seus autores eram os pardos da confraria de São José, de Vila Rica, Minas Gerais. Argumentavam, em linhas gerais, o mesmo que seus contemporâneos: por dedicarem-se a ofícios ligados às artes liberais, serem mestres de seus ofícios e alguns

⁸³ Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 76, doc. 6377. Anterior a 29 de julho de 1754.

⁸⁴ Cf.: Pragmática de 24 de maio de 1749. In: LARA, Silvia H. Legislação sobre escravos africanos na América. In: ANDRÉS-GALLEGO, José (Dir. e Coord.). *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica*. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 2000. pp. 307-312.

⁸⁵ Cf.: AHU-Bahia (Avulsos), cx. 116, doc. 67. Lisboa, 5 de julho de 1752.

⁸⁶ Cf.: AHU-Rio de Janeiro (Castro e Almeida), cx. 73, doc. 16916. Colônia do Sacramento, 23 de setembro de 1753.

dedicarem-se a “profissões públicas”, mereciam ser dispensados da lei. Além disso, observavam que os pardos da Corte não eram proibidos de usar armas, o que indiretamente significava reclamar a equiparação de tratamento.⁸⁷ A posição do Conselho Ultramarino sobre o caso foi receptiva aos pardos, afirmando que a cor não estava em questão para a aplicação da lei, mas sim o exercício ou não de ofícios vis.⁸⁸

Como observado, as dispensas mais comuns solicitadas por indivíduos da América portuguesa eram as relacionadas aos impedimentos para a entrada na vida eclesiástica e ao recebimento de hábitos das ordens militares. Não obstante as diferentes filiações teóricas dos pesquisadores, todos defendem que o “mulatismo” constituía um impedimento passível de ser dispensado pela Coroa, o que contribuiu para que homens reconhecidamente pardos chegassem aos quadros eclesiásticos e tivessem acesso aos títulos das ordens militares. Não se tratava, porém, de uma política deliberada da Coroa portuguesa, mas sim de uma tendência submetida a múltiplos fatores de ordem local. Fernanda Olival e João Figuerôa-Rêgo sugeriram que o peso desses impedimentos variava conforme a configuração social de onde estivessem sendo acionados. Um exemplo claro seria o fato de que as inquietações em relação à cor da pele seriam mais intensas na América do que em Portugal.⁸⁹ Como vimos, essa diferença era percebida pelos próprios pardos ao confrontarem a América e o Reino quanto à aplicação de leis. O papel estruturador da escravidão na América certamente estava na raiz da diferença. Em uma sociedade onde prevalecia o trabalho escravo e a nobreza não contava com o mesmo *status* que a nobreza da Corte, o diferencial da cor representava um trunfo para os que podiam ser reconhecidos como brancos e, dessa forma, evadirem-se de qualquer associação com o estado de cativo.

Em que pese os arranjos locais para a aplicação das leis, o fato claro é que os pardos ascendiam aos cargos eclesiásticos, como visto atrás, e há evidências de que o acesso aos hábitos de ordens militares constituía objetivo possível de ser alcançado. Em relação ao último aspecto, a historiografia tem defendido que os canais para as demandas de afrodescendentes aos hábitos militares tenderam a ser fechados nas primeiras décadas do século XVIII.⁹⁰ A tese verifica-se parcialmente, pois, conforme veremos em outra seção, pardos livres de diferentes regiões foram condecorados com essas honrarias ao longo da

⁸⁷ Cf.: AHU-Minas Gerais, cx. 73, doc. 20. Anterior a 6 de março de 1758.

⁸⁸ Cf.: AHU-Minas Gerais, cx. 73, doc. 27. Lisboa, 13 de março de 1758.

⁸⁹ OLIVAL, Fernanda; FIGUEIRÔA-RÊGO, João de. Cor da pele, distinções e cargos...

⁹⁰ MATTOS, Hebe Maria. “Black troops” and hierarchies of color in the Portuguese Atlantic world: the case of Henrique Dias and his black regiment. *Luso-Brazilian Review*, v. 45, n. 1, pp. 6-29, 2008; DUTRA, Francis A. Ser mulato em Portugal nos primórdios da época moderna. *Tempo*, n. 30, pp. 101-114, 2010; RAMINELLI, Ronald. Impedimentos da cor: mulatos no Brasil e em Portugal c. 1640-1750. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, pp. 699-723, jul./dez. 2012.

segunda metade do século. Para isso, foram dispensados pelo rei da obrigação de apresentarem as provanças requeridas pelas ordens militares.

Um olhar de conjunto sobre a prática das dispensas da cor na América portuguesa evidencia algumas de suas principais características. Uma delas diz respeito à reduzida incidência de pedidos de dispensa relacionados ao exercício de ofícios ou ao recebimento de privilégios particulares. Todos os casos encontrados e que foram submetidos ao Conselho Ultramarino concentram-se nas décadas de 1740 e 1750; após esse intervalo, os vestígios dessa prática desaparecem. O contraste entre os dois momentos é expressivo. Se, em períodos históricos mais recuados, as poucas solicitações de dispensa dos requerentes e escrivães pardos foram negadas pelo Conselho Ultramarino, a segunda metade do século é repleta de exemplos de pardos exercendo as mais diversas funções, como vimos na seção anterior. Uma explicação para o fenômeno diz respeito à distribuição desses ofícios, que era determinada mais pela dinâmica de cada localidade do que pela aplicação estrita das leis. Assim, os conflitos envolvendo os impedimentos da cor tendiam a emergir principalmente em situações de disputa pelos postos e funções sociais de prestígio.

O delineamento de condições mais favoráveis aos pardos estava relacionado a fatores como o peso demográfico do grupo em cada região e às qualificações técnicas desses indivíduos. Como vimos, muitas famílias pardas proporcionavam a seus integrantes níveis mais elevados de instrução como uma estratégia de melhoramento social. O valor dessa dimensão não deve ser subestimado quando se pensa nas práticas efetivas por trás dos cargos e ofícios, ou seja, que, de fato, para ser escrivão ou requerente o indivíduo deveria dominar os requisitos da profissão. Por fim, o acesso contínuo a esses ofícios cimentava uma realidade que, paulatinamente, se transformava em uma espécie de direito costumeiro.

A atitude do Conselho Ultramarino em não endossar os pedidos de dispensa encaminhados pelos pardos da Bahia e de Pernambuco indica certa relutância por parte do Estado em instituir a via das dispensas para a ocupação desses ofícios, deixando-os deliberadamente à alçada dos arranjos locais. Com isso não se está sugerindo que a Coroa portuguesa fosse mais tolerante com as pessoas de cor e tampouco que os estigmas e restrições legais não tivessem força, mas que a maior ou menor flexibilidade quanto a esses princípios estava subordinada às pressões de cada configuração social. Já a permanência das dispensas como requisito necessário à entrada na carreira eclesiástica e para pleitear hábitos das ordens militares indica que esses dois âmbitos eram mais estritamente controlados, pois subordinados não apenas ao poder régio, mas a corporações específicas, respectivamente a Igreja e a Mesa de Consciência e Ordens. Além disso, o *status* correspondente ao

pertencimento a esses corpos convertia-os em espaços sociais extremamente valorizados e, por isso, tidos como patrimônio exclusivo da nobreza.

Nos domínios espanhóis, as dispensas legais foram um caminho amplamente difundido e empregado. Embora o recurso integrasse a cultura política ibérica, na Espanha a prática tendeu a ser mais institucionalizada. O fenômeno relaciona-se com a tradição da venda de cargos, títulos e privilégios fomentada desde a ascensão da dinastia borbônica ao trono espanhol no início do século XVIII. Conforme Rodolfo Cortes, desde a década de 1720 existiam listas de *aranceles* para a compra de privilégios e diversos tipos de dispensas da lei.⁹¹ Desse modo, as dispensas figuravam como uma alternativa jurídica amplamente reconhecida pela Coroa. Embora a venda de cargos tenha sido empregada pelo estado português, essa prática jamais atingiu os níveis de disseminação assumidos nos domínios espanhóis.⁹²

Não por acaso, as dispensas da cor foram muito mais frequentes nos espaços espanhóis. De forma geral, os pedidos mais comuns visavam à permissão para o exercício dos cargos de escrivão e notário, para a prática da medicina e admissão às universidades. Vimos no primeiro capítulo que desde fins do século XVI os mestiços e mulatos estavam proibidos de atuar como escrivães e notários.⁹³ Por isso, aqueles que buscavam exercer o posto de forma legítima recorriam à graça régia. Era nesse momento que a figura da dispensa era acionada. A cidade do Panamá destaca-se pelo número expressivo de solicitações de dispensa, provavelmente por ser uma configuração social que, além de contar com avultado contingente de cor, garantia boas oportunidades de inserção social e econômica a essa população.⁹⁴ No ano de 1646, um mulato do Panamá chamado Manuel Protassio Grillo teve sua solicitação para escrivão negada pelo Conselho de Índias. Como justificativa alegava-se o fato de o candidato ser mulato “y no haber ejemplares de haberlo sido otro de su color”.⁹⁵ Ao que parece, nesse momento as dispensas de cor ainda não conformavam uma prática corrente. Grillo, porém, alegou que no Perú e em outras partes os mulatos eram despachados como escrivães, informação que gerou uma nova consulta do Conselho. Na ocasião, Juan de Solórzano Pereira, autor de *Política Indiana*, foi convocado para oferecer esclarecimentos sobre o assunto. Como jurista e antigo ouvidor da Audiência de Lima, Solórzano admitiu a

⁹¹ RODULFO CORTES, Santos. *El régimen de “las Gracias al Sacar”*..., pp. 115-116.

⁹² STUMPF, Roberta. Formas de venalidade de ofícios na monarquia portuguesa do século XVIII. In: STUMPF, Roberta; CHATURVEDULA, Nandini (Orgs.). *Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controle e venalidade (séculos XVII e XVIII)*. Lisboa: CHAM, 2012, pp. 279-298.

⁹³ Cf.: “Que no se admitan informaciones para que mestizos y mulatos sean escribanos, ni notarios”. 15 de noviembre de 1576 e 7 de junio de 1621. In: *Recopilación*..., T. 2, ley 40, tit. 8, lib. 5, fol. 184.

⁹⁴ Para uma análise que contempla diversos casos de notários e escrivães pardos do Panamá, ver: ESPELT-BOMBÍN, Silvia. *Notaries of color in colonial Panama*...

⁹⁵ Cf.: AGI, Panamá, leg. 49. 22 de junho de 1646.

existência de alguns escravos mulatos naquela cidade e advertiu que muitos deles haviam conseguido o ofício de forma ilegítima, “sin expresar su defecto”; já os despachados de forma regular “se les ha dispensado por composición a dinero”. O defeito referido pelo jurista era especificamente a ilegitimidade de nascimento, pois os mulatos “son de ordinario espurios o adulterinos”. Com base na legislação vigente para o Vice-Reino do Peru, sugeria que, caso algum mulato desejasse servir como escravo, deveria declarar esse “defeito” e ser dispensado dele pelo rei.

A resolução final ao caso de Manuel Grillo determinou que os mulatos não fossem admitidos aos ditos ofícios. No entanto, na prática, escravos e notários pardos continuaram a ser dispensados e despachados em diferentes espaços coloniais espanhóis. Seguiu-se, em linhas gerais, o que estava previsto na legislação do Peru e o que havia sido sugerido por Solórzano Pereira. Ou seja, era possível que um mulato ou pardo obtivesse o título de escravo e notário desde que declarasse o defeito e solicitasse dispensa. Esse foi o caminho seguido por dezenas de pardos. Na cidade do Panamá, o ofício de escravo e notário foi transformado em patrimônio de algumas famílias, constituindo uma tradição que passava de pais para filhos. Esse foi o caso da família Pérez, cujas dispensas obtidas ao longo dos anos foram referenciais para a construção de um campo de direitos aos pardos da cidade do Panamá. Miguel Pérez obteve despacho como escravo e dispensa da cor de mulato no ano de 1692; seu filho, Jorge Gerónimo Pérez, em 1725; seu outro filho, Juan de Dios Orencio Pérez, em 1746; o neto, Eusebio Joseph Gómez, foi dispensado por ser “pardo cuarterón” em 1745; o também neto, Pablo Josef de Peñaranda, obteve dispensa em 1793.⁹⁶ O caráter exemplar dos escravos Pérez foi instrumentalizado como justificativa para o pedido de dispensa “de pardo e ilegítimo” feito por Joseph Ventura de Medina no ano de 1751. No entanto, sua solicitação foi negada, provavelmente em função do *defeito* da ilegitimidade.⁹⁷

Embora a maior parte dos casos de escravos pardos se concentre na cidade do Panamá, é provável que em outras cidades com expressiva população de cor o mesmo padrão tenha se repetido. O próprio Conselho de Índias admitia a necessidade permanente do emprego de pardos nos ofícios de escravo e notário. Ao julgar o requerimento do cuarterón Bartolomé de Salazar, *vecino* de Portobelo, o fiscal do Conselho chamava a atenção para “la dificultad que en Cartagena, Panamá y Portobelo haya personas que, sin ser mestizos o mulatos, ejerzan el oficio de escribano, ha dispensado en todos tiempos la disposición de la

⁹⁶ Cf.: AGI, Panamá, leg. 154. 3 janeiro de 1745 e 21 de setembro de 1746; AGI, Panamá, leg. 289. 1793.

⁹⁷ Cf.: AGI, Panamá, leg. 154. 1751.

ley, que absolutamente los excluye”.⁹⁸ Como temos ressaltado, nas sociedades ibero-americanas, a maior ou menor flexibilidade das normas em relação à inserção dos libertos dependia da configuração de cada região. Tendencialmente, quanto maior a disponibilidade de brancos interessados em exercer certos tipos de ofícios, mais a legislação que excluía as castas seria endossada. Era nessas situações que a habilidade técnica adquirida por algumas famílias pardas poderia transformar-se em um diferencial nas lutas por funções sociais específicas.

Embora Juan de Solórzano observasse que as dispensas concedidas aos mulatos eram pagas já em meados do século XVII, durante muito tempo o seu valor não foi regulado. Na maior parte das dispensas percebe-se que o suplicante era obrigado a contribuir, mas o valor poderia variar de caso para caso. Na década de 1780, contudo, parece ter havido um consenso sobre o valor das dispensas. Assim, os pardos Francisco Homboni, *vecino* de Portobelo, e Luis Joseph de Paz, do Panamá, obtiveram suas dispensas da cor sob o pagamento de uma taxa pré-estabelecida.⁹⁹ Além da tradição das dispensas, os esforços da Coroa espanhola para elevar as rendas provenientes da América certamente impactavam no delineamento de medidas mais regulares quanto à cobrança pelas graças régias.

Além dos ofícios de escrivão e notário, a figura da dispensa da cor era necessária para o exercício da medicina e cirurgia. No entanto, distintamente do que aconteceu com os cargos da burocracia, nesse campo o recurso às dispensas não foi institucionalizado como uma prática recorrente, o que tornava incerta a possibilidade de sua obtenção. Os pardos requeriam a admissão ao exercício dessas “artes”, como eram denominadas na época, a partir da solicitação de licenças ou habilitações, sendo, portanto, mais raro que denominassem a operação como um pedido de dispensa da cor; já o Conselho de Índias tendia a empregar a noção de “dispensa” e a generalizar a cor como um “defeito”. Se as dispensas para a atuação como escrivão e notário eram relativamente mais acessíveis aos pardos, o mesmo não se verificava no caso da medicina e cirurgia. Três fatores de ordem geral explicam a diferença. A medicina, embora ainda não desfrutasse do *status* que lhe caracterizaria no mundo contemporâneo, era considerada uma arte e, portanto, estava acima dos ofícios mecânicos que aviltavam. Constituíam um campo disputado pelos segmentos sociais mais elevados, sobretudo porque a formação universitária garantia foro de nobreza. Por outro lado, o exercício da profissão estava subordinado às regulamentações e ingerências de uma corporação específica, os protomedicatos. Essas instituições, por sua vez, eram dominadas pelas elites, fossem *criollas* ou peninsulares. Por fim, observa-se que os pardos tendiam a expandir suas

⁹⁸ Cf.: AGI, Panamá, leg. 155. 8 de julho de 1758.

⁹⁹ Cf.: AGI, Santa Fé, leg. 286. 1784-1785; AGI, Panamá, leg. 286. 1786.

expectativas em se tratando da função de cirurgiões práticos, já que, mais do que solicitar licenças, eles buscavam a entrada de seus filhos nas universidades.

Os estatutos da Universidade de São Jerônimo, em Havana, excluía terminantemente de seus quadros qualquer pessoa que tivesse sido sentenciada pelo Santo Ofício ou sido escrava, o que era estendido para os descendentes: “Que cualquiera que tuviere alguna nota de infamia no sea admitido a grado alguno, ni tampoco negros, mulatos, ni cualquiera género de esclavo, ni que lo haya sido”.¹⁰⁰ Romper essa barreira constituía tarefa praticamente impossível aos indivíduos reconhecidos publicamente como pardos ou que fossem seus descendentes. No início da década de 1760, alguns pardos vislumbraram a possibilidade de ingresso de seus filhos na universidade. Desejavam que suas proles ascendessem no campo da medicina, deixando de ser práticos para se tornarem médicos formados.

No ano de 1760, Antonio Flores, comandante do batalhão de pardos de Havana, recorreu ao rei solicitando a habilitação para que seus filhos pudessem cursar medicina e cirurgia. Como vimos, não obstante a aplicação e bom procedimento de seu filho mais velho, o Conselho de Índias negou o pedido.¹⁰¹ No próximo ano foi a vez de Juan de la Cruz e Mena, natural de Santo Domingo e *vecino* de Bayamo, pleitear a entrada de seus seis filhos na universidade de Havana. O próprio Juan era professor de medicina e cirurgia em Bayamo, mas é provável que não tivesse formação universitária, pois em alguns documentos aparece identificado como “mestre cirujano”. O caso é marcado por duas versões distintas dos fatos. O pardo alegava que um de seus filhos havia cursado “farmacêutica” em Havana, mas que foi impedido pela universidade de concluir o processo. A universidade, por sua vez, negava a versão apresentada por Cruz e Mena, afirmando que o rapaz nunca havia sido admitido devido ao “defecto notório de su calidad, como que es el de mulato”.¹⁰² Embora a universidade acusasse Cruz e Mena de ter omitido a qualidade de “mulato” do filho, no memorial apresentado ao Conselho em 1761, ele admitia que sua família encontrava-se “sin aquella puridad y limpieza que las facultades liberales y muchos empleos de honor y carácter piden”. Por isso, pedia “se digne Su Majestad católica el dispensarles estos precisos defectos americanos”. O defeito que esse homem de cor relutava em expressar claramente era a vinculação de sua família com a escravidão, denotada por meio da qualidade de mulato de

¹⁰⁰ Cf.: Estatutos y Constituciones de la Real y Pontificia Universidad de San Geronimo, de la ciudad de la Habana. 30 de octubre de 1730. In: KONETZKE, Richard. *Colección de Documentos para la Historia...*, Vol. III, T. I, doc. 121.

¹⁰¹ Cf.: AGI, Santo Domingo, leg. 1455. 28 de fevereiro de 1760. In: KONETZKE, Richard. *Colección de Documentos...*, Vol. III, T. I, doc. 177.

¹⁰² Cf.: AGI, Santo Domingo, leg. 1357. 1761-1764.

seus filhos. Assim como seu contemporâneo Antonio Flores, Juan de la Cruz y Mena recebeu parecer negativo por parte do Conselho de Índias.

Em contraste com as demandas para o ingresso nas universidades, as solicitações para o exercício da cirurgia tendiam a receber acolhida mais positiva por parte do Conselho de Índias. Em 1760, Joseph Francisco Báez y Llerena tentava assegurar seu posto como cirurgião em Havana. Alegava que durante treze anos havia exercido essa função, fato reconhecido pelo protomedicato de Havana, principalmente em decorrência dos serviços prestados durante a guerra contra a Inglaterra.¹⁰³ No entanto, o próprio protomedicato passava a obstar sua permanência no ofício, alegando “no ser declaradamente hombre blanco”. Oriundo de uma família de pais brancos e mães de cor, defendia ser de “limpieza y origen como de padres españoles”. Para o Conselho, porém, Joseph padecia do “defecto de limpieza”, mas, ao mesmo tempo, sugeriu que “se le dispense el punto de limpieza que se nota a sus padres”.¹⁰⁴ Miguel Joseph de Avilés, natural de Bayamo e residente em Havana, igualmente foi impedido pelo protomedicato de continuar suas atividades como professor “del arte de cirugía” pelo motivo de “ser pardo”. Ele notou que durante a guerra contra os ingleses, já no contexto da Guerra dos Sete Anos, havia exercido sua “arte” “sin reparo de si era o no pardo”; além disso, lembrou ao Conselho da recente licença expedida para Joseph Francisco Báez y Llerena, homem “pardo libre” como ele próprio. Os argumentos foram bem recebidos e expediu-se cédula para que Miguel fosse “dispensado del defecto”.¹⁰⁵

A diferença de *status* entre um cirurgião prático e um médico com grau universitário explicam as resoluções distintas. A cirurgia, hierarquicamente inferior, era mais acessível aos homens de cor. Em Caracas, por exemplo, os pardos tinham permissão legal para atuarem como médicos práticos ou cirurgiões. Quando o protomedicato tentou excluí-los no início da década de 1790, a Coroa arbitrou a favor dos pardos. Situação oposta se dava no acesso às universidades, as quais, como ressaltado, eram espaços praticamente monopolizados pelas elites, que viam nos títulos universitários um caminho seguro para reforçar a nobreza já existente ou mesmo para adquirir essa condição. Por isso o acesso às universidades constituía uma das aspirações mais difíceis de ser concretizadas pelos pardos. Ao lado das universidades, a carreira eclesiástica apresentava-se igualmente como uma opção quase inatingível aos pardos; os motivos eram, em linhas gerais, os mesmos. Tratava-se de um

¹⁰³ Precisamente a chamada Guerra da Orelha de Jenkins (1739-1748), um desdobramento da Guerra de Sucessão espanhola e do Tratado de Utrecht (1713), que transformou o Caribe em um palco de guerra. Panamá, Cartagena, Santiago de Cuba e Panamá foram atacadas.

¹⁰⁴ Cf.: AGI, Santo Domingo, leg. 1455. 31 de janeiro de 1760.

¹⁰⁵ Cf.: AGI, Santo Domingo, leg. 1457. 30 de junho de 1763.

âmbito dominado pelas elites locais. Ademais, o rigor característico das provas de limpeza de sangue a que se submetiam os candidatos excluía, por princípio, os pardos de seus quadros, embora existissem exceções. Esse foi o caso do presbítero Pedro Carracedo, de Cartagena. Graças a uma dispensa régia, ele obteve o título de bacharel em filosofia pelo Seminário de San Bartolomé e o de doutor pela Universidad Tomística. No entanto, sua ascensão à posição de professor de filosofia do Seminário de São Carlos foi questionada devido à falta de limpeza de sangue que lhe imputaram pelo fato de ser mulato.¹⁰⁶

Embora a figura jurídica das dispensas fosse comum à cultura política ibérica, evidencia-se que seu emprego foi mais disseminado nos espaços hispano-americanos. Nestes, os pardos precisavam recorrer à dispensa para que pudessem exercer legitimamente qualquer ofício de maior prestígio. De outra parte, como vimos, os pardos da América portuguesa tinham acesso a uma gama mais diversificada de funções sociais – algumas delas praticamente inacessíveis aos seus pares hispano-americanos – e sem, necessariamente, terem que recorrer às dispensas. Esse era o caso dos pardos que atuavam como advogados e procuradores ou que estudavam na Universidade de Coimbra. Na América espanhola, por sua vez, a recorrência da prática das dispensas era uma resposta à rigidez e à formalidade dos entraves impostos à habilitação dos pardos e também era reforçada pelo Estado pelo fato de estar associada à venalidade. Em tais circunstâncias, a reiteração das dispensas produziu o efeito de cimentar o princípio do *defeito da natureza*, afirmando, desse modo, o estatuto jurídico dos pardos como um grupo inabilitado juridicamente.

3.4. O direito à habilitação nas sociedades ibero-americanas (c.1770-1808)

Nas últimas décadas do século XVIII, a transformação do *status* jurídico dos pardos livres emerge como algo factível nas sociedades ibero-americanas. Se tradicionalmente essas populações ocupavam um lugar social caracterizado por restrições legais e estigmas, torna-se possível, então, o vislumbre de um melhoramento desse lugar social e mesmo de algo impensável até o momento, a abolição das distinções entre pardos e brancos. A compreensão da questão requer que se considerem alguns fatores: os modelos de incorporação vigentes nas sociedades ibero-americanas ao longo do tempo; a atuação dos pardos junto ao Estado como um grupo de pressão; o processo de centralização monárquica fomentado pelas Coroas

¹⁰⁶ JARAMILLO URIBE, Jaime. Mestizaje y diferenciación social en el Nuevo Reino de Granada en la segunda mitad del siglo XVIII. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, v. 2, n. 3, pp. 21-48, 1965.

ibéricas durante a segunda metade do século XVIII; os tensionamentos ocasionados na ordem colonial a partir da década de 1790.

Na mesma época em que as discussões mais específicas sobre o estatuto legal dos pardos ganhavam força, os modelos tradicionais de incorporação social e política começavam a passar por alterações. No caso do império português, destacam-se medidas como o fim das restrições legais impostas aos indígenas americanos (1758), aos naturais da Índia (1761) e aos cristãos-novos (1773).¹⁰⁷ No caso do império espanhol, merece destaque sobretudo a habilitação dos oficiais mecânicos (1783).¹⁰⁸ Essas leis inserem-se no conjunto das chamadas reformas sociais, elaboradas com o fim de extinguir as barreiras legais existentes entre os grupos constituintes das sociedades ibéricas, ensejando um processo de homogeneização do corpo social. Para diversos historiadores, porém, essas reformas não foram concretizadas.¹⁰⁹

As tentativas de supressão de algumas formas de inabilitação coadunavam-se diretamente ao projeto de centralização política que as monarquias europeias buscavam fazer triunfar. Essas medidas, conseqüentemente, incluíram o tema das habilitações no rol dos assuntos coloniais e alargaram o campo de expectativas em relação ao que era possível. Nesse contexto, embora as exclusões legais imputadas à população livre com ascendência escrava tenham sido formalmente mantidas, isso não impediu que as discussões sobre a habilitação passassem a constituir um problema central que contribuiu, a seu modo, para a configuração do campo de tensões característico daquela época de transição.

As mudanças na forma de organização do poder monárquico, caso sejam encaradas como desvinculadas de outros processos em curso, não explicam a razão pela qual as discussões sobre a mudança de *status* jurídico dos pardos livres ganham peso somente em fins do século XVIII. Cabe, desse modo, analisar os diversos fatores relacionados ao fenômeno.

3.4.1. *O direito à habilitação: o caso espanhol*

¹⁰⁷ Uma discussão pormenorizada acerca dessa legislação pode ser consultada em: LIMA, Priscila de. *De libertos a habilitados*. Interpretações populares dos alvarás anti-escravistas na América portuguesa (1761-1810). Dissertação – Mestrado em História. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, 2011, pp. 20-29.

¹⁰⁸ GARCÍA GARROSA, María Jesús. La Real Cédula de 1783 y el teatro de la ilustración. *Bulletin Hispanique*, t. 95, n. 2, pp. 673-692, 1993.

¹⁰⁹ HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Reforma y disolución...*, p. 10; MATTOS, Hebe. A escravidão moderna nos quadros do Império português: O Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: BICALHO, M. F.; FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; TWINAM, Ann. Repensando las reformas sociales de los borbones en las colonias, siglo XVIII. *El Taller de la Historia*, Cartagena de Indias, v. 5, n. 5, pp. 5-32, 2013.

Se a habilitação possível aos pardos livres era tradicionalmente parcial, obtida por meio da dispensa da cor concedida individualmente para o exercício de ofício específico, a partir da década de 1770 começam a aparecer expectativas por dispensas ou habilitações integrais. É significativo que pardos de diferentes regiões tenham pleiteado privilégios gerais que levariam à transformação de suas condições jurídicas. Além disso, as demandas já não se restringiam à esfera individual, pois passaram a contemplar uma perspectiva familiar, incluindo filhos, esposas e, por vezes, a descendência do requerente. Nesses pedidos é possível identificar sob quais pontos de vista os pardos avaliavam os impedimentos legais aos quais estavam submetidos e quais as suas percepções acerca da posição social ocupada pelo grupo. Por outro lado, os pareceres produzidos sobre os casos trazem importantes indicações sobre as posturas seguidas pelo Conselho de Índias, administradores coloniais e pelos grupos locais de poder. A confrontação entre essas diferentes perspectivas permite reconstruir o quadro de tensões que envolvia o problema da inserção social e política dos pardos livres em fins do século XVIII.

No ano de 1772, o pardo Manuel Francisco Báez y Llerena, natural y *vecino* de Havana, solicitou ao rei

se digne dispensar todo defecto, mácula o imperfección que el suplicante y sus hijos tengan por su nacimiento, declarándoles hábiles y capaces para obtener cualquiera oficio y cargo público, sin embargo ni reparo alguno por su naturaleza, y mandar que no se les pueda impedir, ni a sus descendientes legítimos, la profesión de cualquiera ciencia en las universidades o estudios a que se inclinen y dediquen, ni el ejercicio en cualquiera facultad o ministerio respectivo a ella que obtengan, sin que con motivo de desigualdad se ponga impedimento al suplicante, su mujer e hijos.¹¹⁰

As justificativas alegadas por Manuel se concentravam em três argumentos: o precedente da dispensa concedida a seu irmão, Joseph Báez y Llerena, em 1760, os méritos individuais do requerente, e, por fim, a linhagem e mérito de seus ascendentes. Como vimos, Joseph havia sido dispensado para que pudesse dedicar-se à cirurgia, posição ameaçada pela objeção imposta pelo Protomedicato de Havana. Já os méritos de Manuel consistiam nos “arreglados costumbres” e na “aplicación a negocios forenses”. Devido ao valor dos serviços prestados em situações de guerra, salientou suas atividades durante o cerco britânico de 1762, relacionadas principalmente ao fornecimento de carne aos hospitais e fortalezas. No entanto, de todos os argumentos, o pertencimento familiar constituiu o aspecto mais destacado.

¹¹⁰ Cf.: AGI, Santo Domingo, leg. 1463. Madrid, 19 de setembro de 1772.

Embora a linhagem materna fosse parda, por parte de pai descendia de “hombres blancos españoles y todos tenidos por cristianos viejos”, cujos integrantes ocuparam cargos importantes. Mais destacada ainda era a família de sua esposa, María Gertrudis de Arrate, uma parda livre, filha natural do capitão e regidor Don Agustín Joseph Arrate. Manuel rogava para que o rei decretasse a legitimidade da paternidade da esposa para que ela e os filhos tivessem direito aos privilégios e imunidades do pai. Por fim, para que a habilitação da família fosse efetiva, pedia para que os registros de batismo de seus filhos fossem transferidos para os livros exclusivos aos espanhóis e que pudessem se casar com pessoas brancas.

Como podemos notar, o horizonte de Manuel era completamente informado pelos valores sociais vigentes, assentados na valorização da nobreza e no repúdio à vinculação com a escravidão. Ao avaliar o pedido, o Conselho de Índias julgou-o parcialmente marcado por “extrañezas y despropósitos” e, por isso, “excesivo” em alguns pontos. O fiscal do Conselho sugeria que Manuel adequasse a solicitação conforme os termos legais. Era preciso, em primeiro lugar, definir a natureza do pedido, se dependente da graça régia ou como consequência de mérito. Conforme o fiscal, as questões relativas à dispensa da natureza costumeiramente eram tidas como “atos meritórios”, ou seja, como “premio o remuneración de justicia”. No entanto, os méritos apresentados por Manuel não pareciam suficientes e, ao mesmo tempo, havia sido dirigido pela “via da graça”. Em segundo lugar, a pretensão poderia receber despacho favorável “si se modifica y ciñe a términos justos y legales, así como le tuvo la de su hermano Joseph Francisco Baez”.¹¹¹ O ajuste consistia em circunscrever o pedido precisamente à habilitação para o exercício de ofícios e o acesso às universidades, seguindo estritamente o que era reconhecido pela tradição das dispensas. Esses pontos eram considerados atendíveis pelo fiscal, pois as “ciencias y su estudio no deben limitarse (principalmente en la América) a determinada suerte de sujetos”. O fato de Manuel descender de espanhóis “limpios de sangre” igualmente sustentava a pretensão. Não obstante o parecer parcialmente favorável, a Câmara da Graça e Justiça, órgão pertencente ao Conselho de Índias, negou o pedido com o tradicional “no ha lugar”.

Em meados da década de 1780, Manuel voltaria a pleitear por uma graça, mas, dessa vez, o pedido era de caráter individual e para que pudesse exercer o ofício de escrevente público. Rogava para que o rei o dispensasse do “defecto de limpieza de sangre que padece, dejándolo tan hábil y capaz como si no la tuviera, para emplearse en lo mismo que hasta ahora”.¹¹² Seguia o que havia sido sugerido pelo fiscal, acreditando que as dispensas de

¹¹¹ Cf.: AGI, Santo Domingo, leg. 1463. Madrid, 26 de abril de 1773.

¹¹² Cf.: AGI, Santo Domingo, leg. 1471. Madrid, 14 dezembro de 1786.

caráter individual para o exercício de ofícios específicos eram mais plausíveis de serem despachadas favoravelmente. A estratégia foi bem recebida pelo fiscal, pois “parece muy conforme a las benéficas ideas del Soberano, el que por medio de semejantes honras se estimule a los vasallos y en cierto modo empeñe a que observen una conducta meritoria y sean más útiles a la sociedad”. Mais uma vez, no entanto, os conselheiros do Conselho de Índias deram parecer negativo à causa.¹¹³

Percebe-se que não havia um entendimento homogêneo entre os burocratas responsáveis pela análise dos pedidos de dispensa da cor, o que é evidenciado pelas discrepâncias entre os pareceres dos fiscais e as resoluções finais emitidas pelo Conselho de Índias. Ora, a regulamentação das dispensas estava em construção. Nesse sentido, embora as dispensas fossem um recurso político empregado pela Coroa como uma estratégia de controle social, havia incertezas quanto aos limites de seus efeitos legais. É provável que a dispensa familiar tenha sido recebida com receio pelos conselheiros, os quais sempre tinham em vista as turbulências que graças desse tipo poderiam causar nas localidades americanas. A oposição manifestada por corporações como as universidades à admissão de pardos em seus quadros é um bom termômetro para avaliar a questão. Lembremos que na década de 1760, os pedidos dessa natureza encaminhados por pardos cubanos haviam sido negados.

Outros casos da época demonstram a relutância do Conselho de Índias para com as dispensas ou habilitações familiares. Em fins do ano de 1782, um pardo da Guatemala denominado Bernardo Ramírez solicitava ao rei “declararle como a sus hijos y descendientes capaces de obtener cualesquiera de los empleos, honores y gracias que son propias a los españoles”.¹¹⁴ Pedia para que não lhe “obste, como ni a sus hijos y descendientes, la nota de tener en su linaje algún mulato o mulata, o no haber sido aquellos procreados de legítimo consorcio”. As informações sobre o requerimento constam na consulta emitida pelo Conselho de Índias no ano de 1783. Dez anos antes, a cidade da Guatemala havia sido completamente destruída por uma sequência de terremotos. Bernardo se destacou como um dos homens mais ativos no processo de reconstrução da antiga capital, pois era mestre de obras e fontaneiro. Os serviços prestados ao Estado configuravam os merecimentos alegados por ele para a obtenção da habilitação. Se no caso do cubano Manuel Báez aceitava-se sem questionamento a ideia de que os pardos padeciam da limpeza de sangue, no requerimento de Bernardo a postura era

¹¹³ Cf.: AGI, Santo Domingo, leg. 1471. Madrid, 20 fevereiro de 1787.

¹¹⁴ Cf.: AGI, Guatemala, leg. 411. Madrid, 17 de septiembre de 1783. In: KONETZKE, Richard. *Colección de Documentos...*, Vol. III, T. II, doc. 272.

distinta. A coluna vertebral de toda a argumentação baseava-se na confrontação entre o *status* de vassalo e as “notas de infecção” imputadas aos mulatos e seus descendentes.

A cultura política ibérica era a referência de base para o entendimento das relações entre os vassalos e o rei. Para o mestre de obras, “todo vasallo es igualmente necesario a la sociedad, motivo porque Vuestra Majestad [...] concede a todos en el fondo un mismo grado de estimación y aprecio, administrándoles con igualdad la justicia, no obstante que varíen las muestras exteriores de consideración, de que es buena prueba la Real cédula de 18 de marzo de este año”. A referida cédula era a lei responsável por declarar que os ofícios manuais não implicavam vileza para seus executores, “ni le inhabilita para obtener los empleos municipales de la República”. Considerando que o requerimento é de fins de 1782, provavelmente essa informação tenha sido incluída pelo fiscal do Conselho de Índias que analisava a causa. A informação, no entanto, é significativa por confirmar o discurso de Bernardo sobre o valor comum de todos os vassalos, independente das “mostras exteriores de consideração”. Tratava-se dos ecos da nova imagem do poder régio que os órgãos de estado buscavam fazer triunfar.

Para Bernardo, os merecimentos pessoais de cada vassalo constituíam o valor supremo das relações entre os vassalos e o Estado. Na América, no entanto, essa máxima era subordinada a outros critérios. Conforme alegava, todos aqueles que não fossem espanhóis eram reputados a partir de seus “ilegítimos caracteres”, sobretudo os mulatos, tidos como pertencentes às “malas razas”. Essas eram “notas inteligíveis”, mas que haviam assumido um papel tão importante na América, “como que a los que las tienen no se les reputa por vecinos o republicanos”. Negava a naturalidade dessas diferenças, acentuando que o “sistema” que imperava na América era artificial e introduzido “a causa del comercio europeo”. Presume-se que o tal comércio se referia ao tráfico de escravos, responsável pela infâmia gerada aos libertos e seus descendentes. Pedia ao rei para que “borre y suprima de una vez la infame nota que la vana existimación de los europeos ha extendido y conserva entre los mulatos, sus descendientes y aún los que se acercan a la blancura”.

Para o Conselho de Índias, embora o rei tivesse poder para “sacar a cualquier vasallo de la oscuridad de su nacimiento”, o ato requeria “motivos muy relevantes y singulares servicios”, o que não era o caso de Bernardo. Mais significativo para a negativa eram as “fatales consecuencias que semejante gracia podría ocasionar entre los españoles notorios y americanos de distinción”. Por isso, sugeria-se a concessão de “algún distintivo puramente personal”, como uma patente de oficial no batalhão de pardos, isenção de algum tributo, alguma recompensa monetária ou uma medalha. Fica claro que o Conselho não estava

propenso a estimular a habilitação geral dos pardos e que mantinha a tendência de as graças serem concedidas individualmente. Há um silenciamento notável acerca das considerações de Bernardo sobre as “infames notas”, indicando que o tema era potencialmente explosivo, assim como o eram as habilitações gerais que começavam a ser almejadas por alguns americanos pardos.

Poucos anos depois, novo requerimento para a habilitação era enviado à Espanha, mas, dessa vez, endereçado ao Conselho de Guerra. O requerente era um pardo *vecino* de Guayaquil chamado Bernardo Roca. Ele havia sido comandante do batalhão de pardos que, em fins da década de 1780, estava em processo de extinção. Bernardo, porém, ainda não tinha plena ciência dessas transformações. Por isso pedia o posto de coronel agregado do mesmo batalhão e que seus filhos fossem condecorados com os postos de cadetes. Além das posições na hierarquia militar, buscava assegurar para ele e seus filhos o enobrecedor título de Don e que ele pudesse exercer “cualquiera empleo de República”. Dizia que a qualidade de pardo era “denigrativa en el público concepto”, razão pela qual encontrava-se inabilitado “contra todo derecho y razón para obtener en la república los oficios honoríficos de ella”.¹¹⁵ De certo modo, Roca questionava a validade legal da inabilitação dos pardos, pois a qualidade era tomada como infamante sobretudo pela opinião vulgar; em sua perspectiva, os pardos merecedores da graça régia não deveriam ser incluídos nas proibições gerais.

Embora fosse apoiado pelo presidente da Audiência de Quito, Bernardo não obteve sucesso na empreitada. O caso foi avaliado pelo vice-rei de Nova Granada, José de Ezpeleta, autor do plano de reforma militar responsável por transformar as milícias do interior do vice-reino em corpos urbanos. Ezpeleta não foi nem um pouco conivente com a solicitação, julgando-a “disparatada en todas sus partes [...] y le juzga acreedor a que se le repreenda por haberla hecho en unos términos tan irregulares”.¹¹⁶ Propunha que Roca fosse condecorado unicamente com a medalha da real efígie, um distintivo destinado a premiar os oficiais pardos e morenos. O parecer de Ezpeleta foi acolhido e ordenou-se expedição da medalha. Bernardo, porém, era um grande comerciante de cacau e, em 1809, ele aparecia designado como Don. Certamente a promulgação das *Gracias al Sacar* (1795) lhe proporcionaram a aquisição do almejado *status*.

Se os pardos de Havana, Guatemala e Guayaquil viram suas pretensões malogradas, o encaminhamento da questão na Venezuela tomaria rumos diferentes. Os protagonistas, nesse caso, eram membros de algumas das mais ativas famílias de cor de Caracas. No ano de 1788,

¹¹⁵ Cf.: AGS, leg. 7077, 28. 1788-1790.

¹¹⁶ Cf.: AGS, leg. 7077, 28. 5 de agosto de 1790.

Juan Gabriel de Landaeta e Diego Mejías Bejarano enviaram requerimentos para o Conselho de Índias buscando a habilitação de suas famílias. Os Landaetas e Bejaranos eram ligados por laços de parentesco e promoveram uma verdadeira campanha em favor da habilitação de suas proles. As ações desses dois pardos desencadeariam uma série de reações contestatórias por parte das elites *criollas*, representadas sobretudo pelo cabildo, instaurando uma crise que se estenderia até o início dos movimentos juntistas após a invasão da Espanha pelas tropas de Napoleão. As discussões surgidas em decorrência do contexto específico de Caracas informariam de modo particular a condução dos debates imperiais sobre a situação jurídica e social dos pardos.

Juan Gabriel Landaeta rogava ao rei “[...] que a los hijos, nietos y demás familia del suplicante no les sirva de impedimento la diferencia de color para alternar y contraer matrimonio con los blancos de estado llano, para entrar y profesar en cualquier religión aprobada y para vestir habitos clericales, seguir estudios, ascender a las órdenes sagradas”.¹¹⁷ Os méritos do solicitante, assim como de sua família, concentravam-se nas atividades ligadas às milícias, pois os Landaetas contavam com uma longa tradição de serviços militares, os quais remontavam ao final do século XVII. Além disso, sustentava que a família não tinha vínculos com a escravidão e que todos eram filhos de relações legítimas, sacramentadas pela Igreja. Como vimos, a escravidão e a ilegitimidade eram condições infamantes e, portanto, inabilitadoras. Lamentava-se das restrições sofridas pela família, pois “la preocupación vulgar que reina contra las personas de color haya de privarles del establecimiento decoroso a que son dignos”. As “preocupaciones”, tanto do “vulgo” como das “personas instruidas”, “hacen a todos los de color vario indignos de la sociedad y de la participación de honores públicos”. Assim como defendido por Bernardo Ramírez e Bernardo Roca, julgava que os impedimentos legais imputados às pessoas de cor não passavam de “preocupaciones” e, portanto, eram insuficientes para sustentar a inabilitação dos pardos.

Para Diego Mejías Bejarano, além da habilitação geral para seus filhos e descendentes, interessava particularmente que o filho mais velho, Diego Lázaro, pudesse “vestir hábitos clericales y recibir las sagradas ordenes” para assumir uma capellanía¹¹⁸ deixada por uma tia, Rafaela Landaeta. No caso de Diego, reconhecia-se a ligação com a escravidão, mas os registros de batismo da família comprovavam que essa vinculação estava afastada no tempo. Além disso, todos eram provenientes de relacionamentos legítimos. Se, no caso de Juan

¹¹⁷ Cf.: Petición de Juan Gabriel de Landaeta de 14 de febrero de 1788. In: RODULFO CORTES, Santos. *El régimen de “las Gracias al Sacar...”*, Tomo 2, pp. 71-72.

¹¹⁸ Cf.: Petición de Diego Mejías Bejarano de 22 de julio de 1793. In: RODULFO CORTES, Santos. *El régimen de “las Gracias al Sacar...”*, Tomo 2, p. 38.

Gabriel de Landaeta, os principais méritos eram oriundos das milícias, na retórica construída por Diego Mejías destacavam-se as atividades no âmbito religioso. A família era uma das principais financiadoras da igreja de Altagracia, que abrigava a irmandade ou *cofradía* dos pardos. Era, portanto, um importante centro de sociabilidade para os pardos de Caracas.

As notícias sobre as pretensões dos pardos provocaram reações imediatas entre as elites *criollas* de Caracas, que recorreram ao rei por meio do cabildo. Tinha início uma luta burocrática que se estenderia por anos, chegando até a independência como um problema político fundamental para o delineamento daqueles acontecimentos. O discurso defendido pelo cabildo contra a habilitação dos pardos se manteria homogêneo ao longo do tempo e era articulado principalmente a partir de três argumentos: a manutenção das diferenças entre brancos e pardos como o fundamento da ordem social; a legitimidade da legislação tradicional que classificava as *castas* como um grupo infame e inabilitado; os riscos da habilitação parda para a estrutura social. Ao lado das questões relativas à ordem jurídica e social, acionava-se uma série de estigmas tradicionalmente associados aos pardos como meio de inferiorizar o grupo.

Os protestos locais contra as pretensões dos pardos envolveram, de um lado, o cabildo e, de outro, a audiência de Caracas, respectivamente representantes dos interesses locais e do poder central. Em um primeiro momento, o cabildo não tinha certeza quanto ao teor exato dos requerimentos e ao número de pessoas envolvidas. Em uma das primeiras cartas enviadas para Madrid, seus membros diziam haver um rumor geral na cidade sobre a questão, razão pela qual sentiam-se profundamente ofendidos em suas prerrogativas já que o cabildo não havia sido informado de nada.¹¹⁹ Na representação seguinte, as informações estavam mais claras e sabia-se que os responsáveis pelas demandas eram integrantes das famílias Bejarano e Landaeta. O cabildo alegou que os funcionários da audiência haviam agido de forma independente, autorizando o envio dos requerimentos sem que o primeiro fosse consultado.¹²⁰ Nessas missivas, procuravam vincular os pardos à escravidão e à ilegitimidade, defendendo os efeitos nocivos para a ordem social caso aqueles fossem autorizados a casar com pessoas brancas e ascender às ordens religiosas. O ponto central do argumento é que os casamentos

¹¹⁹ Cf.: Representación del cabildo de Caracas de 13 de octubre de 1788. In: RODULFO CORTES, Santos. *El régimen de "las Gracias al Sacar..."*, Tomo 2, pp. 32-35.

¹²⁰ Cf.: Representación del Cabildo de Caracas de 8 de junio de 1789. In: RODULFO CORTES, Santos. *El régimen de "las Gracias al Sacar..."*, Tomo 2, pp. 36-38.

entre brancos e pardos conduziriam a uma situação de indefinição das posições sociais, promovendo a quebra das diferenças entre nobres e plebeus.¹²¹

Embora os oficiais da Audiência de Caracas fossem acusados pelo Cabildo de incentivarem as demandas dos pardos, no informe elaborado pelos ouvidores da instituição as opiniões não destoavam, em linhas gerais, do que era defendido pelo cabildo. Em que pese a confirmação da atuação dos pardos nas milícias e do afastamento geracional em relação à escravidão, os ouvidores instruíam o rei acerca das possíveis consequências que se seguiriam ao deferimento favorável às demandas dos pardos. Julgavam que a questão traria “gravísimas consecuencias”, pois existiam muitas famílias nas mesmas condições que os Landaetas, as quais estariam “esperando el suceso de su pretensión para alegar este ejemplar en favor suyo”. Passariam a poder casar com pessoas brancas e exercer funções e empregos tradicionalmente reservados a esse grupo. Tais posições sociais “caerían en vilipendio si Landaeta obtuviese la gracia que solicita contra las leyes fundamentales del gobierno de estos Reinos”.¹²² O que estava em causa era a tensão existente entre a concessão de dispensas ou habilitações individuais e a expansão da possibilidade de mudança de *status* para a generalidade dos pardos. Esse foi o grande dilema que marcou as discussões sobre as dispensas da cor no mundo hispano-americano de fins do século XVIII e início do XIX.

Apesar dos protestos do cabildo e das admoestações da Audiência, o Conselho de Índias não hesitou em atender parte das aspirações dos pardos. Ainda em 1789, Diego Mejías Bejarano recebeu parecer favorável à dispensa dos impedimentos de seu filho e o reconhecimento da posse da capellanía. Em 1793, nova ordem do Conselho reforçava a dispensa da qualidade concedida a Diego Lorenzo e a habilitação para tornar-se presbítero.¹²³ Os méritos familiares, a legitimidade, o afastamento da escravidão e o fato de não ser neófito foram fundamentais para a resposta positiva. A medida não destoava do que era tradicionalmente praticado pela Coroa, ou seja, concessão de dispensa individual para o exercício de um ofício ou posição específica.

No início da década de 1790, o Conselho de Índias e a Coroa relutavam em conceder dispensas familiares e habilitações gerais. No entanto, embora não se disponha de dados quantitativos acerca das demandas dessa natureza, os exemplos existentes apresentaram potencial para transformar o campo de expectativas dos pardos. Exemplo claro nesse sentido é

¹²¹ Cf.: Acta del Cabildo de Caracas de 6 de octubre de 1788. In: RODULFO CORTES, Santos. *El régimen de “las Gracias al Sacar...”,* Tomo 2, pp. 73-76.

¹²² Cf.: Informe de la Real Audiencia de Caracas de 19 de mayo de 1789. In: RODULFO CORTES, Santos. *El Régimen de “las Gracias al Sacar...”,* Tomo 2, pp. 76-77.

¹²³ Cf.: Certificado de 26 de agosto de 1793. In: CORTES, Santos. *El Régimen de “las Gracias al Sacar...”,* Tomo 2, pp. 39-41.

a circulação em Caracas das notícias sobre os requerimentos dos pardos. É plausível imaginar que o assunto fosse de interesse de muitos indivíduos que se encontravam nas mesmas condições que Diego Mejías e Juan Landaeta. Os oficiais da Audiência de Caracas sugeriam essa situação. Desse modo, passava a ser possível aspirar mais do que dispensas individuais para o exercício de algum ofício específico. A questão que se coloca é por que nesse momento alguns pardos passam a vislumbrar essa alternativa. A resposta, longe de ser objetiva e definitiva, relaciona-se com diferentes fatores.

Em fins do século XVIII, muitas famílias pardas já não partilhavam das condições que tradicionalmente inabilitavam o grupo, pois algumas estavam relativamente afastadas da escravidão e eram provenientes de relações sacramentadas pela Igreja; seus membros integravam as milícias e, por isso, mantinham vínculos políticos mais estreitos com o Estado; muitos pardos contavam com significativo grau de instrução; algumas famílias haviam alcançado níveis econômicos mais sólidos. Conjuntamente a esses fatores, a tradição secular das dispensas da cor certamente contribuiu para a mudança de expectativa. Elas legitimaram a ideia conforme a qual os reis tinham o poder para transformar a natureza dos vassallos que fossem beneméritos, máxima constantemente reforçada por pareceres régios ou de seus representantes.

3.4.2. *Das dispensas individuais à habilitação total dos pardos: o impacto das gracias al sacar*

Em 10 de fevereiro de 1795 promulgou-se as chamadas *Gracias al Sacar*, uma lista com setenta e uma mercês que poderiam ser adquiridas pelos súditos americanos mediante o pagamento de quantias determinadas por lei. A partir desse momento, podia-se comprar a dispensa da qualidade de pardo por 500 *reales de vellón* e a de quinterón por 800. Pouco tempo depois, em 1801, os valores da lista foram reajustados, resultando em uma elevação dos valores referentes às dispensas da cor, as quais chegam a 700 e a 1.100 *reales de vellón*, respectivamente. Esse mecanismo consagrava de um modo específico o reconhecimento da dispensa do “defeito da natureza” ou da “qualidade” de pardos, quarterones e quinterones, prática que, como vimos, remontava ao início do século XVII. Ao discorrer sobre as *gracias al sacar*, Rodolfo Cortes afirmou que sua promulgação constituiu uma evolução lógica de práticas correntes, deslocando-as de “uma marginalidade eventual para a categoria de figura específica incorporada ao sistema jurídico geral”. No entanto, sua formalização não significou

a modificação do sistema jurídico tradicional, pois, do contrário, elas deixariam de ter sentido. Por isso, o mecanismo não deve ser interpretado como reflexo de um possível anseio por parte da Coroa para transformar a estrutura social. Nas palavras de Cortes, as *gracias al sacar* foram “concebidas como uma isenção para indivíduos prominentes del reino” e visavam canalizar recursos financeiros para a Coroa.¹²⁴

Os significados das *Gracias al Sacar* também foram analisados por Ann Twinam em livro recente sobre o processo de mobilidade social das *castas* no mundo hispano-americano.¹²⁵ A historiadora sustenta que a possibilidade da “compra do branqueamento” por pardos e quinterões não foi resultado de uma política deliberada da Coroa para melhorar o *status* desses grupos. Antes, ao inventariarem as graças que tradicionalmente eram vendidas nas Índias, os funcionários da Fazenda identificaram as dispensas da cor como uma prática bem assentada e, por isso, essa mercê foi incluída na lista de 1795. Assim, as dispensas de pardo e quinterão não teriam um sentido especial, mas figurariam como uma alternativa a mais para angariar recursos ao tesouro régio. Twinam defende, no entanto, que o longo processo de mobilidade social vivenciado pelas *castas* foi fundamental para a consolidação das dispensas da cor como uma prática relativamente estável e, por consequência, determinou sua inclusão nas *gracias al sacar*.¹²⁶

Mais do que compreender as causas para a inclusão das dispensas da cor nas *gracias al sacar*, interessa-nos particularmente pensar o impacto dessa medida para as discussões sobre o *status* legal dos pardos em fins do século XVIII e início do XIX. Objetiva-se, portanto, analisar o caráter político associado ao fenômeno. Em artigo do início da década de 1950, ainda hoje referencial, James King sugeriu que a promulgação e manutenção das *gracias al sacar* pela Coroa espanhola relacionava-se não somente à questão monetária, uma vez que os fatores de ordem política eram igualmente importantes. Para o historiador, a Coroa buscava promover quatro objetivos principais: recompensar o “mérito individual” de alguns indivíduos de cor; cooptar as lideranças de cor, afastando-as de seu próprio grupo social; garantir a lealdade dos agraciados e, por fim, sustentar o poder central a partir do controle das pretensões das elites *criollas*.¹²⁷ Tendo em vista a análise desenvolvida até aqui, as sugestões

¹²⁴ RODULFO CORTES, Santos. *El régimen de “las Gracias al Sacar”...*, Tomo 1, pp. 105-108. Tradução livre.

¹²⁵ A autora faz um balanço das principais interpretações conferidas às *gracias al sacar* pela historiografia elaborada por pesquisadores norte-americanos e hispano-americanos. TWINAM, Ann. *Purchasing whiteness: pardos, mulatos and the quest for social mobility in the Spanish Indies*. Stanford: Stanford University Press, 2015, pp. 3-34.

¹²⁶ TWINAM, Ann. *Purchasing whiteness...*, pp. 29-31.

¹²⁷ KING, James. The case of Jose Ponciano de Ayarza: a documento on Gracias al Sacar. *The Hispanic American Historical Review*, v. 31, n. 4, pp. 640-647, 1951, p. 644.

são razoáveis, embora seja possível matizar a ideia de cooptação das elites pardas. A concessão de mercês a indivíduos que, de fato, podem ser tidos como uma elite no interior do heterogêneo grupo das *castas*, não implicava necessariamente uma ruptura total com o grupo social do qual eram oriundos. Ela funcionava também como um mecanismo de controle social por meio do exemplo, demonstrando para os demais que a adoção de comportamentos regrados, a fidelidade à Coroa e a prestação de serviços ao Estado geravam condições para o reconhecimento régio. Não por acaso essa ideia era reforçada nos pareceres do Conselho de Índias e na própria argumentação dos pardos.

Mas a faceta política ligada às *gracias al sacar* vai além do fomento aos mecanismos de controle social. A lei expandiu os limites da discussão sobre as formas de incorporação da população parda. Como vimos, antes de sua promulgação alguns questionamentos sobre a condição jurídica dos pardos já circulavam de forma pontual. A ideia conforme a qual os impedimentos legais originavam-se de “preocupações” vulgares é um indício importante da emergência dessas manifestações. No entanto, as *gracias al sacar* constituem um ponto de inflexão por permitirem que a questão se deslocasse das tradicionais dispensas individuais para a possibilidade de habilitação total dos pardos. O fenômeno não foi previsto pelas instituições responsáveis por formalizar a lista de 1795, ou seja, pela Secretaria da Fazenda e pela Câmara da Graça e Justiça, e se transformou logo em um relevante problema de política imperial.

O impasse gerado pelas *gracias al sacar* decorreu da margem interpretativa deixada pelo texto legal, o qual limitava-se a informar apenas o valor de cada dispensa, sem prever, por isso, suas implicações práticas. Para o cabildo de Caracas, era “cierto que dispensados los pardos y quinterones de la calidad de tales, quedarían habilitados entre otras cosas para los oficios de República propios de personas blancas [...] igualándose con los blancos y gentes principales y de mayor distinción en la República”.¹²⁸ As *gracias al sacar* foram duramente questionadas pelas elites *criollas* de Caracas desde o momento em que as ordens para sua publicação chegaram na América. Representadas por instituições como o cabildo e a universidade de Caracas, os grupos estabelecidos pressionaram para que fossem abolidas as cláusulas atinentes à compra da dispensa de pardos e quinterones disponíveis aos *outsiders*. Não obstante estarem ligados ao contexto politicamente conturbado da Província de Caracas, os protestos originados na Venezuela foram fundamentais para o encaminhamento das

¹²⁸ Cf.: Acta del Cabildo de 14 de abril de 1796. In: RODULFO CORTES, Santos. *El régimen de “las Gracias al Sacar”*..., Tomo 2, p. 87.

discussões sobre o impacto das *gracias al sacar* em relação à condição jurídica dos pardos na América espanhola.

A oposição do cabildo caraquenho era tamanha, que a corporação recusou-se expressamente a publicar as notícias sobre a nova graça régia, entendida como “cosa peligrosísima y de consecuencias muy fatales a Vuestra Majestad y a sus vasallos”.¹²⁹ A decisão foi defendida em uma longa missiva enviada para Madrid, na qual rogava-se pela imediata suspensão da real cédula. Vale a pena transcerver parte do discurso, pois ele evidencia os significados das *gracias al sacar* a partir da perspectiva das elites *criollas*:

Supone el Ayuntamiento que la dispensación de la calidad de pardos y quinterones que ofrece la Real Cedula es capaz de toda la ampliación que recibe la gracia por su naturaleza: y dar por hecho que un pardo dispensado de su calidad queda apto para todas las funciones que le prohíben las leyes del Reino, y para todas las que han sido hasta ahora propias de un hombre blanco limpio en estas Indias [...] Este tránsito considerado en la Real Cédula tan fácil que se concede por una cantidad pequeña de dinero, es espantoso a los vecinos y naturales de América [...] como que nunca se atreverían a creer como posible la igualdad que les pronostica la Real Cédula.¹³⁰

Em que pese o caráter sucinto da lei, para os membros do cabildo não havia dúvidas de que as dispensas da qualidade de pardo e quinterón teriam impacto sobre toda a estrutura social. Embora as *gracias al sacar* fossem explicitamente exceções às regras, para eles a ordem régia alteraria a configuração da legislação indiana, tornando os pardos “iguais” aos brancos. Nesse sentido, tocava-se num ponto central: as *gracias al sacar* derogariam os estatutos de limpeza de sangue. Como sabemos, o ideário da pureza de sangue era referencial para a construção e manutenção da posição social subordinada ocupada pelas *castas* e era empregado por diferentes corporações para justificar a exclusão dos mulatos de seus quadros. Vimos que a impureza de sangue atribuída aos mulatos tinha associação direta com a escravidão, aspecto continuamente ressaltado pelo cabildo ao afirmar que os pardos, mulatos ou zambos “proceden precisamente de los negros esclavos” e, por isso, eram de “origen infame”.¹³¹

A interpretação das *gracias al sacar* como um decreto que igualava brancos e mulatos não foi exclusividade da Venezuela. Na Capitania Geral de Cuba, apenas alguns meses após a

¹²⁹ Cf.: Informe del Ayuntamiento de 28 de noviembre de 1796. In: RODULFO CORTES, Santos. *El régimen de “las Gracias al Sacar”*..., Tomo 2, pp. 91-92.

¹³⁰ Cf.: Informe del Ayuntamiento de 28 de noviembre de 1796...

¹³¹ Cf.: Informe del Ayuntamiento de 28 de noviembre de 1796..., p. 93.

publicação das *gracias*, começavam a circular notícias sobre uma ordem régia que promovia a equiparação os mulatos. Em decorrência dos rumores recebidos desde Havana, a publicação das novas cédulas foi suspensa em Santiago de Cuba durante alguns dias. Os temores não eram infundados. Em agosto de 1795, descobriu-se uma conspiração de negros e pardos livres na vila de Bayamo e arredores. Conforme o denunciante, um miliciano pardo chamado Pedro Calunga, o movimento tinha como objetivo entregar uma petição coletiva para o tenente de governador da jurisdição para exigir que a lei que igualava os mulatos com os demais *vecinos* fosse cumprida. A ideia era a de que as autoridades locais e os fazendeiros da região estavam mantendo a lei em segredo, o que tornava necessária a articulação de um movimento armado para forçar a aplicação da nova lei. Após algumas investigações, chegou-se ao miliciano pardo Nicolás Morales como o cabeça do movimento. Em seu depoimento, porém, a versão dos fatos foi outra. Afirmava que os verdadeiros articuladores eram dois *vecinos* brancos, pertencentes a uma das principais famílias da região, e que a reivindicação pretendia a extinção de alguns impostos como o da alcabala.

A ênfase das investigações, no entanto, recaiu sobre as aspirações da população de cor livre. Em comunicação com o ministro de estado conde de Campo Alanje, o governador de Santiago de Cuba, Juan Bautista Vaillant, informava suspeitar que as notícias sobre as *gracias al sacar* fossem realmente o motor da conspiração. Lembrava ao ministro dos acontecimentos em Saint-Domingue, chamando a atenção para as “*conmociones de la gente de color [...] para igualdad de los mulatos con los blancos*”. O anseio pela igualdade poderia ter sido central também nos acontecimentos cubanos, pois “*si la dispensación la tomaron por igualdad [...] no sería extraño que un error en el modo de concebir estas gentes, les atrajese a otro error*”.¹³² Para Vaillant estava claro que as dispensas da qualidade de pardo previstas na cédula de 1795 não decretavam a igualdade entre pardos e brancos. A relação entre compra da dispensa e acesso à igualdade constituiria um equívoco interpretativo dos mulatos, os quais, assim como seus contemporâneos de Saint-Domingue, almejavam a igualdade. O certo é que a circulação da mesma ideia em Havana e em Bayamo demonstra a existência de um campo interpretativo comum em relação aos significados das *gracias al sacar*.

Em uma época marcada por acontecimentos como a Revolução Francesa e a Revolução de Saint-Domingue, a eclosão de discussões sobre a igualdade entre mulatos e brancos soava particularmente preocupante. O cabildo de Caracas atentava para as

¹³² *Apud* GARCÍA RODRÍGUEZ, Gloria. La resistencia: la lucha de los negros contra el sistema esclavista, 1790-1845. In: GONZÁLEZ-RISPOLL, M. D.; NARANJO, C.; FERRER, A.; GARCÍA, G.; OPATRNY, J. *El Rumor de Haití en Cuba: Temor, Raza y Rebeldía, 1789-1844*. Madri: CSIC, 2004, pp. 287-290. Grifo meu.

“circunstancias políticas del tiempo” para embasar as reações perante os efeitos da dispensa da qualidade de pardos e quinterones prevista na cédula de 1795; para Juan Bautista Vaillant, os eventos em Saint-Domingue indicavam a seriedade do assunto.

Se para o governador de Santiago de Cuba era evidente que a dispensa da qualidade de pardo e quinterón não significava o acesso à igualdade, para o cabildo de Caracas a percepção era totalmente oposta. Com isso, ironicamente, o cabildo foi um dos responsáveis pelo alargamento dos significados das dispensas, associando-as diretamente à igualdade entre pardos e brancos. É notável que os protestos contra as *gracias al sacar* promovidos pelas elites *criollas* de Caracas não tenham tido paralelo em outras regiões americanas. O lugar de destaque assumido por Caracas deveu-se a múltiplos fatores. Como se observou no primeiro capítulo, pardos e brancos constituíam os principais grupos sociais em termos quantitativos, com superioridade numérica para os primeiros. O predomínio dos pardos tinha impacto direto na configuração das possibilidades econômicas disponíveis ao grupo. Seus membros dominavam o artesanato e o pequeno comércio; além disso, esses trabalhadores foram afetados positivamente pelo crescimento econômico vivenciado pela Venezuela ao longo do século XVIII em decorrência das exportações de cacau.¹³³

Por outro lado, a concentração da população parda nas principais cidades da Província de Caracas permitiu a formação de laços sólidos de interdependência e sociabilidades. A consolidação de um autêntico grupo de pressão é indicada pela existência do “grêmio dos pardos” de Caracas, corporação que atuava em favor dos interesses do grupo em diversos assuntos. A construção dessa identidade comum deu-se a partir de três espaços de sociabilidades, quais sejam, o mundo do trabalho artesanal, as irmandades e as milícias. Estas últimas ocupam lugar de destaque no processo, aspecto constatado tanto pelas elites *criollas* como pelos próprios pardos. Isso porque os serviços militares prestados desde fins do século XVII permitiram o desenvolvimento de uma representação coletiva dos pardos como servidores leais do Estado, o que ao longo do tempo enfraqueceu as concepções pejorativas sobre o caráter do grupo. Nesse sentido, a formação de três batalhões no contexto das reformas militares da década de 1770 constituiu um marco no processo de consolidação do grupo como um ator coletivo significativo. Ressalte-se que, diferentemente de outras regiões hispano-americanas, os três batalhões encontravam-se localizados em regiões relativamente próximas, o que aumentava o peso e a capacidade organizativa da coletividade parda

¹³³ GÓMEZ, Alejandro. Las revoluciones blanqueadoras elites mulatas haitianas y "pardos beneméritos" venezolanos, y su aspiración a la igualdad, 1789-1812. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* – Coloquio, 2005; LANGUE, Frédérique. La pardocracia o la trayectoria de una “clase peligrosa” en la Venezuela de los siglos XVIII y XIX. *El Taller de la Historia*, v. 5, n. 5, pp. 105-123, 2013, pp. 110-111.

integrada nas milícias. No Vice-Reino de Nova Granada, por exemplo, a extensão do território, as dificuldades de comunicação entre as diversas regiões e a predominância das milícias de “*todos colores*” dificultariam a formação de identidades coletivas entre a população de cor, reduzindo-se as chances de uma articulação coletiva como a existente na Capitania Geral da Venezuela.¹³⁴ Já na Capitania Geral de Cuba, como observado diversas vezes, a superioridade numérica da população branca, a configuração das elites *criollas* e as maiores possibilidades de aplicação de mecanismos de controle social sobre a população de cor igualmente limitavam o espaço de atuação dos pardos como um grupo de pressão.

Portanto, em Caracas era possível aos pardos combater as pretensões exclusivistas das elites *criollas* e, ao mesmo tempo, pressionar a Coroa para o recebimento de privilégios e honras. Ao longo dos anos, o grupo obteve importantes conquistas, tais como a proibição de serem chamados de mulatos, o direito ao foro militar, o direito de usarem perucas em cerimônias públicas, o direito de exercer a cirurgia e a autorização para a instituição de uma escola para crianças pardas; embora suas milícias tenham perdido alguns privilégios na década de 1790, as elites *criollas* nunca conseguiram fazer triunfar o projeto para extinguí-las. Diante desse quadro, as tensões sociais que tradicionalmente marcaram as relações entre brancos e pardos tomaram a forma de confronto aberto, o que desestabilizou o equilíbrio de poder até então vigente. A face mais evidente dessa crise se revelaria na conjuntura de independência da Venezuela, originando o que na época se chamou de *guerra de colores*.¹³⁵

As tensões entre o poder central e as elites *criollas* constituíram outro complicador do ambiente social de Caracas. Por meio do cabildo, essas elites resistiam às tentativas de interferência do poder régio nos assuntos da Província como, por exemplo, o estabelecimento de novos impostos e a investidura de cargos relevantes exclusivamente em peninsulares. Essas tensões foram aprofundadas a partir da segunda metade do século XVIII, sobretudo com a instauração da audiência de Caracas (1786), dominada por funcionários oriundos da Espanha.¹³⁶ As discussões sobre os pedidos de habilitação dos pardos em fins da década de 1780 e a promulgação das *gracias al sacar* envolveram particularmente essas duas instituições. O Cabildo acusava a Audiência de apoiar as pretensões dos pardos, argumentando que as diferenças entre pardos e brancos eram ignoradas pelos europeus.

¹³⁴ HELG, Aline. *Liberty and Equality in Caribbean Colombia, 1770-1835*. The University of North Carolina Press, 2004, pp.100-101.

¹³⁵ CONDE CALDERÓN, Jorge. Ciudadanos de color y revolución de Independencia o el itinerario de la pardocracia en el Caribe Colombiano. *Historia Caribe*, Barranquilla, v. 14, pp. 109-137, 2009; THIBAUD, Clément. La ley y la sangre. La “guerra de razas” y la constitución en la América bolivariana. *Almanack*, n. 1, pp. 5-23, 2011.

¹³⁶ MAGO DE CHÓPITE, Lila; HERNÁNDEZ PALOMO, José. *El cabildo de Caracas (1759-1821)*. Sevilla: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 2002, pp. 33-36.

Acusavam um ouvidor em especial, Don Francisco Ignacio Cortines, considerado “protector” dos pardos. Por isso solicitavam ao rei a substituição dos ministros da Audiência.¹³⁷

Os conflitos entre o Cabildo e a Audiência demonstram que as discussões envolvendo as dispensas da cor relacionavam-se diretamente à problemática do crescimento do poder régio em fins do século XVIII. Desse modo, os debates sobre o *status* legal dos pardos podem ser pensados como componentes importantes das mudanças políticas em curso na época. A análise dos interesses conflitivos que envolviam a questão permite que se tenha uma visão mais clara sobre o campo de tensões que emergiu nesse momento, o qual contribuiu a seu modo para o desenvolvimento de uma expectativa pela transformação parcial dos modelos de incorporação política vigentes até então. Pardos e elites *criollas* ocupavam os extremos desse campo de tensão e, entre eles, situavam-se diversos setores da administração colonial, incluindo o alto escalão representado pelo Conselho de Índias.

Devido à margem interpretativa deixada pela cédula de 1795, os significados das dispensas da qualidade de pardo e quinterão não estavam plenamente definidos, transformando as *gracias al sacar* em objeto de disputas. Da parte dos pardos, a lei era lida, em primeiro lugar, como o reconhecimento régio da lealdade e merecimentos de indivíduos pardos e suas famílias. Conforme o “grêmio dos pardos” de Caracas, a intenção do rei era “proporcionarles medios de salir del estado de abatimiento y vileza en que se hallan constituidos, elevándolos a la clase de vasallos, útiles y honrados”.¹³⁸ Denunciavam as atitudes do cabildo, pois se mostrava determinado a obstruir as leis régias, “sin otra justa causa que una opinión equivocada, contraria a la conocida lealtad de los suplicantes”. Conforme a representação, era de conhecimento público que o cabildo pressionava para que a Coroa revogasse a real cédula de 1795 e para que os suplicantes não pudessem ascender ao sacerdócio. Os pardos, por sua vez, defendiam a medida e procuravam minar os argumentos apresentados pelo cabildo explorando as tensões existentes entre essa instituição e o rei. Questionavam principalmente a tese de que a lei traria prejuízos para a “orden política” por “confundir las castas y colores”. Ressaltavam a audácia do cabildo em questionar uma ordem régia: “como podrá persuadir el Ayuntamiento que así V. M., como los sabios e autorizados ministros que componen vuestro Consejo, no tuvieron presente los inconvenientes y dificultades que ponderan?”.¹³⁹

¹³⁷ Cf.: Informe del Ayuntamiento de 28 de noviembre de 1796..., pp. 96; 98; 104-105.

¹³⁸ Cf.: Representación del gremio de pardos libres de 9 de junio de 1797. In: RODULFO CORTES, Santos. *El régimen de “las Gracias al Sacar”*..., Tomo 2, pp. 119.

¹³⁹ Cf.: Representación del gremio de pardos libres de 9 de junio de 1797..., pp. 119-120.

Para o grêmio dos pardos, não havia inconveniente algum nas “dispensas del color”, pois elas não afetariam os privilégios dos *criollos* brancos. Antes, elas trariam benefícios à sociedade, proporcionando “los medios de que se enlacen y unan entre si, llegando a formar y constituir con el tiempo una sola y única familia”.¹⁴⁰ Referiam-se genericamente ao exemplo das “nações cultas”, que, apesar de manterem alguma distinção a favor dos grupos dominantes, não estabeleciam uma “inmensa distancia” entre os colonos para que pudessem formar um “interés comun que aseguren la paz y tranquilidad”. Os pardos demonstravam plena consciência do papel central que desempenhavam na manutenção da ordem colonial e não titubearam em usar isso em benefício próprio. Por isso defendiam que as *gracias al sacar* eram resultado, por um lado, da “humanidade” do monarca e, por outro, do “interesse do Estado”. Em uma espécie de ameaça dissimulada, refletiam sobre os efeitos da possível derrogação da lei sobre os pardos: “que aliciente u estímulo bastante poderoso se les podrá ofrecer para que abracen sus intereses y los defiendan como propios? Esta reflexión hace ver la sabiduría que encierra la disposición de la Real Cédula”.¹⁴¹

A relação entre as dispensas da cor e a dimensão política das sociedades coloniais é incontestável. Impunha-se à monarquia a difícil tarefa de administrar o mundo colonial de modo a equilibrar as tensões potencialmente desestruturantes. O reconhecimento das dispensas da cor como uma alternativa prevista por lei enquadra-se no conjunto de ações fomentadas pela Coroa com esse fim, embora na maioria das vezes não seja possível pensá-las como produtos de políticas homogêneas e deliberadas.

Não obstante os protestos do cabildo de Caracas, Diego Mejías Bejarano e Juan Gabriel de Landaeta foram agraciados com as dispensas da cor. As ordens régias referentes às concessões expressam a centralidade dos méritos familiares e pessoais. Portanto, para se obter a dispensa não bastava possuir a quantia indicada para a compra, mas era necessário que os requerentes comprovassem serem merecedores da graça régia. Por isso os requerimentos costumavam ser acompanhados por muitas páginas de certificações e testemunhos sobre a conduta do requerente e de sua família, bem como sobre os serviços prestados ao Estado.

Nas cédulas de dispensa, nem sempre estava claro se a graça incluía somente seu portador ou se era extensiva à família. No caso de Diego Mejías Bejarano, por exemplo, constava “hayan y tengan por dispensado de la calidad de pardo”.¹⁴² No entanto, o texto legal ressaltava os merecimentos de toda a família, dando margem para a interpretação que todos

¹⁴⁰ Cf.: Representación del gremio de pardos libres de 9 de junio de 1797..., p. 120.

¹⁴¹ Cf.: Representación del gremio de pardos libres de 9 de junio de 1797..., p. 120.

¹⁴² Cf.: Real Cedula por la cual se dispensa la calidad de pardo a Diego Mejías Bejarano. Madrid, 12 de julio de 1796. In: RODULFO CORTES, Santos. *El régimen de “las Gracias al Sacar”*..., Tomo 2, pp. 42-43.

teriam direito. Como vimos, em 1793 seu filho Lorenzo já havia sido agraciado com a permissão para ascender ao sacerdócio. Já a ordem régia sobre Juan de Landaeta era explícita quanto à habilitação para ele e toda a família, autorizando o acesso às ordens religiosas e o casamento com pessoas brancas que não fossem nobres. A situação de Landaeta era peculiar, pois em seu primeiro informe alegava ser *leopardo*, de casta mestiça. A designação de mestiço era empregada normalmente para os filhos de brancos e indígenas e legalmente eles não eram considerados impuros de sangue. Essa provável tentativa de burlar a lei não passou despercebida ao cabildo, que procurou invalidar o requerimento defendendo que Landaeta descendia de escravos. Na ordem régia aludia-se às consultas de todos os órgãos envolvidos, as quais “contradiziam” a pretensão. Os desacordos, porém, não foram suficientes para obstruir a habilitação.¹⁴³

As contestações manifestadas pelo cabildo caraquenho ainda no ano de 1796 foram analisadas em consulta do Conselho de Índias em 20 de setembro de 1797, por meio da qual se identificou que os protestos decorriam da “mala inteligencia que se había dado a dicha real cedula” pelo cabildo e por outras pessoas. A consulta deu origem a ordem régia de 10 de agosto de 1797, que procurava esclarecer qual era a função das dispensas da cor previstas pelas *gracias al sacar*. Atestava que não seriam concedidas “dispensas o habilitaciones que no recaigan sobre servicios y motivos justos y calificados, y en terminos que no sean de temer aquellos inconvenientes”.¹⁴⁴ Com a ordem régia, mantinha-se a vigência das dispensas e, ao mesmo tempo, rejeitavam-se os requerimentos do cabildo. O texto legal, como era habitual, deixava margem para todo tipo de interpretação, determinando que os conselheiros do Conselho de Índias fossem os responsáveis exclusivos por avaliar se os pedidos eram dotados ou não de serviços e motivos justos e qualificados. Nenhuma palavra, portanto, sobre a abrangência das dispensas, se destinadas exclusivamente a indivíduos ou se poderiam ser extensivas para as famílias, como aconteceu no caso de Diego Mejías Bejarano e Juan Gabriel de Landaeta; se habilitavam completamente ou apenas para o exercício de ofícios específicos, como era costumeiro. O tema, porém, continuava a ser motivo de avaliação.

Após essa determinação régia, pedidos de dispensa continuaram a ser encaminhados ao Conselho de Índias. Eles podem ser divididos em duas categorias: dispensas individuais que poderiam objetivar permissão para o exercício de ofícios específicos ou solicitações coletivas que incluíam a família do requerente. Em maio de 1798, Manuel Antonio Gutiérrez

¹⁴³ Cf.: Real Cedula de 15 de setembro de 1797. In: RODULFO CORTES, Santos. *El régimen de “las Gracias al Sacar”*..., Tomo 2, pp. 78-79.

¹⁴⁴ Cf.: AGI, Panamá, leg. 291. 11 de setembro de 1798; AGI, Caracas, leg. 378. 18 de novembro de 1799.

y Leon, *vecino* da cidade de Portobelo, nela comerciante, recorria ao rei a fim de receber a dispensa da qualidade de pardo e carta de legitimação. Ele era filho natural de um homem branco e de uma crioula livre, alguém nascido de uma relação não sacramentada pela Igreja. No entanto, havia sido reconhecido pelo pai publicamente, o que lhe estimulou a pedir o reconhecimento legal da paternidade. Seus méritos, além do bom comportamento, decorriam da aplicação no comércio e como pequeno agricultor de cacau; alegava ter contribuído financeiramente com a manutenção das Tropas estacionadas em Portobelo. A marginalidade econômica da cidade constituiu condição importante para que os pardos dispusessem de melhores oportunidades de ascensão social se comparados com pardos de regiões mais dinâmicas economicamente e, por isso, mais inflacionadas em termos de concorrência entre os grupos sociais. Em uma palavra, a qualidade mais importante que lhe conferia merecimento era o fato de ser um “individuo útil a la Sociedad y al Estado”. O parecer ao caso, no entanto, foi suspenso em decorrência das avaliações que tramitavam no Conselho devido aos protestos de Caracas.¹⁴⁵

Antonio José de Lima, *vecino* da cidade do Panamá, dedicava-se ao ofício de escrivão, sendo oficial maior da secretaria do cabildo da cidade. Atestava dedicar-se ao “ejercicio de la pluma desde sus primeros años”, o que lhe conferia todas as qualificações técnicas necessárias para o desempenho da função. No requerimento enviado em dezembro de 1801, embora indicasse ser filho natural, não fazia menção a qualquer tipo de dispensa por conta desse impedimento. Além disso, silenciou sobre sua qualidade, pois era filho de uma quarterona livre, tal como evidenciado no assento de batismo. O pedido foi negado, pois, conforme o fiscal do Conselho, para exercer o ofício necessitava ser previamente dispensado dos impedimentos e habilitado, pagando por cada dispensa.¹⁴⁶ Na mesma época, outro pardo do Panamá apresentou demanda para ser dispensado a fim de ser “tenido, reputado y estimado por persona blanca”. Matias Jose Borbua era oficial segundo da contadoria da cidade. A posição ocupada estava sendo questionada por supostamente ser pardo, aspecto negado pelo requerente. O caso foi julgado com um “no ha lugar por ahora”, pois o veredito final dependia do informe do governador do Panamá para que explicasse “porque un sujeto que es pardo fue tenido por escribano sin pasar por interrogatorios de naturaleza”.¹⁴⁷

Por cédula de 27 de dezembro de 1802, Domingo Arevalo, *vecino* de Caracas, recebia dispensa para que pudesse dedicar-se legitimamente à cirurgia. Praticava o ofício desde o ano

¹⁴⁵ Cf.: AGI, Panamá, leg. 291. 1798-1799.

¹⁴⁶ Cf.: AGI, Panamá, leg. 292. 1801-1802.

¹⁴⁷ Cf.: AGI, Panamá, leg. 293. 1803.

de 1785 no Hospital Militar de Caracas, experiência que lhe rendeu boas certificações, as quais foram fundamentais para o êxito da demanda. A família Arevalo integrava o “grêmio dos pardos” de Caracas e estava enlaçada matrimonialmente com outras famílias, como os Landaetas. Além disso, seu pai, Pedro Arevalo, havia construído uma sólida carreira militar como capitão. Todos esses fatores, somados aos atestados de bom comportamento, garantiram que o pedido fosse aprovado. Porém, observava-se que a dispensa era “para solo el efecto de que pueda ejercer la cirugía”.¹⁴⁸ Igualmente merecedor da graça régia, Jose Antonio de Salas, *vecino* de Santiago de Cuba, porém, teve seu pedido de dispensa para habilitação ao ofício de escrivão suspenso por tempo indeterminado. Salas cumpria todos os requisitos necessários para obter aquilo que pretendia: era instruído, experiente no ofício, tinha bons costumes, seu pai era um reconhecido servidor do Estado como capitão do batalhão de pardos, era filho legítimo e dominava os idiomas francês e inglês. Não obstante, desde 1803, as concessões do título de escrivão e notário dependiam de certificados que atestassem a falta desses profissionais na região, o que não era o caso de Santiago de Cuba. Por isso o pedido foi negado. Porém, o despacho do Conselho sugeria que Salas poderia apresentar novo requerimento, solicitando a dispensa da cor para algum outro fim. No entanto, Salas insistia na posição como escrivão e, desse modo, o pedido não obteve resolução, indicando-se que deveria ser despachado futuramente.¹⁴⁹

Se, em linhas gerais, as dispensas para o exercício de ofícios não geravam muitos problemas, pois seguiam o que era tradicionalmente praticado, a situação era completamente distinta no caso de demandas coletivas. Vimos anteriormente que essa modalidade não contou com muitos exemplares durante as décadas de 1770 e 1780. Porém, após a promulgação das *gracias al sacar* e das resoluções favoráveis concedidas às famílias de Diego Mejías Bejarano e Juan Gabriel Landaeta, pedidos dessa natureza ganharam novo impulso. Não por acaso há uma concentração evidente desses casos na Capitania Geral da Venezuela.

Em algumas situações, maridos brancos recorriam ao rei pleiteando dispensas da qualidade de pardo para suas esposas e filhos. Esse foi o caso de Don Pedro Rodríguez de Argumedo, subalterno das Caixas Reais e secretário de governo da Ilha de Trinidad. Conforme alegava, corria pela cidade o rumor de que sua esposa, Doña Angela Inés Rodríguez, descendia de pardos e, por isso, temia que seus filhos pudessem sofrer algum tipo de restrição. Honra, limpeza de ofícios, exercício da religião cristã e bons costumes eram as

¹⁴⁸ Cf.: Real Cedula de 27 de diciembre de 1802. In: RODULFO CORTES, Santos. *El régimen de “las Gracias al Sacar”*..., Tomo 2, pp. 171-172.

¹⁴⁹ Cf.: AGI, Ultramar, leg. 18. 1804-1807.

qualidades apresentadas para legitimar o pedido. A instância recebeu parecer favorável por cédula régia de 26 de novembro de 1796.¹⁵⁰ Também Don Nicolás Francisco Yañez, *vecino* da cidade de Coro, solicitou a dispensa da qualidade de pardo para sua esposa, doña María Nicolasa Garcés, e para os filhos. Conjuntamente aos méritos do chefe da família, administrador subalterno dos correios da cidade, destacava-se a participação do casal durante a sublevação de negros, zambos e mulatos ocorrida em 1795. A instância era apoiada pessoalmente pelo governador e capitão general de Caracas, situação bem diferente da vivenciada pelos pardos Landaetas e Bejaranos. O despacho régio emitido em 17 de junho de 1798 concedia a graça pretendida.¹⁵¹

O caraquenho Domingo Arevalo, no ano seguinte ao de sua dispensa para o exercício da cirurgia, apresentava novo requerimento, mas dessa vez para ele e mais quatro irmãs com seus respectivos filhos. Tratava-se agora de um pedido de dispensa seguido de habilitação completa: “para que puedan entrar en religión, vestir hábitos clericales, ascender al Sagrado Orden Sacerdotal [...] contraer matrimonio con blancos del estado llano”. Pautava-se nas resoluções favoráveis às demandas de Diego Mejías Bejarano e Juan Gabriel Landaeta. Para o fiscal do Conselho de Índias, os méritos alegados por Arevalo não eram suficientes para gerar a mesma graça concedida a seus conterrâneos, pois se baseava unicamente nos serviços militares prestados por seu pai durante trinta e cinco anos como capitão do batalhão de pardos. O fiscal alertava sobre as consequências caso o pedido fosse despachado favoravelmente. Para ele, “inúmeros” pardos encontravam-se nas mesmas condições e, portanto, teriam direito à dispensa, levando à “confusión de clases y los perjuicios que el Ayuntamiento de Caracas ha reclamado con tanto vigor”. Não obstante, o parecer dos conselheiros foi oposto, indicando pela concessão das “mismas gracias que a Landaeta”. Mais uma vez, a possibilidade de habilitação ampla era confirmada como algo factível.¹⁵² Ao fim, a habilitação foi confirmada.

Nos anos de 1806 e 1807, dois novos requerimentos da Capitania Geral da Venezuela chegaram ao Conselho de Índias. Don Martín de Aristimuño e Francisco de la Cruz Marques, ambos da Província de Cumaná, buscavam a dispensa da qualidade de pardos e a habilitação total da família. Embora Aristimuño fosse um homem branco, sua família encontrava-se “inhabilitada para la profesión de aquellos estudios y carreras en donde los blancos contraen

¹⁵⁰ Cf.: Petición de Don Pedro Rodríguez de Argumedo, de 6 de octubre de 1796; Real Cedula dispensando la calidad de pardo a favor de Doña Angela Inés Rodríguez, de 26 de noviembre de 1796. In: RODULFO CORTES, Santos. *El régimen de “las Gracias al Sacar”*..., Tomo 2, pp. 115-118.

¹⁵¹ Cf.: AGI, Caracas, leg. 378. 1799-1800.

¹⁵² Cf.: Informe de la Camara de 28 de septiembre de 1803. In: RODULFO CORTES, Santos. *El régimen de “las Gracias al Sacar”*..., Tomo 2, pp. 172-175.

los más distinguidos méritos para con el público”.¹⁵³ Por sua vez, Francisco de la Cruz solicitava dispensa da qualidade de pardo para ele e toda a família, “para que no le sirva de impedimento esta diferencia o nota de color para el uso, trato, alternativa para entrar en religión, cursar letras en medicina, vestir hábitos clericales, ascender al sacerdocio”.¹⁵⁴ Para muitos pardos, a inabilitação jurídica à qual estavam submetidos já não se justificava. Embora não fosse possível questionar completamente o sistema social vigente, indícios de uma leve erosão começavam a aparecer: “sin ofender la sabiduría de los legisladores que dictaron justísimamente por regla general la diferencia entre los vasallos de varios colores, puede lisonjearse el solicitante de no merecer la desventura de su familia, porque ninguna de las razones políticas que exigen la regla, versa con respecto de la mujer e hijos del exponente”.¹⁵⁵

Assim como Aristimuño, tantas outras famílias pardas já não se encaixavam nas justificativas que embasavam a legislação excludente, motivo pelo qual pressionavam o Estado para serem tomadas como exceções. O grande problema de fins do século XVIII e início do XIX era que as exceções eram muitas. Administradores coloniais ressaltavam constantemente essa dimensão, a exemplo do fiscal que deu parecer ao caso de Domingo Arevalo. As dispensas familiares e as habilitações gerais transformaram essas tensões em problemas políticos efetivos, pois, embasadas por uma determinação régia, deram lugar a um campo de embates.

Don Joseph María Cowley, *vecino* de Havana, não obstante defender ser branco, suplicou a dispensa do “defecto” de pardo, “a fin de poder, y sus sucesores, ejercer los encargos y comisiones que las desempeñan personas blancas del estado llano”. Para o fiscal que julgou o caso, tratava-se de um pedido de dispensa geral ou “indefinidamente”, uma “habilitación perpetua a toda una familia”. Julgava não ser a intenção régia conceder uma graça dessa magnitude por “tan corto servicio”. As dispensas previstas nas *gracias al sacar* estariam destinadas a prover “determinado cargo particular para cuyo goce le obste la calidad de pardo”. Resoluções contrárias trariam inconvenientes para a América, onde abundavam “las castas diferentes”, significando “una revocación general de las leyes y estatutos que requieren limpieza de sangre para servir ciertos empleos, y entrar en las iglesias catedrales, universidades, colegios y cabildos [...]”.¹⁵⁶ Buscando resolver o impasse, a Câmara indicava que a dispensa deveria ser concedida apenas para Joseph, negando a habilitação familiar.

¹⁵³ Cf.: AGI, Caracas, leg. 395. 1806-1807.

¹⁵⁴ Cf.: Representación de 12 de marzo de 1806; petición de 26 de septiembre de 1807. In: RODULFO CORTES, Santos. *El régimen de “las Gracias al Sacar”*..., Tomo 2, pp. 260-265.

¹⁵⁵ Cf.: AGI, Caracas, leg. 395. 1806-1807.

¹⁵⁶ Cf.: AGI, Santo Domingo, leg. 1493. 1797.

Com as *gracias al sacar*, a dispensa da qualidade de pardo transformou-se em objeto de disputa entre os diversos grupos sociais envolvidos. As visões eram opostas e, por isso, conflitivas. A questão que se colocava era: afinal, as dispensas levavam a uma habilitação geral do agraciado e sua família ou apenas habilitavam para o exercício de ofício específico, tal como praticado tradicionalmente? Como vimos, para o Cabildo de Caracas as dispensas conduziam à equiparação entre brancos e pardos; já para Juan Bautista Vaillant, governador de Santiago de Cuba, elas não igualavam os dois grupos; para o fiscal que julgou a solicitação de Joseph María Cowley, estava claro que as dispensas não garantiam a habilitação total. As querelas envolvendo um presbítero mulato de Cartagena no início do século XIX demonstram de forma clara o campo de embates sobre os efeitos das dispensas.

Pedro Carracedo era bacharel pelo Seminário de San Bartolomé e doutor pela Universidade Tomística, tendo chegado ao presbitério por meio de dispensa régia. Os problemas relacionados à sua ascendência começaram quando ele candidatou-se para a cátedra de filosofia do seminário de San Carlos, ou seja, objetivava tornar-se professor em um renomado seminário dominado pelas elites *criollas*. Concorria à vaga com outros três doutores, Bernardo Garay, Juan José Sotomayor y José de los Santos, os quais se mobilizaram para que Carracedo fosse excluído do concurso em decorrência da falta de limpeza de sangue. Os dois lados em disputa defendiam suas aspirações a partir dos critérios considerados mais legítimos e convenientes. Para o presbítero mulato, importava ressaltar os méritos pessoais, a formação universitária sólida e os bons costumes. Procurava demonstrar que as normas tradicionais poderiam ser modificadas pela vontade régia como meio de recompensar súditos que se destacavam por seus talentos e serviços prestados ao Estado. Defendia a existência de uma tradição régia conforme a qual os ofícios e honras deveriam ser concedidos prioritariamente de acordo com os merecimentos pessoais e menos pelas qualidades de nascimento. Na perspectiva de seus opositores, porém, os merecimentos pessoais não eram suficientes, pois as instituições americanas exigiam de seus integrantes “la circunstancia de descender de padres españoles, limpios de toda mala raza”. Assim, pautados nas normas vigentes na América, solicitavam a exclusão de Carracedo, pois “los grados que por sí solos ennoblecen al que los recibe llenándolos de los privilegios de la nobleza y eximiéndolos de la condición de los plebeyos, no se confieren, ni deben conferirse, a personas de esa clase”. Admitiam que existisse a possibilidade evocada pelo mulato, ressaltando, porém que ela era

totalmente dependente da intervenção régia, “como acaeció con el doctor José Ponciano Ayarza”.¹⁵⁷

Do ponto de vista dos brancos, os pardos poderiam ser isentados das exclusões legais exclusivamente por meio do poder régio. Porém, cada nova aspiração necessariamente implicava um novo pedido de dispensa. Assim, para que Carracedo pudesse concorrer ao posto de professor, ele deveria pleitear pela dispensa de seus defeitos. Tratava-se, antes de tudo, de um artifício para barrar a candidatura do presbítero pardo, mas os argumentos eram legítimos dentro da lógica que informava a cultura política da época. O caso de Joseph Ponceano de Ayarza referenciado pelos oponentes de Carracedo demonstra o funcionamento prático das dispensas após 1795.

Como vimos, a busca da família Ayarza pela dispensa e habilitação iniciou-se pouco tempo antes da publicação das *gracias al sacar*. Em janeiro de 1795, o capitão Pedro Antonio e Ayarza, *vecino* de Portobelo, Vice-Reino de Nova Granada, requereu o título de Don e a habilitação para que seus filhos pudessem graduar-se na Universidade de Santa Fé. Na ordem régia de 16 de março de 1797, Joseph Ponceano de Ayarza, o filho mais velho, foi dispensado da qualidade de pardo e obteve autorização para graduar-se.¹⁵⁸ No entanto, o título de Don e a dispensa para os filhos mais novos não foram autorizados. Durante os primeiros anos do século XIX, o capitão pardo voltaria a pleitear a concretização desses objetivos, insistência que produziu centenas de páginas de atestações e pareceres sobre o fenômeno da dispensa. Em requerimento de 1802, Pedro Antonio retomou todos os argumentos que faziam dele um vassalo merecedor das graças régias, destacando-se sobretudo suas atividades na milícia por ocasião das guerras contra franceses e ingleses durante a década de 1790 e as contribuições monetárias oferecidas para a manutenção das tropas regulares. Admitia que, apesar da negativa à habilitação de seus filhos mais novos, Pedro Crisólogo e Antonio Nicanor prosseguiram com os estudos do direito civil e canônico, mas, ao fim do processo, foram impedidos de graduar-se. Para o capitão pardo, suas demandas estavam sendo obstadas por seus opositores: “parece que todas han perecido en manos de los enemigos”. No entanto, o exemplo da habilitação do filho mais velho o fazia acreditar na clemência régia, que, como “padre universal” poderia conferir-lhes a graça almejada. Assim pedia a “habilitación

¹⁵⁷ *Apud* JARAMILLO URIBE, Jaime. Mestizaje y diferenciación social en el Nuevo Reino de Granada en la segunda mitad del siglo XVIII. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, v. 2, n. 3, pp. 21-48, 1965.

¹⁵⁸ Cf.: AGI, Panamá, leg. 293; Real Cedula de 16 de marzo de 1797. In: RODULFO CORTES, Santos. *El régimen de “las Gracias al Sacar”...*, Tomo 2, pp. 124-126.

correspondiente para obtener los grados en la Universidad de Santa Fe [...] con la declaración de la distinción del Don para mi y mis hijos”.¹⁵⁹

Pouco tempo antes, o agora graduado Joseph Ponceano de Ayarza, doutor em jurisprudência, recorreu ao rei solicitando licença para atuar como advogado. Em 25 de setembro de 1803, recebe parecer favorável, acompanhado ainda do título de Don. Para o fiscal que analisou o caso, Ponceano estava totalmente habilitado ao recebimento dessas graças, pois havia sido dispensado pelo rei. Nesse caso, a dispensa recebida habilitou-o completamente. Já a situação em relação ao pai e irmãos era avaliada de forma diferente. Embora Pedro Antonio contasse com atestações de pessoas influentes em Santa Fé, incluindo professores e o reitor da Universidade, para o fiscal seu requerimento não deveria ser atendido. Ignorando a esmerada educação recebida pelos dois rapazes durante os anos que permaneceram na capital do Vice-Reino, bem como o dispêndio de recursos financeiros por parte do pai, o fiscal sugeria que eles estavam em condição, por ainda serem jovens, de “emprender otra carrera, y los conocimientos que han tomado pueden servirles en cualquiera otro destino”.¹⁶⁰

O funcionário régio seguia as regras que tradicionalmente legitimavam o lugar social ocupado pelas *castas* na América. Afirmava que “no conviene fomentar que los pardos se hagan letrados, dejando la agricultura y el comercio, que son ejercicios más análogos a su condición y de mayor utilidad privada y pública”. Além disso, referenciava a legislação que proibia os mulatos de exercerem os ofícios de escrivão e notário como uma justificativa para os impedimentos relacionados também às universidades. Por fim, sugeria que a concessão do título distintivo de Don aos pardos confundiria “las castas con los blancos”.¹⁶¹ Em uma palavra, as dispensas familiares tinham potencial para desestruturar a organização social americana.

Como costumava ocorrer, os conselheiros da Câmara emitiram parecer contrário, indicando que o rei poderia dispensar Pedro Antonio de Ayarza e seus dois filhos, desde que o caso não servisse de precedente às demais famílias pardas. Não obstante, a resolução régia seguiu as sugestões do fiscal, negando o título de Don e a habilitação para a graduação na Universidade de Santa Fé.¹⁶² O processo se estenderia com novas apelações por parte de Pedro Antonio, chegando em 1808 ainda sem resposta.

¹⁵⁹ Cf.: AGI, Panamá, leg. 293. Portobelo, 12 de outubro de 1802.

¹⁶⁰ Cf.: AGI, Panamá, leg. 293. Madrid, 9 de julho de 1803.

¹⁶¹ Cf.: AGI, Panamá, leg. 293. Madrid, 9 de julho de 1803.

¹⁶² Cf.: AGI, Panamá, leg. 293. Madrid, 17 de agosto de 1803.

Na mesma época em que as demandas de Pedro Antonio de Ayarza eram analisadas pelos integrantes do Conselho de Índias, a cidade de Caracas voltava a ser movimentada pelos embates entre as elites *criollas* e os pardos. Diego Mejías Bejarano, dispensado e portador do socialmente elevado título de Don, via obstados os seus planos para o filho primogênito, Lorenzo. O problema agora era a resistência apresentada pela Universidade de Caracas em relação à admissão de seu filho. Tinha início um novo embate entre as elites *criollas*, dessa vez representadas pela Universidade, e os pardos, o qual se estenderia ao longo dos anos de 1803 e 1805. Estava em jogo, mais uma vez, a autonomia das corporações e a ingerência do poder régio. No centro das discussões, as interpretações sobre os significados das dispensas da cor.

Tão logo a primeira recusa da universidade foi informada, Diego Mejías Bejarano levou a questão para o Conselho de Índias. Para ele, as dispensas eram uma “expresa habilitación en las leyes de estas Indias”, “un beneficio que los augustos predecesores de Vuestra Majestad quisieron hacer extensivos a todos sus vasallos de semejante circunstancias”.¹⁶³ Ou seja, as dispensas tornavam seus portadores completamente habilitados para a admissão ao baixo sacerdócio, às uniões matrimoniais com pessoas brancas que não eram nobres e, também, à universidade. Por sua vez, é plausível imaginar que a graduação levaria ao desempenho da profissão escolhida assim como ocorreu com Joseph Ponceano de Ayarza. Exatamente o que previam algumas autoridades coloniais. Nas palavras de Diego Bejarano, a dispensa garantia aos pardos isenção perante as leis americanas. Respalado nessa interpretação, solicitava que Lorenzo e seus outros filhos fossem admitidos, “sin agravarlos, calumniarlos, ni ofenderles por la accidental diferencia de su color”.

Do ponto de vista da Universidade, as dispensas concedidas aos pardos não tinham poder para alterar as normas que regiam a instituição. Estas exigiam que seus alunos fossem limpos de sangue, qualidade ausente nos pardos devido ao vínculo com a escravidão. A infamia da escravidão e a origem ilegítima dos pardos eram as duas principais justificativas legais que embasavam a inabilitação do grupo para “cursar y condecorarse con el bachillerato y doctorado”.¹⁶⁴ Desse modo, buscava-se impor limites aos efeitos da dispensa da cor, ressaltando sua validade apenas para a habilitação dos pardos aos quadros do baixo clero e ao casamento com pessoas brancas do estado comum.

¹⁶³ Cf.: Instancia de Diego Mejías Bejarano de 20 de octubre de 1803. In: RODULFO CORTES, Santos. *El régimen de “las Gracias al Sacar”*..., Tomo 2, p. 199.

¹⁶⁴ Cf.: Carta da Universidade de 6 de octubre de 1803. In: RODULFO CORTES, Santos. *El régimen de “las Gracias al Sacar”*..., Tomo 2, pp. 188-197.

Com o desenrolar dos eventos de *Saint-Domingue*, as dispensas da cor ganharam novos significados políticos. Particularmente nas regiões caribenhas, a Revolução que culminou na formação da segunda República das Américas transformou de modo significativo o campo de possibilidades para o futuro.¹⁶⁵ A quebra da ordem colonial na ilha francesa tornou claro aos contemporâneos que a estabilidade dos sistemas políticos já não era certa. Para as elites *criollas* de Caracas, o exemplo de *Saint-Domingue* tinha potencial para minar o modelo de incorporação societária tradicionalmente vigente no mundo espanhol. Se as dispensas isoladamente já eram percebidas como uma fonte de desestruturação social, os acontecimentos da época tornavam essa possibilidade ainda mais factível. Lembremos que, ainda em 1795, o governador de Santiago de Cuba manifestava preocupações semelhantes em relação aos efeitos das *gracias al sacar* em um contexto marcado pela circulação da nova ideia de igualdade. Em Havana, as elites *criollas* foram particularmente sensíveis ao impacto dos eventos da ilha francesa para o futuro da Capitania Geral. Vimos que os projetos de fomento econômico apresentados pelo Consulado havaneiro eram diretamente informados pelo exemplo francês. O medo de revolta escrava transformou a perspectiva sobre o papel da população de cor, pelo menos da parte da sacarocracia. Os planos para a extinção das milícias de morenos e pardos demonstram claramente como os acontecimentos de *Saint-Domingue* passaram a informar os modelos de ação no mundo hispano-americano.

Se em Cuba eram os escravos que preocupavam as elites *criollas* em decorrência do potencial para a desestruturação do sistema político, na Província de Caracas esse papel era atribuído aos pardos livres:

El número de los pardos, el orgullo que les inspira no sólo la igualdad sino el dominio sobre aquellos de quienes sus abuelos fueron libertados, el odio con que miran a los amos de los causantes, la estrecha unión que se observa en su cuerpo, el empeño que toman en exaltar las más pequeñas ventajas de los suyos y el peligroso ejemplo de unas colonias desgraciadas donde los europeos de origen han sentido y sienten actualmente el terrible peso de la igualdad de los pardos, todas estas circunstancias reunidas presentan su elevación como sumamente perjudicial al Estado.¹⁶⁶

A Revolução de Saint-Domingue era acionada para alertar a administração colonial sobre as possíveis consequências da habilitação parda. O exemplo da ilha francesa concedia aos pardos das colônias espanholas um novo modelo de ação política e seria capaz de ampliar suas

¹⁶⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Pasado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma P. Maas, Carlos A. Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, pp. 307-327.

¹⁶⁶ Cf.: Carta da Universidade de 6 de octubre de 1803. In: RODULFO CORTES, Santos. *El régimen de "las Gracias al Sacar"*..., Tomo 2, pp. 188-197.

expectativas, que passariam a ser dirigidas para a obtenção da igualdade plena. Nesse contexto, as dispensas da cor e a habilitação parda eram concebidas como um erro político do Estado espanhol, pois levariam à destruição do “perfecto equilibrio entre las diferentes clases de sus vasallos”, o que, por sua vez, ocasionaria a desestruturação dos domínios americanos.

O quadro tenebroso pintado pela Universidade, no entanto, não foi capaz de persuadir o Conselho de Índias. Ao contrário, os argumentos apresentados foram considerados injustos. Por cédula real Ordenou-se que Lorenzo Mejías fosse admitido e que o mesmo se praticasse com os demais pardos dispensados que desejassem obter graus universitários, “sin escusa, en obediencia de mis soberanas determinaciones [...] no permitiendo se les veje, ni mofe, o ultraje a pretexto de su color diferente”.¹⁶⁷ Com isso, a Coroa criava mais um precedente que sustentava a relação entre as dispensas e a habilitação total dos pardos, pelo menos para os empregos civis. Como vimos, em 1803 Joseph Ponceano de Ayarza, já graduado em Jurisprudência, havia sido autorizado a dedicar-se ao ofício de advogado.

Dez anos após a publicação das *gracias al sacar*, as múltiplas interpretações acerca dos significados das dispensas e as pressões para a aplicação ou extinção da lei provocaram a rápida evolução do teor das discussões. Passou-se a aventar a possibilidade de conceder a habilitação plena para o grupo social dos pardos e não apenas para indivíduos específicos, ordenando-se a formação de um “expediente general” para debater “si se han de igualar los pardos y mulatos con las demás clases de españoles”. Uma carta enviada por um religioso da Guatemala foi determinante para a resolução.

Em 3 de outubro de 1802, Frei Joseph Antonio de Goycochea, provincial dos Franciscanos da Guatemala, escrevia ao rei “a favor de todos los mulatos y zambos” da Guatemala. Seu objetivo não era reivindicar a execução das dispensas da cor, mas sim propor a habilitação geral desses grupos para que pudessem desfrutar “los privilegios de una nobleza comun [...], quedasen habiles y expeditos para contraer enlace con gentes españoles de la comun nobleza; aptos para obtener grados en la Real Universidad, y ser admitidos en el clero y comunidades religiosas [...] distinguirse y hacerse merecedores con V. M. de la investidura de maiores empleos y honores”.¹⁶⁸ Para ele, a infamia atribuída aos mulatos e zambos era proveniente de “preocupaciones” vulgares e do “general perjuicio” contra eles e não propriamente de leis positivas. Era em decorrência dessas “preocupações vulgares” que os

¹⁶⁷ Cf.: Real Cedula de 22 de febrero de 1805. In: RODULFO CORTES, Santos. *El régimen de “las Gracias al Sacar”*..., Tomo 2, pp. 222-223.

¹⁶⁸ Cf.: AGI, Guatemala, leg. 919. Documento transcrito e disponibilizado por MATTHEW, Laura E. “Por que el color decide aquí en la mayor parte la nobleza”: una carta de Fr. José Antonio Goicoechea, Guatemala, siglo XIX. *Mesoamérica*, n. 55, pp. 153-167, 2013.

mulatos eram excluídos das ordens religiosas, das universidades e dos empregos civis. Essa ideia não era exclusividade do pensamento do franciscano. Vimos que alguns pardos defendiam essa mesma perspectiva, negando, de forma indireta, o próprio estatuto legal ao qual estavam submetidos.

Goycochea defendia que o estado de abatimento no qual muitos mulatos se encontravam decorria de fatores sociais e não de alguma qualidade intrínseca ao grupo. Como vimos no primeiro capítulo, opiniões semelhantes a essa eram veiculadas na América portuguesa desde meados do século XVIII. No discurso proferido em homenagem a São Gonçalo Garcia, em solenidade ocorrida no Recife em 1745, o também franciscano Frei do Jaboatão questionava a generalização que caracterizava todos os pardos como sujeitos viciosos e de má conduta, negando a ideia de essência corrompida. Para o frei da Guatemala, “si las costumbres de todos los mulatos fueran malas, no tendria atrevimiento de llamar irracional la opinión que los retira del santuario y del liceo”. Defendia que muitos mulatos e zambos portavam-se de acordo com as regras sociais vigentes e eram naturalmente “dispuestos para recibir las luces de todo género de ciencias y artes”. Se exemplos contrários existiam, era devido às ações dos “propagadores de esta infamia”, que condenavam os mulatos e zambos a uma vida sem expectativa de melhora e merecimento.

Frei Goycochea propunha, afinal, a transformação do sistema de incorporação desses segmentos sociais, tornando-os habilitados e equiparados aos brancos do estado comum. Sua proposta fundamentava-se em “pensamientos políticos que conduzcan a la felicidad de los Estados y vasallos de Vuestra Majestad”. Não obstante a singularidade do caso, as questões abordadas não eram inéditas e, de forma mais ou menos evidente, faziam parte do campo de embates sobre as dispensas da cor. A relação dessa representação com os demais pedidos de dispensa é confirmada pelo despacho emitido pelo Conselho de Índias ordenando que a representação da Guatemala fosse remetida à Contadoria¹⁶⁹ juntamente com os casos anteriores de dispensas, dando curso ao “expediente general”. Do ponto de vista dos conselheiros, era necessário, em primeiro lugar, avaliar o impacto da habilitação dos pardos para a arrecadação tributária. Como se viu no primeiro capítulo, os indivíduos pertencentes às castas eram submetidos a cargas tributárias específicas e por isso a questão fiscal era fundamental para o delineamento da alteração proposta.

A contadoria emitiria parecer sobre a questão apenas em janeiro de 1808. Antes, porém, nova consulta do Conselho de Índias foi realizada, tratando especificamente das

¹⁶⁹ Órgão pertencente ao Conselho de Índias, mas destinado à análise dos assuntos ligados à Fazenda Régia.

representações enviadas pela universidade de Caracas. Estava em questão se os pardos dispensados seriam igualados aos brancos, passando a ter acesso aos empregos públicos e a ser autorizados a se casar com pessoas limpas de sangue. Como notado, a associação entre as dispensas da cor e a igualdade entre pardos e brancos constituiu interpretação corrente entre as elites *criollas* de Caracas desde a publicação das *gracias al sacar*. A consulta de 1806 buscava esclarecer o impasse. Para o fiscal que analisou o caso, eram os pardos que interpretavam erroneamente a lei, “creyéndose igualados por ellas a los blancos, sin otra diferencia que la accidental de su color”.¹⁷⁰ Note-se, porém, que no ano anterior Lorenzo Bejarano e os demais pardos dispensados haviam sido autorizados por cédula régia a ingressar na Universidade. Essas atitudes aparentemente contraditórias reforçam a tese de que não havia uma política definida sobre os significados das dispensas da cor.

Para o fiscal da Consulta de 1806, estava claro que os pardos não poderiam ser contemplados com habilitações gerais, pois isso significaria a quebra da “clasificación de clases” que dava suporte ao domínio monárquico na América. Reforçava a condição jurídica dos pardos, tidos como “indignos e ineptos para los destinos”, pois provenientes de “mezclas infectas, viciadas, con malos ejemplos y conducta réproba”.¹⁷¹ Alertava para que os pardos não fossem confundidos com os mestiços de índios, pois estes eram considerados limpos de sangue, compartilhando do mesmo *status* legal dos brancos do estado comum.

Embora admitisse que alguns pardos desviavam-se dos hábitos comuns do grupo, “haciéndose ciudadanos útiles al Estado”, o fiscal discordava inteiramente da proposta apresentada pelo frei da Guatemala, defendendo que a habilitação geral dos pardos causaria a desestruturação do governo espanhol na América. Questionava a própria fidelidade do grupo ao monarca espanhol, associando os pardos com rebeliões e movimentos revolucionários tais como a rebelião de Tupac Amaru ocorrida no Vice-Reino do Peru em 1780 e às invasões emancipadoras na Venezuela lideradas por Francisco de Miranda em 1805-1806. Nesse sentido, o fiscal partilhava e fomentava a mesma opinião defendida pelas elites *criollas* de Caracas.

Não obstante a “viciada índole” e “orgullo” que caracterizava a generalidade dos pardos, a política tradicional que recompensava aqueles que fossem merecedores das graças régias precisava ser mantida. Propôs duas medidas. Por um lado, a continuidade da política das dispensas da cor, desde que fossem “raras” e “cñiendo siempre su disfrute a los vigorosos

¹⁷⁰ Cf.: Consulta del Consejo sobre la habilitación de pardos para empleos y matrimonios de julio de 1806. In: RODULFO CORTES, Santos. *El régimen de “las Gracias al Sacar”...*, Tomo 2, p. 251.

¹⁷¹ Cf.: Consulta del Consejo sobre la habilitación de pardos para empleos y matrimonios de julio de 1806. In: RODULFO CORTES, Santos. *El régimen de “las Gracias al Sacar”...*, Tomo 2, p. 254.

y estrechos términos de su concesión”. Por outro lado, o estabelecimento de regra sobre o processo de mudança de *status* das *castas*, propondo que todos aqueles que comprovassem estar na quarta geração de liberdade e legitimidade passassem a ser considerados juridicamente como as pessoas do estado comum.

Embora o fiscal apoiasse a manutenção das dispensas da cor, impunha limites claros a seus efeitos, restringindo-as a casos excepcionais e ao exercício de ofícios específicos. Ao mesmo tempo, o estabelecimento do aspecto geracional como regra para o fim da mácula da escravidão modificava parcialmente o quadro de referências do mundo hispano-americano. Como vimos no primeiro capítulo, a desvinculação da escravidão estava tradicionalmente relacionada com o fenômeno do branqueamento. No plano ideal, previa-se que os filhos de um *quinterón* – último estágio no qual a ascendência negra ainda estava presente – com uma pessoa branca seriam considerados integralmente brancos. A proposta do fiscal assemelhava-se mais com o modelo vigente na América portuguesa, pois o fim da mácula da escravidão não pressupunha, necessariamente, o branqueamento, mas sim o distanciamento geracional do ascendente escravo. No entanto, pode-se argumentar que a sugestão constituía uma estratégia que visava estorvar a habilitação dos pardos, pois a transformação de *status* dependia igualmente da legitimidade de nascimento. É provável que muitos pardos não pudessem atestar os dois requisitos ao longo de quatro gerações, o que, na prática, tornava a habilitação geracional uma transformação possível para poucas famílias.

A consulta de 1806 sobre a habilitação dos pardos não originou nova resolução régia, pois o assunto dependia diretamente do andamento do “expediente general”. O expediente nada mais era do que uma consulta do Conselho de Índias, mas não se tratava de uma consulta comum, uma vez que ela poderia decidir o futuro dos pardos na América espanhola. Conforme Juan Martín de Aristimuño, *vecino* da província de Cumaná, Capitania Geral da Venezuela, por meio dela se discutiria um plano ou reforma que derogaria “la diferencia hasta aquí observada entre blancos y pardos”.¹⁷² A primeira fase das discussões teve curso somente em janeiro de 1808, com a expedição da consulta da contadoria.

Como ressaltado, o impacto da habilitação dos pardos sobre o sistema tributário americano consistia na primeira consideração a ser feita para que a questão pudesse ser debatida. Para os analistas da contadoria, “sería incalculable el perjuicio que sufriría el Real Erario” com a habilitação dos pardos. A importância das *castas* no quadro populacional hispanoamericano torna a postura compreensiva. Portanto, o impacto financeiro constituía o

¹⁷² Cf.: AGI, Caracas, leg. 395. 1806-1807.

primeiro óbice para a mudança na forma de incorporação dos pardos. No entanto, os contadores não se restringiram às considerações de ordem econômica e teceram reflexões ligadas ao aspecto político da questão. O tema foi discutido a partir de dois eixos principais: a soberania régia e a fidelidade dos pardos à monarquia espanhola. Em primeiro lugar, questionaram a resistência das elites *criollas* de Caracas, representadas pela universidade, cabildo e clero, em relação às dispensas concedidas aos pardos Diego Mejías Bejarano e Juan Gabriel Landaeta. Para os contadores, embora as leis americanas inabilitassem os pardos, constituía prerrogativa inquestionável dos monarcas dispensar os vassalos merecedores das “disposiciones de las leyes y los estatutos de los cuerpos civiles”.¹⁷³ O parecer evidenciava as tensões geradas pelo avanço do poder régio sobre as autonomias dos poderes locais, demonstrando que os debates envolvendo os pardos relacionavam-se de modo particular às transformações políticas operadas pelas reformas bourbônicas na segunda metade do século XVIII.

Estava claro que as dispensas da cor deveriam ser mantidas. Era preciso, no entanto, encontrar um meio-termo entre as pressões das elites brancas e as dos pardos. Julgavam não ser conveniente cessar o reconhecimento régio aos pardos beneméritos como tampouco promover-se o estabelecimento de uma igualdade plena entre pardos e brancos. Após examinarem nove casos de dispensas, entre eles os provenientes da Venezuela, o de Pedro Antonio de Ayarza (Portobelo), Juan Antonio de Figueroa e Francisca Gertrudis de Sandoval (Guatemala) e Jose Salas (Cuba), os contadores chegaram à conclusão de que elas eram justas e legítimas. Porém, advertiam que essas “gracias extraordinarias” não implicavam a derrogação das leis gerais na América, “ni entenderse tampoco transcendental a las familias mismas, así porque solo deben recaer sobre el mérito y circunstancias puramente personales”. Como vimos, a habilitação familiar constituía um dos principais impasses gerados pelas dispensas. A opção sugerida pelos contadores foi pela habilitação individual, seguindo, desse modo, o que era tradicionalmente praticado.

Razões de cunho político orientavam os contadores na busca de um “medio prudente” para resolver o problema da inserção social e política dos pardos. Embora descartassem a possibilidade de igualar completamente pardos e brancos por razões políticas não reveladas, manifestavam claramente as “consecuencias funestas” que decorreriam caso essas graças deixassem de ser concedidas. Referiam-se especificamente ao abalo da fidelidade “de unas gentes que no solo pueden ser tan útiles como los blancos en cualquiera carrera a que se

¹⁷³ Cf.: AGI, Guatemala, leg. 743. Janeiro de 1808.

dediquen, sino que son absolutamente necesarias para la conservación y fomento de aquellos dominios”. O realismo dos contadores reverberava o que muitos pardos americanos demonstravam ter plena consciência. Tratava-se da mesma advertência expressada pelo grêmio dos pardos de Caracas em representação enviada ao Conselho de Índias como reação aos protestos do cabildo.

Talvez na primeira metade do século XVIII essas considerações não causariam tantos receios na administração colonial, mas os tempos eram outros. Em fins da primeira década do século XIX, o mundo colonial como um todo havia sido abalado pelo exemplo da independência das Treze Colônias, pela Revolução Francesa – e a disseminação do novo sentido conferido aos conceitos de cidadania, igualdade e liberdade – e pela Revolução em Saint-Domingue. A República do Haiti (1804) significou o reconhecimento da queda do domínio colonial em decorrência da ação dos grupos subalternos. Eventos como a sublevação ocorrida na cidade de Coro (1795), a conspiração de Maracaibo liderada pelo miliciano pardo Francisco Javier Pirela (1799), a tentativa de Independência da Venezuela comandada por Francisco de Miranda (1805-1806) e a circulação de pasquins sediciosos por diversas regiões do Vice-Reino de Nova Granada demonstravam a ressonância desses eventos no Caribe espanhol. Diante desse quadro, tanto as demandas das elites de Caracas como as da sacarocracia cubana em relação ao cerceamento dos privilégios destinados à população de cor foram julgadas inapropriadas pelo alto escalão da administração colonial.

Sobretudo no caso da Capitania Geral da Venezuela, a manutenção do domínio espanhol dependia diretamente do fomento à cooperação dos pardos livres. Como vimos no primeiro capítulo, os pardos constituíam o segmento social mais importante daquela capitania geral. A preponderância em termos quantitativos tinha reflexos na estrutura econômica da Venezuela, altamente dependente do trabalho executado pelos pardos. Embora a escravidão constituísse mão de obra significativa para o comércio agroexportador, principalmente do cacau, os pardos livres desempenhavam a maior parte do trabalho agrícola em geral; além disso, dominavam as atividades urbanas ligadas ao artesanato e ao pequeno comércio. A proposta apresentada pelo Consulado de Caracas em meados da década de 1790 demonstra a importância econômica dos pardos. Buscava-se direcionar essa população para as áreas de expansão agrícola por meio de duas ações: desmobilização das milícias e exclusão dos pardos das atividades artesanais.¹⁷⁴ Pode-se inferir que o plano tinha como objetivo direcionar ao

¹⁷⁴ *Apud* MARCHENA FERNÁNDEZ, Juan. Tiempo de tormentas. La generación militar de Simón Bolívar. 1770-1810. *Historia y Espacio*. Revista de Estudios Históricos Regionales, Cali – Colombia, n. 37, pp. 15-74, 2011, p. 21.

campo uma massa de trabalhadores relativamente baratos, o que permitiria a expansão das áreas cultiváveis independentemente da importação de escravos.

O papel da população parda para a “conservación y fomento” da América não se restringia ao aspecto econômico. A consciência de que era necessário manter a fidelidade dos pardos estava diretamente relacionada ao potencial militar do grupo, tanto devido ao fator demográfico como pela importância assumida pelas milícias após as reformas militares executadas a partir da década de 1760. Não por acaso o fiscal da consulta de 1806 acusava os pardos de constituírem a principal força militar que apoiaria Francisco de Miranda nas ações para a independência da Venezuela ocorridas em 1805-1806. Além das condições internas ao mundo hispano-americano, é provável que os contadores gerais tivessem em mente os eventos da Revolução do Haiti. O exemplo de Saint-Domingue não deixava dúvidas quanto ao potencial dos livres de cor, pois, embora a ação escrava tenha sido decisiva para o curso dos eventos na ilha francesa, o papel desempenhado pelos mulatos na deflagração do movimento era amplamente conhecido.

Os contadores arbitraram a favor da manutenção das dispensas, buscando resolver a controvérsia sobre os significados da habilitação. Sugeriam que esta fosse restrita ao “efectos civiles”, o que na prática significava ter acesso a empregos bem como às universidades. A proposta estava de acordo com o que já havia sido praticado nos casos da habilitação dos pardos Lorenzo Mejías Bejarano e Joseph Ponceano de Ayarza, respectivamente de Caracas e Portobelo. Nesse sentido, o parecer destoava do que havia sido proposto na Consulta de 1806. Conforme o fiscal, as dispensas deveriam ser “raras”. Se as dispensas habilitavam os pardos aos empregos civis, o mesmo não se verificaria em relação aos empregos políticos. Conforme os contadores, os cargos de maior poder e ligados às funções de comando seguiriam como monopólio das elites *criollas* com *status* de nobreza. Esperava-se que, desse modo, as conturbações geradas pelas *gracias al sacar* na América fossem resolvidas. Por fim, vale destacar o silenciamento dos contadores em relação à proposta presente na Consulta de 1806 para o estabelecimento de regra geral para a habilitação dos pardos, que seguiria o referencial das quatro gerações de liberdade e legitimidade.

O “expediente general” nunca chegaria a seu termo. Em fevereiro de 1808, a invasão napoleônica interrompeu grande parte das atividades do Conselho de Índias e, entre elas, o curso da discussão que decidiria se os pardos poderiam ser iguais aos brancos do estado comum.¹⁷⁵ No entanto, o parecer à consulta de 1806 e o parecer da Contadoria permitem

¹⁷⁵ Sobre as alterações no Conselho de Índias a partir da invasão napoleônica, ver TWINAM, Ann. *Purchasing whiteness...*, pp. 348-351.

inferir tendências possíveis. Em primeiro lugar, o alto escalão da administração colonial não estava propenso a admitir a equiparação entre pardos e brancos do estado comum. Não obstante, mantinha-se a opção da habilitação, mas estritamente como uma graça individual e circunscrita ao âmbito civil. Seria uma conquista parcial por parte dos pardos. Ao mesmo tempo em que confirmava o direito à habilitação individual aos cargos civis, negava a possibilidade das habilitações familiares. Caso tivesse sido implantada, essa medida atingiria particularmente o “grêmio dos pardos” de Caracas, que já havia avançado nesse sentido. A solução pensada pelos burocratas talvez buscasse manter a fidelidade de indivíduos destacados entre os pardos e, ao mesmo tempo, conservar o ordenamento social tradicional. Se a solução funcionaria na prática, não temos como saber. É provável que em regiões como a Capitania Geral da Venezuela, o campo de expectativas dos pardos continuasse a ampliar-se, confluindo para novos conflitos e tensões.

No plano mais geral, a manutenção das dispensas individuais como o meio de garantir a habilitação aos pardos preservava o ideário do “defeito da natureza” de qualquer abalo mais significativo. Mesmo que alguns pardos tenham defendido que a cor era um *accidente* e que as diferenças jurídicas entre pardos e brancos constituíam uma “preocupação”, o ideário associado à pureza de sangue, particularmente as noções de *defeito* e *infâmia*, era resguardado tanto pelas elites locais como por integrantes da burocracia espanhola.¹⁷⁶

3.4.3. *A habilitação na América portuguesa*

Tenho sustentado que ao longo da segunda metade do século XVIII os pardos livres vivenciaram um processo de politização tanto no Caribe espanhol como na América portuguesa. O ponto alto do processo, porém, ocorreu durante a década de 1790 e primeiros anos do século XIX com a transformação de suas expectativas. A partir desse momento, passaram a vislumbrar a possibilidade de alterar o estatuto jurídico ao qual estavam submetidos, pressionando o Estado para a obtenção da habilitação plena. Em contrapartida, as elites brancas – frequentemente apoiadas por setores da administração colonial – articularam intensos protestos contra os pardos, dando lugar a um campo de embates que se intensificou à medida que o século XVIII chegava ao fim. Uma face importante dessas tensões manifestou-se por meio das reformas militares propostas durante a década de 1790 e que visavam

¹⁷⁶ Tese semelhante foi sustentada por Aline Helg em: La limpieza de sangre bajo las reformas borbónicas y su impacto en el Caribe Neogranadino. *Boletín de Historia y Antigüedades*, n. 858, pp. 143-180, 2014.

extinguir os espaços de distinção concedidos aos pardos. Em capítulos anteriores argumentou-se que a proliferação de tais investidas evidencia as reações das elites locais ao aumento de poder manejado pelos pardos em decorrência da posição política que assumiam como esteios da ordem colonial.

Embora comum, o processo em tela teve desdobramentos particulares no Caribe espanhol e na América portuguesa. Analisar suas especificidades constitui exercício necessário para que se possa compreender o papel social e político ocupado pelo grupo nas sociedades ibero-americanas de fins do período colonial. Nesse sentido, buscarei demonstrar que a transformação do *status* jurídico e, portanto, político dos pardos delineava-se como uma possibilidade mais factível na América portuguesa. Observa-se que, sobretudo a partir da última década do século XVIII, indivíduos pertencentes a diferentes grupos sociais passam a reproduzir a ideia conforme a qual os pardos integravam o rol dos habilitados, sem que isso tenha produzido um consenso acerca da questão ou evitado a emergência de conflitos. As declarações de um integrante da elite soteropolitana demonstram o que se está propondo. No início do século XIX, Florêncio José Correia de Mello, marechal de campo das tropas regulares da Bahia, não hesitou em afirmar o que considerava ser o novo *status* dos pardos livres:

Se os homens pardos fossem excluídos dos empregos públicos e não gozassem, como os outros vassalos livres, dos privilégios de cidadãos, as suas queixas seriam justas e os seus requerimentos atendíveis, mas admitidos, como são, pela lei de 16 de janeiro de 1773 a todos os ofícios, honras e dignidades, sem que lhes obste a diferença de cor, não sei porque motivo pretendam ter um corpo de tropa separado dos brancos, com quem eles participam igualmente de todas as mais regalias.¹⁷⁷

A passagem acima pertence a um relatório referente à avaliação dos candidatos aos postos superiores do Quarto Regimento de Milícias de Salvador, integrado exclusivamente por homens pardos. Não por acaso a mensagem explicitada nessa passagem consta no título da presente tese. A ideia conforme a qual a cor era critério insuficiente para a determinação do estatuto jurídico dos indivíduos sintetiza a evolução de parte das demandas dos pardos livres ao longo da segunda metade do século XVIII. Embora mais difundida na América portuguesa, ela esteve presente também no Caribe espanhol, o que permitiu tomá-la ao mesmo tempo como produto e produtora do processo comum de politização ao qual nos referimos.

¹⁷⁷ Cf.: AHU-Bahia (Castro e Almeida), cx. 131, doc. 25846. Bahia, 25 de fevereiro de 1803.

Na percepção do militar, os pardos haviam sido equiparados aos brancos e gozavam dos “privilégios dos cidadãos” tal como os demais “vassalos livres”, estando habilitados inclusive aos empregos públicos. A declaração é inquietante por duas razões principais. Por um lado, seu autor era um homem branco pertencente aos quadros das elites com foro de nobreza, por outro, os eventos de 1798 ainda estavam vivos na memória de toda a população de Salvador. Como era possível que alguém como Florêncio José Correia fizesse tal afirmação em um ambiente social marcado por tensões evidentes envolvendo a questão do *status* legal dos pardos? Ademais, em nenhum momento o autor ou integrantes da administração colonial manifestaram preocupação quanto ao possível impacto dessa mensagem entre a população parda. Uma das chaves para compreender o fenômeno está no alvará de 16 de janeiro de 1773, considerado pelo marechal de campo como a lei que admitiu os pardos a todos os ofícios, honras e dignidades.

Essa lei determinou o fim gradual da escravidão em Portugal, decretando a libertação imediata dos escravos que estivessem na quarta geração de cativo e a libertação futura de todos aqueles que nascessem a partir da publicação da lei. Por outro lado, extinguiu a categoria de libertos, estabelecendo que todos os beneficiados pela lei seriam considerados juridicamente habilitados para “todos os ofícios, honras e dignidades”.¹⁷⁸ A medida insere-se no quadro de reformas executadas pela Coroa portuguesa ao longo da segunda metade do século XVIII, as quais buscavam equiparar o reino português aos demais estados europeus em termos econômicos, militares e civilizacionais.¹⁷⁹ Em trabalho anterior demonstrou-se que, embora a medida fosse restrita a Portugal, as notícias sobre sua existência disseminaram-se rapidamente pela América portuguesa. Constatou-se que a cláusula sobre a habilitação dos libertos foi interpretada como uma determinação voltada exclusivamente aos pardos, que passaram a ver o alvará de 1773 como um atestado de sua própria habilitação.¹⁸⁰

Aqui, o interesse é compreender a relação entre o alvará de 16 de janeiro de 1773 e o aprofundamento das discussões sobre o *status* jurídico e político dos pardos ao longo da segunda metade do século XVIII e os primeiros anos do XIX. Busca-se analisar o impacto da lei em um ambiente social marcado por inquietações crescentes envolvendo esse grupo social, problematizando especificamente a disseminação da concepção conforme a qual os pardos

¹⁷⁸ Cf.: Alvará com Força de Lei de 16 de janeiro de 1773. In: LARA, Silvia. H. Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa. In: ANDRÉS-GALLEGO, José (Dir. e Coord.). *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica*. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 2000. p. 359.

¹⁷⁹ LIMA, Priscila de. *De libertos a habilitados*. Interpretações populares dos alvarás anti-escravistas na América portuguesa (1761-1810). Dissertação – Mestrado em História. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, 2011, pp. 13-20.

¹⁸⁰ LIMA, Priscila de. *De libertos a habilitados...*

estavam habilitados. Veremos a seguir que, assim como o marechal de campo Florêncio José Correia, outros indivíduos promoveram a circulação dessa ideia em diversas capitanias da América portuguesa. Por isso a questão será analisada a partir da perspectiva de diferentes grupos sociais: a dos próprios pardos, dos membros da administração colonial, das elites locais, dos integrantes do Conselho Ultramarino e do rei.

A mesma abordagem foi empregada para analisar o impacto das *gracias al sacar* no mundo hispano-americano. O paralelo, porém, não se restringe ao método. O alvará de 1773 e as *gracias al sacar* estão relacionados ao processo de centralização das monarquias ibéricas ao longo da segunda metade do século XVIII, evidenciando o avanço das prerrogativas régias sobre os demais poderes estabelecidos. O alvará de 1773 instituiu a libertação dos escravos a despeito do arbítrio dos proprietários; ao mesmo tempo, extinguiu as máculas que conferiam um lugar social inferior aos libertos e seus descendentes. Já a cédula de 1795, embora positivasse práticas já existentes, instituiu a mudança da natureza dos súditos como um direito inquestionável do monarca. Os protestos surgidos em decorrência das dispensas da qualidade de pardo e quinterão são indicativos das tensões originadas em decorrência da interferência do poder régio sobre os privilégios e autonomias das corporações americanas tais como os cabildos e as universidades.

Embora o alvará de 1773 e as *gracias al sacar* fossem leis destinadas a objetivos e espaços geográficos distintos – respectivamente a Portugal e à América – ambas foram concebidas como decretos que igualaram juridicamente pardos e brancos. No entanto, essa interpretação geral foi submetida a debates que buscavam sua consolidação ou rejeição, o que converteu a habilitação parda em um importante foco de tensão na América ibérica de fins do século XVIII e primeiros anos do XIX. A formulação de respostas possíveis à resolução do problema, porém, deu-se de modo particular. O caso hispano-americano foi discutido em seção anterior, cabe, nesse momento, discorrer sobre as tendências gerais delineadas na América portuguesa.

* * *

Poucos meses após a publicação do alvará de 16 de janeiro de 1773 em Portugal, cópias e informações sobre a lei começavam a circular em diversas capitanias da América. As primeiras notícias foram divulgadas por meio de um circuito de informações que interligava as capitanias da Bahia, Pernambuco e Paraíba. No entanto, nesta última, as notícias sobre a lei geraram um ambiente de tensão específico. Conforme denúncia do procurador do senado,

Francisco de Seixas Machado, ao ouvidor daquela capitania, Luís de Moura Furtado, havia uma notória inquietação por parte da população escrava da capitania em decorrência “da lei que em Portugal libertou todos os escravos”.¹⁸¹ O assunto foi comunicado imediatamente ao governador de Pernambuco, Manoel da Cunha Meneses, autoridade máxima responsável pela jurisdição militar e política da Paraíba por esta ser uma capitania anexa àquela. Na denúncia apresentada por Furtado a Meneses, afirmava-se que os escravos mulatos e pretos passaram a “fazer entre si conciliábulos e conventículos” para discutirem os significados da lei, asseverando que a mesma era extensiva à América. Furtado alertava o governador quanto às possíveis consequências da disseminação dessa ideia entre os escravos da cidade da Paraíba, que, movidos pela “dominante paixão da sua liberdade”, poderiam efetuar alguma ação violenta a fim de reclamar a liberdade almejada.¹⁸²

Por sua vez, o governador Meneses acreditava “ser factível da condição dos escravos poder-se esperar que, movidos da ambição da liberdade, irão lentamente pôr em prática alguns desígnios violentos para nela se quererem estabelecer”. Em decorrência, determinou a abertura de inquérito para descobrir os responsáveis pela divulgação das cópias da lei e pela interpretação equivocada conferida a ela. Além disso, ordenou que o “verdadeiro” significado da lei fosse esclarecido à população da cidade da Paraíba por meio de um bando. A mensagem foi clara: a lei “só fala a respeito dos escravos que havia em Portugal e no reino do Algarves e de nenhuma sorte nos das conquistas do Brasil”.¹⁸³

Após a inquirição de mais de sessenta testemunhas, os responsáveis pela divulgação da lei na Paraíba foram identificados. Tratava-se de milicianos pertencentes aos terços de Henriques e, principalmente, dos Pardos. O crioulo Luiz Gomez de Brito, alferes dos Henriques da Paraíba, foi o primeiro a divulgar as informações. Em viagem à Bahia, ele teria tomado conhecimento da publicação de uma lei régia que “fazia grandes mercês aos pretos”, novidade que compartilhou com seus conterrâneos. Um deles foi o sargento-mor pardo Pedro de Alcântara Bulhões, o qual, posteriormente, entrou em contato com José Rabelo de Vasconcelos, mestre de campo de um terço de pardos do Recife, inquirindo-lhe se tinha conhecimento da dita lei. Vasconcelos prontamente enviou uma cópia dela para a Paraíba, confirmando, portanto, a informação passada pelo alferes dos Henriques. A partir desse momento, outras cópias do alvará foram reproduzidas e disseminaram-se pela cidade.¹⁸⁴

¹⁸¹ Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 115, doc. 8837. Recife, 27 de janeiro de 1774.

¹⁸² Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 115, doc. 8816. Paraíba, 27 de setembro de 1773.

¹⁸³ Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 115, doc. 8816.

¹⁸⁴ Cf.: AHU-Pernambuco, cx. 115, doc. 8837. Abordagens mais detalhadas sobre a difusão do alvará nesse circuito e sobre o decorrente processo de investigação, ver SILVA, Luiz Geraldo. “Esperança de liberdade”:

O envolvimento de milicianos como os principais divulgadores das notícias sobre o alvará de 1773 não foi fortuito. Vimos em capítulos anteriores que as milícias engendravam importantes redes de sociabilidade entre os homens de cor livres, as quais permitiam a formulação e veiculação de aspirações comuns ao grupo. Recordemos que no início da década de 1770 as prerrogativas destinadas aos terços integrados por pretos e pardos – recém-instituídos pela Carta Régia de 1766 – ainda estavam em processo de definição. Por isso tantos milicianos pardos e pretos viajavam para a Corte com o objetivo de confirmar suas posições na hierarquia de comando dos terços, assim como para assegurar a confirmação do novo *status* conferido a suas corporações. Foi em uma dessas viagens que Luis Nogueira de Figueiredo, mestre de campo de um terço de pardos do Recife, tomou conhecimento sobre o alvará de 16 de janeiro de 1773, enviando uma cópia do mesmo para o mestre de campo José Rabelo de Vasconcelos, o qual, por sua vez, remeteu um exemplar para o sargento-mor dos pardos da Paraíba.

Mas qual seria o interesse desses milicianos em uma lei que decretava a liberdade dos escravos se alguns deles, como era o caso de Luis Nogueira de Figueiredo, eram proprietários de cativos? Os autos da devassa da Paraíba não esclarecem esse aspecto, pois o foco das autoridades que julgaram o caso concentrou-se nas expectativas de liberdade suscitadas pelo alvará de 1773 entre a população escrava; suas considerações sobre os pardos e pretos livres restringiram-se à participação desses segmentos sociais como divulgadores das cópias e notícias sobre a lei. No entanto, se na Paraíba as expectativas geradas pela nova lei estavam relacionadas à liberdade dos escravos, o que se verifica após esse momento é um deslocamento das interpretações conferidas a ela, passando a ser associada mais frequentemente aos pardos livres do que aos escravos.

Declarações emitidas por governadores coloniais pouco tempo após os eventos da Paraíba evidenciam a mudança. No ano de 1774, a cidade de São Paulo foi palco de um discreto conflito entre o bispo e o governador D. Luís Antonio de Sousa, o Morgado de Mateus. A disputa travada entre as duas autoridades tinha como objeto o posto de mestre de capela da Sé de São Paulo. Desde o ano de 1768 o prestigioso cargo era ocupado por um músico chamado Antonio Manso da Mota. Conforme relato do governador, Manso e seus irmãos eram professores de música e haviam se estabelecido em São Paulo em meados da década de 1760. Logo conquistaram reconhecimento das autoridades e da população de São

Interpretações populares da abolição ilustrada (1773-1774). *Revista de História*, São Paulo, v. 144, p. 107-150, 2001 LIMA, Priscila de. *De libertos a habilitados*. Interpretações populares dos alvarás anti-escravistas na América portuguesa (1761-1810). Dissertação – Mestrado em História. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, 2011.

Paulo por serem “providos das melhores solfas de bom gosto do tempo presente”.¹⁸⁵ Porém, com a mudança no comando do bispado ocorrida em 1774, Manso foi destituído do cargo mediante a alegação de que ele era mecânico e mulato. Embora o governador tenha negado as acusações, afirmava que mesmo se Manso fosse mulato esse “defeito” não deveria ser imputado a ele “em virtude das novíssimas leis de sua majestade”. Morgado de Mateus certamente referia-se ao alvará de 16 de janeiro de 1773, o qual seria responsável por instituir o fim do “defeito” do mulatismo.

No ano de 1776, o alvará voltaria a ser relacionado exclusivamente aos pardos. Em missiva endereçada ao rei D. José I, José César de Meneses, governador de Pernambuco, afirmava que o alvará “habilita os pardos para todos os ofícios, honras e dignidades”.¹⁸⁶ O governador parecia desconhecer, ignorar ou mesmo discordar dos pareceres emitidos poucos anos antes pelo próprio governo de Pernambuco aos acontecimentos da Paraíba, nos quais se declarava que a lei não era extensiva às “conquistas do Brasil”. É significativo que a transformação da condição legal dos pardos tenha sido admitida sem que isso causasse nenhum tipo de preocupação ou contestação, tratamento totalmente oposto ao conferido às expectativas de liberdade dos escravos.

A associação do alvará de 1773 com o fim da mácula imputada aos pardos ou mulatos não constituiu percepção exclusiva aos governadores de São Paulo e Pernambuco. Já na década de 1780, pardos de diferentes capitanias reproduziram ideias muito semelhantes. A nomeação de Vicente Ferreira Guedes ao posto de mestre de campo do Terço Auxiliar da Vila de Santo Antonio de Alcântara, capitania do Maranhão, gerou intensos protestos por parte da oficialidade daquele corpo militar. Os mesmos oficiais eram vereadores da câmara da dita vila e, portanto, integravam o rol dos chamados homens bons. Acusavam Vicente Ferreira de ser “homem mau”, “orgulhoso” e de “acidente pardo”.¹⁸⁷ Essas, porém, foram palavras escolhidas por Vicente para narrar os fatos; seus oponentes empregaram termos bem mais carregados de significados pejorativos. Denominavam-no de “mulato acafusado”, “filho de uma preta escrava”, afirmando que ele próprio seria um escravo fugido de Pernambuco.¹⁸⁸ Desse modo, seus oponentes buscavam vincular Vicente diretamente à escravidão, mácula que o tornaria

¹⁸⁵ Cf.: AHU-São Paulo (Mendes Gouveia), cx. 29, doc. 2666. São Paulo, 18 de junho de 1774.

¹⁸⁶ AHU-Pernambuco, cx. 122, doc. 9319. Recife, 20 de abril de 1776.

¹⁸⁷ AHU-Maranhão, cx. 61, doc. 5559. Maranhão, 21 de janeiro de 1784.

¹⁸⁸ *Apud* SILVEIRA, Patricia Kauffmann F. C. da. Indigno de procedimento: a ascensão de um homem de cor no Maranhão em fins do século XVIII. In: *VI Encontro Internacional de História Colonial Cidade da Bahia: mundos coloniais comparados: poder, fronteiras e identidades*. Salvador: EDUNEB, 2017, pp. 1559-1572, p. 1568.

inquestionavelmente inabilitado ao posto de mestre de campo de um terço integrado por homens brancos.

Vicente Ferreira Guedes pode ser pensado como um representante dos tipos sociais aos quais temos nos referido ao longo dessa tese. Atuava como advogado na cidade de São Luis e ocupava importantes espaços de sociabilidades, como os corpos militares e as irmandades. Contava com o apoio do governador Joaquim de Melo e Póvoas (1775-1779), que o indicou para o importante cargo de vogal da Junta da Justiça do Maranhão, tribunal criado em 1777. As funções sociais exercidas por ele conferiam-lhe prestígio e poder e, por isso, sofreu tantas oposições por parte das elites locais, fatos que instauraram uma intensificação no campo de tensões local, a qual perduraria até o início do século XIX. Interessa-nos particularmente analisar a defesa elaborada por Vicente Ferreira para fazer frente às pressões de seus oponentes.

Seus argumentos reverberavam um discurso coeso proferido por pardos de diferentes capitanias da América ao longo das últimas décadas do século XVIII. Para ele, as honras e privilégios eram concedidos pelo rei de acordo com as habilidades pessoais e serviços prestados ao Estado: “Vossa Excelência sabe bem que a idoneidade do sujeito e o seu merecimento é que o constitui capaz das honras, e não o acidente”.¹⁸⁹ Essa perspectiva era endossada tanto por casos como o de um advogado pardo do Maranhão como pela própria legislação régia. Para Vicente, o alvará de 16 de janeiro de 1773 havia abolido os critérios tradicionais para a habilitação dos indivíduos, substituindo as qualidades de nascimento por fatores relacionados aos merecimentos pessoais. Passava-se, portanto, de uma perspectiva que naturalizava as desigualdades sociais para outra que legitimava a transformação por meio de ações e obras. Assim como o governador de Pernambuco, José César de Meneses, Vicente Ferreira Guedes acreditava que o alvará de 1773 havia transformado o *status* jurídico dos pardos. Do mesmo modo, não há indício de que tal declaração tenha sido questionada ou refutada por parte do Conselho Ultramarino.

Ainda em fins da década de 1780, o alvará de 1773 seria acionado na longínqua capitania do Mato Grosso, o que demonstra que a disseminação das notícias sobre a nova lei não se restringiram às cidades portuárias. José Dias de Figueiredo exercia o cargo de primeiro fundidor da Real Casa de Fundição de Vila Bela e era soldado de um Terço Auxiliar integrado por homens brancos. Além disso, possuía um sítio e uma tenda de ferreiro, ambos sustentados por meio do trabalho de seus escravos. Tratava-se, portanto, de um homem relativamente bem

¹⁸⁹ Cf.: AHU-Maranhão, cx. 61, doc. 5559. Maranhão, 21 de janeiro de 1784.

posicionado social e economicamente. Não obstante, foi impedido de integrar a Irmandade do Santíssimo Sacramento em decorrência de sua ascendência escrava, embora já estivesse na quinta geração de liberdade. Seu cunhado, eleito vereador, foi excluído da câmara devido ao mulatismo da esposa.¹⁹⁰

Na defesa elaborada por José de Figueiredo, o alvará de 1773 aparece mais como um exemplo evocativo das intenções régias do que como uma lei que de fato habilitou os pardos. Distintamente de seus contemporâneos, admitia que o alvará fora expedido para o Algarve; no entanto, o que importava era o “espírito das ordens de Vossa Real Majestade”, o qual seguia os preceitos da “humanidade e da religião cristã”. Denunciava que no Mato Grosso – região de “fronteira” “onde só povoam homens de negócio e não famílias nobres, e se compõe o feminino em muitas mais partes de pretos da Costa” – havia muitos homens “com suficiência de servir e vivem abandonados e ultrajados”, o que, conforme sua percepção, contradizia os desígnios régios.¹⁹¹ Comparativamente a Vicente Ferreira Guedes, Figueiredo mostrava-se menos audacioso. O afastamento geracional da escravidão e a experiência social como homem quase branco talvez constituíssem entraves à formação de uma posição mais combativa em relação ao estatuto jurídico atribuído aos pardos.

Apesar disso, Figueiredo notava que os critérios de exclusão e inclusão estavam mudando. Para ele, as exigências de limpeza de sangue já não eram toleradas pelo rei, o que podia ser observado no compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila de Cuiabá. Por ordem régia, a cláusula que tocava no ponto em questão foi suprimida da versão final do referido compromisso; por outro lado, afirmava que no compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vila Bela “não se exprime essa condição”. Larissa Viana observou que, ao longo da segunda metade do século XVIII, as exigências quanto ao critério da pureza de sangue foram sendo tendencialmente suprimidas dos compromissos de irmandades do Rio de Janeiro.¹⁹²

Mais de uma década havia se passado desde que as primeiras notícias sobre o alvará de 1773 começaram a circular pela América. Após os eventos da Paraíba, as referências à libertação dos escravos tornam-se evidentemente menos recorrentes. Em seu lugar, emergem interpretações que enfatizavam a abolição das máculas destinadas aos pardos livres. Ter em vista o peso da escravidão na América é fundamental para entender o fenômeno. Se a abolição

¹⁹⁰ Cf.: AHU-Mato Grosso, cx. 26, doc. 1545. Vila Bela, 21 de maio de 1789. Agradeço a Luiz Geraldo Silva e a Gilian Evaristo França Silva a indicação e a transcrição desse documento.

¹⁹¹ Cf.: AHU-Mato Grosso, cx. 26, doc. 1545. Vila Bela, 21 de maio de 1789.

¹⁹² VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, pp. 168-170.

gradual da escravidão era concebida como uma transformação viável para Portugal, a situação era totalmente distinta na América, onde a escravidão constituía a base do sistema econômico e, ao mesmo tempo, fundamentava a estrutura social.¹⁹³ A historiografia tem chamado a atenção para a configuração peculiar da escravidão na América portuguesa e no Brasil imperial, caracterizada pela disseminação da posse de escravos pelo tecido social. Essas pesquisas demonstram que grande parte dos proprietários possuía de um a cinco cativos, caracterizando um quadro de profunda dependência para com o trabalho escravo.¹⁹⁴ Os homens de cor livres não estavam ausentes desse cômputo. Esses foram os casos, por exemplo, de Vicente Ferreira Guedes e de José Dias de Figueiredo, assim como de outros pardos referenciados ao longo desta tese. Situações como a dos pardos João Pereira Guimarães e Agostinho Alves Cardoso, moradores da Capitania de Goiás, eram exceções. Ambos chegaram a possuir, respectivamente, quinhentos e trezentos escravos.¹⁹⁵ Tendo em vista esse quadro, entende-se o silenciamento produzido na América em relação ao caráter abolicionista do alvará de 1773. Assim, pode-se sugerir que o papel basilar da escravidão na América portuguesa impôs limites claros à instrumentalização do alvará de 1773 para o desenvolvimento de pressões generalizadas pela liberdade escrava. A restrição da lei para o território de Portugal constitui evidência clara nesse sentido.

Embora o alvará tenha sido associado à habilitação dos pardos ainda na década de 1770, foi somente ao longo dos anos noventa que a interpretação dissemina-se por distintas regiões da América portuguesa. Nesse período, os usos da lei mudam significativamente. Já não se trata de referenciá-la somente com o objetivo de sustentar uma posição social individual ameaçada pelas investidas de concorrentes, mas sim de reivindicar a habilitação aos empregos civis e militares como um direito concedido aos pardos livres. O mais surpreendente é que essa percepção não se restringiu aos pardos, sendo compartilhada também por indivíduos pertencentes a outros grupos sociais, sem que isso tenha produzido um consenso sobre a questão. Entretanto, como se sabe, a abolição das diferenças jurídicas entre pardos e brancos seria institucionalizada apenas na Constituição de 1824.

Por volta de 1791, Martinho de Azevedo Coelho, pardo liberto, acumulava longa experiência como escrevente do cartório da Ouvidoria da Comarca do Rio de Janeiro. Porém,

¹⁹³ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp. 209-223.

¹⁹⁴ LUNA, Francisco Vidal. Estrutura e posse de escravos. In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. *Minas Colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE/PIONEIRA, 1982, pp. 31-55; SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos...*, pp. 209-223; MARQUESE, Rafael de Bivar. A Dinâmica da Escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos*. São Paulo, n. 74, 2006.

¹⁹⁵ Cf.: AHU-Goiás, cx. 33, doc. 2043. Vila Boa, 4 de junho de 1782.

ao buscar ser confirmado no ofício de escrivão ou tabelião em “qualquer juízo, câmara ou tribunal”, foi impedido “com o pretexto de ser da cor parda”.¹⁹⁶ Martinho questionava o impedimento, pois, para ele, o alvará de 16 de janeiro de 1773 havia abolido as restrições legais imputadas aos pardos e “se acha em seu inteiro vigor”. Junto ao requerimento, enviava uma cópia da lei para comprovar seus argumentos. Entre a documentação que acompanhou o requerimento, constava a informação conforme a qual o alvará havia sido publicado pelo ouvidor geral e corregedor da comarca do Rio de Janeiro “e mandado registrar em audiência de seis de dezembro de 1773”.¹⁹⁷ Com isso não é possível afirmar que a lei tenha sido divulgada como se fosse aplicável à América, mas é significativo que um órgão da justiça tenha anunciado a lei publicamente e que mantivesse uma cópia da mesma em seus arquivos. No parecer emitido provavelmente pelo chanceler da Relação do Rio de Janeiro, indicava-se que Martinho recebesse a provisão régia para ocupar os ditos ofícios, mas não em decorrência do alvará. De fato, alguns anos depois, o pardo Martinho apareceria como tabelião na Vila de Parati.¹⁹⁸

Conforme o pardo Miguel Ferreira de Souza, morador da cidade de Mariana, Capitania de Minas Gerais, os pardos e pretos “foram admitidos como vassalos leais de Vossa Majestade com todos os empregos e honras do Seu Real Serviço” pela “piedade” do rei D. José I.¹⁹⁹ A afirmação pautava-se no alvará de 16 de janeiro de 1773, anexado ao requerimento enviado à rainha D. Maria I no ano de 1796. Denunciava que as ordens régias não eram executadas na Capitania de Minas Gerais, onde os pardos e pretos continuavam excluídos dos empregos públicos e sendo desprezados pelos brancos; além disso, os escravos agraciados com a liberdade permaneciam em “cativeiro perpétuo”. Rogava à rainha que ordenasse “aos Vice-reis, Generais, Governadores, Ministros, Relações, Câmaras e ainda aos Arcebispos, Bispos, Ministros Eclesiásticos executem e cumpram o que Vossa Majestade determinar [...] faça publicar as ditas leis para que chegue a notícia de todos”.

O caso de Miguel Ferreira destoa da postura assumida por outros sujeitos coloniais que fizeram uso do alvará de 1773. Embora buscasse a concretização de objetivos pessoais, como a nomeação ao posto de sargento-mor, ao mesmo tempo apresentava-se como um porta-voz da população escrava, liberta e livre das Minas Gerais. Pouco tempo após o envio do requerimento, Miguel foi alvo de uma devassa que investigava o responsável por disseminar a

¹⁹⁶ Cf.: AHU-Rio de Janeiro (Avulsos), cx. 150, doc. 51. Anterior a 13 de setembro de 1791.

¹⁹⁷ Cf.: AHU-Rio de Janeiro (Avulsos), cx. 150, doc. 51. Anterior a 13 de setembro de 1791.

¹⁹⁸ A menção ao tabelião Martinho encontra-se em um documento de 1795 referente à venda de uma sesmaria. Consultado em: www.marcopolo.pro.br/genealogia/paginas/fam_macae_cap.htm.

¹⁹⁹ Cf.: AHU-Minas Gerais, cx. 142, doc. 23. Mariana, 19 de junho de 1796.

notícia de que os escravos pardos haviam sido libertados por ordem régia. Diversos depoimentos relataram que ele havia contado aos escravos sobre um requerimento enviado à rainha para demandar que a lei fosse executada. Em troca, exigia alguns “mimos” como pagamento ao serviço prestado.²⁰⁰ Desse modo, a leitura conferida ao alvará de 1773 por Miguel mostrava-se bem mais abrangente que a de seus contemporâneos, não se restringindo à habilitação dos pardos livres. A plausibilidade da união entre as demandas de pretos e pardos, libertos e livres, nas Minas Gerais não foi exclusividade de Miguel Ferreira. Vimos em capítulos anteriores que, em meados do século XVIII, o crioulo Marçal Coutinho apresentou-se como representante dos forros, mais especificamente dos “crioulos, pretos, mestiços, cabras e mulatos”.²⁰¹ Ambos articularam um discurso inclusivo que caracterizava a população preta e parda já em estado de liberdade como esteios da ordem colonial, apresentando-se como “leais vassalos”.

Comparativamente a outras regiões da América portuguesa, nas capitanias da Bahia e de Goiás o alvará de 1773 deu origem a um campo de tensões peculiar, pois passou a envolver a coletividade dos pardos. Embora os casos da Paraíba e de Minas Gerais tivessem o mesmo potencial, os principais envolvidos com a circulação das informações sobre a lei foram indivíduos isolados. Já foi observado que os corpos militares constituíam espaços privilegiados para a emergência de disputas e conflitos entre brancos e pardos. De um lado, militares brancos relutavam em reconhecer os privilégios e honras conferidos aos milicianos pardos, de outro, os pardos recorriam ao rei a fim de denunciar o desprezo infligido a eles. Em meados da década de 1790, esses conflitos foram acentuados em Salvador em decorrência das reformas executadas pelo governador D. Fernando José de Portugal, as quais destituíram os oficiais pardos do alto escalão de comando do Quarto Regimento. Foi precisamente nesse contexto que o alvará de 1773 foi apropriado pelos pardos como combustível na luta contra as pressões impostas pelas elites locais.

Luiz Gonzaga das Virgens, condenado à morte por ser considerado um dos idealizadores da sedição de 1798, contestava o tratamento conferido aos pardos, principalmente aqueles que integravam as tropas regulares como soldados. Eles seriam submetidos a “tristes e inumanos procedimentos”, não tendo acesso aos postos de comando

²⁰⁰ Apud GROSSI, Ramon Fernandes. *O dar o seu a cada um: demandas por honras, mercês e privilégios na capitania de Minas Gerais (1750-1808)*. Tese – Doutorado em História. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005, p. 191.

²⁰¹ Cf.: SILVEIRA, Marco Antonio. Narrativas da contestação. Os capítulos do crioulo José Inácio Marçal Coutinho (Minas Gerais, 1755-1765). *História social*, n. 17, pp. 285-307, 2009.

em decorrência dos “acidentes ou cores”.²⁰² Afirmava que, mesmo dotados de toda a aptidão e requisitos necessários para exercer cargos de comando, a ascensão na hierarquia das tropas de brancos era impossível. Isso tudo “não obstante a lei de 16 de janeiro de 1773, na qual habilita Sua Majestade aos ditos homens pardos manumissos para que sejam dignos de uma radical e genérica introdução nos atos e ministérios públicos e civil com honra, acesso e isenção de vileza”.²⁰³ Se o alvará de 1773 havia abolido as notas de vileza imputadas aos pardos libertos, habilitando-os aos empregos civis e públicos, parecia lógico que a habilitação fosse extensiva também os empregos militares.

Luiz Gonzaga questionava os critérios tradicionais de hierarquização social, negando que qualidades como a cor da pele ou a nobreza fossem suficientes para gerar distinções jurídicas entre pardos e brancos. Advogava que as capacidades pessoais e os serviços prestados ao Estado constituíam as fontes legítimas de distinção social. Ele não foi o único a expressar essas opiniões. Tão logo tiveram as primeiras notícias sobre as alterações praticadas pelo governador D. Fernando José de Portugal na estrutura de comando do Quarto Regimento de Milícias de Salvador, os oficiais pardos recorreram ao soberano – na época o príncipe regente D. João. Na missiva encaminhada ao Conselho Ultramarino em 1797, denunciavam a opressão exercida pelos brancos, os quais entendiam “com sinistro entusiasmo que a cor branca influía nos indivíduos alguma virtude, ou merecimento”.²⁰⁴ Em outras palavras, os oficiais pardos negavam que a cor branca fosse um critério válido de diferenciação social. Tratava-se da mesma tese defendida por Luiz Gonzaga poucos anos antes.

Além de demandarem a manutenção dos postos superiores do regimento e o direito de ocupá-los, os oficiais pardos aproveitaram a oportunidade para denunciar outra injustiça. Em Salvador, eles eram excluídos dos “acessos a qualquer emprego da república, tanto no judicial, quanto no militar pago”. Porém, “a real piedade do Senhor Rei D. José [...] em consideração aos Direitos da Humanidade foi servido providenciar estes abusos pela santa lei de 16 de janeiro de 1773 a respeito dos que nasciam debaixo do jugo do cativo”. E concluíam: “se aquela sagrada lei habilita aos que, nascidos no cativo, se libertam para obterem os ofícios, honras e dignidades da República, com quanta maior razão senão deve observar isto acerca daqueles que, nascendo já de avôs livres, nunca conheceram aquela sujeição?”.²⁰⁵

²⁰² Cf.: ADCA, v. I, p. 225.

²⁰³ Cf.: ADCA, v. I, p. 226.

²⁰⁴ Cf.: AHU-Bahia (Avulsos), cx. 206, doc. 35 e 41. Lisboa, 28 de junho de 1797.

²⁰⁵ Cf.: AHU-Bahia (Avulsos), cx. 206, doc. 35 e 41. Lisboa, 28 de junho de 1797.

Ao destacarem que já estavam na terceira geração de liberdade, os pardos buscavam afirmar que dispunham de uma condição social diferenciada em relação aos seus pares libertos. Estavam de acordo com os referenciais tradicionais que escalonavam a população proveniente da escravidão de acordo com fatores como a tonalidade da pele e o afastamento geracional do ascendente cativo. Recordemos que o mulatismo constituía impedimento legal até a quarta geração de liberdade. Nesse sentido, o alvará de 1773 era lido como um instrumento que acelerava o processo de mudança de *status* em curso.

Quando ainda tentava amenizar o clima de tensão social que dominava a cidade de Salvador, o Conselho Ultramarino deparou-se com a formação de mais um possível foco de conturbação social nos domínios americanos. Tratava-se da interiorana capitania de Goiás, que desde alguns anos já anunciava problemas devido às intensas lutas políticas entre as elites locais e os governadores. Desde a gestão de Luis da Cunha Meneses (1778-1783), cartas eram enviadas a Lisboa com o objetivo de denunciar as atitudes despóticas dos governadores. Porém, foi durante o governo de D. João Manuel de Menezes (1800-1803), primo de Luis da Cunha, que as tensões chegaram ao limite.²⁰⁶ Os camaristas de Vila Boa, capital de Goiás, acusavam-no de agir arbitrariamente contra a Fazenda Régia, a Real Casa da Fundição e a própria Câmara, fazendo com que o centro administrativo da capitania estivesse “numa irremediável desordem”. Solicitavam, por isso, a imediata deposição de D. João Manuel de Menezes.²⁰⁷

Os pardos livres estavam diretamente envolvidos nessa trama de disputas e conflitos. Conforme denúncia dos camaristas, D. João Manuel de Menezes apoiava abertamente pretos, mulatos e cativos.²⁰⁸ Alforriava escravos mesmo contra a vontade de seus senhores, popularizando-se entre a população comum como o governador que “fazia justiça aos pobres”, fama que compartilhava com o primo D. Luis da Cunha. Em relação aos pardos, conferia-lhes funções sociais de prestígio como cargos em órgãos públicos e patentes em corpos militares. Foram particularmente explosivas a nomeação de Antonio José Vidal de Ataíde – conforme os camaristas um “mulato de segundo grau” – aos cargos de tabelião e de capitão-mor e a eleição de João Pedro da Cunha como vereador. Este era casado com uma

²⁰⁶ Sobre as tensões políticas em Vila Boa em fins do século XVIII e início do XIX, ver LEMKE, Maria. O governador louco e os pardos – subversão política em Goiás. In: *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*, Fortaleza, 2009, pp. 1-11; SOARES, Márcio de Souza. Pretos e pardos na fronteira do Império: hierarquias e mobilidade social de libertos na capitania de Goiás (século XVIII). In: *Anais do IV Seminário de Pesquisa de ESR*, Campos dos Goytacazes, 2011, pp. 1-17.

²⁰⁷ Cf.: AHU-Goiás, cx. 45, doc. 2654. Vila Boa, 9 de março de 1803.

²⁰⁸ Cf.: AHU-Goiás, cx. 45, doc. 2650. Vila Boa, 2 de março de 1803.

“mulata no segundo grau”, neta de uma escrava.²⁰⁹ Os protestos dos camaristas pautavam-se na legislação que inabilitava os mulatos ao exercício de cargos públicos por não pertencerem ao grupo dos “limpos de sangue”.²¹⁰ Para eles, os mulatos padeciam de “defeitos da natureza” e, por isso, deveriam ser mantidos excluídos das funções de maior prestígio e poder.

A posição combativa manifestada pelos camaristas não era uma resposta a casos pontuais. Antes, tratava-se de uma tentativa emergencial para tentar conter as pressões articuladas pelos próprios pardos. Em fevereiro de 1803, mais de sessenta indivíduos pardos haviam enviado uma representação ao príncipe regente na qual demandavam a confirmação de seu novo *status*, o de habilitados.

Assim como os pardos baianos, esses homens eram militares, a maioria deles integrante do terço auxiliar dos pardos, o que confirma, uma vez mais, a importância das milícias como os principais nichos de politização disponíveis aos libertos e seus descendentes. A força política dos pardos de Vila Boa devia-se, sobretudo, às características peculiares de Goiás. Como vimos no primeiro capítulo, tratava-se de uma região de fronteira, onde os brancos constituíam a minoria da população em face do avultado contingente de escravos, empregado na exploração aurífera. A carência de homens brancos permitiu que a população liberta e livre desempenhasse importantes funções sociais na manutenção daquela colônia. Além disso, muitos tiveram acesso a significativos níveis de riqueza. Era comum que esses homens, alguns deles nascidos de relacionamentos entre proprietários e suas escravas, fossem reconhecidos pelos pais e, por isso, passassem a integrar a elite econômica local. Os casos do coronel João Pereira Guimarães e do tenente-coronel Agostinho Alves Cardoso, respectivamente com quinhentos e trezentos escravos, evidenciam o fenômeno.²¹¹ A mulata de segundo grau casada com Pedro da Cunha era neta de uma escrava e do capitão-mor branco Miguel Alves da Ora.²¹²

Desse modo, a presença de pardos, ainda geracionalmente próximos ao ascendente escravo, em funções sociais mais prestigiosas não era fato novo em Vila Boa. Além disso, tinham plena consciência do papel que desempenhavam na manutenção da ordem colonial por meio dos corpos militares. Isso já era suficiente para que aspirassem receber um tratamento diferenciado por parte do Estado, o que, em parte, já acontecia. Suas patentes garantiam-lhes

²⁰⁹ Cf.: AHU-Goiás, cx. 45, doc. 2650. Vila Boa, 2 de março de 1803.

²¹⁰ Cf.: APM, SC, cx. 29, doc. 17. Ordem de 27 de janeiro de 1726.

²¹¹ Cf.: AHU-Goiás, cx. 33, doc. 2043. Vila Boa, 4 de junho de 1782.

²¹² Cf.: AHU-Goiás, cx. 47, doc. 2700. Vila Boa, 5 de fevereiro de 1803. Sobre os arranjos familiares em Goiás e as possibilidades de mobilidade social proporcionadas aos escravos e seus descendentes libertos ver: LEMKE, Maria. *Trabalho, família e mobilidade social – notas do que os viajantes não viram em Goiás*. c. 1770 – c. 1847. Tese – Doutorado em História. Goiânia: Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 2012.

privilégios e honras que a maior parte da população ligada à escravidão não tinha acesso. O que era novo no início do século XIX era a articulação de um movimento coletivo por parte dos pardos para terem acesso aos cargos públicos. A formulação dessa expectativa foi resultado direto das mudanças legislativas ocorridas ao longo do reinado de D. José I (1750-1777).

Diferentemente das demais regiões da América portuguesa, os pardos de Goiás dispunham de uma visão mais ampla acerca das reformas promovidas durante aquele período. Não conheciam apenas o alvará de 16 de janeiro de 1773. Na representação enviada ao Conselho Ultramarino, chamavam a atenção para as leis que haviam abolido as distinções jurídicas entre naturais da Índia e reinóis e entre os cristãos-velhos e novos.²¹³ Essas leis evidenciavam que as máculas provenientes do ideário da pureza de sangue já não eram operantes. Conforme liam na lei sobre os cristãos-novos, os crimes de lesa-majestade, divina e humana, constituíam os únicos capazes de gerar inabilidade; todos os demais vassalos, “naturais dos meus reinos e seus domínios”, passavam a ser hábeis.²¹⁴ A derrogação dos estatutos de pureza de sangue era confirmada também pelo alvará de 16 de janeiro de 1773, que extinguiu a categoria dos libertos, tornando-os habilitados para “todas as honras, ofícios e dignidades”.

A legislação confirmava o que pardos de diferentes capitanias vinham afirmando já há um bom tempo, ou seja, que as diferenciações entre os súditos eram decorrentes dos serviços prestados ao Estado e das capacidades individuais. Por isso, declaravam ao rei “que não deverão ser tratados os suplicantes como inábeis para qualquer Emprego da República, a bem do Estado, sendo que tenham a capacidade e inteligência precisa para os exercer, só pelo defeito da cor”.²¹⁵ Embora ainda empregassem o conceito de “defeito da cor”, o faziam ressaltando que o mesmo havia sido revogado por ordem régia. Desde então, encontravam-se completamente habilitados.

Na última década do século XVIII e primeiros anos do XIX, as monarquias ibéricas, cada uma a seu modo, deparavam-se com problemas de ordem comum. Um dos desafios era equilibrar as tensões geradas pelo avanço da centralização monárquica e a necessidade de sustentar o ordenamento social, profundamente hierárquico e desigual. Devido às interdependências estabelecidas entre os grupos sociais, alterações no potencial de retenção de

²¹³ Respectivamente o alvará de 2 de abril de 1761 e o de 25 de maio de 1773.

²¹⁴ Cf.: Lei de 25 de maio de 1773. In: SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações*. Legislação de 1763 a 1774. Lisboa: Typografia Maignense, 1829. p. 672-678.

²¹⁵ Cf.: AHU-Goiás, cx. 47, doc. 2700. Vila Boa, 5 de fevereiro de 1803.

poder de cada um deles tendiam a reverberar no equilíbrio social como um todo. O fim de certas inabilidades demonstra de forma clara essa relação. Em conjunto, as abolições das restrições impostas aos indianos, cristãos-novos e aos libertos confluíam para o enfraquecimento dos ideais de pureza de sangue que secularmente sustentavam parte do monopólio exercido pela nobreza. Mesmo que a maior parte dos pardos não tenha manifestado conhecimento acerca de todas essas leis, o que se quer destacar é o desenvolvimento de um ambiente mental mais propício ao questionamento dos critérios tradicionais de diferenciação social como os atribuídos ao nascimento e à nobreza.

Pode-se argumentar que os questionamentos ao ideário do “defeito da cor” ou do “defeito de sangue” foram pontuais e que, por isso, não podem ser tomados como evidências de uma tensão que causasse temor nos quadros da alta administração colonial. De fato, na cultura política que informava as monarquias ibéricas, as demandas individuais podiam ser tratadas a partir da lógica da graça e, portanto, serem atendidas ou refutadas completamente sem que isso causasse maiores problemas. No entanto, o que se desenhava em fins do século XVIII tendia a ultrapassar os limites do que era tradicionalmente aceito. Em primeiro lugar, o sentido das demandas havia mudado. Os pardos questionavam abertamente os impedimentos que lhes vetavam o acesso aos empregos públicos e funções de maior prestígio social; procediam de tal modo legitimados pelo alvará de 16 de janeiro de 1773. Em segundo lugar, é preciso atentar para o fato de que tanto as demandas individuais como as coletivas eram encaminhadas para a mesma instância, o Conselho Ultramarino. Nesse sentido, supõe-se que a acumulação de demandas baseadas nos mesmos argumentos constituísse um sinal de alerta aos conselheiros encarregados da administração colonial. Em terceiro lugar, mas não menos importante que os demais fatores, é nítida a preponderância de militares entre os indivíduos que mais pressionavam o Estado. Esses indivíduos se valiam da legitimidade institucional conferida pelas funções que desempenhavam como esteios do poder do Estado.

A eclosão da sedição de 1798 em Salvador aprofundaria de modo significativo as discussões sobre o lugar social e político dos pardos. No capítulo 2 viu-se que o movimento ocorreu em um ambiente social já marcado por inquietações causadas pelas diferenças jurídicas entre pardos e brancos no que dizia respeito ao acesso aos privilégios e funções sociais de prestígio. A interpretação conferida ao alvará de 16 de janeiro de 1773, conforme a qual os pardos haviam sido habilitados, foi, em grande medida, responsável pela crescente insatisfação. Ao mesmo tempo, as reformas militares promovidas por D. Fernando José de Portugal em meados da década de 1790 restringiram os espaços de poder reservados aos

pardos, frustrando suas expectativas de distinção e minando o sistema de controle social historicamente seguido pela Coroa portuguesa.

O impacto de 1798 para o delineamento das relações entre o Estado português e os pardos consistiu em demonstrar à administração colonial que suas demandas não poderiam ser simplesmente ignoradas. A partir do exemplo baiano, Lisboa teve plena consciência do peso político dos pardos para a manutenção da ordem colonial. O impasse exigia uma solução equilibrada. Em relação ao projeto de sedição, as ações da Coroa não destoaram das fórmulas tradicionalmente seguidas. Os acusados como cabeças do movimento – todos pardos – foram condenados à morte e expostos publicamente, servindo de exemplo aos que porventura ainda nutrissem ou viessem a nutrir expectativas de rompimento com Portugal. No entanto, o problema maior eram os indivíduos que, embora não tivessem sido implicados diretamente na sedição, mostravam-se igualmente insatisfeitos com a posição que ocupavam no interior da hierarquia social. Assim como Luiz Gonzaga das Virgens, os oficiais pardos pertencentes ao Quarto Regimento questionavam o monopólio exercido pelos brancos tanto no âmbito militar como no civil. O problema ganhava dimensões ainda mais preocupantes a partir da constatação de que as mesmas inquietações eram manifestadas por pardos residentes em outras capitânicas da América.

Quase sempre reticente, a Coroa portuguesa passava a ser pressionada a posicionar-se em relação ao problema da inserção social e política dos pardos, e não somente por esses. As pressões vinham da própria administração americana. O governador D. Fernando José de Portugal criticava a liberalidade da monarquia para com os pardos. Conforme ele, as causas do movimento sedicioso eram tanto de origem externa ao mundo americano como internas a ele. Destacava a influência do “espírito do século”, representado pelos novos significados atribuídos ao conceito de liberdade, bem como às notícias sobre os “tristes sucessos da Europa”. Por outro lado, chamava a atenção para o “demasiado favor” que alguns pardos da capitania vinham recebendo. Era contrário principalmente à concessão de hábitos das ordens militares e outras “distinções”, o que os legitimava a ampliar cada vez mais suas expectativas por honras e privilégios. Embora admitisse que na condição de “vassalos” os pardos mereciam algumas recompensas, buscava persuadir a rainha D. Maria I a ter cuidado com a questão, pois “não convém, contudo, em um país de conquista, em que esta gente compõe uma grande parte da população, que seja demasiadamente igualada à classe dos homens brancos”.²¹⁶ A mesma opinião era corroborada pelo provedor da Casa da Moeda da Bahia,

²¹⁶ Cf.: AHU-Bahia (Castro e Almeida), cx. 99, doc. 19326. Bahia, 4 de abril de 1799.

José Venâncio de Seixas, para quem a concessão de patentes militares aos pardos havia ampliado “suas ideias vaidosas, o que, junto ao espírito do século, os faz romper em toda qualidade de excessos”.²¹⁷

Somavam-se a esses questionamentos as múltiplas opiniões acerca da vigência do alvará de 16 de janeiro de 1773 na América. Em resposta às denúncias apresentadas pelos pardos, D. Fernando José de Portugal sugeria à rainha “declarar a inteligência e interpretação que a mesma lei deve ter nas capitanias do Brasil”.²¹⁸ Essa era uma questão cotroversa e devia-se, em grande medida, à omissão da Coroa em posicionar-se. Vimos que alguns governadores foram responsáveis por reproduzir a ideia conforme a qual o alvará era válido para a América. O caso mais instigante nesse sentido deu-se na conturbada capitania de Goiás, onde o governador D. João Manuel de Menezes divulgou notícias sobre os alvarás que puseram fim às inabilitações dos naturais da Índia, cristãos-novos e dos libertos. Defendia que os mulatos não eram reputados inabilitados pelas leis presentes nas Ordenações e que, mesmo que assim o fosse, pelo alvará de 16 de janeiro de 1773 foram “destruídas semelhantes preocupações, que muitas vezes inabilitam um bom servidor sem culpa pessoal e só pelo quimérico acidente do defeito da cor em que este não foi culpado”.²¹⁹

Quando convocado pelo Conselho Ultramarino a informar sobre o requerimento do pardo Miguel Ferreira de Souza, Bernardo José de Lorena, governador de Minas Gerais (1797-1803), não hesitou em afirmar que o alvará de 1773 “nunca teve lugar no Brasil”. Pedia ao ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho para que alertasse a rainha sobre as consequências políticas relacionadas às aspirações dos pardos e pretos. Tinha como referência os “fatos ocorridos nas Antilhas”, que serviam de aviso aos administradores de colônias caracterizadas pela desproporção demográfica entre brancos e pardos/pretos, como era o caso de Minas Gerais. Finalizava a informação afirmando que “parece-me será muito prejudicial se Sua Majestade favorecer mais em geral aquela casta de gente do que a tem já favorecido pelas suas sábias e justíssimas leis”.²²⁰ Um ano depois, D. Rodrigo de Souza Coutinho receberia a mesma exortação por parte de D. Fernando José de Portugal.

Frente a difícil tarefa de manejar um mundo em crescente ebulição, as respostas formuladas pelo Conselho Ultramarino e pelo rei buscavam encontrar um meio-termo que equilibrasse as tensões. Os caminhos seguidos evidenciam o peso político dos pardos nos domínios americanos. Retomemos o parecer do Conselho Ultramarino de 13 de janeiro de

²¹⁷ Cf.: AHU-Bahia (Castro e Almeida), cx. 94, doc. 18433. Bahia, 20 de outubro de 1798.

²¹⁸ Cf.: AHU-Bahia (Avulsos), cx. 217, doc. 4. Bahia, 18 de abril de 1798.

²¹⁹ Cf.: AHU-Goiás, cx. 45, doc. 2650. Grifos no original. Vila Boa, 25 de fevereiro de 1802.

²²⁰ Cf.: AHU-Minas Gerais, cx. 144, doc. 21. Vila Rica, 17 de abril de 1798.

1800. Elaborado em resposta às demandas dos oficiais pardos pertencentes ao Quarto Regimento de Salvador, ele seria fundamental para a definição das resoluções régias relativas aos regimentos de pretos e pardos da América. Como vimos em capítulo anterior, os conselheiros sugeriam a manutenção do ordenamento tradicional do Regimento, preservando o direito dos oficiais pardos de ocupar os postos superiores de coronel, tenente-coronel e ajudante. O equilíbrio social na América justificava a medida. Lembravam ao príncipe regente da função política inerente aos corpos militares. A concessão de postos militares aos pretos e pardos historicamente havia sido considerada o meio “mais fácil e mais justo, e o mais político para lhes influir e radicar nos seus corações o amor e a fidelidade que devem conceber e conservar ao seu soberano e à sua pátria”.²²¹ Desse modo, além do serviço militar efetivamente prestado, esses corpos eram peças fundamentais do sistema de controle social que sustentava o domínio régio na América. Diante desse quadro e dos “direitos adquiridos” pelos pardos e pretos ao longo do tempo, parecia certo aos conselheiros que reformas como as propostas por D. Fernando José de Portugal causariam protestos. Era preciso tratar a questão com precaução, ainda mais “na presente época”. Embora sucinta, a referência é plenamente deduzível. A “época” era marcada pela disseminação dos ideais forjados na Revolução Francesa, os quais tinham potencial para desestruturar o mundo colonial, como demonstravam os casos da Revolução de Saint-Domingue e do projeto de sedição de 1798.

Para os conselheiros, a administração dos conflitos e disputas entre pardos e brancos passava, necessariamente, pela afirmação da soberania régia. Afirmavam que “todos os seus fiéis vassalos, brancos, pardos ou pretos, recebem sem diferença dos acidentes de que são dotados aquele feliz amor e agasalho, que não diminui, antes sim exalta a soberania do trono”. Esse princípio, porém, não era reconhecido pelos brancos na América, que se valiam do ideário acerca do “defeito da natureza” para desprezar os pardos e mantê-los subordinados. No entanto, para os conselheiros, os critérios de diferenciação social pautados em supostos direitos naturalizados e autônomos em relação à vontade régia já não deviam ser tolerados; cabia exclusivamente ao rei o direito ao estabelecimento das diferenciações entre os vassalos, o que constituía um dos fundamentos do processo de centralização monárquica em curso. Lembremos que o mesmo fundamento encontrava-se, por exemplo, na lei que aboliu as diferenças entre cristãos-novos e velhos, determinando que o crime de lesa majestade passava a constituir o único capaz de imputar inabilidade, ficando os demais vassalos totalmente hábeis. Logo, percebe-se como os pardos souberam explorar as transformações políticas do

²²¹ Cf.: AHU-Bahia (Avulsos), cx. 217, doc. 4. Lisboa, 13 de janeiro de 1800.

período – ou tiveram condições fazê-lo –, particularmente no que diz respeito às tensões entre a monarquia e os grupos ligados à nobreza na América. Ao enfraquecer o ideário do “defeito”, minava-se um dos fundamentos do monopólio exercido pela nobreza a certos privilégios e honras, alterando, desse modo, o potencial de retenção de poder desses grupos. As reações das elites ao longo da década de 1790 podem ser lidas como sintomas dessas tensões.

Talvez tenha sido Russell-Wood o primeiro a notar a importância histórica da Consulta de 13 de janeiro de 1800. Conforme afirmava, “ela representa um marco na história das relações entre as raças no Brasil colonial”.²²² Porém, como já observado em outro momento, o caráter conciso da exposição não permite inferir qual o significado da assertiva para aquele historiador. De nossa parte, destacamos que a consulta reconhecia demandas pleiteadas por indivíduos pardos desde, pelo menos, meados do século XVIII, confirmando que a cor constituía mero acidente e, portanto, era critério insuficiente para gerar inabilidade. Por outro lado, a consulta foi fundamental para a definição das respostas formuladas pela Coroa para equilibrar as tensões entre pardos e brancos na América.

As resoluções régias que se seguiram à consulta de 13 de janeiro revelam a síntese resultante das demandas dos pardos, do parecer do Conselho Ultramarino e do governador D. Fernando José de Portugal. Avaliada como ambígua por Russell-Wood, a postura régia perante essas tensões foi, sobretudo, determinada pelas interdependências entre os grupos sociais. No início do século XIX, era impossível ignorar as pressões exercidas pelos pardos, ou pelo menos as de um segmento específico do grupo, os milicianos. Na ordem régia destinada a D. Fernando José de Portugal poucos meses após a emissão da consulta, ordenava-se que as considerações sobre os pardos de Salvador fossem elaboradas “tomando em consideração a necessidade que há de uma parte de não desanimar os oficiais pardos [...], [pois poderiam] mostrar-se menos afectos ao governo, e da outra parte não os elevar tanto que possam vir a perturbar a tranquilidade pública”.²²³ Mais do que revelar as ambiguidades das ações régias²²⁴, a solução proposta indica a consciência da monarquia em relação ao potencial político dos pardos, informado pela opinião conforme a qual “esta gente em todas as Colônias se tem sempre mostrado a mais inquieta”.²²⁵ O caráter inquieto dos pardos evocado na ordem régia certamente tinha em vista as insatisfações correntes manifestadas por eles em relação à posição inferior que ocupavam no interior do quadro societário colonial.

²²² RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos...*, p.141.

²²³ Cf.: APEB, Ordens Régias, V. 91, doc. 71. Queluz, 20 de abril de 1800.

²²⁴ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos...*, p.141.

²²⁵ Cf.: APEB, Ordens Régias, V. 91, doc. 71. Queluz, 20 de abril de 1800.

No início do século XIX, a trajetória histórica dos pardos da América portuguesa somava-se à experiência dos pardos do mundo colonial mais vasto. Os eventos revolucionários ocorridos no Caribe, sobretudo a Revolução em Saint-Domingue, confirmavam o potencial político do grupo. Embora as notícias sobre os acontecimentos na ilha francesa não chegassem à América portuguesa na mesma intensidade que em outras colônias localizadas no Caribe, autoridades coloniais e membros das elites locais evocavam o caso visando legitimar a adoção de modelos de controle social mais rígidos.²²⁶ Bernardo José de Lorena, que governou Minas Gerais entre os anos de 1797 e 1803, alertava a rainha sobre os “fatos acontecidos nas Antilhas”, os quais demonstravam os perigos inerentes ao favorecimento demasiado da população parda e preta liberta em colônias onde essa população abundava, como era o caso de Minas Gerais.²²⁷

Apesar das vozes coloniais que sugeriam o cerceamento de privilégios e o aumento do controle social destinado à população liberta e livre, esse não foi o caminho adotado por Lisboa. A resposta viria com o alvará de 17 de dezembro de 1802. Embora fosse uma lei destinada ao aprimoramento técnico das milícias, conferindo-lhes quadros mais profissionais, seus significados vão muito além do âmbito militar. Ele é aqui tomado como a resposta formulada pela Coroa para equacionar as pressões dos pardos, das elites locais e da administração colonial residente na América. Não obstante as brechas deixadas pelo texto legal, ele reconheceu as demandas dos pardos em dois sentidos: por um lado, assegurou aos oficiais pardos e pretos o direito de ocupar os postos superiores de seus regimentos, por outro, negou que a “diferença da cor” pudesse ser tomada como um princípio legítimo de diferenciação social. Pela clareza da declaração, vale a pena reproduzi-la novamente:

[...] Sendo porém muito conveniente ao Meu Real Serviço, e inteiramente conforme aos princípios da Razão, e Direito natural, que eu procure como pai comum de todos os meus vassallos desterrar de seus ânimos a odiosa preocupação, com que muitos ainda consideram a diferença das cores como um princípio, de que devem resultar diversos direitos entre aqueles em que se não dá a uniformidade deste acidente [...].²²⁸

A declaração não deixa dúvidas de que a derrogação do ideário do “defeito da cor” estava relacionada às ambições centralizadoras da Coroa, que, fundamentada nos princípios ilustrados da Razão e do Direito Natural, buscava sobrepor-se aos demais poderes

²²⁶ MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis. Revolta escrava e política da escravidão: Brasil e Cuba, 1791-1825. *Revista de Indias*, v. LXXI, n. 251, pp. 19-52, 2011.

²²⁷ Cf.: AHU-Minas Gerais, cx. 144, doc. 21. Vila Rica, 17 de abril de 1798.

²²⁸ Cf.: AHU-Bahia (Castro e Almeida), cx. 131, doc. 25846.

concorrentes. Mais significativo, no entanto, é perceber que a Coroa respondia demandas que há muito tempo eram pleiteadas pelos pardos. A cor, por fim, era reconhecida como um acidente, incapaz de gerar “diversos direitos” entre os vassalos do rei. Cabia à soberania régia, portanto, arbitrar quais os “direitos” devidos a cada um de seus vassalos.

Se a cor era admitida como um acidente, o que dizer sobre a tão almejada habilitação para “todos os ofícios, honras e dignidades”? Sugere-se que o alvará de 17 de dezembro de 1802 foi a aplicação parcial do alvará de 16 de janeiro de 1773 na América após quase três décadas de discussões. A aplicação foi parcial porque se limitou à habilitação aos empregos militares, silenciando sobre as habilitações aos “empregos públicos”. A solução foi condicionada pelas características específicas da América. Em primeiro lugar, porque o alvará, embora fosse interpretado como uma lei que habilitou os pardos, originalmente decretava a abolição da escravidão. Por isso a Coroa nunca poderia reconhecer a extensão positiva do alvará para a colônia americana, onde a escravidão sustentava o sistema econômico e, ao mesmo tempo, servia de base para o próprio ordenamento social. Em segundo, mas não menos importante, porque a habilitação plena dos libertos e de seus descendentes transformaria por completo a estrutura social americana em decorrência do peso populacional do grupo. A alternativa encontrada foi, então, restringir a habilitação a um segmento social específico no interior do grupo dos pardos, o dos milicianos.

Ao longo desta tese vimos que os milicianos constituíram, efetivamente, um grupo de pressão capaz de obter reconhecimento por parte do Estado. Foi a partir da legitimidade propiciada pela milícia que os pardos puderam manifestar suas insatisfações em relação ao lugar social ocupado pelo grupo. Embora suas demandas muitas vezes fossem voltadas para questões relativas ao mundo militar, não raro elas ultrapassavam esse limite, gerando discussões sobre a generalidade do grupo. Em fins do século XVIII, longe de serem considerados “desestruturadores”, estava claro à Coroa que os pardos, sobretudo os milicianos, eram fundamentais à manutenção dos domínios coloniais, assim como os pretos. No entanto, havia uma distinção importante entre os dois grupos sociais. Os oficiais pretos não vinculavam suas demandas militares a aspirações civis equivalentes às manifestadas pelos pardos. Não há indícios na documentação e nem na historiografia de que indivíduos pretos pleiteassem a habilitação aos empregos públicos ou que questionassem as diferenças jurídicas entre eles e os brancos. A proximidade com a escravidão ou ao menos a associação mais

direta entre os pretos e a experiência do cativo certamente explica os limites de suas expectativas.²²⁹

Mesmo que o alvará de 1773 nunca tenha sido oficialmente declarado como válido para a América, seu significado histórico ainda assim é significativo. Ele ampliou as expectativas dos pardos, que passaram a pleitear a habilitação para todos os “ofícios, honras e dignidades”. A partir do conhecimento da lei, os pardos consolidaram um discurso unívoco que negava a legitimidade legal do “defeito da cor” para gerar inabilidade. Como vimos, essas demandas foram reconhecidas pelo Conselho Ultramarino e confirmadas pelo rei por meio do alvará de 17 de dezembro de 1802. Nele, negava-se que a “diferença da cor” fosse um princípio capaz de gerar “diversos direitos” entre os vassallos; a cor nada mais era que um “acidente”. Como já ressaltado em outros momentos, essa declaração cimentou o que há muito tempo era defendido por pardos de diferentes cidades da América portuguesa.

Diante desse quadro, não surpreende que o marechal de campo Florêncio José Correia de Mello não visse problema algum em afirmar que os pardos eram admitidos aos empregos públicos e que “gozavam como os outros vassallos livres dos privilégios de cidadãos”. A transformação do *status* social dos pardos devia-se à lei de 16 de janeiro de 1773, que os admitiu “a todos os ofícios, honras e dignidades, sem que lhes obste a diferença de cor”.²³⁰ No mesmo ano, os oficiais pardos da cidade do Rio de Janeiro, ao lerem o alvará de 1802, julgavam “não encontrar-se [na] classe dos suplicantes defeitos da natureza ou infâmia”.²³¹

Não se está sugerindo que as distinções entre pardos e brancos foram abolidas no início do século XIX e que a igualdade tenha sido decretada. Isso constituiria uma visão anacrônica do processo histórico. Aquela continuava a ser uma sociedade hierárquica e desigual, cujos fundamentos seriam transformados tão somente com a outorga da Carta Constitucional de 1824. No entanto, procurou-se evidenciar o processo de transformação do *status* social dos pardos livres, o qual, porém, encontrava-se incompleto. De fato, os pardos não obtiveram a habilitação plena para todos os “ofícios, honras e dignidades”. Das habilitações possíveis, apenas a militar foi outorgada efetivamente aos pardos e pretos, pelas razões já apontadas. É possível sugerir, por outro lado, que, na prática, muitos pardos ocupavam cargos públicos da baixa burocracia das cidades, em funções como as de escrivão, tabelião, advogados rúbulas, etc. Como vimos, essa já era uma realidade em muitas cidades

²²⁹ Tomando como base as proposições de Igor Kopytoff, pode argumentar-se que os pretos estavam mais próximos da escravidão no *continuum* escravidão-liberdade que caracterizava o processo de mudança de *status* inerente à escravidão. A historiografia vai na mesma direção. KOPYTOFF, Igor. Slavery. *Annual Review of Anthropology*, vol. 11, pp. 207-230, 1982.

²³⁰ Cf.: AHU-Bahia (Castro e Almeida), cx. 131, doc. 25846. Bahia, 25 de fevereiro de 1803.

²³¹ Cf.: AHU-Rio de Janeiro (Avulsos), cx. 215, doc. 17. 31 de julho de 1804.

com elevado contingente de pardos. Nesse sentido, é plausível que o enfraquecimento do ideário do “defeito” tenha favorecido a manutenção e expansão dessa realidade.

Quanto às habilitações para padres, elas continuaram dependentes da prática da dispensa dos “defeitos”. No entanto, mesmo nesse âmbito, indivíduos reconhecidamente pardos tendiam a ser ordenados. O contraste com as possibilidades conferidas aos pardos das regiões hispano-americanas é evidente. Outro indício que ainda carece ser confirmado por pesquisas futuras, é a concessão de hábitos das ordens militares a pardos. Ao longo dessa tese viu-se que alguns milicianos pardos receberam títulos das ordens militares ao longo da segunda metade do século XVIII, sem que a ascendência constituísse um óbice intransponível. Talvez o único espaço social praticamente impenetrável aos pardos era o das funções de comando político nas cidades; as câmaras foram resguardadas como monopólio das elites locais com *status* de nobreza.

Na primeira década de século XIX, os pardos livres haviam logrado um novo *status* social na América portuguesa. O enfraquecimento do ideário do *defeito* promovido pela Coroa é evidência clara nesse sentido. A preservação dos espaços de distinção social conferidos aos milicianos pardos e o reconhecimento da cor como um *acidente* incapaz de gerar inabilidade indicam o peso político desfrutado pelos pardos nesse momento.

Considerações finais

Ao longo desse trabalho, defendeu-se a tese geral conforme a qual, no período inscrito entre meados do século XVIII até o ano de 1808, os pardos livres da América portuguesa e do Caribe espanhol vivenciaram um processo de mudança de *status* social. Embora a população liberta e seus descendentes estivessem constantemente imersos em processos de mudança de *status*, o fenômeno que ocorre em fins do século XVIII é específico por se tratar de um movimento integrado, coletivo e que é acelerado em decorrência da conjuntura histórica da época. A despeito de compartilhado, o processo em tela foi submetido aos condicionamentos de cada região e, por isso, desenvolveu-se com traços particulares. Apesar disso, pode-se afirmar que, no momento em que a Península ibérica foi invadida por Napoleão Bonaparte – evento que desencadearia mudanças profundas no ordenamento político da Espanha e de Portugal –, o problema da inserção social e política dos pardos constituía desafio comum e diretamente relacionado à estabilidade política do mundo americano.

O processo em tela foi analisado a partir de suas múltiplas facetas, que, integradas, foram responsáveis por dar-lhe existência histórica. Defendeu-se, em primeiro lugar, que o momento pode ser lido como o ápice de um processo mais longo relativo à própria dinamização interna das sociedades coloniais ibero-americanas. À medida que o século XVIII avançava, alguns dos critérios que sustentavam a inabilitação dos pardos já não encontravam respaldo na realidade efetiva daquelas configurações sociais. Muitas famílias pardas estavam relativamente afastadas do ascendente escravo – embora isso não implicasse o apagamento da memória da escravidão – e haviam se transformado em atores sociais indispensáveis para a manutenção do mundo colonial. A população de cor, da qual os pardos faziam parte, constituía a principal mão de obra livre das cidades ibero-americanas, sendo fundamental para o artesanato e o pequeno comércio; por outro lado, esses segmentos sociais eram imprescindíveis ao sistema defensivo americano, integrando os corpos militares não profissionais desde o século XVII. Essa condição foi responsável por reforçar os laços de parte dessa população com a monarquia, transformando-os em vassalos úteis e merecedores de privilégios e graças específicas.

Destacou-se igualmente a importância da criação, fomento e manutenção de espaços de sociabilidades à população liberta e seus descendentes livres como um traço comum ao ordenamento das sociedades ibero-americanas. Particularmente as irmandades e os corpos militares foram fundamentais para o desenvolvimento e consolidação de identidades coletivas. As identidades coletivas fomentadas por meio dessas instituições ligavam seus integrantes à

monarquia de forma particular e eram condição para a atuação política dos grupos durante a vigência do Antigo Regime.

Orientados pela cultura política de viés corporativo que informava as sociedades ibéricas, assentada na ideia de merecimento e recompensa, pardos de diferentes espaços passaram a aspirar privilégios e honras que lhes eram vetados em decorrência dos estigmas e das restrições jurídicas as quais estavam submetidos. As graças pretendidas deram origem a um campo de tensão, pois frequentemente elas pertenciam ao rol dos privilégios considerados monopólio dos homens brancos vinculados à nobreza. As disputas entre brancos e pardos teve nos debates sobre os significados da cor da pele uma de suas manifestações mais evidentes. De um lado, o ideário do *defeito* da cor, acionado pelos brancos em situações de disputa com indivíduos pardos; do outro lado, a ênfase na cor da pele como um acidente e, portanto, critério insuficiente para gerar inabilidade jurídica. Da parte dos pardos, questionava-se a ideia da transmissão geracional de comportamentos e valores. Negava-se, na maioria das vezes de modo implícito, que o estado de escravidão pudesse imputar na descendência dos indivíduos uma natureza imutável. Enfatizava-se o controle comportamental e os merecimentos pessoais como os critérios responsáveis pela diferenciação entre os súditos.

As reformas ilustradas promovidas pelas monarquias ibéricas transformaram a posição ocupada pelos pardos no campo político das sociedades coloniais. Nesse sentido, demonstrou-se que as reformas militares executadas após o fim da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) dotaram os pardos de uma nova legitimidade institucional por meio do reforço dos vínculos com a Coroa. A partir desse momento, as milícias passaram a constituir o principal nicho de politização disponível aos pardos, permitindo a sua articulação como um grupo que pressionava a monarquia visando a consecução de seus interesses coletivos e individuais. Os privilégios e honras outorgados aos milicianos alteraram sensivelmente o *status* sociopolítico dos pardos, pois passaram a figurar como vassalos fiéis e beneméritos. Na prática social, isso significou um acréscimo no potencial de retenção de poder do grupo. A concessão desses privilégios e a manifestação de novas pretensões por parte dos pardos transformaram a milícia em um campo de disputas e lutas. Por meio da análise desses embates, evidenciou-se que as milícias constituíram espaços privilegiados para a compreensão do papel político desempenhado pelos pardos nas sociedades coloniais.

Da análise se depreende que as milícias foram instituições centrais na articulação do processo de politização vivenciado pelos pardos livres na América ibérica em fins do século XVIII e ao longo da primeira década do século XIX. O fenômeno, embora compartilhado, teve desenvolvimento particular em cada sociedade devido a múltiplos fatores de ordem

estrutural. Evidenciou-se que as formas institucionais das reformas militares condicionaram o campo de ação possível aos pardos. Nas regiões espanholas analisadas, os oficiais pardos e morenos não tinham acesso aos postos do alto escalão da hierarquia milicianas; as milícias de pardos e morenos eram mais estritamente reguladas por meio da ingerência da oficialidade branca, o que afetava sensivelmente a autonomia da oficialidade de cor; os *reglamentos* impunham limites claros à expansão do campo de expectativas em relação a privilégios e honras. O alcance do controle social destinado às milícias, porém, variou entre as regiões do Caribe espanhol, mostrando-se mais efetivo na Capitania Geral de Cuba e relativamente menos estrito na Capitania Geral da Venezuela; já no Vice-Reino de Nova Granada, a diversidade de suas configurações sociais impôs limites evidentes ao desenvolvimento das milícias de pardos como espaços de politização efetivos e permanentes. Na América portuguesa, a institucionalização das milícias após 1766 tendeu a permitir um maior grau de autonomia à oficialidade parda e preta. Era possível a um oficial preto ou pardo ascender até o posto de mestre de campo, coronel, sargento-mor e ajudante. Essa característica ampliou sensivelmente o papel das milícias como espaços de politização. De fato, na América portuguesa, a milícia constituiu o principal nicho de atuação política dos pardos, sustentando demandas que ultrapassavam os limites do âmbito militar. Nos espaços espanhóis, o impacto das milícias em termos de atuação política foi mais indireto, delineado sobretudo pela consolidação dos pardos e morenos como vassalos beneméritos e fiéis à monarquia.

Na década de 1790, as expectativas dos pardos tenderam a se deslocar de privilégios específicos, como os ligados à esfera militar ou ao exercício de ofícios, para demandas por habilitação plena. Ou seja, pela capacidade legal de ocupar cargos civis, militares e eclesiásticos. Por isso, esse período foi caracterizado pelo aprofundamento das tensões entre as elites locais, autoridades coloniais e os pardos. O fenômeno foi propiciado pela confluência de dois fatores principais. Por um lado, as reformas ligadas ao intento de centralização do poder monárquico, por outro, o desencadeamento da Era das Revoluções. A legislação que permitia a alteração da condição jurídica dos súditos por meio do arbítrio régio impactou sensivelmente na expansão do campo de expectativas dos pardos. Nesse sentido, destacam-se particularmente o alvará de 16 de janeiro de 1773 e as *gracias al sacar* (1795). A primeira, embora destinada exclusivamente a Portugal, foi interpretada como aplicável à América e tida como uma lei que habilitava os pardos para todos os efeitos civis, militares e políticos. A Coroa, no entanto, manteve-se reticente quanto à aplicação de normas gerais que contemplassem esses anseios, optando por aplicar parcialmente o alvará de 1773 por meio do alvará de 17 de dezembro de 1802. Em um claro reconhecimento da força política dos pardos,

declarou-se que eles, conjuntamente aos pretos, estavam hábeis para todos os ofícios, honras e dignidades militares, admitindo o direito desses grupos aos cargos superiores de seus regimentos. Por outro lado, o mesmo alvará declarou a inoperância da noção de *defeito* como critério que justificaria a inabilidade jurídica e reconheceu uma demanda tradicionalmente defendida pelos pardos: a de que a cor da pele constituía mero *acidente* da natureza. Não obstante ser delimitada ao campo militar, a lei deu legitimidade para que a alteração da condição jurídica dos pardos se tornasse cada vez mais factível.

As *gracias al sacar*, por su vez, sancionaram o direito dos pardos à dispensa da cor ou da qualidade por meio da compra. Essa opção de habilitação contava com uma longa experiência no mundo americano, mas tradicionalmente era destinada a permitir que pardos exercessem determinados ofícios como o de escrivão ou cirurgião prático. Porém, com a lei de 1795, muitos pardos passaram a almejar habilitações totais e extensivas para toda a família e descendência. De modo semelhante ao que ocorreu com o alvará de 1773, as dispensas da cor foram interpretadas como a outorga da equiparação entre os pardos e os brancos. Tal percepção aprofundou ainda mais as tensões sociais em algumas regiões. As contestações das elites locais – sobretudo as da cidade de Caracas –, e a multiplicação de demandas por habilitação plena por parte dos pardos, constrangeram a Coroa a intervir de modo mais enfático. Embora a resolução final não tenha sido revelada em decorrência do abalo à monarquia espanhola após a invasão napoleônica em 1808, é possível sugerir que o ideário do *defeito* associado aos pardos teria sido mantido como um critério de diferenciação social legalmente reconhecido na América espanhola; o não reconhecimento da habilitação plena aos pardos; a continuidade das dispensas da cor como um mecanismo de controle social que visava premiar alguns pardos concedendo-lhes o direito de habilitação parcial, ou seja, destinado para privilégios específicos como o exercício de algum ofício.

O aprofundamento das tensões envolvendo a questão da habilitação parda ao longo da década de 1790 deveu-se não somente ao impacto da legislação promulgada pelas monarquias ibéricas. A deflagração da Revolução Francesa e da Revolução de Saint-Domingue transformou a inserção política e social da população parda em um problema de proporções ainda maiores. A partir desses exemplos e, sobretudo, da circulação dos conceitos de liberdade e igualdade, abria-se um novo “horizonte de expectativa” que colocava em risco o futuro das possessões coloniais ibéricas. A emergência de revoltas integradas por escravos e pela população livre de cor como as ocorridas na cidade de Coro (1795) e em Salvador (1798) eram demonstrações claras da influência desse ideário. Assim, é possível afirmar que a Era das Revoluções acelerou tendências já em curso nas sociedades ibéricas. Nesse sentido, as

dispensas da cor reconhecidas pelas *gracias al sacar* e o alvará de 1802 podem ser lidas como respostas distintas a um quadro de desafio comum às monarquias ibéricas. Quando da intensificação da crise política na Europa devido à invasão napoleônica, o problema do *status* social e político dos pardos apresentava-se como um componente a mais das tensões que atingiam o mundo colonial e que seriam decisivas para os desdobramentos políticos posteriores.

Ao fim desse trabalho pode-se afirmar que, no início do século XIX, o processo de mudança de *status* social dos pardos estava mais avançado na América portuguesa em relação ao que se dava nos espaços do Caribe espanhol. Fatores de ordem macro-estrutural ajudam a compreender o fenômeno. Ao longo da tese demonstrou-se que a estrutura social desenvolvida na América espanhola tendia a impor limites mais efetivos às diversas formas de mobilidade social das populações pertencentes às *castas*. Nesse sentido, o desenvolvimento histórico do sistema de classificação das *castas* traduziu-se como um esforço por ordenar juridicamente o amplo e heterogêneo segmento social marcado pela mestiçagem. Esse ordenamento foi fundamental para a inclusão da população mestiça no sistema tributário, sendo, portanto, um traço estruturante da América espanhola. Embora a escravidão constituísse um dos fundamentos dos estigmas associados à população pertencente às *castas*, o sistema jurídico hispano-americano tinha como referência o branqueamento geracional e não propriamente o afastamento geracional da escravidão, como acontecia na América portuguesa. Essa característica impunha óbices às possibilidades de inserção social e política de indivíduos cujos traços fenotípicos denotassem ascendência negra. Na América portuguesa, o referencial dos *quatro graus* ou das quatro gerações de liberdade constituía um critério relativamente claro em relação à transformação do *status* jurídico dos indivíduos. Na prática, isso significava que quanto mais afastado da escravidão alguém estivesse, maiores seriam suas chances nas disputas por privilégios e posições de prestígio. Não por acaso os oficiais pardos do Quarto Regimento de Salvador acentuavam estar já na terceira geração de liberdade. É significativo que, em 1806, um fiscal do Conselho de Índias ocupado com as tensões coloniais geradas pelas dispensas da cor, tenha sugerido a adoção de critério semelhante para a determinação da habilitação parda na América espanhola. Ele propôs que os integrantes desse grupo social pudessem ser habilitados desde que estivessem na quarta geração de liberdade e de legitimidade. A proposta, porém, parece não ter sido considerada como uma alternativa plausível.

No início do século XIX, as possibilidades de transformação do *status* social coletivo dos pardos da América espanhola seguiam limitadas ao modelo de incorporação social

tradicional, fundamentado no ideário do *defeito* e da impureza de sangue e na habilitação estritamente individual por meio da “dispensa da cor”. Já na América portuguesa, o ideário do *defeito* e da impureza de sangue havia sido enfraquecido por ação da própria monarquia. Esta se mostrava propensa a privilegiar os merecimentos e as qualidades individuais em relação aos critérios ligados à linhagem.

Mesmo que a temporalidade contemplada nesta tese seja restrita ao período colonial, é importante destacar que os debates sobre a concessão da cidadania aos pardos na conjuntura constituinte de Cádiz (1810-1814), Lisboa (1821-1822) e do Rio de Janeiro (1823) foram profundamente influenciados pelos processos em curso na América em fins do século XVIII e no início do XIX. Se o tema da cidadania foi conduzido tendo-se em vista conceitos modernos como os de igualdade e liberdade, quando a questão foi tratada especificamente em relação aos pardos, não se pôde prescindir dos referenciais provenientes do mundo do Antigo Regime e, menos ainda, de avaliações que contemplassem a situação social e jurídica pregressa do grupo.

Fontes

Base de dados

The Trans-Atlantic Slave Trade Database Voyages

<http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>

Dicionários

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 vols.

<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 2 vols.

Diccionario de Autoridades, 1726-1739.

<http://web.frl.es/DA.html>

Legislação

Alvará Com Força de Lei de 16 de janeiro de 1773. LARA, Silvia H. Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa. In: ANDRÉS-GALLEGO, José (Dir. e Coord.). *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica*. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 2000. p. 359.

Alvará de 24 de novembro de 1645. In: SILVA, José Justino de Andrade e. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa (1640-1647)*. Lisboa: Imprensa de F. X. de Souza, 1856.

Alvará de 4 de Abril de 1755. Concedendo privilégios aos que na América casarem com Índias naturais do País. In: SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações*. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830, pp. 367-368.

Carta Régia de 13 de janeiro de 1731. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, v. 24, pp. 43-44.

Carta Régia de 2 de novembro de 1787. *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, v. 25, pp. 97-100.

Decreto de 7 de agosto de 1796. In: SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa – Legislação de 1791 a 1801*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1828.

Decreto sobre a mesma matéria da Carta de 25 de julho de 1640. 16 de agosto de 1671. *Ordenações Filipinas*, Livro I, Título 35 ao princípio. In: FREITAS, Joaquim Inácio de. *Collecção Chronologica de Leis Extravagantes, Posteriores à Nova Compilação das Ordenações do Reino, Publicadas em 1603*. (t. 1). Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1819. pp. 170-171.

Las siete partidas del Rey Don Alfonso El Sabio, cotejadas con varios codices antiguos por la Real Academia de la Historia. Tomo III. Madrid: Imprenta Real, 1807.

Lei de 21 de outubro de 1763. In: *Systema ou Collecção dos Regimentos Reaes*, Tomo Quinto. Lisboa: Na Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1789.

Lei de 25 de maio de 1773. In: SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações*. Legislação de 1763 a 1774. Lisboa: Typografia Maigrense, 1829. p. 672-678.

Pragmática de 24 de maio de 1749. In: LARA, Silvia H. Legislação sobre escravos africanos na América. In: ANDRÉS-GALLEGO, José (Dir. e Coord.). *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica*. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 2000. pp. 307-312.

Real Cédula de 21 de junio de 1793. In: KONETZKE, Richard. *Colección de Documentos para la Historia de la Formación Social de Hispanoamérica, 1493-1810*. Vol. III, T. II, doc. 336.

Recopilación de leyes de Indias. T. I-IV. (5a ed.). Madrid: Boix Editor, 1841.

Fontes impressas

Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates (ADCA). Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

BOXER, C. R. Um panfleto raro acerca dos abusos da escravidão do negro no Brasil (1764). Reimpresso e comentado por C.R.B. In: *Anais do Congresso Comemorativo do Bicentenário da Transferência da Sede do Governo do Brasil da Cidade do Salvador para o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IHGB, Departamento de Imprensa Nacional, v. III, 1963; 1967, pp. 175-186.

Constituições primeyras do arcebispado da Bahia feytas, & ordenadas pelo...senhor d. Sebastião Monteyro da Vide...propostas, e aceytas em o Synodo Discesano [sic], qve o dito senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1720.

COUTO, Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco* (1757). Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

FINESTRAD, Fr. Joaquín de. *El vasallo instruído en el estado del Nuevo Reino de Granada y en sus respectivas obligaciones* (1789). Comentado por Margarita González. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2001.

HUMBOLDT, Alexander. *Ensayo Político sobre el reino de la Nueva España*. Trad. Don. Vicente Gonzalez Arnao. Paris: Casa de Rosa, 1822.

Informação Geral da Capitania de Pernambuco. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 28, p. 118-496, 1908.

JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Discurso histórico, geográfico, genealógico, político e encomiástico recitado na nova celebridade, que dedicaram os Pardos de Pernambuco, ao Santo de Sua cor, o beato Gonçalo Garcia*. Lisboa: Na oficina de Pedro Ferreira, 1751.

JUAN, Don Jorge; ULLOA, Don Antonio de. *Relación histórica del viaje a la América meridional*. Madrid: por Antonio Marin, 1748.

KONETZKE, Richard. *Colección de Documentos para la Historia de la Formación Social de Hispanoamérica, 1493-1810*. Vol. III, T. I-II. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1962.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução e notas de Luiz da Camara Cascudo. São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia Editora, 1942.

Nova e curiosa relação de um abuso emendado ou evidências da razão, expostas a favor dos homens pretos em um diálogo entre um letrado e um mineiro. Lisboa: Oficina Francisco Borges de Sousa, 1764.

OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira. *Privilégios da nobreza e fidalguia de Portugal*. Lisboa: Nova Oficina de João Rodrigues Neves, 1806.

PEREIRA, Juan de Solórzano. *Politica Indiana*. (1646). 3ª impresión. Madrid: por Gabrièl Ramirez, 1736.

Regimento para o Exército quando estiver em campanha, ou quando se achar aquartelado em algumas praças, vilas e lugares deste Reino e do de Castela. Lisboa, 20 de fevereiro de 1708. In: *Systema ou Collecção dos Regimentos Reaes*. T. V. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1789, p. 366-398.

Reglamento para las Milicias de Infantería y Caballería de la Isla de Cuba. Aprobado el 19 de enero de 1769. Lima: Imprenta de la Real Casa de los Niños Expósitos, 1793.

Reglamento para las milicias disciplinadas de infantería y dragones del Nuevo Reino de Granada, y Provincias agregadas a este Virreinato. Madrid: Imprenta de la viuda e hijo de Marín, 1794.

Relatório do Marquês do Lavradio, entregando o governo a Luiz de Vasconcelos e Souza. *RIHGB*, t. 4, n. 16, pp. 409-486.

RODRÍGUEZ, Gloria García. *Biblioteca de Clasicos Cubanos. Francisco de Arango y Parreño, obras*. Vols. I-II. La Habana: Imagen Contemporanea; Casa de Altos Estudios Don Fernando Ortiz, 2005.

RODULFO CORTES, Santos. *El régimen de “las Gracias al Sacar” en Venezuela durante el periodo hispánico*. (Tomos 1 e 2). Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia, 1978.

VILHENA, Luiz dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Itapuã: 1969, Vol. I.

VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasíliaas*. Contidas em XX cartas, livro I, ano de 1802. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1922.

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino

AHU-Bahia (Avulsos)

cx. 23, doc. 47; cx. 23, doc. 50; cx. 83, doc. 33; cx. 85, doc. 33; cx. 116, doc. 67; cx. 189, doc. 37; cx. 196, doc. 26; cx. 206, docs. 35 e 41; cx. 217, doc. 4; cx. 218, doc. 34; cx. 224, doc. 22; cx. 227, doc. 48; cx. 242, doc. 45.

AHU-Bahia (Castro e Almeida)

cx. 46, doc. 8643; cx. 46, doc. 8650; cx. 46, doc. 8653; cx. 46, doc. 8863; cx. 57, doc. 10907; cx. 60, doc. 11613; cx. 73, doc. 14013; cx. 94, doc. 18433; cx. 99, doc. 19326; cx. 131, doc. 25846.

AHU-Goiás

cx. 32, doc. 2024; cx. 33, doc. 2043; cx. 36, doc. 2195; cx. 45, doc. 2650; cx. 45, doc. 2654; cx. 47, doc. 2700.

AHU-Maranhão

cx. 53, doc. 5072; cx. 60, doc. 5530; cx. 60, doc. 5537; cx. 61, doc. 5559; cx. 101, doc. 8148.

AHU-Minas Gerais

cx. 7, doc. 26; cx. 22, doc. 41; cx. 67, doc. 61; cx. 73, doc. 20; cx. 73, doc. 27; cx. 80, doc. 32; cx. 87, doc. 48; cx. 123, doc. 9732; cx. 125, doc. 14; cx. 142, doc. 23; cx. 144, doc. 21.

AHU-Mato Grosso

cx. 26, doc. 1545; cx. 35, doc. 1819.

AHU-Paraíba

cx. 20, doc. 1527; cx. 23, doc. 1778; cx. 29, doc. 2141; cx. 37, doc. 2688.

AHU-Pernambuco

cx. 6, doc. 541; cx. 7, doc. 589; cx. 7, doc. 591; cx. 31, doc. 2776; cx. 33, doc. 3060; cx. 40, doc. 3664; cx. 42, doc. 3803; cx. 43, doc. 3920; cx. 57, doc. 4943; cx. 76, doc. 6377; cx. 89, doc. 7194; cx. 96, doc. 7577; cx. 109, doc. 8407; cx. 109, doc. 8466; cx. 111, doc. 8593; cx. 115, doc. 8816; cx. 115, doc. 8837; cx. 117, doc. 8977; cx. 118, doc. 9033; cx. 119, doc. 9130; cx. 122, doc. 9319; cx. 144, doc. 10544; cx. 176, doc. 12334; cx. 179, doc. 12531; cx. 181, doc. 12605; cx. 184, doc. 12783; cx. 184, doc. 12796; cx. 221, doc. 14948; cx. 234, doc. 15836; cx. 251, doc. 16813; cx. 259, doc. 17405.

AHU-Rio de Janeiro (Avulsos)

cx. 82, doc. 56; cx. 150, doc. 51; cx. 168, doc. 12526; cx. 214, doc. 69; cx. 215, docs. 17 e 49.

AHU-Rio de Janeiro (Castro e Almeida)

cx. 73, doc. 16916.

AHU-São Paulo (Mendes Gouveia)

cx. 24, doc. 2354; cx. 29, doc. 2666.

Archivo General de Simancas

Legajos e Expedientes:

6844, 105; 6850; 6852, 57; 6852, 57; 6854, 32; 6861, 20; 6862, 63; 6865, 24; 6872, 55; 6876, 46; 7060, 48; 7069, 36; 7077, 28; 7089, 14; 7089, 15; 7089, 5; 7149, 60; 7166, 8; 7169, 8; 7171, 40; 7172, 54; 7175, 21; 7175, 55; 7176, 1; 7179, 29; 7181, 30; 7182, 24; 7183, 45; 7198, 1; 7198, 3; 7198, 4; 7199, 1; 7199, 33; 7199, 4; 7308, 76; 7057, 34.

Archivo General de Indias

AGI, Caracas, legajos 378; 395; 883; 976.

AGI, Cuba, legajos 1577; 1798.

AGI, Estado, legajos e expedientes 53, 55; 56; 63, 5.

AGI, Guatemala, legajo 743.

AGI, Panamá, legajos 49; 154; 155; 286; 289; 291; 292; 293.

AGI, Quito, legajo 574.

AGI, Santa Fé, legajo 286.

AGI, Santo Domingo, legajos 1266; 1357; 1455; 1457; 1463; 1471; 1493; 2078; 2112.

AGI, Ultramar, legajo 18.

Archivo General de la Nación de Colombia

AGN-CO, SC, Colegios, 12, 1.

AGN-CO, SC, Milicias y Marina, 37, 11, doc. 172; 37, 17; 37, 25, doc. 25; 37, 3, doc.15; 37, 40.

AGN-CO, SC, Policía, 47, 2, doc. 24.

AGN-CO, SC, Policía, 47, 5, doc. 54.

AGN-CO, SC, Tributos, 60, 20, doc. 21.

AGN-CO, HISTORIA:SAA-I.17, 3, doc. 62.

Arquivo Público Mineiro

APM, SC, cx. 29, doc. 17; cx. 35, doc. 40; cx. 40, doc. 5.

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Ordem C00446, doc. Livro Mestre que serve de matrícula do Regimento de Infantaria Miliciano dos Úteis da capitania de São Paulo.

Bibliografia

ADELMAN, Jeremy. *Sovereignty and revolution in the Iberian Atlantic*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2006.

AGUIAR, Marcos Magalhães de. Festas e rituais de inversão hierárquica nas irmandades negras de Minas colonial. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (Orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec: EDUSP: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001, pp. 361-393.

AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. *La población negra de México: estudio etnohistórico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia: 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (Org.). *América Latina Colonial: Economia*. v. 3. São Paulo: Edusp: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998-2001. pp. 534-536.

ALDEN, Dauril. The population of Brazil in the late eighteenth century: A preliminary study. *The Hispanic American Historical Review*, v. 43, n. 2, pp. 173-205, 1963.

ALDEN, Dauril. The undeclared war of 1773-1777: climax of luso-spanish platine rivalry. *The Hispanic American Historical review*, v. 41, n. 1, pp. 55-74, 1961.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Suely Cordeiro; PEREIRA, José Neilton. A arte e o ofício de Luís Alves Pinto: uma trajetória de cores e tons mestiços da música entre Pernambuco e Portugal (1719-1789). *Revista de História Regional*, v. 17, n. 1, pp. 112-134, 2012.

ALVARIÑO, Antonio Álvarez-Ossorio. Rango y apariencia. El decoro y la quiebra de la distinción en Castilla (ss. XVI-XVIII). *Revista de Historia Moderna*, n. 17, pp. 263-278, 1998-1999.

AMORES, Juan B. *Cuba en la época de Ezpeleta (1785-1790)*. Barañáin – Navarra: Ediciones Universidad de Navarra (EUNSA), 2000.

ANDRADE, Manoel Correia de. *A Guerra dos Cabanos*. Rio de Janeiro: Conquista, 1965.

ÁNGEL, Marta Herrera. Las divisiones político-administrativas del virreinato de la Nueva Granada a finales del período colonial. *Revista Historia Crítica*, n. 22, pp. 76-104, 2001.

ARAÚJO, Rita de Cássia B. de. A redenção dos pardos: A festa de São Gonçalo Garcia no Recife, em 1745. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (Orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec: EDUSP: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001, pp. 419-444.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. A política dos homens de cor no tempo da independência. *Clio. Estudos Avançados*, 18 (50), pp. 253-269, 2004.

ARCHER, Christon I. Pardos, indians, and the Army of New Granada: inter-relationships and conflicts, 1780-1810. *Journal of Latin American Studies*, v. 6, n. 2, pp. 231-255, 1974.

ASSUNÇÃO, Matthias R. “sustentar a Constituição e a Santa Fé Católica, amar a Pátria e o Imperador”. Liberalismo popular e o ideário da Balaiada no Maranhão. In: DANTAS, Monica

Duarte (Org.). *Revoltas, Motins, Revoluções: Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011. pp. 295-327.

BAECHLER, Jean. Grupos e sociabilidade. In: BOUDON, Raymond (Org.). *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

BAKER, Keith M. El concepto de cultura política en la reciente historiografía sobre la Revolución Francesa. *Ayer*, pp. 89-110, 62/2006.

BAKE-WELL, Peter. La minería en la Hispanoamérica colonial. In: BETHELL, Leslie (Ed.). *História de América Latina*. (Vol. 3 - América Latina colonial: economía). Barcelona: Editorial Crítica, 1990, pp. 49-91.

BALANDIER, Georges. *Antropologia política*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro/Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

BELMONTE POSTIGO, José. El color de los fusiles. Las milicias de pardos en Santiago de Cuba en los albores de la Revolución Haitiana. In: CHUST, Manuel; MARCHENA, Juan (Eds.). *Las armas de la nación*. Independencia y ciudadanía en Hispanoamérica, 1750-1820. Madrid-Castellón: Iberoamericana Vervuert, 2007.

BELTRÁN, Carlos López. Sangre y temperamento: pureza y mestizajes en las sociedades de castas americanas. In: GORBACH, F.; BELTRÁN, C. L. (Eds.). *Saberes locais: ensayos sobre historia de la ciencia en América Latina*. Zamora, Michoacán: El Colegio de Michoacán, 2008, pp. 289-342.

BERBEL, M. R.; MARQUESE, R. B. A ausência da raça: escravidão, cidadania e ideologia pró-escravista nas Cortes de Lisboa e na Assembléia Constituinte do Rio de Janeiro (1821-1824). In: CHAVES, Cláudia M. das Graças; SILVEIRA, Marco Antonio Silveira. (Orgs.). *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argumentum, 2007.

BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2010.

BERNAND, Carmen. Negros esclavos y libres en las ciudades hispanoamericanas. In: ANDRÉS-GALLEGO, José (Dir. e Coord.). *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica*. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 2000.

BERNARDES, Denis A. de Mendonça. A gente ínfima do povo e outras gentes na Confederação do Equador. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, Motins, Revoluções: Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

BETHENCOURT, F. A administração da Coroa. In: BETHENCOURT F.; CHAUDHURI K. (Dirs.). *História da expansão portuguesa*, vol. I. Navarra: Temas e debates e autores, 1998.

BEZERRA, Janaína Santos. *A fraude da tez branca: a integração de indivíduos e famílias pardas na elite colonial pernambucana (XVIII)*. Tese – Doutorado em História. Recife: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

BEZERRA, Janaína Santos. *Pardos na cor e impuros no sangue: etnia, sociabilidades e lutas por inclusão social no espaço urbano pernambucano do XVIII*. Dissertação – Mestrado em História. Recife: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. O que significava ser cidadão nos tempos coloniais. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013, pp. 139-151.

- BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial: 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- BOSCHI, Caio C. *Os leigos e o poder*. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.
- BOWSER, Frederick P. Africans in Spanish American colonial society. In: BETHELL, Leslie (Ed.). *The Cambridge History of Latin America*. v. 2: Colonial Latin America. Cambridge University Press, 1984.
- BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BOXER, Charles. *Relações raciais no império colonial português, 1415-1825*. (1ª ed. 1961). Porto: Afrontamento, 1988.
- BRADING, D. A. A Espanha dos Bourbons e seu império americano. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*. v. 1. São Paulo/Brasília: EDUSP/Fundação Alexandre de Gusmão, 1998.
- BRESCIA, Rosana Marreco. El teatro de los mulatos: las actrices de las Casas de Ópera luso-americanas en los siglos XVIII y XIX. *Cuadernos de Música Iberoamericana*, v. 23, pp. 21-35, enero-junio 2012.
- BRITO FIGUEROA, Federico. *Ensayos de historia social venezolana*. Caracas: Publicaciones de la Dirección de Cultura de la Universidad Central, 1960.
- BURKHOLDER, Mark A. The Council of the Indies in the late eighteenth century: a new perspective. *The Hispanic American Historical Review*, v. 56, n. 3, pp. 404-423, 1976.
- CAETANO, Marcelo. *O Conselho Ultramarino*. Esboço da sua história. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1967.
- CALVO, Alfredo Castillero. Afromestizaje y movilidad social en el Panamá colonial. In: GÓMEZ, Rina Cáceres (Ed.). *Del olvido a la memoria: africanos y afromestizos en la historia colonial de Centroamérica*. San José: Oficina Regional de la UNESCO para Centroamérica y Panamá, 2008, pp. 78-104.
- CAMPBELL Jr., Leon George. *The military reform in the viceroyalty of Peru, 1762-1800*. University of Florida, 1970.
- CARNEIRO, Maria Tucci. *Preconceito racial: Portugal e Brasil-Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTAGNA, Paulo. A produção religiosa nordestina e paulista no período colonial e imperial. In: *Apostila do curso História da Música Brasileira*. Instituto de Artes da UNESP, 2004.
- CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. Cartagena de Índias e Salvador: uma análise comparada da história colonial americana (1780-1850). *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, n. 7, pp. 90-121, 2013.
- CASTRO MORALES, Efraín. Los cuadros de castas de la Nueva España. *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft, und Gesellschaft Lateinamerikas*, n. 20, 1983, tradução do *Institute of Latin America Studies*, University of London.

CHANCE, John K.; TAYLOR, William B. Estate and class: a reply. *Comparative Studies in Society and History*, n. 3, pp. 434-442, 1979.

CHAPEAUX, Pedro Deschamps. *Los batallones de pardos y morenos libres*. Habana: Instituto del libro, 1976.

CHAVES, María Eugenia. Artesanos, pulperos y regatones: notas para el estudio de los sectores subalternos de Guayaquil a fines de la Colonia. *Procesos: Revista Ecuatoriana de Historia*, n. 18, pp. 55-82, 2002.

CHILDS, Matt. *The 1812 Aponte rebellion in Cuba and the struggle against Atlantic slavery*. Chapel Hill: The University of Carolina Press, 2006.

CONDE CALDERÓN, Jorge. Ciudadanos de color y revolución de independencia o el itinerario de la pardocracia en el Caribe colombiano. *Historia Caribe*, Barranquilla – Colômbia, n. 14, pp. 109-137, 2009.

CONDE CALDERÓN, Jorge. Los xefes de los pardos: la consolidación de un sector social intermedio durante la independencia de Cartagena de Indias. *Historia y Sociedad*, Medellín, n. 23, pp. 147-173, 2012.

COSTA, André Alexandre da Silva. La Milicia, el Rey y la Guerra: La Corona de Portugal y el caso del Brasil meridional (siglos XVI-XVIII). In: RUIZ IBÁÑEZ, José Javier (Coord.). *Las milicias del rey de España*. Sociedad, política e identidad en las monarquías ibéricas. Madrid: FCE, Red Columnaria, 2009.

COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

COTTA, Francis Albert. *Negros e mestiços nas milícias da América portuguesa*. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

CRISPIN, Ana Carolina Teixeira. *Além do acidente pardo: os oficiais das milícias pardas de Pernambuco e Minas Gerais (1766-1807)*. Dissertação – Mestrado em História. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2011.

CRUCES, Hugo Contreras. Oficios, milicias y cofradías. Éxito económico, prestigio y redes sociales afroestizas de Chile, 1780-1820. *Revista de Historia Social y de las Mentalidades*, v. 17, n. 2, pp. 43-74, 2013.

DANTAS, Mônica D. Homens livres pobres e libertos e o aprendizado da política no Império. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, Motins, Revoluções: Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011. pp. 513-563.

DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DAVIS, Natalie Zemon. *Histórias de Perdão e seus narradores na França do século XVI*. Trad. Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DEGLER, Carl N. *Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976 (1ª ed. 1971).

DIAS, Renato da Silva. Príncipes negros nas festas de brancos: poder, revolta e identidades escravas nas Minas setecentistas. *Almanack*, n. 2, pp. 114-125, 2º semestre de 2011.

DIGGS, Irene. Color in Colonial Spanish America. *The Journal of Negro History*, v. 38, n. 4, pp. 403-427, oct. 1953, p. 407.

DUTRA, Francis A. Ser mulato em Portugal nos primórdios da época moderna. *Tempo*, n. 30, p. 101-114, 2010.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. *Envolvimento e distanciamento*. Estudos sobre sociologia do conhecimento. Trad. Maria Luísa Cabaços Mélico. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008.

ELIAS, Norbert. *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Formação do Estado e Civilização. (v. 2). Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ELKINS, Stanley M. *Slavery: a problem in American institutional and intellectual life*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1992.

ELLIOTT, John H. *Imperios del mundo atlántico: España y Gran Bretaña en América, 1492-1830*. Madrid: Taurus, 2006.

ELTIS, David. Europeans and the rise and fall of african slavery in the Americas: an interpretation. *The American Historical Review*. v. 98, n. 5, pp. 1399-1423, 1993.

ESPELT-BOMBÍN, Silvia. Notaries of color in colonial Panama: Limpieza de sangre, legislation, and imperial practices in the administration of the Spanish Empire. *The Americas*, v. 71, n. 1, pp. 37-69, 2014.

FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 61-89.

FARFÁN, Hilda. La artesanía en la provincia de Caracas y su importancia económica social (1750-1850). *Revista Faces – Universidad de Carabobo*, 1996.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FEITLER, Bruno; RAMINELLI, Ronald. Apresentação do dossiê “Pureza, raça e hierarquias no império colonial português”. *Revista Tempo*, n. 30, 2010.

FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: HUCITEC, 1976.

FERREIRA, Bernardo; SANTOS, Beatriz Catão C. Cidadão. In: JÚNIOR, João F. (Org.) *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, pp. 43-64.

FERREIRA, Roquinaldo; GOMES, Flávio. A miragem da miscigenação. *Novos Estudos - CEBRAP*, n. 80, pp. 141-160, 2008.

FIGUEIREDO, Luciano. A revolta é uma festa: relações entre protestos e festas na América portuguesa. In: JANCÓS, István; KANTOR, Iris (Orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na*

América portuguesa. São Paulo: Hucitec: EDUSP: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001, pp. 263-276.

FIGUEROA BRITO, Federico. Venezuela colonial: las rebeliones de esclavos y la Revolución Francesa. *Caravelle*, n. 54, pp. 263-289, 1990.

FONER, Laura. The free people of color in Louisiana and Saint-Domingue: a comparative portrait of two three-caste slave societies. *Journal of social history*, v. 3, n. 4, pp. 406-430, 1970.

FRADERA BARCELÓ, Josep Maria. A cultura de “castas” e a formação do cidadão moderno (um ensaio sobre a particularidade do império espanhol). In: BERBEL, Márcia; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. (Orgs.). *A experiência constitucional de Cádis: Espanha, Portugal e Brasil*. São Paulo: Alameda, 2012, pp. 77-108.

FRAGINALS, Manuel Moreno. *O engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano*. v. 1. São Paulo: Editora HUCITEC, 1988.

FRANCO, José L. (Comp.). *Las conspiraciones de 1810 y 1812*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2010.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. (1ª ed. 1964). São Paulo: Kairós Livraria Editora, 1983.

FREDERICK, Jake. Without impediment: crossing racial boundaries in colonial Mexico. *The Americas*, v. 67, n. 4, pp. 495-515, 2011.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1989 (1ª Ed. de 1937).

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 15ª ed., 2004 (1ª ed. 1936).

GARCÍA GARROSA, María Jesús. La Real Cédula de 1783 y el teatro de la ilustración. In: *Bulletin Hispanique*, t. 95, n. 2, pp. 673-692, 1993.

GARCÍA RODRÍGUEZ, Gloria. Ensayo Introductorio. Tradición y modernidad en Arango y Parreño. In: *Francisco de Arango y Parreño – Obras*, vols. I e II. La Habana: Imagen Contemporanea; Casa de Altos Estudios Don Fernando Ortiz, 2005, pp. 1-56.

GARCÍA RODRÍGUEZ, Gloria. La resistencia: la lucha de los negros contra el sistema esclavista, 1790-1845. In: GONZÁLEZ-RISPOLL, M. D.; NARANJO, C.; FERRER, A.; GARCÍA, G.; OPATRNÝ, J. *El Rumor de Haití en Cuba: Temor, Raza y Rebeldía, 1789-1844*. Madri: CSIC, 2004.

GARCÍA, Carmen M. Religión, etnia y sociedad: cofradías de negros en el Panamá colonial. *Anuario de Estudios Americanos*, v. 57, n. 1, pp. 137-169, 2000.

GARRIGUS, John D. Colour, class and identity on the eve of the Haitian Revolution: Saint-Domingue's free coloured elite as colons américains. *Slavery & Abolition*, 17, 1, pp. 17-43, 1996.

GAY, José Contreras. Las milicias en el Antiguo Régimen. Modelos, características generales y significado histórico. *Chronica Nova*, n. 20, pp. 75-103, 1992.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. (1ª ed. 1976). Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GÓMEZ, Alejandro E. El estigma africano en los mundos hispano-atlánticos (siglos XIV al XIX). *Revista de História*, São Paulo, n. 153, pp. 139-179, 2005.

GÓMEZ, Alejandro. La revolución de Caracas desde abajo. Impensando la primera independencia de Venezuela desde la perspectiva de los libres de color, y las pugnas político-bélicas que se dieron en torno a su acceso a la ciudadanía, 1793-1815. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* – Debates, 2008.

GÓMEZ, Alejandro. Las revoluciones blanqueadoras elites mulatas haitianas y "pardos beneméritos" venezolanos, y su aspiración a la igualdad, 1789-1812. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* – Coloquio, 2005.

GÓNGORA, Mario. *Estudios sobre la historia colonial de Hispanoamérica*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1998, pp. 108-110.

GONZÁLEZ-RIPOLL, María Dolores Navarro. *Cuba, la isla de los ensayos*. Cultura y sociedad (1790-1815). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Centro de Humanidades; Instituto de Historia, 1999.

GONZÁLEZ-RIPOLL, María Dolores Navarro. En torno a la figura de Luis de las Casas, un gobierno de transición. *Arbor: Ciencia, pensamiento y cultura*, n. 547-548, pp. 83-90, 1991.

GONZÁLEZ-RIPOLL, María Dolores. Desde Cuba, antes y después de Haití: pragmatismo y dilación en el pensamiento de Francisco Arango sobre la esclavitud. In: GONZÁLEZ-RIPOLL, M. D.; NARANJO, C.; FERRER, A.; GARCÍA, G.; OPATRNÝ, J. *El Rumor de Haití en Cuba: Temor, Raza y Rebeldía, 1789-1844*. Madrid: CSIC, 2004, pp. 9-81.

GOUVEA, António Camões; MONTEIRO, Nuno G. A Milícia. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. vol. 4. Lisboa: Ed. Estampa, 1998, pp. 197-203.

GROSSI, Ramon Fernandes. *O dar o seu a cada um: demandas por honras, mercês e privilégios na capitania de Minas Gerais (1750-1808)*. Tese – Doutorado em História. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

GUEDES, Roberto. De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: FRAGOSO, J.; ALMEIDA, C.; SAMPAIO, A. (Orgs.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos, América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 337-376.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: Trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

GUERRA, François-Xavier. De la política antigua a la política moderna. La revolución de la soberanía. In: GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick (Coords.). *Los espacios públicos en Iberoamérica: ambigüedades y problemas, siglos XVIII y XIX*. México: Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos; Fondo de Cultura Económica, 1998.

GUERRA, François-Xavier. El soberano y su reino. Reflexiones sobre la génesis del ciudadano en América Latina. In: SABATO, Hilda (Coord.). *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas*. México: El Colegio de México; Fondo de Cultura Económica, 1999, pp. 33-61.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e Independencias*. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick (Coords.). *Los espacios públicos en Iberoamérica: ambigüedades y problemas, siglos XVIII y XIX*. México: Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos; Fondo de Cultura Económica, 1998.

GUZMÁN, Florencia. De esclavizados a afrodescendientes. Un análisis histórico sobre la movilidad social a finales de la colonia. *Boletín Americanista*, año LXI, n. 63, Barcelona, pp. 13-34, 2011.

HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos, 1750-1850*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

HELG, Aline. La limpieza de sangre bajo las reformas borbónicas y su impacto en el Caribe Neogranadino. *Boletín de Historia y Antigüedades*, n. 858, pp. 143-180, 2014.

HELG, Aline. *Liberty and Equality in Caribbean Colombia, 1770-1835*. The University of North Carolina Press, 2004.

HELG, Aline. Race and Black mobilization in colonial and early independent Cuba: A comparative perspective. *Ethnohistory*, v. 44, n. 1, pp. 53-74, 1997.

HELG, Aline. The limits of equality: free people of color and slaves during the first Independence of Cartagena, Colombia, 1810-1815. *Slavery and Abolition*, 20: 2, pp. 1-30, 1999.

HERING TORRES, Max S. Color, pureza, raza: la calidad de los sujetos coloniales. In: BONILLA, Heraclio (Ed.). *La cuestión colonial*. Bogotá: Norma, 2011, pp. 451-469.

HERRERA AGUDELO, Gina Alexandra. *Participación, presencia y prácticas de los artesanos afrocoloniales en Cartagena de Indias (1770-1810)*. Monografía – Graduação em História. Bogotá: Departamento de Historia, Pontificia Universidad Javeriana, 2009.

HERZOG, Tamar. *Vecinos y Extranjeros*. Hacerse español en la Edad Moderna. Madrid: Alianza Editorial, 2006.

HESPANHA, António Manuel. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. *Tempo*, v. 11, n. 21, pp. 121-143, 2006.

HESPANHA, António Manuel. As estruturas políticas em Portugal na Época Moderna. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. São Paulo: EDUSC-UNESP, 2001, pp. 117-182.

HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviatã: Instituições e poder político, Portugal – século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

HESPANHA, António Manuel. Depois do Leviathan. *Almanack Brasiliense*, n. 5, pp. 55-66, 2007.

HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. O Antigo Regime (1620-1807). v. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 121-155.

HOBBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções: 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. (Tomo II, 1.º vol.). 3.ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970 [1960].

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. (1.ª ed. 1936). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JANCSÓ, István. *Na Bahia, contra o império: História do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

JARAMILLO URIBE, Jaime. Mestizaje y diferenciación social en el Nuevo Reino de Granada en la segunda mitad del siglo XVIII. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, v. 2, n. 3, pp. 21-48, 1965.

JAVIER CASTRO, Oscar. *Reconfiguração de entidades político-territoriais e constitucionalismo moderno no Novo Reino de Granada, 1808-1816*. Dissertação – Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2013.

JORDAN, Winthrop. American Chiaroscuro: the status and definition os mulattoes in the British colonies. *The William and Mary Quarterly*, v. 19, n. 2, pp. 183-200, 1962.

KING, James. The case of Jose Ponciano de Ayarza: a documento on Gracias al Sacar. *The Hispanic American Historical Review*, v. 31, n. 4, pp. 640-647, 1951.

KLEIN, Herbert S. Las características demográficas del comercio atlántico de esclavos hacia Latinoamérica. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"*, Tercera Serie, pp. 7-27, n. 8, 1993.

KLEIN, Herbert S. The colored militia of Cuba: 1568-1868. *Caribbean Studies*, v. 6, n. 2, pp. 17-27, 1966.

KLEIN, Herbert. Os homens livres de cor na sociedade escravista brasileira. *Dados*, Rio de Janeiro, n. 17, pp. 3-27, 1978 (1969).

KNIGHT, Franklin W. Cuba. In: COHEN, David; GREENE, Jack P. *Neither Slave Nor Free*. The Freedmen of African descent in the Slave Societies of the New World. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1972, pp. 278-308.

KOPYTOFF, Igor. Slavery. *Annual Review of Anthropology*, vol. 11, pp. 221-221, 1982.

KOSELLECK, Reinhart. "Espaço de experiência" e "horizonte de expectativa": duas categorias históricas. In: KOSELLECK, R. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma P. Maas, Carlos A. Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p. 305-327.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 2009.

KRAAY, Hendrik. "Tão assustadora quanto inesperada": A Sabinada baiana, 1837-1838. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, Motins, Revoluções: Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011. pp. 265-294.

KRAAY, Hendrik. *Política Racial, Estado e Forças Armadas na época da independência: Bahia, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2011.

KRAAY, Hendrik. *Race, State, and Armed Forces in Independence-Era Brazil: Bahia, 1790-1840*. California: Stanford University Press, 2001.

KRAAY, Hendrik; REIS, João J. "The Tyrant is dead!". The revolt f Periquitos in Bahia, 1824. *Hispanic American Historical Review*, 89: 3, pp. 399-434, 2009.

KUETHE, Allan J. Carlos III, absolutismo ilustrado e imperio americano. In: KUETHE, Allan J.; MARCHENA, Juan F. (Eds.). *Soldados del Rey: el ejército borbónico en América colonial en vísperas de la Independencia*. Castelló de la Plana: Publicaciones de la Universitat Jaume I, 2005.

KUETHE, Allan J. *The military reform in the viceroyalty of New Granada, 1773-1796*. PHD – Dissertation, University of Florida, 1967.

KUETHE, Allan J. The status of free pardo in the disciplined militia of New Granada. *The Journal of Negro History*, v. 56, n. 2, pp. 105-117, 1971.

KUETHE, Allan. *Cuba, 1753-1815*. Crown, Military, and Society. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1986.

KÜHN, F. A fronteira em movimento: relações luso-castelhanas na segunda metade do século XVIII. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 25, n.2, p. 91-112, dez./1999.

LAHON, Dider. *Esclavage et confréries noires au Portugal durant l'Ancien Régime (1441-1830)*. Formes et diversité des rapports esclavagistes. (2v). Tese – Doutorado em Antropologia Social e Cultural. Paris: Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2001.

LANDERS, Jane G. *Atlantic creoles in the Age of Revolutions*. Cambridge, Massachusetts, London, England: Harvard University Press, 2010.

LANGUE, Frédérique. La pardocracia o la trayectoria de una “clase peligrosa” en la Venezuela de los siglos XVIII y XIX. *El Taller de la Historia*, v. 5, n. 5, pp. 105-123, 2013.

LANGUE, Frédérique. Orígenes y desarrollo de una élite regional. Aristocracia y cacao en la Provincia de Caracas, siglos XVI-XVIII. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Bibliothèque des Auteurs du Centre, 2005.

LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LASSO, Marixa. *Myths of harmony*. Race and republicanism during the age of revolution, Colombia, 1795-1831. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2007.

LAVIÑA, Javier; ZEUSKE, Michael. Failures of atlantization: first slaveries in Venezuela and Nueva Granada. *Review: a Journal of the Fernand Braudel Center* (The Second Slavery: Mass Slavery, World-Economy, and Comparative Microhistories, part. II), v. 31, n. 3, pp. 297-342, 2008.

LEMKE, Maria. O governador louco e os pardos – subversão política em Goiás. In: *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*, Fortaleza, 2009, pp. 1-11.

LEMKE, Maria. *Trabalho, família e mobilidade social – notas do que os viajantes não viram em Goiás*. c. 1770 – c. 1847. Tese – Doutorado em História. Goiânia: Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 2012.

LIBBY, Douglas C. A empiria das cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: IVO, Isnara P.; MARTINS, Ilton C.; PAIVA, Eduardo F. (Orgs.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010, pp. 41-62.

LIMA, Priscila de. *De libertos a habilitados*. Interpretações populares dos alvarás anti-escravistas na América portuguesa (1761-1810). Dissertação – Mestrado em História. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, 2011.

LIMA, Priscila de; SOUZA, Fernando Prestes de. “Que haja paz e quietação”: controle social e irmandades negras na América portuguesa, século XVIII. *Revista Ágora*, n. 11, p. 1-22, 2010.

LOCKHART, James; SCHWARTZ, Stuart. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LOIOLA, Maria L. *Defeito ou acidente? Mulatos e pardos na produção da hierarquia social em Goiás colonial*. In: Anais do III Seminário de Pesquisa e Pós-graduação em História UFG/PUC Goiás, 2010.

LÓPEZ CANTO, Ángel. *Don Francisco de Saavedra, segundo intendente de Caracas*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 1973.

LÓPEZ-BELTRÁN, Carlos. Sangre y temperamento: pureza y mestizajes en las sociedades de castas americanas. In: GORBACH, F.; LÓPEZ-BELTRÁN, C. (Eds.). *Saberes locales: ensayos sobre historia de la ciencia en América Latina*. Zamora, Michoacán: El Colegio de Michoacán, 2008, pp. 289-342.

LOUSADA, Maria Alexandre. A rua, a taberna e o salão: elementos para uma geografia histórica das sociabilidades lisboetas nos finais do Antigo Regime. In: VENTURA, Maria da Graça (Coord.). *Os espaços de sociabilidades na Ibero-América (sécs. XVI-XIX)*. Lisboa: Colibri, 2004, pp. 95-120.

LUNA, Francisco Vidal. Estrutura e posse de escravos. In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. *Minas Colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE/PIONEIRA, 1982, pp. 31-55.

MACEDO, José Rivair. Os sinais da infâmia e o vestuário dos mouros em Portugal nos séculos XIV e XV. *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre*, n. 2, 2008.

MACLEOD, Murdo J. Aspectos de la economía interna de la América española colonial: fuerza de trabajo, sistema tributario, distribución e intercambios. In: BETHELL, Leslie (Org.). *América Latina colonial: economía*. v. 3. Barcelona: Editorial Crítica, pp. 148-188.

MÄDER, Maria Elisa; PAMPLONA, Marco A. (Orgs.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Nova Granada, Venezuela e Cuba*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

MAGO DE CHÓPITE, Lila. La población de Caracas (1754-1820). Estructura y características. *Anuario de Estudios Americanos*, Tomo LIV, 2, pp. 511-541, 1997.

MAGO DE CHÓPITE, Lila; HERNÁNDEZ PALOMO, José. *El cabildo de Caracas (1759-1821)*. Sevilla: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 2002.

MARAVALL, José Antonio. *A cultura do Barroco: análise de uma estrutura histórica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

MARAVALL, José Antonio. *Poder, honor y élites en el siglo XVII*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1989.

MARCHENA FERNÁNDEZ, Juan (Coord.); GÓMEZ, Gumersindo C.; ARRIAZA, Diego T. *El ejército de América antes de la Independencia*. Ejército Regular y Milicias americanas, 1750-1815. Hojas de Servicio, uniformes y estudio (CD-ROM). Madrid: Fundación Mapfre, 2005.

MARCHENA FERNÁNDEZ, Juan. Tiempo de tormentas. La generación militar de Simón Bolívar. 1770-1810. *Historia y Espacio*. Revista de Estudios Históricos Regionales, Cali – Colombia, n. 37, pp. 15-74, 2011.

MARCÍLIO, Maria Luiza. La población del Brasil colonial. In: BETHELL, Leslie (Org.). *América Latina colonial: población, sociedad y cultura*. v. 4. Barcelona: Editorial Crítica, pp. 39-62.

- MARQUESE, Rafael de Bivar. A Dinâmica da Escravidão no Brasil: resistência, tráfico negro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos*. São Paulo, n. 74, 2006.
- MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis. Revolta escrava e política da escravidão: Brasil e Cuba, 1791-1825. *Revista de Indias*, v. LXXI, n. 251, pp. 19-52, 2011.
- MARTA, Michel Mendes. *Em busca de honras, isenções e liberdades: as milícias de homens pretos forros na cidade do Rio de Janeiro (meados do século XVIII e início do XIX)*. Dissertação – Mestrado em História. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2013.
- MARTÍNEZ, María Elena. The Black blood of New Spain: limpieza de sangre, racial violence, and gendered power in early colonial Mexico. *The William and Mary Quarterly*, v. 61, n. 3, pp. 479-520, 2004.
- MATTHEW, Laura E. “Por que el color decide aqui en la mayor parte la nobleza”: una carta de Fr. José Antonio Goicoechea, Guatemala, siglo XIX. *Mesoamérica*, n. 55, pp. 153-167, 2013.
- MATTOS, Hebe M. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- MATTOS, Hebe Maria. “Black troops” and hierarchies of color in the Portuguese Atlantic world: the case of Henrique Dias and his black regiment. *Luso-Brazilian Review*, v. 45, n. 1, pp. 6-29, 2008.
- MATTOS, Hebe. A escravidão moderna nos quadros do Império português: O Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: BICALHO, M. F.; FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Campinas: Editora Unicamp, 2013.
- MAXWELL, Kenneth. Hegemonias antigas e novas: o Atlântico ibérico ao longo do século XVIII. In: MAXWELL, Kenneth. *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: Paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- McALISTER, Lyle N. Social structure and social change in New Spain. *The Hispanic American Historical Review*, v. 43, n. 3, pp. 349-370, 1963.
- McALISTER, Lyle N. *The “fuero militar” in New Spain (1764-1800)*. Gainesville: University of Florida Press, 1957.
- McCAA, R.; SCHWARTZ, S. Race class in Colonial Latin America: A critique. *Comparative Studies in Society and History*, 21 (3), 1979.
- McLEOD, Murdo J. Aspectos de la economía interna de la América española colonial: fuerza de trabajo, sistema tributário, distribución e intercambios. In: BETHELL, Leslie (Ed.). *História de América Latina*. (Vol. 3 - América Latina colonial: economia). Barcelona: Editorial Crítica, 1990, p. 148-188.
- MEISEL ROCA, Adolfo. Crecimiento, mestizaje y presión fiscal en el Virreinato de la Nueva Granada, 1761-1800. *Cuadernos de Historia Económica y Empresarial*, Cartagena de Indias, n. 28, mar. 2011.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Os corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII*. As capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e a manutenção do império português no centro-sul da América. Tese – Doutorado em História. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2002.

MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. Os corpos de ordenanças e auxiliares. Sobre as relações militares e políticas na América portuguesa. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 45, pp. 29-56, 2006.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. O acidente da cor. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12 maio, 1988.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Henrique Dias: governador dos pretos, crioulos e mulatos do Estado do Brasil*. Recife: Universidade do Recife, 1954.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MÖRNER, Magnus. *La mezcla de razas en la historia de America Latina*. Buenos Aires: Paidós, 1969.

MORSE, Richard. *O espelho de próspero: cultura e ideias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MOTA, Celio de Souza. *A face parda da “Conspiração dos Alfaiates”: homens de cor, corporações militares e ascensão social em Salvador no final do século XVIII*. Dissertação – Mestrado em História. Feira de Santana: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2010.

MULVEY, Patricia A. Black and sisters: Membership in the black lay brotherhoods of colonial Brazil. *Luso-Brazilian Review*, v. 17, n. 2, pp. 253-279, 1980.

MULVEY, Patricia A. Slave confraternities in Brazil: their role in colonial society. *The Americas*, v. 39, n. 1, pp. 39-68, 1982.

MÚNERA, Alfonso. *El fracaso de la nación*. Región, clase y raza en el Caribe colombiano (1717-1821). Bogotá: El Áncora Editores/Banco de la República, 1998.

MURGUEITIO MANRIQUE, Carlos Alberto. La Revolución Negra en Saint-Domingue y sus efectos en la guerra racial de las Antillas y Tierra Firme, 1789-1797. *Revista Historia y Espacio*, Cali – Colombia, v. 5, n. 33, 2009.

NAZZARI, Muriel. Vanishing Indians: the social construction of race in colonial São Paulo. *The Americas*, v. 57, n. 4, pp. 497-524, abr. 2001.

NOVAIS, Fernando A. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 7, 1984.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1989.

NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. A Mesa de Inspeção e o comércio colonial. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal, 2013.

NÚÑEZ, Francisco. El concepto de vecino/ciudadano em Peru (1750-1850). *Araucaria*. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, n. 17, pp. 235-253, 2007.

OLAECHEA, Juan. El negro en la sociedad hispanoindiana. *Revista de Estudios Políticos de Madrid*, n. 61, pp. 219-247, 1968.

OLAECHEA, Rafael. Contribución al estudio del “Motín contra Esquilache” (1766). *Tiempos Modernos*, n. 8, pp. 1-90, 2003.

OLIVAL, Fernanda. Mercês, serviços e circuitos documentais no império português. In: LOBATO, Manuel; SANTOS, Maria. E. Madeira (Coord.). *O domínio da distância: Comunicação e cartografia*. Lisboa: História e Cartografia: Instituto de Investigação Científica e Tropical, 2006.

OLIVAL, Fernanda. Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal. *Cadernos de Estudos Sefardistas*, n. 4, pp. 151-182, 2004.

OLIVAL, Fernanda; FIGUEIRÔA-RÊGO, João de. Cor da pele, distinções e cargos: Portugal e espaços atlânticos portugueses (séculos XVI a XVIII). *Tempo*, n. 30, p. 115-145, 2010.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Santos de cor: hagiografia e hierarquias sociais na América portuguesa (século XVIII). *RIHGB*, Rio de Janeiro, a.169 (438), pp. 9-27, jan/mar. 2008.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Suplicando a “dispensa do defeito da cor”: clero secular e estratégias de mobilidades social no Bispado do Rio de Janeiro – século XVIII. In: *XIII Encontro de História Anpuh – Rio*, 2008, Seropédica. *Anais do XIII Encontro de História da Anpuh-Rio*. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2008.

OLIVEIRA, Carla Mary S. Música e primeiras letras no Recife colonial: Luís Álvares Pinto, mulato, músico e professor régio. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 29, n. 1, pp. 27-43, 2011.

PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

PAIVA, Eduardo França. Leituras (im)possíveis: Negros e mestiços leitores na América portuguesa. In: *Anais do Colóquio Internacional Política, Nação e Edição*, Belo Horizonte, Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, v. 1, 2003.

PALMER, Robert R. *The age of the democratic revolution*. A political history of Europe and America, 1760-1800. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2014.

PAQUETTE, Robert. *Sugar is made with blood. The conspiracy of La Escalera and the conflict between empires over slavery in Cuba*. Middletown, Connecticut: Wesleyan University Press, 1988.

PARRON, Tâmis. A Nova e Curiosa Relação (1764): Escravidão e ilustração em Portugal durante as reformas pombalinas. *Almanack Brasiliense*, n. 8, p. 92-107, 2008.

PATTERSON, Orlando. *Escravidão e morte social: um estudo comparativo*. São Paulo: Edusp, 2008.

PAULA, Leandro Francisco de. *Negros no campo das armas: homens de cor nos corpos militares das minas setecentistas*. Dissertação – Mestrado em História. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, 2012.

PELLICER, Luis Felipe. *Entre el honor y la pasión: familia, matrimonio y sistema de valores en Venezuela durante la crisis del orden hispánico, 1778-1820*. Caracas: Fondo Editorial de la Facultad de Humanidades y Educación; Universidad Central de Venezuela, 2005.

PEREIRA, José Neilton. *Além das formas, a bem dos rostos: faces mestiças da produção cultural barroca recifense (1701-1789)*. Dissertação – Mestrado em História. Recife: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2009.

PERES, Fernando da Rocha. Negros e mulatos em Gregório de Matos. *Revista Afro-Ásia*, pp. 59-75, 1967.

PESSOA, Raimundo Agnelo Soares. *Gente sem sorte: Os mulatos no Brasil colonial*. Tese – Doutorado em História. Franca: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2007.

PHELAN, John Leddy. *The people and the king*. The Comunero Revolution in Colombia, 1781. (1ª ed. 1978). Madison: The University of Wisconsin Press, 2011.

PIMENTEL, Maria do Rosário. *Viagem ao fundo das consciências*. A escravatura na época moderna. Lisboa: Edições Colibri, 1995.

PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. (1ª ed. 1933). São Paulo: Editora Brasiliense, 1972.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. (1ª ed. 1942). São Paulo: Brasiliense, 6ª ed., 1961.

PRECIOSO, Daniel. “*Legítimos Vassallos*”: pardos livres e forros na Vila Rica colonial (1750-1803). Dissertação – Mestrado em História. Franca: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2010.

PUENTES CALA, Mauricio. El reajuste del ejército neogranadino y la promulgación del código de milicia de 1794. *Memorias*. Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe Colombiano, Barranquilla, año 9, n. 18, pp. 1-53, 2012.

RAMINELLI, Ronald José. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e Ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

RAMINELLI, Ronald. Classifications sociales et hiérarchies de la couleur. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, postado em janeiro de 2013.

RAMINELLI, Ronald. Impedimentos da cor: mulatos no Brasil e em Portugal c. 1640-1750. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, pp. 699-723, jul./dez. 2012.

RAMINELLI, Ronald. Nobreza e riqueza no Antigo Regime ibérico setecentista. *Revista de História*, São Paulo, n. 169, pp. 83-110, 2013.

RAMINELLI, Ronald. Privilegios y malogros de la familia Camarão. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* – Colóquios, pp. 1-12. En línea desde marzo de 2008.

REICHEL, H. J.; GUTFREIND, I. *Fronteiras e guerras no Prata*. São Paulo: Atual, 1995.

REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, pp. 7-33, 1996.

REIS, João José. O jogo duro do dois de julho: o “partido negro” na Independência da Bahia. In: REIS, João J.; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RODRIGUES, Jaime. Escravos, senhores e vida marítima no Atlântico: Portugal, África e América portuguesa, c. 1760-1825. *Almanack*. Guarulhos, n. 5, pp. 145-177, 2013.

RODRÍGUEZ MIRABAL, Adelina. La gestión del intendente Saavedra y la formación del paisaje cañero en la Venezuela colonial (1776-1783). *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, v. 16, n. 3, pp. 177-186, 2010.

RODRÍGUEZ, Eduardo Galván. *El secreto en la Inquisición Española*. Las Palmas de Gran Canaria: Editorial Universidad de las Palmas de Gran Canaria, 2002.

RODRIGUEZ, Manuel Alfredo. Los pardos libres en la colonia y la independencia. In: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*, n. 299. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 1992.

RODULFO CORTES, Santos. *El régimen de “las Gracias al Sacar” en Venezuela durante el periodo hispánico*. (Tomo 1). Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia, 1978.

RUEDA, Rocío Castellanos; ESCORCIA, Boris Caballero. *La lucha por la igualdad*. Los pardos en la independencia de Venezuela 1808-1812. Caracas: Archivo General de la Nación, Centro Nacional de Historia, 2010.

RUIZ IBÁÑEZ, José Javier (Coord.). *Las milicias del rey de España*. Sociedad, política e identidad en las monarquías ibéricas. Madrid: FCE, Red Columnaria, 2009.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Iberian expansion and the issue of black slavery: Changing Portuguese attitudes, 1440-1770. *The American Historical Review*, v. 83, n. 1, pp. 16-42, 1978.

SACO, José Antonio. *Historia de la esclavitud*. (Vol. 5). La Habana: Imagen Contemporánea, 2006.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás. La población de la América colonial española. In: BETHELL, Leslie (Org.). *América Latina colonial: población, sociedad y cultura*. v. 4. Barcelona: Editorial Crítica, 1990.

SANTOS, Jocélio Teles. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. *Afro-Ásia*, 32 (2005), 115-137.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Irmãos do Atlântico. Escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana (1763-1844)*. Tese – Doutorado em História. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2012.

SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Comp. Ed. Nacional: Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

SCHÜLER, Verónica. Españoles oscuros y mulatos blancos: identidades múltiples y disfraces del color en el ocaso de la colonia chilena (1778-1820). In: GAUNE, Rafael; LARA, Martín (Coords.). *Historias de racismo y discriminación en Chile*. Santiago: Uq-Bar, 2010, pp. 345-373.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart B. The manumission of slaves in colonial Brazil: Bahia, 1684-1745. *The Hispanic American Historical Review*, v. 54, n. 4, pp. 603-635, 1974.

SEBASTIÁN, Javier Fernández (Dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*. La era de las revoluciones, 1750-1850. Iberoconceptos (Vol. I). Madrid: Fundación Carolina; Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. Portugal y Brasil: la reorganización imperial, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (Ed.). *História de América Latina*. (Vol. 2 - América Latina colonial: Europa y América en los siglos XVI, XVII, XVIII). Barcelona: Editorial Crítica, 1990.

SILVA, Camila Borges da. *O símbolo indumentário: distinção e prestígio no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Clécia Maria da. *Militares negros e pardos: conflitos étnico-sociais na Província de Pernambuco (1800-1831)*. Dissertação – Mestrado em História. Campina Grande: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, 2010.

SILVA, Kalina Vanderlei da. *O miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial. Militarização e marginalidade na capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.

SILVA, Luiz Geraldo. “Esperança de liberdade”: Interpretações populares da abolição ilustrada (1773-1774). *Revista de História*, São Paulo, v. 144, p. 107-150, 2001.

SILVA, Luiz Geraldo. Aspirações barrocas e radicalismo ilustrado. Raça e nação em Pernambuco no tempo da independência (1817-1823). In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, pp. 915-934.

SILVA, Luiz Geraldo. Da festa à sedição: sociabilidades, etnia e controle social na América portuguesa (1776-1814). *História: Questões e Debates*, n. 30, pp. 83-110, 1999.

SILVA, Luiz Geraldo. El impacto de la revolución de Saint-Domingue y los afrodescendientes libres de Brasil. Esclavitud, libertad, configuración social y perspectiva atlántica (1780-1825). *Historia* (Santiago), v. 49, n. 1, pp. 209-233, 2016.

SILVA, Luiz Geraldo. Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. *Revista de História*, São Paulo, n. 169, pp. 111-144, julho/dezembro 2013, pp. 122-126.

SILVA, Luiz Geraldo. Indivíduo e sociedade. Brás de Brito Souto e o processo de institucionalização das milícias de afrodescendentes livres e libertos na América portuguesa (1684-1768). *Tempo*, Vol. 23, n. 2, pp. 174-203, mai./ago. 2017.

SILVA, Luiz Geraldo. Negros de Cartagena y Pernambuco en la era de las revoluciones atlánticas: trayectorias y estructuras (1750-1840). *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, v. 40, n. 2, pp. 211-240, 2013.

SILVA, Luiz Geraldo. Negros patriotas. Raça e identidade social na formação do Estado-nação (Pernambuco, 1770-1830). In: JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo/Injuí: Hucitec/Unijuí, 2003, pp. 497-520.

SILVA, Luiz Geraldo. Religião e identidade étnica. Africanos, crioulos e irmandades na América portuguesa. *Cahiers des Amériques Latines*, v. 44, pp. 77-96, 2003.

SILVA, Luiz Geraldo. Sobre a ‘etnia crioula’: o terço dos Henriques e seus critérios de exclusão na América portuguesa do século XVIII. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; GONÇALVES, Andréa Lisly; CHAVES, Cláudia Maria das Graças (Orgs.). *Administrando impérios. Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, v. 1, pp. 71-96.

SILVA, Luiz Geraldo; SOUZA, Fernando Prestes de; PAULA, Leandro Francisco de. A guerra luso-castelhana e o recrutamento de pardos e pretos: uma análise comparativa (Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, 1775-1777). In: SANTOS, A. C. de A.; DORÉ, A. (Orgs.). *Temas setecentistas: governos e populações no Império Português*. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, pp. 67-83, 2009.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Conflitos raciais e sociais na sedição de 1798 na Bahia. In: ARAÚJO, Ubiratan de Castro; TAVARES, Luis H. Dias; SILVA, Maria Beatriz Nizza da *et al.* *II Centenário da Sedição de 1798 na Bahia*. Salvador: Academia de Letras da Bahia: Secretaria da Cultura e Turismo, 1999, pp. 37-49.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SILVEIRA, Marco Antonio. Acumulando forças: lutas pela alforria e demandas políticas na Capitania de Minas Gerais (1750-1808). *Revista de História*, São Paulo, v. 158, pp. 131-156, 2008.

SILVEIRA, Marco Antonio. Narrativas da contestação. Os capítulos do crioulo José Inácio Marçal Coutinho (Minas Gerais, 1755-1765). *História social*, n. 17, pp. 285-307, 2009.

SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto*. Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1753-1808). São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

SILVEIRA, Marco Antonio. Soberania e luta social: negros e mestiços libertos na Capitania de Minas Gerais (1709-1763). In: CHAVES, Cláudia M. das Graças; SILVEIRA, Marco Antonio (Orgs.). *Território, Conflito e Identidade*. Belo Horizonte: Argumentum, 2007. pp. 25-47.

SILVEIRA, Patricia Kauffmann F. C. da. Indigno de procedimento: a ascensão de um homem de cor no Maranhão em fins do século XVIII. In: *VI Encontro Internacional de História Colonial Cidade da Bahia: mundos coloniais comparados: poder, fronteiras e identidades*. Salvador: EDUNEB, 2017, pp. 1559-1572.

SOARES, Márcio de Souza. Pretos e pardos na fronteira do Império: hierarquias e mobilidade social de libertos na capitania de Goiás (século XVIII). In: *Anais do IV Seminário de Pesquisa do ESR*, 2011, Campos dos Goytacazes, 2011.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOLANO D., Sergio Paolo. “Artilleros pardos y morenos artistas”: artesanos, raza, milicias y reconocimiento social en el Nuevo Reino de Granada, 1770-1812. *Historia Critica*, Bogotá, n. 48, pp. 11-37, 2012.

SOLANO D., Sergio Paolo. Pablo Caballero Pimientel, pintor y capitán de milicias pardas en Cartagena de Indias, siglo XVIII. *Revista Amauta*, Universidad del Atlántico, Barranquilla, n. 20, pp. 25-59, jul./dez. 2012.

SOLANO D., Sergio Paolo. Repensando la configuración socio-racial del Nuevo Reino de Granada, siglo XVIII: pardos, mulatos, cuarterones y quinterones. *Aguaita*, Cartagena de Indias, n. 25, pp. 39-59, dez. 2013.

SORIA MESA, Enrique. Los estatutos municipales de limpieza de sangre en la Castilla moderna. Una revisión crítica. *Mediterranea – ricerche storiche* –, n. 27, anno X, pp. 9-36, 2013.

SOUZA, Adriana Barreto de. A governança da justiça militar entre Lisboa e o Rio de Janeiro (1750-1820). *Almanack*, n. 10, pp. 368-408, 2005.

SOUZA, Affonso Ruy de. *A primeira revolução social brasileira (1798)*. (1ª ed. 1942). São Paulo: Companhia Editorial Brasileira, 1978

SOUZA, Fernando Prestes de. *Milicianos pardos em São Paulo: Cor, identidade e política (1765-1831)*. Dissertação – Mestrado em História. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, 2011.

SOUZA, Fernando Prestes de. *Pardos livres em um campo de tensões: milícia, trabalho e poder (São Paulo, 1797-1831)*. Tese – Doutorado em História. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2017.

SOUZA, Laura de Mello e. Coartação – Problemática e episódios referentes a Minas Gerais no século XVIII. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Brasil: Colonização e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

SOUZA, Paulo Cesar. *A Sabinada*. A Revolta separatista da Bahia, 1837. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

STELLA, Alessandro. *Ser esclavo y negro en Andalucía occidental (siglos XVII y XVIII)* – documentos de Archivo. In: GALLEGÓ, José A. (Coord.). *Tres grandes cuestiones de la historia de Iberoamerica*. Madrid: MAPFRE, 2005.

STUMPF, Roberta. Formas de venalidade de ofícios na monarquia portuguesa do século XVIII. In: STUMPF, Roberta; CHATURVEDULA, Nandini (Orgs.). *Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controle e venalidade (séculos XVII e XVIII)*. Lisboa: CHAM, 2012, pp. 279-298.

SUAREZ, Santiago-Gerardo. *Las Milicias: Instituciones militares hispanoamericanas*. Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia; Fuentes para la Historia Colonial de Venezuela, 1984.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O Império Asiático Português, 1500-1700: uma história política e econômica*. Lisboa: Difel, 1993.

TANNENBAUM, Frank. *El negro en las Americas: esclavo y ciudadano*. (1ª ed. 1947). Buenos Aires: Paidós, 1968.

TAVARES, Luís H. Dias. *História da sedição tentada na Bahia em 1798: “A Conspiração dos Alfiates”*. São Paulo: Pioneira, 1975.

TAVARES, Luís H. Dias. *O Levante dos Periquitos*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1990.

THIBAUD, Clément. La ley y la sangre. La “guerra de razas” y la constitución en la América bolivariana. *Almanack*, n. 1, pp. 5-23, 2011.

THOMAZ, Luis Filipe F. R. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus, 990-1992*. São Paulo: Edusp, 1996.

TORRES, Max Hering. La limpieza de sangre. Problemas de interpretación: acercamientos históricos y metodológicos. *Historia Crítica*, Bogotá, n. 45, pp. 32-55, 2011.

TWINAM, Ann. Pedro de Ayarza: The Purchase of Whiteness. In: *The Human Tradition in Colonial Latin America*, pp. 194-210, 2002.

TWINAM, Ann. *Purchasing whiteness: pardos, mulatos and the quest for social mobility in the Spanish Indies*. Stanford: Stanford University Press, 2015.

TWINAM, Ann. Repensando las reformas sociales de los borbones en las colonias, siglo XVIII. *El Taller de la Historia*, Cartagena de Indias, v. 5, n. 5, pp. 5-32, 2013.

- VALIM, Patrícia. *Corporação dos enteados: tensão, contestação e negociação política na Conjuração Baiana de 1798*. Tese – Doutorado em História. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, 2012.
- VALIM, Patrícia. *Da sedição dos mulatos à conjuração baiana de 1798: a construção de uma memória histórica*. Dissertação – Mestrado em História. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2007.
- VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- VIANNA FILHO, Luiz. *A sabinada (A República baiana de 1837)*. Salvador: EDUFA/Fundação Gregório de Mattos, 2008 (1ª Ed. de 1938).
- VIDAL ORTEGA, Antonino. Entre la necesidad y el temor: negros y mulatos en Cartagena de Indias a comienzos del siglo XVII. In: ARES QUEIJA, Berta; STELLA, Alessandro (Coords.). *Negros, mulatos, zambaigos*. Derroteros africanos en los mundos ibéricos. Sevilla: EEHA, 2000, pp. 89-104.
- VIDAL, Laurent. Sob a máscara do colonial. Nascimento e “decadência” de uma vila no Brasil moderno: Vila Boa de Goiás no século XVIII. *Revista de História*, São Paulo, v. 28, n. 1, pp. 243-288, 2009.
- VILLALOBOS, Ángel. La limpieza de sangre en el Colegio de Abogados de Caracas a finales del siglo XVIII. *Fronteras de la Historia*, n. 10, pp. 305-328, 2005.
- VILLALTA, Luiz Carlos. Bibliotecas privadas e práticas de leitura no Brasil colonial. In: MATTOSO, Kátia; SANTOS, Idelette M. dos; ROLLAND, Denis (Orgs.). *Naissance du Brésil moderne, Actes du Colloque “Aux Temps Modernes: Naissance du Brésil”*, Sorbonne, Mars 1997. Paris: Presses de l’Université de Paris – Sorbonne, 1998. Traduit du portugais par Maria Lúcia de Barros.
- VINSON III, Ben. *Bearing Arms for His Majesty: The Free-Colored Militia in Colonial Mexico*. Stanford, California: Stanford University Press, 2001.
- VINSON III, Ben. Los milicianos pardos y la relación estatal durante el siglo XVIII en México. In: ESCAMILLA, Juan Ortiz (Coord.). *Fuerzas militares en Iberoamérica, siglos XVIII y XIX*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos; Veracruz: Universidad Veracruzana, 2005, pp. 47-60.
- VOELZ, Peter M. *Slave and soldier: The military impact of blacks in the colonial Americas (Studies in african American History and Culture)*. New York/London: Garland Publishing, 1993.
- WISSENBACH, M. C. Cortez. Cartas, procurações, escapulários e patuás: Os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 4, p. 103-122, 2002.
- ZAVALA, Silvio, et al. El mestizaje en la Historia de Ibero-América. *Revista de Historia de América*, no. 53/54, pp. 127-218, 1962.